ENSAIOS DE CULTURA

Título: *Ensaios de Cultura*
Autor: Ernesto Rodrigues
Paginação: Luís da Cunha Pinheiro
Edição: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Impressão e Acabamento: ACDPrint
Lisboa, 2023

ISBN – 978-989-8577-51-1
Depósito Legal –

Esta publicação foi financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. no âmbito do Projecto UIDB/00077/2020

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional.

ERNESTO RODRIGUES

ENSAIOS DE CULTURA

Lisboa, CLEPUL

OBRAS

II.1

Índice

Breve 9

O Estado da Cultura 11
Personalidade Cultural Portuguesa 81
Mitologia Nacional 137
O Casamento de Pedro e Inês 167
Geografia Particular: Trás-os-Montes e Alto Douro 187
Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança . . . 223
"A Estalajadeira" 241
Impressões de Eternidade 261
Branco 279
Dedicatória: Relação e Discurso 293
Louvor e Ilustração da Língua Portuguesa 321
O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX seguido de *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* e outras reflexões 365
Polémica: Um 'Prato' Nacional 377
O Discurso Político em 1976 393
Sob o Olhar de Hermes: Da Viagem à Vertigem 407
Serra da Lua 421
Notas de Viagem a Itália 427
Dante na Imprensa Periódica Oitocentista 443
A Literatura como Matriz do Património Artístico da Europa . . . 461
João Vieira: Arte de Traduzir 475
Convite ao Mistério 499

Visão dos Tempos. Os Óculos na Cultura Portuguesa 505
Almanaque: Composição de Um Rosto 563
Fonógrafos e Gramofones 573
Coração Quente, Generosas Mãos 581
Jogos de Letras. O Desporto na Cultura Portuguesa 597
A Virgem e o Menino 621
Lídia, Célia 631

Fontes dos textos 641

À memória de

Maria de Lourdes Belchior

Breve

Os 28 *Ensaios de Cultura* assentam na complementaridade entre historiador e analista da cultura face a conjuntos culturais diversos. Convocados elementos visuais (arte rupestre, origens da escrita, vitral, artes plásticas, pequena escultura) e sonoros (fonógrafos, gramofones), domina o livro enquanto meio de comunicação impresso, suas dedicatórias e seus brancos. Olha-se, desde a Idade Média, ao conto popular, à viagem, ao desporto, aos óculos, ao almanaque, à polémica, ao elogio dos bombeiros e aos quadros propondo 'A Virgem e o Menino' na Cultura Portuguesa; desde a Roma antiga, à fortuna dos nomes Célia e Lídia. A ilustração do idioma – após 1536, e antológica de seiscentistas – decorre até hoje, ora dissecando o discurso político em 1976, ora intervindo em debates ortográficos ainda acesos.

Que personalidade cultural será, porém, a nossa, e que mitos alimenta? Como, no corpo nacional, se executa, ao longo dos séculos, a 'pátria breve' transmontana e alto-duriense, seja em figuras maiores, ou na aventura conjugal bragançana de Pedro e Inês?

Essas mais longas reflexões decorrem do texto inaugural, qual introdução ao estudo da Cultura, que também sinaliza os princípios orientadores de uma entrega de décadas à investigação e ao ensino.

O Estado da Cultura

1. **Objecto e método**

Face a interlocutores que irão retomar, aprofundar e sistematizar matérias ou vivências no âmbito da Cultura – objecto de apreensão multiforme –, como preparar a *atmosfera* numa plural introdução ao seu estudo? Que orientação suscitar, e prosseguir? O que entender pela expressão genérica 'Estado da Cultura'?

Em sequência inicialmente devedora de Gustavo Bueno (^{2}1997), articulo as preocupações em quatro alíneas:

a. Neste universo multipolar, convém facultar elementos para compreender a actual *definição* de Cultura, na sua emergência quotidiana. Trata-se de circunstanciar, de circunscrever uma Ideia de Cultura, ou análise do discurso *presente* sobre a mesma.

b. Num segundo momento, diacrónico, mostra-se como se constituiu essa Ideia de Cultura, ou desembocámos numa espécie de 'ideia mítica prática', em que, no discurso, se tende a substituir *educação* (*v. g.*, educação musical) por cultura (diz-se *cultura* musical), termo que absorve, recobre, substitui outros, *resume* outras diligências. Das culturas pré-clássica e clássica, subjectivas (corpo e alma; de facto, um pouco mais), à lição metafísica alemã (Homem, Cultura, Natureza; Espírito, Matéria; secularização, já vertida em 'cultura nacional') e ao científico-positivo da moderna culturologia, há um longo caminho a *situar*, entre disciplinas várias: Antropologia, desde logo, e Geografia, História (História de Arte, Arqueologia...), Linguística, Economia, etc. Entrámos no domínio das Ciências Sociais, Humanas ou tão-só das Ciências da Cultura[1].

[1] Designações facilitadoras, que ganhavam muito em ser questionadas por Almeida (1961: 108-110), taxativo: «"Ciências da cultura" é um pseudo-conceito.»

c. As culturas nacionais – frente *étnica*, no sentido antropológico (Géraud *et alii*, 2002: 62-73 [63][2]) – são particularizadas num terceiro momento, em que nos perguntamos onde se exerce essa Ideia de Cultura. Outras frentes – paralelas –, como a classista (estudo de classes, de género) e a académica devem ser consideradas. Dedico-lhes atenção no quadro da Imprensa e das sociabilidades intelectuais. O Estado-nação tem uma existência variável, reconfigura-se, resiste ao *choque de civilizações* (Huntington, 1993, 1996), que se dará por razões culturais, «civilizacionais», não ideológicas ou económicas[3].

d. Neste ponto, sobrevêm questões identitárias, cuja dinâmica nos recoloca nas preocupações do primeiro dia: somos vozes de que cultura? De, por exemplo, uma cultura universal (no mínimo, cosmopolita; *kitsch*, quem sabe)? Ou dever-se-á falar, antes, de «La fin des cultures nationales»? (Bonet, Négrier, 2008)

Em termos metodológicos, intenta-se reunir a história – política, económica e social – a sugestões sociológicas e à análise cultural dos textos. Não há lugar a estudos de religião e ideologias, cujos sistemas embebem a cultura. Tentarei um olhar geral, com aplicações práticas no caso português.

Béhar (1990: 151) mostrou a complementaridade entre historiador e analista da cultura face aos «divers ensembles ou systèmes culturels». Serve-se de U. Eco (1985) para observar que um receptor só coopera, compreende e enriquece – *também* os outros, acrescento –, se souber encher brancos, construir um sentido. A 'enciclopédia individual' tem graus de aproximação variados, conforme o objecto; às vezes, falha, rotundamente: por deficiência referencial, ou medo ao risco interpretativo

[2] «Au sens anthropologique courant, l'éthnie désigne un groupe humain caractérisé par une culture et une langue communes, formant un ensemble relativement homogène se référant à une histoire et un territoire partagés.»

[3] Civilizações maiores em conflito futuro: ocidental, confuciana, japonesa, islâmica, hinduísta, eslavo-ortodoxa, latino-americana, e, talvez, africana. O Ocidente deve atender à frente islâmico-confuciana. Esse octeto é impreciso: há restrição (japonesa), generalizações (africana?), expansões (porque não ocidental a latino-americana?).

(é ténue, por vezes, a fronteira do delírio), *não atingimos*, somos *incompetentes*. Ora, são competências que entrechocam nas melhores leituras, as quais se não excluem, por mais díspares nos passos e nas conclusões.

Se, para mim, a literatura é fundamental (enquanto prática; fonte, documento, que desejo límpido, textualmente apurado), ela não é o exclusivo cânone do dia, se outras formulações compõem a esfera da Cultura; desde os primórdios da Humanidade, entretanto, espreita uma cada vez mais viva via comunicacional.

Na evolução dos *media*, apostei na galáxia de Gutenberg, até à explosão de massas, no século XIX, com a aventura folhetinesca e seus efeitos: eis uma base de trabalho, espelho de mutações socioculturais. Convoquei elementos visuais (vitral, artes plásticas, gravura, banda desenhada) e sonoros (fonógrafos, gramofones; folhetim radiofónico), até ao audiovisual (telenovela), meios incontornáveis sob forma digital. Olhei, desde mais acessível Idade Média, ao desporto, aos óculos e, na criação literária, a quanto releva do quotidiano – partes da casa, objectos de toalete, comportamentos à mesa, jogos e tradições populares, etc. –, sob égide local (*Torre de Dona Chama*, 1994), regional (*A Casa de Bragança*, 2013), cosmopolita (*A Serpente de Bronze*, 1989), nisso confluindo rural e urbano, centro e periferia, sinais endógenos e exógenos, num desejável interculturalismo. Procuro associar o *lugar* (pátrio) de identidade, relacional e histórico, com o *não-lugar* da comunicação, não tão distantes como pensa Marc Augé. Questiono a hipótese transcultural (Claude Grunitzky, *in* Bonet, Négrier, 2008), a qual exploraria identidades alheias, sem perda das especificidades da cultura originária: ora, transferências recíprocas são, muitas vezes, inconscientes.

Fiz Literatura, desembocando num objecto impresso, que é segunda forma institucional; fora de uma estética pessoal, diversa da de outras eras ou personalidades, narrei as origens e desenvolvimento da Imprensa periódica portuguesa, ou seus momentos altos, reconstituindo certos conjuntos (imagens de um local, profissão, objecto, nomes próprios na literatura). Enveredei, assim, pela História Cultural. Onde se reforça esta *com* o analista cultural, segundo Béhar? Ao tomar um texto, «quel qu'il soit (roman-feuilleton, poème épique, tragédie royale, récit pour la

jeunesse)», como «son objet premier»:

> Détectant les éléments implicites du texte, ceux que l'auteur n'a pas cru devoir désigner spécialement parce qu'ils faisaient partie des évidences quotidiennes à ses yeux, l'analyste reconstitue la trame culturelle que l'auteur suppose partager avec son lecteur implicite. Ce faisant, il désigne le groupe social auquel appartenait l'auteur, le ou les publics qu'il visait, et, s'aidant des histoires de la culture, il marque les usages, les comportements reconnus ou déviants. Mais il n'a garde d'oublier qu'il travaille un matériau esthétique, lui-même dominé par ses lois propres, et non un simple document, un témoignage historique.

Isso cumpri no *discurso* do sistema folhetinesco ou na *Exortação da Guerra*; de modo alargado, na variedade de *Fastigínia*, onde, além de entrevermos uma forma de Estado – o mais vasto do seu tempo –, emergem particularidades de uma civilização material que a historiografia da *longue durée* (traduzindo Chaunu, 1984) enquadra em capítulos como espaço, economia, sociedade, conjuntura e aventura do espírito (artes e ciências, crise religiosa e de consciência), seja, História Económica, História Social, História das Mentalidades, História do Pensamento, Ciências e Técnicas, História Literária e Paraliterária, História da Arte, História da Vida Religiosa.

A par de relações internacionais, problemas de fronteiras e exércitos, espaço significa demografia (casamento, nascimentos, mortalidade, doença, pestes…) e ocupação do solo nacional ou transnacional – daí, a importância das vias de comunicação –, em que é tão importante a definição do quadro urbano como a ordem burocrática ou agrícola. A economia sustenta-se, entretanto, no sector secundário ou industrial, com que se redefinem classes e grupos. É um programa excelente, enquanto, no caso de *Fastigínia*, vamos «comblant les trous du tissu» (inclusive no sentido editorial), para, situada a obra «dans sa sphère culturelle initiale», percebermos «les enjeux de la lecture et, partant, les règles du jeu entre les deux partenaires *in absentia* que sont l'auteur et le lecteur».

Melhor,

> [...] l'analyste ne se borne pas à situer une œuvre dans sa sphère culturelle, il en montre les prolongements contemporains, il signale les étapes et les relais qui l'ont conduite au stade actuel de sa réception, car la finalité de son travail est exactement celle-ci: marquer le cadre de la lecture présente en repoussant à la fois l'anachronisme et l'uchronisme (p. 160).

Vai, nisto, uma «história social das representações» – melhor, um conjunto de representações, vertido em *imaginário* não raro simbólico –, que ultrapassaria a História das Mentalidades enquanto reconstituindo uma concepção ou sensibilidade *num certo momento*. *Representação* é «tout contenu de conscience» – conteúdo *sensível*, «empreinte de l'objet dans l'âme»; *não sensível*, caso da faculdade de julgar, ou juízo; *técnico*, «ce qui est susceptible d'être enseigné et résulte d'une élaboration de sensations (par exemple, le Bien compris comme accord avec l'ordre universel et non simplement comme l'agréable)» (Lhoste-Navarre, *in* Épictète, 1992: 125).

Produzindo embora ensaios sobre os *media*, com implicações no acesso de classes várias à cultura, ou sobre alguns modos de socialização burguesa, só episodicamente imergi nos Estudos Culturais. Questões de género, quase sempre reduzido ao feminismo, pós-coloniais, enfoque no juvenil ou no espírito do capitalismo afim da ética protestante, não pratiquei. Questionar fonógrafos e seu significado aristocrático em finais de Oitocentos do ponto de vista impresso – simbólica do *medium* – é diferente de uma dissecação técnica (especificações do instrumento, que a cultura complexa *instrumental* de um engenheiro domina), funcional, e, útil aos Estudos Culturais, de um impacto mediático capaz de alterar o lazer e a educação populares – que olhei, ainda assim, nos *efeitos* da telenovela *Gabriela*... São fluidas as fronteiras, por vezes, entre Comunicação e Cultura, Estudos Culturais, História Cultural.

Compreendidas estas diferenças – noutros exemplos, poderíamos convocar linguistas, sociólogos, antropólogos, publicitários, economistas, etc., partícipes de uma entretanto fragmentada semiótica, tal a multiplicidade de *sinais* –, aceite a complementaridade do analista e histo-

riador culturais, desejada fusão na mais concorde História Cultural[4] – no meu caso, entre a história social do cultural e a história cultural do literário[5] –, nem sempre metodologias e resultados se alargam ao ideal de uma *compreensão*. Acaso difusamente, busco respostas nos seis elementos que formam um *lead* perfeito – quem, o quê, onde, quando, como, porquê –, mas reordenados (o quê, como, porquê; quem, o quê, onde, quando), *cronometrados*, medidos no seu tempo – daí, também, esclarecimentos etimológico-semânticos, que animam Raymond Williams (2007) –, tolerantes na interpretação documentalmente fundada, com abrangência pluricultural.

2. **Explicitação do título**

A história dos impérios – que não findou – deixa emergir, regularmente, as suas condicionantes e determinações.

Descrever o que vivemos ou alguém intermediou é um acto simples, exigindo cuidados e reserva, que alguns interpretam segundo conveniências militantes. É um facto ideológico considerar que «el Estado de Cultura [o meu título é *da* Cultura] ha llegado a ser un ideal de rango superior al del Estado de Derecho y, por supuesto, de más alto prestigio que el Estado de Bienestar». Gustavo Bueno, resumido em contracapa, aceita que «nadie entiende qué es eso de la Cultura, como nadie entendía antaño qué era la Gracia de Dios», uma e outra «un mito oscurantista», pelo que o seu livro, a par do diagnóstico, exame da génese e da estrutura de *El Mito de la Cultura*, como se intitula, afirma «la intención de con-

[4] Segundo projecto de Peter Burke no *ABC* (Madrid), 29-VII-1994: 61: «Creo en una historia cultural que es como la historia total, en el sentido en que incluye todas las actividades humanas. Pero es menos que total, no llega a ser total, porque veo todas estas actividades desde el punto de vista simbólico. Por ejemplo, la historia política está incluída en la historia cultural, en el sentido en que hay valores, actitudes políticas, que están simbolizadas en imágenes y en rituales.»

[5] Parte do meu trabalho revê-se em Rioux, Sirinelli, dir. ([1997] 1998), e no dossiê de *Romantisme*, n.º 143, Paris: Armand Colin, 2009-1: 5-136, contendo a bibliografia (p. 117-136) mais completa sobre História Cultural, incluindo a relativa a Oitocentos, meu século de eleição.

tribuir a la trituración del último mito del milénio que termina». Entrámos noutro milénio, e o conceito não foi triturado.

A superior categorização do Estado de Cultura só responsabiliza quem tal defende, sendo verdade que o discurso para isso aponta: duvidamos, todavia, que seja o 'último mito do milénio'; ainda aí, não haverá diferença entre discurso e prática, com aquele a modelar castelos no ar, a que se atribui uma existência prática e *mítica*? Porque não entenderão outros a graça de Deus, decerto menos obscurantista do que mera afirmação sem prova? Em conformidade, para quê perder tempo com o que ninguém entende? que, ademais, se deseja triturar? 'Ensayo de una filosofia materialista de la cultura', como reza subtítulo, a obra de G. Bueno já seria útil, contudo, pela bibliografia anotada e pelo fundamental glossário.

Uma daquelas ideias-chave, ou fáceis, que aproveitam pontualmente ao discurso, cultura é, para Bueno*, ideia de cultura*, mitificada, com decorrente confusão de significados. Novo ópio do povo.

Para mim, que não a considero matéria de fé ou nova crença, é uma construção humana que melhora a existência, ou lhe dá algum sentido. Estado significa *estádio*, conjugando longa e curta durações históricas. Não é o *Estado cultural* criticado por Marc Fumaroli (1991), o qual deveria remeter-se à preservação do património e da memória nacionais, dentro ou fora de fronteiras, sem cuidar de distrair, mecenatizar e trivializar bens, produtos e sentidos da cultura, dita *circunscrita*, na acepção de G. Bueno. Desde a Antiguidade e repetidos arcos do triunfo ao culto da personalidade em várias formas de arte e à nomeação de poetas oficiais, um dirigismo burocrático acenando apoios e subsídios, flagrantemente em sectores que já tinham, hoje, visibilidade e fortuna económica, com mais funcionários de bom gosto que artistas inovadores, alcandorou-se a ministério de grupos de pressão. A inócua designação de 'política cultural' esconde demagogia e buraco financeiro. Conviria reflectir num lembrete de Nietzsche, para quem «a cultura e o Estado são antagónicos» – é o caso da censura intelectual –, confrontando-nos com a razão de que «todos os grandes períodos de cultura têm sido períodos de declínio político» (Copleston, 1972: 64).

Não significa isto que a cultura não tenha ideologia, ou que não seja orientada por esta; nem que não haja uma função política da cultura, mais sentida nas redes sociais, nos blogues e nos canais privados de televisão. Miríade de novos conceitos do quotidiano interessa aos Estudos Culturais. Entre o clássico e o marginal, há gradações, e um jogo de forças a decidir pelos mediadores. Podemos, em qualquer momento histórico, observar como as práticas – reconfigurando-se, acrescentadas, combatidas – se conjugam em cultura (a) *dominante* (via publicidade, que introduz o comercial no seio das elites, cujos conteúdos se assemelham), (b) *residual*, (c) *emergente*, as quais ora se associam, ora se opõem, ora alternam. Mas será possível escapar à primeira, fogo devorador com origens no Estado e, agora, no mercado? Terry Eagleton (2003: 158-159) relê R. Williams, *Marxism and Literature* (1977: 122[6]):

> O residual, insiste, não é a mesma coisa que o arcaico, [...]. Ao contrário do arcaico, o residual é ainda um elemento activo do presente, uma expressão de valores e experiências que uma cultura dominante não consegue integrar totalmente. Entre os exemplos que dá de tais formações, Williams sugere a comunidade rural e a religião organizada. Uma boa parte da cultura enquanto identidade ou solidariedade é, neste sentido, residual – enclaves de resistência tradicional no presente que derivam a sua força de "uma qualquer instituição ou formação social ou cultural pré-

[6] Na edição de Williams, 1985: 121-127: "Dominant, Residual, and Emergent". Abre assim: «The complexity of a culture is to be found not only in its variable processes and their social definitions – traditions, institutions, and formations – but also in the dynamic interrelations, at every point in the process, of historically varied and variable elements.» Define: «By 'residual' I mean something different from the 'archaic', though in practice these are often very difficult to distinguish. Any culture includes available elements of its past, but their place in the contemporary cultural process is profoundly variable. I would call the 'archaic' that which is wholly recognized as an element of the past, to be observed, to be examined, or even on occasion to be consciously 'revived', in a deliberately specializing way. What I mean by the 'residual' is very different. The residual, by definition, has been effectively formed in the past, but it is still active in the cultural process, not only and often not at all as an element of the past, but as an effective element of the present.» (p. 122) «By 'emergent' I mean, first, that new meanings and values, new practices, new relationships and kinds of relationship are continually being created.» (p. 123)

> via", e que, na terminologia de Williams, tanto podem ser "oposicionistas" como "alternativas". O nacionalismo é, entre outras coisas, uma forma oposicional de cultura residual, enquanto o movimento New Age é uma forma alternativa. [...] A cultura dominante, ela própria uma mistura desigual do "elevado" e do pós-moderno[7], de civilidade e comercialismo, põe progressivamente em causa as identidades tradicionais, pressionando desta forma o residual até ao ponto em que este ressurge como emergente. O assédio à família, à região, à comunidade, ao código moral, à tradição religiosa, ao grupo étnico, ao Estado-nação ou ao ambiente inspira um movimento que, ao desafiar a cultura dominante do presente, reivindica algo que poderia estar para além dela. [...]
>
> O que converteu a cultura em tema do nosso tempo foi a indústria cultural. Se a cultura está na ordem do dia, isso deve-se ao facto de, ao longo do processo histórico do pós-guerra, ter sido progressivamente integrada no processo geral de produção de bens de consumo. Mas este facto faz parte de uma narrativa da nossa época muito mais ampla e complexa, narrativa que consuma um aburguesamento da cultura de "massa" que remonta, pelo menos, ao *fin de siècle*. Nas primeiras décadas do século XX, as discussões acerca da cultura eram na realidade sobre esta enorme evolução, que para muitos pressagiava a morte da própria civilidade.

... Desde o segundo terço do século XIX, por força da eclosão da Imprensa de massas, em regime de folhetim. Tratarei, a encerrar, da razão desta conversa – a dominância da indústria cultural.

3. **A palavra 'cultura' ao vivo**

Do legislativo ao uso indiscriminado dos vocábulos, atravessados por polémicas e interesses mal disfarçados, *cultura* e *cultural* convivem

[7] T. Eagleton explicita a cultura pós-moderna como «uma cultura sem classes no sentido em que o consumismo também não tem classes, o que quer dizer que atravessa a divisão de classes ao mesmo tempo que impulsiona um sistema de produção para o qual tais divisões são indispensáveis. Seja como for, o consumo de uma cultura sem classes é hoje em dia cada vez mais um sinal distintivo da classe média.» (p. 161)

nas múltiplas disciplinas e actividades, sob várias perspectivas. Conviria rastrear o uso e seus contextos na Constituição da República, nos decretos e clausulados dos ministérios ou secretarias de Estado, não só da Cultura, como nas fundações e demais instâncias mecenáticas. Em directivas de ideólogos, em congressos de intelectuais, orgânicos ou não, os qualificativos fuzilam: cultura burguesa, proletária, erudita, cosmopolita, vanguardista, no discreto genitivo *de* massas. Sucedem as particulares: azteca, judaico-cristã, protestante, etc. As categorias sociológicas fazem furor: a cultura do ócio / lazer ou dos tempos livres tornou-se um *must*, antes de uma generalização abusiva. Assim, o executante de pedibola tem uma excelente cultura desportiva, na sua organização de jogo, em que o talento individual perfuma a vitória do colectivo. Os bons resultados vêem-se, também, nas empresas guiadas por uma sã cultura económica. Há reducionismos no tandem cultura material / espiritual. É-se culto, mesmo sem instrução; e uma educação formal não subentende, necessariamente, cultores do belo ou de respeito pelos outros. O uso indiscriminado, se não é fatal, não é menos excessivo. O 'cultural', agora substantivado, «desempenha um papel que era o da História para Nietzsche há um século», conclui Eduardo Lourenço (2013: 302), resumindo:

> Na Cultura – no sentido de cultura dominante na Europa – não mora a paixão verdadeira, mas o desejo de refinadamente disfarçar a sua falta de consciência da realidade. Já nenhuma preocupação de ordem ontológica ou ética, que não seja de mimetismo ritual, nos parece dizer respeito. Apenas os jogos de representação, e também os de virtualidade, nos interessam verdadeiramente.

A crítica desses usos é uma questão higiénica, depuradora.

4. **Primeiros sentidos**

A galáxia semântica de 'cultura' é vastíssima – desde que dela se tomou consciência, se verbalizou e tornou um conceito operatório.

O verbo *colere* (colo, colis, colere, colui, cultum), de uso transitivo e intransitivo, faculta-nos os significados originários:

(1) Cultivar, cuidar: 'agros, vitem colere' (Cícero), cultivar os campos, a vinha; 'corpora colere' (Ovídio), cuidar, ornar o corpo; do particípio, 'cultus, a, um', sai 'ager cultissimus' (Cíc.), um campo muito bem cultivado, tal como o sentido de cuidado, preparado, ornado, enfeitado, elegante, vestido. Sai, igualmente, o nome 'cultus, us', cultura, cultivo, amanho (e não só das terras), ou 'cultus corporis' (Cíc.), cuidados corporais, para que avisa Séneca no tocante aos excessos da «cultura física» típicos do culturalismo[8], e acepção variável que perceberemos melhor quando acusarmos alguns de 'cultistas': elegância, luxo, aparato, ornato estilístico e ornamentação arquitectónica. A relação é, à partida, com a natureza ou consigo mesmo, enquanto não influir no corpo social, até inscrever a «reactividade aversiva» do *processo civilizacional* (Elias, 1989-1990).

(2) Cultivar, praticar, ocupar-se de: 'hæc studia in Latio colebantur' (Cíc.), estas artes praticavam-se / praticavam estas artes / ocupavam-se destas artes no Lácio; 'justitiam colere', praticar a justiça; 'vitam colere', cultivar, praticar a vida, i. e., viver; 'prati-

[8] Não, aqui, na acepção da corrente antropológica americana (R. Linton, A. Kardiner, R. Benedict, M. Mead). Antes: «Cultiva, portanto, em primeiro lugar a saúde da alma, e só em segundo lugar a do corpo; esta última, aliás, não te dará grande trabalho se o teu objectivo apenas for gozar de boa saúde. A ginástica destinada a desenvolver a musculatura dos braços, do pescoço, do tórax, é uma insensatez totalmente imprópria dum homem de cultura: [...].» ([3]2007: 50). Esta «insensatez» funda o oitavo sentido de cultura em G. Bueno, no seu glossário assim definida: «Cultura subjetual. Es la cultura subjetiva, pero subrayando lo que el sujeto tiene de entidad real-positiva intrasomática (por ejemplo, la cultura de un pianista respecto de sus dedos, o la de un culturista respecto de sus músculos) y no meramente de entidade mental-metafísica.» «Cultura subjetiva, o cultura en sentido subjetivo, equivale al "cultivo del espíritu o del cuerpo" según las pautas establecidas por la cultura objetiva.» Seja, 'alma sã em corpo são'. Precedendo estes, o sexto sentido refere-se à «Cultura objetiva (objetual). Es, ante todo, la cultura social y la cultura material o extrasomática (desde los cultivos hortelanos hasta las esculturas que decoran un edifício).» ([2]1997: 237) Isto é, cultura *material*, que merece artigo desenvolvido de Bucaille / Pesez (1989).

car' significa, também, falar, conversar, enquanto marcas mais evidentes de uma existência convivial, de uma oratura ainda existente, por exemplo, na *pátria breve* transmontana; a necessidade do Outro reforça-se quando associada a terceiro sentido,

(3) Habitar, morar: 'urbem, terras colere' (Cic.): habitar a cidade, as terras.

De facto, 'cultus, us' irmana estes dois na acepção de, por um lado, formação / educação / cultura do espírito (é o primeiro sentido figurado de 'cultura, æ': «Cultura autem animi philosophia est» = Ora, a cultura da alma é a filosofia, Cic., *Tvscvlanarvm Dispvtationvm* liber secvndvs, II, §13), e, por outro, género de vida, maneira de viver, costumes[9], estado de cultura, civilização – não temos, aqui, uma bela definição de 'civilização' qual 'estado de cultura', seja, civilização enquanto *processamento* de cultura? –, segundo estes exemplos: 'abunt a cultu provinciæ' (Cíc.), ficam longe da civilização da Província [romana]; pro cultu Gallorum (Cíc.), em comparação/confrontada com a civilização dos Gauleses.

O Renascimento, com a variedade dos saberes, se se torna fórmula global de estar – em latim, e no vasto espaço descoberto por via marítima, que se impregna das línguas vulgares –, vai inscrever fundamente essa diferença de civilização entre europeus e selvagens, entre superiores e inferiores, que só a partir do século XIX começa a ser revertida. É, todavia, notável a visão ecuménica, já, de um João de Barros, que denega o eurocentrismo[10]. Os Descobrimentos fazem-se charneira de Humanismo intercultural.

[9] «On se sert du mot coutume pour designer l'ensemble des modèles de comportement transmis par la tradition et logés dans le groupe, [...]. [...] ce terme ne s'applique pas à ceux des aspects de la vie en commun qui sont manifestement déterminés par des considérations d'ordre biologique. Manger du poulet frit est une coutume, mais manger n'en est pas une.» (Edward Sapir [1931], 1971: 171)

[10] «Uma concepção planetária da história pode caracterizar-se por dois elementos principais. Em primeiro lugar, um laço muito estreito entre a história e a geografia. Os acontecimentos foram situados no espaço. Tudo começa hoje pelo mapa, quer se trate de linguística, de etnografia, de história económica ou de história política. [...]

(4) Cultuar, prestar culto a, honrar, venerar, respeitar, procurar/receber as graças de: 'sacra privata colere' (Cíc.), praticar com respeito os sacrifícios domésticos; 'aliquem colere donis' (Tito Lívio), procurar as boas graças de alguém com presentes; aqui, a 'prática' ou fala é com Deus, é um culto, 'cultus, cultus', de adoração, religioso. O Outro é um ente que dizemos superior a nós; que, inclusive, nos pode

(5) proteger, vigiar (vigiar por, referido a deuses; hoje, referido a desconhecidos *big brothers*): 'terras hominumque genus colere' (Horácio), proteger as terras e a raça humana.

Assim, 'cultura, æ' conjuga as designações de (1) agricultura, e, (2) em sentido figurado, é (2. 1) cultivo do espírito, (2. 2) culto, acção de honrar e venerar, (2. 3) fazer a corte, cortejar alguém. Esta surpresa pede uma justificação. Com Cícero, reuniam-se 1 e 2. 1: «Atque, ut in eodem simili verser, ut ager quamvis fertilis sine cultura fructuosus esse non potest, sic sine doctrina animus; ita est utraque res sine altera debilis. Cultura autem animi philosophia est; haec extrahit vitia radicitus et praeparat animos ad satus accipiendos eaque mandat eis et, ut ita dicam, serit, quae adulta fructus uberrimos ferant.» (*Tvscvlanarvm Dispvtationvm* liber secvndvs, §13): E, reiterando a semelhança, assim como um campo, ainda que fértil, não pode dar fruto sem cultivo [cultura], assim é a alma sem doutrina, e ineficaz uma coisa sem a outra. Ora, a cultura da alma é a filosofia; esta arranca os vícios pela raiz, prepara as almas para receber as sementes e lança-lhas, nelas plantando, digamos assim, o que, depois de crescer, se transforma nos frutos mais copiosos.

O *Diccionario Poetico de Epithetos* por José da Fonseca (Paris, 1847: 75) resumia quanto acima fica, ao acompanhar 'cultivar' dos sentidos: agricultar, arar, lavrar, que supõe a passagem da enxada à charrua

O outro elemento característico desta concepção planetária da história é o que poderíamos chamar o ponto de vista múltiplo, ou, por outras palavras, o pressuposto de que cada civilização tem a sua própria história, de que não está subordinada à civilização europeia e cristã, dependendo de ou conduzindo a esta.» Ver Introdução em Saraiva, 2012: 8.

e ao arado; adubar; aperfeiçoar-se, polir; exercitar; aplicar-se, dar-se; e 'cultura' de cultivação, cultivo; ornato; polícia; culto. Já se prevê, a par da acção em si e de 'cultura' enquanto produto, resultado de uma acção, a educação das faculdades humanas; mais: subsumia-se o enobrecimento e elevação do espírito previsto no *kulturell* alemão, passado ao *culturel* francês de 1872 e dicionarizado em 1929.

Os modernos dicionários acrescentam contribuições da antropologia e especificam os tipos de 'cultura': de massas, erudita ou de escol, física, oficial, popular (= folclore[11]).

Avançam o nascimento de certos vocábulos: 'cultiver', cerca de 1200, do medievo latino 'cultivare', e seus derivados: 'cultivable', 1308; 'cultivateur', no séc. XIV. 'Culto' e 'cultura' já no século XV: o 'culte' francês em 1532; 'cultivar o espírito' = *cultura animi* ciceroniana, no *Dictionarium Latino-Gallicum* de Robert Estienne (1538); 'culture' de uma faculdade comparece com sentido determinado (cultura das artes, das letras, das ciências) no *Dictionnaire de l'Académie Française*, 1718. Denys Cuche ([2]2004) refere-se, ainda, à edição de 1789, e ao percurso de sentido inverso, de acção (acção de instruir) para estado: *é-se* culto, *tem-se* cultura. Datamos outros vocábulos: 'cultor', 1562-1575; 'cultural', 1881; 'cultual', 1899; 'cultuar', 'culturalizar' e derivados no século XX; 'culturismo' e 'culturista', pós-1970; 'culturístico', 1990, década em que assoma 'culturologia'.

As Luzes defendem a cultura, sempre no singular, enquanto «soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade» (Cuche, [2]2004: 32). A par desses progressos, individuais, o século XVIII assinala os progressos colectivos de melhoria das instituições, legislativos e educacionais, atinentes à *civilização*.

> Porém, enquanto a palavra francesa 'civilização' incluía normalmente a vida política, técnica e social, a 'cultura' alemã tinha uma conotação mais estreitamente religiosa, artística e intelectual. Também podia designar o refinamento intelectual de um

[11] Do inglês *folk-lore*, alterna com *folklore* no séc. XIX, para que chamou a atenção F. Adolfo Coelho (1875: 329): «[...] no que os inglezes chamam com justa razão *folk-lore*, sciencia popular, e para que nós só temos nomes de desprezo, como *historias da carochina* [*sic*], *lenda-lenda* [*sic*], *patranhas*, *crendices*, [...].»

> grupo ou de um indivíduo, e não tanto da sociedade como um todo. 'Civilização' minimizava as diferenças nacionais, ao passo que 'cultura' as realçava[12].

Esbatidas rivalidades franco-alemãs, minimizadas diferenças sob o império da civilização ocidental, é evidente que *uma* cultura singulariza nações.

5. **Construção da matriz**

A pré-história da *ideia de cultura* remete para a designada 'cultura subjectiva', de genitivo, ou com uso adjectivo. É a *agri-cultura* de Catão metaforizada em *cultura animi* ciceroniana, mais explicitamente, uma cultura de «sãs almas» (1324), data de José Pedro Machado que Ramon Lorenzo (1968) faz recuar a 1214 nas frequências de «mia alma»[13].

Na acepção *objectiva*, com uso substantivo, nasce no século XVIII alemão: *História da Arte na Antiguidade* (1764), de Winckelmann, não só particulariza, como, na diferença entre as artes grega, greco-romana, romana, institui uma história, *também*, da cultura.

Com Johann Gottfried von Herder (1959 [1784]), a Humanidade subsumiria uma cultura universal: cada homem, «animal cultural» – depois de ter sido animal 'político' e 'racional', entre Aristóteles e Kant –, libertava-se, por educação de origem genética ou assimilatória, de um estado primitivo, adentrando-se na sua verdadeira natureza. Conquistava-se «uma *cultura de identidade*: um modo de vida social, popular e tradicional, caracterizado por uma qualidade que perpassa tudo e leva a que uma pessoa se sinta enraizada ou em casa»[14]. Na mesma pági-

[12] T. Eagleton, 2003: 21. *The Idea of Culture* (2000) resume, aqui, o verbete 'Cultura' de Williams (1986 = 2007) e Elias, 1989-1990.

[13] Dieter Messner (1976: 24) datara de entre 1250-1259 a primeira entrada de *alma*. Como *alima*, A. A. Cortesão (1900: 219), apoiado em *Diplomata Chartæ* dos *Portugaliæ Monumenta Historica*, desceu a 1047.

[14] Geoffrey Hartman (1997: 211), *apud* Eagleton, 2003: 41.

na, Eagleton, secundando Williams e Jameson: «Cultura, em suma, são outras pessoas. Tal como Frederic Jameson [1993: 34] sustentou, a cultura é sempre "uma ideia do Outro (mesmo quando a utilizo em relação a mim próprio)".» Ainda para Herder, em cada povo, com língua própria, existiria um «génio nacional» cumprindo-se em destino; teríamos, logo, pluralidade de culturas.

Vem a talhe falar de E. Sapir (1921), e como a cultura é já uma *língua*, interagindo com *a* língua:

> En démontrant que la langue appartient à la culture, Sapir enrichit l'anthropologie de territoires nouveaux, mais en affirmant que les phénomènes linguistiques *sont* des phénomènes culturels, il sous-entend, par le rapport d'identité qu'il établit entre la langue et la culture, que l'ethnologie de la langue doit se doubler d'une linguistique de la culture. Or, il est un principe de l'analyse linguistique que les premiers ethnologues ont particulièrement négligé [...]: *Un élément est inintelligible dès l'instant qu'on abstrait de la totalité concrète dont il tient son sens spécifique*. La langue offre en effet un bel exemple d'un système dont toutes les parties doivent être considérées dans leur solidarité synchronique, la *valeur* de chaque terme ne résultant que de la présence simultanée des autres. (Christian Baudelot, *in* Sapir, 1971: 10-11)

Assim é para o 'génio' nacional, enquanto «agencement particulier de modèles culturels» (p. 11). Na hipótese Sapir-Whorf, uma língua, sistema de estruturas, ordena formas e categorias através das quais eu comunico, analiso e raciocino sobre a natureza, compreendo (ou não) fenómenos e relações, ergo um universo. (Whorf, 1958)

Fitche buscou negar Herder: mundo, espécie, Cultura, enquanto um Todo, não podem ser historiados, nem explicada a sua origem, dado serem unos, intemporais, necessários. O indivíduo é egoísta, pelo que compete ao Estado manter e propagar a objectiva cultura europeia, de *brancos*, é bom sublinhar. As consequências de atitude pangermânica seriam devastadoras.

Hegel viu um processo dialéctico na relação de indivíduos não inteiramente conscientes que se elevavam à universalidade formal dentro

de uma «cultura da nação», onde tudo tem o seu lugar próprio. Em cada época, haveria só uma cultura universal, e, para debelar crises entre soberanias, subsistia a guerra.

Passávamos do Reino da Graça medieval, ainda desfilando nos nossos dias, para o Reino da Cultura, seja, do Espírito Santo para as sociedades primitivas de Tylor (1871), com quem irrompe a ideia de cultura como objecto e campo de investigação. Emergem nações e identidades, não sem poucas atrocidades, mesmo se, a partir do século XV, havia já consciências 'nacionais', e fortes interconexões.

Na impossibilidade de uma cultura universal que agregaria cada cultura particular na sua mitografia, mau grado contribuições diversas (Herder), e sendo utópico tirá-la *ex nihilo*, teríamos uma cultura *kitsch* cosmopolita, recobrindo fenómenos de massas. Intermediário, estava o jornalismo, que aproveitava o fechamento das áreas de especialização para dominar «o campo geral da cultura»; mais, diria Nietzsche: «O jornal, actualmente, ocupa o lugar da cultura», e «o jornalista, o servo do momento, ocupa o lugar do génio» (Copleston, 1972: 74); sem tempo, nem sequer para nós, *pensamos* e repetimos a opinião de meios cada vez mais poderosos. Talvez seja isso que se vive hoje, no império já da Economia, já da Alta Finança, matéria mais sensível porque escraviza países ocidentais, alguns dos quais foram, antes, escravocratas.

... Quem, entretanto, se resigna à escravidão como «base da cultura, quando exige uma dicotomia entre a aristocracia dos espíritos livres e nobres e a multidão dos que trabalham» – «uma esfera de não-cultura como base para uma esfera de cultura» (p. 70) –, saiba-se, ao menos, acompanhado por Nietzsche...

A concepção universalista de 'cultura' substituiria a contento o de 'nações', segundo tylorianos. Os últimos 150 anos mostram os desfasamentos. Primeiro, julgou-se conhecermos as idas sociedades; depois, «herdeiros de todo o planeta», em breve, a humanidade seria «uma só» (A. Malraux, *in* Boorstin, 2000: 300).

Guerras mundiais mataram ilusões. Estaremos nesse caminho, por interpostas e cada vez mais desenvolvidas formas de comunicação? Ou esse determinismo tecnológico, em que assenta a sociedade de informa-

ção, não será, afinal, mais do que uma passagem a reinos obscuros de tentáculos económico-financeiros?

Edward Burnett Tylor procura, aos 23 anos (1855), curar-se da tuberculose em Havana e encontra um arqueólogo, quacre como ele, que o arrasta para o estudo dos Toltecas mexicanos. Sem formação superior, porque a sua facção protestante (fundada na Inglaterra do séc. XVII) não autoriza a frequência universitária, Tylor torna-se pai da antropologia cultural, com *Primitive Culture* (1871)[15], cujo subtítulo é um programa: *Researches into de development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom*[16]. O capítulo I, "The Science of Culture", abre com a célebre definição[17]: «CULTURE or Civilisation, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society.» (p. 1) Note-se o facto de ser uma *aquisição*, não uma hereditariedade. Isto é válido tanto para indivíduos como para vastas comunidades.

Selvagem, mas não torpe ou bruta, a raça 'inferior' encontrada pratica o animismo, como primeiro estádio do que será, um dia, a crença religiosa de raça 'superior': a história da humanidade, ou sua *unidade*

[15] ... Que os franceses traduzem por *La Civilisation Primitive*, 1876. Também Ruth Benedict, *Patterns of Culture*, resulta *Échantillons de Civilisations*. Não foi fácil chegarem à equivalência *pattern / modèle*.

[16] [4]1903, 2 vols., Londres, revista; ou New York, 1874, 1.ª ed. americana, a partir da 2.ª ed. inglesa, 1873.

[17] Primeiro sentido de cultura (em sentido antropológico), que G. Bueno traduz: «La cultura o civilización, en sentido etnográfico amplio, es aquel todo complejo que incluye el conocimiento, las creencias, el arte, la moral, el derecho, las costumbres y cualesquiera otros hábitos o capacidades adquiridos por el hombre en cuanto miembro de la sociedad.» ([2]1997: 235) Não raros criticam esta definição abrangente. Ver Geertz, 1978. A definição que Geertz dá de cultura – «um sistema de símbolos em perpétua interacção» (Augé, 2001: 38) – é por este criticada: «Mais exactamente, só seria um texto [não um dicionário ou repertório] se, de uma forma ou de outra, as práticas observadas pelo etnólogo narrassem sempre a cultura: esta hipótese hiperculturalista de uma integral e recíproca transparência entre sociedade, cultura e indivíduo não seria hoje sustentada por ninguém, e sem dúvida também não por Geertz, mas só ela daria coerência à teoria da cultura como texto tomado, se assim posso dizer, à letra.» (p. 40)

psíquica, vive de *sinais* sobrevivos que dão forma à série unilinear de crenças e instituições. Doravante, não haverá lugar a distinguir superiores e inferiores, surjam embora expressões como «lower races». O passado e o Outro, mesmo em pé de desigualdade, importam à explicação do universo *em* presente. Um microcosmo magnifica a totalidade humana; por analogia, o particular universaliza-se. O evolucionismo acredita na caminhada, inelutável, para a civilização. *A sociedade primitiva* (parafraseando título de Lewis Morgan, *Ancient Society, Or Researches in the Lines of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization*, 1877) evoluía da selvajaria para a barbárie – em que se continha, *também*, nem sempre conscientemente, a *diferença* sentida pelos gregos em relação aos *bárbaros*, estranhos à sua língua e costumes, que o século XX repegou (Hobsbawm, [3]1999: 334-350) –, até chegar à civilização, a partir de correlações entre formas produtivas, laços parentais, consciência social. Esse desenvolvimento faz-se por estádios: cultural, industrial, intelectual, político, moral. Dito de outro modo, cada um destes requer, sob método comparatista, uma multiplicidade de aspectos, entre materiais e simbólicos. A unidade sonhada sobreleva a temporária diversidade ou alegada degenerescência (teoria que Tylor combate), porque as diferenças são de grau, não de natureza.

Este optimismo das semelhanças formais confundia analogia e identidade. A História e a Geografia viriam desmentir a fácil sucessão das fases sociais ou o igual significado de instituições paralelas. No mínimo, carecíamos de provas para justificar certos estádios (totemismo, filiação matrilinear, grupos matrimoniais), ou ver em traços de hoje prevalências de antanho. Enfim, não devemos concluir que a nossa civilização, por mais avançada, respira culturas mais genuínas (*genuine cultures*), que Sapir opunha às espúrias (*spurious cultures*). Bastaria pensar na perda dos valores de uso, e como a literatura e ensaísmo dos séculos XIX-XX exploraram o sujeito problemático num mundo degradado.

Franz Boas viu no diverso que se lhe deparou, entre sociedades distintas, os elementos compósitos de uma cultura abrangente; a idênticas formas de pensamento em primitivos e civilizados – «There is no fundamental difference in the ways of thinking of primitive and civili-

zed man.» (1938: V; demonstração prática em Boas, 1976) – correspondiam iguais capacidades de desenvolvimento, *na diferença cultural*: «The modern view is founded on the observation that the same ethnical phenomena occur among the most diverse people, or, as Bastian said, on the appalling monotony of the fundamental ideas of mankind all over the globe.» ([1896] 1966: 271) Aceitava 'la civilisation des sauvages', segundo Volney[18], logo, um uso plural, 'civilisations'[19]. Fim, pois, a quaisquer hierarquias ou superioridades raciais, que não são chamadas ao método indutivo e multidisciplinar da etnografia, por ele fundada (*cf.* "The methods of ethnology [1929], 1966: 281-289), fruto de observação intensa:

> Knowledge of the life processes and behavior of man under conditions of life fundamentally different from our own can help us to obtain a freer view of our own lives and of our life problems. The dynamics of life have always been of greater interest to me than the description of conditions, although I recognize that the latter must form the indispensable material on which to base our conclusions. (1966: V; prefácio de 1939)

Evitando as leis gerais, busca, a cada nova experiência, respeitador e tolerante, perceber a unidade de uma cultura: a sua concepção é particularista, no seio de indesmentível «intermingling of racial types» ([1931] 1966: 3). No artigo "The limitations of the comparative method of anthropology" ([1896] 1966: 270-280), concluía numa dimensão conjugada em 'áreas' e 'traços' culturais comuns:

> Modern anthropology has discovered the fact that human society has grown and developed everywhere in such a manner that the forms, its opinions and its actions have many fundamental traits in common. This momentous discovery implies that laws exist which govern the development of society, that they are applicabe

[18] *Tableau du Climat et du Sol des États-Unis d'Amérique. Suivi d'éclaircissements sur la Floride, sur la colonie française à Scioto, sur quelques colonies canadiennes, et sur les sauvages*, 1825. Manuel Antunes (1999: 40) adapta aquele título, que diz anterior a 1814.

[19] Já em Pierre-Simon Ballanche. 1819. *Le Vieillard et le Jeune Homme*.

> to our society as well as to those of past times and distant lands; that their knowledge will be a means of understanding the causes furthering and retarding civilization; and that, guided by his knowledge, we may hope to govern our actions so that the greatest benefit to mankind will accrue from them. (1966: 270)

Não basta, porém, ficar pela verificação de leis que governam um desenvolvimento comum:

> The object of our investigation is to find the *processes* by which certain stages of culture have developed. The customs and beliefs themselves are not the ultimate objects of research. We desire to learn the reasons why such customs and beliefs exist – in other words, we wish to discover the history of their development. ([1896] 1966: 276)

Este desiderato, multidisciplinar, aproveitou à História Cultural.

Coetâneo, Lévy-Bruhl aprofunda essa diferença cultural, ou de 'mentalidade', entre povos que não deixam de comunicar. Essa mentalidade, primitiva (*La Mentalité Primitive*, 1922) ou pré-lógica, «caracteriza-se principalmente pelo facto de não assentar nos nossos princípios racionais da identidade e da não contradição, mas no da participação, que leva os primitivos a crer que um ser ou um objecto pode ser ao mesmo tempo ele próprio e outra coisa, e que há laços invisíveis entre seres diferentes. [...] O que produz esta mentalidade tão diferente da nossa é o facto de as representações colectivas, nesses povos, serem místicas, porque supõem "a crença em forças, em influências, em acções imperceptíveis aos sentidos e no entanto reais".» (Cazeneuve, 1990: 145). Da etnografia, como recolha e descrição, reforça-se, com a etnologia já pensada em 1787 por Alexandre de Chavannes[20], a análise racial e comportamental, que diverge em antropologia física e social[21]; enfim, antropologia cultural, tomando o homem como 'ser cultu-

[20] Descritivista, aplica-se à disciplina que estuda a «história dos progressos dos povos a caminho da civilização» (Cuche, [2]2004: 33).

[21] Ver F. Boas, "Some recent criticisms of physical anthropology" [1899], 1966: 165--171; "The relations between physical and social anthropology" [1936], 1966: 172-175.

ral', adaptável, mas impondo-se à natureza, menos instintivo e geneticamente determinado que aprendiz, social e culturalmente padronizado em vista a uma acumulação de experiências (Kroeber, 1993). Julio Caro Baroja diz desta antropologia «a ciência etnológica [que] trata de certo modo do homem como *ser social e produtor de cultura ou civilização* através do espaço e do tempo» (*apud* Pestana, 1978: 49).

No paralelo sociológico de Émile Durkheim, a dimensão cultural insere-se na compreensão do todo social, onde entra um conjunto de tradições que definem a cultura intersubjectiva (intersomática, social, no acrescento de G. Bueno). Acrescem costumes, cerimónias, uma ritualística congregadora de indivíduos enquanto partícipes da comunidade. Entretanto, as civilizações unificam-se, orgânica e solidariamente, em humanidade; qual a natureza dessa ligação?

Sobre-individual, há uma 'consciência colectiva' da sociedade, formada por representações, valores, ideais, sentimentos. Em *Da Divisão do Trabalho Social* (1893), define-se 'consciência colectiva' como «o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade» (Aron, 1991: 316). Diremos que são as constantes, as *invariantes culturais* do estruturalismo, inscritas na mente. A parte histórico-social e ambiental tem uma graduação relativa nas culturas, que são em número limitado, regidas por um *modelo*, «conjunto estruturado dos mecanismos através dos quais uma cultura se adapta ao seu meio ambiente» (Cuche, ^{2}2004: 62). Estamos a um passo das mitologias – das pessoais e grupais às supranacionais –, cuja comunicação resulta em unidade ou sociedade fechadas, numa rigidez que, por vezes, obnubila a criatividade humana, se inexistirem inter-influências estruturais. Por isso, vale a pena transcrever Robert H. Lowie (1920: 13):

> The knowledge of primitive society has an educational value that should recommend its study even to those who are not primarily interested in the processes of culture history. All of us are born into a set of traditional institutions and social conventions that are accepted not only as natural but as the only conceivable response to social needs. Departures from our standards in foreigners bear in our biased view the stamp of inferiority. Against this purblind provincialism there is no better antidote than the systematic study

> of alien civilizations. Acquaintance with adjustments in one society after another that rest on wholly different foundations from those with which we are familiar enlarges our notion of social potentialities [...][22].

Ruth Benedict define a diversidade, limitada, de culturas segundo um 'tipo' – abordou os tipos apolíneo e dionisíaco – em oscilações no 'arco cultural', ou seja, cada cultura tem uma configuração própria e fornece-nos um 'esquema' inconsciente. Importa deslindar um universal humano no fenómeno particular, seja na religião do consumo, no culto das vedetas, na cozinha de um país, como operavam os sistemas simbólicos de Claude Lévi-Strauss, que organizava a relação entre *a* Cultura, universal, invariável, e *as* culturas.

Os efeitos da cultura sobre a personalidade individual, e sua recíproca, foram estudados por E. Sapir. Cada comportamento projecta modelos, mais evidentes na linguagem, cuja natureza inconsciente, esquecida ou recalcada (inconsciente individual de Jung), vem ao de cima. No gesto, na vida económica, na educação, nas regras de etiqueta, etc. – que poderíamos sintetizar numa útil proxémia[23] –, inscrevem-se igual-

[22] Na trad. francesa de *Primitive Society*, *Traité de Sociologie Primitive* [1936], Paris: Union Générale d'Éditions, 1969, final do 1.º cap. / Introdução, temos: «La science de la société primitive a une valeur éducative qui recommanderait son étude même à ceux qui ne s'intéresseraient pas de prime abord aux phénomènes de l'histoire culturelle. Nous sommes tous nés dans un ensemble d'institutions traditionnelles et de conventions sociales que nous tenons non seulement pour naturel mais encore comme la seule réponse concevable aux nécessités sociales. Lorsque les étrangers n'observent pas les mêmes conventions que nous, nos préjugés nous les font considérer comme nettement inférieurs. Contre ce provincialisme étroit, il n'est pas de meilleur antidote qu'une étude systématique des civilisations étrangères. En nous familiarisant avec les particularités de sociétés diverses, reposant sur des fondements totalement différents de ceux auxquels nous sommes habitués, nous élargirons notre notion des virtualités sociales, [...].»

[23] «Le terme de "proxémie" est un néologisme que j'ai créé pour désigner l'ensemble des observations et théories concernant l'usage que l'homme fait de l'espace en tant que produit culturel spécifique» (Hall, 1978: 13). Esta 'antropologia do espaço' assenta em quatro distâncias, cada uma delas próxima e longínqua: íntima, pessoal, social, pública. Estudar a cultura «au sens proxémique consiste à étudier l'usage que font les individus de leur appareil sensoriel selon leurs différents états affectifs, au cours d'activités ou de

mente «symbolismes voilés de conduite sociale» ([1934] 1971: 52), ou do inconsciente colectivo (Jung, 1952), geracionalmente transmitidos, com que se ergue a pirâmide civilizacional:

> Il faudrait étudier aussi les symbolismes personnels qui se font jour dans le mouvement des modèles culturels. Ces symbolismes ont d'autant plus de valeur qu'ils échappent à la conscience et déterminent le comportement. L'intérêt qu'on porte à une science peut être une sublimation très raffinée, [...]. La charité est souvent motivé par le désir inconscient de fouiller des existences qu'on est bien heureux de n'avoir pas à partager. (p. 53-54)

Em artigo do mesmo ano, Sapir pegou nos introvertidos e extrovertidos de Jung, a que aplicou os quatro tipos funcionais da personalidade – intelectual, afectivo [racionais; Sapir prefere 'organisés'], sensitivo, intuitivo [irracionais; prefere 'inorganisés'] –, propondo «analyser et comparer de très près les *images* de la personnalité individuelle»:

> Il existe une relation primordiale entre la culture et la personnalité. D'une part, il est indiscutable que les différents types de personnalité influencient profondément la pensée et l'action de toute la communauté. En outre, [...] certaines formes de conduite sociale [...] se fixent de préférence sur certains types de personnalité précis. Les modèles agressifs de la vie militaire, par exemple, ne conviennent pas à toutes les personnalités; les subtilités de la littérature ou de la science ne sont pas à la portée de n'importe quelle personnalité. [...]
> L'influence de la société sur la personnalité doit finir par marquer petit à petit la psychologie des cultures. Ainsi la culture [...] des Etats-Unis est franchement extrovertie, et favorise l'intellect et l'intuition au détriment de l'affectivité; enfin les cultures latines sont davantage axées sur les sens que celles de l'Europe septentrionale. (1971: 75)

Corolário desta atitude, o *lugar* da cultura não é a 'sociedade', onde o antropólogo inventaria modelos de comportamento «ouvertement manifestés par tout ou partie de ses membres»:

rapports humains variés, de même que dans des environnements divers» (p. 223).

> Le véritable lieu de la culture, ce sont les interactions individuelles et, sur le plan subjectif, l'univers de significations que chacun peut se construire à la faveur de ses relations avec autrui. Chaque individu est donc, à la lettre, le représentant d'au moins une sous-culture, surgeon de la culture collective du groupe auquel il appartient. Il représente souvent, sinon régulièrement, plusieurs sous-cultures; le degré de conformité entre la conduite sociale d'un individu donné et la culture typique ou collective d'un groupe varie énormément. ([1932] 1971: 94-95)

Ainda nessa relação cultura / personalidade, Margaret Mead desvalorizou os caracteres biológicos: entre condicionamento, estímulos e interditos, aderimos aos princípios-base da cultura. É o processo de *inculturação*. A *sociedade primitiva* de Lowie também se estruturava fora de laços parentais ou familiares. Na variedade psicológica, Ralph Linton salienta o que é comum ao grupo[24], tido por *normal*, ou *personalidade de base*. Vizinha o conceito de *patológico* (M. Foucault, 1954, 1962; R. Bastide, 1966). Podem coexistir, todavia, vários tipos de normalidade, o que alarga as variantes de A. Kardiner, quando 'instituições secundárias' (sistemas de valores ou crenças) conflituam com 'instituições primárias' (família, escola). Este culturalismo americano «tende a explicar a cultura como sistema de comportamentos aprendido e transmitido pela educação, pela imitação e pelo condicionamento num dado meio social» (Rivière, 1990: 63).

Contra o evolucionismo de Tylor e o difusionismo de F. Boas[25], o funcionalismo de Bronislaw Malinowski quis-se análise sincrónica, no presente. Se interdependentes, os elementos do sistema não podem ser estudados de modo atomizado. Mais: ao perguntar-se o que é cultura, logo submete esta à «satisfaction des besoins élémentaires, ou organi-

[24] «Tout groupe est l'expression d'un intérêt qui assure la cohésion de ses membres.» (E. Sapir [1932], 1971: 182) Na teoria sociológica, há «trois grandes classes de groupes; ceux qui se définissent par la relation de proximité physique, ceux qui se définissent par des objectifs spécifiques et ceux qui se définissent par des symboles.» (p. 183) Devem, porém, misturar-se estas condições, em que o indivíduo entrará segundo tripla assimilação: directa, selectiva, *transferred*.

[25] *Cf.* F. Boas, "Evolution or diffusion?" [1924], 1966: 290-294.

ques, de l'homme et de la race»[26]. No capítulo 8 (p. 68), esquematiza em (1) instintos, (2) actos e (3) satisfações correspondentes os sete fundamentos biológicos da cultura: assim, por exemplo, (1) a necessidade de respirar exige (2) inalação de oxigénio, resultando em (3) eliminação de CO^2. Determinar a relação das necessidades elementares com as respostas ou actos culturais funda a análise funcional, em sete pontos: 1. Metabolismo / subsistências; 2. Reprodução / parentesco; 3. Bem-estar corporal / abrigo; 4. Segurança / protecção; 5. Movimento / actividades; 6. Crescimento / educação; 7. Saúde / higiene (p. 78). Como cada necessidade se cumpre noutra necessidade, chegamos à «organisation économique» (p. 37), unidade que se designa por *instituição*: «C'est un concept qui implique un accord mutuel sur un ensemble de valeurs traditionnelles qui rassemblent les êtres humains.» (p. 38) No cap. 6, faz corresponder aos sete princípios de integração (reprodução; territorial; fisiológico = «Distinctions dues au sexe, à l'âge, aux tares ou aux symptômes corporels» (p. 57); associações espontâneas; ocupacional e profissional; categoria («Rang») e estatuto; totalidade = «Intégration par la communauté de culture ou par le pouvoir politique» [p. 58]) os respectivos tipos de instituições, de que ficam alguns exemplos: família ou clã; aldeia, cidade, região, província, tribo; hospícios; sociedades secretas ou artísticas, clubes; mágicos, feiticeiros, padres, mesteirais e oficiais diversos, escolas, tribunais, exércitos; divisão e graus classistas no clero, nobreza, burguesia, campesinato, escravatura e sistema de castas, ou estratificação segundo critérios étnicos; tribo / nação, unidades culturais em sociedades primitivas ou evoluídas, a par de subgrupos culturais no sentido regional de enclave (minorias estrangeiras, gueto, ciganos), e, como unidade política, tribo, nação, Estado e respectivas diferenças. A 'natureza das necessidades derivadas' tem quatro imperativos e suas respostas (p. 106): à produção de novos aparelhos culturais dos utensílios e bens de consumo responde a economia; a codificação técnica, moral ou jurídica do comportamento humano pede um controlo

[26] Segue-se a versão francesa, *Une Théorie Scientifique de la Culture*, Paris: Seuil, s. d. [1970]: 36, de *A Scientific Theory of Culture and Others Essays* (1944). Em 1922, saíra *The Scientific Theory of Culture*.

social; a renovação e treino de quem, fautor da tradição, alimenta as instituições, exigem educação; a definição de poderes e meios para executar ordens no seio de cada instituição impõe organização política. Isto alarga uma definição ainda tímida:

> La culture est un tout indivisible où entrent des institutions qui, pour une part sont autonomes, et pour une autre part communiquent. Les principes d'intégration sont multiples: liens du sang engendrés par la procréation; spécialisation des activités; enfin et surtout, utilisation du pouvoir dans l'organisation politique. Chaque culture doit son intégrité et son indépendance au fait qu'elle trouve à satisfaire tout le spectre des besoins, élémentaires, dérivés et intégrants. (p. 39)

Resumindo, a axiomática do funcionalismo assenta em cinco alíneas (p. 127-128):

> A La culture est avant tout un appareil instrumental qui permet à l'homme de mieux résoudre les problèmes concrets et spécifiques qu'il doit affronter dans son milieu lorsqu'il donne satisfaction à ses besoins.
> B C'est un système d'objets, d'activités et d'attitudes dont chaque élément constitue un moyen adapté à une fin.
> C C'est un tout indivis dont les divers éléments sont interdépendants.
> D Ces activités, ces attitudes et ces objets sont organisés autour d'une besogne importante et vitale et forment des institutions comme le clan, la tribu, la famille, la communauté locale ainsi que des équipes organisés de cooperation économique, d'activité politique, juridique et pédagogique.
> E Du point de vue dynamique, c'est-à-dire du point de vue du type d'activité, on peut décomposer la culture en un certain nombre d'aspects: éducation, contrôle social, économie, systèmes de connaissance, de croyances et de moralité; modes d'expression et de création artistiques.

As disfunções de Kardiner não são pensadas por Malinowski, mas interessam à sociologia, que, do indivíduo e seu processo de integração (Durkheim: pela educação; Parsons: pela família, escola, pares) ou

socialização, sobe ao grupo e sua particular subcultura, virando, quiçá, contra-cultura. Quando desaparece a cultura de origem e se interioriza a dominante, por um processo de difusão, falamos em *assimilação*, que alguns tomam como final do processo de *aculturação* (termo de J. W. Powell, 1880). De facto, no contacto entre grupos de culturas diferentes, se se adoptam 'centros culturais', também há choques e rejeições, «interpenetrações» e «reinterpretação» (R. Bastide; Herskovits[27]), descontinuidades, transferências parciais e mesmo oposição (Georges Balandier: conserva-se a religião originária, por exemplo), miscigenações historicamente documentadas, resultando, mesmo, em «dupla aculturação» (R. Bastide), com efeitos em várias frentes: no desnivelamento (Charles Lalo), processo em que o 'menor' (na arte, nomeadamente) se alcandora, enquanto o 'maior' decai; ou na construção identitária, ainda prejudicada pela pseudomorfose e pelo amontoamento. Se este, sem continuidade causal, brilha na arte conceptual, mas também na reunião forçada, aleatória, de comunidades (como se amontoadas numa lixeira), a pseudomorfose importa aos estudos pós-coloniais e ao *declínio do Ocidente*, na definição de Spengler:

> Chamo pseudomorfose histórica aos casos nos quais uma velha cultura estrangeira cobre o solo, com um tal poder que impede uma jovem cultura de respirar e por isso esta não chega, no seu próprio domínio, não somente a desenvolver as suas formas puras de expressão mas também ao desenvolvimento completo da sua própria consciência[28].

Sem intercâmbios ou conformação ao geral sociológico, fechadas na sua singularidade *mortal*, Oswald Spengler descreveu, em *The De-*

[27] 1967: 248: «[...] processus par lequel d'anciennes significations sont attribuées à des éléments nouveaux ou par lequel de nouvelles valeurs changent la signification culturelle des formes anciennes.» Com R. Linton e R. Redfield, assinou o "Memorandum" (*American Anthropologist*, 1936) definidor de aculturação, «conjunto das mudanças que se produzem nos modelos culturais (*patterns of culture*) originais, quando grupos de indivíduos de culturas diferentes entram em contacto directo e contínuo» (Segrestin, 1990: 12).

[28] Deficientes tradução e pontuação num, porém, útil e antológico Gilbert Durand, 1982: 241.

cline of the West[29], oito culturas, elidindo estados e nações: Egípcia, Babilónica, Indiana, China, Clássica (= Antiguidades grega e romana), Árabe ou Islâmica, Euro-ocidental ou Fáustica, Mexicana. Anunciava-se uma nona, a Eslava. A unicidade histórica – «regida pelo destino» – funcionaria por ciclos, como em Vico, cuja *Scienza Nuova* (1725) olha à civilização nas idades divina (grega), heróica (romana) e humana (europeia)[30]. «'Morfologia' era a palavra certa para aquilo que Spengler propunha – não um relato linear da evolução social, mas um inventário dinâmico das formas que tinham tomado os esforços humanos em toda a Terra e poderiam tomar no futuro.» (Boorstin, 2000: 304) Nessa dinâmica, há culturas particulares relacionando intimamente artes e ciências – ou, mais completamente, estabelecendo 'relações morfológicas' entre o uno e o diverso (daí, morfologismo, uma das escolas da antropologia) –, culturas que, no seu ciclo vital, compõem um momento da História. É a cultura morfodinâmica de G. Bueno, exemplificando com «la cultura del Egipto faraónico de las cuatro primeras dinastias, la cultura griega clásica (o "cultura de la polis")» ([2]1997: 237]. Poderíamos dizer 'o século de Péricles', 'a era dos Descobrimentos portugueses'. Noutra aplicação, ser 'contemporâneo' pode significar *não ser do mesmo tempo*, mas *ver* o espírito da cultura, o seu 'símbolo primário', em momentos distintos. Passa-se isso quando nos vemos «viver no século XVII», reiteramos cultos e modas ancestrais, transpomos para hoje, e acamaradamos com, personagens de outras épocas... Não há só ilusão; de facto, assumimos o que a moda já é: «une coutume qui se renie» (Sapir [1931], 1971: 162).

Organismos ou *morfologias*, as culturas vivem as fases da Humanidade que biografam: nascimento, juventude, maturidade, declínio[31].

[29] O 1.º volume do original alemão é de 1918; trad. inglesa, 1918-1922.

[30] De facto, «acrescentamos, neste livro quarto, o curso que seguem as nações, procedendo com constante uniformidade em todos os seus variados e tão diferentes costumes, através da divisão das três idades que os Egípcios diziam terem transcorrido antes do seu mundo, a dos deuses, a dos heróis e a dos homens, [...]» (Vico, 2005: 667).

[31] Charles Lalo (1877-1953) acompanhou-o na 'lei dos três estados estéticos': pré-clássico, clássico, pós-clássico, correspondendo-lhes as fases primitiva e ascendente, equilibrada e decadente, declinando até à morte.

«A civilização é o *destino* inevitável da cultura.» (Spengler, *in* Boorstin, 2000: 305) Inquieta, efervescente, viril, em busca do saber, produtiva, esta desemboca em organização – institucionaliza-se – e comodidade material, assente num consumo superior ao que se produz: este declínio até à decrepitude, *fatal*, é de ordem espiritual, e não espacial e temporalmente localizável, como em Edward Gibbon, *Decline and Fall of the Roman Empire* (1776-1788). O botânico e zoólogo N. I. Danilevski (1822-1885) definirá dez tipos, cabendo ao derradeiro, o russo, «realizar o conjunto das quatro grandes actividades – religiosa, cultural, política e social – que outros povos realizaram separadamente»[32]. Um físico ou astrónomo talvez considere a explosão última, a ruína total da Humanidade que somos. Hoje, a Imprensa de divulgação, apoiada em especialistas, pulveriza o conceito de 'civilização' ao longo de 6 000 anos[33].

Arnold J. Toynbee relacionou culturas (melhor, *sociedades*, com tradições próprias) e suas *interferências*, o que a visão estanque de Spengler não admitia. A *sobrevivência* civilizacional ficava a dever-se, não à biologia ou à geografia, que favoreciam a religião do estado-nação (ou do nazismo, ou do Reino dos Céus; o verdadeiro sujeito da História «Ha de ser la más pequeña unidad inteligible de cultura, que no es la nación, sino la civilización»[34]), mas à *resposta* que um *desafio* concreto antolhava, e a que 21 civilizações sucumbiram: progresso era esse fenómeno de *eterealização*, ou «ultrapassagem de obstáculos materiais que liberta a energia da sociedade para produzir respostas a desafios que daí

[32] *Cf.* Manuel Antunes, 1999: 50, que se apoia em *Rússia e Europa*, 1871; melhor, *Rússia e Europa. Uma Pesquisa das Relações Culturais e Políticas do Mundo Eslavo com o Mundo Germano-Latino*, dois anos antes saído no mensário *Zarya*.

[33] *Le Nouvel Observateur*, Hors-Série / Les Essentiels, n.º 1, juin-juillet 2012, inaugura-se com "Les Grandes Civilisations racontées par les plus grands maîtres". Misturam-se países, tribos, períodos e até a lendária Atlântida. Mais variado, "L'Atlas des Civilisations", édition 2012 de *Le Monde / La Vie*, divide-se em cinco grandes capítulos: Qu'est-ce qu'une civilisation?; Les civilisations anciennes; Les civilisations contemporaines; Dialogue ou conflit?; Vers une civilisation planetaire?.

[34] L. Rodríguez Aranda, *apud* Toynbee, 1958: XIII. A admiração de E. R. Curtius por Toynbee resume-se em *La Littérature Européenne et le Moyen-Âge Latin*, I, Paris, Presses Universitaires de France, 1986: 33-36.

em diante são mais interiores do que exteriores, mais espirituais do que materiais» (Boorstin, 2000: 309). Sobreviveram cinco civilizações ou sociedades: a ocidental cristã, a ortodoxa (Rússia), a islâmica, a hindu e a do Extremo Oriente. Ironicamente, Toynbee vai concluir o seu percurso, também de vida, considerando que o sentido da História já não está nas unidades 'sociedade' ou 'civilização', mas nas 'religiões superiores', assim transformando a História «num ramo da teodiceia» (p. 310), como procuram certas igrejas.

Pitirim Sorokine (1957) vê, não fins de ciclo vitais, mas estados sucessivos, oscilatórios, segundo as fases ideacional, sensorial (que se opõem radicalmente), idealística ou mista, conduzidas por super-sistemas que duram séculos. A primeira é espiritualista, como até à queda do Império Romano do Ocidente (1453); a segunda, material, mercantilista, mostra um mundo em desagregação, em perda de valores.

6. *Notas para a Definição de Cultura*

Segundo Santo Agostinho, em *A Cidade de Deus*, o afecto ou *caritas*[35] vem com o casamento e torna-se um dos fundamentos civilizacionais. À volta do casamento organiza-se a família, núcleo de civilização ou cultura, entre F. Guizot (*Histoire de la Civilisation en Europe*, 1828) e T. S. Eliot. Não deveria ser à volta do afecto? Deixemos razões de quem se une, e desune cada vez mais, em contrato de carga, cedo ou tarde, económica. Alternativas como a oficializada união de facto ou o casamento de pessoas do mesmo sexo vêm mudando uma tradição milenar. Alterou-se, também, o conceito de família, mas não diminuiu a sua responsabilidade *constitutiva* – «la seule structure sociale que tous les hommes connaissent dès leur naissance» (Sapir [1927], 1971: 147) –, projectando-se em grupos, aglomerados, exigências funcionais. Quando os Romanos integraram na agricultura e na escravidão legal tribos conquistadas, nascia o escravo de casa, doméstico, fâmulo,

[35] Deu *caridade*, palavras que, para outros, veio do grego *carus*: caro, alto valor, digno de amor ou de apreço.

'famulus', donde proveio 'família'. Da estrutura paterfamiliar, patriarcal – o patriarcado, sob cuja autoridade está uma vasta comunidade, mantém-se na hierarquia religiosa cristã –, à atomização ocidental de hoje fez-se um longo caminho, que obriga a rever apriorismos. Com passagem às duas famílias, paterna e materna, na Idade Média, ao laicismo e às migrações industriais em Setecentos, estreitou-se o núcleo, enquanto se partilhava a educação dos filhos com a escola e os idosos entravam no assistencialismo. Vínculos de tipo vário – religião, sangue, economia, ou legais – convergem em estrutura de causas comuns que designamos por 'família'. Nenhum desses vínculos é, porém, suficiente ou razão *sine qua non*. Nem sequer, já, a leitura engelsiana da mulher como «propriedade privada», na monogamia. Este prólogo interessa a quanto de visão tradicional subsiste no que segue.

A definição (= o estabelecimento de limites) de cultura desejada coesa em T. S. Eliot apoia-se numa «estrutura orgânica» assente em classes sociais e transmissão hereditária; na especificidade geográfica, ou «regionalismo», desembocando em «culturais locais» (1965: 16), a partir da qual se perfaz uma cultura nacional; na religião, com seus cultos e devoções, e surto ou decadência culturais. Esses limites – conjugados no indivíduo [cuja 'perfeição' vai além das parcas condições *artísticas* e no escopo avançado, no prefácio de 1869: VIII, por Matthew Arnold[36]], grupo / classe e sociedade, que o Estado deve enquadrar, sem baixar os padrões que perigam no acesso universal à educação – vivem *em relação*, conceito operatório útil, mas excessivo, quando impõe cultura *e* religião [«nunca houve uma cultura que se desenvolvesse sem uma religião que a acompanhasse» (p. 15); uma e outra como «dois aspectos diferentes da mesma coisa, a cultura sendo, essencialmente,

[36] Em *Culture and Anarchy: An Essay in Political and Social Criticism*: «The whole scope of the essay is to recommend culture as the great help out of our present difficulties; culture being a pursuit of our total perfection by means of getting to know, on all the matters which most concern us, the best which has been thought and said in the world, and, through this knowledge, turning a stream of fresh and free thought upon our stock notions and habits, which we now follow staunchly but mechanically, vainly imagining that there is a virtue in following them staunchly which makes up for the mischief of following them mechanically.»

a encarnação (por assim dizer) da religião de um povo» (p. 29); mais ainda, uma religião «como *o modo de vida total* de um povo, desde o nascimento à morte, de manhã à noite e mesmo no sono, e esse modo de vida é também a sua cultura» (p. 31); itálico do autor, em súmula antropológica], a tal ponto a religião se controverteu, e se dilui, mesmo. Um dos perigos é «diferenciar entre culturas mais elevadas e mais baixas» (p. 19), o que subentende religiões e povos inferiores e superiores, e uma visão essencialista ou cristalizada, que é um retrocesso, após Tylor, *in texto*. Assim se explicam as guerras disfarçadas em cruzadas de fé. Explicita, mesmo, que «Uma religião universal é, pelo menos potencialmente, mais elevada do que a religião que uma raça ou nação conserve exclusivamente para si; e uma cultura incluindo uma religião também incluindo outras culturas é, pelo menos potencialmente, uma cultura mais elevada do que uma cultura que tenha uma religião exclusivamente sua» (p. 31). O que se entende por «elevada»? porquê o modalizador «potencialmente»? porque terá de passar a relação intercultural pelo crivo da religião, ou porque se concebe *uma* religião com várias culturas, se a relação era singular? Perdão: nem *relação*, nem *identificação*, mas «cultura de um povo como sendo a *encarnação* da sua religião» (p. 33; cursivos do autor). Em vez de 'religião', seria preferível escrever 'sentimento religioso': «Si la première n'apparaît que dans les sociétés hautement différenciées où les conduites religieuses ont été modelées par la tradition, l'autre est universelle. // [...] Il semble aussi universel que le maniement du langage ou de l'outil.» (Sapir [1928], 1971: 191-192)

Ao ser humano assistem condições "naturais", mas «cultura é uma coisa que nunca poderemos atingir deliberadamente» (p. 19), seja, «por uma organização deliberada» (p. 20). Confuso? ambíguo? contraditório? Há tudo isso – ou lapalissada, se o indivíduo só funciona para lá de si, na relação com o grupo e a sociedade (p. 24), relação quebrada, se se aceita a «desintegração cultural», fruto da «especialização cultural» (p. 26; no que ficamos?) –, e Eliot não desaproveita exemplos *como* posições ideológicas (três anos após o termo da Segunda Guerra Mundial, quando, no Centro e Leste, vinga um centralismo que diz querer abolir

as classes sociais) ou do foro religioso. Num parágrafo de diálogo internacionalista, sintomatiza o declínio cultural britânico na «indiferença ante a arte de preparar os alimentos». Ainda hoje isso acontece, o que abriu portas a italianos e demais cozinhas. O desconsolo gastronómico-sociológico redunda em bela frase de efeito: «Cultura pode até ser descrita simplesmente como aquilo que faz a vida merecer ser vivida.» (p. 28) A definição dá para tudo, e não convence suicidas. É o contrário de uma *definição*.

"A classe e a elite", título do cap. II, já comporta distinção de época, cujo desuso não está para breve. A função cria classe, cuja função é «preservar e comunicar os padrões de *maneiras* – que são elemento vital na cultura do grupo» (p. 42-43; itálico do autor); mesmo quando esta desapareça – presume-se que seja a classe alta por nascimento –, continuarão a existir indivíduos superiores, cujas diferenças qualitativas promovem 'líderes'. A reunião desses grupos de governo e administração, também diferentes no privilégio e nos emolumentos (se não virarem novos-ricos ou crónicos do *jet set*, designação de inícios de 50, pois o primeiro avião comercial a *jacto*, Havilland Comet, estreou-se em 27-VII-1949), no cultivo da arte, da ciência, da filosofia («partes de cultura», p. 41) e da acção, constituiria as elites, em que se não subsumem os membros culturalmente «deficientes» das classes média e baixa (inclusive, média-alta), sem já referir desempregados e sem-abrigo.

Seria útil, aqui chegados, laborar sobre alguns conceitos. O *gosto* e a *sensibilidade* são uma criação de vida, e vida fora. Dão *status*, marcam fronteiras. Costumam associar-se.

Fora do paladar, o gosto é faculdade de julgar e apreciar. Os dicionários insistem no lado *bom*, sob o ângulo da beleza, avessos às *oscilações do gosto* (Gillo Dorfles, 1970), quando pode cristalizar as opções estéticas, reduzir-se às supracitadas *maneiras*, vestir-se de *kitsch*, sem um rasgo de génio ou sublime, entre dissídio e incompreensão dos destinatários.

Três séculos antes, em 1314, o cirurgião francês Henri de Mondeville usou 'sensibilité', de 'sensibilitas'. No séc. XIII, o termo «didactique» 'sensible', de 'sentire', pode significar 'sensé'; e, no séc. XVII,

«qui ressente une impression morale» (Bloch / Wartburg). Como 'sentimento', apoiado em Moraes, José Pedro Machado localiza o termo português no séc. XVI; mas vários dicionaristas só são *sensíveis* «às ofensas, às injúrias» (Constâncio, Faria, Lacerda), antes de traduzirem «impressões moraes» (*Diccionario*..., 1881), como «benignidade, bondade; humanidade, ternura, delicadeza, sentimento» (Roquette). Porque seriam qualidade tão-só de uma elite, se mesmo aparelhos e instrumentos têm «grande precisão e delicadeza» e os animais sentem prazer e dor (Lemos)?[37] Comum às espécies, onde entra o Homem (todavia, com *outro* grau de intensidade), é «la sensation intime & radicale de son existence, [...] ce principe impulsif inséparable de la vie, & qui dans chaque individu est la source de tous les mouvements qui conspirent à la durée de l'être & à sa conservation»[38]. Função do conhecimento, sentir *é* existir.

Não está em causa, agora, saber da verdade epicurista da sensação, como fim em si, ou enquanto «la première vérité» em Rousseau, antes da etapa comparativa; nem que os sentidos são «trompeurs», no método cartesiano, quando os dados inteligíveis não são menos enganadores. «O que em mim sente está pensando» da «pobre ceifeira» pessoana resolve, outrossim, a oposição kantiana entre sensibilidade e entendimento, entre 'fenómeno' sensível, o que aparece, e a pura ideia, o pensado, 'númeno'. É, já, questão de *alma* larga, que por tudo se interessa

[37] Entre citados e aconselhados, consultei: *Dictionnaire de l'Académie Françoise*, 1835: II, 731; Oscar Bloch & W. von Wartburg, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Française*, 1932: 267; *Nouveau Dictionnaire Étymologique et Historique* de Dauzat, 1971; J. I. Roquette, *Diccionario da Língua Portugueza e Diccionario de Synonymos*, 1840; Eduardo de Faria, *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*, ^{2}1853: IV, 563; D. José Maria de Almeida de Araújo Corrêa de Lacerda, *Diccionario Encyclopedico*, ^{2}1858; Francisco Solano Constâncio, *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza*, 1873: 883; António de Moraes Silva, *Diccionario da Língua Portugueza*, ^{7}1877; *Diccionario Contemporaneo da Língua Portugueza*, 1881: II, 782; Maximiano de Lemos, *Encyclopedia Portugueza Illustrada: Diccionario Universal*, 1900: X, 56; José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, ^{3}1977: V, 179; Adolpho Coelho, *Diccionario Manual Etymologico, Prosódico e Ortográphico da Língua* Portugueza, s. d.: 1100.

[38] Diderot / D'Alembert, *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, 1735, XV: 39.

e preserva e mais vivamente ecoa «les sensations de tous les êtres, intéressée à tout ce qui est dans la nature», falarmos em «homme de génie» (*s. v.* Génie, *Encyclopédie*…), um fundamental agente de cultura passado em branco. Pegando na *Crítica da Faculdade de Julgar*, e sem considerar o génio – cujas leis fogem ao comum, e às elites –, bastariam as noções de belo e sublime para estratificar receptores; sem ir tão longe, reduzi-los ao belo e agradável, e, com algum cinismo, aos modernos *lindo* e *interessante*… Mas não nos enganemos: esses *admiradores* têm ao seu serviço a parafernália comunicacional, que Eliot ainda mal salientava.

Entretanto, e nódulo da questão, «O principal canal de transmissão de cultura é a família» (p. 43) – com que se reverte a Santo Agostinho. Talvez fosse preferível dizer *solidariedade*, que se torna forma de vida e metodologia. Conceito fecundo, implicita *confiança* (daí, o transmontano «Entre quem é!»), díptico sem o qual não há desenvolvimento, nem felicidade.

Outros veículos de interacção – niveladores de instrução e de um conhecimento tantas vezes sem educação e menos ainda sabedoria – são a escola e os meios de comunicação de massas, que requerem perspectivas inovadoras.

Alerta-se, logo, para os perigos do exclusivismo hereditário, que, na passagem da família à comunidade, desemboca em *tradição*. Esta, que é um processo de transmissão cultural (não mera entidade), implica uma regular aquisição *em forma de* vida social[39].

Um olhar sobre a *violência*, que tantas vezes consuma o pior da tradição, seria oportuno. Há um balanço do seu percurso, desde a Antiguidade clássica, em John Docker (2008). Mas podíamos recuar 36 000 anos, ao Neandertal. Ela é produto de várias cegueiras: nacionalismos torpes, racismo, xenofobia, outras pertenças e «identités abusives»[40] que atentam contra direitos. O pensamento liberal (Friedrich Hayek, Raymond Aron, K. Popper, Mario Vargas Llosa) vê um perigo maior

[39] Uma «forme de vie sociale», que nos distingue do reino animal, é o equivalente de Radcliffe-Brown (1968: 71) para cultura.

[40] *Cf.* Alfred Grosser, "Les identités abusives", *Le Monde* (Paris), 28-I-1994.

civilizacional nos nacionalismos. Em *The Road to Serfdom* (1944), o primeiro acrescentava o socialismo real ou marxista. O nacionalismo caricatural estava em Hitler, Mussolini, Franco; hoje, disfarça-se em regionalismos autonómicos (em Espanha, sobretudo) ou recusa etiquetar-se ideologicamente, sem prescindir de fórmulas terroristas. Llosa, todavia, distingue essas práticas da «de los nacionalistas que actúan en la legalidade y rechazan los métodos violentos»[41].

Será isto bastante? Não, pois não se trata de métodos ou condutas, mas de «un núcleo básico de afirmaciones y creencias que todos los nacionalistas – pacíficos o violentos – suscriben». Se virássemos o argumento, aceitaríamos quaisquer métodos ou condutas de não-nacionalistas, forçosamente legais... A sequência é uma excrescência argumentativa:

> He dicho afirmaciones y creencias, no ideas, de manera deliberada. El punto de partida de toda doctrina nacionalista es un acto de fe, no una concepción racional y pragmática de la historia y de la sociedad. Un acto de fe colectivista, que imbuye a una entidad mítica – la nación – de atributos trascendentales, capaces de mantenerse intangibles en el tiempo, indemnes a las circunstancias y a los cambios históricos, preservando una coherencia, homogeneidad y unidad de sustancia entre sus miembros y elementos constitutivos, aunque, en la contingencia, aquella unidad sea invisible y pertenezca al dominio de la ficción.

Llosa atribui 'ideias' e sãs virtudes a outros partidos, por exemplo. Só vê imbecis nos que professam esse 'acto de fé colectivista' – descai, em 'colectivista', o marxista da juventude –, quando tantos actos afins são mais perigosos noutras instâncias. Como se não falasse para inteligentes (que, decerto, não encontra entre nacionalistas, ele que buscou o voto da nação numa perdida eleição presidencial), esquece que razões alheias alteram, ou deveriam alterar, a sua própria ideia de nação, à luz

[41] *El País*, 13-XII-1998. Resume-se conferência madrilena de 16 de Outubro de 1998, "El desafio de los nacionalismos", reproduzida na revista *Claves* (88, Dezembro de 1998). Notícia de *El País*, 17-X-1998, já concluíra: «A pesar de la vocación pacífica de los partidos nacionalistas, todos llevan dentro una semilla violenta.»

da superior homogeneidade, para não dizer hegemonia (ainda no sentido gramsciano), da sociedade de informação. Bastaria este novo quadro (dentro do qual Llosa *não quer* reflectir) para diluir crítica anacrónica ao conceito de 'identidade', «palabra clave de la retórica nacionalista», em cujos ingredientes tanto ridiculariza a língua e uma história *de vítimas* (quem brinca com ficção, retórica, língua, história, nem parece ficcionista...) como «la conformación craneal [,] el grupo sanguíneo de que Dios o el azar quiso dotarlos». Generaliza as 'identidades abusivas' e fixações perniciosas dos nacionalismos radicais dentro de Espanha, quando as ficções identitárias colectivas ou mitos históricos são outra coisa. Ao desconsiderar a violência – afinal, os pacíficos também são maus! –, que tange à *desordem natural das coisas*, urge perceber que aquela se estende ao crime inumano de certas famílias, castas, tribos, clãs, estados legisladores de conveniências, enclausurados numa ideia feita de intocável tradição[42], comum a extremismos, nacionalistas ou não. Essa só se faz contemporânea (em suas raízes antigas) se for «*memória não hereditária da colectividade*» (Lótman; Uspenskii [1971], 1981: 40), definição de cultura assente na longevidade dos discursos, valores e códigos da *memória*, que se renovam no diálogo com outrem, o *estrangeiro*, que todos somos. Basta ver as «grandes percentagens de diversas linhagens genéticas, sobretudo de origem materna», na população portuguesa. Essa «variedade genético-cultural» (Simões, ^{3}2018: 14, 16) dá-nos «plasticidade de espírito», faz-nos «adaptáveis ao costume alheio, facilmente comunicativos com os outros povos» (Sérgio [1971], ^{2}1976: 165), mesmo em nossa casa. Facilita o *pluriculturalismo* «como un derecho dentro de la comunidad nacional», que, ao contrário do que escreve Agnes Heller[43], *não* «va en contra de esta tradición [...] de identificación entre cultura y nación».

Será barragem suficiente o multiculturalismo, também intra-fronteiriço? Interessando a poderosos, desliza para um complô económico

[42] "Un crime au nom de la tradition" e "Plus de 600 femmes assassinées en 2007" (*Le Monde*, 26-IX-2008) no Paquistão mostram bem a que extremos leva uma tradição cristalizada...

[43] *Cf.* "Pluriculturalismo", *El País*, 6-II-1993.

agrupando minoria (já nem sequer estados, tão-só fundos de investimento), a qual desnivela, desiguala, tiraniza, convertendo-se em fundamentalismo tão perigoso como os assentes numa religião. Ora, seja de que teor for, incapaz de confluência, atentatório dos direitos humanos, é de evitar qualquer radicalismo. Outros, que se julgam poderosos – quando não políticos de pacotilha, resguardados na noção de tolerância; ou progressistas, de Esquerda, segundo liberais –, contemporizam face a quem, por princípio, jamais aceitará posição alheia. Comunidades islâmicas multiplicando-se no Ocidente têm a liberdade de defender os seus direitos (que não concederiam a ocidentais em seus países), e, no gozo geral da liberdade de expressão, asseveram, em terra de asilo, que dela serão, um dia, senhores. Michael Burleigh lembra, resumido em título: "La tolerancia multicultural europea ayuda a los terroristas"[44]. Francis Fukuyama já corroborara, justificando:

> El viejo modelo multicultural estaba basado en el reconocimiento de los grupos y de sus derechos. A causa de un erróneo sentido de respeto por la diferencia – y tal vez por sentimientos de culpa poscoloniales –, se otorgó a las comunidades culturales una excesiva autoridad para fijar las reglas de conducta de sus miembros. [...] La civilidad de la Ilustración europea, de la cual es heredera la democracia contemporánea, no puede ser culturalmente neutral, dado que las sociedades liberales tienen valores propios que resguardan la igualdad de los valores y de la dignidad de los individuos. Las culturas que no aceptan esas premisas no merecen igual protección en una democracia liberal. Los miembros de la comunidad inmigrante y sus descendientes merecen ser tratados en un plano de paridad como individuos pero no como miembros de la comunidad cultural[45].

[44] *El País*, 21-X-2008. Balanço de *Sangre y Rabia. Una Historia Cultural del Terrorismo*, Madrid: Taurus, 2008. Podíamos acrescentar Juan José Sebreli, entrevistado em *ABC* – Las Artes y las Letras, 29-IX-2007: "El multiculturalismo es antidemocrático".

[45] "El fin de la utopía multicultural", *La Nación* – ADNCultura (Buenos Aires), 11-VIII-2007.

7. **Quantas culturas: duas, três, quatro?**

A comunidade das artes, incluindo as aplicadas, é outra forma de harmonização civilizacional, embora as literaturas queiram viver por si, singularizando-se face aos dominadores latim, alemão, castelhano, francês, inglês, português, conforme tempos e regiões. Mantém-se afastado (no mínimo, suspenso) sonho de Giuseppe Mazzini 'de uma literatura europeia' (1829). A ciência veio, entretanto, reivindicar, não um lugar (que sempre teve), mas uma *exposição* pública. Confundiu-se esta mera *possibilidade* (porque não divulgar-se, mostrar-se?) com segunda cultura, antes de o *marketing* exigir melhor separação das águas e propor terceira cultura. Tanto frenesi só exalça *a* cultura, sem prioridades, ou dianteira que é outro logro, sem-razão de quem precisa de nos dizer, por exemplo, que… sabe contar até três. Na verdade, tudo é negócio – desde logo, comunicar é produzir e *negociar* mensagens –, mesmo essa entidade chamada cultura.

Já Almada Negreiros ([1935] 1971: 101 ss) estabelecera paralelismos entre Ciência e Arte e suas implicações recíprocas. Num artigo d'*O Século* (Lisboa, 15-II-1950), Aquilino Ribeiro discutira "Cultura e técnica". António José Saraiva (1952) versou "Humanismo e Ciência" em ensaio sucinto histórica e analiticamente escalpelizador das Ciências do Espírito e da Natureza, separadas na tradição escolar, que devera alertar os que, depois, se encandearam por Snow. Só o limiar:

> Uma característica flagrante da cultura ainda dominante é o divórcio entre aquilo a que tradicionalmente se chama «Humanidades», por um lado, e o saber científico, pelo outro. Ao «humanista» o indivíduo de formação científica aparece como um bárbaro que se apropriou de um instrumento cego de domínio da natureza, ignorando a riqueza e a complexidade da natureza humana, insensível aos prazeres inigualáveis da arte e da aventura intelectual. Ao «cientista», por seu turno, o «humanista» aparece como um palrador frívolo, emitindo *flatus vocis* destituídos de sentido, que fala em vez de pensar, e impotente para colaborar no esforço de transformação do mundo que nos rodeia.

Mais tarde, Saraiva (1993: 11-12) definia triplamente cultura: como esse *espírito* – resultante de «objectos ou operações que a natureza não produz» – a esta acrescido (sentido lato), com que desaguávamos em civilização; como «todo o conjunto de actividades lúdicas ou utilitárias, intelectuais ou afectivas que caracterizam especificamente um determinado Povo» (sentido restrito); e, mais restritivo, quanto aos temas de análise, «um conjunto de artes lúdicas [...], excluindo a ciência e a tecnologia», que entravam, todavia, na primeira acepção. Deixando de lado a séria anedota de Jean-Paul Aron *et alii* – a cultura dos 3 pês: Patriciado, Palavra, Parisianismo –, vejamos outras propostas.

Num ensaio de 1924, E. Sapir esclarece três sentidos. O primeiro, *técnico*, era usado por etnólogos e historiadores da cultura, reunindo «tous les éléments de la vie humaine qui sont transmis par la société, qu'ils soient matériels ou spirituels. Dans cette aception, la culture est co-extensive à l'homme lui-même, car il n'est pas jusqu'à la vie des sauvages les plus primitifs qui ne s'inscrive dans un univers social, caractérisé par un réseau complexe d'usages, d'habitudes et d'attitudes conservées par la tradition.» Acrescenta Sapir: «Je n'emploierai le mot "culture" dans ce sens technique. Le mot "civilisation" le remplacerai avantageusement, si l'usage courant ne tendait à réserver son emploi pour désigner les formes complexes et élaborées du courant culturel.»

A segunda acepção «désigne un idéal assez académique de raffinement individuel, élaboré à partir d'un petit nombre de connaissances et d'expériences assimilées, mais fait surtout d'un ensemble de réactions particulières sanctionnées par une classe et une longue tradition.» (1971: 327)

O terceiro sentido «participe de la première aception (l'aception technique) en ce qu'il met, lui aussi, l'accent sur les biens spirituels du groupe que sur ceux de l'individu. Il participe de la deuxième aception dans la mesure où il insiste sur un petit nombre de facteurs prélevés dans l'immense courant de culture dont l'ethnologue a révélé l'existence.» Assim, a concepção sapiriana de cultura «se propose de comprendre, sous un seul mot, l'ensemble des attitudes, des visions du monde et des traits spécifiques de civilisation qui confèrent à un peuple particulier sa

place originale dans l'univers. L'accent n'est pas tant mis sur les actes ou les croyances d'un peuple que sur le rôle qui jouent, dans la vie de ce peuple, ces actes et ces croyances et sur la signification qu'il leur prête. Le même élément de civilisation peut être d'une importance vitale dans la culture d'un peuple, et n'être qu'un facteur négligeable dans la culture d'un autre.» (p. 329)

Sem pretender forçosamente à eficácia, e, mesmo, à «corrélation nécessaire entre le développement d'une civilisation [igual a sofisticação crescente, por acumulação ou 'progresso' nos avanços intelectuais, técnicos, inclusive, higiénicos] et l'authenticité de la culture qui en constituait l'essence spirituelle» (p. 337), a tal ponto a cultura «est animée de mouvements contradictoires» (p. 338), Sapir conjuga as duas primeiras acepções – enquanto «moule caractéristique d'une civilisation nationale» e «un type traditionnel de raffinement individuel», em sua «notion d'idéal» – na definição de cultura 'autêntica', «dont tous les traits sont animés d'un sens et dont aucune des parties essentielles au fonctionnement ne provoque un sentiment d'efforts mal employés, de frustration ou de contrainte» (p. 334). Ressoa aquela 'perfeição' de Matthew Arnold (1984: 11) enquanto objecto da cultura, ou busca da verdadeira perfeição humana, seja como «*harmonious* perfection, developing all sides of our humanity; and as *general* perfection, developing all parts of our society». Com variante: «The pursuit of perfection, then, is the pursuit of sweetness and light.» (p. 69)

Indiferente a estes cuidados, o êxito mais discutido assentará num equívoco: *The Two Cultures and The Scientific Revolution* / By C. P. Snow / The Rede Lecture. 1959, que leio na 7.ª ed. da American Branch da Cambridge University Press / New York / 1961, é um curto texto de 58 páginas, incluindo notas, dividido em quatro capítulos: The two cultures; Intellectuals as natural Luddites; The Scientific Revolution; The rich and the poor.

Logo na p. 1, Charles Percy Snow apresenta-se: «By training I was scientist: by vocation I was a writer. That was all. It was a piece of luck, if you like, that arose through coming from a poor home. // But my personal history isn't point now.» Discordo, porque, durante «thirty years»,

conviveu com a física e cientistas, passando-se, em muitas noites, aos «literary colleagues» (p. 2). Em *paper* de 1956 ("The two cultures", *New Statesman*, 6-X-1956), já concluíra que se rompera a comunicação entre os dois grupos: «Literary intellectuals at one pole – at the other scientists, and as the most representative, the physical scientists. Between the two a gulf of mutual incomprehension [...].» (p. 4) Titulares, T. S. Eliot *vs*. Rutherford, ou «non-scientists» *vs.* «scientists». Entre aqueles, que irritantemente a si mesmos se consideravam intelectuais, outros como Yeats ou Pound, pessimistas, anti-sociais e pouco recomendáveis, politicamente, junto dos quais, falhos de «social hope», não gostariam de estar amigos sociólogos americanos, que defendiam «at least three cultures» (p. 9). Snow fica-se, por enquanto, nas duas. E, «statistically», sempre vai insinuando que os cientistas são, em religião, «unbelievers», em política, «are on the Left», e, comparando, «considerably more scientists in this country [Inglaterra] and probably in the U. S. come from poor families» (p. 10-11). Se esta tripla frente não é probante, «If I were to risk a piece of shorthand, I should say that naturally they had the future in their bones»: «That is what a culture means.» (p. 11) Com o futuro nos ossos, «then the *tradicional cultural* [cursivo meu em expressão que se reitera] responds by wishing the future did not exist» (p. 12). A separação nota-se mais além-Mancha pelo grau de especialização na educação, a repensar, e cristalização das formas sociais. O libelo entremostra-se manifesto. Inspira, entretanto, mil e um, entre os quais G. Steiner, *No Castelo do Barba Azul. Algumas Notas para a Redefinição de Cultura* (1971)[46], distinguindo a sensibilidade 'humanista' e cientista quanto à *orientação*, aquela para o passado, esta para o futuro. Não faz sentido[47].

Indiferentes à Revolução Industrial, que não compreenderam, nem sequer tentaram – excepto Ibsen –, «Intellectuals, in particular literary

[46] Quanto à *redefinição* steineriana de cultura, *também* em função de duas guerras mundiais e do Holocausto, há diferença entre silêncio e silenciamento. Este e Eliot só seriam culposos, se o enquadramento fosse historicizante. Mais: se eu quisesse obrigar Eliot a pressupostos que não eram os seus.

[47] Kertész Imre (Kertész, [4]s. d. [1992], 12), numa entrada de diário em 1964, conclui: «Csakhogy a művészet nem tudomány, a tudomány pedig nem művészet, és ma

intellectuals, are natural Luddites» (p. 23). Ora, «Industrialisation is the only hope of the poor» (p. 27). Assim, no terceiro capítulo, vem elogio das fábricas e da máquina, do átomo, da automação e electrónica. A educação inglesa recua, se comparada com a norte-americana e soviética. É um político a falar.

No quarto capítulo, deduz que os países industrializados serão cada vez mais ricos e os não-industrializados cada vez mais pobres. Entre aqueles, está a URSS – onde, segundo essa lógica, viveriam mais, comeriam melhor e trabalhariam menos. Pura ilusão de uma Esquerda vendada, que nem a insurreição húngara alertara, nem percebera enveredar Moscovo pela indústria pesada e armamentista. Com os Estados Unidos e essa URSS-modelo (onde as mulheres acediam à ciência), ambos contribuindo, em capital e homens, em cientistas e engenheiros, para a industrialização dos pobres, e se reunidos uns professores de inglês, em 20 anos, ainda se iria a tempo para colocar a par pobres e ricos... Viu-se: dividiram zonas de influência, onde a respectiva indústria se vendia, e chacinou. Culpa dos intelectuais? do optimismo cientista? Como articular os capítulos 1 e 2 aos 3 e 4? Porque se ficou naqueles o interesse pelas *duas* culturas, e dando de barato que os professores *não* seriam intelectuais? Que homem completo era esse, romancista (minimamente conhecido fora do seu país) que falava do ponto de vista de cientista sem provas dadas?

Voltei a Snow quando saiu a Canto edition (Cambridge University Press, 1993), na reimpressão de 2003, introduzida (1998) por Stefan Collini. Lera, no intervalo, "The two cultures: A second look", Part II added 1964, e tinham seguido 17 reimpressões, até à de 1993 (com cinco, até 2003). Resposta a críticas de Frank R. Leavis e outros[48],

már mindkettő máshová tartozik – [...], mindénképp a két ellentétes oldalra.» [«Só que a arte não é ciência, e a ciência não é arte, e, hoje, ambas pertencem a realidades diferentes – [...] ambas se situam em lados opostos.«]

[48] ... Isaiah Berlin, Lionell Trilling, etc. Síntese em Mario Vargas Llosa, "Las dos culturas", *El País*, 27-XII-1992. Cita o libelo *ad hominem* de Leavis, *Two Cultures? The Significance of C. P. Snow*, New York: Randon House, 1963, onde, crítico reputado, entra logo a matar o romancista *que não existe*. Nuno Crato, "Divórcio entre as Ciências e as Humanidades", *Expresso* – Revista, 18-IX-1999: 124-125, realça Berlin

Snow vem confessar que visava efeitos na educação e na relação entre países ricos e pobres. Ao falar de ciência, referia-se à pura e à aplicada, que não diferenciava. Lamenta não ter acatado (era demasiado cedo?) os «social historians», «a third culture» (2003: 70). Ingénuo, como que a tirar lustre ao seu título *de efeito* (daí, o geral equívoco), revela qual o inicialmente pensado: "The Rich and The Poor" (p. 79). E, se outro *mea culpa* é necessário, ela vem na aposta educativa, que faça com que os estudantes não ignorem a «imaginative experience, both in the arts and in science» (p. 100), enfim falando em *artes*, evitando a restritiva primeira cultura literária, que mais parecia desforço…

Foi preciso ler a introdução de Collini (2003: VII-LXXI) para suscitar interrogações e entender melhor tanta acrimónia nos dois primeiros capítulos, que lhe deram nome e arrependimento: se ataca os literatos, onde se situa o novelista estimável que ele foi? Que conceito tem de literatura e de intelectual? Quanto ao cientista falhado, que enganava em resultados laboratoriais (a política é uma boa saída), que ser *moral* seria ele, enquanto acusa Pound ou Eliot de ambiguidades fascizantes? Quem alimenta as guerras: o poeta ou o físico?

Em fundo, estava a reindustrialização inglesa de entre-guerras, quando já se conquistava a Lua (1957) e a Esquerda dirigia os destinos europeus. O futuro ministro (1964-1966) e porta-voz trabalhista nos Pares lançava a sua escada. Acusá-lo de carreirista não é engano inteiro…

Com algum favor, aceitemos Collini: Snow visava os intelectuais satisfeitos, publicistas e jornalistas, entre Chelsea e Greenwich Village, não de Oxford e Harvard. Seja, a crítica literária e não a literatura. Mas, assim, o corpo do delito era muito restrito – e um ex-cientista queria dizer-se *mais* do que qualquer recenseador, necessariamente *reaccionário*. Ignorante das ciências sociais, tão produtivas no Continente (em França, sobretudo), aceitá-las como «terceira cultura», em 1964, é des-

e o cisma operado pela *razão* das Luzes, cuja tentada universalidade e propósito de totalidade foram questionados pelo Romantismo. Filhos desses «dois mundos», que nos enriquecem, sintetiza Crato: «Berlin distingue dois campos diversos da actividade humana: o conhecimento científico da natureza e a actividade política, social e artística. No primeiro, haverá o respeito pela realidade; no segundo, o respeito pelo pluralismo dos valores.»

mentir o próprio título e razões que lhe assistem. O equívoco não esconde, porém, desejo duplo – mais ciência na escola e na vida pública[49] – e um desiderato: a utilidade de nos multidisciplinarmos.

As consequências desse raciocínio não tardaram. Em *Masscult and Midcult* (na *Partisan Review*, 4, 1960[50]), libelo-manifesto de Dwight MacDonald, distinguia-se alta, média e baixa cultura, ou Alta Cultura, popular – vinda de baixo –, de massa (*masscult*) – vinda do alto, já no séc. XVIII inglês –, desaguando, após 1945, nessa moderna variante *kitsch* (*midcult*) da Alta Cultura para agrado maciço, segmentações que os *media* actuais (irrelevantes em Snow) complicam. Quando exemplifica com programas da BBC (e Imprensa escrita), associa ligeiro a Massicultura, nacional a Medicultura e táctico ou terceiro a Alta Cultura (p. 134); quase a fechar, faz-lhes corresponder «inferioridades», «cómodo pântano» e «níveis qualitativos mais altos» (p. 148).

A diferença entre o investimento subjectivo de um E. A. Poe e a carência de «menção pessoal na enorme produção de [Erle Stanley] Gardner» (p. 72), «a falta de critérios avaliadores, e a "*completa* sujeição ao espectador"» (p. 73; itálico meu) servem a MacDonald para distinguir entre Alta Cultura e Massicultura:

> Na Massicultura (e na sua filha bastarda a Medicultura) tudo se torna mercadoria, [...]. Uma vez que um escritor se torne um Nome, quer isto dizer, uma vez que tenha escrito um livro que, por motivos mais ou menos válidos, tem êxito, o mecanismo da Massicultura (ou da medicultura) começa a construí-lo, a embalá-lo como um objecto para vender em tantos pedaços idênticos, em grandes quantidades. (p. 95)

[49] Segundo relatório dos Lordes ingleses, «La relación de la sociedad con la ciencia está en una fase crítica» (*ABC* [Madrid], 19-I-2003). É não só duvidar da autoridade científica, como assistir à trivialização daquela pelos *media*.

[50] Para a genealogia deste ensaio, ver Daniel Bell [1962], reproduzido em AA. VV., 1971: 39, volume em que se encontra, traduzido, esse MacDonald, agora, de 1962: "Massicultura e medicultura", p. 67-149. À frente, somar Clement Greenberg, "Vanguarda e *Kitsch*", p. 187-205.

A Mediacultura é um «híbrido» historicamente descendente do Academismo:

> [...] possui as qualidades essenciais da Massicultura – a fórmula, a reacção controlada, a falta de qualquer unidade de medida excepto a popularidade – mas esconde-as pudicamente com uma parra cultural. Na Massicultura o ardil está descoberto – agradar às multidões por qualquer meio. Porém, a Medicultura contém um duplo ardil: finge respeitar os modelos da Alta Cultura enquanto, com efeito, os dilui e os vulgariza. (p. 106-107)

MacDonald cita um director artístico: «Há qualquer coisa de eterno em cada ser humano.» Acrescentando que esta frase «é um resumo em nove palavras, quanto à forma e conteúdo, da Medicultura» (p. 110).

Se reduzíssemos a tríade à cultura aristocrática ou erudita e popular, podia o soneto não ser melhor que a emenda: onde situar certa música de bar ou elevador? porque se compraz um refinado com suores alheios? Tudo vai do uso contextual: um Mozart de concerto é diferente de um Mozart em publicidade, se bem que melodias desta possam subir patamares; muitos clássicos de hoje, compositores ou escritores, alimentaram-se gulosamente do que as massas disputavam. Convirá, neste ponto, falar em *níveis*, relacionando-os cuidadosamente; e, louvaminheiros das formalidades democráticas, que permitem às massas o acesso à cultura, mesmo à altíssima cultura, perceber que se está com um pé na indústria cultural (Adorno, Morin, etc.), porquanto, luxuosamente travestida, a cultura dominante invade as massas. A civilização de massa, em que vivemos, nasceu com a Revolução Francesa, talvez nesse Agosto de 1793, quando a Convenção mobilizou os solteiros entre os 18 e 25 anos, e constituiu um exército com mais de quinhentos mil soldados. A igualdade cedo moldou o homem-massa (Ortega y Gasset), desigual enquanto indivíduo, mas com direitos iguais – nem que seja à vulgaridade.

Wolf Lepenies disse ao que vinha, em título historicista, e partidário: *Les Trois Cultures. Entre Science et Littérature l'Avènement de la Sociologie*. Esta antecipava em muito a distracção de Snow, que também desleixava a escola *des Annales* e variações. Edgar Morin defendeu, como

terceira, «uma cultura autónoma perfeitamente demarcada das culturas clássicas e nacionais, sem vínculos aos tradicionais modelos religiosos ou humanistas» (Santos; Tomé, 2002: 63). Vai reduzir-se, afinal, à conquista do estrelato, à sociedade do espectáculo, cujo triunfo retoma Fredric Jameson[51], e contra cujas derivas populistas se alça Mario Vargas Llosa em *La Civilización del Espectáculo*[52], há muito anunciada em vários artigos, de que nos interessa aquele sobre "Las dos culturas".

De facto, ele fala numa já então [1992] «dominadora [...] tercera opción cultural, que algunos exigentes llamarían subcultural, [...] y tal vez en sentido estricto ni siquiera cultura, pero si algo que hace sus veces para una vasta porción de la humanidad, cuya vida intelectual y espiritual mayoritariamente ocupa y alimenta. Me refiero a aquella que fabrican, vulgarizan y diseminan los medios masivos de comunicación, [...].» A conclusão do artigo sobre a ainda designada «indústria audiovisual», quando já irrompera o digital, é ameaçadora:

> Frente a esa todopoderosa maquinaria populizadora y niveladora del saber y de la sensibilidad que el siglo XXI consagrará sin duda como la cultura representativa de nuestro tiempo, las diferencias que puedan existir entre literatos y científicos serán de orden menor; ambos, en todo caso, habrán sido hermanados por su condición de supervivientes de una época ida, de mantenedores de mentalidades y quehaceres relegados por la historia a la periferia y a la catacumba.

A reunião de especialistas em correspondências é, doravante, exemplificada: tanto se joga com "Literatura para executivos"[53], como ficamos deslumbrados *Quand l'Art Rencontre la Science* (2007), ou razão e beleza, por arte de um biólogo e um historiador, Jean-Claude Ameisen et Yvan Brohard. Recriam-se cumplicidades entre poesia e ciência,

[51] Aludo ao traduzido *Le Postmodernisme ou La Logique Culturelle du Capitalisme Tardif*, Paris: Ed. Ensba, 2007.

[52] Madrid: Alfaguara, 2012. Crítico de Gilles Lipovetsky na sua coluna, 'Piedra de Toque', no *El País*, "La hora de los charlatanes" (24-VIII-1997), nem por acaso, vêm ambos frente-a-frente em *Ler – Livros & Leitores*, n.º 115, Julho /Agosto de 2012: 44-50.

[53] *Prémio* (Lisboa), n.º 138, 25-VIII-2006: 62-63.

que o ensaísmo rastreia. A linguagem e a música podem ter ocorrido há 2,5 ou 3 milhões de anos (AA. VV., 2005: 202), mas não temos os respectivos *media*; em contrapartida, os visuais multiplicam-se no Paleolítico superior sob forma de gravuras e esculturas, e outros achados, anteriores, historiam artefactos que são factos de arte de um já *homo simbolicus*, há 100 000 anos e mais[54]. Francisco Mora Teruel viu na Neurocultura «un puente a través del cual se van a unir, definitivamente, esos dos grandes cuerpos del saber, las Humanidades por un lado y las Ciencias por otro». Justificando:

> En realidad el cerebro es ese último rincón donde se mece y crea cada ser humano. [...]
> En definitiva, Neurocultura quiere decir un encuentro entre la Neurociencia, que es el conjunto de conocimientos sobre cómo funciona el cerebro, y el producto de ese funcionamento, que es el pensamiento, los sentimientos y la conducta humana[55].

John Brockman foi por outra via, como a ilustrar a vingança de Snow décadas depois, embora não aceite a terceira cultura deste, que interpreta como «novo diálogo», «comunicação entre os literatos e os cientistas». «Estes comunicam directamente com o grande público.» A ciência tornou-se «cultura pública» (1997: 14); donde, «Os pensadores da terceira cultura são os novos intelectuais públicos» (p. 15). Isto interessa, e interessa dizer, a quem vive de os promover na sua própria agência. Transcorridas décadas, esse cenário é miragem.

The Third Culture (1995) veio sendo pensada desde 1991. Repudia, como a costela cientista de Snow, «a inteligência tradicional», qualificativo redourado linhas antes, no parágrafo inaugural:

> A terceira cultura assenta no trabalho experimental e nas especulações teóricas de cientistas e outros pensadores do mundo empírico que têm vindo a ocupar o espaço dos intelectuais tradicionais

[54] Ver o dossiê "Os primeiros artistas. Arte e pensamento simbólico nos alvores da História", em *National Geographic* [Portugal], Janeiro de 2015. O *homo erectus* de há 400 000 anos terá deixado «un grabado geométrico», "El dibujo más antiguo de la humanidad" (*El País*, 3-XII-2014).

[55] "Neurocultura: todo está en el cerebro", *ABC* – Las Artes y las Letras, 29-IX-2007.

> no esclarecimento do sentido mais profundo da vida, redefinindo quem somos e o que somos. (p. 13)

Deixemos algumas falácias. Importa tipificar aqueles, aqui entrevistados: físicos, biólogos e biólogos evolucionistas (estranha separação), um filósofo, cientistas de computadores, psicólogos. Acrescenta, sem representação no volume, «investigadores das ciências sociais, das ciências do comportamento e antropólogos» (p. 16), no que vai dar ao terceiro tipo do autocorrigido Snow. Ainda na introdução, um *digest* dos entrevistados retoma as farpas destes à cultura literária dos que, para se imporem, não trucidaram nenhum bom cientista. É feio falar dos outros; olhe cada um ao que não fez, ou fará, conquistando o lugar a que se julga ter direito, na esperança de ser escutado, e, talvez, compreendido... Se a auto-apelidação intelectual irritava, John Brockman, em *The New Humanists: Scientists at the Edge* (2003), já reivindica esse epíteto de *novos humanistas* para os seus...

Enfim, T. Eagleton considera que «as nossas guerras culturais são uma luta em quatro, e não três, frentes. Para além da cultura como civilidade, da cultura como identidade e da cultura como comercialismo, existe também uma cultura como protesto radical». Bebe no terceiro modelo de David Edgar – patrício, popular, provocatório –, «provocatório, no conteúdo e na forma, o modelo que define o papel das artes em termos de desafio, que considera ser a comunidade a sua esfera de acção e cujo público é diferenciado mas unido no seu compromisso com a mudança»[56]. Se assim é, estranho se torna, mesmo contraditório, que T. Eagleton abra assim o penúltimo parágrafo da sua obra:

> Perante toda esta efervescência cultural, há que sublinhar um facto muito claro. Os problemas fundamentais que enfrentamos no novo milénio – guerras, fome, pobreza, doença, endividamento, droga, contaminação ambiental, deslocamentos de população – não são problemas essencialmente «culturais». Não, não são primordialmente questões de valor, de simbolismo, de linguagem, de tradição, de pertença a um lugar ou de identidade e menos ainda questões de arte. (p. 167)

[56] D. Edgar, ed., *State of Play*, London, 1999: 11, *apud* T. Eagleton, 2003: 165.

8. **A indústria da cultura**

A cultura pode ser negócio e desenvolvimento, claro está, até à plural indústria das culturas[57] capaz de, em 2006, vir após os produtos alimentares e bebidas como principal contribuinte (1,4 por cento) para o PIB nacional, mas a questão é outra: produto embora, ou forma de produção supondo desenvolvimentos tecnológicos[58] e um consumo, deificados, a cultura não será, antes, uma existência, um conteúdo *mental* em permanente ressignificação – e mais, hoje, numa interactividade globalizada requerendo uma *profundidade*[59] que só a reflexão favorece? Ou devemos considerar cultura, *em definitivo*, o próprio enredo (em rede) comunicacional de acesso e conhecimento do Outro, cujas diferenças *são* a nossa consciência? Somos iguais *na* diferença, para lá das constantes histórico-sociais, que só parcialmente explicam as construções, os campos e fenómenos culturais, seja a linguagem, a escrita, o sagrado, a mitologia, o casamento, a técnica, a crítica literária ou artística, uns tantos objectos sem utilidade prática imediata... A distorção comunicacional, desde escutas telefónicas a ininteligíveis propostas pictóricas, foge (por natureza) ao convencionado, mas, nessa despreocupação, grave ou

[57] Incluíam, além de 'indústrias culturais' (cinema, música, livro, jogos de vídeo), meios de comunicação de massas, moda, *design*, arquitectura, publicidade, turismo cultural, espectáculos ao vivo, artes visuais, património. Quase triplicava além-Atlântico, mais por força do Carnaval: "Quatro por cento do PIB brasileiro vem da cultura" (*Público* [Lisboa], 25-I-2008). Hartley (2002: 143) fala em "indústrias criativas".

[58] Até à *Tecnopolia – Quando a Cultura Se Rende à Tecnologia*, de Neil Postman (Lisboa: Difusão Cultural), 1994, e ao *Ser Digital*, de Nicholas Negroponte (Lisboa: Caminho), 1996.

[59] Inspira-me Almada Negreiros (1971: 43), considerando, então [1935], o caso português, hoje, globalizável: «Uma civilização sem cultura dá como resultado a *falta de profundidade* tão evidente nos portugueses.» Antes, avisara que a burocracia levava à civilização como tecnocracia (p. 41). Do francês *bureau* e grego *krátos*, *bureaucratique* é neologismo do fisiocrata Jean-Claude Marie Vincent, Seigneur de Gournay (1712-1759), reflectindo o poder do funcionalismo, cuja impessoalidade e refúgio em normas opacas desembocam em desperdício de recursos e ineficiência. A cor escura e triste do latim 'burrus' serviu ao tecido 'bure' (igual ao 'burel' vermelho-escuro português) colocado nas escrivaninhas públicas francesas. Da mesa assim coberta, 'bureau', alargou-se ao escritório, à repartição. Desde, pelo menos, 1881, os nossos dicionários já inscrevem 'burocracia'.

bluff, faz-se normativa, que só uma liberalidade *à outrance* cauciona, por ignorância ou na desculpa de que «é arte». Procura-se, entretanto, uma universal tradução – semiótica, não linguística –, com avanços e naturais desconfortos sempre que buscamos combinar na hibridez do mundo. O meio *não é* mensagem, mesmo que determinante (às vezes, sim, é *a* mensagem). É aqui que entram as especialidades nacionais, com séculos de história que justificam aproximação.

Menos séculos tem a indústria da cultura, desigual conforme países e tempos, mas avassaladora por força dos *media*. Começou por dever-se aos meios escritos, desde a Imprensa parisiense de 1 de Julho de 1836, arriscando no folhetim. Sainte-Beuve (1839) acusou-o, cedo, de 'literatura industrial'. Nasce, assim, a 'cultura de massas', fórmula que Adorno e Horkheimer substituem por 'indústria da cultura' (*Dialéctica do Iluminismo*, 1947), «a fim de excluir, logo à partida, a interpretação que convém aos advogados daquela, ou seja, que se trataria de qualquer coisa como uma cultura que surge espontaneamente das próprias massas, a forma contemporânea da arte popular» (2003: 97). Nenhum advogado defende isso, e, em sentido restritivo, 'arte popular' não é 'de massas', pois se distende temporalmente, com renovação de processos. Na indústria da cultura, pelo contrário, há concentração temporal, afunilamento de destinatários, mesmificação de processos e rápida substituição de matéria.

O lamiré desse artigo adorniano resume-se neste limiar:

> Ela [indústria da cultura] reorganiza o que há muito se tornou um hábito, dotando-o de uma nova qualidade. Em todos os sectores, os produtos são fabricados mais ou menos segundo um plano, talhados para o consumo das massas e, em larga medida, determinando eles próprios esse consumo. [...] A indústria da cultura é a integração propositada dos seus consumidores a partir de cima. Ela impõe igualmente a junção do domínio específico da arte maior e o da arte menor, domínios que estiveram separados durante séculos. Junção que é desvantajosa para ambos.

Resume-se, hesitante – mesmo aceitando a divisão mecânica entre uma nunca explicitada arte 'maior' e 'menor', cujo intercâmbio foi produtivo. Adorno insinua a dicotomia entre alta e baixa cultura, e como

aquela, sublime, há-de derivar em imitação, em *kitsch*. Nada do que é dito desmente, porém, a diligência originária da 'cultura de massas' oitocentista, em que já, também, a integração vinha de cima, embora se desse a falsa ideia de se ouvir destinatários. A diferença estará, pois, não na natureza dos propósitos e efeitos, mas na graduação, face à emergência dos meios visuais, audiovisuais e, por fim, digitais, que, eles mesmos, criam outras necessidades, a que a indústria corre a responder.

Os avisos desse artigo abrem, entretanto, os olhos a quem queira ver: o receptor é tomado «como objecto secundário e calculado, um apêndice da engrenagem. [...] As massas não são a medida mas a ideologia da indústria da cultura, [...].» Adorno não se preocupa em definir 'massas', o que, na relatividade do termo, poderia não convir ao que se subentende 'quantioso'. No sentido vulgar, são incaracterísticas e caóticas (é mais do que um «mundo supostamente caótico»), e, porque inconscientes, sem liderança, podem rebelar-se subitamente, tornando-se motores de transformação. Adorno não prevê isso. Vê-as passivas; também para ele, são «ideologia», não sujeito, mas objecto.

Como se chega aqui – à conclusão de que, por consumir, nós somos consumidos, consumando-nos enquanto produto de indústria que julgaríamos dominar, depois de agradecer suas benfeitorias – é que é de espantar, tal a subtileza de processos. Não concordando embora que *todos* os produtos culturais se regulem «pelo princípio do seu valor de troca e não pelo seu próprio conteúdo e uma lógica formal intrínseca» (Brecht), certo é que, num olhar global, o lucro colou-se à produção, leva à concentração económica, transformada aquela, que *também* era mercadoria, em *pura* mercadoria. Pior, e sua consequência:

> Em última instância, a indústria da cultura acaba por dispensar a prossecução universal e imediata do[s] interesses de lucro que lhe estão na origem. Estes reificaram-se na sua ideologia, autonomizando-se, por vezes, da pressão para vender os produtos que, de uma maneira ou de outra, têm de ser engolidos. A indústria da cultura transforma-se em *public relations*, na mera produção de um *good will*, sem ter em conta empresas particulares ou específicos produtos comercializáveis. O que se vende é um consenso geral e acrítico, fazendo-se publicidade para o

> mundo de tal modo que cada produto da indústria da cultura é um anúncio publicitário a si próprio.

Esta «padronização do objecto em si», no «disfarce para o eternamente igual», bem como a «racionalização das técnicas de distribuição», designa-se «indústria». As formas de produção podem ser individualizadas, individualidade que «contribui para reforçar a ideologia, na medida em que se cria a ilusão de que o que é completamente reificado e mediatizado poder erigir-se em santuário de espontaneidade e vida». Veja-se o «sistema de estrelato»: «Quanto mais desumanizados são o seu modo de actuar e o seu conteúdo, tanto mais insistente e triunfal é a propaganda em torno de supostas grandes personalidades, e mais emocional é o seu discurso.»

Conceito aqui decisivo é o de «técnica». Se, na obra de arte, com sua *aura* (W. Benjamin), «essa presença de algo não-presente», significa «organização do objecto em si e a sua lógica interna», já, numa indústria de «distribuição e reprodução mecânica», a técnica é exterioridade, desejando-se *sem* ideologia. Eis um perigo maior para a democracia *participada*. As informações são inanes; as mensagens, repetitivas e conformistas, num projecto de *ordem*, de que todos comungariam, mal percebendo como se transformam em súbditos obedientes, e como há regressão do Eu, infantilizando-nos em torpe dependência. A maioria gosta de estar na moda, de 'ir à frente', de experimentar 'sem compromisso' (tem, por exemplo, 14 dias para se decidir pela compra, ou pagar no fim do mês, ou ter estes e aqueles descontos), de ser enganada, desde que falsas ou passageiras gratificações ajudem no dia-a-dia, confiram um *status* ou bem-estar: «E se os advogados da indústria da cultura ripostam que o que ela difunde não é de todo arte, essa atitude tem, em si mesma, a marca da ideologia, ao pretender negar a responsabilidade por aquilo de que se alimenta o negócio. Vileza alguma se torna menos má ao reconhecer-se como tal.»

9. **Conclusão**

Vai longa esta novena. A oposição entre natureza e cultura é própria do Ocidente moderno? «La coutume est une seconde nature, qui détruit la première», dizia Pascal ([2]1670: 197), o qual acrescentava: «Pourquoi la coutume n'est-elle pas naturelle? J'ai bien peur que cette nature ne soit elle-même qu'une première coutume, comme la coutume est une seconde nature.» A *outra* natureza, não inata, debate-se inextrincavelmente com esta, em suas «représentations symboliques transmises par les voies du langage»[60] – tão várias as linguagens, que, e pelas quais, aquelas comunicam e se transformam. Entretanto, se a existência biocultural assenta na linguagem, como «primeiro sistema discursivo altamente complexo que emergiu para além da própria organização bioética» (Morin, s. d.: 73), poderemos demarcar natureza e cultura?

Philippe Descola, entrevistado pelo *Libération* (Paris), 17-XI-2005, sobre *Par-delà Nature et Culture* (2005), reverte o nosso esquema interrogativo:

> [...] quand même, cette opposition entre nature et culture, on n'en trouve pas vraiment trace ailleurs; c'est un échafaudage extrêmement important pour la construction de la modernité en Occident, [...]. Ce livre commence donc par déconstruire l'idée que la séparation entre la nature (les animaux, les plantes) d'un côté, les productions humaines (la culture, la société) de l'autre, est universelle.

Substitui esse dualismo pelo contraste entre «intériorité et physicalité», inseparáveis:

> L'intériorité est ce qui donne animation et conscience à la personne, on la connaît par ses effets et on peut la déceler chez des existants non humains. La physicalité, c'est la dimension matérielle, organique, des existants humains et non humains: la forme extérieure, les fonctions biologiques...

[60] Jean-François Dortier, "La culture est une seconde nature", *Sciences Humaines* (Paris), hors-série spécial n.º 16, Mai/Juin 2012: 85.

Com efeito, os animais (humanos, inclusive) transmitem-se técnicas de caça e outras experiências sem recurso à linguagem – posterior, ou modelada por estruturas comportamentais[61]. É a protocultura dos etólogos, em que E. Morin (s. d.: 43) viu «O embrião de "cultura"» de uma sociedade de macacos, «isto é, as práticas e conhecimentos de carácter não inato». Essa protocultura é mais flagrante no *gene egoísta*: o nosso organismo é máquina de sobrevivência cegamente programada para preservar as moléculas egoístas conhecidas por *genes*, que se replicam[62], e, assim, é de questionar, à boa maneira darwiniana, insectos alheios à reprodução, embora laboriosamente dedicados à comunidade. O gene altruísta estará ligado à consanguinidade parental (William David Hamilton); mas, na falta da moral – que é produto da natureza, um instinto[63] –, nem a cultura derruiu o altruísmo egoísta do Nazismo… Talvez devamos quedar-nos por Frans De Waal em *The Ape and the*

[61] *Cf.* Frans De Waal, entrevistado em AA. VV., 2005. Nega que os chimpanzés tenham linguagem propriamente dita, atribuindo-lhes, todavia, uma «capacité communicative» que «constitue bien une étape en direction du langage» (p. 100). Será uma questão de grau? Linguagem é mais do que «se communiquer des informations sur des objets éloignés dans l'espace et le temps», como fazem as abelhas e alguns pássaros, mas sem «une pleine compréhension des conséquences» (p. 101), que aqueles possuem.

[62] Richard Dawkins, *The Selfish Gene*, 1976, adaptando o prólogo da trad. portuguesa, *O Gene Egoísta*, 1989, ampliada em 1999. «[…] os genes que conseguem ser copiados em cada vez mais indivíduos serão os genes que prevalecem e persistem ao longo do tempo. […] Os genes competem por posições no cromossoma e grupos de genes formam aquilo a que o biólogo Leigh Van Valen chamou um "parlamento" (interagem para produzir efeitos complexos); indivíduos que abrigam parlamentos eficazes sobrevivem e reproduzem-se melhor do que aqueles com quem isso não acontece.» (Low, 2002: 41-42) O análogo *meme*, ou gene cultural, fundamento da memória / conhecimento, seria *replicado* nos descendentes. Talvez fosse preferível dizer: *transformado* nos descendentes.

[63] Trabalhos de Frans De Waal mostram como os primatas são providos de 'intenções' – inclusive, maquiavélicas, quais políticos… maquiavélicos –, de empatia, cooperação, reciprocidade. Seguimos uma lúcida entrevista em *Clarín* – Revista Ñ (Buenos Aires), 10-XI-2007. Em AA. VV., 2005: 103, o biólogo fala de «relation gratificante», ou reconciliação entre dois animais que só tinham a perder, se estragassem o seu convívio. Um crânio com cerca de 36 000 anos, fracturado e cuidado, significa, para Romain Pigeaud (AA. VV., 2005: 177-181), "Violence et solidarité dans les groupes des Néandertaliens".

Sushi Master, explicado pelo próprio (AA. VV., 2005: 106-107):

> La transmission culturelle, c'est-à-dire la transmission de connaissances et de pratiques par des moyens non génétiques, n'est pas propre à l'espèce humaine, mais s'observe aussi chez certains animaux: telle est la thèse principale de ce livre. Mais j'y aborde également la question de savoir à quel point la culture occidentale a façonné notre manière de regarder les animaux, et cette dernière, notre manière de nous regarder nous-mêmes. Mon idée maîtresse, c'est que la théorie selon laquelle nature et culture seraient deux choses radicalement opposées, [...] est totalement dépourvue de fondement. Même si l'homme est un être culturel, il n'a jamais abandonné sa nature, et ne pourra jamais l'abandonner. Quant à la tendance à construire une culture, elle existe déjà chez les animaux.

A civilização é esse processo, diacronicamente vário sobre *um estar*, que percorremos *em trabalho de cultura* (como se diz trabalho de parto), ou «transformação específica do comportamento humano», qual a definiu N. Elias (1989) em apartado sobre a necessária civilidade. Demorou-se neste conceito – a par de cortesia (ou cortesania, e discrição, decoro, conforme os nossos tratadistas) –, exemplificado em maneiras pós-medievais e comportamentos à mesa, no quarto, ou na mudança de atitude perante as funções naturais, o assoar, o cuspir, as relações homem-mulher, a agressividade... Olivier Agard leu, em Elias, o projecto de uma psicologia socio-histórica[64]. Urge acrescentar que, na poluição crescente – do ar às imagens e ruídos –, cerca de metade dos genes olfactivos não são funcionais, perda iniciada há dois ou três

[64] Excerto do resumo de "Norbert Elias et le projet d'une «psychologie socio-historique»" (Agard, 1998): «L'originalité d'Elias est d'adopter une perspective historique et d'exploiter le corpus des traités de convenances qui met en lumière la soumission de l'économie psychique à des déterminations socio-historiques. Mais Elias ne se contente pas d'écrire une histoire du comportement. Il propose également une théorie du processus de civilisation qui, en insistant sur l'histoire secrète du corps et sur son articulation avec des processus politiques, met en valeur la base matérielle de la culture et déconstruit la distinction "culture / civilisation" dont il retrace la genèse sociale.» (p. 244) [Este artigo sai de uma espécie fundamental: *Revue Germanique Internationale*, 10 / 1998, com dossiê sobre 'Histoire culturelle'.]

milhões de anos (AA. VV., 2005: 132). Aqui, felizmente, há gente menos *avançada*, ou invejável, caso do escanção... Condição convivial, ou perfume de democracia, a civilidade é insígnia do que visavam Erasmo, Arnold ou Sapir:

> La civilité érasmienne s'apprend et s'acquiert. À la différence de la civilité aristocratique telle que la définissent les traités de cour, elle conteste les hiérarchies sociales et se propose d'annoblir tout homme par une éducation du comportement et de l'esprit. Elle propose un apprentissage des bonnes manières et des comportements corporels indissociables du langage: *savoir vivre* ne peut se concevoir en dehors d'un *savoir parler* qui repose sur deux talents essentiels, *eloquentia* et *sapientia*, la maîtrise du langage et la possession de soi. [...] La civilité se manifeste dans les manières, mais aussi bien dans la conversation. [...] Et il faut voir ici la raison de cette succession ininterrompue d'*arts du langage* qui s'étend tout au long de l'âge classique: art de parler, mais aussi art de se taire, art de converser, mais aussi art d'écrire, faits de modération dans le propos, de retenue dans l'expression; art de paraître en société, art de simuler ou de dissimuler quand la prudence l'exige. [...] Civilité et conversation sont le soc des arts, c'est-à-dire des savoir-faire. [...] Ainsi la violence physique délasse-t-elle progressivement le terrain où s'affrontent les corps pour venir se sublimer dans l'*agudeza*, la pointe rhétorique qui saura décontenancer celui qu'elle vise. C'est dans le cadre de la cour absolutiste que se constitue véritablement une telle légitimité, en un lieu où la violence physique a été bannie, où s'est dressé peu à peu entre les corps le "mur invisible" des pudeurs et des distances. (Courtine; Haroche, ^{2}1994: 23-26)

Se questões de precedência linhagística, funcional ou de defesa da honra sobrevivem em rivalidades de hoje, e, do duelo ao insulto, viram assassinas, certo é que há um avanço sensível na reconfiguração civilizacional, cada vez mais orvalhada de emoções e afectos.

O conde de Mirabeau estreia, em *L'Ami de l'Homme* (1756), o termo 'civilisation', dicionarizado pela Académie Française em 1798. O inglês *civilization* já fora dicionarizado por Ash em 1775, através do latim medieval *civilizare*, do francês quinhentista *civiliser* e do seiscentista in-

glês *civilize* (Williams, 2007: 82-83). Em 1756, sai *Essai sur les Mœurs et l'Esprit des Nations*, de Voltaire, que é já um apanhado civilizacional. Manuel Antunes (1999: 40) julga recuar uns anos, com [Nicolas--Antoine] Boulanger, *L'Antiquité dévoilée par ses usages*, *ou Examen critique des principales opinions, cérémonies & institutions religieuses & politiques des différents peuples de la Terre*, dito de 1759, quando é de 1766[65]. Voltaire entendia civilização como «estado de esclarecimento de que toda a humanidade era capaz», e terá tentado, em 1772, que o *Dictionary of the English Language* do Dr. Johnson, além do sentido técnico legal – «Lei, acto de justiça ou juízo que transforma em civil um processo criminal» (Boorstyn, 2000: 250) –, incluísse aquela moderna acepção, além de *civilidade*. Os latinos possuíam, com este sentido, o que tanto irrompe n'*Os Lusíadas*: 'polícia'. *Il Convivio*, de Dante, traz 'ciuiltà'. De 'ciuis, ciuilis', «sociedade civil» (Hooker, 1594; *in* Williams, 2007), sai *civilitas*, *civility*, *civilidade*, «ordeiro e educado», no inglês do séc. XVI, que, ainda hoje, recobre acepções de civilização; e sai *civilização*, ser, tornar-se 'civil' – condição e processo –, filho da cidade, cidadão crescentemente universal, que a razão iluminista e a crença no engenho humano admitiam em quaisquer *bárbaros*, já sem o sentido de selvagens, incultos, linguisticamente menores.

Fernand Braudel (1991: 256) lembrava, em 1959, o singular 'civilização' – «un ensemble de traits, de phénomènes culturels» – e suas plurificações, numa viagem sempre acompanhada «du mot de cul-

[65] Oficialmente atribuído a «feu M. Boulanger», foi rescrito por D'Holbach. Braudel (1991: 258-266), que confessa usar indistintamente os termos 'civilização' e 'cultura', na esperança de que o contexto os individualize, revê esta matéria em "Civilisation et culture", no subcapítulo "Origine et fortune de ces mots". No subcapítulo "Essais de définition" (p. 266-288), percorre Guizot (*Histoire de la Civilisation en Europe*, 1829, *Histoire de la Civilisation en France*, 1832), Jacob Burckhardt (*Die Cultur der Renaissance in Italien*, 1860: Estado, Religião, Cultura), Spengler, Toynbee, Alfred Weber (*Kulturgeschichte als Kultursoziologie*, 1935; trad. castelhana, *Historia de la Cultura*, 1941), Philip Bagby (*Culture and History*, 1958), reunindo História e Antropologia: haveria as grandes civilizações, as secundárias e as minúsculas, só com direito ao título de culturas!

Chamfort prepara, em 1779-1780, *Les Produits de la Civilisation Perfectionné*, conhecidos a partir de 1795.

ture qui, pourtant, n'en est pas le simple doublet» – também no singular e plural, tudo enquadrado numa «orchestre d'histoires particulières: histoire de la langue, histoire des lettres, histoire des sciences, histoire de l'art, histoire du droit, histoire des institutions, histoire de la sensibilité, histoire des mœurs, histoire des techniques, histoire des superstitions, des croyances, des religions (et même des sentiments religieux), de la vie quotidienne, pour ne pas parler de l'histoire, si rarement abordée, il est vraie, des goûts et recettes culinaires...». Assim é: a história da pesca terá 50 000 anos, pensada na base de fio e anzol (AA. VV., 2005: 160) – anteriores à rede –, em que os arqueólogos lêem «des signes culturelles» de uma actividade que, todavia, sob outra perspectiva, enquanto 'signature génétique' – seja, a pesca à mão –, não atinge aquela signitude, não é uma 'solução cultural'.

A esperança, como condição de cultura, é que o Homem se dirija para fora de si, no que isso significa de compreensão do meio ambiente. A exemplo de certa fauna (tigres, cães, vagabundos, almas possessivas...), há vegetais que marcam o território lançando jactos invisíveis de ácido. O sujo defende o que desejamos *próprio*, segundo tese de Michel Serres (2008): ora duros ou malcheirosos, ora doces e sedutores (dando música, em conversa, com dinheiro, publicidade...), *apropriamo-nos*, e bom seria que, além do *propre* francês, 'limpo', fosse também de nós mesmos. O que fica é uma *marca* – desejavelmente, a nossa pegada cultural.

Assim, na incompletude (pois muitos *acabamentos*, em termos de aprendizagem e aquisição, são diversos de homem para animal), atentos aos pequenos objectos, bens e sentidos, agudamente lidos por G. Simmel, e à plasticidade que nos rodeia e forma o cérebro, acordemos que natureza e cultura co-evoluem, influenciando-se reciprocamente. As fronteiras deste *estado* exigem renovadas conversações.

Bibliografia

Excluem-se dicionários de língua, artigos da Imprensa não-literária e títulos simplesmente citados ou aludidos. Além dos transcritos, com asterisco, indico outros, úteis à discussão.

AA. VV. 1955. *La Culture Est-elle en Péril?*. Neuchâtel: Éditions de la Baconnière.

*1971. *A Indústria da Cultura*. Lisboa: Editora Meridiano.

1993. *Culture et Société*. Paris: La Documentation Française.

*2005. *Homo Sapiens. L'Odyssée de l'Espèce*. Paris: Tallandier Éditions.

*Adorno, Theodor W. 2003. "Breves considerações acerca da indústria da cultura". *In*: *Sobre a Indústria da Cultura*. Coimbra: Angelus Novus. 97-106.

*Agard, Olivier. 1998. "Norbert Elias et le projet d'une «psychologie socio-historique»". *Revue Germanique Internationale*, 10. 'Histoire culturelle'. Paris: PUF. 117-140.

Alexander, Jeffrey C.; Seidman, Steven, eds. 1990. *Culture and Society. Contemporary Debates*. Cambridge: Cambridge University Press.

*Almada Negreiros, José de. 1971 [1935]. *Ensaios I*. Lisboa: Editorial Estampa.

Almeida, Vieira de. 1961. *Pontos de Referência*. Lisboa: Arcádia.

*Antunes, Manuel. 1999. *Teoria da Cultura*. Coord., revisão e notas de Maria Ivone de Ornellas de Andrade. Lisboa: Edições Colibri.

*Arnold, Matthew. 1984 [1932]. *Culture and Anarchy: An Essay in Political and Social Criticism.* Edited by J. Rover Wilson. Cambridge: Cambridge University Press. [1.ª ed.: 1869]

*Aron, Jean-Paul *et alii*. 1975. *Qu'Est-ce que la Culture Française?*. Paris: Denoël.

*Aron, Raymond. 1991. *As Estapas do Pensamento Sociológico*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Auerbach, Erich. 1977 [1968]. *Mimésis. [...]*. Paris: Gallimard.

*Augé, Marc. 2001. *As Formas do Esquecimento*. Almada: Íman Edições.

Bakhtin, M. 1984. *Rabelais and His World*. Bloomington: Indiana University Press. [Trad. francesa: 1970. Bakhtine, Mikhaïl, *L'Oeuvre de François Rabelais et la Culture Populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*. Paris: Gallimard / NRF.]

Banniard, Michel. 1989. *Genèse Culturel de l'Europe*. Paris: Seuil. [Trad. port.: 1995. *Génese Cultural da Europa. Séculos V-VIII*. Lisboa: Terramar.]

Bassnett, Susan; Lefevere, André, eds. 1995 [1990]. *Translation, History & Culture*. London: Cassell.

*Bastide, Roger. 1966. *Sociologie des Maladies Mentales*. Paris: Flammarion.

*Béhar, Henri. 1990. "L'analyse culturelle des textes". *In*: Béhar, H.; Fayolle, Roger, dir., *L'Histoire Littéraire Aujourd'hui*. Paris: Armand Colin. 151-160.

*Benedict, Ruth. S. d. *Padrões de Cultura*. Lisboa: Livros do Brasil.

Bermingham, Ann; Brewer, John, eds. 1997. *The Consumption of Culture. 1600-1800*. Londres: Routledge.

Bhabha, Homi K. 1994. *The Location of Culture*. London / New York: Routledge.

*Boas, Franz. 1938 [1911]. *The Mind of Primitive Man*. Revised edition. New York / London: The Macmillan Company.

1966 [1940]. *Race, Language and Culture*. New York / London: The Free Press.

1976. *Arte Primitiva*. Coimbra: Fenda.

*Bonet, Lluis; Négrier, Emmanuel. 2008. *La Fin des Cultures Nationales*. Paris: La Découverte.

*Boorstin, Daniel J. 2000. *Os Pensadores*. Lisboa: Temas e Debates.

Braudel, Fernand. 1987. *Grammaire des Civilisations*. Paris: Les Éditions Arthaud-Flammarion. [Trad. port.: 1989. *Gramática das Civilizações*. Lisboa: Teorema.]

*1991 [1959]. "L'histoire des civilisations: le passé explique le présent". *In*: *Écrits sur l'Histoire*. Paris: Flammarion [coll. Champs]. 255-314.

Brewer, John, ed. 1996. *Consumption and Culture in the 17^{th} and 18^{th} Centuries*. Londres: Routledge.

*Brockman, John. 1997. *A Terceira Cultura. Para além da Revolução Científica.* Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates.

Bucaille, Richard; Pesez, Jean-Marie. 1989. "Cultura material". *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 16. *Homo – Domesticação. Cultura Material*. Lisboa: INCM. 11-47.

*Bueno, Gustavo. [2]1997 [1996]. *El Mito de la Cultura. Ensayo de Una Filosofia Materialista de la Cultura*. Barcelona: Editorial Prensa Ibérica. [Bibliog. comentada nas p. 223-227.]

Bühler, Johannes. 1987 [1946]. *Vida y Cultura en la Edad Media*. México – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica [ed. alemã, 1931].

Cascudo, Luís da Câmara. 1973. *Civilização e Cultura*. 2 vols. Rio de Janeiro: Ed. Liv. José Olympio.

Cassirer, Ernst. 1945 [1944]. *Antropología Filosófica. Introducción a Una Filosofía de la Cultura*. México: Fondo de Cultura Económica.

1951. *Las Ciencias de la Cultura*. México: F. de Cultura Económica [orig. alemão, 1942].

1991. *Logique des Sciences de la Culture*. Paris: Les Éditions du Cerf.

*Cazeneuve, Jean [J. C.]. 1990. "Lévy-Bruhl (Lucien)". *In:* Raymond Bourdon *et alii*, *Dicionário de Sociologia* [1989]. Lisboa: Círculo de Leitores.

*Chaunu, Pierre. 1984 [1966]. *La Civilisation de l'Europe Classique*. Paris: Les Éditions Arthaud.

Chartier, Roger. 1988. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel.

*Coelho, F. Adolfo. 1875. "Os elementos tradicionaes da litteratura. Os contos". *In*: *Revista Occidental*, II. Lisboa. 329-346.

Coelho, Jacinto do Prado. 1972. *Problemática da História Literária*. Lisboa: Ática.

*Copleston, S. J., Frederick. 1972. *Nietzsche, Filósofo da Cultura*. Porto: Livraria Tavares Martins.

Corbin, Alain, coord. 2001. *L'Avènement des Loisirs, 1850-1960*. Paris: Flammarion.

*Courtine, Jean-Jacques; Haroche, Claudine. [2]1994 [1988]. *Histoire du Visage. Exprimer et Taire Ses Émotions (XVI[e]-début XIX[e] Siècle)*. Paris: Payot / Rivages.

Crespi, Franco. 1998. *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Estampa.

*Cuche, Denys. [2]2004 [1999]. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim de Século.

"Culture et politique" [*dossier*]. 1992. *Le Débat*, 70, Paris. Mai-août.

Curtius, Ernst Robert. 1986. *La Littérature Européenne et le Moyen-Âge Latin*. 2 vols. Paris: PUF [ed. alemã, 1947].

D'Ors, Eugenio. 1964. *La Ciencia de la Cultura*. Madrid: Rialp.

*Dawkins, Richard. 1999. *O Gene Egoísta*. Lisboa: Gradiva.

De Certeau, Michel. 1980. *L'Invention du Quotidien. I. Arts de Faire*. Paris: Union Générale d'Éditions, 10/18.

Dens, Jean-Pierre. 1981. *L'Honnête Homme et la Critique du Goût: Esthétique et Société au XVII^e Siècle*. Lexington [Kentucky]: French Forum Publishers.

*Docker, John. 2008. *The Origins of Violence. Religion, History and Genocide.* London: Pluto Press.

Dubois, Vincent. 1999. *La Politique Culturelle. Genèse d'Une Catégorie d'Intervention Publique*. Paris: Belin.

Dupuis, Xavier. 1991. *Culture et Développement*. Paris: UNESCO.

*Durand, Gilbert, ed. 1982. *Os Grandes Textos da Sociologia Moderna*. Lisboa: Edições 70.

*Eagleton, Terry. 2000. *The Idea of Culture*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd. [Trad. port.: 2003. *A Ideia de Cultura*. Lisboa: Temas e Debates.]

*Eco, Umberto. 1985. *Lector in Fabula.* Paris: Grasset. [Ed. italiana: 1979. Milano: Bompiani.]

*Elias, Norbert. 1989-1990. *O Processo Civilizacional*. 2 vols. Lisboa: Publicações Dom Quixote. [1 vol., ²2006.]

*Eliot, T. S. 1965 [1948, 1961. *Notes Towards the Definition of Culture.*]. *Notas para a Definição de Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editôres. [Edição port.: 1996. *Notas para Uma Definição de Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI.]

*Épictète. 1992 [1987]. *Manuel*. Commentaire de M. Lhoste-Navarre. Paris: Bordas.

Febvre, Lucien. S. d. *Civilisation. Le Mot et l'Idée*. Paris: Ed. Liv. Félix Alcan.

Fentress, James; Wickham, Chris. 1994. *Memória Social. Novas Perspectivas sobre o Passado*. Lisboa: Teorema.

Flandrin, J.-L. 1981. *Le Sexe et l'Occident. Évolution des Attitudes et des Comportements*. Paris: Seuil.

Fogel, Michel. 1985. *Culture et Idéologie dans la Genèse de l'État Moderne*. Rome: École Française de Rome 82.

*Foucault, Michel. 1954. *Maladie Mentale et Personnalité*. Paris: PUF. [Refundição em 1962. *Maladie Mentale et Psychologie*. Paris: PUF.]

Frow, John. 1995. *Cultural Studies & Cultural Value*. Oxford: Clarendon Press.

*Fumaroli, Marc. 1991. *L'État Culturel. Une Religion Moderne*. Paris: Ed. de Fallais.

*Geertz, Clifford. 1978. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Gellner, Ernest. 1995. *Razão e Cultura. Papel Histórico da Racionalidade e do Racionalismo*. Lisboa: Teorema.

*Géraud, Marie-Odile; Leservoisier, Olivier; Pottier, Richard. 2002. *Les Notions Clés de l'Ethnologie*. Paris: Armand Colin.

Gruzinski, Serge. 1999. *La Pensée Métisse*. Paris: Fayard.

Gurevitch, Aron I. 1991. *As Categorias da Cultura Medieval*. Lisboa: Editorial Caminho.

*Hall, Edward T. 1978. *La Dimension Cachée*. Paris: Seuil.

Harris, Marvin. 1978 [1968]. *El Desarrollo de la Teoría Antropológica. Una Historia de las Teorías de la Cultura*. Madrid: Siglo XXI de España.

1982 [1979]. *El Materialismo Cultural*. Madrid: Alianza.

*Hartley, John. 2002. *Comunicação, Estudos Culturais e Media*. Lisboa: Quimera.

*Hartman, Geoffrey. 1977. *The Fateful Question of Culture*. New York: Columbia University Press.

Hartmann, N. [2]1983. *A Filosofia do Idealismo Alemão*. Lisboa: FCG.

Heinemann, Fritz. [4]1983. *A Filosofia no Século XX*. Lisboa: FCG.

*Herder, Johann Gottfried von. 1959 [1784]. *Ideas para Una Filosofía de la Historia de la Humanidad*. Buenos Aires: Losada. [Trad. port.: 1995. *Também Uma Filosofia da História para a Formação da Humanidade: Uma Contribuição a Muitas Contribuições do Século*. Lisboa: Antígona.]

*Herskovits, M. J. 1967. *Les Bases de l'Anthropologie Culturelle*. [Em lingua inglesa: 1948.] Paris: Payot.

*Hobsbawm, Eric. [3]1999. "Barbarism: A User's Guide", *On History*. London: Abacus.

*Huntington, Samuel P. 1993. "The clash of civilizations". *In*: *Foreign Affairs*, 72 (3). 22-49.

1996. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster.

*Jung, C. G. 1952. *Psychologie de l'Inconscient*. Genève: Georg et cie.

*Jameson, Frederic. 1993. "On 'Cultural Studies"', *Social Text* (Duke University Press), 34. 17-52.

Kahn, J. S., ed. 1975. *El Concepto de Cultura: Textos Fundamentales*. Barcelona: Anagrama.

Kerckhove, Derrick. 1997. *A Pele da Cultura*. Lisboa: Relógio d'Água.

*Kertész, Imre. [4]S. d. [1992]. *Gályanapló*. Budapeste: Magvető.

*Kroeber, A. L. 1993. *A Natureza da Cultura*. Lisboa: Edições 70.

Lasch, Christopher. 1979. *The Culture of Narcissism. American Life in an Age of Diminishing Expectations*. New York: W. W. Norton & Company.

1985. "Consumo, narcisismo e cultura de massas". *Revista de Comunicação e Linguagens*. Porto. Dezembro. 129-143.

*Lepenies, Wolf. 1990. *Les Trois Cultures. Entre Science et Littérature, l'Avènement de la Sociologie*. Paris: Éditions de la Maison de l'Homme.

*Lestel, Dominique. 2001. *Les Origines Animales de la Culture*. Paris: Flammarion.

Lévi-Strauss, Claude. 1973. *Anthropologie Structurale*. 2 vols. Paris: Plon.

1979. *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70.

*Lótman, Iúri; Uspenskii, Borís A. 1981 [1971]. "Sobre o mecanismo semiótico da cultura". *In*: Iúri Lótman, Borís Uspenskii, V. Ivanóv. *Ensaios de Semiótica Soviética*. Lisboa: Livros Horizonte. 37-65.

*Lourenço, Eduardo. 2013. "Europa ou a sedução do tempo perdido". *In*: José Eduardo Franco, Béata Cieszynska, Teresa Pinheiro, coord., *Repensar a Europa. Europa de Longe, Europa de Perto*. Lisboa: Gradiva. 297-303.

*Low, Bobbi S. 2002. *Sexo e Comportamento Humano. Uma Perspectiva Evolutiva*. Lisboa: Instituto Piaget.

*Lowie, Robert H. 1920. *Primitive Society*. New York. [Trad. francesa: 1969. *Traité de Sociologie Primitive* (1936). Paris: Union Générale d'Éditions.]

Magendie, Maurice. 1970. *La Politesse Mondaine et les Théories de l'Honnêteté en France au XVII^e Siècle, de 1600 à 1660*. Genève: Slaktine reprints. [Paris, 1925.]

Malafaia, Maria Teresa. 1987. "*Culture and Anarchy*, de Mattew Arnold: a cultura enquanto interpretação da experiência humana". *In*: *Anglo-Saxónica*, 1. Lisboa. 61-73.

*Malinowski, Bronislav. S. d. [1970] [1944]. *Une Théorie Scientifique de la Culture*. Paris: Seuil. [Trad. castelhana: 1970. *Una Teoría Científica de la Cultura*. Barcelona: Edhasa. Trad. port.: 1997. *Uma Teoria Científica da Cultura*. Lisboa: Edições 70.]

Mannheim, Karl. 1974. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Universidade de S. Paulo.

Mayhew, Leon H. 1997. *The New Public. The Culture of Communication and the Means of Social Influence*. Cambridge: Cambridge University Press.

McQuail, Denis. 2003. *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: FCG.

Moles, Abraham A. ²1971. *Sociodynamique de la Culture*. Paris / La Haye: Mouton & Cie.

*Morgan, Lewis. 1877. *Ancient Society, Or Researches in the Lines of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization*.

*Morin, Edgar. S. d. *O Paradigma Perdido. A Natureza Humana*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Mullie-Chatard, Sylvie. 2005. *De Prométhée au Mythe du Progrès. Mythologie de l'Idéal Progressiste*. Paris: L'Harmattan.

Munns, Jessica; Rajan, Gita, eds. 1996 [1995]. *A Cultural Studies Reader: History, Theory, Practice*. London / New York: Longman.

Neto, Serafim da Silva. 1960. *Língua, Cultura e Civilização*. Rio de Janeiro: Livraria Académica.

Palla e Carmo, José. 1971. "Cultura, culturas e cultura de massa". *In*: *Do Livro à Leitura*. Lisboa: Publicações Europa-América. 41-51.

*Pascal. ^{2}1670. *Pensées*. [Édition de Port-Royale / XXV.]

Peristiany, John G. ^{2}1988. *Honra e Vergonha. Valores da Sociedade Mediterrânica*. Lisboa: FCG.

*Pestana, M. Inácio. 1978. *Etnologia do Natal Alentejano*. Portalegre.

Pires, Maria Laura Bettencourt. 2004. *Teorias da Cultura*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Pommerehne, Walter; Frey, Bruno. 1993. *La Culture A-t-elle Un Prix?*. Paris: Plon.

*Radcliffe-Brown, A. R. 1968. *Structure et Fonction dans la Société Primitive*. Paris: Minuit.

Rioux, Jean-Pierre; Sirinelli, Jean-François, dir. 1997. *Pour Une Histoire Culturelle*. Paris: Seuil. [Trad. port.: *1998. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa.]

*Rivière, Claude [C. R.]. 1990. "Culturalismo". *In:* Raymond Bourdon *et alii*, *Dicionário de Sociologia* [1989]. Lisboa: Círculo de Leitores.

Roche, Daniel. 1997. *Histoire des Choses Banales*. Paris: Fayard. [Trad. port.: 1998. *História das Coisas Banais. Nascimento do Consumo nas Sociedades Tradicionais (Séculos XVII-XIX)*. Lisboa: Teorema. [Introdução / Cultura e civilização material, 7-16; O reinado das lareiras, 143-153; Vestuário e aparências, 219-248.]

*Sainte-Beuve. 1839. "La Littérature Industrielle". *In*: *Revue des Deux Mondes*, 4e série, tome 19, juillet-septembre. Paris. 675-691.

Santos, Boaventura de Sousa. 1994. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento.

2000. *Para Um Novo Senso Comum. A Ciência, o Direito e a Política na Transição Paradigmática*. 4 vols. Porto: Afrontamento.

*Santos, Beja; Tomé, Artur. 2002. *A Nova Sociedade de Consumo*. Lisboa: Círculo de Leitores.

*Sapir, Edward. 1921. *Language*. *An Introduction to the Study of Speech*. New York: Harcourt, Brace and company.

*1971. *Anthropologie*. Paris: Éditions de Minuit [coll. Points].

*Saraiva, António José. 1952. "Humanismo e Ciência". *In*: *Ler – Jornal de Letras, Artes e Ciências*, n.º 2. Lisboa. Maio.

1981. "Civilização e cultura". *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa. 8-XII-1981.

*2003. *O Que É a Cultura seguido de Entrevista...*, Lisboa: Gradiva.

*2012. *O Humanismo em Portugal*. Introdução de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Gradiva.

Schneider, Michel. 1993. *La Comédie de la Culture*. Paris: Seuil.

*Segrestin, Daniel [D. S.]. 1990. "Aculturação". *In:* Raymond Bourdon *et alii*, *Dicionário de Sociologia* [1989]. Lisboa: Círculo de Leitores.

Séneca, Lúcio Aneu. ^{3}2007. *Cartas a Lucílio* [Carta 15]. Trad., pref. e notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: FCG.

*Sérgio, António. ^{2}1976. *Ensaios.* Tomo VI [1971]. Lisboa: Clássicos Sá da Costa.

*Simões, Manuel Sobrinho. ^{3}2018. *Os Portugueses. [...]* Lisboa: Gradiva.

*Serres. Michel. 2008. *Le Mal Propre*. *Polluer pour s'Approprier?*. Paris: Éditions Le Pommier.

*Snow, C. P. 2003 [1959, 1964]. *The Two Cultures and The Scientific Revolution.* Cambridge: Cambridge University Press. [Trad. castelhana: 1977. *Las Dos Culturas y Un Segundo Enfoque*. Madrid: Alianza. Trad. port.: 1996. *As Duas Culturas*. Lisboa: Presença.]

* Sorokine, Pitirim. 1957 [1937-1941]. *Social and Cultural Dynamics: A Study of Change in Major Systems of Art, Truth, Ethics, Law and Social Relationships.* Boston Extending Horizons Books.

*Spengler, Oswald. 1926. *La Decadencia de Occidente*. 4 vols. Madrid, Espasa-Calpe. [No original alemão, 1918.]

*Steiner, George. 1992 [1971]. *No Castelo do Barba Azul. Algumas Notas para a Redefinição da Cultura*. Lisboa: Relógio d'Agua.

Titiev, Mischa. ^{7}1992. *Introdução à Antropologia Cultural*. Lisboa: FCG.

*Toynbee, Arnold. 1958 [1952]. *El Mundo y el Occidente*. Madrid: Aguilar.

*Tylor, Edward B. 1977-1981 [1871]. *Primitive Culture*. [Trad. castelhana: *La Cultura Primitiva*. 2 vols. Madrid: Ayuso.]

*Vico, Giambattista. 2005. *Ciência Nova*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. [1725. *Scienza Nuova*. Napoli. = *Principi di una scienza nuova intorno alla natura delle nazioni...*]

*Whorf, B. L. 1958. *Language, Though and Reality*. New York: Wiley and Sons.

White, Leslie Alvin. 1964 [1949]. *La Ciencia de la Cultura*. Buenos Aires: Paidós.

*Williams, Raymond. 1985 [1958]. *Culture and Society. 1780-1950*. Harmondsworth: Penguin Books.

*1985 [1977]. *Marxism and Literature*. Oxford / New York: Oxford University Press.

*2007. *Palavras-Chave. Um Vocabulário de Cultura e Sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial. [1.ª ed. inglesa: 1976. *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*, reeditado em 1983, sobre que se fez tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. Um útil Apêndice de colaboradores brasileiros actualiza original com falhas incompreensíveis.]

Personalidade Cultural Portuguesa

À memória de António José Saraiva

Após uma década de 80 em que a literatura retrabalhou, não raro em ficções de prosa negligente, questões identitárias, dezoito nomes convidados pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia procuraram responder, em 27 de Abril de 1992, na Casa das Artes (Porto), ao seguinte: «Existe uma cultura portuguesa?» (Silva; Jorge, 1993)

De três núcleos programáticos lançados pelos organizadores, só o primeiro moveu falas e desvios. A formulação era pouco feliz: «No espaço português, de acordo com os seus inúmeros parâmetros, existem decerto variadas *culturas*, no sentido antropológico do termo. Apesar dessa variedade, terá sentido falar de uma "cultura portuguesa", de traços constantes da nossa identidade? Pode a nossa história identificar essas eventuais constantes?» (p. 11)

O restritivo *apesar de* dificulta, porquanto a pluralidade é que areja o singular; não se pense, entretanto, que a História foi chamada para a necessária síntese, retomasse embora uns tantos mitos fundadores que mal afloraram as boas consciências. Pena, também, que, tendo lançado pergunta, alguém inquirisse os circunstantes sobre o *sentido* da discussão. Mais: a segunda de três «sugestões» de Augusto Santos Silva, a abrir, era que o debate não fosse «isolacionista: não nos interessa aqui tentar descobrir uma alegada singularidade de Portugal no mundo; trata-se de procurar situar Portugal na encruzilhada de lugares possíveis no nosso mundo de hoje» (p. 18). Haverá contradição nesta procurada disjunção? Não creio.

Como conciliar *traços constantes* e essa *alegada* singularidade, se singularidade existe – seja em regime de periferia, de encruzilhada ou

de fronteira –, qual pressupõe interrogação assente numa tradição mal esclarecida e não tão próxima como se vislumbrou? A. Santos Silva esqueceu alegações e cedo pedia a João Pina Cabral que procurasse «definir uma singularidade da realidade portuguesa» (p. 21).

O debate prometia; mas o depoimento raramente foi diálogo, polémica, e a disciplina de cada um sobrepôs-se às intenções dos moderadores. Onde estava o *outro*? Em parte, num equívoco. No desentendimento entre gente das ciências ditas sociais e cientistas *tout court*. Um pouco à imagem desta prosa de Alexandre Quintanilha (por onde se vê que a verbalização é perigosa ou a revisão do texto não funciona):

> Em relação à cultura penso que, [...] enquanto nos interessamos pelo *outro* ou pelos *outros* produzimos, até certo ponto, a nossa identidade. É através dessa curiosidade pelos *outros*, é da necessidade de conhecer, de aprender, de nos abrirmos a tudo o que é universal e a tudo aquilo que existe à nossa volta e que nos desenvolvemos e que crescemos e que criamos a nossa própria identidade. [...] Penso que no momento em que nos preocupamos em definir essa nossa relação com o *outro* ou, pior ainda, quando tentamos transformar o *outro*, nessa altura é que perdemos a nossa identidade. (p. 56)

Como interessar-se por outrem e não definir uma relação, não evoluir para uma transformação recíproca, terna ou violenta? Eis aí forma diversa de introduzir o tema: o que é produzir e perder a identidade? Há ou não culturemas (A. Moles) afectos ao indivíduo e ao colectivo?

Sementes de discórdia não faltaram, mas, até nisso, o encontro foi assaz educado. Quem começasse pelas conclusões dos convidados caía num logro: «Falou-se aqui da cultura erudita, de duas vertentes, a literária e a científica, depois da cultura popular, depois da cultura de massas e finalmente da cultura do quotidiano.» (Boaventura de Sousa Santos, p. 144)

De facto, nem popular, nem de massas, nem do quotidiano, se não foi de aspectos anedóticos. Nem, sequer, literária, e, quanto à científica, fez-se o diagnóstico do nosso atraso e respectivos vícios (que não devem ser levados à conta de *constantes* identitárias), com, marginal-

mente, um alerta à educação. *A terceira cultura* (Brockman, 1997) mal vagia, ainda, na versão americana.

A perquisição de Manoel de Oliveira – «um idioma cinematográfico português» (p. 19-20) – é, dito por Fernando Távora, a mesma de Siza Vieira, que, porém, acrescentaria ao seu idioma arquitectónico a reactiva porosidade aos lugares estrangeiros onde cria. Certos lugares-comuns, úteis, de Oliveira – na breve e única fala – mereciam contradita e reflexão: seríamos povo sem «verdadeiramente um espírito filosófico», mas com «um profundo sentimento metafísico [...] e uma enorme capacidade de assimilação»: «[...] à medida que se assimila transforma-se, dá-se uma fisionomia própria às coisas e que será a nossa expressão portuguesa.» (p. 20)

É evidente que esta configuração pós-assimilatória tem menos de original que de epigonismo. Quando, pois, João Pina Cabral pega nesta «produção de objectos» [segundo sentido de cultura, a aprofundar[1]] referidos «ao tecido de significados e imagens que permitem a um grupo de pessoas a sua coabitação dentro de um espaço» [primeiro sentido de cultura; espaço nacional, entende-se, que se prolonga nos «microclimas» emigrantes e de outros lusíadas, na geografia física ou *online*][2], sentimos o desencontro entre criadores e analistas, no caso, sociólogos e antropólogos: «Portugal não é uno de forma nenhuma e não tem uma especificidade única, porque essas vivências regionais se prolongam através das fronteiras.» (p. 22)

Como se o trabalho de campo (*do* campo, sobre o campo) negasse a individuação criadora: a esta não olha o antropólogo, nem tem medicina para a chaga que rompe entre criador e eventual ou suposto referencial (o povo, se se quiser, cujos segmentos culturais, próprios ou mimados,

[1] ... Em, pelo menos, objecto, fenómeno e sistema culturais (Pitirim Sorokin): este organiza o contexto integrador ('fenómeno') do que tem um sentido ou intencionalidade ('objecto').

[2] O mesmo é conjugar, nesta dupla definição, a estrutura simbólica e as expressões institucionais e individuais de Michel Oriol (1979). Quanto ao tecido imagológico, é concorde a definição de *mitos*, segundo Saraiva (1994: 112): «Os mitos históricos são uma forma de consciência fantasmagórica com que um povo define a sua posição e a sua vontade na história do mundo.»

também foram olvidados na prosa da jornada). A Boaventura de Sousa Santos coube – com a derradeira intervenção de Eduardo Lourenço – a parte mais inquietante e motivadora.

À luz dos «dois grandes problemas da cultura, universalismo *versus* particularismo» (p. 27) – subentende-se a doce polémica Castelo Branco Chaves / António José Saraiva, não citados –, «Portugal teve sempre um espaço social que foi transnacional, nas suas identificações, e teve um espaço local», faltando-lhe esse «espaço intermédio nacional» que, aparentemente, as políticas culturais de outros Estados souberam criar em Oitocentos: homogeneizados dentro, diferentes se identificavam face ao exterior. Por nós, calhámos insuficientemente semelhantes (em relação aos modelos positivos) e insuficientemente diferentes dos não-europeus, de que teria resultado «uma característica muito particular para a cultura portuguesa: é que ela não tem conteúdo específico. O que caracteriza a cultura portuguesa é uma forma.»

Aqui chegados, só por favor, ou facilidade, se continuaria a falar de *cultura portuguesa*. A pergunta, agora, seria algo como: «existe uma forma cultural portuguesa?» Sim: «É a forma de fronteira ou de contacto.» (p. 28) Em 1994, Boaventura de Sousa Santos regressará com esse enunciado de que «a cultura portuguesa não tem conteúdo, tem apenas forma e essa forma é a fronteira» (p. 132). Mas *fronteira* de quê?

Mutáveis e torturados nas múltiplas identificações, adaptáveis e tolerantes, colonizadores e emigrantes, senhores entre bárbaros, mas bárbaros da Europa, conquistadores e sempre periféricos, nunca decididamente *com* o Outro – a desconfiança lusa é verberada por estrangeiros –, seríamos um «vazio de substância, que criou esse espaço enorme para as formas». A «criatividade cultural tremenda» (p. 29) dos portugueses ressuscitaria deste 'caixão vazio' (parafraseio *Elegia para Um Caixão Vazio*, de Baptista-Bastos, 1984), o que dificilmente esconde arrazoados de tantos sobre momentos considerados estéreis, «formalistas», da literatura nacional, culpada, em última instância, de pesar excessivamente nas considerações tangentes à identidade e, mesmo, lá onde outros falecem: «As pequenas elites que sempre tivemos são antes de recorte

literário. Daí advém o atraso das ciências, a falta de uma tradição filosófica.»[3] Seja: culpa-se um Nobel da Literatura por não gozarmos um Nobel da Física. Este país queixa-se e culpabiliza-se demasiado, pois confunde superfície territorial e pequenez de alma[4].

Essa incongruente forma sem substância – como quem diz: criadores, sim, mas para quê? –, sendo, historicamente, uma construção do Liberalismo, não nos deveria maçar, apesar dos exemplos seiscentistas e, claro, do regime de fronteira em que, antes, este país viveu. Curioso é distinguir «cultura dos portugueses»[5] de «cultura portuguesa», sendo que esta exige o tal espaço nacional, ou intermédio, «que nem é o espaço local das culturas locais, nem é o espaço transnacional daquilo que nós hoje chamamos cultura global, ou cultura transnacional» (p. 27). E porque não é, se a destrinça faz cada vez mais sentido, enquanto país de imigração? Curioso, e com seguidores: listar os magriços lá fora aplaudidos anima Eduardo Prado Coelho, que propõe, também, a busca da identidade «não naquilo em que o povo é mais inteligente [...], mas naquilo em que os povos estão mais perto do *kitsch*, da *bétise* [*sic*], da cretinice e da estupidez» (p. 133). Sim, «obviamente provocatório» (p. 134) e sintomático do latim que as elites gastam, já batalhadas noutro tempo as *nuances* entre «cultura em Portugal» e «cultura portuguesa». Quando recensear Boaventura de Sousa Santos, Eduardo Prado Coelho não diz bem *aquilo*:

> Confesso que, seja em termos de conteúdo ou de forma, o que me incomoda é que se continue a falar na cultura portuguesa (ou

[3] Boaventura de Sousa Santos, *Expresso* – Revista, 9-VII-1994: 68.

[4] Quando não o reconhece, alguém se encarrega de forçar a nota. Assim um inquérito de 1993 (*Expresso*, 10-XII), que nos diz «o povo mais aborrecido de toda a Europa, depois dos ingleses, e também [...] o que se manifesta com menor intensidade. [...] Lideramos a tabela da intolerância sexual. Em matéria de dificuldades na convivência inter-racial, os belgas são os únicos que nos ultrapassam.» Quem diria?! Ou uma francesa de pais portugueses, Brigitte Paulino-Neto, *La Mélancolie du Géographe* (1994), personagem que nos vê entre infantis, tristes, miseráveis e feios. Debate com a autora em entrevista de Daniel Ribeiro, "O pior de todos nós", *Expresso*, 22-X-1994.

[5] ... E mais problemático seria, em termos literais e históricos, falar dos *Portugueses*, no séc. XII, enquanto nobres do Norte, «e só por extensão os seus dependentes» (José Mattoso, 2001: 50).

> em qualquer outra) em termos de identidade, o que nos remete para uma essência, mesmo que essa essência seja uma essência de fronteira. Não estará Boaventura de Sousa Santos, em nome de uma hipótese interessante, mas circunscrita no seu valor explicativo, a recriar mais um mito da cultura portuguesa, que neste caso seria um mito sociológico?[6]

Em casa de antropólogos, com outros cientistas sociais à mistura, Eduardo Lourenço responde com um *não* à pergunta-título e, demonstrada a inefabilidade da diferença que aqueles perseguem – «Ora, a diferença existe em relação àquilo que não é diferente, que tem portanto um conteúdo, que tem o mínimo de identidade ou de auto-identificação.» (p. 129) –, opta pela inefabilidade da identidade. Esta, como a História, não é um dado, mas construção em aberto, a espaços crítica (é quando se percebe melhor o sentimento de identidade), lida – sob forma «de representações, de sentimentos, de valorações» – num «ecrã que já existe dentro dele [de cada português] e a que nós chamamos a língua portuguesa», qual memória que diariamente nos arrasta para um complexo imagológico.

Faltou acrescentar que tais representações imaginárias são devidas, no essencial, aos *media* – mas não havia especialista para, alicerçado na explosão mediática do segundo terço de Oitocentos, interrogar um futuro em que se reúnem, desigualmente, informação e comunicação...

Vem a propósito elogiar o ensaísta mais presente na análise de acontecimentos políticos e literários, com uma agudeza e presciência notáveis, que derivam de uma reflexão continuada sobre o lugar de Portugal na relação consigo mesmo, com a Europa e com os outros. Quando, em

[6] "Pistas para um debate", *Público* – Leituras, 19-IX-1994. Acrescenta: «[...] não estou certo que o acentrismo, o cosmopolitismo, a dramatização [...] ou a carnavalização das formas [...] sejam as noções fundamentais para compreendermos, por exemplo, a cultura portuguesa dos nossos dias.» Em entrevista ao *Jornal de Notícias* (Porto, 30-IX-2007), E. Prado Coelho relevará «dois ou três passos que são marcantes da cultura portuguesa. Por um lado, é uma cultura onde o lirismo, a poesia lírica, tem um papel muito importante. [...] Há um segundo traço que acho que é típico dos portugueses [...]. Nós não temos o sentido da ironia. Somos muito avessos à ironia, e temos sobretudo a tendência para aquilo a que se pode chamar sarcasmo.»

1987, reúne em um volume *Heterodoxia I* (1949), com que se estreara, e *II* (1967), assume o ensaio como «forma escrita do discurso virtual de uma existência que renunciou às certezas, mas não à exigência de claridade que nelas, em permanência, se configura» (p. XII). E, na página seguinte, situa a sua 'família' nesse pensar Portugal e a excessiva dependência em que o pensamento cultural de hoje ainda vive: «A visão especificamente cultural e, em particular, [...], a visão do processo cultural português continua muito dependente de uma das nossas mais persistentes e articuladas mitologias culturais, a representada soberbamente pela Geração de 70 e repercutida no essencial por António Sérgio, a Geração da Presença e a própria Geração Neo-Realista.» Reconhece, aí, «o que será mais tarde a minha obsessão permanente, a da desarticulação, da des-estruturação das nossas mitologias culturais herdadas do século XIX e a tentativa de uma re-estruturação do discurso cultural português no seu conjunto».

Já em 1949 muito anteriano (homenagem implícita regular, como em *O Complexo de Marx ou o Fim do Desafio Português*, 1979[7], até ao belíssimo conjunto *A Noite Intacta. (I)recuperável Antero*, 2000), abria com "Europa ou o diálogo que nos falta" – que retomaria em *Nós e a Europa ou as Duas Razões* (1988), e *A Europa Desencantada. Para Uma Mitologia Europeia* (1994) –, partindo de verificação de 'escola': «O mundo da cultura portuguesa arrasta há quatro séculos uma existência

[7] Repositório de quase três anos de muitas desilusões por que passámos, *O Complexo de Marx ou O Fim do Desafio Português* vale pela actuação prospectiva que exige de nós, aprofundadas que são, paralelamente, as referências do passado – instâncias em que se inscreve o discurso autoral, antecipado e resumido num "prólogo político sem política" que respeita, ainda, à intervenção política dos intelectuais. Lourenço não receou o «pântano», donde tantos são recuperados para as secretarias. Mas, mais do que este horizonte, imediato, procurou visioná-lo «cultural e ético», defendendo «uma solução digna de se intitular *socialista*, mas de um socialismo crítico», ou «*o socialismo mesmo como problema*, e, em particular, como problema para portugueses e para Portugal». Não é pessimista: continua a partilhar «as esperanças socialistas traídas»; remete para a urgência da «resistência unânime da esquerda portuguesa», que sempre deu uma imagem de «reino dividido». Citando um Antero tão espiritualmente presente no ensaísta, «Força é pois ir buscar outro caminho! / Lançar o arco de outra nova ponte / / Por onde a alma passe».

crepuscular.» (p. 7) A pouco e pouco, entre volumes dedicados a Torga, ao Neo-Realismo e a Pessoa, os quais retoma na visão de um século da literatura portuguesa, até 1961, em *Tempo e Poesia* (1974), Eduardo Lourenço reúne elementos para a sua *imagologia* portuguesa, ou as imagens que nos viemos construindo ao longo dos séculos.

É esse o debate de *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português* ([1978] ^{7}2010), brilhante, tomando a literatura (e, dentro dela, cada vez mais, a ficção) como corpo a psicografar, e concluindo, na constituição e desenvolvimento do Estado português, (1) pelo trauma das origens, em que um filho se rebela contra a mãe (24--VI-1128); (2) por «um povo *naturalmente* destinado à subalternidade» (p. 27), como demonstravam os 60 anos de domínio castelhano (1580--1640), ou consciente «de uma distância, de uma marginalidade, talvez, sobretudo, de uma como que fatal dependência ou inferioridade do tipo de cultura» (1988: 25); enfim, (3) viria «o traumatismo-resumo de um século de existência nacional traumatizada» (^{7}2010: 30) sob figura de *Ultimatum* inglês (11-I-1890). Nessa caracterização do nosso modo de ser e estar – aquilo a que Jacinto do Prado Coelho (1947: 107) chamou «feitio português»[8] –, Lourenço filia-se no primeiro romantismo, quando haveria lugar para regredir ao aí degradado século XVII e rever toda a matéria… Da língua, como peça de resistência, a outros assomos autonómicos, repensa-se Portugal bem antes, e diferentemente, de Garrett e Herculano.

De novo Pessoa, e reunião de breves ensaios dispersos sobre autores contemporâneos em *O Canto do Signo. Existência e Literatura (1957--1993)* [1994], são acrescento aqui pálido em mais larga bibliografia

[8] Definido por «qualidades femininas, líricas, do domínio da sensibilidade», a que andava apensa a Saudade, além do amor como «a principal inclinação Portuguesa», no dizer da *Eufrosina*. Espanhóis concordes – «chamando-nos "derretidos", "açucarados", "sebosos" [aqui, a razão era outra], "castelhanos sem ossos"'» um deles, Jerónimo de Villarazin, «foi até criar um verbo, *emportuguesar-se*, para significar *enlear-se*, *cair em ternura*». Mas há o outro lado, complementar: «Poderíamos falar num *realismo* português nos vários sentidos que a palavra comporta: senso prático; observação e reprodução dos aspectos crus da existência; realismo satírico; realismo plástico; realismo dramático.»

cuja prosa sedutora ilumina o tempo da nossa memória. Em entrevista, reconheceu que o seu «verdadeiro tema é a questão do tempo e da História. Tudo o que escrevo é a construção de um discurso sobre as imagens e miragens da temporalidade.»[9]

Quanto à reflexão havida sobre esse complexo imagológico, também Lourenço se labirintou, paradoxalmente, no século XIX, entretanto questionado por Maria de Lourdes Belchior (1979, 1982), que fez recuar sobretudo às décadas da Monarquia Dual o que temos por essencial quando nos questionamos sobre se existe uma cultura portuguesa – isto é, a *consciência*, tantas vezes crua, jovial ou magoada, de uma singularidade onde se anuncia o *outro*, que «somos nós antes de reconhecermos que o outro é igual a nós» (1978: 131).

Menos *alma* do que um corpo-espírito colectivo recriado em *linguagem* particular (processo da cultura), o *carácter* nacional vai da língua aos costumes e crenças, assente em, e acentuando prioritariamente, formulações artísticas e míticas. Estas, porém, nem sempre dão conta da intervenção social imediata, hoje plasmada em manifestações públicas de rua ou nas redes sociais.

[9] *Público*, 17-XII-2001. Bibliografia sucinta [1979-1999]: Maria de Lourdes Belchior, "Portugal: o labirinto da saudade", *Revista de História Económica e Social*, 4, Jul.-Dez. 1979: 1-14; Eduardo Lourenço, "Esboço para uma meditação autobiográfica", *Raiz e Utopia*, 13-14-15-16, 1980: 89-109; José-Augusto França, "A Sociologia da Arte e Eduardo Lourenço", *Quinhentos Folhetins*, 1, Lisboa, 1984: 76-78; Eduardo Prado Coelho, *Laudatio*, Lausana, 1989; Silvina Rodrigues Lopes, *Aprendizagem do Incerto*, Lisboa, 1990: 199-205; AA. VV., *Homenagem a E. L. – Colectânea de Estudos*, Lisboa, 1992; Maria Manuela Cruzeiro, "Eduardo Lourenço – O regresso do Corifeu", *Vértice*, 70, Jan.-Fev. 1996: 63-73; Miguel Serras Pereira, "Eduardo Lourenço e a 'temática do tempo"', *Finisterra*, 20, 1996: 115-122; José Gama, "Eduardo Lourenço. A consciência crítica da cultura portuguesa", *Brotéria*, 145 (1), Jul. 1997: 89-95; Maria Manuela Cruzeiro, "Portugal: Mito e Mitos", *O Escritor*, 9, Mar. 1997: 173-181; Daniela Stegagno, *O Ensaísmo de Eduardo Lourenço: Ideias, Percursos, Ligações*, tese, Lisboa, 1999; Luís Martins, *Eduardo Lourenço: Os Anos de Formação, 1945-1958. Uma Bibliografia Intelectual*, dissertação de mestrado, Lisboa, 1999; Maria Manuela Cruzeiro, "A outra face das coisas (Nos vinte anos do *Labirinto da Saudade*)", *O Escritor*, 13/14, Dez. 1999: 230-239. No séc. XXI, multiplicaram-se abordagens a Eduardo Lourenço, sendo de relevar o lançamento das *Obras Completas*, FCG, a partir de 2011, e os éditos propiciados pelo Centro de Estudos Ibéricos, Guarda, a par de passiva na colecção 'Iberografias'.

Intra ou extramuros, seja qual for a situação existencial (exilado em si, no país, no estrangeiro; desterrado; emigrado, etc.), o português confundiria rosto e máscara, donde proviria o «irrealismo prodigioso» (p. 19) da imagem que de nós fazemos. A vertente psicanalítica era ainda moda nos anos 70 do século XX, e, se acertada, justificaria sucessivos retratos e conclusões – mas também facilmente revertida.

Poderíamos aduzir várias razões, quanto ao século XII: a política europeia via com bons olhos a emergência de nacionalidades[10] e um príncipe resoluto era garantia de êxito e continuidade. Revestia-se do carácter *fundador* atinente ao mito, eivado de traços simbólicos reforçados na batalha de Ourique (25-VII-1139), onde acrescia a fé religiosa de novos cruzados. Já em 1128, a História de um caos peninsular ordenava-se em mito cosmogónico pensado na mente divina, como dirá *O Bobo* (1843) de mestre Herculano, rasurado pelo analista. E, se sujeito às variantes deste tipo de narrativa – no caso, inspiração de *In hoc signo vinces*, de Constantino I (ver *Os Lusíadas*, I, 60: 3), dos Templários e outras insígnias –, formar-se-ia particular armadura ideológica, em que assenta o escudo nacional – até à bandeira de 1911 –, além de um imaginário cristão povoando o Norte rural, forte dos seus conventos. Como, trauma? Bastava ler Eliade (1986: 13)[11].

Entre os elementos constituintes, que nos conformam doravante, está uma periferia[12], há uma fronteira mais perceptível desde finais do séc. XIII[13] e uma língua, a que recorrem estranhos, como Afonso

[10] «[...] só é possível falar propriamente de "nacionalidades" no Ocidente ibérico a partir do século XII. [...] Só a partir do momento em que se forma a aristocracia senhorial se pode falar propriamente de uma relação entre o poder político e a organização social do espaço.» (Mattoso, 2001: 46)

[11] «[...] um facto que nos parece essencial: o mito é considerado como uma história sagrada, e portanto uma "história verdadeira", porque se refere sempre a *realidades*. O mito cosmogónico é "verdadeiro" porque a existência do Mundo está aí para o provar; [...].»

[12] «Se alguma coisa, por essa época, orientava Portugal para a independência, talvez fosse apenas a sua situação periférica em relação ao centro do poder monárquico.» A reduzida fronteira mais fecha em si a nobreza: «[...] a maioria das suas famílias está unida por estreitos laços de parentesco; [...].» (Mattoso, 2001: 47)

[13] «Se, finalmente, considerarmos que a efectiva definição da fronteira como limite

X[14]. Hoje, é a fronteira da língua – e quanto ela arrasta –, mesmo se aquela se despovoa. Afonso Henriques tem tanto de perseverança e determinação – a luta contra os muçulmanos é que o define[15] – como de político, no bom e mau sentido; não sendo melhores as linhagens que o rodeavam – reunidas em *livros* (cerca de 1280-1285 e cerca de 1340, data, ainda, das linhagens agora peninsulares de D. Pedro) –, são suficientes para alargar a família nacional e dar-lhe uma consciência. A deslocação do centro político para Coimbra (1132), a par da inteligência no recém-fundado Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1131), próximo do de Alcobaça, é um momento decisivo. O neto D. Afonso II e o bisneto D. Afonso III encerram a orgânica política do Estado, assente em leis, administração e burocracia, finanças, autonomia em relação à Igreja. Este conquistava o Algarve à mourama (1249): geografia perfeita, embora diversa – jamais resolvida no diálogo de surdos entre litoral e interior, senão do Norte guerreiro, já de cavaleiros, clérigos e mercadores, com o Sul urbano e moçárabe, sendo certo que este grupo se difundiu pelo Norte. D. Dinis restaura e acrescenta a fronteira muralhada de D. Sancho I, instaura uma corte literária em que é rei, planta as «naus a haver» consciente de que os parcos recursos naturais, a agricul-

militar e como limite económico, implicando, neste segundo aspecto, as noções de importação e de exportação, surge claramente no reinado de Afonso III e depois se concretiza numa linha de defesa pontuada de castelos expressamente construídos ou restaurados por D. Dinis ao longo de dezenas de anos, [...] teremos, então, o nítido recorte espacial da nação como área que separa a comunidade dos seus habitantes dos que vivem nos reinos vizinhos.» (Mattoso, 2001: 264)

[14] Rafael Mesa y López, ed., s. d., p. 151-152, ao apresentar Don Alonso el Sabio, diz que escreveu as *Cantigas*... «en dialecto gallego ó portugués, [...], sin duda alguna, porque este dialecto tenía una musicalidad entonces superior a la del castellano neto, que adolecía todavía de cierta rusticidad».

[15] José Mattoso, 2001: 54: «Ora é precisamente o sucesso de Afonso Henriques nesta guerra aquilo que o impõe como o detentor de um carisma que o faz, apesar da ilegitimidade da sua mãe, um digno sucessor de Afonso VI. Que o faz, portanto, não apenas um simples caudilho ou chefe de um séquito, mas aquele que revela a sua *nobilitas*, a força peculiar do sangue que lhe corre nas veias pela sua *strenuitas*, a sua coragem, a sua persistência, a capacidade para ser um instrumento de Deus. Só isso o torna digno de cingir a coroa de rei.»

cultura e artesanato insuficientes ou pensados no curto prazo, a frágil mercancia interna ou externa, não satisfaziam a população.

O país faz-se nação, de cima para baixo (mau grado o optimismo herculaniano de um bobo identitário). A nobreza e ordens militares prezam a épica, e os filhos segundos ou bastardos sem fortuna competem com os cavaleiros-vilãos no gosto por feitos ficcionados da tradição europeia, que muitos conhecem em cortes de passagem até à Provença ou Bretanha. O clero é membro pensante da centralização régia. Minados os governos de D. Dinis contra o filho, futuro Afonso IV (1319-1324), que repetirá guerra civil contra o filho Pedro (1355), após arrasadora Peste Negra (1348), o pós-1367, com e sem D. Fernando, reconduz às angústias de um século marcado por desastres na agricultura e epidemias sem conto. Enfim, em 1383-1385, vemos o povo – para não dizer só os mesteirais, que se libertam episodicamente dos comerciantes – – protagonista do seu destino, cumulado em Aljubarrota na defesa de uma pátria. Esta como que desmente lapso 'traumático' de 255 anos…

A «dificuldade de ser», convocando dualidade irresolúvel – «desafio triunfante e dificuldade de assumir tranquilamente esse triunfo» (Lourenço, [7]2010: 28) –, ter-se-ia aprofundado sob os Filipes. Porque não desde a primeira década de Quinhentos, como demonstra Gil Vicente? Esse período não é tão humildoso como se julga. O que transluz neste, desaparecido em 1536, será resumido por Clenardo, entre nós no lapso de 1533 a 1538, segundo «qualidades dominantes» que estão longe de ser 'qualidades': «a *repugnância pelo trabalho*, a *mania nobiliárquica*, e a *facilidade dos costumes*» (Cerejeira, 1926: 150), acrescidas pelo «*gôsto da ostentação*» (p. 161).

No século XVII, além do cavalo de batalha autonomista plasmado na celebração do idioma, sebásticos e camonianos, memorialistas, economistas e olisipógrafos, a par de autores bilingues descomplexados e da historiografia alcobacense, ergueram cabelo, ilustrando-se em atitudes e páginas que não ficam atrás de outras eras. Belchior exemplifica com Pero Roiz Soares, *Memorial*, e, extraído da *Fastigínia* veigueana, um Portugalete tenso, consciente das suas misérias e assumindo diferen-

ças que não envergonhavam. Mas, sobre isso, discorremos longamente na edição desta obra.

A poltronice monárquico-constitucional é outra conversa. Na verdade, o século XIX é ainda mais desastrado que o séc. XVII, com que justificar o mito da Decadência, que sobrepaira: meio século de perdas territoriais na Europa e na América do Sul, invasões, tratados de comércio ruinosos, protectorado, absolutismo crescente, guerras civis, suspensão das liberdades; e, na segunda metade, o pântano rotativo, bancarrota, interesses financistas, impotência... O *Ultimatum* foi, entretanto, um maná republicano, que, em vinte anos, fazia cair a Monarquia.

O olhar sobre três quartos de século novecentistas, até à descolonização, afigura-se mais certeiro, embora a proximidade dos factos nos deva pôr de sobreaviso. Belchior salienta, em Lourenço, «O escalpelizar de certos males, como os do nosso perpétuo atraso em relação à ciência [cabe discordar, pelo menos, até ao século XVI], a nossa *subalternidade e dependência*, a nossa mania de que o melhor vem sempre de fora, o divórcio entre o povo e uma elite culta, soberanamente distante daquele, [...]» – e entra a caracterizar o «modo português de ser e estar no mundo» (1979: 5).

Assim, retomando Lourenço ([7]2010: 24-25), «o fundo do carácter português» é uma «mistura de fanfarronice e humildade, de imprevidência moura e confiança sebastianista, de "inconsciência alegre" e negro presságio». Quatro adjectivos secundam este povo: humilde, paciente, resignado, crédulo; e, para os tempos mais recentes: passivo, amorfo, de novo humilde, respeitador da Ordem. Fernando Pessoa já nos dissera conformistas e passivos, sem um golpe de asa – e pior nos tratara na "Ode marítima" de Campos, tom retomado no "Manifesto anti-Dantas", de Almada, para quem «Os dois males de que sofre a vida portuguesa» são "Manha e falso prestígio" ([1933] 1972: 143-146); A. P. Lopes de Mendonça resume-nos a «um país que fica quase imóvel no meio das suas revoluções» (1979: 7).

O gosto de viver de glórias passadas – ou drama de *ter sido*: aliás, menos ricos do que julgamos, o que escamoteia pobreza, e com bem menos glórias do que as havidas, por uma inveja estrutural denunciada

em João de Barros[16] –, sendo refrigério (é o caso da Pátria-Saudade pascoaesiana), obnubila ou atrasa o futuro. Ainda aqui, requer-se distinção entre grande e gracioso, como se, parafraseando verso de Carlos Queiroz, só fizéssemos bem Torres de Belém. É uma *boutade* sem sentido, face ao feito dos Descobrimentos. Corolário, vive-se um drama presente assim facetado: *mimetismo*, ou macaqueio do estrangeiro, indo, geralmente, muito além de uma saudável *porosidade*, ou do que A. Sérgio ([2]1976: 165) significa como a «plasticidade de espírito dos portugueses, que os torna adaptáveis ao costume alheio, fàcilmente comunicativos com os outros povos»; *incúria* pelo que é nosso, já sentida por Garrett e Herculano, quando lhes dói o abandono do património monumental; *ignorância*, senão desprezo, do que temos cá dentro. Urge, pois, descobrir, «cumprir-se» (F. Pessoa) Portugal, indo além da *suspensão* contida na síntese histórica de Raul Brandão (S. d.: I: 13), que inspiraria *Sem Tecto, entre Ruínas*, de A. Abelaira: «A vida antiga tinha raízes, talvez a vida futura as venha a ter. A nossa época é horrível porque já não cremos – e não cremos ainda. O passado desapareceu, de futuro nem alicerces existem. E aqui estamos nós sem tecto, entre ruínas, à espera...»

Belchior nomeia vários títulos de reflexão, opinião, circunstância e *análise* sobre *o caso português*: a diligência é útil, *compreensiva*, mas falham os *programas* equivalentes, comparáveis aos que, no século XVII alegadamente traumático, assomavam. Hoje, curados do «trauma colonial», persistem problemas diagnosticados em 1979 (p. 14), que vêm de Oitocentos: «caciquismo que tudo invade», «aventureirismos irresponsáveis», «carências económicas que põem em risco a Democracia». Só mudam os tempos...

Concordamos, enfim, que, entre imagens irrealistas, desfasadas ou negativas, um povo só vai *lá*, se tiver uma imagem positiva de si mesmo, se for além da «epiderme da cultura», num «esforço teórico contínuo» de que nos mostramos incapazes, acusa Lourenço (1987: 10).

[16] Na *Década Segunda*, livro IV, capítulo XI, temos essa crítica, «porque ao Português mais lhe doe o louvor do vizinho, que o esquecimento do seu. E daqui vem que os seus feitos, sendo dignos de muito louvor àcêrca das gentes, por esta razão de competência ficam sepultados no esquecimento, [...]». (Barros, [2]1983: 207)

No artigo de 1982, Belchior retoma aquele E. Lourenço, os mesmos autores e títulos, acrescentando outros do séc. XX (em sínteses fugazes: *Os Lusíadas*, de Manuel da Silva Ramos e Alface; *Portuguex*, de Armando da Silva Carvalho; *Lusitânia*, de Almeida Faria; *Repensar Portugal*, de Manuel Antunes; afora um Ramalho Ortigão comum a duas centúrias) que mais disfórica tornam a imagem que de nós temos.

Demora-se nos, à data, 12 volumes do *Diário* torguiano e no péssimo retrato tirado por Vergílio Ferreira, sobretudo, em *Conta-Corrente*. Segundo aquele Torga, contamo-nos em 14 estações: «1. Alma profundamente lírica»; «2. monomania crítica»; «3. incapacidade de ser objectivo e fanfarronice»; «4. somos barrocos, sem poder de análise directa e funda»; «5. padecemos de falta de imaginação»; «6. a nossa vida mental é estagnada»; «7. nota-se uma falta de cultura do povo»; «8. e uma falta de originalidade ou fantasia magra»; «9. assinala-se uma teatralidade»; «10. a universalidade do nosso génio mora na poesia»; «11. somos intuitivos e agudos mas não temos perseverança»; «12. somos parciais e exclusivistas (vícios sem remédio)»; «13. irremediavelmente individualistas»; «14. somos provincianos» (p. 24-25).

Do *Auto Chamado da Lusitânia* (Gil Vicente, 1532: pela filha de Lisibeia – donde vem o nome de Lisboa –, chamada Lusitânia, apaixonou-se o cavaleiro grego Portugal, que caçava na Hungria e ouviu falar de Solércia, ou Sintra, aonde veio) à *Lusitânia* de Almeida Faria (1980), também *transformada* (Fernão Álvares do Oriente, 1607), *restaurada* (Vicente de Gusmão Soares, *Lusitânia Restaurada dirigida a seu restaurador El-Rei D. João 4.º*, 1641), ou Lusónia (Teófilo Braga, *Viriato*, 1904), e longínquo Turdugal[17], aos derivados de Portugal (que F. Pessoa trocou por *Mensagem* – justificando o *signum* com que abre, em frase latina –, ao contrário de Miguel Torga, 1950; *Mensagem*, cujo "Nevoei-

[17] F. de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa*, cap. II. Cita-se 1975: 41: «E deste rei Luso se chamou a terra em que vivemos Lusitânia, a qual depois chamaram Turdugal e agora, mudando algumas letras, Portugal, não do porto de Gaia, como quer Duarte Galvão na *História de El-Rei D. Afonso Henriques* [*Crónica do mui alto e esclarecido Príncipe D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal*; cap. II], mas dos Túrdulos e Galos, duas nações de homens que vieram morar em esta terra, segundo conta Estrabão no terceiro livro da sua *Geografia*.»

ro" nos oximoriza em «fulgor baço») – Portugalete (Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigínia*, 1605), Portugalinho (João Medina), Portuguex (Armando Silva Carvalho, 1977) –, aos pronomes (*isto*, Sá de Miranda), metáforas, perífrases e desvios com o seu quê de simpáticos (Maria Velho da Costa, *Casas Pardas*, 1977; *minha terra*, país de Camões, «onde a terra acaba e o mar começa», pessoano *rosto* da Europa; "O Reino Cadaveroso" de A. Sérgio, da conferência coimbrã de 1926 [^{2}1972: 25-61], inspirado em Ribeiro Sanches (1777); *O Reino da Estupidez* [1961] seniano, trazido de Francisco de Melo Franco; Rui Belo, *País Possível*, 1973), Vergílio Ferreira afunda-nos em lama e porcaria: Portugal «é uma valeta» (*Conta-Corrente 1*, 1980: 153), e, com ou sem consciência de uma *charge* camiliana ao *jardim da Europa à beira-mar plantado* do *D. Jaime* – em que seríamos *jardim da Europa à beira-mar latrinário* (*Nostalgias*, 1888) –, lembra-se deste descaso: «Ó país do tamanho de um papel higiénico.» (p. 135) Cristovam Pavia (1982: 198) andara perto: «Ó Portugal minha pátria de meia-tigela». É um pérfido desenvolvimento em relação a *piolheiras* ou à *choldra* de Eça, D. Carlos, Aquilino, Luís Naves; embora negativo, o *caixão vazio* de Baptista-Bastos significa bem mais do que tanta latrinice. Se fôssemos para os habitantes, teríamos lusitanos, portugueses, *Os Lusíadas* (Camões; Manuel da Silva Ramos e Alface, 1977), portugãos (*Fastigínia*), povo eleito, cafres da Europa (ambos no Padre A. Vieira), magriços (1966), «pascácios» e «palhaços« (*Conta-Corrente*, p. 147, 258), *Gente Feliz com Lágrimas* (de João de Melo, 1988)...

Vejamos, em vez da 'forma cultural' tocada no colóquio portuense de 1993, "Algumas feições persistentes da personalidade cultural portuguesa" (^{3}2007: 75-107), segundo António José Saraiva, reforçado por *Filhos de Saturno* (^{3}2015).

Ao abordar "As épocas da cultura portuguesa" (^{3}2007: 109-153 [112]), sugeriu António José Saraiva quatro critérios: a perspectiva mítica; a relação entre topo e base, situando naquele a força económica e política, não forçosamente cultural; a nossa pertença «ao sistema cultural europeu-ocidental», que já fora somente peninsular, na tensão lusi-

tana com o lá fora; enfim, «o valor para cada época do signo linguístico e, portanto, do próprio discurso», seja, o difícil convívio entre palavras e coisas (ou a realidade), quando somos seres discursivos, em que se joga a ideologia.

Face aos 54 textos reunidos em *Filhos de Saturno*[18], precedidos de um Prólogo – tomando o sexénio pós-abrilino como etapa decisiva na construção democrática, para Saraiva, fracassada –, poderíamos enquadrá-los nessa quádrupla vertente, de acordo com os assuntos tratados, alguns dos quais citamos: Cinco de Outubro e República de 1910, D. Sebastião (indexado pelo título "Loucura e História"), Tecnologia e Progresso, Vinte e Cinco de Abril; Sociedade de abundância e de consumo, Capitalismo de Estado e privado, Pauperização; Cristianismo e Marxismo, Descolonização, Eurocomunismo, Leninismo, Multinacionais, Social-Democracia; Capitalismo, Cultura, Direita, Esquerda... Há outras maneiras de ler este volume: a) cronologicamente, de 14 de Janeiro de 1974 a 26 de Outubro de 1979: nesse caso, o Prólogo, de 13 de Janeiro de 1980, fica para o fim, síntese e cúpula; b) pelo índice, seleccionando de acordo com a nossa mundivisão; c) por temas, seguindo a Tábua, alfabeticamente.

Salvo três inéditos de 1974 e um quarto de 1977 ["A seta e o anel (Notas sobre o 'Progresso')", o mais longo, notabilíssimo, nascido de palestra], a cinquentena foi publicada no *Jornal do Fundão*, *República*, *Diário Popular*, *Vida Mundial*, *Critério* e, sobretudo, no *Diário de Notícias*. Outros teriam cabimento, entretanto coligidos por Maria José Saraiva (2004). Justificava-se, nesse alinhamento de época decisiva para nós, e quando mais interveio o Historiador da Cultura, que entrassem os seguintes: "O essencial e o acessório (a propósito de Soljenitsine)", *Diário Popular*, 18-III-1974; "Economia e democracia política", *Vida Mundial*, 9-I-1975; "Não se salvou o nome do país nem a honra das Forças Armadas", *O Primeiro de Janeiro*, 25-II-1979; "A diplomocra-

[18] De 1980, na Livraria Bertrand, há correcções pertinentes na minha edição ([3]2015): passagem de *controle* a *controlo*, de *massivo* (e seus derivados) a *maciço* e reforço da pontuação. A propósito da 1.ª edição, Mário Mesquita (*Diário de Notícias*, 26-II-1981), apoiado em Julián Marías sobre Ortega y Gasset, deu ao artigo de jornal, em que incluía os de Saraiva, a dignidade de género literário.

cia", *Diário de Notícias*, 31-VIII-1979 (sucedâneo do texto 32, de 10-XI-1978); e, da quinzena de artigos no *Diário de Notícias* em 1980, teria sido bom fechar com "Política" (1-III-1980), síntese do que deve preocupar governantes e governados (estes confundem 'governantes' com 'políticos'), exemplar de como Saraiva trabalha a relação entre palavras e coisas e argumenta singela mas poderosamente: se, como se julga, a política fosse «a arte de bem governar a cidade», então, «não haveria diferença entre política e administração»:

> A arte de bem governar é a arte de bem gerir e administrar os seus recursos em proveito de todos os membros da comunidade, de manter a ordem necessária para a vida em comum, etc. Se a política fosse isso, um poder paternal seria o melhor governo, e o melhor político seria o melhor administrador, o que é falso com toda a evidência. O bom administrador percebe de coisas, mas nem sempre de pessoas. [...]
> A política é um jogo de paixões, de um certo tipo de paixões. [...] [É] o estado social resultante das paixões em jogo.
> Que paixões? Aqui temos de distinguir os protagonistas e o coro, os manipuladores e os manipulados. Os primeiros podem servir-se da política para satisfazer os seus fins particulares: [...] Mas os que estão no coro e só têm voz passiva, esses são movidos por uma espécie de paixão pública e abstracta, como a paixão da igualdade, a paixão da justiça, a paixão da liberdade, a paixão «patriótica» ou tribal, etc. Os melhores políticos activos são aqueles que, em cada momento, sabem apostar na paixão dominante, por ser a de maior número ou por ser a mais dinâmica nas circunstâncias. Lenine jogou na paixão igualitária, Hitler na paixão tribal.

O «jogo de paixões» de Saraiva transcende o realismo cínico de Paul Valéry (1960: 947) – «La politique fut d'abord l'art d'empêcher les gens de se mêler de ce qui les regarde. À une époque suivante, on y adjoignit l'art de contraindre les à décider sur ce qu'ils n'entendent pas» –, apelando à confluência, no mesmo indivíduo, de sábia administração das coisas e domínio pertinente da emoção colectiva.

Qual a importância, pois, deste olhar lustral de um grande pensador,

vencido quadragésimo aniversário nostálgico dessa luminosa quinta-feira de 1974, que tantas esperanças deixou pelo caminho?

Na última semana de 1973, quando troca Amsterdão pelas férias do Natal em Paris, onde celebra 56 anos, A. J. Saraiva espelha indecisões:

> Outro problema é decidir-me por um caminho de investigação. Continuo muito tentado pelo problema da relação entre língua e literatura. Mas também me fascina o estado dessa coisa particular que tem o nome de Portugal (a problemática dos meus artigos na *Vida Mundial*). Tenho a mitomania das grandes catedrais – o que me levaria a continuar noutro estilo (como as catedrais românticas continuadas em estilo gótico ou até barroco) a *História da Cultura*. E estou indeciso quando o tempo urge[19].

A tripla frente – investigação, Portugal, *História da Cultura em Portugal* – está em vias de resolver-se, com a chegada de Abril. Ter assistido, em Lisboa, ao Primeiro de Maio fá-lo declarar: «Mas é claro que já não tenho nada que fazer aqui. Agora ainda me sinto mais exilado e quero voltar definitivamente.» A vida «controlada e computada» (p. 385) dos holandeses, contudo, serve-lhe de exemplo para tratar de tecnologia e suas perversões.

Concomitante, essa «coisa particular que tem o nome de Portugal» começa a impor-se, seja em reforçada intervenção jornalística, seja no regresso, em 1975, à Universidade portuguesa, a qual exige uma revisão profunda a quem estava ausente desde 1959. Assim, no domínio académico, o reencontro desemboca em cinco capítulos notáveis, redigidos entre 1977 e 1980, coetâneos do *corpus* de *Filhos de Saturno*, o terceiro dos quais nos serve de pano de fundo: «Génese da nação portuguesa»; «A língua»; «Algumas feições persistentes da personalidade cultural portuguesa»; «As épocas da cultura portuguesa»; «A literatura tradicional do povo português».

Desejando dar rosto novo e outra metodologia à *História da Cultura em Portugal* (3 vols., 1950, 1955, 1962), esse quinteto compõe *A Cultura em Portugal. Teoria e História. Livro I. Introdução Geral à Cultura*

[19] Carta de 24-XII-1973. Ver *António José Saraiva e Óscar Lopes: Correspondência*, [2]2005: 375.

Portuguesa, cujo *Livro II* traz o subtítulo *Primeira Época: A Formação* (1991, [2]2007). Nos anos 60, julgou poder entrar pelo Barroco e períodos seguintes, revendo, e concluindo, a monumental *História da Cultura em Portugal*, esgotadíssima. Sobreveio a morte, em 1993; reeditar-se-ia, pois, o remanescente, já não revisto pelo autor. Assim, Leonor Curado Neves deu *Renascimento e Contra-Reforma* e *Gil Vicente, Reflexo da Crise* (2000); eu acrescentei *As Navegações e as Origens da Mentalidade Científica* (2011), fechando um quarto volume com *O Humanismo em Portugal* (2013). Não confundir o saldo final destes seis volumes com os dois de *Para a História da Cultura em Portugal* (1995-1996).

Vejamos, pois, desse *Livro I*, "Algumas feições persistentes da personalidade cultural portuguesa" ([3]2007: 75-107), de modo a conjugar na imagologia epocal do autor os mais contingentes textos de *Filhos de Saturno*.

António José Saraiva serve-se de índices «relativamente consistentes», em que também funda estes *Escritos sobre o Tempo Que Passa* do subtítulo: factos históricos significativos nos séculos XVI e XX; jogos com a língua e sua manipulação; instituições, algumas reduzidas a siglas hoje custosamente entendíveis, e tendências sociais; observações de estrangeiros e de portugueses; documentos contrastantes «de costumes e mentalidades» (p. 78); enfim, literatura e artes, reflexões sobre Autor e Escritor, ou dedicadas à Verdade.

Geografia, história e língua favoreceram um Estado-nação homogéneo e coeso (monolítico, mesmo), opondo-se, desde as origens, à maciça Castela e à mourama. A geografia, complementando Norte e Sul, intercambiando valores, oceaniza-se. As diferenças económicas e climáticas «nunca foram bastante acentuadas para criarem pólos de poder ou de irradiação cultural» (p. 80). Têm-se sucedido, quando não coexistido, topografias centrípetas, desde Guimarães e Coimbra: Lisboa nem tudo absorve – a força das capitais é contrabalançada por outros núcleos –, sendo inquestionável a sua excelente colocação ibérica, que os Filipes desaproveitaram.

Decidida a independência em Aljubarrota, urgia sustentá-la economicamente: Ceuta fez-se, por isso, «aventura fora da Península». Em *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal* (1988), Saraiva vê Ceuta como primeiro passo na retaguarda guerreira que constituíam as descobertas, face à ameaça turca, antes de estas serem olhadas como mercantis.

No que ele define como consequência – «um certo sentimento de isolamento, porque, entre a Europa e Portugal, Castela tem funcionado como um deserto isolador [...]» (p. 81) –, leio eu um pressuposto, ou condição para outros voos. Discorre, então, sobre as características dessa 'personalidade cultural', via-sacra que justifica atitudes e opções combatidas em *Filhos de Saturno*.

Habita-nos, desde logo, um *espírito de ilhéu*, «oscilando entre a aventura fora e a passividade dentro, ou ainda vivendo a aventura pela imaginação, sem sair do mesmo lugar». O português inferioriza-se, «refugiando-se numa auto-ironia perfurante, como a de Eça de Queirós, ou numa autocrítica flageladora da sua própria história, como em Oliveira Martins; ora incha o peito para desafiar o mundo ou para o conduzir, [...].» (p. 82) Estamos perante um *humor entre a chacota e a auto-ironia* de Zé Povinho, que, a espaços, de si mesmo se condói, na lucidez que faltava aos fidalgarrões de Seiscentos verberados por Tomé Pinheiro da Veiga, em *Fastigínia* (1605), obra que recusa, porém, aquela inferioridade. Num arrasador «Panegírico do oportunista»[20] após o 28 de Setembro de 1974, a verve vira sarcasmo: não só lamenta o passivo e resignado, como alerta para o oportunista competente e talentoso em tempos de viragem...

Ao *messianismo*, crente num destino providencial, associa-se o complexo da *saudade*, por sua vez, ligado ao *amor* «à portuguesa, que parece comprazer-se na distanciação» (p. 84). Não me parece: a distância é inelutável, João Zorro traz, mesmo, *suidade*[21], traduzindo-se em

[20] Este texto 15 de *Filhos de Saturno* não vem registado na preciosa "Bibliografia de António José Saraiva", organizada por Leonor Curado Neves, que encerra *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990.

[21] «Mete el-rei barcas no rio forte; / quem amigo há, que Deus lho amostre: / *alá vai, madre, ond'hei suidade*!» (B 1156, V 758)

coita[22] – cuja enunciação pode envolver comprazimento, ou significar culto da dor, esse «gosto de ser triste» (p. 86), que perpassa no fado –, mas, ainda na morte, amor deseja-se à beira, como nos túmulos de Pedro e Inês, ou no *noivado* sepulcral de Soares de Passos. Em *Filhos de Saturno*, a variante sebástica sai zombada; os messianismos políticos, seja no molde estalinista, em estruturas partidárias, personalizados em Álvaro Cunhal ou Mário Soares, não merecem confiança. A Constituição de 1976 é outro *fantasma*, que um referendo (reiterada paixão do autor) poderia ter exorcizado[23]. Quatro décadas depois, impõe-se que os deputados e refundadores do sistema eleitoral conheçam estes textos.

Demos cursivo a outros traços nacionais. A *obliquidade* das relações transfere o tratamento binário tu / vós para um sistema ternário, «um tratamento oblíquo na terceira pessoa (usando o nome do interlocutor, o que parece ser uma maneira de evitar o frente-a-frente; ou o você de amizade, [...]», quando não outros, acrescentemos: o senhor, o pai, etc. Nego, pois, que não haja equivalente a *Monsieur*, como Saraiva diz, para «interpelar alguém fora da sua intimidade» (p. 85). O supracitado humor agre e auto-irónico «É talvez uma forma de protesto também oblíqua, uma compensação do sentimento de inferioridade colectiva, tão frequente em Portugal» (p. 86), «*subalternidade*» que Eduardo Lourenço ([7]2010: 27) situou nos 60 anos de dominação filipina. "Cravo de Maio flor da liberdade" (texto 3) é a expressão de que, «sem Messias», almejamos ser LIVRES, maiúsculas reiteradas como só veremos em DESCENTRALIZAÇÃO, ao defender, ainda em Maio, "Eleições" locais ou parciais (autárquicas, sindicais, empresariais; texto 2).

A doce, *dorida religiosidade*, sem a veemência castelhana, revê-se no culto de Maria («que tem sem dúvida raízes psicanalíticas», [3]2007: 88), tão presente no onomástico, e no culto dos mortos. Mas nem estes nos criam interesse pela filosofia (aliás, nem pela teologia), nem

[22] ... Se não for irónica: «Isto é quanto à saudade / que eu dela posso ter», diz, em relação à mulher que dele se afastou, interlocutor na vicentina *Farsa dos Almocreves*, 1526, versos 461-462.

[23] Os três artigos que à questão constitucional dedica em 1978, no *Diário Popular*, são respondidos por Óscar Lopes na *Correspondência* (p. 415-418; contra-resposta nas p. 422-423).

aquela religiosidade pelo misticismo: graduamo-nos em história pátria, na aguda *consciência nacional*, limitados a uma historiografia que favorece «um contemplativismo passadista, uma procura da idade do ouro no passado – uma forma, afinal, de saudosismo» (p. 90). É um parágrafo não desenvolvido em *Filhos de Saturno*, que só compara "Cristianismo e Marxismo" (texto 50) – muito pouco, na conjuntura de 1979, e mais em 1975, quando os púlpitos do Norte colaboraram no incêndio de vidas, automóveis, sedes partidárias, como se fosse entendimento do Céu danar aos bens das esquerdas...

O *aldeanismo* – a aldeia na corte – é uma velha guerra contra a cidade e o aristocrático, na arte ou na escala social. Poderia significar democraticidade, mas virou ilusão; ser conúbio de estratos (popular e erudito), mas fez-se demagogia, impotência. A cantiga de amigo deslustrava o provençal; nacionalizou-se, porém, a redondilha; e, aclamados bastos poetas fáceis, a indigência cresceu, como nas letras do fado, na *langue de bois* partidária, no cada vez mais pobre discurso familiar. A ficção pós-camiliana ressente-se de luta surda: na falta de espaços citadinos com vida própria, recorre a modelo estrangeiro. A linguagem vê-se no fio, gasta, serva, instrumentalizada; e, pedagógico, explicador de palavras para entender as coisas, iluminando os valores do signo, Saraiva faz profilaxia etimológica, semântica e moral. É uma das suas especialidades, ou não fosse autor do *Dicionário Crítico de Algumas Ideias e Palavras Correntes*[24].

Aquela estrangeirização tem implicações socioeconómicas, na *ausência do espírito burguês*, desse burgalês (séc. XI; de *burgalense*) ou burguês medieval com direito de cidade – de *burgo* [*burgus*], datável de 1123 –, um empreendedor distinto do aristocrata e do lavrador, cujo comércio o alcandorou, em Setecentos, a classe social: ao contrário dele, ora nos sacrificamos para bafejar herdeiros, ora vivemos no luxo possível e impossível, sem investir o acumulado, como se fosse pecado multiplicar o dinheiro. Não se trata de especulação, de simples numerário, aquela e este regularmente criticados pelo autor. Mercado e tecnologia (o «ferramental» do capitalismo) desembocam em número, no alegada-

[24] 1960; na capa, *Dicionário Crítico*, Lisboa: Gradiva, 1996.

mente 'científico', não forçosamente em produtividade e, menos ainda, em liberdade. Logo, onde reside o progresso, a tal ponto discordam estrangeiro e nação, se dissociam topo e base? É uma velha preocupação, recorrente em *Filhos de Saturno*, sobre que também sintetizava em carta a Óscar Lopes:

> A verdadeira revolução terá que ser espiritual. O homem é agora feito por e para o mercado [...]; o que é preciso é que o mercado seja feito para o homem. [...] Estou muito pessimista quanto ao processo do «progresso», que é fundamentalmente um automatismo de mercantilização, lógico, mas humanamente irracional. É preciso procurar outra forma de organização das relações humanas, incluindo a relação do homem com as coisas. ([2]2005: 405)

Nesta parte, seria útil confrontar a imagem de jardim à beira-mar – – «reserva bucólica de uma Europa em acentuado processo de *urbanização* de técnica e tecnicismo» – com o esforço progressivo fontista, lendo, diverso daquele aldeanismo, Portugal como «uma espécie de *aldeia* orgulhosamente feliz na sua marginalidade, na sua diferença», que o salazarismo disfarçou em «dimensão imperial *imaginária*» (Lourenço, 2014: 303-304).

É de ordem cultural, mais do que biológica, e um facto político (se representa povoamento), a «tendência para a *miscigenação* com outros povos» ([3]2007: 96). Saraiva vê este processo como «uma certa liberdade em relação às fronteiras culturais, uma certa promiscuidade entre o Eu e o Outro, uma certa falta de preconceitos culturais, a ausência do sentimento de superioridade que caracteriza, de modo geral, os povos de cultura ocidental». Demasiado bondoso nestas últimas palavras, é facto que, face ao mais ocidentalizado, a nossa atitude «é a de ensimesmamento, de refluxo» (p. 98) sobre nós mesmos, próprio de espírito ilhéu, que nova globalização vem derrotando[25]. Justificado o desinvestimento

[25] Giddens, [4]2005: 53, define globalização como «a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distintas de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa». Analisa quatro dimensões da globalização: economia capi-

comercial, quando o português de Quatrocentos tanto arriscou, parece ter-nos acontecido, após Quinhentos, um país póstumo, suficientemente apático para, no momento da escrita, ser embalado vez primeira pelo FMI – Fundo Monetário Internacional.

Poderemos, de tanta passividade e ares contemplativos, deduzir uma celebrada *brandura de costumes*, que um Miguel Torga contesta, desde as guerras civis de Trezentos à hipocrisia de não matar o touro na arena? Ocorre brandir a humanidade da abolição da pena de morte; os efeitos, por baixo, de algumas batalhas; e, na relatividade destas condutas, dar nota de chacinas, lá fora, que nos relegam para o fundo das tabelas. Será «uma certa aversão ao espectáculo público do assassínio, a piedade pelos mortos e supliciados, o horror do sangue», mau grado tantos autos-de-fé? Referida a «maviosidade» (p. 100) lusitana em Fernão Lopes, justificar-se-á tal, acaso, «por uma certa sensibilidade à flor da pele, ou pela falta de firmeza nos juízos sobre o próximo, ou pelo esquecimento das culpas, ou pelo baixo tónus de agressividade» (p. 101). A desorganização, o instintivo, o «logo se vê», uma brandura que é medo, fuga ou desinteresse, agem contra nós. Se se fizer um jeito ou favor, por interesse ideológico ou outro, cai-se em não poucas vergonhas. Entrevêem-se as razões maiores para o falhanço do 25 de Abril, segundo Saraiva.

A conclusão, ou décima quarta estação desta via-sacra caracteriológica, remete para um povo não propriamente guerreiro, em valores e actos, mas, tão-só, «*um povo obstinado* quando se trata de defender o terrunho. A padeira de Aljubarrota é, possivelmente, o melhor símbolo do espírito guerreiro português.» (p. 103) Seja esta heroína exemplo menos feliz, não é pequeno espanto a resistência ao Castelhano, que Agostinho da Silva considerava feito maior que os descobrimentos, conquistas e ultramares. Hoje, as defesas são um trabalho rigoroso e honesto, que, produzindo (idealmente, reproduzindo-nos), esquive a corrupção. Ora, começam aqui e no parágrafo anterior os problemas.

talista mundial, sistema do Estado-nação, ordem militar mundial, divisão internacional do trabalho. «Uma das principais características das implicações globalizadoras do industrialismo é a difusão universal das tecnologias da máquina.»

Contra a corrupção – conducente à crise moral, política, económica – se alevantam a agudeza do ensaísta e a aspereza do manifestante nos textos 40 e 42, saldadas contas no mais forte 38, de *Filhos de Saturno*. Os «acontecimentos desencadeados pelo 25 de Abril» resumem-se, para Saraiva, num díptico: a descolonização «que não houve» – «a maior vergonha de que há memória desde Alcácer Quibir» –, e a «liquidação do antigo regime». Disso trata em "O 25 de Abril e a História" (*Diário de Notícias*, 26-I-1979), que, face às ondas de choque, motivou dossiê de *Raiz e Utopia*, 7-8, Outono / Inverno de 1978: 40-55. Esse duplo número recolhe conversa entre Saraiva e Eduardo Lourenço, incluindo partícipes no debate, a que se seguem artigos de Maria Belo e Joaquim Manuel Magalhães suscitados pelo incendiário artigo.

Quanto à descolonização, o PCP, infiltrado num exército já sem hierarquia pela insurreição dos capitães, fez o jogo da URSS; mais, dirá no agitado debate de *Raiz e Utopia*, em que percebeu desfavor, mesmo hostilidade: «[. . .] o povo português não participou na descolonização.» (p. 42) Quanto ao ex-regime, tratava-se de julgá-lo, a tempo, em três frentes: como «pântano de corrupção», no «terror policial», nos «crimes de guerra» ultramarinos. Conclusão: ficou tudo em águas de bacalhau.

A passagem ao pluripartidarismo e ao que, em missiva de 1976, eram «as principais conquistas políticas democrático-liberais subsequentes ao 25 de Abril: liberdade de imprensa, eleições verdadeiras, abolição de quaisquer Pides, etc., etc.»[26], não fez esquecer «A cobardia, a traição, a irresponsabilidade, a confusão»; os efeitos, que discrimina em vários quadrantes da vida nacional, estavam à vista de todos, pelo que «falta ao regime que nasceu do 25 de Abril um mínimo de credibilidade moral». Depois do "Cravo de Maio flor da liberdade", em 1974, irrompem desengano e autocrítica, numa dureza que retorna no texto 53, ao irmanar com excessiva facilidade o 5 de Outubro e o 25 de Abril[27]:

[26] Carta a Óscar Lopes, ed. cit.: 395-396.

[27] O mesmo Saraiva se contradiz na comparação: «O 25 de Abril não foi um golpe organizado por pessoas conscientes de que era preciso aplicar novas ideias, novos modelos [,] mas foi uma revolta de capitães que queriam acabar com a guerra fosse como fosse. Lembro só a diferença que há entre esta revolução e o 5 de Outubro. Essa foi uma revolução feita por chefes políticos, com planos – bons ou maus, não interessa aqui. O

«Os cravos do 25 de Abril, que muitos, candidamente, tomaram por símbolo de uma primavera, fanaram-se sobre um monte de esterco.» Mas ainda é possível o resgate... E quem julgar que se trata de um libelo tardio leia carta a Óscar Lopes de Maio de 1974 (p. 386-387), onde trabalha hipóteses sobre o «problema colonial».

Quando A. J. Saraiva falece, a Europa era já outra, e, mais do que ela, o mundo, sem os dois blocos que ainda circunscrevem o pensamento dos anos 70. Nesta medida, várias crónicas têm um imperecível valor documental e marcadamente ideológico. Tinham desaparecido entidades como URSS, Checoslováquia, República Democrática Alemã, ou sugestões eurocomunistas, e, com excepção de uma Ásia pontual, desapareciam formulações como centralismo democrático, ditadura do proletariado, embates entre cristãos e marxistas, luta de classes. Nem tudo se apagou, porém; e nem esses conceitos devem ser atirados para debaixo do tapete.

Apreendida uma caracterização nacional segundo A. J. Saraiva, talvez se perceba melhor o tom destas crónicas saturnianas – um pleonasmo, se o discurso daquelas é devorado, como nós, pelo tempo, ou pai Saturno; pleonasmo menos evidente, quando entreluz melancolia, até ao gume do sarcasmo e da contradição toldada de desespero –, que retomam, na limpidez de raciocínio, preocupações maiores do, agora, também colunista e polemista, lastreado pela História e pela Filosofia política.

Tais características da nossa 'personalidade cultural' são mais precisas, quiçá, do que as entrevistas em Jorge Dias ([2]1985), já menos encantado do que Francisco da Cunha Leão ([2]1973). Vejamos este, primeiro, sem entrar no nada operativo «esboço de corografia espiritual», em que filtra cada região do país (cap. IX).

Sendo o Português «síntese de lusitano e galaico, um luso-galego e só metaforicamente lusitano», extrai, daquele, «A idealidade sonha-

25 de Abril aconteceu como uma espécie de deslaçamento.» (*Raiz e Utopia*, p. 41-42)

dora, a contextura sentimental branda, mas rica em tonalidades e teimosia surda, o fundo instável de inquietação, a mundi-visão saudosa, o *pathos* da alma portuguesa»; e, deste, «o espírito realista, de organização jurídica e independência pessoal, o talento político, a afirmação intrépida» (p. 114). Bom era que esta segunda parte se confirmasse... Após recurso a Oliveira Martins[28], Moniz Barreto, António Sardinha, João de Castro Osório e Jorge Dias, o capítulo oitavo, "A diferenciação psicológica" (em relação a Castela), motiva um 'quadro comparativo' (p. 142-143) em 11 pontos e respectivo 'desenvolvimento dos modos de comportamento' (p. 144-187). Estes 'modos' lusíadas seriam (p. 143):

1. Religiosidade mediata, através da natureza e da Saudade, e pelo amor às criaturas. Franciscanismo.

2. Homem como estado de alma. Tendência para o sonho. Desigualdade temperamental; ledícia e dor de viver.

3. Sensibilidade à natureza vista animadamente, e ao mistério. Naturalismo transcendente e saudosista.

4. Vida-afirmação pelo sentimento e assimilação humana. Gosto da aventura. Espírito de missão.

5. *Amor-adoração*. Supervivência amorosa. Carácter absorvente, complexo. Insegurança, queixa, transcendência.

6. Ironia sentimental. Agudeza ao ridículo. Realismo emotivo e crítico.

[28] Reaproveitado por muitos, caso de Corrêa ([2]1944: 100), que sintetiza: «Há no génio português, escreve Oliveira Martins, o quer que é vago e fugitivo, que contrasta com a terminante afirmativa do castelhano; há [,] no heroísmo lusitano, uma nobreza que difere da fúria dos nossos vizinhos; há nas nossas letras e no nosso pensamento uma nota profunda e sentimental, irónica ou meiga, que em vão se buscaria na história da civilização castelhana, violenta sem profundidade, apaixonada mas sem entranhas, capaz de invectivas mas alheia a tôda a ironia, amante sem meiguice, magnânima sem caridade, mais que humana muitas vêzes, outras abaixo da craveira do homem, a entestar com as feras. Trágica e ardente sempre, a história espanhola difere da portuguesa, que é mais pròpriamente épica: e as diferenças da história traduzem as dessemelhanças de carácter».

7. Solidariedade pela comunhão dos afectos e transmissão do sangue. Coesão pela Saudade.

8. Resistência à adversidade pela esperança e crença nos imponderáveis. Sebastianismo. Desespero confinadamente individual.

9. Sentido das cambiantes e das sombras. Hesitação alternada com o ímpeto e heroísmo das execuções supremas, geralmente ponderadas, amadurecidas.

10. Interesse pelo exótico.

11. Teimosia surda, *aquosa*. Plasticidade. Antinomias profundas.

Nem místico, nem militante religioso (daí, algum anticlericalismo), o Português *entra* no sobrenatural por um «maravilhoso naturalista» reflectido em «maravilhoso cristão» (p. 145), e por segunda intermediação, a saudade, provinda «da distância a que o homem se sente de Deus», em «angústia pela degradação humana, pelo paraíso perdido» (p. 144). Esta *angústia* parece excessiva, pois releva da emoção, de uma sentimentalidade que se pendura no sonho, no «*desejo* absurdo de sofrer» (Cesário Verde; cursivo meu). Se pungente, é-o na expressão literária, desde as interjectivas «Ai, eu, coitada» ao casamento entre mágoa e ironia, que leva Unamuno a ver-nos como um povo «que no sabe sino llorar o burlarse» (p. 153), longe, portanto, de quaisquer «antinomias profundas» e de um conceito sério de *angústia*.

Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa, de Jorge Dias, devem ser vistos, antes de mais, no quadro do Estado Novo – representativo de um I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Washington, 1950), enquanto retrato antigo, mas não menos polémico e fecundo.

Desde os nossos primórdios, onde quer que os situemos – na Antiguidade, com suas colónias de fenícios, normandos, celtas, romanos, até aos suevos, visigodos e árabes –, a influência do exterior é inegável e criadora de antinomias. Propiciando diversidade cultural, aquela

alargou-se em conquistas políticas descendo do Norte celta e germânico ao Sul mediterrânico e berbere; com a crescente maritimização, e sucessiva litoralização do país, soltou-se para uma diversidade geográfica global que ainda hoje nos interpela. A Expansão descobre, acha, encontra e, tolerante, no seu espírito mercuriano, aproxima a «gente ousada» camoniana (V, 41): «[...] Portugal é menos um país do que um povo em movimento, pois que aquilo que melhor o define é a Expansão. É essa a palavra-chave, sem a qual nunca se chegará a compreender a alma portuguesa.» (Oliveira, 1944: 136) Quais os traços de personalidade daí decorrentes?

O Português é, primeiro, um «misto de sonhador e de homem de acção» – tanto cabe D. Sebastião como acreditar em jogos de azar; o que E. Lourenço contesta –, devotado a uma cultura de idealismo, emoção – – com predomínio «sobre a paixão» (F. Pessoa, 1979) –, de imaginação – com predomínio «sobre a inteligência» (F. Pessoa, 1979), sem reflexão, donde, ausência de filósofos, místicos (mas não de espiritualidade, acrescente-se) e pensamento abstracto. Os gramáticos e doutrinadores dos séculos XVI-XVII elogiavam este tipo de pensamento; quanto a filósofos, muito boa gente discorda...

O desprezo do mesquinho, utilitarismo e conforto não obnubila o prazer da ostentação, seja riqueza ou luxo. Com temperaturas amenas, o interior das nossas casas é mais frio e desconfortável do que em regiões polares; o *querer parecer* vai de um consumismo inconsciente ao risco de se endividar ou aumentar o malparado bancário só por um capricho ou indissimulada vaidade. Somos, diria E. Lourenço (1978), pobres com mentalidade de ricos, vivendo, indivíduos e Estado, acima das posses, sem esconder a humildade do subalterno e resignado, do indiferente e pouco amável, caracterização que Jorge Dias esquiva.

Afectivo, de sentimento à flor da pele (e não acima da razão, se esta há muito foi ofuscada), o Português derrete-se, coração aberto, em bondade, empatia – "aquela capacidade franciscana, que Gilberto Freyre atribui aos portugueses, de amarem todas as coisas [...]" (Oliveira, 1944: 31) – e, dirá o século XVII espanhol, 'amorosidad'. Os exemplos fuzilam, desde a lírica medieval; e mesmo a tourada sem sangue na

arena é mostra de afectividade. (Hoje, esta conversa fiava mais fino.) Não se nos chegue, todavia, a mostarda ao nariz; e, se crime existe, é passional, não vampírico, nem canibal ou com outras modulações.

A religiosidade vai pouco além da fachada milagreira, e, como a ermida singela ou igreja de porte, é simples, tranquila, acolhedora. Algum «panteísmo sentimental» quase só nos Jerónimos.

A adaptabilidade («instintiva», diz F. Pessoa [1979]) e capacidade assimilatória será duplo traço logo reconhecível, também em E. Lourenço (1988: 14; ainda assim, cria a *nuance* de «aparência de ductilidade»), que os malévolos reduzem a imitação, sendo certo que, desde o ombro estrangeiro originário, o macaqueio é grave infiltração: para E. Lourenço, «somos um país fascinado em grau patológico pelo estrangeiro» (1976: 23), o que conduz a «uma descentragem permanente [...] da nossa própria realidade» (p. 77). Fidelino de Figueiredo (*Últimas Aventuras*, cit. em Oliveira, 1944: 163) é duro, a esse respeito: «Somos vaidosos como indivíduos, mas, ao mesmo tempo, estamos sempre prontos a declarar-nos inferiores como nacionais, pois que expontâneamente reconhecemos precisar das lições do Estrangeiro, ao contrário dos espanhois, que só na Espanha se inspiram.» A imitação, ainda que fosse poliglota, não enquadraria a tolerância bem entendida[29] ou os efeitos e frutos da miscigenação. Há adopção e adaptação, mas não é por isso que se é «cosmopolita», como julga Castelo Branco Chaves.

Duas palavras sobre "Universalismo, particularismo ou cosmopoli-

[29] Não a moleza da democracia, de um consensualismo formal, preguiçoso, quando não forçado. «"O país de Herculano" não é outra coisa do que aquele onde a tolerância, sem ser uma atitude espiritual e nata, que nunca o foi, em parte alguma, é, como a boa educação na ordem privada, uma forma interiorizada do respeito do outro como ser pensante e livre. Por motivos históricos e, sobretudo, por contingências culturais que Herculano explicou melhor do que ninguém, [...] Portugal, mesmo o da "antiga liberdade lusitana", não foi precisamente um país de tolerância.» Eduardo Lourenço, "O país de Herculano", *Público* (Lisboa), 3-IX-1993. M. Duarte Mathias (1980), após um traço do português como «verdadeiro poliglota do sentimento», questiona: «A tão apregoada tolerância do Português não resultará afinal da sua falta de convicções? (Com efeito, para o incrédulo, por definição, não há hereges.)» Também pode ser expectativa de uma reciprocidade, salvaguarda, defesa, prevenção, e tudo isso, acrescenta Mathias, que denota fraqueza.

tismo", seguido pela resposta de António José Saraiva, "O português e o universalismo"[30].

No calor das comemorações centenárias nacionais e da Segunda Guerra Mundial, aquele separa «um século de esplêndido universalismo» do génio «característica e acentuadamente universalista» que não temos (p. 11). Entende por «génio universalista a expressão original do que no homem existe de mais profundo e permanente, a elaboração de uma cultura, a criação de uma metafísica da vida e de um estilo de forma particular mas de entendimento universal». Perdão: não foi um, foram dois séculos:

> Nos séculos XV e XVI a acção portuguesa no Mundo teve um alcance universalista nos domínios do temporal e, reflexamente, nas ciências de aplicação. A grandeza dêsse alcance só pode ser dignamente comparada à que, nos domínios do social e do moral, atingiu o cristianismo, e entretanto êste povo que realiza obra tão formidável e tão irresistìvelmente transformadora dos destinos do Mundo não enriqueceu a humanidade nem com uma filosofia, nem com uma religião nova, nem com outra cultura, nem com uma arte original. (p. 12)

Esta conclusão é lamentável: a humanidade por onde navegámos não reconhece cultura que ainda (sem razão, pelos vistos) dizemos portuguesa, e nem um resquício de 'arte original' se salvou. A relação com o mar, de frutos literários, científicos, humanistas – celebrados até num J. L. Borges, e não tomados como meras «fontes de informação» (p. 15) –, e nascimento de novas nações, é ignorada pelo articulista.

Hesitante no porquê dos Descobrimentos – «fatalidade geográfica» (p. 12), «propaganda e dilatação da Fé», «interesses económicos» –, concede, ainda assim, termos 'cultura', irresponsabilizando-se num «talvez» e na crítica ao «utilitarismo»':

> Os condicionalismos mesológicos e económicos a que estava sujeita a empresa dos Descobrimentos, impondo ao português uma

[30] Respectivamente, em *Litoral* (Lisboa), n.º 1, Junho de 1944: 11-18, e n.º 3, Agosto-Setembro de 1944: 297-305.

> actividade de fins utilitários, prejudicaram talvez irremediavelmente a sua cultura. Esta só se gera, desenvolve e desabrocha ali onde o desinteresse seja a feição predominante. O utilitarismo pode fazer os povos grandes e fortes, mas não os faz cultos; por si só pode dotá-los com o saber científico e o aperfeiçoamento técnico, mas não lhes dará nem filósofos nem grandes artistas; [...]. (p. 13)

Receoso de exemplificar com os impérios inglês ou francês, que nunca quiseram ser ricos nem poderosos, nem criar filósofos – é caso para concluir –, opõe o espírito de Atenas à Roma «brutal e apenas digna de secundário interêsse», mesmo na literatura. A crassa ignorância do articulista estabelece, então, uma analogia entre a «expansão imperial» romana e aquele nosso «grande empreendimento mercantil e guerreiro», o qual, cantado n'*Os Lusíadas* serviçais («ao serviço dêle»), faz com que, «talvez, seja nulo o valor humano dessa obra estèticamente tão bela». Outro «talvez» cobarde, em conclusão inadmissível. Sem «uma concepção de vida que lhe seja própria» (p. 15), o português lê-se à luz de «concepções alheias»: sem universalismo, o, apesar de tudo, «*génio português* [cursivo meu] é eminentemente plástico», e «Daí ser impreciso e vário, daí a facilidade com que apreende, imita e adapta, e a falta de singularidade no que realiza e expressa». Decorre que, além de não possuir «génio universalista», também não tem «um definido e afinado particularismo nacional» (p. 16), antes «um universalismo de forma sem unidade de estilo, e sem conteúdo intelectual e étnico», que se designa por «cosmopolitismo». Prova, risível: falar bem línguas estrangeiras (ainda que não fale bem a sua?). Informado? erudito? Sim; culto é que não. Sem «resistência interior que singulariza o carácter», sem «dramatismo que provoca o desajuste entre o que permanentemente se é, e tudo o que vai sendo a fantasmagoria da vida», conclusão derradeira: «O português, em suma, adopta e adapta-se – é cosmopolita.» (p. 18)

Na história das nações, não há génio universalista *dado*, ou permanente; vão de si os particularismos *nacionais*, afinal, corroborados nesta prosa; cosmopolitas, sim, mais ou menos em função das eras, eivados, mesmo, de um sentido estóico (que, por ser sobretudo romano,

não lanço contra Castelo Branco Chaves).

O jovem António José Saraiva julga perceber que universal (a Expansão, por exemplo, é contingente, um *facto*) não é o mesmo que universalista, *lei* constante do espírito, do *logos*. Mas os gregos não foram contingência e um certo *logos*? Há um 'génio universalista', que só «certas raças» possuem, «conceito qualitativo» absurdo (p. 300)? Não haverá aí uma «concepção qualitativa, substancialista, mitológica, particularista» (p. 299) de 'génio'? Donde, «uma contradição irredutível»:

> Por um lado, o Autor define o *universal* em função do contingente histórico, separando as duas coisas: o universal está nas leis do espírito, mas, por outro lado, afirmando que os Portugueses – que são, como os Gregos, etc., um facto histórico – não trazem dentro de si «um génio universal», confundiu os dois planos que pretendeu distinguir. Assim, fêz o universal solidário com o contingente e avulso; assim, negou a lei pelo facto. Insisto na contradição: ou o *logos* é o universal e, portanto, não é específico de certas raças; ou se é específico de certas raças não é o universal.

Posto o que, é já outra conversa saber se «o *logos* floresceu mais entre os Gregos que os Portugueses» (p. 300), ou se não há «resistência interior» no Camões lírico (e porque não n'*Os Lusíadas*, que Saraiva, corroborante, ainda não abordara, como não estudara o século XVII que maltrata, na sequência?). Importam menos as derivas sobre o Sebastianismo, ou tão-só enquanto significando recusa de «uma atitude crítica», «de iniciativa», desembocando nisto:

> O Português é, como qualquer outro povo, o resultado de uma conjugação de elementos, uma relação, um cruzamento de fios numa rêde. O logos, o universal, a inteligibilidade (três maneiras de dizer a mesma coisa) consiste em que êsse enredamento se torna compreensível e destrinçável. Se desistimos de o compreender, inventamos um D. Sebastião ou um absoluto, que simplesmente suprime o problema, negando a inteligibilidade das coisas. (p. 304)

Prosseguindo. Aquilino Ribeiro, no *Guia de Portugal* ("O Português", 1924), coloriu-nos de «sociabilidade», e, paradoxalmente, inaglutinação; pior, libelou-nos insolidários:

> [...] O português é o homem mais sociável deste mundo. [...] Onde o português chega, há tertúlia; desenvolve-se a afabilidade; alarga-se o halo humano. [...] Essa expressão "é muito dado" existe apenas na nossa língua. Com ela se traduz a despreocupada lhaneza, espírito de comunicabilidade, nenhum preconceito nem timbre na vida das relações. Axioma: de todos os europeus o português é o mais tratável. [...] Não há que discutir: o português é o bicho mais adaptável do universo. [...]
> Com certeza que significa ânimo prazenteiro, [...]. Representa ainda gosto de folgar; tendência para a irradiação; abandono – – vá – aos impulsos do bem ou do mal, para o caso pouco importa; efuzibilidade [*sic*]; descuido; hábitos de *mentidero*; sentimento atenuado das responsabilidades; uma certa lassidão perante a vida e uma certa filosofia de *lazzarone* que se resume em considerar a luta como coisa tonta e vã perante a eternidade.
> E por cima de tudo, a coroar estes sentimentos, [...] uma grande simpatia humana.
> Sendo o português sociável por excelência, na vida prática, para lá da boa intenção, é o mais inaglutinativo dos viventes. E porquê? Porque associação implica vontade, disciplina, sobretudo esforço a longo prazo, [...]. Mas nesta aversão pelo associanismo o elemento de repulsa não é representado pelo amor da liberdade [...]. É antes rebeldia aos vínculos morais, atonia perante o dever social, impropriedade do seu individualismo para tudo o que tenha carácter colectivo. Fraterno, já dissemos que o era, mas duma fraternidade de casa da malta, sem sanção nem obrigação, toda eventual e caprichosa, pois. E, ó paradoxo, [...] é insolidário com o próximo. Neste particular, a *História Trágico-Marítima* constitui o pior requisitório que se poderia instaurar contra um povo.

Eduardo Lourenço ([7]2010: 78) matiza o fundamento de Aquilino: «Os portugueses não *convivem* entre si [...], espiam-se, controlam-se uns aos outros; não *dialogam*, disputam-se, [...].» Marcello Duarte Mathias (1980) diverte-se:

> Nessa altura ainda não compreendera que não há coisa que o Português mais deteste do que estar só – viver sozinho, viajar sozinho, almoçar sozinho, ter de engatar sozinho ou ir duas horas por ano sozinho ao cinema (é o suficiente aliás para ter enxaquecas e não conseguir ver o filme) faz-lhe perder o apetite e andar abatido.
> De resto, quando assim sucede telefona desesperadamente a um amigo para se encontrar com ele, após o que os dois procuram outros amigos. Uma vez reunidos e em quantidade numerosa, vão juntos desperdiçar o resto do tempo que lhes sobra (outra grande e irreprimível vocação nacional) para sítios de preferência cheios de muita malta conhecida onde possa, novamente e todos juntos, avistar as caras familiares de outros tipos também em grupo e para ali perdidos a olharem de soslaio uns para os outros, falando a mesmíssima coisa que eles, ou seja, nada. A matar o tempo, à roda do vazio, *per secula seculorum*, como se a vida afinal não lhes pertencesse.

Vergílio Ferreira, escrevendo no pós-Abril, deita abaixo o edifício:

> O Português é de si egoísta, disparatado, impulsivo, inconsciente, sem o sentido da medida, ignorante e fanfarrão, provinciano, campónio, sobretudo o da cidade, complexado, arranjista, trafulha, de uma esperteza saloia, fala-barato, arreeiro, malcriado, exibicionista, sem critério, desindividualizado, sem sentido de humor, sem finura, pascácio, parolo. [...] E no entanto, simultaneamente, mas sempre dentro da insensatez, o Português é também generoso, chauvinista, hábil, de inteligência embora camponesa, audacioso, com um critério de honra escrupuloso, doce, amável, galhofeiro, cioso de si e o mais[31].

Lamenta que Portugal,

> desde que começou a pensar-se, pensou-se sempre, não em função dele próprio, mas em função dos outros; não em função do que ele devia pensar de si, mas do que julgava que os outros pensavam dele e do que ele de si pensava. [...] A nossa basófia [*sic*]

[31] *Conta-Corrente* 2, Lisboa, Livraria Bertrand, 1981: 250.

> congénita vem da necessidade de que se repare em nós. [...] Pensar Portugal é pensá-lo no que ele é e não iludirmo-nos sobre o que ele é. Ora o que ele é é a inconsciência, um infantilismo orgânico, o repentismo, o desequilíbrio emotivo que vai da abjecção e lágrima fácil aos actos grandiosos e heroicos, a credulidade, o embasbacamento, a difícil assumpção da própria liberdade e a paralela e cómoda entrega do próprio destino às mãos dos outros, o mesquinho espírito de intriga, o entendimento e valorização de tudo numa dimensão curta, a zanga fácil e a reconciliação fácil como se tudo fossem rixas de família, a tendência para fazermos sempre da nossa vida um teatro, o berro, o espalhafato, a desinibição tumultuosa, o despudor com que exibimos facilmente o que devia ficar de portas adentro, a grosseria de um novo-rico sem riqueza, o egoísmo feroz e indiscreto balanceado com o altruísmo, se houver gente a ver ou a saber, a inautenticidade visível se queremos subir além de nós, a superficialidade vistosa, a improvisação de expediente, o arrivismo, a trafulhice e o gozo e a vaidade de intrujar com a nossa «esperteza saloia», o fatalismo, a crendice milagreira, a parolice. Decerto, temos também as nossas virtudes." (p. 281)

Não enumera essas virtudes, para, sem funda reflexão histórica, voltar à «crença milagreira, porque toda a nossa história é um jogo de acasos. Nós não criámos um rumo histórico, assente na reflexão, na previsão, no trabalho. À parte a exploração da costa de África até à Índia, que é que fizemos? [...] Mas o que é espantoso [...] é que este país improvisado e cheio de nódoas já dure há oitocentos anos. Como não acreditar em milagres? Toda a nossa vida tem sido feita de expedientes e jogos de roleta.» (p. 282)

No mês seguinte, Agosto de 1979, retoma esse então na moda 'pensar Portugal', quando a democracia era mediocridade e, ao contrário de outros povos, não sabíamos assumir-nos mesmo no disfórico. País «de *élites*, de indivíduos isolados que de repente se põem a ser gente», antes de a 'canalhada' os insultar ou, mortos, pô-los «ao peito por jactância», quando não os ignora, conclui: «O segredo da nossa História está em que o povo não existe. Mas existindo os outros por ele, a História vai-se fazendo mais ou menos a horas.» (p. 296) No quente da refrega, em pro-

jecções do íntimo que a 'canalha' desatende, Vergílio Ferreira julga que lhe basta uma pitada de exemplos históricos para resumir país e povo *inexistente* a alguns iluminados...

Das premissas de Jorge Dias conclui-se, só em parte, por um «vivo sentimento da natureza e fundo poético e contemplativo estático» e, no prazer da repetição e da imobilidade (porque não imobilismo?), um certo «obstinatismo». Veja-se a Saudade, segundo três tipos: a do «lírico sonhador», num sentimento poético amoroso e religioso; fáustica, associada à ânsia permanente de distância; fatalística oriental, vivendo de glórias passadas. Não recobre, todavia, a definição de Duarte Nunes de Leão (1606: 124).

Seria contraditório, se não fosse problemático, o medo, não de «dar nas vistas» (ostentação)[32], mas de ser pasto do ridículo e da má-lingua, já opressivos no escárnio e mal-dizer medievais. É uma das vias do comportamento anti-social, que contradiz empatias supracitadas. Salvo o que, aquele coração aberto perscruta as falhas da lei e derrama-se em simpatia, já cunha e suborno. Quem eufemiza isso em 'valores humanos' sobrepondo-se ao lucro e utilitário – donde, negando um espírito capitalista –, nem vê vantagens neste, nem compreende para que serve a lei.

Maria de Lourdes Belchior (1982: 30) resumiu o Jorge Dias de 1950 e seus «elementos fundamentais da cultura portuguesa» (sem vencerem alguns miasmas do salazarismo) a uma novena por vezes imprecisa:

> 1 – expansividade [J. Dias: «A cultura portuguesa tem carácter essencialmente expansivo, determinado em parte por uma situação geográfica que lhe conferiu a missão de estreitar os laços entre os continentes e os homens [...]»]; 2 – adaptabilidade e pendor activista; 3 – vivo sentimento da natureza, poético e contemplativo-estático; 4 – gosto pela ostentação; 5 – afectividade e humanidade profundas («o coração como medida de to-

[32] ... E, todavia, essa espectacularidade seria mais castelhana, a crer em Corrêa ([2]1944; 86): "A exuberância de gestos, como outros elementos psicológicos, está, porém, entre as diferenças que separam, genèricamente, Portugueses e Espanhóis."

> das as coisas»); 6 – saudade e obstinatismo (alma contemplativa e obstinada dos portugueses); 7 – tendência para sobrepor a simpatia humana às prescrições da lei; 8 – pessimismo; 9 – menos exuberância do que noutros meridionais.

Esta síntese não resolve outras de J. Dias, taxativas, úteis aos governantes:

> «O Português não tem muito humor, mas um forte espírito crítico e trocista e uma ironia pungente.» «O Português tem um forte sentimento de individualismo, que se não deve confundir com o de personalidade.» «É um povo paradoxal e difícil de governar.»

Resumimos estas feições, ainda em itálicos meus, e de volta a Saraiva, em (I) *estar onde não se está* (saudade, Quinto Império); (II) «uma certa *obstinação* em relação ao terrunho, [...] um forte *enraizamento*, um apelo ao *imediato* e ao *concreto*». Segundo polarizações, temos «o enraizamento e a aventura, o imediato e o longínquo concreto, o amor à terra que se tem e a busca da que não se tem, a aldeia e o mundo.» ([3]2007: 104); somos (III) facilmente *adaptáveis* e *assimiladores*, na fraca consciência que separa a nossa e alheias culturas. Saraiva rebusca causas, e contradiz-se: povo com mãe (mátria), sim, no sentido mariano, desde a Fundação à Restauração, e até Fátima; órfão de pai (pátria), não: como se os "padrões de civilização ao nível intelectual" fossem exclusivamente espanhóis, e a emigração só de homens, ou, perdido o 'pai' (*a* Espanha; doutro modo, como havia um povo obstinado, guerreiro?), nos resguardássemos doravante na 'mãe' galego-portuguesa, «ninho dos valores afectivos». Subjaz um tentame federalista na conclusão: «Desde que Portugal rejeitou a paternidade hispânica, a família ficou precocemente amputada.» (p. 107) Observando o mapa do lado de lá, assim parece; daqui, não. Já antes de 1640, era evidentíssimo o espírito autonómico, como demonstro na estratificação de *Fastigínia*.

Significou tal ruptura, em Seiscentos, o início da Decadência? Ou esta inaugurara-se, já, num século dito de ouro? No primeiro terço deste século vira Clenardo profundos «defeitos da estrutura económica e social» (Cerejeira, 1926: 194), que este alicerça no ideal guerreiro-

-religioso, no horror ao trabalho, na mania nobiliárquica, na escravatura e na facilidade ou soltura de costumes. Num segundo momento, e citando a marginália do texto, releva a Inquisição e os jesuítas, as colónias (Índia, sobretudo), uma política colonial desproporcionada e despovoamento do reino. Vejamos o quadro geral, ou épocas, em que essa 'personalidade cultural' se executa.

Em "As épocas da cultura portuguesa" ([3]2007: 109-153), A. J. Saraiva olha ao mito originário da Cruzada, até meados de Setecentos, e ao vazio que deixou, e seria o «contramito da Decadência» (p. 116) exautorado no séc. XIX, e que nos acompanha. Refere três épocas: dos cavaleiros, até meio do séc. XIII; dos clérigos, durante e após os Filipes, incluindo a Inquisição; dos mercadores, a partir de Pombal. Dadas algumas fugas temporais, resume essas épocas em fases: a de um predominante ideal cavaleiresco, padronizado no guerreiro, até meados do século XIV, e no cortesão quatrocentista, entrando pelo primeiro terço de Quinhentos, embora transcenda este período, a par do ideal clerical, que vem até à primeira metade de Setecentos. Aqui, entra o mercador.

Idêntica cesura temporal em 1750, digamos, joga quando se substitui a relação Topo / Base por Dentro / Fora (e fica de lado o terceiro critério, «semiológico» [p. 146], Palavras / Coisas):

> Até à segunda metade do século XIV afirma-se com mais força o sentimento de nacionalidade e é repelida uma tentativa de união política sob a hegemonia castelhana. Daí em diante há uma espécie de rivalidade das duas culturas, mas dentro do mesmo espaço cultural; cada uma pretende ser mais autenticamente espanhola que a outra. Este período dura até 1580, aproximadamente. A partir de então, até à Restauração de 1640, a cultura portuguesa é subalternizada e provincializada. Quanto à segunda fase, caracteriza-se por uma tentativa constante de europeização, em que a Europa é confundida com a França. [...]
> Estes cinco períodos [...] podem resumir-se em cinco palavras: complementaridade, oposição, rivalidade, provincianização, divórcio. (p. 145-146)

No séc. XXI, a Europa é outra, e, mais do que ela, o mundo, por onde passa a cultura portuguesa, desde microcomunidades às soluções *online*. A geografia física expulsa os seus e recebe levas de outros, confirmando traços supra-indicados, mas com desvios conceptuais curiosos nos últimos decénios: em volume ou em disciplina de estudo, passou-se da *História da Cultura em Portugal*, no lapso de 1950-1962, à História da Cultura Portuguesa, que fiz ainda em 1980, e, logo, à *Cultura Portuguesa*, que comecei a leccionar desde 1988-1989, entrando pelo século XXI; em breve, regressávamos à *História da Cultura Portuguesa*. Outras culturas vieram estabelecer-se aqui, enculturando-se, ou já qualificando grupos étnicos e nacionalidades mais ou menos vastos, numa afirmação que, em certos locais, dilui aquela, onde resta uma indiscernível cultura *de /dos* portugueses... Peter Burke sugeriu uma metodologia:

> La forma más útil, quizá, para escribir la historia de una cultura nacional sería el verla en términos de la coexistencia de influencias mutuas, de conflictos mutuos respecto a diferencias de cultura. Como dijo Américo Castro, surgió de conflictos entre los judíos, los moros y los cristianos esa Hispanidad.
> [...]
> La próxima generación podría intentar escribir la historia cultural utilizando el modelo de encuentros culturales. Obviamente, el modelo surge del encuentro entre la cultura europea. Pero se puede utilizar el modelo para describir encuentros culturales dentro de las naciones. Creo que en lugar de la vieja aseveración de la unidad, ahora encontramos interacciones de subculturas[33].

É neste propósito que jogamos o futuro.

[33] *ABC* (Madrid), 29-VII-1994: 61.

Bibliografia

Com asterisco, obras transcritas – não só referidas – no presente ensaio.

A., Ruben. 1970. "Cultura portuguesa". *Diário Popular*, 23-X-1970. Lisboa.

AA. VV. 1973. *Estudios sobre la Cultura Portuguesa Actual* [...]. Salamanca: Universidad de Salamanca.

1974. *Estética do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Grémio Literário.

1983. *Les Rapports Culturels et Littéraires entre le Portugal et la France*. *Actes [...]*. Paris: FCG.

1992. *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa: FCG / / ACARTE.

1993. *Pensar a Cultura Portuguesa*. Lisboa: Colibri / Faculdade de Letras de Lisboa.

1994. *Antologia de Espirituais Portugueses*. Lisboa: INCM.

Albuquerque, Martim de. 1983. *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: INCM.

*Almada Negreiros, José de. 1972. "Manha e falso prestígio". *Obras Completas. 6. Textos de Intervenção*. Lisboa: Estampa. [Originariamente, no *Diário de Lisboa*, 3-XI-1933]

Almeida, Bernardo Pinto de. 1993. *Pintura Portuguesa no Século XX*. Porto: Lello Editores.

Almeida, Justino Mendes de. 1996. *Estudos de História da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa da História / UAL.

Almeida, Onésimo Teotónio. 2017. *A Obsessão da Portugalidade*. Lisboa: Quetzal.

Amaral, Vasco Botelho de. 1944. *Cultura, Defesa e Expansão da Língua Portuguesa*. Lisboa: *Revista de Portugal*.

Anselmo, Artur. 1991. *História da Edição em Portugal. I. Das Origens até 1536*. Porto: Lello Editores.

Antunes, Manuel. 1979. *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova.

Arroteia, Jorge Carvalho. 1986. *Portugal: Perfil Geográfico e Social*. Lisboa: Livros Horizonte.

Azevedo, Ávila de. 1984. *A Influência da Cultura Portuguesa em Macau*. Lisboa: ICALP.

Balsemão, Francisco C. P. 1970. *A Sociedade Tecnetrónica, a Revolução Cultural e a Cultura Portuguesa*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Barata, Óscar Soares. 1963. *A Cultura Portuguesa e os Fenómenos de Contacto das Raças*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Barreto, António, coord. 2001. *Europa e Cultura*. Lisboa: FCG.

Barros, João de. [2]1983. *Décadas*. Selecção, prefácio e notas de António Baião. Volume III. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Barroso, João. 1995. *Os Liceus. Organização Pedagógica e Administrativa (1836-1960)*. 2 vols. Lisboa: JNICT.

Beau, Albin E. 1950. *Goethe e a Cultura Portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora.

*Belchior, Maria de Lourdes. 1979. "Portugal: o labirinto da saudade". *Revista de História Económica e Social*, 4. Junho-Dezembro. Lisboa. 1-14.

*1982. "Sobre o carácter nacional ou para uma 'explicação' de Portugal". *Nação e Defesa*, n.º 21. Jan.-Março. Lisboa. 11-31.

Biscaia, José Diamantino. 1984. *Breve Resumo de Cultura Portuguesa*. S. l.: s. n.

Boletim Cultural. 1990. "O Homem Português. Textos de Autores Portugueses do Século XX". VII série / 1. Fevereiro. Lisboa: FCG.

Boxer, C. R. 1977. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70.

Braga, Teófilo [Theophilo]. 1994. *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*. 2 vols. Lisboa: Dom Quixote. [= 1885. *O Povo Português nos Seus Costumes e Crenças Tradicionais*. 2 vols. Lisboa.]

Brandão, Raul. S. d. *Memorias*. I. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

Brito, Ferreira de. 1991. *Voltaire na Cultura Portuguesa*. Porto: Núcleo de Estudos Franceses da Univ. do Porto.

Bruno, Sampaio. 1983 [1904]. *O Encoberto*. Porto: Lello Editores.

Buescu, Maria Leonor. 1992 [1983]. *Aspectos da Herança Clássica na Cultura Portuguesa*. Lisboa: ICALP.

Caeiro, Francisco da Gama. 1987. *A Cultura Portuguesa no Último Quartel do Século XIV*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Caeiro, Olívio. 1978. *O Conde Adolfo Federico de Schack no Seu Interesse pela Cultura Portuguesa*. Sep. de *Arquivos do Centro Português*, 13, Lisboa: FCG.

Caraça, João. 1997. *O Que É Ciência*. Lisboa: Difusão Cultural.

Caro Baroja, Julio. 1959. *Sobre la Expansión de la Cultura Portuguesa*. Porto.

Carreira, António. 1965. *Aspectos da Influência da Cultura Portuguesa [. . .]*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Carvalho, Joaquim de. 1944. *Galileu e a Cultura Portuguesa Sua Contemporânea*. Coimbra: Coimbra Editora.

1948-1949. *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XV e XVI*. Coimbra.

1949. *Leibniz e a Cultura Portuguesa*. Lisboa.

1987-1996. *Obra Completa*. 8 vols. Lisboa: FCG.

Carvalho, Mário Vieira de. 1996. *O Teatro de São Carlos*. Lisboa: INCM.

Carvalho [Tinop], Pinto de. [4]1994 [1903]. *História do Fado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Carvalho, Rómulo de. 1995. *O Texto Poético como Documento Social*. Lisboa: FCG.

1996. *Actividades Científicas em Portugal no Século XVIII*. Évora: Universidade de Évora.

[2]1996. *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: FCG.

*Cerejeira, Dr. M. Gonçalves. 1926. *Clenardo*. Coimbra: Coimbra Editora.

*Chaves, Castelo Branco. 1944. "Universalismo, particularismo ou cosmopolitismo", *Litoral*, n.º 1, Junho. Lisboa.

Cidade, Hernâni. 1933-1939. *Lições sobre a Cultura e a Literatura Portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora. [[7]1984. *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*. Coimbra: Coimbra Editora].

[2]1957. *O Conceito de Poesia como Expressão da Cultura*. Coimbra: A. Amado.

1960. *Lições de Cultura Luso-Brasileira*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

1961. *Século XIX – A Revolução Cultural e Alguns dos Seus Mestres*. Lisboa: Ática.

[2]1968. *Portugal Histórico-Cultural*. Lisboa: Arcádia.

—— Selvagem, Carlos. 1967-1975. *Cultura Portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Cintra, L. F. Lindley. 1972. *Sobre Formas de Tratamento na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Coelho, Eduardo Prado. 1997. *O Cálculo das Sombras*. Porto: Asa.

1997. "Sendo o país o que é". *Público* – Leituras, 4-X-1997: 8. Lisboa.

Coelho, F. Adolfo. 1903. "Pedagogia do povo português". *Portugália*, 1, Porto.

*Coelho, Jacinto do Prado. 1947. "Notas sobre o feitio português". *Ocidente*, n.º 115, vol. XXXIII, Novembro. Lisboa. 107-109.

1970. *A Literatura Portuguesa, Expressão Duma Cultura Nacional*. Paris: FCG.

1976. *Ao Contrário de Penélope*. Lisboa: Livraria Bertrand.

1983. "Portugal imaginário e verdadeiro na poesia portuguesa". *Camões e Pessoa, Poetas da Utopia*. Lisboa: Publicações Europa-América. 129--134.

*Corrêa, A. A. Mendes. [2]1944 [1938]. *Raízes de Portugal*. Lisboa: Revista *Ocidente*.

Cortesão, Jaime. [2]1974. *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. Obras Completas, I. Lisboa: Portugália.

Costa, Dalila Pereira da. 1977. *A Nova Atlântida*. Porto: Lello Editores.

1978. *A Nau e o Graal*. Porto: Lello Editores.

1986. *Místicos Portugueses do Século XVI*. Porto: Lello Editores.

—— Gomes, Pinharanda. 1976. *Introdução à Saudade*. Porto: Lello Editores.

Costa, João Benard da. 1991. *Histórias do Cinema*. Lisboa: INCM.

Costa, José Alves da. 1996. *Gás de Lisboa*. Porto: Lello Editores.

Cruz, António. 1964. *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média*. Porto.

Cruz, Duarte Ivo. 1983. *Introdução à História do Teatro Português*. Lisboa: Guimarães.

Cruz, Manuel Ivo. 1992. *O Teatro Nacional de S. Carlos*. Porto: Lello Editores.

Cunhal, Álvaro. 1996. *A Arte, o Artista e a Sociedade*. Lisboa: Editorial Caminho.

Curto, Diogo Ramada. 1988. *O Discurso Político em Portugal (1600--1650)*. Lisboa: Univ. Aberta.

Daveau, Suzanne. 1995. *Portugal Geográfico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Deusdado, Ferreira. 1995. *Educadores Portugueses*. Porto: Lello Editores.

1978. *A Filosofia Tomista em Portugal*. Porto: Lello Editores.

Dias, Aida Sousa; Machado, Rogério. 1987. *A Cerâmica de Rafael Bordalo Pinheiro*. Porto: Lello Editores.

Dias, Jorge. 1952. *Bosquejo Histórico da Etnografia Portuguesa*. Coimbra.

1962. *A Cultura Castreja e a Sua Herança Social na Área Galaico--Portuguesa*. Porto.

1971. *Estudos de Carácter Nacional*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

*[2]1985. *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Lisboa: INCM.

Dias, J. J. Alves. 1996. *Gentes e Espaços (Em Torno da População Portuguesa na Primeira Metade do Século XVII*). Lisboa: JNICT.

Dias, José Sebastião da Silva. 1972. *Braga e a Cultura Portuguesa do Renascimento*. Coimbra.

1960. *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII*). Coimbra.

[3]1988. *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*. Lisboa: Presença.

Dias, Marina Tavares. 1987. *Lisboa Desaparecida*. Lisboa: Quimera.

Dias, Pedro. 1995. *A Viagem das Formas*. Lisboa: Estampa.

Dionísio, Eduarda. 1994. *Títulos, Acções, Obrigações. Sobre a Cultura em Portugal, 1974-1994*. Lisboa: Salamandra.

Domingos, Manuel D. 1985. *Estudos de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Inst. Port. de Ensino à Distância.

*Durand, Gilbert. 1997. *Imagens e Reflexos do Imaginário Português*. Lisboa: Hugin.

*Eliade, Mircea. 1986. *Aspectos do Mito*. Lisboa: Edições 70.

Ehrhardt, Marion. 1980. *Portugal-Alemanha*. Coimbra: Almedina.

Fernandes, José Manuel. 1991. *A Arquitectura*. Lisboa: INCM.

Fernandes, Raul Miguel Rosado. 1985. *A Influência de Virgílio na Cultura Portuguesa*. Rio de Janeiro: Sepe.

Ferrão, Bernardo. 1990. *Mobiliário Português*. 4 vols. Porto: Lello Editores.

Ferreira, Alberto. 1971. *Antologia de Textos Pedagógicos do Séc. XIX Português*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência.

1980. *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Moraes.

[3]1989. *Perspectiva do Romantismo Português*. Lisboa: Ulmeiro.

—— Marinho, M. J. [2]1985-1989. *Bom Senso e Bom Gosto (A Questão Coimbrã*). 4 vols. Lisboa: INCM.

Ferreira, Eduardo de Sousa, org. 1995. *Portugal Hoje*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1995.

Ferreira, Maria Emília Cordeiro, coord. 1985. *Reflexões sobre História e Cultura Portuguesa*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.

Ferreira, João Palma. 1980. *Obscuros e Marginados*. Lisboa: INCM.

1977. *Porque É tão Difícil Ser Português*. Lisboa: Europa-América.

*Ferreira, Vergílio. 1980. *Conta Corrente 1*. Lisboa: Livraria Bertrand.

1981. *Conta-Corrente 2*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Ferro, João Pedro. 1995. *A População Portuguesa no Fim do Antigo Regime (1750-1815*). Lisboa: Presença.

Fortuna, Carlos. 2000. *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Lisboa: Celta.

França, José-Augusto. 1967. *A Arte em Portugal no Século XIX*. 2 vols. Venda Nova: Bertrand [3.ª ed., 1990]

1974-1976. *O Romantismo em Portugal*. 6 vols. Lisboa: Livros Horizonte. [2.ª ed., 1 vol., 1994]

[2]1985. *A Arte em Portugal no Século XX*. Venda Nova: Bertrand.

[3]1987. *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Venda Nova: Bertrand.

1992. *Os Anos Vinte em Portugal*. Lisboa: Presença.

1997. "Sobre cultura e política cultural". *(In)Definições de Cultura*. Lisboa: Presença. 163-169.

França, Luís de, coord. 1993. *Portugal: Valores Europeus, Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Freire, Anselmo Braamcamp. 1996. *Crítica e História. Estudos*. Lisboa: FCG.

Freyre, Gilberto. 1940. *O Mundo Que o Português Criou*. Lisboa: Livros do Brasil.

c. 1952. *Aventura e Rotina*. Lisboa: Livros do Brasil.

Gago, José Mariano, coord. 1991. *Ciência em Portugal*. Lisboa: INCM.

Gama, José. 1995. *A Filosofia da Cultura Portuguesa no* Leal Conselheiro *de D. Duarte*. Lisboa: JNICT.

Gama, Manuel Rosa Gonçalves. 1985. *O Movimento 57 na Cultura Portuguesa*. Braga: Univ. Católica Portuguesa.

Garcia, José Manuel. 1994. *Ao Encontro dos Descobrimentos*. Lisboa: Presença.

Garrett, A. S. d. [1830]. *Portugal na Balança da Europa*. Lisboa: Livros Horizonte.

*Giddens, Anthony. [4]2005. *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta.

Gil, José. 1996. *A Imagem Nua e as Pequenas Percepções*. Lisboa: Relógio d'Água.

2005. *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'Agua.

—— Catroga, Fernando. 1996. *O Ensaísmo Trágico de Eduardo Lourenço*. Lisboa: Relógio d'Água.

Godinho, Vitorino Magalhães. [2]1975. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia.

Gomes, Maria Eugénia Reis. 1985. *Contribuição para o Estudo da Festa em Lisboa no Antigo Regime*. Lisboa: Inst. Port. do Ensino à Distância.

Gomes, Pinharanda. 1970. *Fenomenologia da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

1981. *A Filosofia Hebraico-Portuguesa*. Porto: Lello Editores.

1990. *Dicionário de Filosofia Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Graça, Fernando Lopes. 1944. *A Música Portuguesa e os Seus Problemas*. Porto: Lopes da Silva.

1953. *A Canção Popular Portuguesa*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Guerra, João Augusto da Fonseca. [2]1988. *Língua e Cultura Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Guimarães, Fernando. 1992 [1982]. *Simbolismo, Modernismo e Vanguardas*. Porto: Lello Editores.

1996 [1972]. *Linguagem e Ideologia*. Porto: Lello Editores.

Jabouille, Victor. 1996. *Cronologia da Cultura Clássica*. Lisboa: Colibri.

Jacinto, Deniz. 1991-1992. *Teatro, I, II, III*. Porto: Lello Editores.

Janeira, Armando Martins. 1988. *O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Jorge, Ricardo. 1922. *A Intercultura de Portugal e da Espanha no Passado e no Futuro*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

L'Eveque, Henry. 1993. *Portuguese Costumes*. Lisboa: Inapa.

*Leão [Lião], Duarte Nunes de. 1606. *Origem da Lingoa Portvgvesa*. Lisboa.

*Leão, Francisco da Cunha. 1971. *Ensaio de Psicologia Portuguesa*. Lisboa: Guimarães Editores.

*[2]1973. *O Enigma Português*. Lisboa: Guimarães Editores.

Leite, António Pinto. 1996. "Portugal, a culpa é do mar". *Expresso – – Revista*, 10-VIII: 18.

Lino, António. 1990. *O Homem e a Casa*. Lisboa: ICALP.

Lira, Mariza. 1960. *Leite de Vasconcelos e a Cultura Etnográfica Portuguesa*. Porto.

[Livraria Portugal]. 1961. *Duas Décadas ao Serviço da Cultura Portuguesa*. Lisboa.

Lobato, Alexandre Marques. 1973. *Sobre a Índia Portuguesa, a Sua Cultura e a Sua História*. Lourenço Marques.

Lopes, João Teixeira. 2000. *A Cidade e a Cultura: Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*. Porto: Afrontamento.

Loureiro, La Salette. 1996. *A Cidade em Autores do Primeiro Modernismo. Pessoa, Almada e Sá-Carneiro*. Lisboa: Estampa.

*Lourenço, Eduardo. 1976. *O Fascismo nunca Existiu*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

*1979. *O Complexo de Marx ou o Fim do Desafio Português.* Lisboa: Publicações Dom Quixote.

*1987. *Heterodoxia. I, II*. Lisboa: Assírio & Alvim.

*1988. *Nós e a Europa ou As Duas Razões*. Lisboa: INCM.

*1997. "Em torno do nosso imaginário". *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 704, 8-X-1997. Lisboa. 10-14.

*[7]2010. *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português* [1978]. Lisboa: Gradiva.

*2014. *Do Colonialismo como Nosso Impensado*. Ed. de Margarida Calafate Ribeiro, Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva.

Luz, Marilina dos Santos. 1958. *Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico*. Coimbra.

Macedo, Jorge Borges de, 1966. *Vias de Expressão da Cultura e da Sociedade Portuguesa [. . .]*. Lisboa.

1986. *Questões sobre a Cultura Portuguesa*. S. l.: s. n.

1989. *A Biblioteca Nacional e o Desafio da Cultura Portuguesa*. Lisboa: BN.

Madureira, Nuno Luís. 1992. *Cidade: Espaço e Quotidiano. (Lisboa 1740-1830*). Lisboa: Livros Horizonte.

Magnino, Leo. 1974. *Influência do Iluminismo na Cultura Portuguesa*. Braga.

Manique, António Pedro. 1988. *Portugal e as Potências Europeias, 1807--1847*. Lisboa: Livros Horizonte.

Marques, Fernando Pereira. 1994. *De Que Falamos Quando Falamos de Cultura?*. Lisboa: Editorial Presença.

Martins, Armando Alberto. 1989. *Os Moçárabes na Génese da Cultura Portuguesa*. Lisboa.

Martins, G. de Oliveira. 1991. *Portugal*. Lisboa: INCM.

Martins, José V. de Pina. 1972. *Para a História da Cultura Portuguesa do Renascimento*. Lisboa: Lysia.

1973. *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do Séc. XVI*. Paris: FCG / CCP.

1974. *Cultura Portuguesa*. Lisboa: Verbo.

1988. "Um desafio à cultura portuguesa". [1977] *Portugal-Europa para além da Circunstância*. Lisboa: INCM.

1989. *Giovanni Pico della Mirandola na Cultura Portuguesa do Século XVI*. Porto.

1998. *Europa e Cultura. Alguns Livros Fundadores da Cultura Europeia*. Lisboa: FCG.

Martins, Moisés de Lemos. 1996. *Para Uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade*. Porto: Afrontamento.

Martins, Oliveira. 1976. *Portugal Contemporâneo*. 2 vols. Lisboa: Guimarães Editores.

*Mathias, Marcello Duarte. 1980. *No Devagar Depressa dos Tempos*. Amadora: Bertrand.

Mattoso, José. 2000-2002. *Obras Completas*. 9 vols. Lisboa: Círculo de Leitores. [2001. *Obras Completas*, 6. **Fragmentos de Uma Composição Medieval*; **O Essencial sobre a Formação da Nacionalidade*]

Maurício, Carlos. 1987. *Imagens de Alexandre Herculano na Cultura Portuguesa (1877*). Lisboa.

Melo, Romeu de. 1990. *Reflexões 3*. Lisboa: Editorial Notícias.

Mendes, José M. Amado. 1993. *História Económica e Social dos Séculos XV a XX*. Lisboa: FCG.

Mendonça, Octávio. 1984. *Presença Portuguesa na Amazónia*. Belém-Pará: Conselho Estadual de Cultura.

*Mesa y López, Rafael, ed. S. d. *Antología de los Mejores Poetas Castellanos*. Londres / Paris: Thomas Nelson and Sons Editores.

Mesquita, Mário. 1996. *Eduardo Lourenço. Cultura e Política na Época Marcelista*. Lisboa: Cosmos.

Miranda, Maria Adelaide, *et alii.* 1991. *História das Artes Plásticas*. Lisboa: INCM.

Mónica, Maria Filomena. 1982. *A Formação da Classe Operária*. Lisboa: FCG.

—— org. 1996. *A Europa e Nós: Uma Polémica de 1853 – Alexandre Herculano contra A. P. Lopes de Mendonça*. Lisboa: ICS / Quetzal.

Monteiro, Domingos. 1944. *Paisagem Social Portuguesa*. Porto: Educação Nacional.

Monumentos de Cultura e da Arte Tipográfica Portuguesa [. . .]. 1948. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

Moser, Fernando de Melo. 1994. *Discurso Inacabado. Ensaios de Cultura Portuguesa*. Lisboa: FCG.

Mourão-Ferreira, David. 1993. *Magia, Palavra, Corpo*. Lisboa: Cotovia.

Nery, Rui Vieira. 1991. *História da Música*. Lisboa: INCM.

Oliveira, António de. 1991. *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640*). Lisboa: Difel.

Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando. 1992. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

*Oliveira, Fernão de. 1975. *A Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira*. Ed. de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: INCM.

*Oliveira, José Osório de. 1944. *Exame da Vida Portuguesa*. Lisboa: Edições Ultramar Limitada.

*Oriol, Michel. 1979. "L'identité produite, l'identité instituée, l'identité exprimée. Les confusions de théories de l'identité nationale et culturelle". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 66. Paris. 19-28.

Ortigão, Ramalho. 1991. *Farpas Escolhidas*. Ed. de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Ulisseia.

2004-2005. *As Farpas Completas*. 6 vols. Ed. de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores.

Osório, António. 1974. *A Mitologia Fadista*. Lisboa: Livros Horizonte.

Osório, D. Jerónimo. 1996. *Tratados da Nobreza Civil e Cristã*. Lisboa: INCM.

Pais, José Machado. 1986. *Artes de Amar da Burguesia. A Imagem da Mulher e os Rituais de Galantaria nos Meios Burgueses do Século XIX em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Paiva, José Pedro. 1992. *Práticas e Crenças Mágicas. O Medo e a Necessidade dos Mágicos na Diocese de Coimbra (1650-1740).* Coimbra: Livraria Minerva.

Palma-Ferreira, João. 1977. *Porque É tão Difícil Ser Português*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Pascoaes, Teixeira de. 1978 [1915]. *Arte de Ser Português*. Lisboa: Delraux.

1988. *A Saudade e o Saudosismo em Portugal*. Ed. de Pinharanda Gomes. Lisboa: Assírio e Alvim / Círculo de Leitores.

Patrício, Manuel Ferreira. *1996. O Messianismo de Teixeira de Pascoaes e a Educação dos Portugueses*. Lisboa: INCM.

*Pauline-Neto, Brigitte. 1994. *La Mélancolie du Géographe*. Paris: Grasset.

*Pavia, Cristovam. 1982. *Poesia*. Lisboa: Moraes Editores.

Peixoto, Rocha. [2]1995. *Etnografia Portuguesa: Obra Etnográfica Completa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote

Pereira, João Martins. 1983. *No Reino dos Falsos Avestruzes*. Lisboa: A Regra do Jogo.

Pereira, José Fernandes, dir. 1989. *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Presença.

1994. *Arquitectura e Escultura de Mafra*. Lisboa: Presença.

Pereira, Maria Helena da Rocha. [2]1990. *Estudos de História da Cultura Clássica: Cultura Romana*. Lisboa: FCG.

[7]1993. *Estudos de História da Cultura Clássica: Cultura Grega*. Lisboa: FCG.

Pereira, Miriam H. 1979. *Política e Economia (Portugal nos Séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.

Pereira, Paulo, dir. 1995. *História da Arte Portuguesa*. 3 vols. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates.

Peres, Damião. [7]1970. *Como Nasceu Portugal*. Porto: Portucalense Editora.

*Pessoa, F. 1979. *Sobre Portugal. Introdução ao Problema Nacional*. Introdução e organização de Joel Serrão. Lisboa: Ática.

Petrus [pseud.], org. [1952]. *Regresso ao Sebastianismo. Fernando Pessoa e outros Lusíadas*. [Porto]: s. n.

Pina, Luís Maria da Câmara. [2]1970 [1968]. *O Valor da Presença Militar na Difusão da Cultura Portuguesa [...]*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Pires, António Machado. [2]1982. *D. Sebastião e o Encoberto. Estudo e Antologia*. Lisboa: FCG.

[2]1992. *A Ideia de Decadência na Geração de 70*. Lisboa: Vega.

Portugal: A Terra e o Homem. 1978, 1979, 1980. Org. de Vitorino Nemésio, David Mourão-Ferreira e David Mourão-Ferreira / Maria Alzira Seixo. Lisboa: FCG.

Proudhon e a Cultura Portuguesa. [1961-1968]. Porto: Editorial Cultura.

Quadros, António. 1957. *Problemática Concreta da Cultura Portuguesa*. Lisboa.

1967. *O Espírito da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Sociedade de Expansão Cultural.

1986. *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos Cem Anos*. Lisboa: Guimarães Ed.

1988. *Portugal: Razão e Mistério*. I, II. Lisboa: Guimarães Ed.

Queirós, José. [3]1988. *Marcas da Cerâmica Portuguesa*. Aveiro: Estante Ed.

Quental, Antero de. 1871. *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. Lisboa.

1991. *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX*. Lisboa: FCG.

Ramos, Luís A. de Oliveira. 1979. *Da Ilustração ao Liberalismo. Temas Históricos*. Porto: Lello Editores.

Rau, Virgínia. 1969. *Italianismo na Cultura Jurídica Portuguesa do Séc. XV*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos [...].

Rebello, Luiz Francisco. 1984. *História do Teatro de Revista em Portugal*. 2 vols. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

1991. *História do Teatro*. Lisboa: INCM.

Rêgo, Raul. 1982. *Os Índices Expurgatórios e a Cultura Portuguesa*. Lisboa: ICALP.

Reimão, Cassiano. 1996. "A cultura enquanto suporte de identidade, de tradição e de memória". *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 9. Lisboa: Edições Colibri. 309-321.

Resende, André de. 1996. *Antiguidades da Lusitânia*. Lisboa: FCG.

Ribas, Tomás. 1993. *O Teatro da Trindade. 125 anos de Vida*. Porto: Lello Editores.

Ribeiro, Orlando. [2]1987. *Mediterrâneo – Ambiente e Tradição*. Lisboa: FCG.

1987. *A Formação de Portugal*. Lisboa: ICALP.

1992 [1961]. *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.

1994. *Originalidade da Expansão Portuguesa*. Ed. de Suzanne Daveaux. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

—— Lautensach, Hermann. 1987-1991. *Geografia de Portugal*. III. *O Povo Português;* IV. *A Vida Económica e Social*. Ed. de Suzanne Daveaux. Lisboa: Ed. João Sá da Costa.

Ricou, Eduardo Sotto Maior. 1989. *A Mulher Portuguesa na Caridade, na Cultura e na Medicina*. Porto.

Rodrigues, Graça Almeida. 1979. *Aproximar para Compreender*. Lisboa: Presença.

Rodrigues, Manuel Ferreira; Mendes, José M. Amado. 2000. *História da Indústria Portuguesa*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Rodriguez, Fontenla. 1994. *O Problema das Línguas Nacionais e da Língua Portuguesa em África*. Pontevedra / Braga: Conselho Internacional da

Lusofonia.

Sá, A. Moreira de. 1966. *Primórdios da Cultura Portuguesa*. Lisboa.

1977. *De Re Erasmiana*. Braga: Faculdade de Filosofia.

Sá, Victor de. 1977. *Repensar Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

[3]1978. *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

[3]1978. *A Revolução de Setembro de 1836*. Lisboa: Livros Horizonte.

1983. *As Bibliotecas, o Público e a Cultura*. Lisboa: Livros Horizonte.

[2]1987. *Instauração do Liberalismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

Santos, Boaventura de Sousa, org. 1993. *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento.

1994. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento.

Santos, Delfim. [2]1987. *Obras Completas.* III vol. *Do Homem. Da Cultura*. Lisboa: FCG.

Santos, Maria de Lourdes Costa Lima dos. 1988. *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Presença.

Santos, Helena Maria de Azevedo Coelho dos. 1992. *Pensar o Cultural. Itinerário para Uma Reflexão.* [Dissert.] Porto: Universidade do Porto.

Santos, Reynaldo dos. 1970. *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Santos, Rui Assis e. 1981. *Viagem pela Cultura Portuguesa*. São Paulo.

Saraiva, António José. [4]1979. *Para a História da Cultura em Portugal*. 2 vols. Venda Nova: Bertrand.

1988. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

1992. *História e Utopia*. Lisboa: ICALP.

*[2]2005 [2004]. *António José Saraiva e Óscar Lopes: Correspondência*. Ed. de Leonor Curado Neves. Lisboa: Gradiva.

*[3]2007; [2]2007 [1994; 1991]. *A Cultura em Portugal. Teoria e História. Livro I. Introdução Geral à Cultura Portuguesa*; *Livro II. Primeira Época: a Fundação*. Lisboa: Gradiva. [Acrescido de 5 vols. até 2012, refunde-se *História da Cultura em Portugal*. 1950-1962. 3 vols. Lisboa: *Jornal do Fôro*]

*[3]2015 [1980, 1985]. *Filhos de Saturno. Escritos sobre o Tempo Que Passa*. Lisboa: Gradiva.

Saraiva, Maria José. 2004. *Crónicas: Entrevistas, Críticas e Outros Escritos de António José Saraiva*. Matosinhos: Quidnovi.

Sasportes, José. 1991. *História da Dança*. Lisboa: INCM.

Seabra, Augusto M. 1996. *Ir a São Carlos*. Lisboa: Correios de Portugal.

Sena, Jorge de. 1963. *Estudos de História e de Cultura*. Lisboa: Revista 'Ocidente'.

Sérgio, A. [2]1972. "O Reino Cadaveroso ou O problema da cultura em Portugal". *In*: *Ensaios. II*. Lisboa: Sá da Costa.

1973. *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*. Lisboa.

[*2]1976 [1971]. *Obras Completas. Ensaios*. Tomo VI. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

[7]1977. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Sérgio, Manuel. S. d. *Antologia de Textos Desportivos da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Compendium.

Serrão, Joel. 1973. *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

1975. *Portugueses Somos*. Lisboa: Livros Horizonte.

[2]1979. *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo*. Lisboa: Livros Horizonte.

[2]1980-1978. *Temas Oitocentistas I, II*. Lisboa: Livros Horizonte.

[4]1982. *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*. Lisboa: Livros Horizonte.

1983. *Teorias da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

1983-1989. *Temas de Cultura Portuguesa – I*, *II*. Lisboa: Livros Horizonte.

[4]1986. *Cronologia Geral da História de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

1987. *Da Situação da Mulher Portuguesa no Século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte.

Silbert, Albert. [3]1981. *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte.

Silva, Agostinho da. 1988. *Considerações e Outros Textos*. Lisboa: Assírio & Alvim.

*Silva, Augusto Santos; Jorge, Vítor Oliveira, orgs. 1993. *Existe Uma Cultura Portuguesa?*. Porto: Afrontamento.

Silva, Benedicto. 1992. *A Língua Portuguesa na Cultura Mundial*. Porto: Fund. Eng. António de Almeida.

Silva, Elvira Cunha de Azevedo. 1979. *A Posição do Sefardismo na Cultura Portuguesa*. Porto.

Silva, Maria Beatriz Nizza da, coord. 1995. *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa.

Silva, Lúcio Craveiro da. 1994. *Ensaios de Filosofia e Cultura Portuguesa*. Braga: Fac. de Filosofia.

Silva, Nuno Espinosa Gomes da. 1985. *História do Direito Português*. Lisboa: FCG.

Simões, Manuel. 1985. "Fernando Pessoa e a cultura portuguesa". *Brotéria*, v. 121, n.º 4, 5, Outubro, Novembro. Lisboa. 276-296, 363-378.

Soares, Maria Micaela R. T., 1984. *A Mudança na Cultura Rural Portuguesa*. Lisboa.

Sobral, José Manuel. 2012. *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Sobral, Luís de Moura. 1996. *Do Sentido das Imagens. Ensaios sobre Pintura Barroca Portuguesa e Outros Temas Ibéricos*. Lisboa: Estampa.

Sousa, Maria Leonor Machado de. 1983. *A Abertura de Portugal à Cultura Europeia*. Lisboa: Inst. Port. de Ensino à Distância.

Soveral, Carlos Eduardo de. 1960. *Trajectória da Cultura Portuguesa*. Lisboa.

1966. *História da Cultura Portuguesa*. Porto: Marânus.

Tavani, Giuseppe. 1988. *Ensaios Portugueses. Filologia e Linguística*. Lisboa: INCM.

Torres, Rui d'Abreu. 1975. *Cultura Portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Trajes Míticos da Cultura Regional Portuguesa. 1994. Lisboa: Sociedade Lisboa 94 / Milão, Electa.

Trindade, Maria Beatriz Rocha. 1984. *Bibliografia da Emigração Portuguesa*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.

Valente, Vasco Pulido. 1974. *Uma Educação Burguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

*Valéry, Paul. 1960. *Œuvres II*. Paris: Gallimard.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis de. 1922. *A Saudade Portuguesa*. Porto: Renascença Portuguesa.

Vasconcelos, José Leite de. 1940-1941. "Origem do povo português (estado actual e sucinto do problema)". *Revista Lusitana*, XXXVIII. Lisboa. 196- - 246.

Veiga, Tomé Pinheiro da. 2011. *Fastigínia*. Ed. de Ernesto Rodrigues. Lisboa: CLEPUL.

Virgílio e a Cultura Portuguesa. 1986. Lisboa: INCM.

Mitologia Nacional

À memória de Eduardo Lourenço

A fecundidade do pensamento de António José Saraiva inspira-me na revisão da matéria à luz da mitologia nacional. Este programa deve clarificar conceitos, indo, após assento em mitos bíblicos e greco-latinos (Túbal; Ulisses, Luso), aos fundadores de raiz nacional: Viriato e o milagre de Ourique. Mais demoradamente, a Inês de Castro e ao Sebastianismo, a que já dediquei romances e bibliografias[1]; ao Quinto Império, aos reinos da Saudade e do Progresso. Intervalam personalidades e figuras colectivas, que alguns têm já por míticas – no mínimo, em termos regionais ou locais. Deixemos os mitos urbanos.

Num objectivo destes, cabe a análise das heranças, comemorações e lugares da memória; a representação de acontecimentos, mitos e temas da História portuguesa no pensamento, nas literaturas e nas artes: seja, relações interculturais e construções identitárias. Sempre que possível, e exemplo, recorra-se à síntese d'*Os Lusíadas* ou da *Mensagem* (1934) pessoana. Esta completa *um* sentido: nos 19 poemas da primeira parte, Portugal é terra de milagre em busca de paz: faz-se, constrói-se, *está*; nos 12 poemas da segunda parte, Portugal é mar, *possessio maris*: faz, constrói, conquista ou *tem*; nos 13 da terceira parte, Portugal *é* O Encoberto (que já mereceu, antes, dois poemas)[2]. Terra, Mar, Céu, a caminho da harmonia universal; do humano à transcendência.

[1] Sebastião é nuclear em *A Serpente de Bronze*, 1989; Inês, em *A Casa de Bragança*, 2013. Responsabilizei-me pela actualização bibliográfica dos respectivos verbetes no *Dicionário de Literatura*, 2002-2003. Não se tem considerado, nas origens daquela «Modalité lusitanienne d'un messianisme populaire protéiforme», uma «atmosphère européenne d'anabaptisme» (Chaunu, 1984: 81).

[2] Em "Interpretação não romântica do sebastianismo" [*Águia*, Julho-Agosto de 1917], António Sérgio já lembrara que o Encoberto era importação castelhana, cerca de 1520. Ver *Ensaios*, tomo I, Coimbra: Atlântida, [2]1949: 298 ss.

Ficarão notas sobre os pontos 0-4 – este no capítulo seguinte –, cada um dos quais pede maior desenvolvimento:

0. Cultura e memória. 1. Túbal. Ulisses. Luso. 2. Cruzadismo. Os mitos fundadores da nação. Viriato. 3. Da batalha de São Mamede ao milagre de Ourique. 4. Inês de Castro. 5. Sebastianismo. 6. Quinto Império. 7. O reino da Saudade. 8. O mito do Progresso; o contramito da Decadência. 9. Camões (Picchio, 2012: 73-82); o «supra-Camões». 10. Outros casos. Rainha Santa Isabel. Nuno Álvares Pereira (Leal, 1999, 2002, 2003). Infante Santo. Rainha D. Leonor, mulher de D. João II (Gil, 2009). Marquês de Pombal. Maria da Fonte (Covas, 2011). José do Telhado. Fátima.

Entre vários programas, o de G. Durand (1997: 204) é o mais breve, mas não mais completo. Assenta em quatro mitologemas: o Fundador vindo de longe, Luso ou São Vicente – que não abarca o todo nacional[3] –, sendo de acrescentar um conde D. Henrique 'húngaro'[4]; o nostálgico desejo do impossível incarnado em D. Pedro / Inês, Mariana Alcoforado, Nuno Álvares Pereira derrotando Castelhanos em Aljubarrota: são ingredientes desiguais em pobre salada; a crença num rei salvador oculto; a transmutação paraclética [em nome do, devida ao Espírito Santo] do mundo, inspiradora de todas as descobertas, cujo objectivo era conhecer o reino de Preste João, influenciada pela instituição do culto do Espírito Santo e pela rainha Santa Isabel: não seria pouco, ou limitativo?

0. Conjuguemos *cultura* no sentido antropológico e suas manifestações particulares com a *memória não hereditária* da comunidade temperando cada um desses *quadros* ou modelos, e abrir-se-á um vasto campo de trabalho.

[3] Pede, todavia, atenção, como a que lhe dedica Nascimento, 2011.

[4] Resumo esta tese em *Hungarica*, Lisboa, CLEPUL, 2022. Duarte Ribeiro de Macedo, em *Nascimento e Genealogia do Conde D. Henrique Pay de Dom Affonso Henriques I Rey de Portugal*, 1670, contesta as várias opiniões não-borgonhesas, a começar pela origem húngara em Duarte Galvão, Resende e suas *Antiguidades de Portugal*, Camões, Pedro de Mariz, frei Amador Arrais, Manuel de Faria e Sousa.

Em termos de modelo comunicacional, vamos da mera transmissão informacional (exigindo processamento cognitivo) aos modelos ritual ou expressivo – a comunhão de bens simbólicos entre emissor e receptor requer, daquele, um bom desempenho; deste, consumação – e de codificação preferencial, que exige uma descodificação diferencial, ou mais ricas construções de sentido. De fora, fica o modelo publicitário: um emissor espectacular chama a atenção de quem se senta, e sente, espectador (McQuail, 2003: 54-60). O risco a evitar está no lamento final de *Tristes Tropiques*, de Lévi-Strauss: perder-se a antropologia em entropologia, em que «o estudo do homem passou a ser o estudo da desintegração e da extinção certas» (Steiner, *in* Boyers, 2010: 308).

Originariamente, seríamos celtas, segundo a antropologia, a toponímia e até a psicologia interpretada por Oliveira Martins na *História de Portugal*, onde o decorrente sebastianismo «é uma prova póstuma da nacionalidade», jogando com as regulares «crises de abatimento», típicas daquela raça. Não poucos contestaram, porém, essa maioria de argumentos: porque não lígures, fenícios, púnicos?

As autoridades em sociologia, história das religiões ou história *tout court*, arqueologia, etnografia, linguística ou toponímia são radicalmente postas em causa em *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa Seguido de Ensaio sobre Toponímia Antiga*, de Moisés Espírito Santo (1988). Quando está na moda repensar Portugal, e encontrar-lhe uma identidade, mal iríamos se escamoteássemos quatrocentas páginas de uma investigação feita no terreno, que obra a psicanálise das nossas origens, articula uma teoria do mito e dos símbolos, ilumina civilizações que sempre tivemos por marginais ou recalcámos. Trabalho iniciado em 1982, em Coimbra, terminou no Verão de 1987, em Trás-os-Montes. Mas o eixo principal é Coimbra-Viseu, se bem que, para o Alentejo e Algarve, as conclusões pudessem ser as mesmas, no dizer do autor. Seria preciso demonstrá-lo.

À partida, reconhece Moisés Espírito Santo, «não esperávamos encontrar o ovo primordial da religião beirã, mas contávamos descobrir, ou redescobrir, velhos deuses, celtas, romanos, europeus, de que falam

os etnógrafos e os historiadores». Aconteceu, porém, que «começou a surgir a hipótese, em tudo o que dizia respeito a práticas religiosas e a divindades, de estarmos perante práticas e conceitos semitas muito antigos». Veio, depois, a «vertigem quando descobríamos que alguns dos rituais referenciados no Médio Oriente no II milénio anterior à era actual, e que desapareceram dessas regiões, se encontram ainda hoje nas Beiras portuguesas, da mesma forma, na mesma quadra do ano e pelos mesmos motivos» (p. XIV). Por outro lado, e sabendo-se que, «no actual território português, a escrita utilizada antes do latim era a fenícia ou cananita», vem igualmente a demonstrar-se «que a língua falada antes do latim era também o hebraico, ou uma língua que tinha um vocabulário comum com o hebraico e tão próxima deste como hoje o português é do galego» (p. XV).

Em nove capítulos, enumera, descreve e analisa os tópicos-base da religião popular acima, *grosso modo*, do Tejo, tantas são as surtidas fora do modelo beirão. Começa por falar da relação dos povos português e semita com os lugares altos e atracção pelos mesmos. Especialmente, Moisés Espírito Santo interpreta o culto mariano ligado às rochas, às árvores e à água, vendo na simbólica desta os arquétipos maternais e uterinos, mas, também, um outro estrato, de fundo semita, «em que a água é um 'produto' do Pai, o sémen activo que fecunda o elemento passivo ou a matriz» (p. 12).

Inauguram-se parêntesis que podem significar uma investigação incompleta, quando o autor se pergunta se os judeus de Bragança ainda fazem «romagem nocturna ao rio Sabor para a festa do *Kipur* (ou Grande Perdão)» (p. 17). Não fazem.

Cada capítulo é seguido de aparato bibliográfico e vemos, logo na nota 2, o Abade de Baçal referenciado com o vol. XI das suas *Obras*. Como não consta da Bibliografia final – e assim alguns mais –, não tem sentido indicar aqui (p. 18) o número da página, já que não há ano de edição. Aliás, deveria estar, não *Obras*, mas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*.

O segundo capítulo, "A Senhora dos Mil Nomes", abre com «um traço indiscutível» do messianismo português, «herdado do messianis-

mo hebraico, mas com esta diferença: o Messianismo lusitano será um Messias feminino» (p. 21). Revertida questão há muito pendente, não deixa de criticar «A unissonância e a repetitividade do discurso aparicionista» (p. 21), paradigmatizado[5] numa «fria Senhora de Fátima» (p. 38). Afirma que «o culto de Maria foi assimilando os cultos hebraicos a partir do século VII, época em que começaram as primeiras perseguições do Estado godo contra os Judeus, expulsões e conversões compulsivas» (p. 46). O pentágono (emblema semita) e o hexágono (mais propriamente judaico) na traça de muitas capelas beirãs reforçaria essa influência[6]. Contraria, sem debater, o *Triângulo Místico Português. Fátima – Tomar – Ladeira* (Carvalho, 1980), onde «*aparecem* figuras e sinais de carácter mítico». Olhando ao simbolismo desta figura, conclui do vértice voltado para baixo, identificado com a Ladeira do Pinheiro, pelo que essa geometria «representa a feminilidade, a qual, no Cristianismo, é simbolizada pela Virgem» – culto da Virgem comum aos três pontos do triângulo.

O "Conceito Popular de Deus", vingativo, é também o dos fenícios. No subcapítulo sobre o Senhor dos Passos, é exagerado situar as festas só na Quaresma. Em Torre de Dona Chama, acontece no segundo domingo de Agosto. Novo pomo de reflexão, que pode levantar o geral desassossego: «A nostalgia do paraíso perdido, o regaço da mãe, isto é, a 'saudade' que reflecte a cultura portuguesa, é um sentimento naturalmente judaico.» (p. 72)

Também "O Culto do Divino" Espírito Santo «vem directa e intei-

[5] Em posfácio de 1969 à 2.ª ed. de *The Structure of Scientif Revolutions* (1970), Thomas S. Kuhn esclareceu os dois sentidos com que o vocábulo 'paradigma' surgia em 1962: «D'une part, il représente tout l'ensemble de croyances, de valeurs reconnues et de techniques qui sont communes aux membres d'un groupe donné. D'autre part, il dénote un élément isolé de cet ensemble: les solutions concrètes d'énigmes qui, employées comme modèles ou exemples, peuvent remplacer les règles explicites en tant que bases de solutions pour les énigmes qui subsistent dans la science normale.» (Kuhn, 2003: 238) O primeiro sentido, «sociológico», serviria à noção geral de 'cultura'. O caso de Maria é conjugação feliz dos dois sentidos.

[6] Na p. 32, corrija-se para Menino Jesus *da Cartolinha* de Miranda do Douro; na p. 36, melhor seria *O Comércio do Porto*. Na p. 71, é de trocar o nome do Marquês de Pombal para *Sebastião José*.

ramente de tradição hebraica» (p. 109). Agostinho da Silva (1984) di-lo nascido no pensamento de Joaquim de Flora, «o cisterciense abade calabrês, tendo-se transmitido à Península sobretudo por intermédio de Arnaldo de Vilanova, sediado em Barcelona, e passado a Portugal com a vinda de Isabel de Aragão, filha do Rei das Duas Sicílias, e seus franciscanos 'espirituais', aquando do casamento com D. Dinis. A primeira festa documentada celebrou-se em Alenquer, vila do dote da Rainha.»

Os amantes de touradas têm aqui (p. 140 ss) uma explicação para a taurolatria, vinda da Mesopotâmia. Gostávamos de acrescentar às pessoas da Trindade que o autor (p. 144) retira de Leite de Vasconcelos – nabo, nabiça e grelo – a sua paródia nordestina: pulga, percevejo e carrapato.

Do capítulo sexto, sobre as festas litúrgicas, isto: «A Ascensão que o povo português celebra não é a de Cristo ao céu mas a de Moisés do Sinai!» (p. 157)

Segue-se uma "Galeria dos Santos" e, na selecção dos nomes que se preservam, «uma boa trama de cultos pré-cristãos» (p. 163). Como «São Bartolomeu é uma versão popular de Poséidon» (p. 170), assim o autor está certo «de que a corrente messiânica chamada *sebastianismo* deriva, não da esperança do regresso do rei, que morreu no deserto africano, mas do culto português do Divino Mártir» (p. 179). A Rainha Santa Isabel – sobrinha-neta de Santa Isabel da Hungria, copiou desta os milagres – «é a reincarnação da figura da Santa Rainha Ester, concebida pela comunidade marrana de Coimbra durante a Renascença» (p. 194). Na p. 174, cremos ser *De Bello Gallico*, e à trindade popular José-Maria-Jesus (p. 183) apúnhamos a ordem que se pode ouvir em muitos lugares: Jesus-Maria-José.

Os dois últimos capítulos constituem a história dos deuses e cultos orientais, bem como a «prova arqueológica» ou obras cujas descobertas são confrontadas com as posições autorais, para reforçar «A identidade, que temos vindo a demonstrar, entre a religião popular portuguesa e as religiões semitas e do Médio Oriente» (p. 233). O busílis está aqui: após leitura tão sedutora, não sabemos até que ponto essa *identidade* justifica que se fale em *origens*.

Por outro lado, a segunda parte, «Ensaio sobre toponímia antiga», levanta centenas de nomes de sítios portugueses tidos por decalques de velhos nomes hebraicos. As hesitações aumentam, agora, sendo de recear que a fúria germanizante de Joseph Piel, aqui ironizada, contamine o novo fogo de Moisés Espírito Santo. Por mim, bragançano, assisto a interrogações e afirmações peremptórias sem grande justificação. Confio mais nos trabalhos daquele dedicados ao património visigodo da nossa língua e à toponímia da região[7]. Nem o vemos a confrontar os arabistas, dos mais conspícuos a um singelo Conde de Ficalho (1979)[8]. Rasura-se importante Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal* (1899), em que assentarão dois ensaios de Manuel Clemente, "O culto de Nossa Senhora: da fundação à restauração da nacionalidade" e "Maria na devoção dos Portugueses: uma devoção nacional?" ([2008] ^{2}2009: 35-62, 63-73)[9], que reforçam a proposta psicanalítica de A. J. Saraiva e, em parte, Bento Domingues, aqui, na síntese de Moisés de Lemos Martins (s. d. [1996]: 106]:

> A religião, isto é, o catolicismo na versão / visão oficial que dele apresenta a Igreja católica, é uma *dimensão objectiva* da nossa

[7] *V. g.*, Piel, 1940: 563-586, de que fiz recensão agora revista, com o mesmo título, em *Amigos de Bragança*, 7.ª série, n.º 5, Fevereiro de 1985: 21-24; e 1975: 529-546, que reproduzi naquele *Boletim...*, 6, Março de 1985: 16-30.

[8] Aludo a *Notas Históricas acerca de Serpa e O Elemento Árabe na Linguagem dos Pastores Alentejanos*, Lisboa, 1979. História da vila (até à passagem para Castela em 1250; antes, tomada por D. Afonso Henriques em 1166, é perdida para os califas almóadas cerca de 1180, regressando à Coroa com um reabilitado D. Sancho II, possivelmente em 1232) e pretexto para considerações gerais sobre os primórdios da Monarquia, incidindo quase exclusivamente em sucessos de além-Tejo, importa referir a liberdade de que gozavam as mulheres almorávidas, de cara descoberta e guerreiras. No século XIII, *grosso modo*, a população hispano-goda passa a integrar alguma nobreza síria, proprietários e influentes, a par de berberes e cristãos moçárabes mantenedores da língua e religião próprias. Estes, segundo Herculano (para quem «a islamização teria sido superficial»), tinham assegurado «a continuidade cultural entre a época romana e a Idade Média cristã. Teriam constituído como que o elemento permanente, preservador das instituições municipais, do direito romano e da língua e da mentalidade latinas.» (Mattoso, 2001: 15; revê «a importância do contributo moçárabe para a formação de uma cultura portuguesa» [28].)

[9] Exclusivamente para Quinhentos, veja-se P. Moreira das Neves, 1979.

> identidade. A religiosidade popular, expressa nos actos cognitivos e nas práticas individuais, nomeadamente a religiosidade vivida em Fátima, constitui a *expressão existencial* da nossa identidade.

Recenseemos Piel, 1940.

Integrados na grande vaga de povos bárbaros bruscamente lançados sobre o Ocidente romano, os visigodos dominam o sudoeste da Gália no primeiro quartel do século V, atravessando para a Península Hispânica no século VI (segundo alguns, em 414). Substituídos pelos francos na Gália, em 507, conservam-se na Hispânia até às infiltrações árabes (que alguns nem designam já por *invasão*).

Aqui, a fusão dos godos com os autóctones só resulta consumada com «a abolição, por Leovigildo, da lei que proibia o matrimónio entre godos e hispanos, e a conversão, em 586, de Recaredo ao catolicismo» (p. 565-566). Se, com aquele, é criada a primeira unidade peninsular[10], até 711, e, mais tarde, «um sentimento hispano-godo» (p. 566) continua a alimentar os fugitivos depois entregues à Reconquista, é reconhecido que, quer política, quer linguisticamente, a actual divisão, não só na Hispânia como na România em geral, muito pouco fica a dever aos godos, mas à Reconquista.

Recusando «a hipótese absurda [...] da influência dos suevos na formação da língua portuguesa» (p. 567), para ver a autonomia do galego-português como «o resultado da especial situação geográfica que ocupa, orientada sobre o mar» (p. 568), Piel faz remontar aos séculos V e VI as origens dos idiomas vulgares, pela fragmentação do Grande Império geográfico-linguístico sob a acção dos godos (e não só, acrescente-se), *regionalizando* o latim, doravante perspectivado numa evolução próxima da evolução dos supraditos idiomas. Duas conclusões: a interferência goda exerce-se 'por fora', seja, concorre para o sistema que não estruturará: «De modo algum influenciaram o sistema fonológico ou morfológico do latim falado na Península» (p. 567)[11]; existiria, no

[10] Meier (1943) especifica dois reinos independentes: o suevo, da Galiza às Astúrias ocidentais, e à Cantábria, do golfo de Biscaia às Astúrias orientais.

[11] Desde meados do séc. III, os godos entram em contacto com os romanos. Piel

Noroeste, em embrião, ao menos, o galego-português, indocumentado.

Passemos à distinção dos elementos visigodos do português, em duas categorias: nomes comuns e nomes próprios (na proporção de algumas unidades para milhares), dividindo estes em onomástico – com patronímicos e hipocorísticos – e toponímia. Seguindo Gamillscheg, em *Romania Germanica*, Piel inscreve a *bold*, naquela categoria:

> 1.º – vocábulos que já se encontram no latim medieval e existem ainda hoje (na forma nacional respectiva), nos idiomas da Península, da França e da Itália (bando – banda, brama – bramar, albergue – albergaria, elmo, trégua, guarda – guardião, manir, grapa, rapa – rapar, conrearia, arreio – arrear); 2.º – vocábulos comuns a todas as regiões primitivamente ocupadas pelos godos (aspa – – aspar, estala – estaleiro, espia, garbo, mofo – mofino, rico, roca, taco, a ufa – ufanar-se, espeto); 3.º – vocábulos que pertencem à Península e à França, ou à Península e à Itália (agasalhar, brotar, ceira, estaca, fato, sítio; grima, roupa, triscar); 4.º – vocábulos exclusivos do espanhol e do português, ou só desta última língua (fona, ganso, íngreme, aio – aia, enguiço – enguiçar, lasto – lastar, aleive – aleivoso – aleivosia, malado – maladia, escansão, espora, tascar, guarir – guarecer). (p. 571-574)

A maioria destas quase quatro dúzias de palavras (descontando as derivadas) releva, seja da terminologia militar e jurídica, seja da actividade rural e caseira.

---

diz que «o imperador lhes cedeu a província da Dácia» (p. 568); Lausberg (1974: 53) escreve que «os visigodos conquistaram a Dácia ao Império, iniciando deste modo o isolamento dos Balcãs, completado pelos eslavos nos séculos seguintes», passando, em 332, a federados, com o desaparecimento quase completo da sua língua, pois há somente cinco termos góticos nas Leges Visigothorum do séc. VII. Justificação para tal decadência: o exemplo dos nobres, servindo-se do latim, e o pequeno número de godos (20 mil?) residentes na península. É, todavia, a primeira língua germânica documentada, parcialmente estudável pelo vocabulário inserto na tradução fragmentária da Bíblia, do bispo Ulfilas (meados do séc. IV) e pelos elementos góticos do português e do espanhol. No apartado "El portugués, lengua románica peninsular", a *Gramática Portuguesa* de Pilar Vázquez Cuesta / Maria Albertina Mendes da Luz acentua as incertezas quanto à influência goda na fonética peninsular. No vocabulário, lista já de si diminuta reduz-se a dois *etc*., para os nomes comuns, sem referir a toponímia e antroponímia.

Os antroponímicos são «binários, compostos de dois elementos, segundo um uso comum ao indo-europeu» (Vasconcelos, 1928: 27): Bermudo: baire 'urso' + moths 'coragem' = 'coragem igual à de um urso'. Cada nome subentende uma significação rigorosa, condensando «as aspirações e esperanças com que os pais acompanham o nascimento de um filho» (p. 578). Alguns primeiros substantivos godos compondo nomes próprios: Od-: 'riqueza' (Odorigo); rod: 'glória' (Rodorigo); sej-: 'vitória' (Segemundo); teod-: povo (Teodorigo, Teodofredo); frad-: 'juízo' (Fradarigo); fred-: 'paz' (fredenando, Frederigo)... Segundo mitologia própria, animais símbolos de força ou beleza funcionam como empréstimos: em –ulfus, -ulfo (de lobo: wulfs; Fradiulfus), em ber-, baira- (de urso; Berosenda), em ar- (de água; Aragildo), em san-, sa- (de cisne; Sanamiro, Samonde). Certos 'prefixos' podem virar 'sufixos' (*Frede*-nando, Gonde-*fredo*), enquanto sufixos propriamente ditos entram em nomes às centenas: -gildo, -fredo, -gondo, -ario, -redo, -sindo, -mundo, -rigo, -ulfo.

As formas familiares, carinhosas, criam-se pela inclusão do sufixo diminutivo: -ila (para o masculino), -ilo (feminino), -ica (hoje, -eca: Maneca, Zeca, Toneca), -inus (latinização de –ins). Um só elemento do binarismo pode constituir hipocorístico (Berto: Bertamiro). É o mesmo que São / Conceição, Cipri / Cipriano, etc.

Os patronímicos formam-se do nome ou apelido do pai, a que se junta a sílaba –ci (de genitivo), desinência que em português dá –z: Ferdinandici, Rodriguici (de Fernando ou Fernão e Rodrigo). No nosso onomástico, o fluxo godo acentua-se até ao séc. XII, quando declina a favor dos nomes de santos. Se, antes, à saturação da onomástica latina respondia o exótico, talvez mágico, do nome estrangeiro, que os senhores adoptam, agora, percebe-se o poder crescente da Igreja como instituição nacional, ou o cristianismo como religião do Estado, embora nomes como *Pedro* viessem do séc. III.

Já a toponímia de origem visigoda funda-se «em nomes de indivíduos que fundaram, ocuparam ou herdaram as terras respectivas» (p. 581), longe, pois, da formação por nomes comuns, típico da toponímia de origem latina. Alguns elementos característicos: -eiro, -ar: Bal-

teiro, Baltar; -mar: Gondomar, Armamar; -mil: Samil, Guadramil; -riz: Esmoriz; -rei: Recarei; -sende, -sinde: Esposende, Gondesende, Resende, Ermesinde; -alde: Mangualde, Ramalde. Outras terminações: -freu, -frei, -gildo, -gido, -gil, -gonde, -gondo, -gunde, -eiro, -ade, -ilde, -ildo, -mir, -miro, -monde, -mondo, -mundo, -munde, -(n) ande, -(n) ando, -rem, -reu, -rigo, -sendo, -sindo, -aldo, -oi, -ufe, -ulfe, -ulfo. Algumas destas terminações podem ser elementos iniciais: Gondesende = Gonde-+-sende. Atente-se na geografia nortenha destas localidades. Enfim, «Não há nenhum nome de lugar que derive de uma palavra gótica que signifique 'monte, vale, campo, rio, moinho', etc., exceptuando *Bouro*, formado de uma palavra que significa 'casa', e *Sa*, que aparece em *Savedra*, de *sala vetera*, e deve também significar 'casa, habitação'» (p. 582-583).

O método de Moisés Espírito Santo é o seguinte: encontrar um nome – aqui, Carcavelos – a partir do qual se ergue uma «constelação local», ou seja: discutem-se os nomes de localidades à volta daquele nome-chave e conclui-se serem todos decalques de nomes hebraicos. Assim, dedica cinco pequenos capítulos a nomes de sítios transmontanos, cujo núcleo é Caravela ou Caravelas, como derivados de Carcavelos: 1) Selhariz (que corresponde a Caravela), Chaves; 2) Caravela (Vila Flor); 3) Caravelas (Aveleda-Baçal, Bragança); 4) Caravela (Bruçó, Vilarinho de Galegos, Castelo Branco); 5) Caravela (Caravelas, Mirandela). Justifica a formação linguística de dezenas de nomes de locais ao redor dos cinco nós, mas evitando, por enquanto, as inúmeras designações que são, por exemplo, atribuídas ao património visigodo. Certas explicações dir-se-iam convincentes: Babe sai do hebraico *bake*, 'porta'; mas que dizer do malabarismo *baçal* → *çabal* → *cebola*, e já perguntando Espírito Santo se teria vindo daqui a nossa cebola. Saiba-se, entretanto, que o Rio Sabor é homónimo de um rio do norte da Assíria, para onde foram deportados os judeus no século VI a. C.

Na terceira parte, historiam-se brevemente os civilizadores: fenícios e hebreus.

Ora, de tanta antiguidade, vai ficar tripla bíblico-greco-latina; e judaica, necessariamente.

1. Túbal e Luso fundam, segundo Fernão de Oliveira ([1536] 1975: 40), «A antiga nobreza e saber da nossa gente e terra de Espanha, cuja sempre melhor parte foi Portugal, [...]». A exemplo do avô Noé, fundador de cidades peninsulares, Túbal «fundou Gibraltar», além de Setúbal, como reiteram Fr. Bernardo de Brito (*Monarquia Lusitana*, I, 1), Gaspar Barreiros (*Chorographia*, 1651, fl. 63), Brás Garcia de Mascarenhas (*Viriato Trágico* [1699], canto I) e demais referidos no ensaio "Louvor e ilustração da Língua Portuguesa", à frente.

Quanto a Luso, «que também enobreceu esta terra», diz Oliveira (p. 40-41) que «não foi grego, mas de Portugal nascido e criado, filho de Liceleu», ou Baco (ver *Os Lusíadas*, I, 30: 2; I, 31: 5; I, 34: 4; I, 39: 3; I, 49: 5 e VI, 14, 20 = Lieu; I, 73: 2 = Grão Tebano; I, 82: 1; II, 10 = filho de duas mães; II, 12: 2 e VI, 6, 26 = Tioneu; II, 39: 2; III, 18; VI, 25; VIII, 3-4, 47-50; IX, 91[12]), do qual rei Luso «se chamou a terra em que vivemos Lusitânia, a qual depois chamaram Turdugal, não do porto de Gaia, como quer Duarte Galvão na *História de El-Rei D. Afonso Henriques*, mas dos Túrdulos e Galos, duas nações de homens que vieram morar em esta terra, segundo conta Estrabão no terceiro livro da sua *Geografia*». Esta tese não vingou, antes permanece a de *Portus Cale* = *Portucale* resumida em Camões (VI, 52: 1-3): «Lá na leal cidade, donde teve / Origem (como é fama) o nome eterno / De Portugal, [...].» Duarte Nunes de Leão, na póstuma *Descrição do Reino de Portugal* (1610), deriva Lusitânia de Luso,

> cõpanheiro de Bacho, a que por outro nome chamão Lysia de que também a dita prouincia se dizia Lysitania. Dahi a muitos centos de anos veo a Lusitania chamarse Portugal por esta causa. Na ribeira do rio Douro ha um lugar antiquissimo que o Emperador Antonino em seu itinerario chama cale, & agora se chama Gaia. O qual por seu lugar firmado em alto, & que tinha trabalhosa seruentia para os moradores que erão os mais delles pescadores, começarão a povoalo na parte baxa perto á ribeira do rio. E assi foi crescendo, & se chamou Porto de Cale, & despois Porto Cale, & per tempo Portugal mudando o C. em G. [...]. (p. 11v-12r)

[12] Acrescente-se Nóbrega, 2008: 119-134.

Somos, assim, «gente / De Luso» (*Os Lusíadas*, I, 24: 4; I, 39: 4; II, 17: 6; II, 103: 6; III, 95: 8), *o* Luso (II, 48: 2; III, 51: 7), eventualmente «Luso horrendo» (II, 48: 8), «geração de Luso» (VII, 2: 1). A origem do nome Lusitânia[13] e a filiação no Tebano demora-se em III, 21 e VIII, 2: 7-8, 3: 1-8 e 4: 1-4, com o acrescento de que Luso está sepultado nesta *sua* terra.

O «sábio Grego» (*Os Lusíadas*, I, 3: 1) ou «facundo Ulisses» (II, 45: 1), «O perdido Ítaco» (II, 82: 1) fundador de Lisboa[14] e pai dos Ulisseus (III, 57, 58), tem mais larga menção em VIII, 4: 5-8, 5: 1-4. É, todavia, representação *do* mito na *Mensagem* pessoana: «O mito é o nada que é tudo.» A sintaxe e entendimento das três quintilhas de "Ulisses" são subtis.

A vida, somente «metade de nada», *morre*, aqui em baixo; o mito, um nada completo, «é tudo», na existência transfiguradora que damos ao inexistente *necessário*, o qual nos cria, fecundando realidade, *falando-a*, acima da mesmidade – o «*mesmo* sol» (grifamos *mesmo*, para que se sinta a diferença, a novidade) – e da mudez do corpo divino morto.

2. Sejamos, ou não[15], filhos de Viriato [180 a. C.-139 a. C.] e Sertório [126 a. C.-72 a. C.], o mito impôs aquele, defensor da Lusitânia, entre a cava de Viseu (outros dizem Cava da Beira, entre Belmonte e Fundão), recolhido no seu escudo sobre pedra informe, e a afoiteza de estátua em Zamora[16], onde se epigrafa *Terror Romanorum*, Terror dos

[13] *Lusitania* – Portugal e *Lusitanus* – Português tiveram este primeiro sentido em discurso de D. Garcia de Meneses ao papa Sisto IV. *Cf.* Couto, 2004: 463.

[14] *Olisiponem* está em Plínio, *Nat.* 4. 116, e Varrão, *R.* 2. 1. Entre várias explicações da sua origem, ver síntese de Fernandes, 1985: 139-161.

[15] Herculano nega essa continuidade entre lusitanos e portugueses, debate prosseguido em Oliveira Martins, Adolfo Coelho, Martins Sarmento, José Leite de Vasconcelos, António Sérgio. De título de jornal e ópera aos pró-franquistas na guerra civil espanhola, Os Viriatos, trata-se de imagem impositiva.

[16] Bronze de Eduardo Barrón Gonzalez, 1883, inaugurada em 1904, deslocada da praça central em 1971. Além de figuração no escudo de Zamora, o tecto do salão da Diputación mostra pintura de Viriato, de Ramón Padró y Pedret, 1882. No Museo del Prado, temos *A Morte de Viriato*, de José de Medrazo, 1807. É funda a presença do herói no imaginário popular em Zamora, Sayago, etc.

Romanos: «É tanta a nobreza de nossa terra e gente, que só ela com seu capitão Viriato pôde lançar os romanos da Espanha e segui-los até à sua Itália.» (Oliveira, p. 41) Seria o primeiro exemplo de *Cruzada*, vocábulo cujo alcance reduzimos, porém, e revestimos de *fé*. A. J. Saraiva (1994: 114) alarga o sentido a «missão providencial»: «O mito dos Lusitanos e o de Viriato como precursores de Portugal e o de Ulisses como fundador de Lisboa são contribuições do saber humanista que se subordinam à ideia central da missão providencial dos Portugueses.» Ainda:

> O primeiro grande mito colectivo português, que aliás é um mito de toda a Espanha, foi o da Cruzada, fixada eloquentemente por Camões no poema nacional dos Portugueses. Portugal era o paladino da fé católica, e a expansão mundial da Fé era a sua vocação própria, a razão de ser da sua história. Em relação especial com Deus, que o favoreceu desde o nascimento, Portugal realizava um plano divino que culminaria na conversão do mundo inteiro. (p. 112-113)

Absorvendo o próprio Quinto Império, a ideia cruzadística teria vigorado até A. Herculano (p. 115). Para quê, nesse caso, intervalar outros mitos? Como se concilia com as guerras santas medievais, com Ceuta ou D. Sebastião, onde estava em causa *também* a fé, e com a dupla Ulisses e Viriato (não outros?), quando, no máximo, a mentalidade quinhentista lhes atribuía um gesto parcialmente fundador ou defensivo, *maxime*, autonómico? Já fé e missão providencial no literário Ulisses e no pagão Viriato? Onde tal afirmam os primeiros doutrinadores? Ainda se fossem Noé e Túbal…

Camões etimologiza *Viriato* de *vir*, varão, para melhor o individualizar na «fama antiga» já lembrada em I, 26: 1-4 [1]: "Desta o Pastor nasceu que no seu nome / Se vê que de homem forte os feitos teve, / Cuja fama ninguém virá que dome, / Pois a grande de Roma não se atreve." (III, 22: 1-5) Dedica a Viriato duas meias oitavas e uma inteira (VIII, 5: 5-8; 6; 7: 1-4), «Vencedor *invencibil*, afamado», que só «com manha vergonhosa / A vida lhe tiraram» os Romanos, qual é, na sucessão, o «peregrino» (I, 26: 5-8 [7]) e «Degradado» Sertório, alçando-se «contra

a pátria irosa» (VIII, 7: 5-8; 8). Vejamos dois casos na prosa[17], cujo enquadramento, porém, requer Guerra e Fabião (1992: 9-23), Machado (2010) e tantos outros, entre romanos e espanhóis[18].

A "narrativa epo-histórica" *Viriato* (1904), de Teófilo Braga, visa caracterizar a 'alma portuguesa' «desde as incursões dos Celtas e lutas contra a conquista dos Romanos até à resistência diante das invasões da orgia militar napoleónica», nos seguintes termos:

> A *tenacidade* e indomável coragem diante das maiores calamidades, com a fácil *adaptação* a todos os meios cósmicos, pondo em evidência o seu génio e acção colonizadora;
> Uma profunda *sentimentalidade*, obedecendo aos impulsos que a levam às *aventuras heróicas*, e à idealização efectiva, em que o *Amor* é sempre um caso de vida ou de morte;
> *Capacidade especulativa* pronta para a percepção de todas as doutrinas científicas e filosóficas, [...];
> Um génio *estético*, sintetizando o ideal moderno da Civilização Ocidental, como em Camões, reconhecido por Alexandre de Humboldt como o *Homero das línguas vivas*.
> [...] a ALMA PORTUGUESA achou no seu Poema a incarnação completa. (2008: 5)

A reconstituição poética de um Viriato pouco historiado move Teófilo, lido em Garrett[19], ao modelo do *resistente*, em eras de agonia final

[17] Assinale-se da "Conclusão" de Moniz (2008: 247-265) sobre *Viriato Trágico*, de Brás Garcia de Mascarenhas: «Incentivo pedagógico aos seus contemporâneos, tal poema transcende, no entanto, a sua época, para se inscrever na matriz identitária das nações hispânicas, designadamente da Lusitânia, cujo território abrange hoje a quase totalidade de Portugal.

Herói épico e trágico, Viriato, tal como é configurado neste poema, brilha novamente hoje como um estóico *exemplum* do *integer uir*, do dedicado cidadão que consagra toda a sua vida ao serviço da comunidade que ama e é, por isso, apontado como padrão ilustrativo das maiores virtudes, como a *fides*, a *paupertas*, a *libertas*, a *grauitas*, a *concordia*, a *clementia*, a *liberalitas*, a *auctoritas*, a *gloria*.» (p. 264)

Actualização bibliográfica respeitante a Viriato, antecedendo edição do poema épico setecentista, está em Curado, ed., 2014: 192.

[18] Balanço de fontes, mitos, lendas, mapas, ilustrações, bibliografia, em Pastor Muñoz, 2004.

[19] "A caverna de Viriatho" (1824; *Lírica de João Mínimo*, 1829; reposta em *Flores*

da monarquia: «as terríveis desgraças que nos têm acompanhado desde a romanização da península até à subserviência inglesa, como acostumados ao mal, não nos têm alquebrado»; e assume o *exotismo* como partícipe de uma «fase estética construtiva» (p. 7). Excesso de folclorismo, minudências históricas e largos vocábulos arrevesados prejudicam a fluência.

O pastor, moço de «estatura meã e magra», bem-falante e sensato, apresenta-se como *Ouriato* (cap. VIII, p. 26), recusando tréguas de submissão a Roma e animando à riposta, embebida em astúcia de quem conhece bem o chão que pisa, desde as alturas dos Montes Hermínios. Por contaminação de outro *Viriato*, lusitano que acompanhara Aníbal, há-de caber-lhe este nome no acto da aclamação: «[...] dizem que morrera na batalha de Canas; mas o seu ódio não morreu, é redivivo. E porventura não será Viriato o que agora reaparece na figura do maioral da mesta, do valente Ouriato? Como ele, é um salvador que ressurge, um vingador da liberdade da Lusitânia?» (p. 27-28) Depressa o caudilho conquista a região entre Tagus e Anas. Num repouso em Toletum, o «príncipe da Lusitânia» (p. 38) é dignificado pelo sábio Idevor com um colar de ouro, ou *víria* (no cap. XVI, temos "A canção da víria"), com que se justifica definitivamente o nome. Sucedem correrias e vitórias:

> A *Guerra dos ladrões*, como chamavam em Roma à luta heróica de um povo defendendo o seu território, os seus lares, a própria existência, prolongava-se com desastres sucessivos para as armas sempre ufanas dos quirites. Os bárbaros do Ocidente eram exemplo de dignidade cívica e de altura moral para o povo-rei que se arrogava à supremacia da civilização. (p. 72)

O procônsul Caio Lélio retratou a Lusitânia junto do senado como a «mais poderosa das nações hispânicas», cuja força não vem «do número dos seus habitantes, mas da sua resistência devida a um temperamento tenaz e incansável, a uma dignidade individual que antes prefere a morte a qualquer aparência de escravidão» (p. 73). A espada romana de pouco

sem Fruto), suscitou tradução francesa em prosa (1841). Dois versos: «Patria!... não temos patria... / Oh! Não ha para nós tam doce nome.» (Garrett, 1971: 276).

serve contra a espada *Portus-Gaizus*, quando um chefe é invencível; explica (num devaneio sebástico teofiliano) e dá solução:

> Corria por aqui entre as tribos da Lusónia que apareceria um guerreiro montado em um *cavalo branco*, e que ele conseguiria repelir o estrangeiro invasor; todos hoje consideram Viriato como a realização dessa velha profecia, [...]. Morto este chefe, dissolver-se-á a Lusitânia; porque esse profundo sentimento de raça e de pátria que anima as tribos lusas carece de uma representação que as identifique. (p. 74)

Teófilo fazia a sua propaganda intra-republicana... E chega a vez de Lísia – nome não de acaso, pois sugere Lusíadas[20] –, «a filha do velho endre» Idevor (p. 78), que fascina Viriato. Entre um tratado de paz enfim aceite por Roma vergada a década de derrotas e o casamento celebrado pela Lusitânia e Celtibéria na Cava de Viriato, já, porém, a traição entrava de roer os próximos, que perdiam favores de exército licenciado... A meio da festa noival, sabe-se que o tratado de Serviliano foi quebrado, pois o irmão procônsul Quinto Servílio Cépio avança com tropas. Mas o sétimo comandante tem outra estratégia: convencer três renegados a apunhá-lo durante o sono – o que cumpre o maior amigo, Minouro.

Também exótico em nomes (e nem todos comparecem nas "Notas" finais), prosa frouxa, diálogos à moderna, uso inesperado de «camarada», uso excessivo de «porém», *A Voz dos Deuses. Memórias de Um Companheiro de Armas de Viriato* (1984)[21], de João Aguiar, dá-nos o filho de Comínio no final do cap. VI, descrito na segunda de três partes

[20] *Cf.* Lysia, ou Lísia = Portugal, passando pelos árcades, em uso até ao séc. XIX; filho ou companheiro de Baco, Lísia fez derivar, ainda, *Elísia* e *Lisitania*. O «ductor Lysiadum», 'guia dos Lusíadas', diz-se de D. Sebastião, ainda por nascer (antes de 20-I-1554), em Inácio de Morais, "Ad nascentem prolem serenissimae Ioannae / Para o filho da sereníssima Joana que vai nascer". Para outros genitivos, e não só, ver Couto, 2004: 432. Mais recente balanço do vocábulo *Lusíadas* em Sebastião Tavares de Pinho, "O poema *Consecratio* de Jorge Coelho e a origem da palavra «Lusíadas»", *Decalogia Camoniana*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2007: 7-35.

[21] Seguimos [12]S. d., que assume reimpressão de 1985, quando a 11.ª ed. é dita de 1989. Aguiar regressa a esta época, sem Viriato, em *Uma Deusa na Bruma* (2003).

pelo jovem narrador Tongio, aos 15 anos – como encerra a história aos 25 anos, não se percebe a acção entre 84 e 79 a. C., quando Sertório recebe *este* livro, escrito «na língua do invasor» (p. 280) –, com vírias de bronze cingindo-lhe os braços e «três grandes plumas vermelhas que enfeitavam o seu capacete» (p. 107). Transformam-se, na aclamação, em vírias de ouro, «símbolo do comando supremo» (p. 147), das quais tirava o nome. Mulher de Viriato (cujo defeito era demorar-se a decidir) é, aqui, Tangina, filha de um útil Astolpas.

Tongio reconhece-o herói, não deus, e releva «verdadeiros prodígios de estratégia, diplomacia e eloquência» (p. 198). O trio tredo passa de Ditálcon, Andaca, Minouro a Ditalco, Audax, Minuro: seria preferível Dictaleão, Aulaces, Minuro, os quais emissários (não companheiros de armas), acreditando Servílio Cipião, quando buscam prémio, são executados e publicamente expostos com os dizeres: «Roma traditoribus non praemiat (Roma não paga a traidores)»; o fidelíssimo Tântalo vira Táutalo; em vez de peito sangrado, temos decapitação (147-139 a. C.).

Ocupando André de Resende, Aires Barbosa, Pedro Margalho, Damião de Góis, etc., veio desaguar em Miguel Torga, que faz de Viriato um herói dos *Poemas Ibéricos* (1965): «O meu nome de ibero é Viriato» – sem o alcance de Pessoa. Após Ulisses, o "Viriato" da *Mensagem* é assunção da «raça» em tonalidades crísticas: há reencarnação, ressurreição, um Portugal que dele tira «instinto» e se forma (a gradação desce de nação a povo e herói interpelado) – dele, ou daquele «de que eras a haste», seja, Cristo. Impõe-se, assim, «antemanhã, confuso nada» (a clarear) de providencialismo também pessoano; e a necessidade de justificar quem nos *cria* memória.

Sertório é mais historiável e menos literário: ver *Os Lusíadas*, I, 26: 3; VIII: 5: 5-8 e seguintes, até 8: 8, citando nome. Um inesperado Janus Pannonius (1434-1472; 1987: 336), bispo húngaro, lembra-o nos versos 63-64 de uma bela elegia à morte da mãe Bárbara, "Threnos de morte Barbarae matris":

> Fugerat Hesperium Sertorius exul in orbem,
> Plurima sed profugo cura parentis erat.

> [Quando, perseguido, Sertório se refugiu na Hespéria,
> Só com os pais se preocupava no exílio.]

Pierre Corneille dedicou-lhe uma peça, *Sertorius* (1662), acrescentando duas mulheres da sua imaginação, a segunda das quais, Viriate, «reine de Lusitanie, à présent Portugal», tem esta justificação, no introdutório "Au lecteur":

> L'autre femme est une pure idée de mon esprit mais qui ne laisse pas d'avoir aussi quelque fondement dans l'histoire. Elle nous apprend que les Lusitaniens appelèrent Sertorius d'Afrique, pour être leur chef contre le parti de Sylla; mais elle ne nous dit point s'ils étaient en République, ou sous une monarchie. Il n'y a donc rien qui répugne à leur donner une reine, et je ne la pouvais faire sortir d'un sang plus considérable, que celui de Viriatus dont je lui fais porter le nom, le plus grand homme que l'Espagne ait opposé aux Romains, et le dernier qui leur a fait tête dans ces provinces avant Sertorius. Il n'était pas roi en effet, mais il en avait toute l'autorité, et les princes et consuls que Rome envoya pour le combattre, et qu'il défit souvent, l'estimèrent assez pour faire des traités de paix avec lui, comme avec un souverain et juste ennemi. Sa mort arriva soixante et huit ans avant celle que je traite; de sorte qu'il aurait pu être aïeul ou bisaïeul de cette reine que je fais parler ici.

3. Na indefinição das origens – «Na antemanhã, confuso nada.» ("Viriato") –, «Todo começo é involuntário» ("O Conde D. Henrique"). O *fiat* genesíaco retorna neste herói «inconsciente», que ergue a espada[22], «e fez-se». Assim, como quem não quer a coisa. O conde (1066--1112), alegado príncipe húngaro (*Os Lusíadas*, III, 25, 28; VIII, 9), fizera, antes, filhos em D. Teresa (1080-1130), ilegítima de Afonso VI, que aquele ajudara na conquista do reino galego. Nascidos entre 1094 e 1109 ou 1110, somente o último filho sobreviveu, para missão providencial: nele, até 1185, a espada adquire um sentido, ou «A bênção como

[22] A pergunta-indecisão de D. Henrique – «Que farei eu com esta espada?» – é título de filme de João César Monteiro, 1975.

espada, / A espada como bênção» ("D. Afonso Henriques"). Espada e cruz dão cruzadismo, que (contra A. J. Saraiva) só a partir daqui se justifica. Quem se *faz* cavaleiro, em vigília doravante «nossa» é «Pai», primeiro; e seus rostos, por mais *humanos* aqui e ali[23], não obnubilam o de herói; faltava o *milagre*, para caucionar o futuro: é isso Ourique (25-VII-1139).

Começando, todavia, por São Mamede (24-VI-1128), conviria *reconciliar* em grandeza mãe e filho, como fazem A. Herculano, n'*O Bobo* e no tomo I da *História de Portugal*, e "D. Tareja" pessoana[24], tida por «mãe de reis e avó de impérios», para logo ser anjo protector («Vela por nós!») e «seio augusto» de um agora necessário rei-Fundador. A segunda quadra insiste em filho «que, imprevisto, Deus fadou», cedo interlocutores em batalha-chave.

Camões é claro, no longo discurso de treze oitavas dedicadas a Ourique (III, 42-54): face a cem sarracenos, um cavaleiro só confiava «no sumo Deus que o Céu regia» (III, 43: 2). Subitamente, «na Cruz o Filho de Maria, / Amostrando-se a Afonso, o animava» (III, 45: 3-4), o qual faz do Senhor grito e estandarte, senha e companheiro contra os Infiéis (7-8). Nesse ínterim, Afonso é levantado por «Rei natural» (46: 3): «Desbaratado e roto o Mauro Hispano, / Três dias o grão Rei no campo fica. / Aqui pinta no branco escudo ufano, / Que agora esta vitória certifica, / Cinco escudos azuis esclarecidos, / Em sinal destes cinco Reis vencidos. // E nestes cinco escudos pinta os trinta / Dinheiros por que Deus fora vendido, / Escrevendo a memória, em vária tinta, / D'Aquele de Quem foi favorecido. / Em cada um dos cinco, cinco pinta, / Porque *assi* fica o número *comprido*, / Contando duas vezes o do meio, / Dos cinco azuis que em cruz pintando veio.» (III, 53: 3-8; 54) Eis a descri-

[23] *Cf.* Mattoso, 1992: 25-42; Nascimento, s. d. Camões observa que o príncipe soberbo não vê «o muito que erra / Contra Deus, contra o maternal amor;», subsistindo razão superior, que a deita a perder, e justifica rebelião filial contra a «*inica* [iníqua] mãe» (III, 33: 2): «Mas nela o sensual era maior.» (III, 31: 6-8)

[24] O mesmo Camões, ao falar de mãe que deserda filho, resguarda-se no «velho rumor (não sei se errado, / Que em tanta antiguidade não há certeza)» (III, 29: 1-2). E, se desculpa este pela sensualidade daquela, já não o apoia ao fazê-la prisioneira, «Tanta veneração aos pais se deve!» (III, 33: 8).

ção *da* bandeira; narrativa mais pormenorizada contém-se na *Crónica de Portugal de 1419*[25].

Somos hispanos, dizia Garrett de quem vive na Península, cujo elogio se espraia em Natália Correia (1988). Em estilo largo, ora tribunício, ora tributário do seu fôlego poético, a ensaísta coloca-se a deslado da via «atlantista» e, perante duas realidades que ora nos tocam – «a do País reduzido à dimensão territorial da partida e a de uma lusofonia pluricontinente implantada» –, considera ser tempo de Portugal «repensar a sua cultura já não só como reforço da identidade nacional mas também como condição mesma da salvaguarda dos elos com as nações que falam a nossa língua».

Reivindicando a «grande actualidade» dos estudos de Orlando Ribeiro «sobre as variantes geográficas que nos foram culturalmente determinantes», a autora envereda pela explicitação dos três *ingredientes* ou *dimensões* da cultura portuguesa, que, enquanto apontam «para uma comunidade cultural ibero-afro-americana», acautelam eventual ameaça da vertente atlântica. São esses elementos a interioridade, «que se manifesta no ruralismo das "cantigas de amigo"»; a formante mediterrânica e a sua «mística amorosa do provençalismo»; enfim, a maritimidade, que se exalta n'*Os Lusíadas*, na *Peregrinação*, na *História Trágico-Marítima*, entre outros. Tais aspectos, na ante e pós-independência do território portucalense[26], serão vistos à luz dos principais *incidentes* – da história de Inês como esforço de recriação do ovo originário galaico-português à eterna separação de *saudade* e *soledad*, nascidas embora do mesmo étimo – que convergem no inevitável património comum de ibericidade.

[25] Ver Saraiva, 1988: 163-166, e Cintra, 1989: 64-78. Precede texto de 1416, em latim. Para inspiração dos escudetes ou 'cinco quinas' no escudo de Afonso Henriques, *cf.* Mattoso, 2001: 170-183.

[26] Pudéramos dizer 'portugalense', como em doação do ano 907 nos *Port. Mon. Hist.*, Dipl. et Chart., vol. I, p. 9, n.º XIV, logo depois da conquista aos mouros, em 868, da *terra portucalense*, entre Douro e Minho, pelo conde Vimara Peres.

Predominam as asserções e fundamentos literários no jogo das provas, que não se querem exaustivas. Mas a entrada, acaso obscura para o leitor (que se apostrofa) pouco avisado, é um arrebatado discurso histórico-poético sobre as «vagas imigratórias que vasaram [*sic*] na Península». Nota agradecida para os árabes – como, no final, a nossa queda messiânica trará os semitas à colação –, romanos, celta e iberos. Cumpre-se o balanço das várias teses sobre a formação da nacionalidade, tudo em águas de interrogação, após voos mais altos às propostas geográfica, antropológica (ou étnica) e linguística, todas insuficientes[27]. No prolongamento, o sobrevivo Portugal independente no seio da Espanha das Espanhas (*versus* Espanha absoluta) continua a recolher – daí advindo a sua especificidade ou geminação da diferença – «os efeitos de uma causalidade ibérica». Assim os Descobrimentos, por exemplo.

Os capítulos seguintes discriminam os principais incidentes de História que, na realidade, vem tendo dois autores. O caso da Galiza é uma sucessão de quadros amorosos e paixões violentas. Dona Teresa, Inês de Castro, Mécia Haro, Isabel de Portugal, entre outras, são, com os seus homens, agentes de uma narrativa de sobressaltos que continua a opornos uns aos outros. O culto do touro, a reunião que se perfaz no Romanceiro, o facto de duas pátrias se altearem quando o bilinguismo era norma (pelo menos quinhentos autores portugueses redigiam em castelhano), o verso e anverso da boa moeda que se figura no *Quixote* e n'*Os Lusíadas* – eis o mínimo, assente em grandes espíritos, que se julgará suficiente para nos darmos melhores. Todavia, sequer em núpcias sempre adiadas podemos falar de amor. Delas faz Natália Correia o necessário e oportuno epitalâmio.

Direi, agora, de mim.

Educado num nacionalismo que vinha de meados de Oitocentos – ao parecer, 'nacionalismo' é vocábulo criado por Balzac, em 1847 –, quis-me sempre um independentista, fosse contra assomos político-linguísticos, humilhantes, da Castela seiscentista, fosse contra modas e fri-

[27] Entre vários esquecimentos, o de Sánchez-Albornoz, 1957.

volidades galiciparlantes de Setecentos ou a pressão económica inglesa desde as invasões francesas. O Estado português não se discutia; ainda que numa união, hoje, ou futura federação, alicerça-se em categorias bastantes para, doravante, se afirmar senhor de si. Filho da Inquisição e da censura do pensamento, que o Estado Novo recuperou – mas culpá-lo exclusivamente das malfeitorias dos vivos de hoje é excessivo –, nunca aceitei fôrmas ou moldes, nem, com o 25 de Abril, encarneirei; não vou por consensos fáceis, e ter opinião é não ter medo.

Abro Manuel Clemente, "Relação entre os Portugueses e Portugal" ([2]2009: 9-17 [9]), e um parágrafo em contra-corrente: «É habitual insistir-se na nossa infinita capacidade de adaptação, seja aonde for. Pergunto-me se não se trata antes do contrário. Se não devíamos falar até da impossibilidade de deixarmos de ser quem somos, tal a densidade interior que acumulámos.» As duas visões não são incompatíveis. Quanto a impossíveis, há núcleos crescentes de desagregação, e uma perda lenta dessa 'densidade interior' que Eduardo Lourenço designou como hiper-identidade. O artigo "Clericalismo e anticlericalismo na cultura portuguesa" (p. 21-33) é mais útil, e também esquivo.

Desde o século XVIII, sucederam-se o anti-romanismo, o antijesuitismo e, por alargamento deste, o anticongregacionismo de Oitocentos. Se a expulsão das ordens religiosas não mereceu aplauso geral dos liberais, pior foi a reacção ultramontana à carta dirigida por Alexandre Herculano ao cardeal-patriarca de Lisboa, intitulada *Eu e o Clero* (1850), com invectivas ao Historiador na própria igreja que ele frequentava, sem já falar na campanha do diário *A Nação*. Herculano negara (1846) a aparição do Crucificado, não do seu influxo, a D. Afonso Henriques antes da batalha de Ourique; e tomava a Igreja (catolicismo) como distinta do Evangelho (cristianismo), deste provindo a liberdade (e o tema da caridade), qual «filha primogénita».

A renovada colagem entre Clericalismo ou Catolicismo e Monarquia – «Confusão que aumentou quando as organizações católicas se misturaram com o partido Nacionalista de Jacinto Cândido (1903)» (p. 30) – justificaria perseguições, não raro atrabiliárias, da emergente República.

Já não só colagem, mas interpretação insensata, está nas palavras de outro antecessor de D. Manuel Clemente, o cardeal Cerejeira – sobre quem não se debruça –, ao convidar António de Oliveira Salazar para estar em Fátima no 13 de Maio de 1946. Transcrevo Franco Nogueira (1980: 49): «Foste tu o escolhido pela Providência para realizares tão grandes coisas quase miraculosamente. [...] E o milagre de Fátima está à vista. Tu estás ligado a ele: estavas no pensamento de Deus quando a Virgem SS.^{ma} preparava a nossa salvação.» O Providencialismo das origens nacionais transferia-se para um indivíduo.

Os católicos têm de perceber que as nossas primeiras guerras não foram só contra o Mouro ou Islão, logo, político-religiosas. Não é verdade que se lutou contra Leão e Castela, tão cristãos quanto nós? Assim, intervindo na política, como cristãos, e dos políticos exigindo equanimidade, será de evitar colagens ou dar lugar a confusões – como aplaudir, no interior de um templo, sob os vitrais de Santa Maria de Belém, um Presidente da República e um primeiro-ministro [7 de Julho de 2013].

A contingência histórico-geográfica fez-me admirar Espanha. Semita, sim – de judeus entre nós desde o século VI e árabes no século VIII, com diversidade territorial e coexistência pacífica, tão semitas como os primeiros fenícios, africanos, cartagineses –, mas também celta e ibera, romana e visigoda. Não por ser português, mas enquanto ser de fronteira, cujas opções não significam hesitação. Dava-se um passo e tudo mudava, da postura e cabeça dos guardas-fiscais à cultivada aspereza de solos e cor de tijolo. Eu entrevia desígnios pensados contra desmazelo e negligência. Era a virilidade dos gestos grandes, que, nem por serem pobres, se acomodam. Intuía-se uma perdida aristocracia, mais em acto do que em evocação. Saudade não era com eles. Será, em nós, pura herança árabe, quando Espanha também os teve, aí, porém, com árabes perseguindo cristãos e judeus? «O nosso fatalismo tem uma marca árabe, perpetuada pelos sentimentos de nostalgia e de saudade», defendeu Baquero Moreno, para quem «o nosso espírito de acção e de iniciativa e um certo arrojo, que tem a ver com a nossa presença nos Descobrimentos, teria em linha de conta o factor hebraico». Mas, claro, «é muito difícil fazer a demonstração», como provar que

«momentos de euforia que alternam com atitudes depressivas» venham do molde judaico-muçulmano. Já Adalberto Alves, contra a «tendência auto-segregacionista» judaica – «Enquistam-se sempre e são uma sociedade fechada.» –, «vai ao ponto de afirmar que a impregnação do árabe é a causa directa das "nossas regras de convívio, da tradição de tolerância, do ecumenismo dos portugueses que nos levou à descoberta do mundo"» (Câmara Leme; Ferreira, 1991). Acontece que, em finais do século XVI, judeus eram um décimo da população, tidos por activos; a de árabes – na sua proverbial indolência, no seu «desmazelo, que é uma característica essencial do português»[28] – seria residual...

Quando se nos oferece um entranhamento comunitário, menos de clausura que de assunção estratégica, compreendo a diligência, com fúrias regionais e antagonismos persistentes; no pior dos casos, aceito a sobriedade dos forçados, que, em não raros momentos, desperdiçaram riqueza, sem olhar ao amanhã. Tem disso muita alegria, demasiado ruído, por vezes, em demonstrações de jeito árabe, que também nos marcou. Será um viver a tempo inteiro, sem os receios lusitanos (que, só de os pensar, nos roubam horas), talvez porque, no fim de tudo, está a mão direita de Deus. Extrema-se a experiência castelhana no agonismo literário, pictórico, político. Nós, pelo contrário, esquecemo-nos de Deus, dos paroxismos da morte e mesmo da honra, que eles enfatizam (fingida, em dias de falsos ouropéis). Mas a ênfase tem menos de

[28] "António José Saraiva / Eu sou israelita", entrevista de Carlos Câmara Leme (*Público* – Fim de Semana, 1-II-1991): «Repare, os judeus foram expulsos no fim do século XV – corresponde exactamente ao fim dos Descobrimentos.» Veio, depois, o deixa-correr árabe: «Portugal, aliás, tem duas partes muito definidas. Uma é o Norte, de influência judaica, em que existe uma grande capacidade de trabalho e até uma certa capacidade de juntar riqueza; no Sul, o Alentejo, onde os homens ainda hoje se sentam no chão para conversar, e o Algarve, onde até a língua é diferente – o "pêxe"... Há, portanto, um Portugal árabe e um Portugal que não sabemos se é judeu ou ariano.» Ocorre F. da Cunha Leão (1971): «Não sentimos o *time is money* dos anglo-saxões. [...] os estrangeiros impressionam-se com a lentidão do nosso ritmo de vida.» Razão forte para sermos, cada vez mais, um chão de estrangeiros... reformados.

Caberia aqui E. Lourenço ([7]2010: 24-25), vendo, em fundo, projectada contra a imagem irreal que de nós temos, aquela análoga duplicação de «fanfarronice e humildade, de imprevidência moura e confiança sebastianista, de "inconsciência alegre" e negro presságio».

pobre que de útil. E saúdo-os no milagre de Séneca, que também foi rico.

Com tanta dissemelhança nesta *jangada de pedra*, ainda seremos *todos* hispanos?

Bibliografia

Omitem-se referências no texto ou em nota com informação suficiente.

Aguiar, João. ^{12}S. d. *A Voz dos Deuses* [1984]. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

Alves, Francisco Manuel [Abade de Baçal]. 2000. *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo I. Bragança: Câmara Municipal / Museu do Abade de Baçal.

Braga, Teófilo. 2008. *Viriato* [1904]. Matosinhos: Quidnovi.

Boyers, Robert, org. 2010. *George Steiner em The New Yorker*. Lisboa: Gradiva.

Câmara Leme, Carlos; Ferreira, Ana Gomes. 1991. "De judeus e árabes todos temos um pouco". *In*: *Público* – Fim de Semana [Lisboa; dossiê 'Portugal judeu e árabe / As duas metades'], 1-II.

Carvalho, António Carlos. 1980. *Triângulo Místico Português. Fátima – – Tomar – Ladeira.* Lisboa: Liber.

Centeno, Yvette Kace, coord. 1993. *Portugal: Mitos Revisitados*. Lisboa: Edições Salamandra.

Chaunu, Pierre. 1984. *La Civilisation de l'Europe Classique* [1966]. Paris: Arthaud.

Cidraes, M. Lourdes. 2005. *Os Painéis da Rainha. (Capela da Rainha Santa Isabel do Castelo de Estremoz)*. Lisboa / Estremoz: Edições Colibri / / Câmara Municipal de Estremoz.

2014. *As Lendas Portuguesas. Temas, Motivos, Categorias*. Lisboa: Apenas Livros.

Cintra, Luís Filipe Lindley. 1989. "A lenda de Afonso I, rei de Portugal. (Origens e evolução)". *ICALP Revista*, n.^{os} 16-17, Junho-Setembro.

Clemente, Manuel. ^{2}2009. *Portugal e os Portugueses* [2008]. Lisboa: Assírio & Alvim.

Correia, Natália. 1988. *Somos Todos Hispanos*. Lisboa: Edições *O Jornal*.

Couto, Aires Pereira do. 2004. *Inácio de Morais. Percurso Biográfico e Literário de Um Humanista de Quinhentos*. Lisboa: FCG / FCT.

Covas, Carla Cristina Malta. 2011. *Maria da Fonte. Da História ao Mito*. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal.

Curado, Manuel, ed. 2014. *As «Viríadas» do Doutor Samuda*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Domingues, Bento. 1988. *A Religião dos Portugueses*. Porto: Figueirinhas.

Espírito Santo, Moisés. 1988. *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa Seguido de Ensaio sobre Toponímia Antiga*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Fernandes, R. M. Rosado. 1985. "Ulisses em Lisboa". *In*: *Evphrosyne* (Lisboa), nova série, XIII.

Ficalho, Conde de. 1979. *Notas Históricas acerca de Serpa e O Elemento Árabe na Linguagem dos Pastores Alentejanos*. Lisboa.

Franco, José Eduardo. 2000. *O Mito de Portugal*. Lisboa: Roma Editora.

Garrett, Almeida. 1971. *Lírica Completa*. Lisboa: Arcádia.

Gil, Sandra Cristina. 2009. *Memórias de D. Leonor nas Caldas da Rainha*. Lisboa: Universidade de Lisboa. [Tese.]

Guerra, Amílcar; Fabião, Carlos. 1992. "Viriato: genealogia de um mito". *In*: *Penélope. Fazer e Desfazer a História* (Lisboa), 8.

Jabouille, Victor. 1993. *Do Mythos ao Mito. Uma Introdução à Problemática da Mitologia*. Lisboa: Edições Cosmos.

Kuhn, Thomas S. 2003. *La Structure des Révolutions Scientifiques*. Paris: Flammarion.

Lausberg, Heinrich. 1974. *Linguística Românica*. Lisboa: FCG.

Leal, Ernesto Castro. 1999. *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Edições Cosmos.

2002. "Nun'Álvares na memória da Nação." *In*: *Gil Vicente* (Guimarães), 4.ª s., n.º 3, Janeiro-Dezembro. 31-44.

2003. "A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (1918-1038)". *In*: *Gil Vicente*, IV s., n.º 4, Janeiro-Dezembro. 25-42.

Leão, F. da Cunha. 1971. *Ensaio de Psicologia Portuguesa*. Lisboa: Guimarães Editores.

Lourenço, Eduardo. [7]2010. *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva.

Machado, José Barbosa. 2010. *O Mito de Viriato na Literatura Portuguesa*. Braga: Edições Vercial. [José Leon Machado. 1999.]

Martins, Moisés de Lemos. S. d. *Para Uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade* [1996]. Porto: Edições Afrontamento.

Mattoso, José. 1992. "As três faces de Afonso Henriques". *In*: *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 8.

McQuail, Denis. 2003. *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: FCG.

Meier, H. 1943. "A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas". *In*: *Biblos* (Coimbra), vol. XVIII, t. II.

Moniz, António Manuel de Andrade. 2008. "Viriato, herói lusitano: o épico e o trágico". *In*: *Humanitas* 60. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Nascimento, Aires A. 2011. *S. Vicente de Lisboa: Legendas, Milagres e Culto Litúrgico (Testemunhos Latinomedievais)*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa / Centro de Estudos Clássicos.

S. d. *Afonso Henriques. Memórias e Representações, por entre Heroicização e Escárnios*. Separata.

Neves, P. Moreira das, org. *Santa Maria nos Poetas Portugueses do Século XVI*. Fátima: Edições Santuário.

Nóbrega, Luiza. 2008. "*Liber Pater*. O louvor de Baco da Antiguidade greco-latina ao Renascimento luso-italiano". *In*: *Biblos* (Coimbra), n. s.

2013. *No Reino da Água o Rei do Vinho. Sumersão Dionisíaca e Transfiguração Trágico-Lírica d'*Os Lusíadas. Natal, RN: EDUFRN.

Nogueira, Franco. 1980. *Salazar*. Vol. IV. Lisboa: Editorial Verbo.

Oliveira, Fernão de. 1536. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Lisboa.

1975. *A Gramática da Linguagem Portuguesa*. Ed. de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: INCM.

Pannonius, Janus. 1987. "Eleg. I. 6". *In*: *Jani Pannonii Opera Omnia / / Janus Pannonius Összes Munkái*. Budapest: Tankönyvkiadó.

Pastor Muñoz, Mauricio. 2004. *Viriato*. Madrid: La Esfera de los Libros.

Pena, Abel N., coord. 2007-2008. *Actas do Colóquio. Mito, Literatura, Arte. Mitos Clássicos no Portugal Quinhentista / A Tradição Mitográfica Portuguesa. Representações e Identidade. Séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa / Centro de Estudos Clássicos.

Piel, Joseph. 1940. "O património visigodo da língua portuguesa". *In*: *Publicações do Congresso do Mundo Português*. I vol. Lisboa.

1975. "Vestígios da onomástica pessoal visigoda, medieval, na toponímia menor das terras de Bragança". Sep. de *Biblos* (Miscelânea em honra de Paulo Quintela; Coimbra), LI.

Picchio, Luciana Stegagno. 2012. "Para uma mitografia portuguesa. O mito de Camões". *In*: Seabra Pereira, Manuel Ferro, coord. *Actas da VI Reunião Internacional de Camonistas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rodrigues, Ernesto. 1989. *A Serpente de Bronze*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

2013. *A Casa de Bragança*. Lisboa: Âncora Editora.

2016. *Ensaios de Cultura*. eBook. Lisboa: Editora Theya.

Sánchez-Albornoz, C. 1957. *España. Un Enigma Histórico*. 2 vols. Buenos Aires.

Saraiva, António José. 1988. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

1994. *A Cultura em Portugal. Teoria e História. Livro I. Introdução Geral à Cultura Portuguesa*. Lisboa: Gradiva.

Silva, Agostinho da. 1984. "O culto popular do Espírito Santo". *In*: *Diário de Notícias* (Lisboa), 5-VII.

Vasconcelos, José Leite de. 1928. *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

O Casamento de Pedro e Inês

A Maria José Mexia

I. Argumento

O infante D. Pedro e D. Constança Manuel casaram pela igreja em 24 de Agosto de 1340. O casamento por procuração fora em 1336, mas Afonso XI, rei de Leão e Castela (1312-1350), retinha a noiva por razões de política interna – contra um pai poderoso, D. João Manuel, que o rei português D. Afonso IV (1325-1357) apoiava. Cumulativamente, este não admitia que a sua filha, a *formosíssima* Maria cantada n'*Os Lusíadas*, que já dera um filho a Leão e Castela, o futuro rei D. Pedro I (1350-1368), fosse violentada e trocada no leito por amante com dezena de bastardos.

A experiência transfronteiriça do infante ameaçava desastre, pois não resultara a tentativa com D. Branca, que veio ao reino para contrair matrimónio em 1330. Filha do infante Pedro de Castela e de Maria, infanta de Aragão, a menina nascera antes de 1314 (dizem alguns que em 1319); o infante, em 1320. Os historiadores debatem se houve sacramento e consumação, e por que razão D. Branca voltou para casa: dificuldade de relação entre pré-púberes? problemas fisiológicos ou psicológicos? *inutilidade* política? Se houve esponsais, não houve casamento, aliás, canonicamente inválido antes dos 14 anos. Médicos e políticos de Espanha compreenderam que D. Branca não estava apta para casar, e jamais casou, morrendo em 1375.

Agora, em 1340, o Islamita, que julgava aproveitar dissensões ibéricas, obrigara à união: a rogo da filha, D. Afonso IV conjuga esforços com Afonso XI e torna-se o *bravo* da batalha do Salado (30 de Outubro), nome de rio na província de Cádiz. Desanuviada a relação, Afonso XI autoriza a saída de Constança Manuel, que chega, enfim, a Lisboa, trazendo com ela – dizem alguns que foi chamada depois – "hũa donzela mujto fermosa que por fermosa e de singular disposição lhe chamauão colo de garça»: Inês de Castro. Inês nascera entre 1320 e 1325: beleza e juventude ofuscavam infante de 20 anos, cuja mulher lhe levava sete anos.

Ora, porque «se sintia que ho Ifante dom Pedro lhe queria bem [a Inês] e estava em algũa maneira a ella afeiçoado», convidam-na para madrinha de Luís (1341; outros remetem para 1344, após a irmã Maria, 6-IV-1342). A criança morre uma semana depois, mas o convite envenena a historiografia: não seria o compadrio «obstáculo canónico» a futuro casamento entre Pedro e Inês, deslegitimando os filhos que viessem?

Em público, a donzela galega deixa-se tratar por comadre, sem jamais usar os termos de comadre ou compadre dirigindo-se ao casal. Se Pedro crescia em amor, «quando della soube particularmẽte que nũqua consintira em sua vontade ser sua comadre, ficou dahi por diante mujto mays contente e lhe quis por jso muyto maior bem». Esta contra-vontade destrói, em Direito Canónico, qualquer obstáculo.

Morre Constança em 1345 (no parto do terceiro filho, o futuro rei D. Fernando, 31-X-1345, ou *logo depois*, dirá Fernão Lopes; também se assinala a morte em 1349). E, após forçado desterro, chamada Inês de junto da tia castelhana Teresa de Albuquerque, gera quatro filhos, «todos hũas bellas criaturas, por se parecerem todos ha may cuja fermosura naquele tempo naõ auya e mais por serem furtados e auydos com tanto contentamẽto dambos». D. Afonso (1350?) pouco sobreviveu; D. João (1351? 1352?) tem vida de romance[1]; D. Dinis (1353) morreu desterrado em Castela, jazendo no mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe. Beatriz (1354), sepultada na Sé de Burgos, casou com Sancho, conde de Albuquerque, um dos muitos filhos bastardos de Afonso XI e Leonor Nunes de Gusmão, logo, irmão de Henrique de Trastâmara e meio-irmão de Pedro, o Cruel, filho da *formosíssima* Maria. De Beatriz e Sancho nasceu Leonor, casada com D. Fernando de Castela, e rei de Aragão, pais da rainha D. Leonor, mulher do nosso D. Duarte, de que nasceu D. Afonso V.

Se, pela ascendência, Inês era bisneta bastarda de Sancho IV de Castela, o Bravo, e seu pai, D. Pedro Fernandes de Castro, primo co-irmão do infante D. Pedro – consanguinidade coberta por bula do Papa João XXII, de 18-II-1325 –, serviu Afonso XI como mordomo-mor, ela foi, pela descendência, tronco da Casa Real portuguesa. Não só: a mãe provinha de D. Sancha Nunes de Chacim, e esta de D. Nuno Martins de Chacim, o último bragançon, aio e mordomo-mor de D. Dinis, sepultado no mosteiro de Castro de Avelãs. Seria inspiração para se casar em Bragança?

Primeiro, contudo, aqui nasce João, que, na opinião de modernos historiadores, devera ser rei de Portugal, em vez do meio-irmão João, mestre de Avis. Pelo casamento com D. Constança de Castela, Senhora de Alba de Tormes, foi

[1] Rodrigues, 2013. As citações saem de Brásio, 1962: 97-112.

1.º duque de Valência de Campos, e as vicissitudes da vida arrastaram-no à sepultura no convento de Santo Estêvão, em Salamanca. O filho do primeiro casamento com Maria Teles, D. Fernando d'Eça ou de Portugal, deu origem aos Eças e aos Portugal; de outros filhos vieram os Acuña, os Castros e os Vasconcelos. O filho D. Fernando da Guerra (nascido em 1385) seria 1.º Senhor de Bragança e de várias terras doadas pelo tio D. João I. Por via do irmão Álvaro Pires de Castro, Inês seria tia-avó de outro D. João de Castro, o qual casou com D. Leonor de Acuña y Girón, nascendo D. Joana de Castro, mulher de D. Fernando, segundo duque de Bragança.

O casamento de Pedro e Inês ocorreu no primeiro de Janeiro de 1354, ou 1353, contados os sete anos até à declaração daquele, em Cantanhede (1360). Não havia impedimento canónico para que o deão da Guarda pudesse abençoá--los, fosse na igreja de São Vicente, como reza a tradição, ou em casa particular dentro da muralha. A memória popular, também castelhana, reforça a tese: «Hallóse Don Pedro libre, / y a su mal medio buscando, / se casó con Doña Inés / en Berganza con recato.»[2]

D. Afonso IV lutara contra o pai D. Dinis, que preferia o bastardo Afonso Sanches, e só a Rainha Santa Isabel resolvera a contenda; agora, vencido pelos conselheiros, que temem o valimento dos dois irmãos de Inês junto de Pedro (não irá arrastá-los para o vespeiro castelhano? não irá substituir Fernando pelo meio-irmão João, filho de Inês? não lhes retirará influência?), contemporiza: envia ao filho o arcebispo de Braga, que, reconhecendo a afeição mútua dos jovens, lhe pede para «tomar molher» e pôr Inês a bom recato, tal vai a murmuração no país. Pedro agradece, percebe-se que não pode casar quem já está casado, e não acredita que a possam matar, sendo ela sem culpa, e nem ter nome de cristão quem contra ela atente.

Pousando em Montemor-o-Velho, D. Afonso IV dá, enfim, ordem de morte. Está velho, e sabe que o filho se levantará contra ele: outra rainha, D. Beatriz, há-de apaziguá-los. Agora, na madrugada de 7 de Janeiro de 1355, Inês repousa nas casas do mosteiro de Santa Clara, onde, sabia o neto, o espírito da Rainha Santa só aceitava casais sacramentados, o que é outra demonstração subtil de ter havido casamento, fosse clandestino, de consciência ou morganático (não sendo Inês filha de rei), hipótese esta mais excruciante para D. Afon-

[2] Gabriel Lobo Laso de la Vega, "Don Pedro I de Portugal y Doña Inés de Castro", *Romancero Español: colección de romances selectos desde el siglo XV hasta nuestros dias*, ed. José Bergua, Madrid, 1995: 176. Dois romances de Laso de la Vega sobre essa epígrafe estão em Teófilo Braga, *Floresta de Varios Romances*, Porto, 1868: 175, 176. No aqui citado, diz que D. Pedro teve dela três filhos. No segundo, morre Inês e D. Pedro vinga-se. Seguem dois romances anónimos com argumentos semelhantes.

so IV. Inês sai ao encontro dos algozes: rodeada pelos três filhos, «com mujta humildade lhe pidia que por respeito daqueles jnoçentes seus netos ouuesse della misericordia». Compassivo e turvado, o rei volta o rosto, disposto a perdoar, e partir.

Desautorizados, os conselheiros apelam às suas vidas, em perigo, tal o ódio que Pedro, ausente e fora desta torpe iniciativa, lhes dedicará. É fraco argumento, se, em breve, terão de fugir; nem ser Inês causa provável de perigos futuros (que se não cumpriram) justifica um crime contra a mais elementar justiça, que seria julgá-la. O *bravo*, agora derrotado, lava as mãos como Pilatos, também indiferente à cláusula jurídica do pregão público: e, ao arrepio da inocência, das lágrimas dos filhos, da inevitável vingança de Pedro, «a mataram cruelmẽte ás punhaladas, do qual elrei foy mui prasmado e auido mais por abominauel crueza que por seuera nem louvada justiça». Mais: foi degolada.

Na segunda metade de 1361 (senão em 1362 ou 1363), o rei D. Pedro procedeu à transladação dos restos de D. Inês de Santa Clara para o mosteiro de Alcobaça, onde sua «molher», como ele disse, e provou repetidamente, o esperou, até 1367. Assim Bragança triangula com Coimbra e Alcobaça neste imaginário – prova maior de um amor invencível, que deu origem ao mais universal mito português.

II. Desenvolvimento

Os amores de Pedro e Inês ondearam pela cidade de Bragança, onde lhes nasceu o segundo filho, D. João de Portugal e Castro[3], e se casaram.

Salvo o Abade de Baçal (Alves, 2000: 279-283, "Casamento de D. Inês de Castro"), os historiadores da terra não o reivindicavam, por ignorância; mas, fazendo de Fernão Lopes bíblia pura, mal interpretada[4], contestam o casamento do mítico par, acto que não passaria de

[3] Mário Domingues, *Inês de Castro na Vida de D. Pedro*, Lisboa, Prefácio, 2002: 174, acrescenta D. Dinis: «Depois de residirem algum tempo em Bragança, onde lhes nascera mais um filho, o pequeno D. Dinis, [...].»

[4] O «papel polarizador» de D. João de Castro foi resumido por José Mattoso em 1985, retomando Arnaut, 1960, e Ferro, 1983. *Cf.* Mattoso, 2001: «Voluntariamente ocultada por Fernão Lopes [«A importância dos seus direitos ao trono português, para quem rejeitava a sucessão de D. Beatriz»], como seria de esperar da parte do historiador oficial da casa de Avis, nem por isso deixa de transparecer do seu relato. [...] // De facto, penso que era ele o verdadeiro candidato da nobreza tradicional portuguesa, isto é, dos chefes de linhagem que não se aliaram a Castela [...]. O que verdadeiramente

mera tradição oral. Na dúvida, um romancista casa quem bem entende; mal não lhe fica, todavia, fundar-se em documentos, como fiz em *A Casa de Bragança* (2013), resumindo no *Mensageiro de Bragança* (20, 27-VI-2013) e em *Ensaios de Cultura* (Rodrigues, 2016) quanto penso sobre esse sacramento e filho que urge resgatar. Vejamos novos elementos sobre tão falada união.

Nas 600 páginas de *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV. I. A Sucessão de D. Fernando* (1960), Salvador Dias Arnaut começa por lembrar quanto escrevera em *A Batalha de Trancoso* (1947): «[...] cioso da independência, o povo aclamava rei em pensamento D. João, filho de D. Pedro e de D. Inês de Castro, infante que estava em Castela.» O meio-irmão D. João, mestre de Avis, «governaria o reino enquanto dele não pudesse tomar posse o infante D. João, preso em Toledo». Fernão Lopes não o nega; até veicula uma das versões para que o rei castelhano não o soltasse, sabendo «que os portugueses o mandaram chamar para lhe darem o trono» (1960: 1). Em 1383, D. João de Castela visava reforçar a candidatura à Coroa de sua mulher, D. Beatriz, filha de D. Fernando e Leonor Teles.

Menos as cortes de Coimbra ou acusações de invasor (quando *reinava* a odiosa Leonor Teles ou, após 1386, se sentia no direito de reinar sobre o que era seu) do que as ameaças e feitos de Nun'Álvares Pereira impuseram um rei *de facto* – que pensara retirar-se para Inglaterra... – – contra um rei *de direito*, que a propaganda dizia bastardo[5] – bastardo

fez decidi-los [aos fidalgos, nas cortes de Coimbra] a cederem à proposta de elegerem o Mestre foi a ameaça de emprego da força por parte de Nun'Álvares e dos seus homens.» (p. 230) «O infante D. João, que convivera com a nobreza, que ousara enfrentar o ódio dos Teles assassinando a sua própria mulher, que era filho legítimo, ou considerado como tal pelo seu próprio pai, o rei D. Pedro, era, obviamente, o seu verdadeiro candidato. E se muitos apoiaram o Mestre na primeira hora, foi, decerto, por julgarem que ele seria o chefe militar que poria no trono o filho de Inês de Castro. [...] Muitos deles devem ter-se sentido simplesmente *traídos* pelo Mestre de Avis.» (p. 231-232)

[5] O agitador Álvaro Pais, ao bradar por Lisboa, sobre o de Avis, «ca filho é de el-Rei D. Pedro», insinua bastardia do irmão mais velho: eis «o germe da argumentação que o enteado dele, o João das Regras, iria desenvolver alguns meses mais tarde, nas Cortes

quanto o Mestre, aliás, amicíssimo do irmão mais velho. As crónicas de Lopes, criado de D. João I, não poderiam asseverar o contrário; a negação do casamento ia de si. Não só com Inês; convinha também ilegitimar os filhos de D. Constança Manuel. Veremos como.

Esse filho de Bragança é protagonista das partes centrais (p. 71-216) da dissertação de Arnaut, interessando-nos, agora, a «discutida união de D. Pedro e D. Inês de Castro» (p. 5), à luz de novas sínteses. Não evoco a tradição, nem o romanceiro castelhano, ou João Baptista de Castro e José Hermano Saraiva, entre muitos que defendem casamento na igreja de S. Vicente[6], ou na sua «camara» (= câmara; Duarte Nunes de Leão, 1600: 182v), isto é, «na própria casa de habitação» (Abade de Baçal, p. 281), contra maioria indiferente, passiva ou tortuosa[7], que se limita a um *digest* de Fernão Lopes, por mim resumido nos artigos de 2013: «Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes duvida da palavra do rei, que isso mesmo declarara, e fizera exarar, em [18 de] Junho de 1360, em Cantanhede[8], perante a nobreza; e duvida, porque estranha que o monarca não soubesse a data certa de um momento tão importante na sua vida. [...] estranhe-se que Fernão Lopes ignorasse a grande indiferença ao tempo na Idade Média.»[9]

Era este o pensamento de, ou atribuído a, João das Regras, a que responde Arnaut, após afirmar que «o infante quis casar com D. Inês»: «[...] não será natural que um homem esqueça a data do casamento

de Coimbra de '85» (Sérgio, [2]1976: 141).

[6] Pinto, 1961a, abre com fotografia desta igreja e legenda: «É tradição haver-se realizado o casamento de D. Inês de Castro neste templo.»

[7] Veja-se Chianca, 1915: 127: «Noite de S. João. Havia onze dias que em Coimbra El-rei D. Pedro confirmara perante as côrtes do paiz o seu casamento com a linda Ignez. [...] Tumultuavam-lhe ainda na mente [a D. Fr. Álvaro Pereira] alvoroçadas as phrases de D. Pedro, [...]; e o aspeito duvidoso e timorato do bispo da Guarda, curvado de medo, esquecido das datas ao declarar como em Bragança, por noite velha, á luz de alguns cirios amarelentos, abençoara a união dos dois amantes.»

[8] Juramento na Torre do Tombo, Gavetas, Gaveta 15, mç. 20, n.º 10. Transcrito em Rego, 1960-1977, vol. 5: 410-415. Ver, ainda, Torre do Tombo, Reforma das Gavetas, liv. 31, f. 336.

[9] Le Goff (1999: 76, 416) situa o tempo do Estado francês – a partir do relógio mecânico do Palais Royal –, por que se guiam os demais, em 1370. A unificação do tempo é oitocentista, com a revolução industrial, dos transportes e os fusos horários.

quando este não marca o início de vida em comum? A ausência de datas precisas não militará antes a favor da veracidade do casamento?» (p. 102) D. Pedro, aliás, era atreito a «notáveis amnésias evocativas»: ao redigir o testamento na véspera da morte, vai «esquecer-se de designar o nome da filha mais nova» (Pinto, 1961a). O grande Historiador escreve sobre essa relação mais de oitenta anos depois: *não pode* consumá-la em casamento, e menos legitimá-la. A História é sempre partidária.

Documento anterior a 1383 – ainda sem as perturbações da sucessão fernandina ou de Aljubarrota – é taxativo. No índice dos *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Volume II / 2 / Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (1980: 250), diz-se que Inês de Castro «cc.» [casou com] Pedro I, porque o título 21B14 reza: «Casou outra vez este rei dom Pedro com a ifante dona Enês, filha de dom Pedro de Castro, e fez em ela / o ifante don Johan / e o ifante dom Dinis / e a ifante dona Beatriz.» (volume II / 1: 217) Há segunda referência no título 21M13: «E filhou-a el Rei dom Pedro de Portugal em seendo ifante, [...].» (p. 217) Não se vê onde haja, neste «filhar», recusa da «categoria de esposa», como sugere Arnaut (p. 97).

Documento latino de 1 de Novembro de 1388[10], devido a Frei Vicente Gonçalves, confessor de D. Dinis, diz que seu pai teve duas mulheres, Constança e Inês. Nele se apoiara o Conde de Tovar (1959: 79--99), para corroborar a peregrina tese de que D. Afonso e D. João teriam sido adulterinos, enquanto D. Dinis e D. Beatriz já nasciam do «legítimo matrimónio de D. Pedro com a sua ex-amante D. Inês» (p. 98)[11]. Podia ter-se ficado por este «legítimo matrimónio», que vai estragar em artigos de 1960.

Antes do final de Trezentos, Pero López de Ayala (1332-1407), no cap. XIV da *Crónica de Don Pedro Primero* – contemporâneo e sobrinho do nosso D. Pedro I, a quem requer os assassinos de Inês –, justifica

[10] Arnaut dá-o em extratexto, ao lado da p. 72.

[11] Manuel da Gama Xaro, em "Reparos críticos" à lopesina *Crónica de D. Pedro* (*Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, n.º 4, Julho de 1836: 113-116), refere cinco, e não quatro, filhos de Inês de Castro.

a morte desta «por quanto le decían [a D. Afonso IV] que el infante Don Pedro su hijo quería casarse con ella. [...] E este Infante Don Pedro de Portugal amaba tanto a la dicha Doña Inés de Castro, que decía a algunos de sus privados que era casado con ella; e por esto el Rey Don Alfonso su padre fízola matar [...].» Reacção de D. Pedro: «[...] e luego quisiera matar a los que fueron en el consejo de la muerte de Doña Inés, la cual decía entonces que fuera su muger legítima, que él avía casado con ella, aunque non lo osara decir por miedo del rey su padre: [...].» (Ed. de Madrid [...], s. d. [1931?]: 114-115)

Ayala alude à declaração régia de Cantanhede ou a um núcleo restrito de «privados». É evidente a conclusão de António Resende de Oliveira ("As vidas de D. Pedro e de D. Inês de Castro na historiografia medieval portuguesa", *online*): «A presença constante da referência ao casamento do infante com D. Inês assegura-nos, pelo menos, que ele seria tido como facto adquirido nos círculos da corte portuguesa após a declaração do rei nesse sentido.» (p. 117) Ayala reforça esse sentimento, ele que, tendo lutado em Aljubarrota, ficou preso durante um ano em Portugal.

Vem Fernão Lopes. Antes de, no cap. XXIX da *Crónica de D. Pedro*, lançar «razooens» contra casamento declarado pelo rei (cap. XXVII) e corroborado pelo bispo da Guarda e Estêvão Lobato (cap. XXVIII), declara, no cap. I, que D. Pedro «nom quiz mais casar, depois da morte de Dona Enes em sendo Iffante, nem depois que reinou», *aceitando* o em que Arnaut, Resende de Oliveira e eu concordamos, a saber, que o casamento se efectuara. «não quis mais casar» significa que, antes, casou; e como não diz que foi depois da morte de Constança Manuel...

O casamento podia ser clandestino, «que os teólogos chamavam *matrimonium ratum et præsumptum*, perfeitamente válido», assente «ùnicamente no livre e mútuo consentimento das partes contratantes» (Brásio, 1958: 104-105). Em 1961: 265, acrescenta o casamento de consciência e o morganático (que podem ser ainda clandestinos), e que D. Afonso IV acreditava neste, razão – que nada tinha de razão de Estado (p. 266) – para aceitar a morte de uma Inês bastarda, baixamente

aristocrata... O padre Brásio não convoca, aqui, Constança, a qual, direi eu, sem ser filha de rei, era filha de senhor poderosíssimo aliado de D. Afonso V, além de que celebrara esponsais com Afonso XI, que a repudiara, humilhando, agora, Maria, filha dilecta de Afonso IV... A conjuntura pode ser mais forte que a estirpe. E nem sempre sabemos as verdadeiras razões de um crime.

Na sequência de Pinto, 1961a, Resende de Oliveira lembra como Fernão Lopes aduz «a semelhança do facto com o que ocorrera com o rei de Castela e Maria Padilha. Na realidade, se imitação houve, o imitador terá sido o rei de Castela, que elevou a amante a rainha apenas cerca de dois anos depois de D. Pedro o ter feito!» (p. 118)

A negação do casamento, retomando *alegada* argumentação jurídica de João das Regras nas cortes de Coimbra, aprofunda-se na *Crónica de D. João I*, cuja legitimação tem de anular a do irmão mais velho, D. João de Portugal e Castro, e demais. A "Carta de inquirição a respeito da legitimidade dos filhos de D. Pedro e D. Inês de Castro"[12], de 30-III-1385, recolhe as testemunhas que interessam (até o matador Lopes Pacheco) e as evasivas que importam. A este respeito, o debate entre o Conde de Tovar e o padre António Brásio é exemplar. Aquele secunda o Cronista, mas sem ambos tirarem consequências do que dizem: «O auto da eleição de D. João I pelas Cortes de Coimbra afirma-nos categòricamente que os casamentos com D. Constança e com D. Inês eram ambos nulos por motivo de bigamia, tendo sido contraídos ainda em vida da primeira mulher D. Branca.» (1960a: 33)

Vimos como, em prosa de 1959, D. Inês ainda fez um casamento "legítimo"; agora, é tudo bastardia, incluindo D. Fernando, a irmã Beatriz, os filhos de Inês, e o fruto de um casamento que não houve, D. João I – – mas, quanto a este, o argumento era de somenos. Tovar dar-se-á «terceira alternativa», que reduzirei a nota.

No entretempo, agarra na bula de Inocêncio VI, de 15-VII-1361 (com versão portuguesa na *Crónica de D. João I*, cap. 190) – «que o

[12] Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 13, mç. 3, n.º 8.

P.^{e} Brásio considera "pura invenção do cronista"» (p. 33) –, e reforça a tese com a publicação da mesma no *Thesaurus novus anecdotorum*, vol. 2, 1717, *online*. De facto, no "Registrum Litterarum Apostolicorum, [...]", cols. 1030-1031, temos a "Epistola CCIII / Ad Petrum regem Portugaliæ // Recusat approbare ejus cum Agnete de Castro matrimonium, ac legitimam ejus prolem declarare". Mas, a existir tal 'epistola' (que ninguém encontra no Vaticano ou algures), datada de Avignon, seria por causa do casamento vigente com D. Branca? Se isso fosse, abençoava o Papa, na col. 1030, D. Fernando, «illustris primogeniti» de D. Pedro? E, nas cols. 1029-1030, "Epistola CCII", recomendava-lhe Johanem de Cardailliaco archiepiscopum Bracharensem, autoridade europeia que, nas exéquias de Inês, consagrará aquela união? E alguma vez fora desmentido o bispo da Guarda?

A palavra de D. Pedro, até ao testamento *ante mortem* de 17 de Janeiro de 1367, onde declara que Inês «foy nossa molher», pouco lhe importa, talvez porque não cita sequer o filho mestre de Avis; a trasladação (segunda metade de 1361? em 1362 ou 1363?) para o soberbo monumento alcobacense, decerto já pronto em 1360, nada significa; o sermão de exéquias do arcebispo de Braga, comparando-os a Abraão e Sara (união que aquele, por medo, escondia do faraó)[13], é tido por retórica inútil e, por isso, rasurado. Mário Martins (1975: 101-104) retoma "O elogio fúnebre de dona Inês de Castro" por D. João Cardaillac, que diz em 1362, reforçando comparações: «Como Abraão, foi D. Pedro um amigo da justiça. Como ele, também destinou para a esposa uma sepultura magnífica e faustosas exéquias, bem significativas do amor conjugal que os unia, porque el-rei D. Pedro e D. Inês de Castro eram casados como Sara e Abraão.» (p. 101)

Antes disso, Inês fora comadre de Pedro, enquanto madrinha do primeiro filho de Constança, Luís, morto ainda bebé: seria impeditivo de casamento? Rui de Pina dirá que Inês aceitou ser madrinha sob reserva de consciência, «mujto contra sua vontade", nunca se considerando co-

[13] O sermão em latim é transcrito, com fac-símile, em Pinto, 1961b, e analisado em Brásio, 1962: 97-103. Prefira-se a apresentação deste sermão e sua edição crítica em Coelho, Rebelo, 2016.

madre, acrescenta pergaminho da Torre da Tombo ao texto da *Crónica de Manizola* (Biblioteca Pública de Évora)[14], como se vê no Padre A. Brásio (p. 104), que resume, na conclusão do seu trabalho: «É de crer, portanto, que o compadrio tenha sido considerado nulo, visto a madrinha não só dizer não ter tido vontade de o ser, mas positivamente ter alienado a sua vontade, o que tornou canonicamente nulo o seu acto, de toda a evidência.» (p. 112)

Essa *cognatio spiritualis* «não chegou, sequer, a efectuar-se», já considerara Pinto, 1961a: 12, apoiado em Fernão Lopes: «Com efeito, segundo noticia o Cronista [*Crónica de D. Pedro*, cap. 187], baseado em memórias coevas, D. Inês evitou, no baptismo do infante D. Luís, [...] dizer as palavras próprias dos padrinhos.» Em público, a donzela galega deixava-se tratar por comadre, sem jamais usar os termos de comadre ou compadre dirigindo-se ao casal. Se Pedro crescia em amor, «quando della soube particularmẽte que nũqua consintira em sua vontade ser sua comadre, ficou dahi por diante mujto mays contente e lhe quis por jso muyto maior bem», lê-se em Manizola. Esta contra-vontade destrói, em Direito Canónico, qualquer obstáculo.

Foi por subentenderem casamento, que se esforçaram por dizer 'ilegítimo', que Regras e Lopes[15] usaram outro argumento, acusando D. João de Castro de ter acompanhado Castela em invasões fronteiriças.

Ao contrário do que escreve Resende de Oliveira, a versão de Lopes – pelo menos, no que toca ao casamento – *não* foi «retomada nos séculos XV e XVI pelo autor anónimo de uma refundição da *Crónica Geral de Espanha de 1344* efectuada cerca de 1469; por Rui de Pina, na sua *Crónica de D. Afonso IV*; pelo autor, também anónimo, da Crónica da Biblioteca Manizola [...]», mau grado persistir noutros lugares. O

[14] Deste cód. 348, fls. 119v-123r, sai "Carta sobre a Morte de Dona Inês de Castro», ou «visão» de Anrique da Mota contada a D. João III. Em *Obras de Henrique da Mota. (As Origens do Teatro Ibérico)*. Apresentação e estudo de Neil T. Miller. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1982: 447-453, actualizando original nas p. 467-472. Análise nas p. 196-217.

[15] Associar ambos é uma força de expressão: João das Regras nenhum papel assinou, em Coimbra, onde pode nem ter estado – sendo, assim, no que diz, uma ficção de Lopes. Nisto, acompanho dúvida de Brásio, 1961: 235.

mesmo Resende de Oliveira concorda que o cronista desta adere à tese do casamento (p. 122, 124). A *Crónica Geral de Espanha de 1344* diz: «[...] dona Ynes, a qual já dante tinha devulgado que era sua mulher. E assi fez coroar a ymagẽ de cima do moymẽto com de raynha, e poelo ygual do seu.» (IV, 1990: 539)

Rui de Pina (1653: 69r) estranha ter o rei declarado haver recebido Inês «por sua mulher por palavras de prezẽte», não logo que subiu ao trono, mas três anos depois. Aduz evasivas e escusas de Pedro, em que o Conde Tovar quer ir além[16]; justificando o assassínio pelo medo de que os irmãos dela dessem morte a D. Fernando, e lugar no trono a D. João de Castro. Subitamente, ao referir os irmãos, fala em... «cunhados» (p. 72r) – no que ninguém reparou, de um parcial e limitado D. Marcos de S. Lourenço ([1631-1633] 2014: 630-650; também seguidor de F. Lopes, mas não, como se escreve, da *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal*, de Duarte Nunes de Leão, de cuja prosa se entende casamento: ver 1600: 171 ss.) a Asensio (1974: 45). Pina, tal como Fernão Lopes ou Zurara, ignora carta régia de 8-IX-1358 sobre jurisdições devolvidas a Alcobaça, em cujo mosteiro Pedro queria ser sepultado com a mulher Inês[17]. E não se viu que Duarte Nunes de Leão (1590: 28r) denunciou «la crueldade que [D. Afonso IV] vsó contra la nuera».

[16] Eis a supra-referida nota: «À vista do depoimento de Fr. Vicente Gonçalves [1388] temos agora de considerar uma terceira alternativa: a das declarações de D. Pedro serem verdadeiras quanto ao facto do matrimónio mas falsas ou antes enganosas (intencionalmente enganosas) quanto à data e às circunstâncias em que se realizou o enlace. Por outras palavras, temos de considerar a hipótese de se ter efectivamente realizado um casamento, mas posteriormente ao nascimento dos primeiros filhos e quem sabe se anteriormente ao falecimento da esposa legítima.» (1960b: 154) Note-se que D. Constança já é 'esposa legítima' e Pedro não é bígamo. A dilação de anos, até Cantanhede, seria porque, casado por palavras de futuro (1328) e, em Coimbra, por palavras de presente (1329), logo, consumado o casamento com D. Branca, e sendo ela viva até 1375, o rei não queria declarar-se... bígamo, «sempre na esperança de vir a falecer a mulher legítima [...]» (p. 172). Se assim foi, D. Pedro falou antes de tempo; e Tovar não vê a contradição ao curar da «esposa legítima» D. Constança e da «mulher legítima» D. Branca? Além de que, casamento por palavras de presente, sem o noivo ter 14 anos, seria «canonicamente inválido» (Brásio, 1961: 246).

[17] Descrição da Torre do Tombo, Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1.ª incorporação, documentos régios, mç. 4, doc. 15: «Carta de confirmação

Nunes de Leão (1600: 150v), aliás, acusa-o de desobediente ao pai D. Dinis, ciumento das relações deste com o filho bastardo D. Afonso Sanches e netos, vingativo em relação a este meio-irmão, «mui colerico & agastado, & que por ser feroz (como sta dito) ganhou o nome de Brauo» – não devido à batalha do Salado… Se quiséssemos conjugar tanta maldade, diríamos que escolheu para morte de Inês o dia em que morreu D. Dinis, o tão guerreado pai: 7 de Janeiro. Mas é de imaginar como lhe subiu a sede de vingança ao saber Inês, quando afastada primeira vez do filho, residindo com a tia em Albuquerque, domínio daquele meio-irmão…

A primeira poesia das cortes de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel ficou resumida nas "Trovas" que Garcia de Resende dedicou, no seu *Cancioneiro Geral* (1516; ver comentários de Dias, 1978: 273-278), a quem «el Rey dõ Afonso quarto de Portugal matou ẽ Coimbra por o prinçipe dom Pedro seu filho a ter como mulher, […]» (V, 1973: 357). Aos filhos chama «yfantes» (p. 365), e «a fez alçar por rrainha, / sendo morta o fez por ley» (p. 366). Mais: «em todos seus testamentos / a decraron por mulher, / & por sisto melhor crer, / fez dous rricos moymentos / em quambos vereys jazer.» (p. 367) Nos reinados seguintes, aceita-se o casamento religioso expresso naquele verso 1024 da *Castro*, de António Ferreira, em que a Ama de Inês afirma: «Estaes confederados sanctamente».

Os casamentos em segredo, «escondidamente», eram comuns; faziam-se públicos, «de praça», num segundo momento. Arnaut (p. 11) aventa essa hipótese no de D. Fernando e Leonor Teles e no de D. João de Castro e Maria Teles. Este já fora dito «encubertamente» em Duarte

la qual o rei D. Pedro revalidou a Alcobaça os coutos e jurisdições, e restituiu as que seu pai, D. Afonso IV, tinha tirado ao mosteiro. Esta revalidação foi motivada, entre outras, pela sua devoção e intenção de neste mosteiro "deitar" D. Inês de Castro e seus filhos. Refere D. Inês de Castro como sua mulher.» As mais ponderosas razões de Pinto, 1961a, rescritas em *O Casamento de D. Inês de Castro à Face da História do Direito* (sep. da revista *Scientia Ivridica*, tomo XII, n.º 62, Abril-Junho de 1962), são retomadas em Santos, 2005: 41-45. Sobre essa carta de confirmação, ver análise aguda de Bigotte Chorão (2023: 49-57).

Nunes de Leão (1600: 174r); «ocultamente», em Alarcon (1656: 397-398), cujas *Relaciones…* enumeram a descendência dos Eças; e Bocage (2005: 3) opta por «tálamo furtivo», após referência ao «caro Esposo».

Se Inês era bisneta do bragançon Chacim, sepultado no mosteiro de Castro de Avelãs, já a filha Beatriz, viúva do castelão D. Sancho, teve filha casada com D. Fernando de Aragão, de que nasceu D. Leonor, mulher do nosso D. Duarte. Esta bisneta de Inês foi, assim, mãe de D. Afonso V, que deu foral à cidade de Bragança. Joana de Castro, sobrinha-bisneta (bisneta do irmão Álvaro Pires de Castro), casaria com D. Fernando, segundo duque de Bragança.

A data do casamento, para quem teve Inês como «sua molher lijdima» até três anos e meio, leva Arnaut a considerar que tinha de ser não depois de 1 de Janeiro de 1352. Para o situar em 1 de Janeiro de 1353, apoio-me no pós-nascimento de D. João (até 1352, inclusive; Frei Vicente Gonçalves di-lo anterior ao casamento; Arnaut, duvidando da declaração do frade, coloca o nascimento depois do casamento [p. 83]) e no resto da expressão donde Arnaut tira aquela conclusão: se, em Junho de 1360, se diz que D. Pedro casara «passa dhũuns sete años», e que a teve «por sua molher lijdima per huũ / dous / tres años / e mais ata o tẽpo da morte dessa doña Enes» (p. 74), porque não jogar com os dois anos, situando-o em 1353? É igualmente verosímil o primeiro de Janeiro de 1354, segundo Duarte Nunes de Leão (1600: 182-183), data retomada por outros (por exemplo, Lobo, 1803: 32) – mas, aí, tê-la-ia só um ano.

A ama de João, Constança Garcia, e o marido, Gomes Rodrigues, moravam em Bragança, onde o menino «provavelmente» nasceu, e aonde teria voltado com estes, morta Inês em 7 de Janeiro de 1355.

Nas pazes que D. Afonso IV e o herdeiro Pedro cumprem, após a revolta de meses alimentada por este[18], entram já mercês doadas pelo

[18] *Cf.* "Concórdia feita entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro, seu filho, por causa do desvario seguido à morte de D. Inês de Castro e pela qual o dito infante perdoou aos que a tinham matado", Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 13, mç. 9, doc. 26.

rei ao neto João, «tratado por conde» (p. 76). «Dentro de meses, começa a aparecer tratado por infante na *Chancelaria*. [...] // Em perfeita concordância com essa designação, D. Pedro, a 8 de Setembro seguinte [seja, de 1358], diz que D. Inês foi sua mulher: "E dona Enes de Crasto nossa molher".» Cai, assim, por terra o cepticismo de Pina e quantos estranhavam (o próprio Arnaut se distrai, na p. 95!) que só confirmasse casamento três anos depois de governar... Mais: em 29 de Dezembro de 1358, a avó D. Beatriz, viúva de D. Afonso IV, trata os netos por infantes: «Pressente-se que no coração da rainha não havia distinção entre os filhos de Constança e os de Inês.» (p. 78) Aduzidos outros documentos, em que «infante» substitui o não mais citado «conde», a conclusão é óbvia: «Sem dúvida, que os filhos de Inês foram considerados oficialmente legítimos, a que correspondia chamarem-se infantes, muito antes da declaração de Cantanhede de 12 de Junho de 1360.» (p. 79) Infante se chama a si mesmo João, em cartas a criados seus, e assim o dizem D. Fernando ou os reis de Castela.

Essa declaração, e a confirmação, pelas duas testemunhas supracitadas, em Coimbra, a 18 (Fernão Lopes, tão cioso em criticar a incerteza de D. Pedro quanto à data do casamento, erra os dias dos depoimentos[19]), são acompanhadas pela publicação de «bula do papa João XXII, de 18 de Fevereiro de 1325, que permitia a D. Pedro casar com parenta até determinado grau. D. João, D. Dinis e D. Beatriz, infantes de facto, passam a sê-lo, perante a lei do reino, de direito.» (p. 82-83). A bula[20] fora requerida por D. Afonso IV ao Papa em Avinhão. Em doações sucessivas, o rei lembra a mulher (p. 96).

As voltas de João das Regras, em que bebe Fernão Lopes (se não lhas atribui...), serão destratadas na prosa, ao fugir-lhe a mão para a verdade do... casamento: viu-se que D. Pedro «nom quis mais casar, depois da morte de Dona Enes em sendo Jffante, nem depois que rei-

[19] Lapa ([1930] 1982: 380) serve-se das «dúvidas que alguns puseram na verdade das declarações de D. Pedro sobre o seu efectivo casamento com D. Inês» (p. 380) para, sem razão, louvar a modéstia do Historiador, que, face a versões desencontradas, se limitaria a «expor as informações antecedentes, não se imiscuindo na discussão e deixando ao leitor a inteira liberdade de julgar».

[20] Excertada em Oliveira, 1948: 66-68.

nou lhe prouve receber molher» (cap. I da *Crónica de D. Pedro*); como se fosse pouco, no cap. XLIII, lembra que, «depois da morte de Dona Enes, elRei, seemdo Iffante, nunca mais quis casar, nem depois que reinou quis receber molher». Em bom português, Fernão Lopes *confirma* o casamento[21]. No combate ao 'usurpador' D. João IV, Inês, «muger legitima» de D. Pedro, está na ascendência de Filipe II (Caramvel Lobkovvitz, 1642: 62). Posteridade reforça, lamentando o fim injusto da «Infeliz esposa do Infante D. Pedro» (Viale, 1856: 86).

Nas cortes de Elvas (24 de Maio de 1361), a disposição sucessória, segundo D. Pedro, reforçada «pela assembleia representativa da Nação» (p. 104), é clara: D. Fernando, D. João de Castro, D. Dinis. Fernão Lopes reconhece neste João «o mayor do reino» (*Crónica de D. Fernando*, cap. LXII) – em bens, cavaleiro, monteiro, na gentileza –, com a vantagem de saber, pelo menos, assinar o nome. As mercês multiplicam-se até 1376. A década não termina sem o assassínio de Maria Teles, a que o meu romance dá outro braço. E a Fortuna vira, com exílio em Castela.

Morto D. Fernando, uma conclusão depressa se impõe: «Deste modo, o mestre quando, ainda em Dezembro [de 1383], tomou cargo de Regedor e Defensor do Reino, não o fez com intenção de vir a reinar, mas sim de substituir o infante, enquanto estivesse ausente.» (p. 176)

Eis súmula bastante para compreender uma legitimidade de infante bragançano nascida de casamento dos pais na cidade nordestina. Se a reiterada palavra de rei não bastasse (será mais credível a de compiladores?), a perpetuação *post mortem* da amada e o desvelo para com D. João de Castro seriam mostras suficientes. A moderna leitura dos túmulos alcobacenses di-los «primeiros exemplos, entre nós, da opção por sepulturas de tipo conjugal ou matrimonial, que se caracterizam pelo mesmo recurso a um formulário estilístico comum e pela sua colocação num mesmo espaço» (Macedo; Goulão, 1995: 446-447).

[21] Quanto a «receber» mulher, e dito que Pedro teve Inês por «lídima mulher» nos últimos anos desta, significará que viveram juntos, mas não em vida de Constança, pois, aqui, seria na condição de amantes, o que o futuro legislador havia de condenar com penas severas. Tinha o *Justo* que ser incoerente?

Bibliografia

Alves, Francisco Manuel [Abade de Baçal]. 2000. *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo I. Bragança: Câmara Municipal / Museu do Abade de Baçal.

Alarcon, Antonio Suárez de. 1656. *Relaciones Genealogicas de la Casa de los Marqveses de Trocifal, Condes de Torresvedras*. Madrid.

Arnaut, Salvador Dias. 1960. *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV. I. A Sucessão de D. Fernando*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.

Asensio, Eugenio. 1974. *Estudios Portugueses*. Paris: FCG / CCP.

Bigotte Chorão, Maria José Mexia. 2023. "Pedro e Inês. A força do silêncio", *Pontos de Vista*. Lisboa: CLEPUL.

Bocage. 2005. "A morte de Inês de Castro". *Obra Completa*. Volume II. Edição de Daniel Pires. Porto: Edições Caixotim.

Brásio, António. 1958. "Da legitimidade dos filhos de D. Pedro". *In: Arquivo Histórico de Portugal* (Lisboa), II série, vol. I.

1961. "Os casamentos de D. Pedro I e o auto das Cortes de 1385". *In*: *Anais. Academia Portuguesa da História* (Lisboa), II série, vol. 11.

1962. "Duas notas marginais ao problema do casamento de D. Pedro com D. Inês de Castro". *In*: *Anais. Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 12.

Caramvel Lobkovvitz, D. Ivan. 1642. *Respvesta al Manifiesto del Reyno de Portvgal*. En Amberes.

Chianca, Ruy. 1915. "O frade do Carmo". *In*: *Ressurreições (Narrativas Historicas)*. Lisboa.

Coelho, Maria Helena da Cruz; Rebelo, António Manuel Ribeiro. 2016. *D. Pedro e D. Inês. Diálogos entre o Amor e a Morte. "Sermão nas Exéquias de D. Inês de Castro" de D. João de Cardaillac*. Edição crítica, tradução e comentário filológico. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Dias, Aida Fernanda. 1978. *O* Cancioneiro Geral *e a Poesia Peninsular de Quatrocentos. Contactos e Sobrevivência*. Coimbra: Livraria Almedina.

Ferro, Maria José Pimenta. 1983. "1383-85 à luz da historiografia". *In*: *JL – Jornal de Letras, Artes & Ideias* (Lisboa), 20-XII.

Lapa, M. Rodrigues. 1982. *Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval*. Coimbra: Por Ordem da Universidade.

Leão, Duarte Nunes de. 1600. *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal*. Lisboa.

[Leon, Duarte Nuñez de]. 1590. *Genealogia Verdadera de los Reyes de Portugal*. Lisboa.

Le Goff, Jacques. 1999. *Un Autre Moyen Âge*. Paris: Gallimard.

Lobo, Roque Ferreira. 1803. *Historia da Feliz Acclamacão do Senhor Rei D. João o Quarto, com huma serie chronologica dos senhores reis de Portugal; Épocas do seu Nascimento; Pátria; Idade em que comecárão a Reinar; Casamentos; Filhos; Lugar onde falecêrão; onde jazem; e as suas acções mais gloriosas...* Lisboa.

Macedo, Francisco Pato de; Goulão, Maria José. 1995. "Os túmulos de D. Pedro e D. Inês". *In*: Paulo Pereira, dir. *História da Arte Portuguesa*. Volume I. Lisboa: Círculo de Leitores.

Martins, S. J., Mário. 1975. *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais da Literatura Medieval Portuguesa*. Lisboa.

Mattoso, José. 2001. *Fragmentos de Uma Composição Medieval*. *In*: *Obras Completas*. 6. Lisboa: Círculo de Leitores.

Oliveira, António Resende de. S. d. "As vidas de D. Pedro e de D. Inês de Castro na historiografia medieval portuguesa". *Online.*

Oliveira, Flório José de. 1948. *Dom Pedro e Dona Inês*. Lisboa: Estudos Pórtico.

Pina, Rui de. 1653. *Crónica de El-Rei Dom Afonso IV*. Lisboa.

Pinto, Sérgio da Silva. 1961a. *O Casamento Válido de Inês de Castro*. Sep. de *Studium Generale* (Porto), vol. VIII, n.º 1-2. Porto: Publicações do Centro de Estudos Humanísticos, Anexo à Universidade do Porto.

1961b. *O Sermão das Exéquias de Dona Inês de Castro pelo Arcebispo de Braga Dom João de Cardaillac no Problema do Casamento da 'Mísera e Mesquinha'*. Sep. d'*O Distrito de Braga*. Braga.

Rego, A. da Silva. 1960-1977. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. 5. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Rodrigues, Ernesto. 2013. *A Casa de Bragança*. Lisboa: Âncora Editora.

2016. *Ensaios de Cultura*. eBook. Lisboa: Editora Theya.

S. Lourenço, D. Marcos de. 2014. Os Lusíadas *de Luís de Camões Comentados por* ——. Ed. de Isabel Almeida *et alii*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.

Santos, Ana Margarida Amaro Ferreira dos. 2005. *Inês de Castro: O Tema Inesiano na Historiografia Romântica*. Porto: Faculdade de Letras. [Dissert.

de mestr.]

Sérgio, António. [2]1976. *Ensaios.* Tomo VI [1971]. Lisboa: Clássicos Sá da Costa.

Tovar, Conde de. 1959. "A odisseia do infante D. Dinis (1388-1391)". *In*: *Anais. Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 9.

1960a. "O padre António Brásio e as razões de João das Regras". *In*: *Anais. Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 10.

1960b. "A legitimidade dos filhos de D. Inês de Castro". *Id., Ibid.*

Viale, António José. 1856. *Bosquejo Historico-Poético dos Acontecimentos mais Importantes Occorridos em Portugal até a Morte do Senhor Rei D. João VI*. Lisboa.

Geografia Particular:
Trás-os-Montes e Alto Douro

A António Jorge Nunes

Abre José Mattoso (1997: 5), lapidar: «O nome dado à região de Trás-os-Montes só podia ter sido criado por quem estava de fora.» Significando, ainda hoje, «distância e inacessibilidade», mas também indiferença dos poderes, antídoto seria a orgulhosa rima «Para cá do Marão, mandam os que cá estão». Lê-se, nisto, independência, rebeldia, «Predisposição para resistir à ingerência de intromissões alheias. Desconfiança para com modelos e costumes vindos de fora.»

Na «agregação informe» em que a individualidade se não dilui, é decisiva a «identidade do lugar», que a História e a Geografia definem como *fronteiras*, marcando «a noção de território e da diferença» (p. 6). Marão, Alvão, Cabreira e Gerês separam do Minho; o rio Douro, das Beiras. No curso internacional deste e da serra de Montesinho à do Larouco (com o Gerês, as de maior altitude no Continente, após a serra da Estrela; a do Larouco pintada por Nadir Afonso) correm as comunidades de Castela e Leão e da Galiza.

Ora, dentro, e antes, da designação geral 'Trás-os-Montes', de uso mais comum a partir do séc. XIII, havia pequenas 'Trás-Monte' ou 'Trás-Serra', ou unidades territoriais sob a designação de 'tenência' e 'terra', resistindo em Terra de Miranda, e 'lomba', 'lombada', igualmente encontráveis. O séc. XII ainda se divide por Leão, sob influência de Zamora e dos Templários, a par da dos cistercienses galegos sobre Pitões das Júnias, até à Vilariça, do influxo de Moreruela sobre Miranda, e, até aqui e Vinhais, dos beneditinos de Castro de Avelãs (Bragança), em cujo mosteiro está sepultado Nuno Martins de Chacim (finais do

séc. XIV), o último bragação, avô materno de Inês de Castro. O arcebispado de Braga influía até Barroso, vales do Tâmega e Corgo. A pouco e pouco, os Bragançãos (ou Bragançães) inclinam-se de vez para D. Afonso Henriques e tornam-se decisivos até D. Dinis. A política de forais[1], póvoas e 'vilas novas' organiza e sedentariza populações; os castelos vão passando de mãos numa fronteira fluida. Alheios à guerra, galegos e portugueses misturam-se em Ruivães, Vilar de Perdizes, Rio de Onor, etc., conforme os numeramentos de 1530 e o tombo da demarcação fronteiriça de 1538. Propõe-se a divisão do couto misto da raia de Montalegre somente em 1859. Acima da definição de fronteiras, outras dificuldades persistem[2].

Assim a violência dos elementos – terra dura (salvo nas veigas: Chaves e trechos da Terra Quente nordestina), clima contrastante –, já «pacificada pelo trabalho imperceptível e incansável do tempo», de que resulta o «carácter intocado, "natural", da paisagem». Segunda síntese de Mattoso: «Trás-os-Montes é, pois, simultaneamente, a terra da natureza intacta, das grandes violências, da energia acumulada e do "tempo longo".» (p. 7) Tudo isso se sente no cinema de António Reis e Margarida Cordeiro (*Trás-os-Montes*, 1976), em Manoel de Oliveira, Alfredo Tropa, António Campos, João César Monteiro, Leonel Brito… – sem esquecer telenovelas aí rodadas –, na beleza irrepetível dos cenários.

As dificuldades, que outras províncias ibéricas do século V também conheceram[3], criaram formas de resistência e solidariedade, variedades de uso comunitário agora extintas – o boi e forno do povo, coutos e vezeira (guarda do gado por todos). A riqueza aurífera dos séculos I e II foi desaparecendo, e só a exploração do volfrâmio reanimou com a Segunda Guerra Mundial; outros minérios valem menos do que os cereais,

[1] Em tempo de D. Manuel, Trás-os-Montes é uma das seis comarcas do reino. Ver o *Liuro de Foraes Nouos da Comarqua de Trallos Montes*, em vários estudos de Maria Olinda Rodrigues Santana.

[2] Desenvolva-se este parágrafo com Rita Costa Gomes (2003).

[3] O bispo Idácio de Chaves conta na sua *Crónica*, finda em 469, como a razia das invasões bárbaras – com os Vândalos dominando a Galiza – foi acompanhada de pestes e fome, dos humanos fazendo antropófagos. Ver A. Tranoy, *Chronique d'Hydace*, Paris, Cerf, 1974: 119.

o vinho, o azeite, a amêndoa, a castanha, os enchidos, as águas minerais, insuficientes para atrair ou reter populações, como não retiveram as indústrias da seda e linho, em Setecentos, nem as termas hispano-romanas e oitocentistas, e as muitas barragens do Douro (que sacrificaram povoações, além dos trabalhadores: ver as condições de vida destes, nos anos 50, em Telmo Ferraz, *O Lodo e as Estrelas*, 1960). A oliveira das baixas de Mirandela, a par de Freixo de Espada à Cinta (também com pão e vinho), é já memorada na *Geografia d'Entre Douro e Minho e Tralosmontes* (c. 1549), do Doutor João de Barros.

Entendemos melhor esta região à luz das três condições que se requerem na definição de cultura, segundo T. S. Eliot (1965: 16): uma «estrutura orgânica» assente em classes sociais e transmissão hereditária; a especificidade geográfica, ou «regionalismo», desembocando em «culturais locais»; a religião, com seus cultos e devoções.

A Segunda Grande Guerra findara há três anos, também vencida por um Leste que se propunha abolir as classes sociais. No rectângulo transmontano, contudo, seria ocioso confrontar classe e elite, quando grupos sociais mal se destacavam – apesar dos *grandes lavradores* – e, pelo contrário, os antropólogos se deliciavam com manchas significativas de comunitarismo agro-pastoril. Brian Juan O'Neill procurou ver de perto essa realidade social, trabalhando, entre 1976 e 1978, na aldeia vinhaense de Santalha – que designa por Fontelas[4].

A obra, aqui tomada como representativa do imediato pós-25 de Abril, incide nesta matéria: Uma comunidade ibérica "igualitária"?; Campos abertos e terras comunais; Trabalho cooperativo; Matrimónio e património; O sistema de casamento; O eixo da herança; Conclusão. Seguem-se cinco apêndices: O Inquérito às explorações agrícolas; Grupos sociais em 1851 e 1892; O registo paroquial; Estrutura dos fogos em

[4] De que resultou, entre outros trabalhos, uma monografia de doutoramento em Antropologia Social, defendida em 1982 na London School of Economics: *Social Hierarchy in a Northern Portuguese Hamlet, 1870-1978*. Traduzida, deu *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros (Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978)*. Ver O'Neill, 1984.

1977; Baptismo de filhos ilegítimos. Fecha-se com um Posfácio, "Carta de regresso a Londres – 1978"[5], que nos fala da ambientação à aldeia e do choque que foi reencontrar uma cultura diferente, um mundo urbano «*civilizado* e desumanizante» (p. 443). Argumento:

> Este livro trata das distinções sociais no seio de uma aldeia portuguesa serrana. A tese que defendo põe em causa a afirmação de que as pequenas comunidades isoladas das montanhas do Norte de Portugal são necessariamente igualitárias em termos de estrutura social, embora seja a imagem criada pelos principais etnógrafos que têm trabalhado na região durante as últimas décadas. [...]
> Apesar dos comentários iniciais dos moradores acerca da sua relativa igualdade local, emergem da minha análise diferenças económicas e sociais marcantes. A investigação focou três áreas principais da vida social: a posse de terra, o trabalho cooperativo e as formas de casamento e herança. Em primeiro lugar, a terra não é possuída em quantidades iguais, do mesmo modo que não existe nada de igualitário quanto à sua distribuição dentro da comunidade. Em segundo, as formas de cooperação agrícola encerram notáveis desigualdades, no que respeita à troca de mão-de-obra e tempo de trabalho. Em terceiro lugar, as práticas de casamento e herança revelam disparidades fundamentais entre uma minoria de herdeiros favorecidos e os irmãos excluídos: em termos legais, todos herdam em partes iguais, o que, na prática, raramente acontece. Em vez de depararmos com um grupo homogéneo de camponeses, surge-nos uma hierarquia clara de quatro grupos sociais distintos: diferenças radicais de nível económico e social e quanto à estrutura do grupo doméstico separam os abastados dos de meias posses e dos pobres. [...] Em contraste com a imagem aceite da igualdade no âmbito das aldeias serranas, a maioria dos meus informadores fez notar repetidamente que "nós aqui somos todos iguais". (p. 21-22)

Os grupos sociais apresentados são quatro: pequenos agricultores, lavradores, lavradores abastados e proprietários. Não é só o número

[5] Já lido em *Raiz e Utopia*, n.º 7/8, Outono-Inverno de 1978.

de hectares que os distingue; igualmente, a posse de uma junta de vacas, as terras em arrendamento, o arrotear de pequenas parcelas nos baldios. O total de terra arável e de pastoreio dá, para os 187 habitantes, 615,92 hectares utilizados, coisa de um latifúndio no Alentejo. Entretanto, uma primeira dificuldade é optar pela designação "pequenos agricultores": «Originariamente, a maioria destas pessoas eram jornaleiros. [...] Hoje, a palavra "jornaleiro" é raramente utilizada em Fontelas, não só porque apenas existe num pequeno número de aldeãos (cinco) que trabalha à jorna regularmente, mas também porque aquele termo tem conotações de dependência e pobreza.» (p. 97) Porquê, logo, um título cujos membros não abrangem os grupos sociais *in texto*? que mistura "grupos sociais" (proprietários, lavradores) e algo que será tratado nas relações matrimónio/património? Em 2019, só por milagre se encontra essa mão-de-obra nacional.

A segunda dificuldade é a designação "lavradores abastados". Em "Trabalho cooperativo numa aldeia do Norte de Portugal" (O'Neill, 1982: 7-34), lia-se:

> Além dos três principais grupos sociais da aldeia (proprietários, lavradores, jornaleiros), [...] há um quarto tipo de ocupação que inclui os especialistas e os cargos profissionais [que, todavia,] são também agricultores. [...] Os habitantes da aldeia falam de algumas famílias "mais ricas", mas descrevem-se a si próprios e ao resto da aldeia em geral – o povo – como um grupo de lavradores pobres. (p. 9)

Vê-se o que há de confusão na terminologia que contabilize pessoas: de uma versão para a outra, os "jornaleiros" substituíram-se por "pequenos agricultores"; e abriu-se um quarto grupo (que não corresponde ao que, em 1982, era "quarto tipo de ocupação) a que se chamou "lavradores abastados" e que os camponeses dizem "remediados"...

Os sujeitos desta vida serrana não ignoram a hierarquização em que se integram. *Desigualdade social*? Mais devagar, se nem sequer se aprofundaram aspectos do *simbólico*, de tal modo importantes, que podem levar a afirmar "aqui todos somos iguais"... Ajuda-nos uma citação de 1982, mais próxima do sentimento que, nordestinos, nos fazemos: há

os mais ricos e o povo. Apesar de, com o surgimento de rupturas no tecido social, tais como a emigração e o acesso ao ensino, esta dicotomia só excepcionalmente fazer sentido. O crédito bancário e a revolução mediática ultimaram a estratificação. Se sobrevivem manchas de desertificação e os cuidados de saúde ainda falham, desapareceram de vez as imagens salazaristas do pé descalço. O estudioso pensava encontrar «um grupo homogéneo de camponeses»; deparou-se-lhe «uma hierarquia clara» (p. 22). Mesmo conhecendo a realidade dos livros, não se aceita essa confiança inicial. É confundir o que é, *unicamente*, a narrativa de uma ética (Jorge Dias) e já Miguel Torga observara em 1946[6]. Com efeito, O'Neill não ignora, porque o cita em 1982, que em Rio de Onor havia, em 1952, a) Seis famílias abastadas «que vivem bem, com boa mesa e sem grandes preocupações»; b) Sete famílias «que colhem o suficiente e não vivem mal»; c) Uma maioria de vinte famílias mais pobres «que não colhem o suficiente e têm de comprar aos mais ricos o pão que lhes falta para gasto»; d) Sete famílias «que chegam a passar fome de pão em certas ocasiões» (Dias, 1953: 166; O'Neill, 1982: 27).

Se isto é assim, porque não se entende o "comunitarismo agro-pastoril" como uma ética (onde não se rouba, por exemplo, como diz Torga), a qual, para tanto viajante estrangeiro, nomeadamente britânico, representa um atraso de vida? Que *desenvolvimento* é esse – e o Posfácio sente-o – das grandes capitais onde os vizinhos nem se falam?

Ora, sobre esta vertente *do que se procura na vida* é que era preciso interrogar as pessoas. Sobre um conjunto de gestos, ditos ou interditos, que relevam do imaginário, do simbólico. Assim: como, porquê, quando se sente essa desigualdade? O subtítulo português – *Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978* – só teria validade se o tema fosse mais geralmente afirmado, para que se não visse aqui um *desejo* de quem, exterior, sente e vê pelas suas personagens.

Com efeito, ao analisar o trabalho cooperativo e os seus «enganos igualitários», esquece-se a lógica da referida ética. Se uma *casa* (em 1982, *família*) tem mais terras e gasta mais água dos co-herdeiros, isso é marca de desigualdade; se, no contexto da torna-jeira, a debulha de um

[6] Ver *Diário – III*. Rio de Onor, 27 de Setembro [de 1946].

mais pobre se faz em poucas horas, quando ele deu mais tempo aos outros, e também aí vê uma fonte de desigualdade, então nega-se o contrato essencial entre uma comunidade, cujos membros, se sentem a injustiça, agem em conformidade: exigem aumentos na jorna ou emigram.

A emigração quase nem aflora. Um pormenor curioso, como é a reacção dos populares ao pároco, filho da terra – este trata-os de avaros e eles não o querem escutar –, passa sem análise. O'Neill, que, além de Torga, coloca Pierre Bourdieu em epígrafe, deve ter lido no mesmo Bourdieu que o operário não *fala*, trabalha; como também o camponês só *ouve* ou só repete a voz do padre, mas nunca interrogando. Ora, os tempos mudam, a começar pela perda de autoridade sacerdotal. Novos exemplos provam estar-se numa efectiva igualdade, ou que assim é sentida. Mais: quando D. Sofia adopta a filha de uns criados seus como herdeira, será que o celibato (ligado ao fantasma de ver as propriedades fragmentadas) não a fez "descer"? O meeiro que, também por cálculo, trata das terras do rico e se serve do tractor que só o rico poderia ter comprado, não "subiu"? O pobre que, à morte, tem missa cantada por cinco padres, que o familiar emigrado paga, não teve tanto como os mais ricos? Exigências, recusa (sob formas de emigração ou outra), vinganças subtis, cálculos e tantas vezes despeito, eis algumas maneiras de se *ser igual*, mas que uma análise de elementos *só materiais* não englobará.

Por aqui se conclui que a hierarquia social, se pode ser reconhecida – – até no tratamento linguístico com que se brindam *dons* e *donas* –, é conceito apressado no sentido de desigualdade social. Pois seria preciso vê-la como *desigualdade social enquanto sentida pelos próprios*. Não esquecer que, na ausência de caciquismo, o labor cooperativo é livre e eticamente aceite por todos. Pensar que o pobre debulhador fica prejudicado é aceitar, talvez, o ponto de vista dos proprietários, que o sentem, mas não o dizem. E que só eles o sintam não significa que estejam *em cima*. Os cuidados de linguagem pareciam diferentes em 1982: «A ausência de quaisquer disparidades flagrantes de *status* ou riqueza na aldeia é visível também numa série de estruturas sociais de tipo igualitário.» (p. 9)

Falar em hierarquia social supõe, pois, um risco – como se, *neste quadro*, houvesse camponeses, grupos, regimes 'homogéneos'. A morte não é só importante para a luta de partilhas. Que, em vida, os pais manobrem, prejudicando uns, para se entregarem na máxima indivisibilidade, isso significa um igual imaginário na colectividade e, para os que ficam, prisão ao Além, no respeito ou na vingança.

Novidade é a diminuta importância que em Fontelas / Santalha se concede ao casamento e à vida diurna separada que, durante alguns anos, podem ter os cônjuges. Espantosa é a altíssima proporção de filhos ilegítimos e pais incógnitos, resultado – mas não só – da agudização das relações matrimónio / património.

Entra, aqui, «O principal canal de transmissão de cultura» (Eliot, p. 43), e mais em terras onde a escola continua precária: esse canal é a *família*, conceito que salta facilmente as paredes de um lar para formas colectivas. Assim se explicam estudos continuados sobre o romanceiro (*cf.* Caufriez, 1997, 1998); sobre a oratura em prosa; o teatro popular[7]; sem esquecer o disperso cancioneiro de redondilha maior, a pedir balanço, confrontadas as quinhentas densas páginas do *Cancioneiro Popular Transmontano e Alto-Duriense* (1966), de Guilherme Felgueiras.

Sirva-nos o índice geral para entendermos, numa Europa que se pretende de regiões, esta pequena parcela. O quotidiano é de *relação*: com a múltipla natureza, os mundos animal e vegetal, entre galanteios e requebros, arrufos, chacota, «penas de amor», relação que fundamos em três núcleos essenciais: vida social e *moral*, incluindo-se, aqui, os costumes; vida material; linguagem.

Na vida social e moral, convergem bodas, baptizados, ritos fúnebres, demandas, entre outros eventos; com datas fixas, há cerimónias religiosas, festas, Entrudo, e houve o Galo do professor; constantes, não raro conjugando-se, são, por exemplo, a má-língua e o serão. Este associa transmissão em família e região. Estamos no seio da cultura intersomá-

[7] Vários exemplos, anónimos e com assinatura, em *Teatro Popular Português*, coligido por J. Leite de Vasconcellos, coordenação e notas de A. Machado Guerreiro, *II (Profano)*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1979.

tica (ou intersubjectiva, intersocial).

Esta acrescenta uma componente instrumental, um saber-fazer, na passagem à vida material: além da cultura da terra (eis sentido literal de *cultura*) e suas técnicas, além de ofícios ou indústrias caseiras, somem-se adornos e trajes, alimentação, iluminação, etc. De tudo isto dá conta, miudamente, a leva de etnólogos, sociólogos e historiadores (também das mentalidades, da cultura, da comida – aqui, Armando Fernandes, António Manuel Monteiro e, mormente, Virgílio Nogueiro Gomes). O estado de *conservação* seduz, para lá de paredes que ecoam "Entre quem é!"[8]. Não menos actua a literatura, alargando o leque das potencialidades. Estas residem na linguagem, parcial repositório do que acabei de enumerar. Lá iremos.

O que, no tocante às línguas – entidade donde manam linguagens –, tem a região de diversidade, tem de unidade em matéria de religião. Responde ao voto final de Eliot, pois, «sem uma fé comum, todos os esforços para unir mais as nações, em cultura, não poderão produzir mais do que uma ilusão de unidade» (p. 82). Esta visão *medieval* vazou-se em catolicismo apostólico romano, jamais imune ao paganismo de rituais festejados pelos mais crentes, a par de crendices e bruxedos, de medicina popular combatida pela Igreja e Universidade desde o século XIII, de pactos com o Diabo e tentações da carne que arrepiam serafins. Veja-se como *o cónego* Ochoa, que dá título (2007) a A. M. Pires Cabral, desonra a filha do feitor Querubim, Gervásia. Aproveito a personagem Herculano para dizer como se reforça a palavra da *rua*, a atmosfera de merenda à *lareira*, e, por breves histórias interpoladas, se oferece um quadro aldeão disputado entre *igreja* e *taberna*. Citei quatro lugares de eleição, em que a igreja não tem primazia.

É extraordinário, entretanto, ver reunidas família, região e religião em dois núcleos: nos santuários, ermidas e ex-votos que pontuam a geografia; e na figura do padre-escritor, quase sempre obscuros abades vivendo do seu passal ou da côngrua. Novos tempos alteraram este imaginário oitocentesco.

[8] Inspira título de Morais, 2007.

Aqueles vêm do tempo de Panóias romanizada, coetâneos de pontes e vias romanas – reformadas em finais de Setecentos, com o provimento de fontes e novas estradas reais –, antes de chegarem os caminhos de Santiago, com que a região se transladava em romarias, feiras francas (de um ou dois dias por mês, quando não de três, na dos Santos, em Torre de Dona Chama; eram, sobretudo, de gado: *cf.* Santos, 1988), e se ligava à Europa. O comboio, hesitante, veio e foi-se em cem anos (1887-anos 90). Modernas vias, por ar e terra, não fixam gente. Entretanto, outros cultos primitivos sobrevêm, documentados nos berrões / / berroas de Murça, Torre de Dona Chama e Bragança, associados ao pelourinho. Seria preciso estudar castros, antas, dólmenes, etc., face ao êxito das antigas festas do solstício de Inverno, agora recuperadas – na antropologia[9], na geografia (Virgílio Taborda, Manuel Carlos Patrício [2002], Carlos Ferreira), na engenharia e arquitectura (António Jorge Nunes, Luís Alexandre Rodrigues, António Maria Mourinho Júnior), no cinema (António Reis e Margarida Cordeiro, *Trás-os-Montes*, 1976; Noémia Delgado, *Máscaras*, 1977), no documentário (vário António Campos; João Vieira / Manuel Pires, *A Festa dos Caretos em Torres de Dona Chama*, 1982), na ficção (Ernesto Rodrigues, *Torre de Dona Chama*, 1994; Tiago Patrício, *Trás-os-Montes*, 2012; António Pinelo Tiza, *O Diabo e as Cinzas*, 2013; José Mário Leite, *Canto d'Encantos*, 2020), nas artes plásticas (João Vieira, Graça Morais, António Silva, Luís Canotilho / Neto Jacob, António Cravo, André Gago, José António Nobre, Balbina Mendes, Carlos Ferreira, Amável Antão), na caricatura (Stuart, Vasco de Castro), na fotografia (Georges Dussaud, Nuno Calvet, Luís Cangueiro, Jorge Morais).

Entre padres que foram além de curas de almas e melhor organizam um imaginário, salientemos Ernesto Sales, o historiador de Mirandela (Sales, 1978, 1983, 2014-2015: 1-376); Firmino Martins e seu *Folklore do Concelho de Vinhais* (1928; 2 vols., 1939); António Maria Mourinho, recolector de cancioneiro em mirandês e mais conhecido como director do grupo Pauliteiros de Miranda; António Nogueira Afonso,

[9] Ver um abrangente Tiza, 2004 e 2015, aqui, seguido do volume II, e 2009; AA. VV., 2006.

antologiando o *Cancioneiro Popular da Região de Mogadouro* (1970); o multímodo Joaquim Manuel Rebelo, entre Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta; Belarmino Afonso, que estudou um pouco de tudo, embora mais voltado para a etnografia bragançana[10]... Serão de tónica mais transnacional os títulos de Monsenhor José de Castro e Francisco Videira Pires. Ambos exilados no Brasil, aquele representaria o país no Vaticano; este foi voz nas ondas hertzianas até ao 25 de Abril, antes de se especializar em sociologia e em... Marx. Muito do que sabemos de nós lhes é devido, misto de arqueólogos e cientistas sociais.

O santo-e-senha é Francisco Manuel Alves: se os 11 volumes (desde 2002, com um décimo segundo de índices) das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (1909-1947) realçam, no título, Arqueologia e História, não esquecem Bibliografia, Toponímia e demais domínios da investigação local, incluindo um par em que a região a todas sobreleva – na Língua e suas falas, e na Literatura Oral e Tradicional. À volta do Abade de Baçal organiza-se uma galáxia, desde admiração tingida de crítica, em Miguel Torga, à pura admiração, em João de Araújo Correia (1967: 227-231; 1968: 33-37) e Paulo Quintela[11] – – não só vicentino, nem só professor e tradutor do alemão.

Outra especialidade transmontana se avantaja, que explica como, face a dificuldades por vezes invencíveis, preferimos «muitas vezes a aventura e a incerteza em terras desconhecidas do que a miséria ou a derrota» em nossa casa. Corajosos e determinados, os transmontanos «Comandaram as tropas portuguesas em Ceuta ou na Índia, sustentaram as guerras da Restauração no Brasil, peregrinaram por toda a Europa, foram missionários nos quatro cantos do mundo, desempenharam postos administrativos e militares na África portuguesa nos séculos XIX e XX. [...] Jaime Cortesão notou que eram trasmontanos, na sua maioria, os

[10] O volume XXVI de *Brigantia*, relativo a 2006, homenageia Belarmino Afonso, fundador desta «revista de cultura» em 1981. Sucedeu-lhe Ana Maria Afonso. Lançado um ano após sua morte, no Arquivo Distrital de Bragança – que também dirigiu –, este número quádruplo tem o peso da gratidão e da memória: após nota bibliográfica (desde 1956) por Hirondino da Paixão Fernandes, seguem 23 depoimentos e 49 estudos sobre matéria histórica, arquivística, religiosa, literária e de incidência cultural transmontana.

[11] Este tem homenagem e bibliografia em *Biblos* (Coimbra), LI, 1975.

colonos portugueses que povoaram a Colónia do Sacramento e durante dezenas de anos resistiram heroicamente à ocupação espanhola, antes de ela se tornar território do futuro Uruguai. Tais foram os resultados de uma secular aprendizagem da dureza numa terra que a natureza não dotou de mimos nem de facilidades.» (Mattoso, p. 29-30)

Logo em finais do século XV, nascem os nossos primeiros missionários, e, desde o século XVIII, não há vila que dispute o lugar a Freixo de Espada à Cinta, em braços, almas e orientes. O maior e mais quantioso do século XX, o Padre Manuel Teixeira, bibliografou 41, dando, em apêndice a *Missionários de Freixo de Espada à Cinta* (1993), lista de outros 54, quase todos com obra literária teológica e historiográfica, já menos ficcional e lírica, e, não raro, bilingue, português-mandarim. Assentes os pés (quase sempre descalços) neste chão ao qual muitos voltaram, vencidas as fronteiras do mar, voaram até esferas que causam espanto, na inesperada conclusão: a sinologia tem dedos e glote transmontanos. Com o vice-rei Lopo Vaz de Sampaio, Jorge Álvares e António Pinto Pereira – secretário de D. António, prior do Crato, autor da *História da Índia no Tempo em Que a Governou o Vice-Rei D. Luís de Ataíde*, Coimbra (1617) –, inaugurava-se família de grandes orientalistas: para Macau foram Joaquim Afonso Gonçalves, o jesuíta Benjamim Videira Pires – *Embaixada Mártir* (1965), *Os Extremos Conciliam-se (Transculturação em Macau)*, 1988, 1992; *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*, 1993 –, Júlio Augusto Massa, sonetista quantioso. O Japão tem expoentes máximos modernos em Armando Martins Janeira e no padre Jaime Coelho, cujo título mais conhecido é o *Dicionário Japonês-Português* (1998). Dos mais orientalistas, citem-se António Lopes Mendes – exemplo de viajante completo, «precursor da geografia moderna» (Rocha, 1990: 74-83) – e Francisco Maria Esteves Pereira.

O reverso desta história de religião – que já passa a história de religiões, com mudança, também, nas disciplinas – dá-se com a Inquisição: o intelectual expatria-se à força e queda pela Europa. No século XX, a perseguição política acrescenta o Brasil.

Os núcleos judaizantes do Nordeste sofrem razia: veja-se o vol. V das *Memórias...* baçalianas, seguido de trabalhos de Amílcar Paulo

e de outros, até António Júlio Andrade e Maria Fernanda Guimarães, hoje, desaguando no Centro de Interpretação Sefardita (2017), em Bragança. Isaac Oróbio de Castro filosofa contra Spinoza; o médico Jacob de Castro Sarmento é uma espécie de estrangeirado a partir de Londres, divulgando entre nós Newton e a ciência do tempo. Não nos ficou somente a alheira...

Nem missionários, nem judeus – e deixo de remissa parte do século XX no Ultramar português, que vêm trabalhando Jorge Golias e Aniceto Afonso –, saíram Diogo Cão e Fernão de Magalhães (a naturalidade de João Rodrigues Cabrilho é duvidosa), mas igualmente os nautas do pensamento: além de Álvaro Lopes de Chaves[12], secretário de D. João II, e do impressor Rodrigo Álvares[13], singularizo os humanistas de Quinhentos (e quantos se dirigiram, sobretudo, à Universidade de Salamanca) no jerónimo Frei Diogo de Murça ou no professor e poeta neolatino Inácio de Morais (Couto, 2004). Elevo um andante Francisco de Moraes (ou Morais), em Europas afins, mas diversa prosa.

Não é um acaso este apelido, que resolve o lugar de nascimento, em Morais (Macedo de Cavaleiros). O seu *Palmeirim de Inglaterra* (c. 1544) funda parte da literatura universal. Herói justo, equânime – – «Quién más discreto que Palmerín de Inglaterra?», lê-se no *Don Quijote de la Mancha* (1615, cap. I), que tanto o celebra na primeira parte (1605) –, bebeu num húmus de coisas fantásticas, mouraria, sensualidade e aventura no apelo constante à deslocação geográfica. Conta ter visto, na sexta-feira de Endoenças de 1521, um ferreiro de Bragança lendo, na igreja, *A Celestina*... (Jorge, 1921: 14) Terras insólitas: se a Igreja condenava livros de cavalarias, mais condenava o realismo de

[12] Ver o seu *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, códice 443 da Colecção Pombalina da B. N. L., ed. de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, INCM, 1984.

[13] «Aliás, o único impressor português conhecido que tenha publicado obras no século XV é Rodrigo Álvares, e sabe-se que era de Vila Real. "O seu primeiro trabalho, o precioso incunábulo – Constituições que Fez o Senhor Dom Diogo de Sousa Bispo do Porto" –, como escreve Oliveira Júnior, foi impresso na capital do Norte em 4 de Janeiro de 1497. Terá sido ele o impressor do *Tratado de Confissom*?» (Martins, 1974: 52) Este é o primeiro livro em língua portuguesa: foi impresso em Chaves, em 8 de Agosto de 1489.

Rojas. Mas a Espanha não era, nem é, muro de vergonha: persistem contactos galegos e asturo-leoneses, da língua mirandesa a tradições.

Do entretanto dito, emerge aquela constante, mais afirmada nas periferias: o expatriamento, antes de ser emigração brasílica e europeia; em menor escala, o exílio. Mas também forte migração interna.

Esta ausência da 'pequena pátria' tem razões diplomáticas ou, eminentemente, económicas, laborais e educativas; excepcionalmente, ideológicas, no caso de João Sarmento Pimentel, cujas *Memórias do Capitão* (no Brasil, 1963; Porto, 1974) Jorge de Sena prefaciou. É de novo retratado em *Sarmento Pimentel ou Uma Geração Perdida* (1976) por Norberto Lopes, já então decano – como decano será o polígrafo Raul Rêgo – dessa plêiade de jornalistas com provas dadas no Porto e em Lisboa, mesmo se a Imprensa não era ofício primeiro. São outros missionários – do efémero.

Com efeito, o jornalismo obrigou à saída de Alves Correia, Luís Botelho, general Adriano de Sá, João Barreira, Joaquim Leitão, Justino de Montalvão, Afonso de Castro, Sousa Costa, Gastão de Sousa Dias, Carlos Cochofel, Manuel Múrias, Nuno Teixeira Neves, Rogério Rodrigues, António José Cadavez, Carlos Pires (e poucos regressos: Teófilo Valdemar, César Urbino...), todos com mão na crónica, em alguma ficção e mesmo verso. Eduardo Guerra Carneiro (também poeta e cronista) e Francisco José Viegas (saúda o Douro e franjas do interior numa criação genológica multímoda; ver *Regresso por Um Rio*, 1987) respondem, qualitativamente, por todos.

Outro núcleo dessa diáspora é o de professores e ensaístas, em remissões constantes da terra-mãe na obra e actividade pública: Emídio Garcia, Manuel António Ferreira Deusdado, Maximino Correia, Santa Rita Xisto (primo de Camilo Pessanha, cuja família era de Mirandela), A. A. Gonçalves Rodrigues (fundador do ISLA, e cujos 5 volumes-balanço de *A Tradução em Portugal* desde 1495 [Lisboa, 1992 ss] são um marco), Barahona Fernandes, Júlio Fragata, Manuel dos Santos Alves, Adriano Moreira, Francisco Felgueiras Júnior, Alfredo Margarido, António Borges Coelho (em especial, 1986: 137-160), Cassiano Reimão, António Cirurgião... Na ordem de tarefas ciclópicas, empreendi-

das por alguns dos citados, releve-se Hirondino da Paixão Fernandes, cuja *Bibliografia do Distrito de Bragança* ultrapassa qualquer dicionário ou *inocêncio*. Transcende as 800 páginas do vol. VII, dedicado aos "Notáveis" bragançanos, das *Memórias*... do Abade de Baçal, bem como os *mais ilustres* dicionarizados em Barroso da Fonte (2001-2003). Em *Vila Real. História ao Café* (Neves, Cabral, 2008), desencantamos outros aqui em trânsito. Salva-se transmontano emérito, como declaram Manuel de Laranjeira e Pascoaes (Cabral, Lobo, 2001: 31), por aí se ter feito homem, construído autor, entre os dez e os 22 anos, e imposto novelista de atmosfera vila-realense logo na estreia, com *Anátema* (1851): Camilo Castelo Branco. No agitar da língua clássica, há larga composição do idiolecto provincial. Camilo diz Vila Real «pátria de meu pai, e a minha primeira paragem depois que a orfandade, aos nove anos, com a sua escolta de infortúnios começou a andar comigo de inferno em inferno» (Castelo Branco, [8]1966: 18). *Faz-se* naquela cidade (*cf.* p. 55).

Onde buscar, entretanto, o peso ou *o sentido de região* à luz do estrato cultural que é a literatura, cujo universo referencial fugidiamente descrevi?

Na linguagem, acima deixada em suspenso. Terra de duas línguas oficiais, português e mirandês, tem registados, quando não pronunciados, os falares barrosão, sendinês, guadramilês e rionorês, ou riodonorense, como preferia dizer Daniel José Rodrigues. Em 1909, na revista coimbrã *O Instituto*, reuniu breves contos exemplares acompanhados de texto em vulgar[14]. Quanto ao mirandês, é mais de um século de peque-

[14] «Un dia un arrieiro cuntou q'habia curriu as cinco partes d'al mundo, e que entre outras cousas, habia bisto una en que ningun habia falado. // Iera un pie de berzas tan alto que cincoenta cavalheiros puestos a dreito uns dos outros pudiam andar da cabalo debaixo d'ua d'estas fôias. Un dos que uíran, num s'acordando d'ua d'estas cousas, dixo cun o maior descanso: q'el tamien habia viaxau, e que chegando al Xapon, habia bisto cun grande admiracion mas de três cientos de caldeireiros a trabaiar n'um grande caldeiron, drento d'al qual staban mas de cien persós a limpal'o. Mas que querien ellos fazer cun aquelle grande caldeiron?, precurou al principio. Era para cozer al ton pie de berza.» Versão: «Um dia um arrieiro contou que tinha corrido as cinco partes do mundo e que, entre outras coisas, tinha visto uma na qual ninguém tinha falado. // Era

nos passos, desde as viagens de Leite de Vasconcelos, a partir de 1883 (*Estudos de Philologia Mirandesa*, 1900), às traduções neste século de Fracisco Niebro, também poeta e contista, que esconde Amadeu Ferreira, cronista-mor da causa (Marques, 2015). Quer-se mais diversidade linguística?

Neste propósito, da impressão à gramática e ao consultório linguístico na Imprensa escrita, da rádio à televisão, foi gente desta a pautar a língua nacional: lembremos o *Tratado de Confissom* (Chaves, 1489), de Frei João Chaves[15], primeiro livro impresso em língua portuguesa; Amaro de Reboredo e Madureira Feijó; o dicionarista Augusto Moreno; Raul Machado e Edite Estrela; Evelina Verdelho, rastreando a linguagem regional em certos autores; enfim, para estudos de dicionarística e vocabulários ortográficos, Telmo Verdelho. Não sair deste apartado sem lembrar Barros (2006)[16], Evangelista (2013) e, mais completo, Cabral (2013).

Ora, é face à regra e sua reversão, à pronúncia oblíqua e seu registo, ao novidoso vocábulo, servindo um olhar de alturas e abismos a verter, que esteticamente se perfila e transmite um conjunto particular de imagens em que nos solidarizamos, seja neste chão ou nas comunidades deslocadas. O nosso mundo é «em qualquer Brasil», disse Torga ([1976] 2002: 203), em conferência de 1948 sobre "Teixeira de Pascoaes": «Nascemos aqui, mas nascemos desterrados, reais ou potenciais, e sempre com parte do sangue no exílio. Todos temos um irmão, um filho, um primo ou a família inteira em qualquer Brasil.» Nessa conferência, "Trás-os-Montes no Brasil", lida no Centro Transmontano de

um pé de couve tão alto que cinquenta cavaleiros formados podiam cavalgar debaixo duma das folhas. // Um dos ouvintes, não se lembrando de tal coisa, disse com a maior placidez que também tinha viajado e que, chegando ao Japão, tinha visto, com grande admiração, mais de trezentos caldeireiros, a trabalhar num grande caldeirão, dentro do qual estavam mais de cem pessoas a limpá-lo. Mas que queriam eles fazer com aquele grande caldeirão?, perguntou o primeiro. Era para cozer a tua couve.» (Rodrigues, 1973: 16-17)

[15] Ficcionado em Viegas, 1991: 24-39.

[16] Misturou à lista de falares o mirandês, e todos excluindo, excepto o barrosão. Além da parca bibliografia abonatória, perigo maior foi reduzir a localismos termos comuns a vários sítios, quando não de provincianismos contíguos ou da língua padrão.

São Paulo e no do Rio, em 14 e 16-VIII-1954 – onde surge o célebre «O universal é o local sem paredes» –, é um paradoxo notável afirmar que a «realidade sem muros» (p. 126), que eu traduzo em região da cultura (e, nela, de uma literatura peculiar), realidade paralela a «qualquer Brasil», era a região com mais muros e muretes: Trás-os-Montes...

Este minifúndio da sobrevivência levou-me a pensar na adequação do conto ao génio local, hoje com extensões romanescas. Esguelhado de Lisboa, tira-se cânone de Trindade Coelho, Miguel Torga, João de Araújo Correia, mesmo Domingos Monteiro; mas, para um retrato *de dentro* expandindo-se para o Outro, e conjugando historiadores, sociólogos e antropólogos, vamos alinhar, entre tantos possíveis (Marcolino Cepeda, Fernando Calado, Manuel Cardoso, Isabel Mateus...), Luísa Dacosta, Bento da Cruz, António Cabral, Nuno Nozelos, Afonso Praça, Modesto Navarro, Hélder Rodrigues. Modelos de *interioridade* – remetendo Torga, A. M. Pires Cabral e José Mário Leite para *Verso e Prosa de Novecentos* (estes e companhia, ainda, no volume de *Crónica*) –, fecho com José Dias Baptista, assim sintetizando as principais disciplinas que olham à região.

Quase esquecida na *Província* (1955) das «almas mortas» transmontanas, temos Luísa Dacosta (1927-2015), estreada com *Árvore* (1953). Sem cortar liames, mostra-se agradecida: «Tive uma infância feliz, não rica, mas feliz, sem infantário. Andei de burro, apanhei rãs nos rios, subi descalça às árvores, fiz magustos, fiz roupinhas e cozinhei para as bonecas em fogões pequeninos, mas autênticos, fiz enterros de passarinhos, todas essas coisas e que eu acho que são importantes para crescer.»[17] Homenagem ao passado retorna em *Lá Vai Uma, Lá Vão Duas...* (1992). Nas *Notas de Crítica Literária* (1960), estão as predilecções da adolescência que lhe tocam a prosa – Sá de Miranda, Tolentino, Cesário, acrescentados de Pessanha e Cecília Meireles, que lhe ensinaram a

[17] "Luísa Dacosta depõe [...]", *Jornal de Notícias* (Porto), 24-II-1981. Ver, ainda, Gomes, 2005.

usar «muitas vezes a palavra pelo som, pela visualidade, pela cor, pela textura, peso ou leveza» –, sem olvidar um Raul Brandão tutelar (que prefacia e com quem comunga «a adesão afectiva, uma raiz de sonho e uma visão pictural da realidade») com seu par em Irene Lisboa, cronista descendente de Fernão Lopes[18]. É desta linhagem a também cronista de *A-Ver-o-Mar* (1980) ou *Morrer a Ocidente* (1990) – díptico sobre a «evolução e morte da pesca artesanal e da faina do sargaço numa comunidade ribeirinha».

Bento da Cruz (1925-2015) fixou a tradição oral barrosã, acrescida de tonalidades épicas em tempo de guerra e de clandestinidade (*O Lobo Guerrilheiro*, 1992). Essa vasta produção assenta na vivacidade de cenas, regidas pelo dicionário do terrunho, em *Planalto em Chamas* (1963), *Ao Longo da Fronteira* (1964), *Filhas de Loth* (1967), *Contos de Gostofrio* (1973, reed. como *Contos de Gostofrio e Lamalonga*, 1993), *Planalto de Gostofrio* (1982), *Histórias da Vermelhinha* (1991). Algum título mais erudito, como *A Lenda de Hiran e Belkiss* (2005) ou o amor entre o arquitecto do templo de Jerusalém e a rainha de Sabá, cresce em diálogos, frases curtas e directas. Cronista no quinzenário que fundou após Abril de 1974, *O Correio do Planalto*, da secção *Prolegómenos* tirou título em 2007, e subtítulo «Crónicas do Barroso», em que reúne tempo, bichos, árvores, pássaros, flores, interioridades. Biógrafo e divulgador (*Victor Branco, Escritor Barrosão. Vida e Obra*, 1995; *Guerrilheiros Antifranquistas em Trás-os-Montes*, 2003; *Camilo Castelo Branco por Terras de Barroso e Outros Lugares*, 2012), celebrou 50 anos de vida literária com *Fárria* (2009), ou os anos de esplendor nas minas da Borralha, durante as duas guerras mundiais e a da Coreia: o trabalho nas galerias, o enriquecimento fácil, o contrabando, enganos, encerramento.

Ensaísta, dramaturgo e poeta estreado em 1951[19], António Cabral (1931-2007) mostra a *distância*, não só física, até ao Poder. Em *Me-*

[18] Ver *Gazeta Literária* (Porto), Janeiro-Junho de 1961.

[19] A lírica entre 1956 e 1999 está seleccionada em Cabral, 1999. Dos *Poemas Durienses* (1963) relevo: "Descalça vai para a fonte", "A quinta do senhor Smith"; de *Os Homens Cantam a Nordeste* (1967), "Carta ao George", "Vista parcial duma aldeia duriense", "Pinhão, 8,20"; de *Emigração Clandestina* (1977), "Por aqui não". Cabral é

mória Delta (1990), Jorge da Fonseca, tímido delegado do Ministério da Educação e Cultura em Vila Real, vai de comboio até Lisboa. Reflecte, entretanto, sobre os descaminhos vila-realenses na boçalidade dos novos-ricos:

> Em Vila Real não há recantos assim e os que havia foram sendo destruídos por Câmaras, presidentes de Câmaras, vereadores de Câmaras, uns nabos que merecem a condenação da história, ao menos umas boas chamuscadelas no Purgatório, pelas maravilhas que destroem, [...].

O Solar de Mateus sai beliscado:

> O Teixa tinha safado o delegado Jorge de um simpósio qualquer no Palácio de Mateus, onde, de quando em quando, se fazem umas coisas interessantes, mas onde também o povo e a sua cultura não contam para nada, como se a cultura das elites fizesse sentido, isolando-se, voltando as costas ao mundo rural. Tinha-o safado e levava-o a um espectáculo de teatro popular, numa das zonas mais obscuras do País, Barroso. Estavam em Vilar de Perdizes, na casa do padre, [...].

Este ministro é António Lourenço Fontes, o padre etnógrafo barrosão que, desde 1983, organiza o Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes; intervém em nome próprio, e fala-se do *Auto da Paixão*, ou *Acto da Primavera* (1962), há muito divulgado por Manoel de Oliveira. Interessa é a demarcação de fronteiras, a leitura virulenta, apoiada em léxico e diligências narrativas quase sempre *à margem*, que o autor executa sobre determinado herói da história, feito pura memória, fragmentos reunindo-se ao longo das estações – da vida e de caminho-de-ferro. Em *A Noiva de Caná* (1995), emergirá, revitalizado, o tecido rochoso transmontano.

Contística nobre é *Gente da Minha Terra* (1967; também título do excelente contista António Passos Coelho, 1961), de Nuno Nozelos

bem o poeta do Douro, acaso inspirando a mesma geografia lírica de Amândio César, *Terra Triste e Nobre* (1968), com maioria de dedicatários durienses, incluindo o então P.^{e} António Cabral ("Elevação", p. 100).

(1931-2017). Poeta, estreia-se com *Iniciação* (1963) e *Retrato* (1964), assinando Nuno Álvares. Em 1987, podou essas árvores, para reeditar, em *Vozes Distantes*, 12 poemas daquele e 18 deste. Nesta trintena, há poemas magníficos. De 1963, aconselho o segundo, "Paradoxo", e o também soneto "Desejo louco". De 1964, em que o 'retrato' do sujeito está no seu canto de fraternidade, realço "Aquele quarto de aldeia", enquanto resumo de uma existência – vista de 'fora', de 'dentro', e 'em mim' –, vida em choque permanente. É já de compleição citadina, e suas contradições revolvidas por esse ser solidário, o conjunto de 22 poemas de *Canto Aberto* (1973), reforçado por *A Cidade e Eu, Poeta* (1978). Aqui, se ainda paira lembrança aldeã («... E é isto mais ou menos a cidade / – poulo na minha arada de poeta / onde às vezes, por milagre, / irrompe o caule de um verso.»), surpreendem-nos temáticas raras na lírica nacional, dedicadas ao metropolitano, aos semáforos ou ao "Supermercado", muito antes d'*A Caverna* de José Saramago, que julgou inventar nos centros comerciais as modernas catedrais e a religião do consumo. Aos 70 anos, encerra *Musa Preterida* (2001) com um hino à Mulher, relação que perpassa no geral dos seus versos, e cujos ângulos, luzes e sombras pediriam um rastreio pormenorizado.

O ficcionista, porém, sobrepôs-se ao poeta, na recepção crítica. O diário inaugural de *Ambos, Afinal...* (1973) começa a ser escrito em 1969. A cidade recentra o olhar de quem inventaria pequenas cenas do quotidiano e mostra o interior e exterior das criaturas, em oposições violentas: cisne branco / águas fétidas, pureza / imundície, etc. São 13 narrativas em que vozes – por meio de diário, carta, diálogo, monólogo – – se desnudam nos seus sonhos e fracassos, ou vivem vidas alheias, como a intitulada "Um homem estranho", que é uma obra-prima. São, ainda, de assunto urbano *Histórias ou Algo Mais* (1985), *Relatos Nebulosos* (2003), em que realço o sarcasmo sobre os enganos conjugais, e o romance *Soçobrado* (1992).

Se, em *Ambos, Afinal...*, poderíamos eleger os autores preferidos do narrador, neste romance, temos o universo da pintura, figurado na insatisfação do ex-docente da Escola Superior de Belas-Artes e pintor, Luís Sacadura, de origem transmontana. Entre a frieza, fuga ou insulação da

esposa Marília e a sedução de uma Sónia que se revelará seropositiva, assistimos às relações promíscuas de finais de 80, em tempo de também política com Gorbatchov, ou ao incêndio do Chiado em 1988, intervalando com um quadro de Mirandela no capítulo X e larga demora em aldeia vizinha. O regresso à capital é doloroso: morta Sónia, igualmente infectado pela SIDA, Luís suicida-se...

A vertente localista e regional está, antes de *Contos Nordestinos do Natal* (2008), na dúzia de *Ecos de Nordeste* (1999), cujos ecos se diluem pela Linha de Cascais e aforas do Nordeste, mas prolongam, na sua maioria, o já clássico *Gente da Minha Terra* (1967).

No prefácio da 3.ª edição (1987) deste, Nozelos diz ter procurado construir «uma tela, embora modesta, que retratasse as gentes nordestinas, relevando essencialmente a sua personalidade, os seus costumes, o seu linguajar e as suas carências. Tela que, como salientei na nota prefacial da segunda edição da obra [1975], se inspirou em motivos colhidos "no alfobre da minha infância e juventude".»

Entramos facilmente em literatura que é a do nosso chão. Depois, a resistência é virtude dos sobreviventes; temos «a força inabalável dos fraguedos», como, em decassílabo de "Pretenso auto-retrato" (*Delações Poéticas*, 1996), Nuno Nozelos caracteriza os transmontanos.

Ora, «A que se reduz afinal a vida? A um momento de ternura e nada mais...», diz Raul Brandão nas *Memórias*, que evocam alados encontros de comunicação entre almas. Sucessão e intensidade conformam uma memória, de que é paradigma o jornalismo. Afonso Praça (1939-2001) experimentou-se também na ficção com *Um Momento de Ternura e Nada Mais* (1995), que tem o seu melhor nas evocações: o Natal transmontano; um sentido para a Linha do Sabor; feirantes. Ou a força da vida familiar e comunitária na retina da infância. Depois, quadros da capital, do Bairro Alto cheirando a tinta fresca de estórias encontradas na rua ao Campo Grande bem mais pequeno do que os horizontes além-marânicos, em que se conjugam «saudades das berças» (p. 63). É o pretexto para reflectir sobre esta secular migração de sentido único, antes de derivas à guerra colonial e à cidadanização europeia. É, outrossim, um discurso de seiva rural, extrapolado para os centros da lin-

guagem, do político e do social. Migrante (terra, educação, profissão), o apelo das origens vê-se na matéria rurbana (fusão de rural e urbana), tal o equilíbrio, exemplarmente conseguido, nas respectivas comparações: «irritante como uma espera na paragem do autocarro» (p. 69); «o aparo no papel como relha de arado em terreno de pedras fundas» (p. 89).

Da vasta obra de António Modesto Navarro (1942), relevemos *Contos Transmontanos* (1980). Pouco iria além do observador desapaixonado (não descomprometido), não fosse o segundo andamento, 'Terra Quente', onde inscreve a adolescente autobiografia, na faceta primeira do leitor de obras miraculosas: Manuel da Fonseca, Graciliano Ramos, Eça, Pavese, *Os Miseráveis* hugolianos, bem como Ferreira de Castro e Alves Redol, que situaram alguns títulos na região. Esse dia-a-dia, com as fraquezas do vinho em excesso, das vinganças, de uma cegueira cuja explicação não reside só nas fragas, é-nos dada na multiplicação dos pontos de vista, onde aos vários tipos de narrador é comum o registo verbal adequado – ao texto e ao contexto. A grande figura deste discurso é a vila, velho espaço de contradições, de hierarquia e fragmentação de classes, na fronteira da aldeia que se esvazia pela emigração (onde o salto pode ser a tomada de consciência) e a cidade que marca a improdução. Tudo resumindo ao título do primeiro andamento, 'Vila amarga da fantasia'. Enquanto, no terceiro, 'Violência cega antes de ser livre', a escrita se depura, a utilização do tempo presente inicia, já, o discurso futuro – quando os patrões estão longe, as casas grandes ficaram vazias, e não há máquinas, nem inovação.

A Vila Flor natal de Modesto Navarro vira Fina Flor de barões (*Barões da Fina Flor*, 1974) em escala social bem diferente das origens humílimas do autor. Entra no serviço militar com 21 anos e a guerra colonial torna-se tema de eleição (*História do Soldado Que não Foi Condecorado*, 1972; *Ir à Guerra*, 1974), a par do despovoamento de Trás-os-Montes (*Emigração e Crise no Nordeste Transmontano*, 1973) forçado pela emigração (*Retornar*, 1976). Estreara-se com *Libelo Acusatório* (1968), e na denúncia das condições de vida dos marginalizados vemos o principal filão, a par da resistência (*A Oitava Colina*, 2013) e proposta de soluções: servindo-se do inquérito e da reportagem (*Das*

Árvores Mortas à Reforma Agrária, 1976), torna-se um dos primeiros sociógrafos (*Perspectivas de Libertação no Nordeste Transmontano*, 1975; *Vida ou Morte no Distrito de Viseu*, 1976). Entra, aqui, a defesa que faz da Reforma Agrária (*Memória Alentejana. A Vida no Alto Alentejo nas Últimas Décadas, a Resistência e a Reforma Agrária*, 1977), no quadro do Partido Comunista. Nas vicissitudes daí decorrentes, ora tem obras proibidas pela Censura, ou sofre *Prisão e Isolamento em Caxias* (1974). Títulos contendo Morte (*A Morte do Pai*, 1989; *Condenada à Morte*, 1991; e, entre outros, os policiais assinados Artur Cortez), Nordeste (*Histórias do Nordeste*, 1996), Douro, terra e montanha, dizem um chão inspirador.

Hélder Rodrigues (1953-2016) reuniu 21 contos, e três partes – Terras de Ledra, dedicada aos mirandelenses; A Pulo, dedicada aos emigrantes; e *Terra Parda* –, que dá título à obra (2013), alcançando outros concelhos de Bragança e Vila Real. Do nome completo às nomeadas, das formas de respeito às deturpações[20], pululam figuras inesquecíveis de tragédia e abnegação, de manha e generosidade. As situações emergem de um pequeno nada – que é tudo (lembre-se Torga, no limiar de "Bucólica": «A vida é feita de nadas") – e vêem-se logo extremadas em situações-limite, que nos condoem ou causam sorrisos.

A solidão dos velhos torna-se pungente no texto de abertura, "O comboio das vinte e uma quarenta e cinco". O comboio, moribundo, antecipa mortes no rio no segundo conto, "Travessia", quando a professora, filho e barqueiro quase chegavam à margem e são arrastados pelo destino, em cena patética. A relação homens-animais é igualmente característica: assim Agripino e o seu cão *perdido*; "O boi cabano" mezi-

[20] É a letra da fala no co-autor de *Mirandelês: Dicionário de Falares* (Golias, Rodrigues, 2010), fala que Nemésio ensaiara em *Mau Tempo no Canal*, para os Açores, e eu mesmo executei em *Várias Bulhas e Algumas Vítimas* (1980). Caracteriza-se por alterações que nos são familiares, mas podem atrapalhar quem não tenha a chave. As mais comuns trocam o ditongo *eu* em *ou*; *ão* em *um*: não/num; *oi* em *ei*: coitado/queitado; alternam as sibilantes b/v, as vogais e/i (nenhum/ninhum); fazem de *ch* a palatal *tch*. Como se procura essa fidelidade, pode soar a excessivo, embora verosímil. Se a dificuldade de traduzir um Aquilino estava no vocabulário, aqui, acrescenta-se a sua deformação gráfica, na obediência sonora.

nhado por bruxa, com que o Zeca faz bom negócio *in extremis*, levando às boas um mercador peralvilho; o corajoso mas infeliz pastor lutando contra lobo, cuja família reaparece noutro conto, "Lobos", e acompanha as páginas finais de Alberto, miraculado pelo Santo Ambrósio, de Vila Porca; e, sobretudo, aquela ideia de o Tonho Carabunha «dar ao seu animal de estimação o nome do misterioso e mesquinho governante que se escondia lá num palacete de Lisboa», ou seja, tratar, inocentemente, o boi por «salazar»: «Bá, bamos, hei, hei, salazar.» (p. 38-39)

Acontece que um senhor Manuelzinho deu nota de tal desfeita e, ao chegar à vila, informador da Pide que se prezava, bichanou à polícia. Preso, torturado, este inesperado «comunista» levou para contar, e morria, como o seu boi, se o filho Duarte não o salvasse. É um quadro triste, de bufaria em que naufragou o país. Tem outra grandeza um chefe de quadrilheiros, que proíbe tocar na filha de quem lhes deu de comer, a léguas do aproveitador padre Teodoro, impondo como penitência a mulher, na sacristia, que se despisse... Mas ela não enjeita os filhos de uns e outros. Esta relação pais-filhos é outro núcleo de sentido: antes da passagem de testemunho do derradeiro conto, há momentos comoventes: sete quilómetros a pé para levar o filho ao médico, e à salvação; o regresso de filho pródigo; um nascimento de filha, que conduz Zé Lérias à «maior bebedeira da sua vida...» (p. 159).

Ora, nem pedido por boca, a taberna e o álcool são outra condição: «– Pois atão num há de ir mais um copo? Um copo sempre se bebe! Inté dois ou três...» (p. 164) Atinge pobres; não larga médicos, que não pedem cerveja, mas *beer*. Outra maleita é o jogo, que estraga amizades e leva ao crime, só por cortar uns ramos de oliveira que caem sobre a propriedade. Em contraponto – alegres desvios do prazer e da fé –, vivemos saídas airosas de romaria e procissão, sobressaindo a festa da Senhora da Assunção e a presença constante da feira de Mirandela.

"Malaquias", no itálico de narrador em terceira pessoa e no corpo redondo de herói em primeira, encerra o segundo painel, "A Pulo", onde lemos o destino desse jovem sem cheta, cumprindo serviço militar em Moçambique – há salpicos de Ultramar aqui e ali –, e logo passado à emigração clandestina, nas mãos de passadores, comboio até Paris,

até aos *bidonvilles* multiculturalistas, com portugueses sem «franciú», espanhóis e «marrocanos» de punhal em riste. Ao anúncio da morte da mãe, regressa à santa terrinha o nosso conversador, agora cego, quase a dar o pulo para o outro lado da vida, e que, além de muito prosa *avec*, oferece um bom estiranço de linguagem nordestina.

Outra síntese depara-se-nos no labor de José Dias Baptista, que melhor dá o rosto histórico d'*O País Barrosão* (1992), série em que inventaria e descreve termos, rios e castelos, incluindo os galegos antes portugueses. Investigação de décadas culminou em *Toponímia de Barroso* (2014). O primeiro passo do visitante deve ser a monografia sobre *Montalegre* (2006), com fotografias e ilustração magníficas, e dicionário comum à região. Um escorço histórico traz-nos ao duplo património população / paisagem, especificado em arqueológico, natural, construído, cultural, incluindo gastronomia, lendas e figuras. Seguem economia e associativismo, culminando no retrato, não só técnico, das freguesias.

Recolector do *Cancioneiro Popular de Barroso* (2000), fora-o, já, de *Contos Tradicionais de Barroso. Memórias de Tempos Esquecidos* (s. d. [1999]), entrelaçando, a partir de vários testemunhos, História e ficção, intervaladas por versos. O interessado nas guerras liberais tem o conto "Dois capitães de Ruivães" (p. 97-107), no confronto de Março de 1827, junto à ponte da Misarela, e morte, em 1830, do capitão de ordenanças António J. P. C. Abreu. De *Contos do Barroso. 40 Retalhos da Memória Barrosã* (2009) ficam na lembrança "A truta da ponte", que também é da Vila da Ponte, e seus descaminhos: antes, esse bicho de água doce que desafia a iniciação da juventude local parece um herói mítico, na indecisa *vox populi*.

O poeta, sob o pseudónimo Miguel Montes, estreia-se em *Terra Fria* (1963), com dois poemas repetidos na *Antologia da Poesia Contemporânea de Trás-os-Montes e Alto Douro* (1968), organizada por Carlos Loures, e sete novos em *Cadernos para o Degelo – 2* (1978). Entre o refazer do soneto e remissas ao Larouco, os 29 textos da estreia cristalizam, aqui e ali, em imagens que nos sobrevivem. Veja-se esta condensação em "Cometas": «Os teus cabelos são cometas / Que deixam ortigas nos meus muros.» (p. 11) Ou, nos "Cinco poemas da terra":

«Tanto que este céu puxa os cabelos!» (p. 23) Cinco anos depois, na *Antologia…* de Carlos Loures, ao lado de um Bento da Cruz poeta ou de Torga, Miguel Montes repete "Hino à Terra" e "Terra Fria", lamirés de uma lírica:

> Aqui a manhã chega mais cedo a nossas casas / … para nos encontrar ao fim da lareira. // […] // As neves e os quarenta graus de Julho. / Aqui todas as vozes se perdem / Dentro de nós, às Trindades. // […] // Terra Fria, / Dos homens precocemente envelhecidos, / Em cujo granito não há lugar para mais rugas. (1968: 78-79)

Ainda que em longo poema, segmentam-se os instantes, para saírem mais impressivos. Essa epigramática revê-se em "Finalmente", um dos sete de *Cadernos para o Degelo* (sendo quatro sonetos): «Nós vencemos o anjo / e por isso digo. / Digo de palavras postas em socalco – / o pão a luz a cor e o grito.» (1978: 35) Esta quadra remete para a luta sem idade da fortaleza humana figurada no Jacob bíblico contra o Anjo ou Deus, executando-se o verbo «em socalco», que já microcosmiza a humanidade em transmontano e duriense na luta por uma existência digna[21].

A vaga mais coerente de um fundo interesse por este solo, seus modos de vida, suas músicas e falares, veio com José Leite de Vasconcelos:

[21] Reuniu 60 anos de poesia (1957-2017) em *Foz do Tédio* (Montalegre, 2017). *A Questão de Salto. 1914-1916* (1992) analisa *O Montalegrense* e *O Cabeceirense* destes anos, a par da acção de Vítor Branco, para mostrar que Salto pertence a Montalegre e não a Cabeceiras de Basto. No bicentenário das invasões francesas, biografa dois *Heróis Desconhecidos. Naturais de Vila da Ponte – Montalegre* (2009). No centenário da morte de Camilo Castelo Branco, curara de *Camilo e Barroso* (1990): rastreia 27 títulos com referências a este *país*, concluindo que nunca o prosador terá ido a Barroso… No ano seguinte, sai *Chaves na Obra de Camilo*. Traduz e anota *Inquirições de D. Afonso III (1258)* relativas aos julgados medievais de Chaves, Barroso, Monforte de Rio Livre, Montenegro, Aguiar de Pena, *Revista Aqvae Flaviae* (Chaves), n.º 43, Março de 2011: 1-272, onde refere os trovadores D. Pedro Gomes Barroso, nascido em Sanguinhedo ou Eiró (p. 93), e D. Afonso Lopes, de Baião (p. 107). Àquele dedicara artigo na mesma revista, n.º 19, Junho de 1998, com separata: *D. Pero Gomes Barroso, Trovador de Boticas*. *Memorial do Seminarista* (2018) é o seu último título.

além de fautor do mirandês, acrescentou aos vários ângulos de uma investigação notável, em parte inédita, uma genuína paixão pelo teatro e romances populares, pelo cancioneiro, toponímia e colheita de pepitas vocabulares analisadas na sua *Revista Lusitana*. Seguiram-se estudiosos maiores, de dentro e de fora – Orlando Ribeiro, Jorge Dias, Michel Giacometti, Luís Chaves, Albino Pereira Lopo, Adrião Amado, Santos Júnior, João Vilares, João Parente, Salvador Parente, Maria Aliete Galhoz, Joaquim Pais de Brito, Manuel da Costa Fontes, Alexandre Parafita, Celina Fernandes, ou linguistas como Paiva Boléo, Lindley Cintra e colaboradores, entre outros, com extensão além-fronteiras via Sociedade de Geografia, fundada pelo mirandelense Luciano Cordeiro[22].

Houvera acenos antropológicos *ante litteram*: o trovador Pero Viviães [ou *de* Viviães] abre cantiga de amigo com «Pois nossas madres vão a Sam Simom [San Simion] / de Val de Prados candeas queimar»; Manuel Severim de Faria jornadeara, em Seiscentos, até Miranda do Douro e sua língua, que primeiramente noticiou; mais incisivo é Frei Luís de Sousa, na *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires* (1984: 334--335), descrevendo o Barroso como «um sítio tão intratável de serras e penedias, quasi sempre cubertas de neve, de picos que se vão às nuvens, de brenhas temerosas, de vales profundíssimos e passos perigosos, que mais parecem morada de feras e selvagens que de homens capazes de razão e juízo». O tom recresce, e mais quando depara com aquela «pobre

[22] Para um quadro mais completo: Amândio César, *Trás-os-Montes e Alto Douro*, Lisboa, 1959; Carlos Loures, ed., *Antologia da Poesia Contemporânea de Trás-os--Montes e Alto Douro*, Vila Real, 1968; Sant'Anna Dionísio, *Ares de Trás-os-Montes*, Porto, 1977; José Maria Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos Fins do Século XVIII Segundo Um Manuscrito de 1796*, Coimbra, 1981; Óscar Lopes, "Regionalismo transmontano e duriense: Campos Monteiro, Pina de Morais, Vila-Moura", *Entre Fialho e Nemésio*, I, Lisboa, 1987: 415-420; ainda, p. 435-440; Nuno Canavez, António Amorim, *Subsídios para Uma Bibliografia sobre Trás-os-Montes e Alto Douro*, Porto, 1994; Eduardo Carvalho, *Bragançanismo. Tentativas Históricas e Literárias*, Bragança, 1995; António Pimenta de Castro, *A Face Limiana de Campos Monteiro* [1876-1933], Torre de Moncorvo, 2001. É mister acrescentar Jorge de Sena, "Os salteadores", *Os Grão-Capitães*, 1976; Mário de Carvalho, *A Paixão do Conde de Fróis*, 1986; Vergílio Alberto Vieira, "Os anos de ninguém", *Chão de Víboras*, [2]2003; Rosa Lobato de Faria, *As Esquinas do Tempo*, 2008; vário José Viale Moutinho.

gente», desamparada: «Podemos bem dizer que não havia cristandade mais que no nome.» Recebem-no, porém, com alegria e cantigas, «entre as voltas e saltos dos bailes».

Dentro do lapso temporal do Arcebispo (1514-1590) viveu o poeta da *Castro*, António Ferreira, casado em segundas núpcias com D. Maria Leite, de Lamas de Orelhão (Mirandela), que decerto visita, inspirando-lhe "História de Santa Comba dos Valles": «Conta-se que reinava um grão rei mouro / Entre Tâmega e Tua, e que ocupava / Toda a terra de Lamas, rico de ouro.» O poema encerra com o «som de Tua» rimando com Lua.

Já pouco ressuma, infelizmente, de um inesperado Diogo de Teive abade de Vila Chã de Braciosa, ou em seu «canonicato na Catedral de Miranda, onde vivia ainda em 1565, levando, porém, uma vida obscura e longe da conversação dos homens doutos, como ele próprio confessa» (Rebelo, 1979: 1079). E não sabemos como o inaciano Manuel Ballester aproveitou o desterro em Bragança, após sermão contra o Marquês de Pombal, em Junho de 1755…

Ferreira, Teive e Severim estão ausentes do verbete "Trás-os-Montes" do *Dicionário de Literatura* dirigido por Jacinto do Prado Coelho (1960; I, 1969, II, 1971), que abre pelo Fernão Lopes da *Crónica de D. João* e o alardo da «Valarica» (Vilariça, Moncorvo). Mistura autores daí naturais, os adoptados, os de fronteira e os de passagem. Salientemos Lopo de Sousa, o Conde da Ericeira, António Rodrigues Sampaio[23], Alexandre da Conceição, estes dois na administração civil.

Em Outubro de 1885, de visita à Régua, e à crise duriense por causa da filoxera, Ramalho levanta-se às seis da manhã e exclama: «Um deslumbramento!» (Ortigão, 2006: 58) No mês anterior, rondando por Viana do Castelo (onde encontra o amigo Junqueiro), opõe duas regiões e nega a *desconfiança* que Mattoso (p. 5) cola aos transmontanos:

> Enquanto a *desconfiados*, devem sê-lo os Vianenses, como todos os minhotos. É esse o defeito característico que mais os distingue dos seus vizinhos transmontanos. Quem bate a uma porta no Minho tem a certeza de ouvir, noventa vezes sobre cem, as seguintes

[23] Ver Soares, 2006: 547-626.

> perguntas: "Quem está aí?... Quem é o senhor?... Quem procura?... Que lhe quer?..." Quem bate a uma porta em Trás-os--Montes tem iguais probabilidades de ouvir uma única resposta: "Entre quem é." O Minhoto é humilde, resignado, sofredor; por isso é timorato e precavido. O Transmontano é resistente e arrebatado; por isso é aberto e decisivo. Cada um tem os defeitos das suas virtudes e as boas qualidades dos seus defeitos. (p. 16)

De Pascoaes, aquele verbete podia ter acrescentado *Painel* (1935), espécie de *Viagem a Portugal* (1981), para lembrar José Saramago, "De Nordeste a Noroeste, duro e Dourado", seja, começando por Miranda do Douro. Outros descritores literários são Duarte Nunes de Leão, João Baptista de Castro, Rebelo da Silva, Eça, Nobre, Abel Botelho, Antero de Figueiredo, Pascoaes, Abel Salazar, Artur Portela, Sant'Anna Dionísio, uma Agustina marânica e duriense, António Rebordão Navarro e seu significativo *Um Infinito Silêncio* (1970) ecoando em Vimioso, o Vergílio Ferreira de *Em Nome da Terra* (1990), ou vários artigos envolumados de Fernando-António Almeida, que retomam o *Guia de Portugal*. Manuel Mendes insere quatro notáveis crónicas de 1961-1962 em *Roteiro Sentimental: Douro* (1964): "São Salvador do Mundo", "A consoada", "Em louvor da alheira" e "A vindima"[24].

São adoptados, ilustres ficantes ou de ida e volta um Rentes de Carvalho – *Trás-os-Montes, o Nordeste* (2017) reduz a geografia de um já

[24] Multiplicam-se monografias e colectâneas de naturais, e não só o Douro é celebrado; destaco *A Caça na Literatura Trasmontana. Antologia Breve* e *O Corgo. Antologia*, org. de A. M. Pires Cabral, 2006 e 2007; *Passeio de Trás-os-Montes. Antologia*, org. de Elísio Amaral Neves, 2007; *Da Vinha e do Vinho*, org. de A. M. Pires Cabral, 2016, edições do Grémio Literário Vila-Realense / C. M. de Vila Real; Armando Fernandes, coord., *Bragança Marca a História. A História Marca Bragança*, Bragança: Câmara Municipal, 2009. Para uma visão geral desde João de Lemos (1819-1890), Álvaro do Carvalhal (1844-1868), Manuel Duarte d'Almeida (1844-1914), Junqueiro, ver Ernesto Rodrigues / Amadeu Ferreira, *A Terra de Duas Línguas. Antologia de Autores Transmontanos* [em português e mirandês], 2 vols., Bragança: Instituto Politécnico / / Associação das Universidades de Língua Portuguesa / Academia de Letras de Trás--os-Montes, 2011, e s. l.: Lema d'Origem, 2013; António Neto / Armando Palavras, orgs., *Trás-os-Montes e Alto Douro: Mosaica de Ciência e Cultura*, s. l.: s. e., 2011; Armando Palavras, coord., *Antologia de Autores Transmontanos, Durienses e da Beira Transmontana*, Lisboa: Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2018.

pouco extenso Nordeste, serve autobiografia, incide no anedótico pouco fecundo, generaliza – e um Herculano Pombo, cujo *Crescem Pães Pelos Outeiros* (1994) releva de um ciceroneio aldeão entre pórtico de igreja e solar, e nos mostra junta puxando arado, estrume à espera de ganchas, sementeira, geadas, adubos, ferranha para as crias, segada, malhada, acarreja sempre difícil por causa do restolho em pé leve, eiras, medas e palheiros, saco de grão, moinho, forno, cantigas e dizeres, malandrices, pitas, recos…

Procuraram os naturais, assim corroborados, «desenvolver uma cultura contemporânea de raízes antigas» (Eliot, 1965: 54). Pioneiros na impressão em língua portuguesa, vem a importância, na teorização de Seiscentos, de Filipe Nunes, enquanto se descobre João Sucarelo Claramonte (Duarte, 2016); a presença, em Setecentos, do editor Francisco Luiz Ameno; o gesto aristocrático do Morgado de Mateus, ao entregar a Didot (Paris, 1827) a luxuosa impressão d'*Os Lusíadas*; a alma luso-atlântica do editor novecentista Álvaro Pinto. Não são bons lamirés?

Já os políticos mais em vista – D. António Alves Martins[25], José

[25] Filho de camponeses nascido em Granja de Alijó, em 1808, e morto em 1882, após 20 anos de bispado em Viseu, foi combatente pela liberdade, exilado para fugir a D. Miguel e desembarcando com D. Pedro na praia de Pampelido; doutorou-se em Teologia por Coimbra, interrompendo os estudos entre 1828 e 1837, face aos transes políticos da época, em que teve a vida ameaçada pelos esbirros do Absolutismo; foi professor e deputado em seis legislaturas, entre 1842 e 1860, já cónego da Patriarcal de Lisboa e enfermeiro-mor no Hospital de São José (1861-1864), entretanto nomeado bispo viseense (1862) e, por inerência, Par do Reino. Começou franciscano na Ordem Terceira, com profissão de fé aos 17 anos, e o instinto da pobreza vai acompanhá-lo durante toda a vida, generoso para os outros e para o país, quando aceitou ser ministro do Reino (1868-1871). Mas é como jornalista que importa rever a sua capacidade de intervenção, mais nos anos de 1848-1849, quando redactor d'*O Nacional* portuense, anos em que avançava a Primavera dos povos, que defende contra as oligarquias. Na política interna, o seu inimigo de estimação é Costa Cabral, que domina uma década de 40 de suspensão de jornais e conhecendo levantamentos da Maria da Fonte e da Patuleia (1846). Nesta, contra as manigâncias de D. Maria II e Saldanha, Alves Martins adere à Junta Patriótica do Norte. Admirado pelos contemporâneos (com rara excepção), bastaria a celebridade fixada por Camilo Castelo Branco ou em Ramalho Ortigão, que o criticara enquanto ministro, mas, na hora da morte, o honra n'*As Farpas*, t. III.

Maria de Alpoim e Teixeira de Sousa, último primeiro-ministro da Monarquia, a par de António Cândido, Alves da Veiga, António Granjo, Águedo de Oliveira, Adriano Moreira[26], algum outro raro ministro de Salazar, antes do já abrilino Presidente Costa Gomes e vários governantes – são casos problemáticos, não raro contradizendo regra de apoio e respeito mútuos que norteiam transmontanos fora de portas, mau grado

Encontraram-se uma década antes, quando o bispo regressa à Academia das Ciências de Lisboa, onde Ramalho é secretário, mas foi lugar de estudo do jovem franciscano, antes de se passar a Évora e Coimbra. No diálogo travado, sobressai a linguagem de transmontano lídimo, fisicamente poderoso, tolerante com as diferenças de opinião. Ramalho narra incidentes por aqueles vividos na capital e dois momentos fortes: um, em Roma, quando, em 1867, «ele protestou solenemente contra a inscrição fraudulenta do seu nome entre as assinaturas de um documento em que o Pontífice era saudado como *infalível* e como *rei de Roma*». O segundo, triste, na hora da morte: «Os diversos senhores bispos sucessivamente convidados a dizer a missa celebrada por alma do bispo de Viseu recusaram-se, segundo consta, a oficiar com tal intenção, fazendo parede para esse fim. Se o senhor bispo de Bragança, de todos o mais débil e o mais doente, se não houvesse prestado à última hora, não haveria prelado para encomendar a Deus a alma do falecido chefe da Igreja viseense.» (*As Farpas Completas*, segundo volume, ed. de Ernesto Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007: 408, 410) Ver *A Voz da Liberdade*, de Maria Máxima Vaz (Lisboa, Chiado Editora, 2018), que dedica o primeiro terço do livro ao Homem, nos seus vários capítulos de vida; a segunda parte colige escritos daquele diário portuense, bem como do *Jornal do Comércio* (1858).

[26] Adriano José Alves Moreira, nascido em Grijó de Vale Benfeito, Macedo de Cavaleiros, em 1922, é reconhecido como um Professor que fez escola, a partir do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade de Lisboa). Jovem ministro do Ultramar, em perda dentro do regime, porque alheio ao culto da personalidade salazarista, foi, no pós-25 de Abril, regressado do exílio brasileiro, deputado e líder da democracia-cristã, advogado e jurisconsulto. Sobrenadando às qualidades que dele fazem um raro estadista, com um pensamento geoestratégico global, pedagogicamente argumentado, temos o Homem da terra transmontana, de que sempre faz gala, cuja gratidão exprimiu, entre mil e uma iniciativas solidárias, na oferta da sua biblioteca, trajes académicos, condecorações, etc., ao Centro Cultural que, em Bragança, toma o seu nome. Politólogo e memorialista, académico e presidente de várias instituições, relevem-se a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia de Letras de Trás-os--Montes, de que é presidente honorário. De trato fácil, conviver com Adriano Moreira foi uma experiência enriquecedora, em que sempre vinham à baila casos e figuras do nosso berço em seus mecanismos de entreajuda. Grato a vida tão longa e preenchida, o seu verbo era bem-humorado, convocando regularmente ditos e vocábulos da região. Faleceu em Outubro de 2022.

diferenças ideológicas, porque todos comungam de origem sem diferença de classe marcada. Formou-se o Clube Transmontano (1905), hoje, Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, a mais antiga associação regionalista em Lisboa, com ramificações dentro e fora do país. O 1.º Congresso Trasmontano de 1920 estava ideado desde 1916. Seguiram-se, com parcos resultados, os de 1941, 2002, 2018, fosse na reflexão agro-industrial, cultural e, menos ainda, literária[27]. Esta, contudo, faz-se escrevendo. Veste linguagem que se não confunde com alheias, nem se absorve na indiferenciação do discurso científico. Que perspectivas se nos apresentam?

Antes de mais, devemos ter consciência de uma condição geográfica, histórica e social, de dominante fronteiriça. Desde José António de Sá (1783) a Fernando de Sousa, Gaspar Martins, António Barreto e Paulo Jorge Reis Mourão, não poucos historiam ou perspectivam um desenvolvimento. A secular influência espanhola não pesa menos do que a conseguida auto-suficiência, *mediocritas* só por milagre *aurea*, que a religião e saudosas partidas além dessas fronteiras melhoraram. O perigo, hoje, na parcial equidade que o mundo vive ao aceder a avançados meios de comunicação, está na conservação de memória diferenciadora, sobre cujas raízes nos façamos contemporâneos.

Procurei associar a mundividência social à região e à religião. Decorreram daqui: expatriamento, no apelo da fé, no fanatismo, bem como emigração interna e externa; esta, nas partes ultramarinas, africanas e europeias; aquela, pelo país, favorecendo, maioritariamente, o ensino e o jornalismo. Trás-os-Montes e Alto Douro é um *locus* sedutor para escritores e estudiosos vários, de passagem ou adoptados. Continua-se a cavar, por nacionais e estrangeiros, um chão cada vez mais seco e vazio de gente. Os últimos sinais, todavia – do ensino superior ao esforço autárquico na atracção de empresas e turismo – são promissores.

Encerro na convicção de que a cultura é um céu tão vasto, que nenhum muro divide, embora nos possamos encostar: seja a região amparo, não limite. Limite pretende-se qualquer definição – mas, por mais

[27] Ver António Jorge Nunes, *Congressos Transmontanos. 1920-2020. Unir o Tempo do Passado, do Presente e do Futuro*, Carviçais, Lema d'Origem, 2022.

sistemáticos que sejamos, há-de escapar-nos a *definição* de uma literatura transmontana e alto-duriense. Quanto à mais larga cultura, e face a tantos exemplos, é montanha sem tecto, à espera que lhe toquemos com a ponta de um dedo – imbuídos de curiosidade, simpatia e desejo de experiências fecundas.

Bibliografia

AA. VV. 2006. *Máscara Ibérica*. Bragança: Câmara Municipal.

Barros, Vítor Fernando. 2006. *Dicionário do Falar de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Lisboa: Âncora Editora / Edições Colibri.

Cabral, A. M. Pires. 2013. *Língua Charra. Regionalismos de Trás-os--Montes e Alto Douro*. 2 vols. Lisboa: Âncora Editora.

—— Lobo, Albano Costa. 2001. *Vila Real. Um Olhar Muito de Dentro*. Vila Real: Câmara Municipal.

Cabral, António. 1999. *Antologia dos Poemas Durienses*. Chaves: Edições Tartaruga.

Castelo Branco, Camilo. [8]1966. *Memórias do Cárcere*, 1.º vol. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Caufriez, Anne. 1997. *Le Chant du Pain. Trás-os-Montes. Recherches sur le Romanceiro*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

1998. *Romances de Trás-os-Montes. Mélodies et Poésies*. Lisbonne / / Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

Coelho, António Borges. 1986. *Quadros para Uma Viagem a Portugal no Séc. XVI*. Lisboa: Editorial Caminho.

Correia, João de Araújo. 1967. *Passos Perdidos*. Lisboa: Portugália Editora.

1968. *Horas Mortas*. Régua: Imprensa do Douro.

Couto, Aires Pereira do. 2004. *Inácio de Morais. Percurso Biográfico e Literário de Um Humanista de Quinhentos*. Lisboa: FCG / FCT.

Dias, Jorge. 1953. *Rio de Onor: Comunitarismo Agro-Pastoril*. Porto: Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

Duarte, Maria do Céu Pereira. 2016. *"Musa, Paremos Aqui": Biografia e Cânone Autoral do Poeta João Sucarelo Claramonte (1619-1668)*. Tesis doctoral. Salamanca: Universidad de Salamanca, Facultad de Filología.

Eliot, T. S. 1965. *Notas para a Definição de Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editôres.

Evangelista, António Afonso. 2013. *Falar(es) do Zoio. Uma Aldeia Bragançana em Meados do Séc. XX*. Lisboa: Edições Colibri.

Felgueiras, Guilherme. 1966. *Cancioneiro Popular Transmontano e Alto--Duriense*. Lisboa: Edição da Revista *Ocidente*.

Fonte, Barroso da. 2001-2003. *Dicionário dos Mais Ilustres Transmontanos e Alto-Durienses*. 3 vols. Guimarães.

Golias, Jorge; Rodrigues, Hélder. 2010. *Mirandelês: Dicionário de Falares*. Mirandela: Câmara Municipal.

Gomes, José António. 2005. *Houve Um Tempo, Longe. Vila Real de Trás-os-Montes na Obra de Luísa Dacosta*. Introd., selecção e notas de —. Porto: Edições Asa.

Gomes, Rita Costa. 2003. *Castelos da Raia*. Vol. II. *Trás-os-Montes*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

Jorge, Ricardo. 1921. *A Intercultura de Portugal e Espanha no Passado e no Futuro*. Porto.

Marques, Teresa Martins. 2015. *O Fio das Lembranças. Uma Biografia de Amadeu Ferreira*. Lisboa: Âncora Editora.

Martins, José V. de Pina. 1974. "O primeiro livro impresso em língua portuguesa (Chaves, 8 de Agosto de 1489)", *Cultura Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo.

Mattoso, José. 1997. *Portugal – O Sabor da Terra. Trás-os-Montes*. Com a contribuição de Suzanne Daveau. Fotografias e legendas de Duarte Belo. Lisboa: Círculo de Leitores / Pavilhão de Portugal / Expo '98.

Morais, Maria da Assunção Anes. 2007. *Entre Quem É! – Tradições de Trás-os-Montes e Alto Douro no* Diário *de Miguel Torga*. Coimbra: Pé de Página Editores.

Neves, Elísio Amaral; Cabral, A. M. Pires, orgs. 2008. *Vila Real. História ao Café*. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal.

O'Neill, Brian Juan. 1982-1. "Trabalho cooperativo numa aldeia do Norte de Portugal". *Análise Social* (Lisboa), vol. XVIII, n.º 70.

1984. *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros (Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Ortigão, Ramalho. 2006. *As Farpas Completas*. Primeiro volume. Edição de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores.

Patrício, Manuel Carlos. 2002. *Espaços de Identidade e Percepção em Áreas de Fronteira (O Caso de Trás-os-Montes)*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa.

Rebelo, Luís de Sousa. 1979. "Teive, Diogo de". *Dicionário de Literatura*, 4. Porto: Figueirinhas.

Rocha, Ilídio. 1990. "António Lopes Mendes, um transmontano precursor da geografia moderna", *História* (Lisboa), ano XII, n.º 127, Abril.

Rodrigues, Daniel José. 1973. *O Riodonorense: Lendas. Folclore*. Bragança: Edição da Junta Distrital.

Sales, Padre Ernesto. 1978, 1983. *Mirandela. Apontamentos Históricos*. 2 vols. Bragança: Junta Distrital, e Mirandela: Câmara Municipal.

2014-2015. *Gente de Mirandela*. Leitura e apresentação de Jorge Sales Golias e Telmo Verdelho. *Brigantia* (Bragança), vol. XXXIII.

Santos, Maria da Piedade Braga. 1988. *As Feiras de Torre de Dona Chama (1730-1830). Comércio Inter-regional e Mercados Rurais*. Dissertação de mestrado. Lisboa: FCSH / UNL.

Soares, Franquelim Neiva. 2006. "O Distrito de Bragança durante o triénio do secretariado / administração geral de António Rodrigues Sampaio", *Brigantia*, vol. XXVI.

Sousa, Frei Luís de. 1984.*Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires* [1619]. Edição de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa: INCM.

Tiza, António Pinelo. [2004] 2015. *Inverno Mágico – Ritos e Mistérios Transmontanos*. 2 vols. Lisboa: Âncora Editora.

— Gutiérrez, Jesús Núñez. 2009. *Máscaras de la Província de Zamora, del Nordeste Transmontano y Duero / Máscaras da Província de Zamora, do Nordeste Transmontano e Douro.* [Zamora]: IRMA – Instituto de Restauración y Medio Ambiente / Bragança: Museu Ibérico da Máscara.

Torga, Miguel. 2002 [*Fogo Preso*, 1976]. *Ensaios e Discursos.* Lisboa: Círculo de Leitores.

Viegas, Francisco José. 1991. "A vida das aves". Jorge Barros *et alii*, *Um Olhar Português*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança

A João Manuel Neto Jacob

I

Do estilo

No limiar desta apresentação, ocorre aquele dito de Carlos da Maia (Queiroz, s. d.: 255): «– E resta saber por fim se o estilo não é uma disciplina do pensamento.»

É enquanto disciplina do pensamento, antes de mais na sua formalização, que deve ser re-vista a obra do Abade de Baçal, tão precisada de um olhar atento e sem preconceito, interpretada editorial e cientificamente à luz de hoje. Comecemos pelo entendimento que dessa disciplina tiveram três grandes transmontanos e alto-durienses, a partir de cuja recepção veremos um triplo significado de estilo: no quadro da frase; no aparato citacional e bibliográfico (podíamos acrescentar, também, a arte da tradução); na reunião dos materiais.

Em 14 de Novembro de 1947, datado de Coimbra, escrevia Miguel Torga no *Diário IV* (1949):

> Morreu ontem o abade de Baçal, um homem pré-histórico e sábio. Pré-histórico, porque se manteve sempre na primitiva decência de uma humanidade fundamental; sábio, porque sabia do seu ofício, que era a arqueologia. Patego e sem génio, trouxe para a

> reflexão dos problemas da cultura um bom senso campónio, terroso, que tem a utilidade doméstica do *Borda d'Água*. E a sua obra é uma espécie de 'governo do ano' do distrito de Bragança. As luas, quando se rega e semeia, a época das colheitas, e as rezas com que é preciso ajudar a semente. Parece pouco, mas é assim que se começa.
> Como bípede e transmontano, gostava de lhe ter dito duas palavras sobre a sepultura. Nada de particular. Testemunhar-lhe apenas o meu respeito, não pela obra, que é rudimentar, como digo, nem pela vida, que foi de primário, como se sabe. Gostava de o saudar pela raridade da sua casta. Andei há tempos várias léguas para ver um teixo, que é uma árvore que os botânicos dizem que vai acabar.

É altura de comentar atitude de quem já o vinha citando em 1940 e 1943, quando a simples evocação do nome hoje canonizado – Abade de Baçal – «exprimia ao norte de Trás-os-Montes o que o vinho generoso exprime ao sul: a força, o sabor, a pureza e a virgindade do chão transmontano».

Forças da terra, abade, vinho e teixo não deveriam servir de analogia; mais: se não sobrevivemos por força da vida ou da obra, para quê saudarem-nos? Só porque somos uma espécie em vias de extinção? A este nível reduzia Torga o labor baçaliano. Reduzia centenares de páginas a mero almanaque. E, todavia, não dissera, logo, que «sabia do seu ofício, que era a arqueologia»? A contradição torguiana tem tanto de infeliz como de deselegante.

Vejamos "Francisco", de João de Araújo Correia (1968: 33-37), datado de Março de 1965. Aí, é questão do «meio lendário Abade de Baçal», cujo prazer «é que o tratemos por tu e lhe chamemos Francisco», como confiava António Quintela. O autor duriense demora-se no franciscanismo sorridente do Abade, tirando do nome próprio a expressão «ser Francisco» e, de um exemplar do X tomo que este lhe ofereceu, «à luz de uma vela», conclui para o geral das *Memórias...* serem elas «sólido sacrário em que aferrolhou todos os tópicos do seu distrito. Quem o abrir ficará deslumbrado com aquele caudal de factos poéticos e factos prosaicos relativos a um pequeno pedaço de terra portuguesa.» Síntese:

«Foi homem de ciência sem embargo da alma franciscana.»

O mesmo João de Araújo Correia oferece-nos a crónica intitulada "Bragança" (1967: 227-231), onde conta como foi «pela primeira vez, em 1937, convidar o Abade para colaborar nos *Estudos Durienses*», para que recebeu «o original da *Vinicultura Duriense – subsídios arqueológicos, históricos, etnográficos e bibliográficos*». Acrescenta: «Mais receberia se os *Estudos* não tivessem cansado. Ele é que não cansava. Era a montanha que se desfaz em precioso minério.»

Paulo Quintela, além de ter cuidado a edição de *Vimioso*, subscreveu verbete inserto no *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária* (Cochofel, 1977: 572-573) e, quanto ao «historiador, arqueólogo, etnógrafo, genealogista», di-lo «grande, mesmo para além do âmbito regional a que quis circunscrever a sua actividade de investigador incansável, mesmo levando em conta as inevitáveis limitações do seu autodidatismo e certa falta de método, manifesta na fruste arrumação e sistematização de materiais».

Sugere, depois, a organização de «um índice capaz, mais circunstanciado do que o aliás incompleto que encerra o XI volume das *Memórias*», de modo a «ver-se e aproveitar-se bem a riqueza das matérias recolhidas e publicadas ao longo de meio século de canseiras e sacrifícios inimagináveis, em precaríssimas circunstâncias».

Quanto ao estudo sobre *A Restauração de 1640 no Distrito de Bragança*, julga Quintela, e bem, pertencer «ainda à série das *Memórias*», mas o acrescento «de que originariamente devia ser o 11.º tomo» é um descuido, porquanto o mesmo Abade refere-o ao tomo VIII, em que deve somar-se ao levantamento "No Arquivo de Simancas". De estudar é, já, outra sugestão quinteliana: «Numa futura – e muito desejável – reedição das obras do Abade de Baçal deverá incluir-se também nas *Memórias* o volume *Vimioso*, Notas Monográficas, feito de colaboração com Adrião Martins Amado que para ele escreveu o capítulo sobre Argozelo (Coimbra, 1968) [. . .].»

Aqui chegados, temos, em resumo, no que à obra respeita, imagem tríplice: rudimentar, para Torga; rica e generosa, para João de Araújo Correia; grande, mas falha de método e assistemática, para Paulo Quin-

tela. Deixemos a «clareza, precisão e honestidade verdadeiramente admiráveis» (em termos científicos, esta última também sofre...) com que o mimoseia António Montês (1943: 29-37 [35])[1]. Que estilística propor, então?

Vimos o autor d'*Os Maias*. Se lermos Camilo Castelo Branco ([5]1969: 145), percebemos como, nas suas palavras – e no ano em que nasce o Abade –, «o bálsamo do estilo» pode aproveitar, já não só ao sujeito, mas às «chagas da pátria»: «O estilo é que cura e salva tudo. E eu creio que as coisas vão mal em Portugal, porque os relatórios e projectos, e essas coisas que se chamam lucubrações financeiras em papel, não têm estilo.» Numa síntese útil, acrescenta:

> Dizem que o sinal mais evidente da decadência de uma nação é a corrupção da língua; a ser assim, bem podemos concluir que a nação portuguesa está por momentos a expirar, porque, por pouco que o português do jornalismo de Lisboa continue a ser tão mascavado como é, em vez de ser português, é geringonça.

Esta analogia, antiga, entre a decadência da nação e a corrupção da língua não toca a prosa do Abade. Capaz da reiteração anaforizante, provinda do sermonário, com que justifica o empreendimento no prólogo do tomo I – quatro vezes abre frase com "Lembremo-nos [de] que" –, e apoiado no recurso às autoridades, acompanhadas de citação, para igualmente caucionar a própria designação de memórias, sentimos logo, em parágrafos de largo fôlego, a respiração de orações intercaladas em que uma adjectivação valorativa ("grande", etc.) se impõe à descritiva. São maleitas do tempo na aproximação a um 'estilo', ou, no domínio do privado, um modo de ser, subitamente latinizante, por detrás do qual estilo vemos o homem, na definição de Buffon.

Rudimentar se torna, entretanto – Torga, contudo, não pensava nisso –, a arte da citação e aviso de lugares, quando se não limita a um «lá diz Castilho» (I: IX) – e cada um que se amanhe. Assim, a ordem do discurso – já não só da frase (com o que se dá outra possível definição

[1] Contém "Prefácio" do Abade, p. 7-10, o qual já comparecera em "Terras de Portugal / Bragança", *Rádio Nacional* (Lisboa), ano II, n.º 77, 15-I-1939: 10.

para estilo) – adquire tonalidade familiar, ao lado de contextualização ("Baçal, á sombra d'um negrilho", etc.) que o discurso científico modernamente recusa. Neste segundo momento, urge tarefa de um editor crítico, ora iluminando referências, ora esclarecendo outras, e, mesmo, corrigindo citações.

Há, em terceiro lugar, um conceito de *dispositio* – disposição da matéria – em que a imagem da montanha, segundo João de Araújo Correia, poderia resultar. Não só guardando bens preciosos nas suas fundações – daí retirando os fundamentos –, mas erguendo canseiras e trabalhos, isto é, assuntos e tomos conformes, até aos píncaros, em que a própria ciência arqueológico-histórica se conquistaria. Ora, já prejudicado pela frase sem regra e pelo respeito maximamente possível no que às fontes alheias concerne, a investigação, agora, atropela-se, levanta no mesmo espaço poeiras diversas, que se retomam à frente, num tal remoinho, por vezes, que nem com figas nos libertamos. Aqui, respeitando o confronto prévio com os originais efectuado pelo curador, exige-se que este, por remissões permanentes, crie aquela sistemática cuja falta lamenta Paulo Quintela, no que há-de, igualmente, convergir um índice multidisciplinar.

Em "A proposito de Herculano", no *Jornal de Bragança*[2], lança Francisco Manuel Alves «as vistas para a sua Historia de Portugal e esse colossal emprehendimento, rigido, attico, soberbo de investigação e originalidade, dá-me a sensação de genial concepção esculpida em bronzeo monumento [...]». O mesmo aticismo, bem como «o laconismo, à maneira de Júlio César ou Tácito», admira ele, 32 anos depois, no padre Manuel Martins Capela[3]. Se, para o Abade, podemos falar de um *modus vivendi* parco, escasso, lacedemónio, à Francisco de Baçal, e, naturalmente, do sal ático dos seus gracejos, dificilmente entrevemos num tão magno projecto editorial qualidades que noutros saudou.

Deste modo, o discurso da sua vida coincide, bem ou mal, com o primeiro sentido acima lançado – frase cheia de demoras, pensamento

[2] Ano I, n.º 10, 27-IV-1910.

[3] *Cf.* Padre Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), *Inéditos*. Coligidos e coordenados por Hirondino Fernandes. Bragança, 1974: 56.

intercalado –, mas, infelizmente, não inspira metodologia cuidadosa e, muito menos, programa a organização de uma obra, apesar de tudo, vital para o Distrito. Se este, no lugar da pátria, está em decadência, não é por culpa de um estilo corrupto – aliás, no sentido coetâneo de propriedade vocabular, o seu discurso vinga pela excelência. Qual montanha a subir, urge, porém, que uma reedição séria no-lo explique em todas as arestas – seja, disciplinar-lhe o pensamento –, de modo a respirarmos, enfim, uma lição única da bragançana pátria.

II

Cânone literário

Além de recolhas de teatro, lendas e tradições, crendices e superstições, linguagem e rifões populares, pululam, nas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, centenas de escritores com maior ou menor fortuna literária. Pelo aproveitamento que deles faz o Abade, que biblioteca imaginária seria a sua, e quão úteis nos serão os retratos dos agora canónicos ou minimamente estudados? Que desgostos e surpresas nos oferece, também fora desses onze volumes?

Os dispersos jornalísticos são pouco expressivos. Se corrige «escritores portuguezes relativamente a couzas do nosso districto» (*Gazeta de Bragança*, 5-I-1908), entende 'escritores' e 'literatura' segundo a definição da Academia, no prólogo ao tomo I das *Memorias de Litteratura Portugueza* (1792): «Saõ por conseguinte *a Lingua, e a Historia Portugueza, consideradas em todos os possiveis aspectos, e relações*, os dous objectos que constituem, o que a Academia quiz entender por Litteratura Portugueza; objectos naõ só entre si analogos, mas tambem diversos, e separados de toda a outra erudiçaõ, [...].»

No centenário do nascimento de Herculano, este é, não o poeta ou ficcionista, mas o Historiador (*Jornal de Bragança*, 27-IV-1910), ano em que polemiza sobre Fr. António Brandão e a *Monarquia Lusitana*, sem novidade de maior. Se, antes de verbetá-lo nos Notáveis, aflora

Trindade Coelho, é para opinar sobre a estátua que se ergue na praça mogadourense (*Trás-os-Montes*, 1-XI-1938). Do seu «Mestre» Abel Salazar releva a pintura (*Portvcale*, 2.ª s., 5-6, Setembro-Outubro de 1946), não o artista do verbo que também foi. Há Camilo Castelo Branco irrelevante (*Notícias de Bragança*, 9, 23-IV-1914) e Júlio Dantas trocando missivas (27-I-1915), não menos circunstancial que um Camões de encomenda (5-V-1915). Outra encomenda é "O centenário de Luciano Cordeiro" (*Mensageiro de Bragança*, 15-VIII-1943), a cuja genealogia volta no *Mensageiro de Bragança* (15-VII-1944). Além do etnólogo Rocha Peixoto, nutre afecto por Monsenhor José de Castro, que lho retribui, e reitera Ferreira Deusdado, que também povoará as *Memórias*... Salva-se *O Clássico Frei Luís de Sousa. Tragédias Marítimas. Notas Inéditas*, em páginas e separata da *Portvcale* (Porto, vols. V-VI, 1932-1933), com que vou fechar este artigo.

Entre as primeiras fontes citadas nas *Memórias*... (I: 13), podíamos pegar em *Jardim de Portugal* (1626), de Fr. Luís dos Anjos – desejando oferecer «boa lição para mulheres, exemplos para pregadores, motivos para devotos e para amigos de histórias muito antigas e modernas» – – e notar que o projecto baçaliano se conjuga neste último propósito de motivos «para amigos de histórias muito antigas e modernas». A preocupação será, logo, recolher os testemunhos pertinentes da historiografia e memorialística de fundo académico – anais, memórias, elementos ou ementas de tipo vário –, bem como de personalidades úteis a cada período ou matéria historiado: Plínio, Tito Lívio, Fernão Lopes, Zurara, André de Resende, Rui de Pina, o João de Barros das *Décadas* III e IV, Damião de Góis, Duarte Nunes de Leão, D. Rodrigo da Cunha, Francisco Manuel de Melo e seu *Tácito Português*, Luís de Meneses (Conde da Ericeira) e outros restauracionistas, António Caetano de Sousa, José Cardoso Borges, António de Vilas Boas e Sampaio, Santa Rosa de Viterbo, José António de Sá, João Pedro Ribeiro, Silvestre Ribeiro, Herculano com *Opúsculos* e *História de Portugal*, Rebelo da Silva, Luz Soriano, os bibliógrafos Inocêncio Francisco da Silva e Bento José de Sousa Farinha, Sanches de Baena, Oliveira Martins, Pinho Leal, Teófilo Braga, Pinheiro Chagas e a *História de Portugal*, Barbosa Colen, Alberto Pi-

mentel, Inácio Pinto Pizarro de Morais Sarmento, Júlio Pimentel (Visconde de Vila Maior), Eduardo Freire de Oliveira, José de Arriaga, entre muitos outros, que, hoje, ninguém reconhece ou cita. Abstraímo-nos de alguns espanhóis, raro francês (Chateaubriand) e um mal nomeado italiano (Cesare Cantù). Nota para um reincidente Jerónimo Contador de Argote, cujas *Memórias para a História Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Espanhas* (4 vols. = 3 tomos, 1732-1747), que o pároco de Mairos encontrou na Biblioteca de Chaves, foi a Bíblia de Francisco Manuel Alves, conforme declarou a Norberto de Araújo (*Diário de Lisboa*, 9-XI-1935).

É raro que algum destes nomes solenes sirva o escritor que muitos foram, jardinando linguagem, construindo outros universos; ainda assim, há comentários excêntricos à matéria que esclarecem um certo Abade fescenino, senão pornógrafo:

> Estas guerras entre D. Fernando e D. Henrique terminaram pela paz de Alcoutim, celebrada a 31 de Março de 1371, na qual se estipulava a entrega recíproca das terras tomadas e o casamento do nosso rei com D. Beatriz, filha do de Castela, [...].
> A propósito destas guerras e seus protagonistas mete o bom do Fernão Lopes na sua obra tais naturalismos de frase vermelha que excedem muito quanto a moderna musa da escola realista canta. Hajam vista os capítulos XLI e LIII do livro I da sua crónica.
> Na *Ribeirada* ou na *Manteigui,* de Bocage, não se diz mais desbragadamente, embora com mais malícia. (I, 66)

Quem conhece estes dois longos poemas de duvidosa atribuição bocagiana entende que o Abade folheou laudas proibidas, embora o vernáculo aldeão delas se aproximasse...

Garcia de Resende (I, 48) e o *Cancioneiro Geral* (VI) transcendem a mera documentação buscada naqueles, ou no *Mercúrio Português*; e é conceituoso quanto se extrai da *Arte de Furtar*, que, todavia, não é de Vieira (I, 78), como o editor pudera informar. Cita largamente Jorge Cardoso, com *Agiológio Lusitano* (1652-1666), enquadrado por outros clássicos de vocação religiosa: Bernardo da Cruz, Bernardo de Brito, Diogo do Rosário, «o meigo e suave Fr. Luís de Sousa» (IV, 5) e sua

História de S. Domingos, Manuel Severim de Faria, Lucas de Santa Catarina, João Baptista de Castro...

Disciplinarmente próximos são coetâneos, também na utilidade imediata: José Leite de Vasconcelos, Deusdado, Manuel António Pires, F. M. Esteves Pereira, Albino Lopo[4], Cristóvão Aires, Adriano Beça, Santos Júnior...

Com o t. V, dedicado aos judeus, dá-se uma viragem: a bibliografia passiva suplanta a activa. Convoca A. Sardinha e Mário Saa (não Sá, XI, 323), mas biografa, entre os mais importantes, Oróbio de Castro, Jacob de Castro Sarmento, Jacob Rodrigues Pereira (este também nos t. VII, X). Eis um dicionário de autores alinhado pelos de João Franco Barreto, João Soares de Brito, Diogo Barbosa Machado ou Inocêncio Francisco da Silva (nomear, pelo nome próprio, quem deixou um título de obra ou mero artigo de jornal, sem um juízo particular), de que vão salientar-se, no tomo VII (com aditamentos no VIII, onde comparecem o Ramalho d'*As Farpas* e o Aquilino marginal do *Guia de Portugal*), os Notáveis, nascidos e, de algum modo, ligados ao distrito, diligência que inspirará Hirondino da Paixão Fernandes, na *Bibliografia do Distrito de Bragança*: Trindade Coelho, Luciano Cordeiro, Madureira Feijó, Junqueiro (retornado no t. XI), Norberto Lopes, Campos Monteiro (volta nos t. VIII, X, aqui com o nome do filho errado), Francisco de Morais, Inácio de Morais e, entre outros, alguns supostos de ligação ou nascimento, enquanto esquece passagens por esta terra de Alexandre da Conceição, Tomás Ribeiro, etc. Augusto Moreno só é recuperado nos t. VIII e X (ele que indexa os 11 volumes).

[4] Por razões sentimentais, realço "O Cabeço de S. Brás em Torre de D. Chama", em Albino dos Santos Pereira Lopo, *Apontamentos Arqueológicos* (1987), tanto tempo em manuscrito. Uma arqueologia rudimentar, de que ainda vi e ouvi restos, entre covinhas e sepulturas nas fragas, cerâmicas, machados de bronze, moedas, etc., confirmou «grandes pedaços de muralhas atestando ter sido ali um importante *oppidum romano*, que devia ser uma das principais estações da via que por ali passava em direcção a Astorga, vinda de Chaves. [...] O que não há dúvida é que este ponto foi habitado desde muitíssimas idades, como o comprova a existência do berrão de pedra junto do pelourinho da povoação, que em tempos foi vila, e que vai tirar a origem do seu nome a uma lenda interessantíssima que diz respeito a uma princesa de pernas de cabra, que habitara nessas muralhas que agora vemos derruídas e prestes a desaparecer.» (p. 111-112)

De Platão a Camões, Cervantes, Gaspar Estaço, Manuel de Faria e Sousa, Francisco Manuel do Nascimento (Filinto Elísio), Castilho, fugazes Manuel Teixeira-Gomes ou Moreira das Neves, nada disto é significativo enquanto convívio com as obras, de que, aliás, o Abade era fraco recenseador. Só transcreve excertos para entrar num assunto, confirmá-lo ou, julga ele, completar sentido. Não escapa ao aleatório da selecção, e recorre a lugares-comuns («como as rosas de Malherbe», I, 78), com uma longínqua função exemplar. Veja-se, após um Camões a talho de foice, inútil acrescento comentativo:

> De Bragança partiu a comitiva para Trancoso, onde el-rei D. Dinis os esperava e se fizeram as bodas com grande aparato. E agora «vede da natureza o desconcerto» [*Os Lusíadas*, III: 138]. Esta rainha, modelo de virtudes, esposa do rei D. Dinis, é a que hoje veneramos nos altares, debaixo da invocação de Rainha Santa Isabel, bem diversa, no proceder, de seus ascendentes, tão certo é poder medrar ao pé da podridão do sepulcro a branca açucena. (I, 276)

Outro exemplo de ordem histórica, mas inconveniente, e sem ligação entre as datas:

> O mesmo Barbosa Colen fala-nos num padre António «amigo dedicado e folgazão» do tribuno José Estêvão que o acompanhou de esconderijo em esconderijo, proporcionados pelo padre, evitando assim que fosse preso pela facção dos Cabrais em 1846.
> Mas estes meninos são sempre assim! Aproveitam os serviços do clero e pagam-lhe desconhecendo-os, deprimindo-o e lançando sobre ele juízos desfavoráveis. A 17 de Dezembro de 1831 morreu, fugido às perseguições políticas em Ermezende, província de Orense, Espanha, Miguel de Morais Antas, cavaleiro da Ordem de Cristo, natural de Bragança, abade de Gondezende, de que tomara posse em 26 de Junho de 1815. Dispendeu mais de setecentos mil réis do seu bolso em melhoramentos na igreja matriz e residência paroquial. (I: 181)

O caso de Camilo Castelo Branco é diferente: terá sido o mais lido – – por defeito, mostra a desleitura abacial de contemporâneos –, até porque muito se relacionou com Bragança e distrito (t. X). Além de recorrer

a *O Perfil do Marquês de Pombal* e a *Maria da Fonte* (em I: 210, seria preciso questionar o seu alegado guerrilheirismo às ordens de MacDonell), Francisco Manuel Alves conhece obras-chave:

> Não deve admirar que estes escritores, num tempo em que os processos de crítica careciam dos elementos de que esta ciência dispõe modernamente, prestassem crédito aos forjadores de tais descalabros que, como diz Camilo, «mentiram mais do que permitia a força humana». (I: 8)

Remete para *A Queda Dum Anjo*, p. 36; deve ser: «mentiram "mais do que permitia a força humana"» ([3]1887: 37), para evocar *Os Lusíadas*.

Noutro passo, serve-se de *Noites de Insónia*, sem informes bibliográficos precisos, que é uma das pechas destes investigadores até meados do século XX:

> Camilo Castelo Branco narra, sob a epígrafe "A rival de Brites de Almeida", um episódio interessante sucedido nesta guerra durante o cerco de Miranda, o qual tem por assunto a morte, com um espeto, dada por uma mulher desta cidade a um sargento espanhol. (I: 124)

Na introdução ao tomo I da moderna edição, o então director do Museu do Abade de Baçal, João Manuel Neto Jacob, noticia um autógrafo abadino aqui existente, intitulado *Algumas das obras mais importantes que tenho lido*:

> [. . .] a par da inúmera teologia, cronistas e clássicos do reino, dicionários e revistas (*Revista de Guimarães, O Panorama, O Instituto, O Arqueólogo Português, O Ocidente, O Arquivo Pitoresco*, e onde, em algumas delas, salienta os seus principais colaboradores), das obras então publicadas e já consultadas por ele – em selecção rápida de autores coevos ou próximos assinalamos, entre outros, Adolfo Coelho, Pinheiro Chagas, Martins Sarmento, José Leite de Vasconcelos, Luciano Cordeiro, José de Arriaga, Mendes dos Remédios, Camilo, Emílio Hubner, Oliveira Martins, Luz Soriano, Alexandre Herculano, Rebelo da Silva, Gama

> Barros, Guerra Junqueiro, Rocha Peixoto, Sousa Viterbo, Raczinski, Teófilo Braga, Joaquim de Vasconcelos, Raúl Brandão, Martins Capela (I: XXIV).

Dado o estatuto historiográfico dos que também foram ficcionistas, dramaturgos ou poetas, restam Camilo e um surpreendente Raul Brandão, que não vejo aproveitado.

Já aproveitado por quem se aproxime do secular Manuel de Sousa Coutinho em vestes de frade é *O Clássico Frei Luís de Sousa*, cuja biografia aqui registada é recomendação em *A Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, com introdução de Aníbal Pinto de Castro (Lisboa, INCM, 1984). Investigando no Arquivo de Simancas, donde tirou farta documentação, acha «peças interessantes cheias de notícias biográficas que aclaram apreciações menos exactas do notável autor dos *Anais de D. João 3.º* e de outras obras exuberantes de pureza clássica inexcedível; ou que apresentam factos novos, modalidades ignoradas de tam preclaro luminar da literatura portuguesa» (p. 1). Outros fólios aqui descritos respeitam a irmão e sobrinho.

Se esse impressionismo é o máximo que se permite sobre um estilo autoral, já o que segue mostra ter compulsado dicionários bibliográficos e históricos, a par de memórias, acima referidos, até ao *Frei Luís de Sousa* garrettiano. Transcrevendo o seu testamento, dissipa de vez «essoutra lenda patriótica da má vontade de Frei Luís de Sousa ao governo castelhano, pois o serviu delicadamente, merecendo, por isso, uma grossa tença, rendosos governos de praças» (p. 1-2), etc.[5]

Rastreador de objectos e documentos, que descreve, só por acaso salta verso de *O Hissope*, de António Dinis da Cruz e Silva, em divertida carta (14-X-1928) ao coronel Silveira e Castro, comissário-geral da exposição Portuguesa em Sevilha, que requerera monografia sobre *Trás-os-Montes*[6], a troco de um conto de réis (*Diário de Lisboa*, 9-XI-1935).

Descontado o entendimento de 'literatura' pela Academia, o cânone

[5] Já agora, acrescentarei a rasura de D. Joana de Portugal, filha de D. Madalena e de D. João de Portugal. Ver *Anedotas Portuguesas […]*, ed. de Christopher L. Lund, Coimbra, Livraria Almedina, 1970: 200-201.

[6] 1929. Edição fac-símile, 2015, pelo Grémio Literário Vila-Realense.

abacial é distractivo – Camilo, sobretudo –, feito de poucos versos (mas recolheu muitos, populares), aluda embora à «musa realista», também feito de parco teatro (tendo colectado algum tradicional), mas de larga verbetização (incluindo bispos e fidalgos), que não significa leitura ou reflexão pertinente sobre espécies bibliográficas dos autores nomeados. Esse pendor distractivo tornou-se subsidiário, na organização episódica do discurso. Como Calisto Elói, leu muitos latins e seiscentistas; mas, se não descreu destes, nunca vestiu os fatos novos daquele, nem foi passear até França.

Fez, todavia, imenso; sendo que é na prosa familiar, ao arrepio do discurso científico, e na correspondência libérrima, que saltam centelhas de autêntico criador. Urge ler, pois, essas cartas, a fim de completar este estudo introdutório ao cânone literário do bom Abade...

III

A moderna edição

Mais conhecido por Abade de Baçal (terra onde nasceu e morreu, 1865-1947), o Padre Francisco Manuel Alves foi nomeado, em 1925, director-conservador do Museu Regional de Bragança – desde 1935, Museu do Abade de Baçal, quando teve homenagem nacional –, que enriqueceu com espólio etnográfico, arqueológico e artístico, fruto das suas excursões de estudioso e das relações que soube criar, sempre generosamente nomeadas. Sócio de academias e institutos, fica como recolector das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (1909 [na verdade, 1910]-1947; na capa, 1948; de facto, 1949), 11 volumes entretanto fac-similados (1975-1982) e com edição revista em 2000, só apresentada em 2002. Dele convém relevar, ainda, *O Clássico Frei Luís de Sousa — Tragédias Marítimas — Notas Inéditas*, 1933, e uma vasta colaboração distribuída pela *Ilustração Transmontana* e outras publicações.

Nos 120 anos do seu nascimento, percebeu-se a necessidade de regressar ao caos criador de figura rara e não integralmente editada. O seu

principal discípulo, António Maria Mourinho, deu "Biobibliografia do Abade de Baçal", em *Trabalhos do Boletim da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, fasc. I, vol. 25, 1985: 143-159, além de *Vida e Obra do Abade de Baçal*, separata de *Amigos de Bragança*, 9--10, Junho-Julho de 1985, boletim que coligiu outras comunicações de colóquio então organizado. Também a revista *Brigantia*, V, 2-4, Abril--Dezembro 1985, se associou ao evento.

Veio o cinquentenário da morte e entrou-se numa nova fase. O director do Museu, João Manuel Neto Jacob, convocou especialistas para colóquio cujas actas saíram em 1999, mas, entre outras iniciativas, organizou exposição com precioso catálogo, iconograficamente surpreendente e completa biobibliografia, da responsabilidade de Hirondino da Paixão Fernandes. Actualizada, esta retorna no limiar do novo tomo I, que acrescenta a "Introdução à primeira reedição", escrita em 1982, pela então directora, para as reimpressões do fac-símile. Esgotadas estas, concluiu-se, em 1997, da urgência em reeditar o Abade. O presidente do executivo bragançano, António Jorge Nunes, apoiaria, com a abertura do concurso para tão magno feito; num curto espaço de tempo, a obra aí está, refundida, parcialmente revista, digna.

A par das introduções e, no final, das notas de revisão, por larga equipa de especialistas portuenses, sucedem três novidades: transcreve--se o até hoje inédito «primeiro preâmbulo» ao tomo V, sobre os judeus (com sucintas páginas sobre os ciganos no distrito), que fora desaprovado por amigo; o tomo VIII, "No arquivo de Simancas", vê-se integrado por *A Restauração de 1640 no Distrito de Bragança*, antes no vol. III dos *Anais da Academia Portuguesa da História – Ciclo da Restauração de Portugal*, 1940; aos 11 tomos canónicos acresce um de índices, por Maria Sarmento de Castro, feito notável para obra que, mau grado alfabetada, vive da acumulação e exige o seu fio de Ariadne: repete os índices gerais daqueles, somando índices toponímico, antroponímico e de assuntos. Desculpa-se alguma falha (por exemplo, escrever Mário Sá, sendo Saa).

E no resto? Alguns problemas. O coordenador, na "Apresentação", equaciona a hipótese de edição entre a «científica» e a «facsimilada»,

optando «pelo meio termo». Além de não haver tempo, «A aplicação de critérios rigorosos de uma edição científica transformaria, aliás, as *Memórias* numa obra fastidiosa, para o leitor comum, [...]». Más razões. O fac-símile poupa tempo, sendo boa solução; mas, actualizado o texto abadino, resta conhecer critérios de transcrição das citações logo no t. I (e não nos t. III e IV, repositórios de centenas de documentos), para obviar a descasos. Para ser «edição anotada» tinha de acompanhar, mesmo que só nas terminais «notas de revisão», o que se considera informação «científica». Escapam, assim, imprecisões de títulos, datas, citações ou atribuições duvidosas, em que o Abade era fértil: vai deixar-se que o «leitor comum» continue a ler *Arte de Furtar* como sendo de Vieira (I, p. 78)? Não terá sido traduzido aquele Gibbons sobre Coleja (XI, p. 580-582)? Confirmar fontes impressas «em segunda mão» (II, p. V) significa um redobrar de trabalhos para os que aqui regressarem a matérias de eleição, inevitavelmente dispersas pelas cerca de nove mil páginas.

O t. I, que já define o «documentalista» contra o «historiador», nesse «gigantesco trabalho de levantamento», reúne, na "Introdução ao volume I", a quantidade de estudiosos que, nos seguintes, ficarão reduzidos a um ou dois. Cada um tem áreas de investigação e aproveita para, no pretexto baçaliano, despejar bibliografias que não concernem ao distrito, esquecendo as pertinentes. Para a história da cidade, Eduardo Carvalho podia ser mais citado; nas feiras e mercados, havia lugar à tese de Maria Piedade Braga Santos sobre as feiras de Torre de D. Chama; o ensino, entre a Igreja e as indústrias, no t. II, cita monografias recentes de investigadores locais. Se se reconhece o «descuido de escrita, a que é atreito" o Abade (p. CLXXV), comecemos por clarificar conceitos como «memórias» – diversas tentativas nos t. IX e X – ou edição, reedição, reimpressão, etc., uniformizando-se esta linguagem nos demais tomos. A criticável «fragilidade metodológica» (t. VII, p. II, sobre os notáveis do distrito) deve acautelar-nos: que sentido faz alargar nota de revisão sobre Norberto Lopes, que voltará no t. XI (dedicado a arqueologia e etnologia, mas não só), quando não se completa Águedo de Oliveira, nem recorrendo a Eduardo Carvalho? Seria igualmente critério

o *tom* da revisão, que implica um discurso estranho no t. VI, entregue aos fidalgos: «Obra sem qualquer mérito? Não diríamos tanto» (p. III), contemporiza o editor, que anuncia a «mais completa ignorância em matéria heráldica» (p. 805) – do Abade, naturalmente. Lidas as notas 20 e 21 (p. 804), entende-se que não viu documentos que tanto fel motivam. E porque não dizer, de uma vez, no t. I, que a documentação do Museu Municipal está, hoje, no Arquivo Distrital? Faltou, nestes pormenores, a derradeira demão, que também pudera uniformizar corpos, cabeças e estilos gráficos. Se a revisão é quase impecável (parcas gralhas e raras oscilações em certos vocábulos; o meu nome será dos poucos sacrificados, ainda com duas entradas no 12.º tomo, o que se passa com alguns mais), há frases de redacção problemática, ou, no t. IX, vírgulas e «listagens» em excessos (essa introdução calhava melhor no t. I, sem juízos inúteis a perturbações recentes no Museu). As remissões, no t. XI (p. 118ss), para *A Restauração de 1640...* só fariam sentido se referidas ao t. VIII e não à edição de 1940.

Bibliografia

Alves, Francisco Manuel. 2000. *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. 12 vols. Coord. de Gaspar Martins Pereira. Bragança: Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal.

Castelo Branco, Camilo. [5]1969. *Esboços de Apreciações Literárias* [1865]. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Cochofel, João José. 1977. *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*. Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Correia, João de Araújo. 1967. *Passos Perdidos*. Lisboa: Portugália Editora.

1968. *Horas Mortas*. Régua: Imprensa do Douro.

Montês, António. 1943. "Baçal". *In*: *Terras de Portugal*, 3.ª série. Lisboa: Portugália Editora.

Eça de Queiroz. S. d. *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil.

“A Estalajadeira”

A Maurício Melim Teixeira
e Maria Eufémia Gomes

1. **Origem e transmissão do conto**

Relações Literatura / Folclore; conto de fadas / mito, fábula, lenda

A historicidade do conto é um dado irrefutável – mas dissolúvel nas eras. A sua estrutura prevê a inserção de personagens e acontecimentos que uma diacronia necessariamente impõe. Esta referência histórica contribui para a particularização de um tema, que, recriado (universo das variantes), e reinterpretado, se transmite e perdura.

Isso não evita uma depuração na economia narrativa e, nalguns textos, um início *ex abrupto* já se nos depara: «Havia uma estalajadeira muito bonita.» Os períodos apresentam-se demasiado curtos para que não possamos ver aí a contenção que anuncia o mito. No presente *corpus*, essa brevidade coincide com a secura e rigorismo da mãe estalajadeira.

Habita estes contos um halo de «éternelle poésie» (Michelet, 1996: 64), embora não, forçosamente, na sua estrutura manifesta. Mas se esta não deixa de se associar à vertente paradigmática, permite-nos, ainda, e desde logo, fixar o conto na sua qualidade de facto transitivo, que «não se reflecte a si mesmo» (Propp, s. d.: 74).

Tudo indica, pois, segundo Propp, que este «fenómeno de ordem ideológica [...] reflecte as formas de produção existidas nas primeiríssimas fases de desenvolvimento» (p. 74); ou, de outra maneira, «no campo do conto maravilhoso, não há literalmente um só motivo que não manifeste, no seu ponto inicial, um vínculo com a economia da sociedade anterior à divisão de classes» (p. 32). Michelet, por seu turno,

atribui aos contos, além de uma grande singeleza, um justificado quadro de sugestões: «Les Contes de Fées [...] marquent une époque poétique, entre le communisme de la *villa* primitive, et la licence du temps où une bourgeoisie naissante fit nos cyniques fabliaux.» E logo a seguir: «Les contes ont une partie historique, rappelant les grandes famines (dans les ogres, etc.). Mais généralement ils planent bien plus haut que toute histoire, sur l'aile de l'*Oiseau bleu*, dans une éternelle poésie, disent nos vœux, toujours les mêmes, l'immuable histoire du cœur.» (p. 63-64)

Por estes excertos, sentimos como Michelet intui a componente histórico-literária dos contos e, ainda, a muda, mas não menos mutável, história dos nossos anseios e vitórias que Bruno Bettelheim analisará demoradamente.

De momento, interessa Propp. Definindo, à partida, a ciência do folclore como «uma disciplina ideológica» (p. 180) – sem dela excluir uma poética, «distinta das obras literárias» (p. 185) –, um certo historicismo parece animar as suas deduções. Além de optimisticamente considerar que, «No socialismo, o folclore perde os seus traços específicos como criação das categorias sociais inferiores, pois entre nós não há camadas sociais inferiores e superiores: há somente povo» (p. 183), um segundo tipo de generalização ocorre quando ensaia a vinculação imediata da superestrutura à infra-estrutura: «Se agora o vínculo entre o conto e a sua base económica de existência não se vê, ele era *completamente imediato e directo.*» (p. 32; cursivo meu)

Sem se dar conta, ou penitenciar-se, escreve que «é fácil cair no erro de supor que o folclore reflecte 'imediatamente' as relações sociais, ou de costume, ou doutro tipo. O folclore, sobretudo nos primeiros níveis do seu desenvolvimento, não é descrição de costumes da via quotidiana.» (p. 193) Ou: «As formações folclóricas criam-se, pois, não como reflexo imediato da vida quotidiana [...], mas como resultado das contradições, do choque de duas épocas ou de dois sistemas e das suas ideologias.» (p. 196)

Tentemos compreender o auto-desmentido: referiu-se, primeiro, o «vínculo com a economia da sociedade anterior à divisão de classes»; agora, dão-se as formações folclóricas emergindo «das contradições de

duas épocas», etc. Creio ver aqui um desfasamento têmporo-espacial: além, a unidade; depois, a dualidade.

Uma via de solução será a que considera o folclore não como a «descrição de costumes da vida quotidiana» – o que expressamente se diz –, mas da vida ritual. É evidente que esta se distingue – desde logo, segundo um espaço e tempo pré-determinados – das práticas da quotidianeidade. Pergunto, todavia, se a «base económica de existência» não é, ainda, comum a estes dois tipos de práticas; se, em última instância, o ritual, resguardado na sua iniludível complexidade, reordena diferentemente o que, na esfera diária, são as relações sociais de produção. Responderei que a elaboração que o conto faz, na origem da realidade histórica, se processa sobre um fundo sagrado e que os seus sentidos são de carácter explicativo (e didáctico), recobrindo também o maravilhoso. É o maravilhoso que se conserva quando, no século XVII, aparecem as invenções de Perrault. Mas este desaguar na fixidez da escrita pode querer significar, ainda, a inevitável desagregação decorrente da instauração, no processo ritual, de um tipo de relações não tão homogéneas quanto isso – porque reproduzem, em parte ou no todo, aquelas tão vulgares relações diárias. Será, pois, altura de intercalar a relação do folclore com a literatura, para, de seguida, estabelecermos um confronto entre o conto de fadas e o mito (ainda, ao de leve, contos de fadas *vs.* fábula, lenda).

Considera Propp que «as obras literárias têm sempre e infalivelmente um autor», ao passo que «as obras folclóricas, pelo contrário, podem não ter autor». Esta posição é justificada, na sequência, através de uma disjunção exclusiva: «Ou nós reconhecemos a presença de uma "criação popular" como tal, como fenómeno da vida histórica e cultural dos povos, ou não o reconhecemos e afirmamos que ela é uma ficção poética e científica e que somente existe a criação de simples indivíduos ou grupos.» Não custa adivinhar a sua opção: «Nós partilhamos o ponto de vista de que a criação popular não seja uma ficção, mas que existe mesmo como tal e que o seu estudo seja justamente a tarefa fundamental dos estudos folclóricos enquanto disciplina científica.» (p. 186) E o

argumento decisivo: «Basta indicar que, geneticamente, o folclore deve ser aproximado, não à literatura, mas à língua, a qual também não foi inventada por alguns e não tem autor, nem autores.« (p. 187)

O conceito de popular requer, no presente caso, e como se vê para o Romanceiro, o termo afim – tradicional –, recuperado, no texto citado, pelo lexema «criação». O sintagma «criação popular» mais não significa, portanto, que a intermutabilidade, em circunstâncias como esta, dos dois termos. No limite, e numa visão talvez mecanicista, *popular* será um estádio; *tradicional*, um saber-fazer. O texto (que, originariamente, não é a soma das partes – logo, não há texto colectivo –, mas nascerá de um autor caucionado por uma legião de artistas) caracteriza-se pela circulação e mutabilidade: a intencionalidade com que o vou executar (pensará o emissor) não se compadece com uma repetição fiel, mas, obedecendo a certas leis, apresentá-lo-ei segundo a minha maneira... Convém dizer que, se o conto se reservou determinadas regras mínimas, nunca elas foram fixas (ou inflexíveis); mais importante é o facto de se ter assumido, sempre, como uma fórmula do fictício, ou expressão do imaginário *profano* – e, daí, considerar-se que estão lançadas as bases do conto *em* ficção científica, o que pediria outra demora.

A aproximação que é feita do folclore à língua precisa de ser reforçada com a aproximação, afinal, à linguagem: língua, sim, mas actualizada por uma fala (que a varia).

Entretanto, uma nova distinção (mais de grau que de traço) pode ser a maior ou menor adequação (melhor seria dizer: relação imediata) à infra-estrutura, a que a literatura é mais sensível – a literatura é filha do folclore, que abandonou! –, porque, à partida, se dá cristalizada; o folclore, pelo contrário, enquanto mais difuso, é menos receptivo àquela relação.

Surge, no entreacto, a «acção corrosiva da mitificação» (Eliade, 1978: 57). O conto desemboca num ponto tal que, a partir de então, de nada serve (ou servirá de muito pouco) uma eventual referenciação histórica e suas variantes, económica ou outras. Escreve Mircea Eliade: «Seja qual for a sua importância, o acontecimento histórico em si perdura na memória popular e a sua recordação só inspira a imaginação

poética na medida em que esse acontecimento histórico se aproxima de um modelo mítico.» (p. 57) É a força *explicativa* deste. E, à frente, a desaguar na pedra de toque do folclore, a *exemplaridade*:

> A memória colectiva é a-histórica. Esta afirmação não pressupõe nem uma 'origem popular' do folclore, nem 'criação colectiva' da poesia épica. Murko, Chadwick e outros investigadores realçaram o papel da personalidade criadora, do 'artista', na invenção e desenvolvimento da poesia épica. Queremos apenas dizer que – independentemente da origem dos temas folclóricos e do talento do criador da poesia épica – a memória dos acontecimentos históricos e das personagens autênticas modifica-se ao fim de dois ou três séculos, a fim de poder participar no modelo da mentalidade arcaica, que não pode aceitar o *individual* e só conserva o *exemplar*. Esta redução dos acontecimentos a categorias e das individualidades a arquétipos, efectuada pela consciência das camadas europeias até quase aos nossos dias, processa-se de acordo com a ontologia arcaica. (p. 59)

Como destrinçar, em arquitecturas aparentemente idênticas, conto (mesmo dito *de fadas*) e mito?

Penso que as diferenças se centram, embora não exclusivamente, na figura do sujeito / herói, e nestes dois termos vai já uma tomada de posição: quero falar de sujeito em relação ao conto, de herói em relação ao mito. Deste – que terá sido tomado, sempre, como uma narrativa verdadeira num imaginário primitivo de funda experiência religiosa[1] –, evola-se um outro universo de sugestões, já não respostas precisas, umas

[1] «Ora um facto se nos depara desde o início: para tais sociedades o mito é suposto exprimir a *verdade absoluta*, porque conta uma *história sagrada*, quer dizer, uma relação trans-humana que teve lugar na aurora do Tempo, na época sagrada dos começos (*in illo tempore*). Sendo *real* e *sagrado*, o mito torna-se *exemplar* e, por conseguinte, *passível de se repetir*, porque serve de modelo e, conjuntamente, de justificação a todos os actos humanos. Noutros termos, um mito é uma *história verdadeira* que se passou no começo dos tempos e que serve de modelo aos comportamentos humanos. *Imitando* os actos exemplares de um deus ou de um herói mítico, ou simplesmente *narrando-lhes* as aventuras, o homem das sociedades arcaicas destaca-se do tempo profano e adere magnificentemente ao Grande Tempo, ao tempo sagrado.» (Eliade [1956], 1990: 13)

e outras questionando o mundo, aquelas remetendo, porém, para a iniciação (do sujeito) no mundo, estas para a enumeração das provas heróicas de forma (herói), além de modelar e enfática. (Bettelheim, 1976: 39, 53; tradução minha) Pensando nas três funções de Georges Dumézil – a sua «idéologie tripartie», «organisation trifonctionnelle»: *souveraineté*, *force physique*, *production*, a que correspondem as classes funcionais de *prêtres-rois*, *guerriers*, *producteurs* –, «Il note en particulier que, dans le mythe, l'objet de première fonction a toujours clairement sa valeur (souveraine, sacrée, rituelle, etc.), tandis que cette valeur est le plus souvent dégradée dans le conte» (Del Ninno, 1981: 301).

Nova diferença, que B. Bettelheim tem por mais significativa, respeita ao final, que, nos mitos, «é quase sempre trágico, enquanto é sempre feliz nos contos de fadas» (p. 53). Esse pessimismo *versus* optimismo molda também o sujeito / herói – este conhecendo «uma transfiguração numa vida celestial eterna, a personagem principal dos contos de fadas destinada a uma vida eternamente feliz na terra, entre nós» (p. 56).

Um herói particular, quase sempre *com* nome, no mito (João Peludo [Pedroso, Conto XLV, 1978: 231-245], por exemplo, será de carácter mítico, até pelo seu final trágico), anonimato completo das personagens no conto, «o que facilita as projecções e as identificações».

... Optimismo e pessimismo que são sublinhados pela presença, no mito, de «personalidades ideais que actuam de acordo com as exigências do super-ego, enquanto os contos de fadas descrevem uma integração do eu que permite uma satisfação conveniente dos desejos do *id*» (p. 58).

Caberia, ainda, relacionar o conto de fadas com a fábula e a lenda.

Os fins da fábula – e, assim, as preocupações de verdade moral alegorizada, em protagonismo animal – são evidentes, para possibilitarem, mínima que seja, uma tomada de decisão por parte do leitor / ouvinte. Mais do que distrair, visa uma imposição do sentido único final, aceitável ou não, aceite ou não, mas como se houvesse *um sentido necessário*.

A lenda traz no próprio nome (*legenda*, o que deve ser lido) o modo imperativo, inquestionável[2]. O enquadramento ou tão-só perfume histórico diluem-se em dimensão ideológica, psicológica ou outra, quando não subsiste unicamente o poder transfigurador do maravilhoso.

Comum às quatro narrativas é não só a hipótese de contaminações recíprocas ou transvases, como, dentro de cada uma, quanto Lévy-Strauss (1971: 603) concedeu ao mito: relacionar-se e transformar-se discretamente *com* outro, sendo cada um, assim, o conjunto das suas variantes, sem perda da armadura lógica. A exemplo do mito, conto e lenda podem ter um carácter fundador[3], e, acrescentada a fábula, também simbólico. Já não lhes concedo a incidência sobre as origens, alheias à contextualização ou empiria, como se observa nos mitos cosmológicos (criacionistas, do caos à ordem) e escatológicos (da ordem ao caos universal, aniquilação e fim dos tempos), de forte carga religiosa. São dúplices os messiânicos: se se retorna ao tempo e lugar paradisíacos, humanidade em crise e sobressaltada requer um chefe, e, daí, a dimensão política. Podem, nesse duplo sentido, absorver os milenaristas; mas também os políticos e filosóficos, embora sejam autonomizados:

[2] É a escuta do conto de fadas «comme un divertissement alors que le mythe… le mot lui-même est assez respectueux», pois «La fatalité y fulgure», que os diferencia. (Borges, 1992: 108)

Na monografia de Jolles (1929), «le conte est considéré comme une monade indécomposable, comme la première 'forme simple', et la spécificité générique des formes simples est tirée de représentations directement incluses dans la langue elle-même. Le conte, d'après Jolles, répond au niveau idéal du mode optatif. Corrélativement, la légende est liée à l'impératif, le mythe, à la forme interrogative.» (E. Mélétinski, "L'étude structurale et typologique du conte", *in* V. Propp, 1973: 209) Visão depreciativa do folclore («uma força imobilizadora, utilíssima politicamente para dominar o povo que o faz seu»), no confronto com a literatura, está em artigo de F. Lázaro Carreter, no *Diário de Notícias* (Lisboa) de 5-VI-1980.

[3] Entre os «marcadores mais utilizados» distintivos da lenda aceito «a localização precisa da narrativa no tempo e no espaço» (Cidraes, 2014: 9), *em parte*, seja, em muitas lendas sagradas, históricas, iconográficas, e com dificuldade nas lendas de forças e seres sobrenaturais ou nas etiológicas. Já é diferente, quanto àquelas, reconhecê-las como «suportes de memórias colectivas» e «elementos criadores dessas memórias», com «uma função modeladora da memória de uma comunidade ou de uma nação» (p. 10).

quem aceita o soberano, ou ver-se representado em parlamento, abdica de uma liberdade individual a que nem sempre responde capazmente a democracia; a promessa de felicidade no comunismo, que também desejou colocar um ponto final na História, não é diferente de hodiernos humanitarismos...

Vejamos o exemplo de um conto de fadas.

2. **Material e resumo. Análise**

Leia-se o conto LVII, "A Estalajadeira", na colectânea *Contos Populares Portugueses* (1910), de Consiglieri Pedroso (1978; ainda sem três contos que integravam a 1.ª edição).

Retomando, nas primeiras sequências, a temática do conto inaugural, "A Rainha Orgulhosa", a escolha aproxima-se, mais fielmente, dos paradigmáticos "A Branca de Neve" ou "A Bela Adormecida", enriquecendo-se, assim, por uma comunhão intertextual de que este trabalho, porém, mal se fará eco.

Em síntese, conta-se a história de uma menina que, por ter nascido mais bonita do que a mãe, estalajadeira, sofre as perseguições de um despeito que se serve, primeiro, do domínio físico, e, posteriormente, de agentes subornados. Escapando à morte com a cumplicidade de um criado e trazida, mais tarde, à vida real por um príncipe caçador que dela se enamora, casa e dá à luz um herdeiro ao trono, cujo primeiro assento é uma cadeirinha feita com os ossos da avó justiçada.

Procuremos estruturar uma análise que recupere propostas da semântica greimasiana, de modo a compreender alguns corredores narrativos, destes concluindo sobre os fundamentais percursos de transformação de um sujeito, cujo desenvolvimento ficcional e psíquico se articula na contribuição negativa-positiva de novos sujeitos. Aproximações não exaustivas a certo tipo de imaginário levam em consideração a dificuldade pressentida em abordar um *corpus* aparentemente fácil, mas onde as extrapolações possíveis eram demasiado sedutoras para serem fecundas.

«Havia uma estalajadeira muito bonita.» Temos aqui um estado zero que só passa a significar quando aquela dá à luz uma menina, *mais* bonita. Esta excelência presentifica o conflito, resolvendo-se o texto, doravante, como a formulação de espaços fundados na alternância equilíbrio-desequilíbrio, onde subpomos um tema e suas ramificações em devir, enquanto se justificar a presença dos acontecimentos.

É à pertinência destes que devemos prover. Agrupados em sequências, eles efectivam-se logo que surge um desvio à norma. Demarcam, então, campos semânticos – a narrativa torna-se confrontação de campos semânticos, a qual morre como texto (podendo seivar a cultura) quando as relações actanciais se dissolvem e petrificam os sujeitos de / em estado.

A abolição do sujeito (abulia) tem, pois, de curioso apagar o texto que só a visão prospectiva do leitor faz ainda funcionar. Nessa medida, o texto é sempre uma fábula, no sentido em que fornece instrumentos para desencantar uma totalidade explicitada sob uma fórmula. E ao leitor cabe (mas só quando se afirma sujeito integral de querer, saber e poder) relançar o – seu – imaginário e assim compreender o tecido fragilíssimo de um projecto eventualmente com futuro.

Se quisermos dilucidar o corpo têmporo-espacial que temos à frente, falaremos, já, de dois tempos-espaços nucleares e, mais importante, semanticamente opostos. Veja-se, numa primeira referência, a oposição estalagem / palácio. "A Estalajadeira" abre na dupla negativa, mas resolve-se na dupla positividade. O anti-sujeito, desde o título, reforça a incompatibilidade, onde as pulsões de morte reivindicam a anulação da outra parte. A procura do objecto cria o abismo: o que a menina procura é reprimido pela mãe, que, por seu lado, deseja uma sintonia com aquilo que, podendo dar-lhe a satisfação plena, está na posse da menina – a qual, por seu turno, não se considera ainda representante desse bem desejado. Temos, à partida, os seguintes *enunciados disjuntivos* [S = Sujeito; U = estado de conjunção; ∩ = estado de disjunção; O = Objecto de valor; → = transformação]:

Menina (M)	S U O2
Estalajadeira (E)	Š U O1 [No estado zero, S ∩ O (1)]

O sujeito E pode, enquanto dominante, cumprir os seus programas narrativos: para manter a imagem da posse do *objecto* primeiro, anula M, que relega para um estatuto de silêncio; aqui, porém, M permite-se um fazer transformador (efemeramente, S U O2), vindo à janela do quarto.

{Se quisermos, o facto de ser mais linda do que a mãe é competência suficiente para não dizermos, de forma radical, que M raramente é sujeito de fazer. A sua simples presença desencadeou, de imediato, e prolongou, a situação que podemos assim representar:

F transformador [S1 → (S2 → O)]

↓ ↓

sujeito sujeito

de fazer de estado}

O programa de E estende-se ao quarto fechado e, servindo-se, depois, de outro tipo de adjuvante – o criado –, parece ir terminar o programa narrativo. O percurso de E regressa efectivamente quando M reinveste no seu desejo do *objecto*, seja, quando, condenada a viver «também satisfeita» (repare-se que E «ficava muito satisfeita com a resposta»), pede à velhota que venha fazer-lhe companhia. À segunda vitória aparente de um novo programa narrativo bem planeado sucede a terceira – ainda por meio da junção de uma personagem e de um actante, ainda pelo suborno, mas também vitória de pouca dura.

A contingência do filicídio passa a ser perspectivada de outra maneira quando, descoberta pelo príncipe (na portaria dos frades e depois na cama, onde ela vive a prova decisiva), a menina pode já contar com o dom de adjuvantes que vão além da compaixão do criado ou da paternidade fugidia dos ladrões. Até por isso, percebe-se a fronteira entre os dois espaços, bem demarcada – como se de natureza e de cultura se tratasse. Acresce a chegada de uma personagem plena como o príncipe (P), cujo percurso, embora menos difícil, é a procura já de O3 que M persegue após o momento fulcral (o que não entra em contradição com

o facto de a prova decisiva vir depois) da passagem pelo encantamento (moral).

A evolução sequencial a nível de sujeito protagonista – da disjunção à competência – estará condicionada aos seguintes parâmetros:

$$S \cup O \rightarrow S \cap O; \text{ melhor: } S \cup O2 \rightarrow S \cap O3$$

A problematização do objecto, neste caso, requer algumas explicações, porquanto, nos dois percursos do sujeito E, o objecto desejado, se não varia de traço, muda de qualidade. A percepção desse facto atribui toda a riqueza ao conto.

Devemos, todavia, começar por inventariar os dados relativos às três personagens nucleares, extensivos, num segundo quadro, aos outros actantes, de forma a esboçar um esquema actancial. É um exercício descritivo, que fixa a leitura.

Quadro I

1) Personagens: Qualificações – Funções

Estalajadeira: beleza – pergunta; vaidade – fica satisfeita; despeito – esconde a menina; maldade – suborna o criado; repressão – manda matar a menina; persistência – suborna a velhota; suborno – alicia o soldado; astúcia / desonestidade – falsifica as cartas.

Menina: maior beleza – vive solitária; curiosidade – assoma à janela; passividade – acompanha o criado; desespero – chora; iniciativa – senta-se numa pedra; medo – levanta-se; sinceridade – caminha; conformismo – entra no casarão; solidão – faz lume; generosidade – faz as camas; conversadora – varre as casas; contentamento – mete-se na toca; carente – denuncia; disponibilidade – governa; ingenuidade – vive conformada; inocência – conversa; casadoira – pede companhia; fecundidade – remedeia; maternidade – convida a velhota; fidelidade – deseja ser catada; vingança – adormece; felicidade – abre os olhos e dá um ai; toma o caldo – restabelece-se; fala; casa; dá à luz, vai para um quarto retirado; denuncia a mãe; faz uma cadeirinha; fica contente.

Príncipe: caçador – vai à caça; senhor – ordena; solidão (voluntária) – confia-se à mãe, admirador de beleza – deseja a menina; respeito

– *acorda* a menina; potência – fica contente; contentamento – casa com a menina; guerreiro – sai para a guerra; humano – recebe a carta; coragem – lê-a; incredulidade – cai; confiança – recupera o sentido; equívoco – escreve a carta; esclarecimento – envia; justiça – regressa; felicidade – abraça a mãe; beija a mãe; toma-lhe a bênção; pergunta pela princesa; esclarece o equívoco; chama a princesa; escuta a princesa; chama o soldado; manda o esquadrão; arcabuza a estalajadeira; faz uma cadeirinha; fica contente.

Elaboremos um segundo quadro que, além das qualificações e funções dos actantes secundários, reproduza as grandes oposições entre as personagens centrais:

Quadro II

Estalajadeira: beleza – suborna; maldade – manda matar; persistência, desonestidade.

Menina: maior beleza – vive solitária; conformismo – pede companhia; solidão – adormece; inocência – abre os olhos e dá um ai; maternidade – casa-se; vingança – vinga-se.

Príncipe: caçador – vai à caça; solidão – *acorda* a menina; admirador de beleza – casa com a menina; potência – faz justiça; justiça.

Criado: suborno; compaixão – poupa a menina.

Pia Velhota: suborno; manha – espeta o alfinete.

Soldado: aliciamento – leva mensagens.

Ladrões (capitão e): protecção – protegem a menina; levam-na à portaria dos frades.

Rainha: confidência – aceita o casamento; bondade – protege a menina.

Menino: (ainda) maior beleza – desencadeia um conflito; senta-se na cadeirinha.

Esta lista não consagra adjuvantes e oponentes não antropomórficos (quartos, cão, oliveira, alfinete, carta, caixão…), os quais não se revestem de menos importância para o esquema actancial que elucida os percursos dos três sujeitos considerados.

Saltando esquemas semióticos de polarizações (positivo e negativo), esses percursos desembocam na isotopia central – amor de outrem – – («companhia», na sua primeira versão), oposta à isotopia paralela do «amor-próprio»: «Ficava muito satisfeita com a resposta.» As perguntas obsessivas – em lugar de passagem – e o facto de pedir a língua da filha significam o desejo de instauração de uma condição originária em que se assumia como «a rainha da beleza». Sendo ambos de carácter social, o «amor-próprio» remete inicialmente para a componente familiar. O quadro relacional (quadrado semiótico) seria: amor-próprio / amor de (a) outrem // vaidade / solidão.

Esta aventura – que o espaço do texto justifica (a nível manifesto, *solidão* não contradiz *amor-próprio*) – esteia-se noutros indicadores que mostram o conto como um lugar de inversão que só um nível latente poderá justificar: refiro-me, por exemplo, ao papel *maternal* dos ladrões ou à transgressão que se constrói à volta da personagem da *Pia* Velhota, onde o cursivo remete para a qualificação (piedade) desmentida, ironicamente, por uma actuação contraditória.

Analisemos, de seguida, a inserção do sujeito protagonista nos espaços anteriormente especificados, enumerando as relações que ele estabelece com os lugares que situam a lenta transformação subterrânea.

Como foi indicado, dois espaços semanticamente opostos inscrevem um texto onde as oposições são reiteradas nos actantes. Assim, teremos:

estalagem *vs.* palácio

↓

estalajadeira *vs.* rainha

↓

príncipe

O branco no campo semântico de *estalagem* assinala a indefinição de estatuto do sujeito M (Menina), que só se realiza plenamente no contrato estabelecido no espaço não-originário.

A assimilação deste novo espaço não evita os laivos de contaminação provenientes do espaço anterior: uns, negativos (caso do equívoco da carta); outros, positivos – mas, aqui, para reflectir um final feliz (caso-limite: os ossos da estalajadeira transformados em cadeirinha).

Descrevendo, com base nos percursos narrativos atrás fixados, a relação de M com o espaço inicial, veremos nesta adequação a autêntica marcha iniciática pelos lugares-em-metamorfose, que passam a adquirir um sentido novo na relação com o sujeito.

Assim se compreende (por efeitos de uma óptica que não tem nada de invertida) a carga semântica do quarto – a janela, primeiro, logo na sua totalidade. Efectua-se, aqui – lugar de morte simbólica –, a necessária catábase de M, que responde, em contraponto, à destruição gradual de E (estalajadeira) – verificação impossível a nível manifesto. Aquela descida ao mundo inferior (onde a janela aponta para o subconsciente, baixando ao inconsciente simbolizado pela câmara escura) vai extremar-se na expulsão do espaço tutelar – a casa –, conduzindo a jovem adolescente, sob a ameaça de um sacrifício (simulado), ao medo castrador.

A problemática da criança expulsa de casa foi dissecada por B. Bettelheim, quando escreve, servindo-se de, entre outros exemplos, "A Branca de Neve":

> Le fait d'être chassé de la maison peut être inconsciemment ressenti par l'enfant soit comme le désir d'être débarrassé de ses parents, soit comme l'idée que ses parents veulent se débarrasser de lui. L'enfant lâché dans le monde, ou abandonné dans une forêt, symbolise à la fois le désir des parents de voir l'enfant devenir indépendant et le désir, ou son angoisse, vis-à-vis de cette indépendance. (p. 133)

Esta angústia, que o nosso sujeito patenteia no choro, prefigura o engano de autoria materna em reincidências posteriores, mas aqui por obra de um criado cuja fidelidade cria a máscara do ponto de vista da estalajadeira.

Citando ainda aquele autor, da execução do crime por interposto agente poderá deduzir-se:

> [...] sur un certain plan, le conflit ne se situe pas entre l'enfant et les adultes en général, mais uniquement entre l'enfant et ses parents [...]. Sur un autre plan, on peut dire que l'enfant est angoissé à tort par l'idée du pouvoir que ses parents détiennent sur sa vie: aussi furieux que soit le père (ou la mère), il ne faut pas tomber sa colère directement sur l'enfant mais faire appel à un intermédiaire. Comme le projet criminel du père ne se réalise pas, il faut comprendre que le père qui essaie d'abuser de son autorité se met inévitablement dans une position d'impuissance. (p. 133)

Enquanto a relação conflitual com os pais se esbate na convivência com outros adultos – os ladrões –, o sentido de impotência da mãe estalajadeira confirma-se no apelo a novos adjuvantes, dada a vertigem centrífuga de um percurso de auto-referenciação, que, mesmo camuflado, se anuncia (e, posteriormente, se denuncia) suicida.

A primeira macro-sequência da evolução de M reunirá em si um novo estádio de desenvolvimento do sujeito, que transita, ainda, por uma triangulação: casarão / toca de oliveira / brenhas (representação da morte). Em ambas as triangulações, homogéneas, o convento é o lugar prometido, mas inocupado: além, o pretexto; aqui, a fronteira – – a portaria dos frades. Justifica-se, assim – com a entrada em cena do palácio substitutivo –, o peso do destinador, que, num esquema actancial, designaríamos, à falta de melhor, como sendo o *Acaso*. Este dado enigmático prende-se, por certo, com a formulação de uma imagem de universo onde tenham lugar as projecções de um sujeito carente (e que se resolverão no filho, mais bonito ainda) – falta que o convento, depois da estalagem, mais desequilibraria.

A restauração e purificação do corpo de M dá-se quando, metamorfoseada em sujeito de fazer, inscreve a sua passagem pelo fogo (guisa os coelhos) e, depois de varrer as casas, faz as camas. As transformações psíquicas, agora, atêm-se a uma simbólica da horizontalidade – da ordem da confiança, do fazer –, que a efemeridade da toca da oliveira suspende (regressão, pelo medo[4]), para, a terminar este ciclo, voltar-

[4] A toca (da oliveira, esta como símbolo da iluminação), que corresponde ao quarto

mos àquela posição, no espaço fechado do caixão (que viria *antes do amanhecer*, dissera o chefe dos ladrões).

Descida vertical (catábase) e horizontalidade: a impetuosidade do desejo (no arquétipo do cavalo: «já era senhora») tem ainda a ver com a queda no mundo inferior, onde o sacrifício do guia – o cão – reforça a sexualidade de M. A conservação do (mais) sangue – prova da menstruação – associa-se ao poder de fecundação, que a língua também simboliza (além de poder falar). Na fase derradeira desta segunda triangulação, é a face («muita cor na cara») que articula sangue e língua, tríade que a cabeça reagrupa na passagem pelo último adormecimento no colo da mãe outra (Pia Velhota).

O objecto-alfinete (fuso, noutros casos) «mascara a imperceptível diferença» e a sua insignificância «corresponde, na sua opacidade, à essencial diferença que pretende ocultar» (Leclaire, *in* AA. VV., 1977: 46): do adormecimento à morte. Ele parece desejar-se, a meio de uma viagem, desmobilizador de um percurso, funcionando como um interdito (lançado pela mãe) que só o príncipe romperá.

Mas talvez seja de optar por uma segunda interpretação, revolucionando o nível de interpretação manifesta: a impotência materna é-o enquanto incapacidade de, por si só, caldear uma experiência, socorrendo-se, para tanto, dos adultos com quem tem elos contratuais, até ao sacrifício final de sentar nos seus ossos – o que ainda resiste – um filho que o é duas vezes.

A ser assim – pedindo à velha que lhe venha «dizer o efeito que ele fez» –, a relação alfinete-cabeça é a marca da presença protectora de E – o presente / prazer coincidindo numa zona erógena. Nesta perspectiva, e definindo o corpo como «um conjunto de zonas erógenas» (Freud / Serge Leclaire), ainda aqui o espaço do corpo de M justifica os dois grandes percursos que para ele fixámos: a dupla verticalidade / / horizontalidade, até ao caixão, é o trânsito do pré-púbere à puberdade e a satisfação solitária a que M se viu condenada durante dois anos na

sem janela – donde podermos sobrepor os dois triângulos –, marca, pela posição fetal, a involução intra-uterina, na busca de uma protecção e de uma revelação.

não-presença dos ladrões: trânsito de sangue / língua à face (cabeça). O segundo espaço descoberto (que a rainha e as aias despiram) é diferente; trata-se do corpo: «não lhe acharam contusão nenhuma no corpo».

O que, portanto, a sociedade procura no sujeito desce da cabeça ao corpo: a velha que (se) afasta (n)o bordão afasta, com efeito, a era da puberdade e oferece, em troca (na despedida, afastando-se com pena), um objecto que permite a M obter o que deseja – M só detém amor depois que o príncipe deu com o alfinete[5]. Vemos, então, como o conflito (angústia *vs.* desejos sexuais) durante a perda de consciência se resolve num acordar que é de espanto, e remete para um sujeito-de-corpo e um espaço de riqueza e fecundidade a possibilitar projecções – estádio superior de maturidade.

Entrevemos, assim, quão de positivo existe, *a nível radicalmente diferente do manifesto*, na ruptura com o lar, para construir (de sujeito-que-não-fez a sujeito de fazer) um novo lar. Aí, a imagem construtiva do *caçador* associa-se à do *guerreiro*, nomes que, sendo estádios de civilização, servem para dar verosimilhança à história, justificando um encontro e separação que sequenciem a narração.

No espaço do palácio – realização –, o desfazer da triangulação (temos só um quarto de príncipe e quarto retirado), que significa a morte do texto, passa pela prova da guerra e da carta no príncipe (que recupera *o sentido* após a sua descida catabásica) e pela da maternidade e da fidelidade na actual princesa. Atente-se no facto de o príncipe escrever «que o que ela teve era seu filho» – princípio de fidelidade que se apõe, mau grado os obstáculos, à fidelidade de M; e também por isso se justifica no quadrado semiótico que «solidão» (que desenvolve a fidelidade) venha implicar o amor de (a) outrem.

Chegados a este ponto, sintetize-se o percurso mais profundo da evolução da protagonista, relevando os motores de ligação – pedra e caixão – dos espaços sob representação triangular: a resolução da crise

[5] Seguindo outra análise, poderíamos perguntar: o sujeito não se exporá demasiado ao perigo, querendo *mesmo* ser tentado pela velha? Teríamos, então, os desejos recalcados sobrepondo-se à censura, o que o acto de catar parece conter. Todavia, esse desejo de tentação pode não ser mais do que o regresso que M premedita ao estado de latência, assim se identificando – afirmando algo de comum – com a mãe.

edipiana acontece na integração da mãe (que se demonstra não ser tirana) na rainha bondosa – seja, contaminação ora positiva do primeiro espaço: nela, ossatura, se funda uma continuidade ascensional. «E ainda hoje em dia lá estão.»

Sem aprofundar rasgos intertextuais, não podemos deixar de inserir esta versão no ciclo cujo paradigma é o conto da Branca de Neve e os sete anões. Neste, o ciúme da mãe em relação à superior beleza da filha condu-la à destruição. Mas também o narcisismo da Branca de Neve a faz cair na tentação de ambicionar maior beleza, que lhe é prometida pela rainha disfarçada.

No nosso caso, uma interpretação deste tipo era de todo aceitável – – e para ela remete o nível de superfície. Sentimos, porém, que, a nível profundo, se justificava uma apreciação diferente, mais compatível com a subversão de códigos acima referida (por exemplo, a castração dos ladrões é, contra a dos anões, menos aceitável).

Em termos de universo histórico-cultural que o conto exemplifica, sobressaem as configurações mítico-religiosas, remetendo para uma sociedade medievalista onde a recompensa e o castigo se adequam aos actos praticados – cuja justiça é obra dos príncipes, ditos representantes de Deus na Terra. O imaginário medieval é reforçado pelas notações de real que demarca os hábitos da época: não enterrar caixões, ida à guerra, a caça, o estatuto da estalagem, o carácter mágico dos objectos, a profecia («se a menina não desmanchasse»), o universo conventual...

Caberia referir as marcas subjectivas do narrador («maldito soldado», «coitadinha», *v. g.*), mas, eminentemente, o dado que o texto postula indicativo de que, no conto popular, a escrita *não é* representação da fala – como se verifica pela brevidade do narrado e estruturas ideológicas.

A finalizar, inscreverei este conto na ordem do *ser feliz através da institucionalização do amor* – isto é, sob a égide do casamento –, sem esquecer que, a nível do imaginário da criança, a lição remete para a ligação ao outro, simultânea com uma independência das (em geral, possessivas) solicitações parentais.

Bibliografia

Bettelheim, Bruno. 1976. *Psychanalyse des Contes de Fées*. Paris: Robert Laffont.

Borges, Jorge Luis. 1992. *Ultimes Dialogues avec Osvaldo Ferrari*. Paris: Editions de l'Aube / Editions Zoé.

Cidraes, M. Lourdes. 2014. *As Lendas Portuguesas. [...]*. Lisboa: Apenas Livros.

Del Ninno, Maurizio. 1981. "Les trois fonctions à Gubbio". *In*: AA. VV., *Georges Dumézil*. Paris: Centre Georges Pompidou / Pandora Editions. 293-206.

Eliade, Mircea. 1978 [1949]. *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70.

1990 [1956]. *Mitos, Sonhos e Mistérios* [1956]. Lisboa: Círculo de Leitores.

Géraud, Marie-Odile, *et alii*. ^{2}2002. *Les Notions Clés de l'Ethnologie. Analyses et Textes*. Paris: Armand Colin.

Jolles, André. 1972 [1929]. *Formes Simples*. Paris: Seuil.

Leclaire, Serge. 1977. "Tomar o corpo à letra ou como falar do corpo?". *In*: AA. VV., *O Sujeito, o Corpo e a Letra*. Lisboa: Arcádia.

Michelet, Jules. 1966. *La Sorcière*. Paris: Garnier-Flammarion.

Pedroso, Consiglieri. 1978 [1910]. *Contos Populares Portugueses*. Lisboa: Vega.

Propp. Vladimir. 1973. *Morphologie du Conte*. Paris: Seuil.

S. d. *Édipo à Luz do Folclore*. Lisboa: Vega.

Lévy-Strauss, C. 1971. *L'Homme Nu*. Paris: Plon.

Impressões de Eternidade

À memória de J. V. de Pina Martins

I

1. **«Este é papel escrito por que lemos»**

No Capítulo XXX, "Das dicções", da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, divide Fernão de Oliveira a etimologia em «nossa, alheia e comum», precisando «cada uma destas» em «apartadas» ou «juntas», «velhas» ou «novas», «usadas», mas também «próprias, como *livro* (por que lemos) [,] ou mudadas, como o *livro*[1] (instrumento de música); ou são primeiras, como *livro*, ou tiradas, como *livreiro* e *livraria*»[2]. Abre o capítulo XXXIX com a matéria agora em causa: «Dicções próprias chamamos àquelas que servem na sua primeira e principal significação, como *livro*, que desde seu princípio e principal intento sempre quis e agora quer dizer este é papel escrito por que lemos [...].» Cabe às dicções próprias «a principal parte da boa e clara linguagem e desta usaremos mais ameúde» [*no original*, a meude].

Quanto às dicções mudadas, ou *trasladadas*, «são as que por necessidade ou melhoria da significação ou voz estão fora de seu próprio significado e ou estão em lugar de outra dicção que não era tão boa

[1] No original, *liuro*. *Libro*, *lyuro* e *liuro* são formas nacionais que vamos encontrando nestes primeiros tempos: desde o século XI, asseveram alguns, que vão rasurarar esta trasladação melómana de Oliveira; com mais segurança desde o século XIII, entrando *liuro* por Seiscentos.

[2] Segue-se *A Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira*. Ed. de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: INCM, 1975: 82, confrontada com *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Ed. fac-símile. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988. O título profissional de *livreiro* foi estreado por Martim Vaz, em 1499.

como nós queríamos para nosso intento ou estão onde não havia dicção própria, como *livro*, quando quer dizer instrumento músico, o qual, por ser novo e não ter nome ou voz própria e ser semelhante ao livro de papel que é o próprio, lhe chamaram assim [. . .]» (p. 99). Cura, no mesmo capítulo, das dicções primeiras, ou *primitivas*, que só procedem «da vontade livre daquele que as primeiro pôs», e logo das tiradas, ou *derivadas*, «cujos nascimentos vêm de outras algumas dicções donde estas são tiradas» (p. 100). Não recorre, agora, a *livro*, *livreiro*, *livraria* – serve-se de outros exemplos –, pois precisa deles no capítulo XL, "Das analogias", em que «a semelhança das dicções nos abre caminho para que conheçamos umas coisas por outras» (p. 101). Ao tratar do número, no capítulo XLV, vem o nosso exemplo: «Os nomes que somente acrescentam *s* no plural são todos os que no singular acabavam em vogal, como *livro*, no singular [,] e, no plural, *livros*, [. . .].» (p. 115)

Assim, no primeiro terço da pós-incunabulística, em 27 de Janeiro de 1536, a frequência e significado deste campo lexical – para lá do reiterado *livro* como parte de obra – numa normativa pioneira é de assinalar. Corolário, e penúltimo exemplo no penúltimo capítulo, sobre a «composição ou concerto que as partes ou dicções da nossa língua têm entre si» (p. 123) – a saber, neste caso: «que alguma hora os verbos infinitivos [servem] por nomes, como *o ler faz bem aos homens*» (p. 124) –, temos o elogio da leitura, melhor, dirá no derradeiro capítulo L, dos muitos livros, ainda que trabalhosamente lidos e entendidos. Não basta ser *um* 'papel escrito'; mas um 'papel escrito por que lemos'.

Para evitar discussão à volta do indefinido, nessa bela definição de *livro* em que não vou demorar-me, notar-se-á que o díctico autoral *este* nos acorda para o livro *em* acção: isto é, redacção e já leitura. Sem aprofundar, também, aquele *escrito*, não vá sem dizer 1) que se exige, sempre, um título (no mínimo, factício): podem as páginas estar em branco, como num caderno, mas tudo se altera se inscrevermos *Memórias de Um Amnésico* ou *Book of Nothing*; e que 2) compositor e impressor devem ser úteis, na falta de um bom corrector de provas, pois ainda não havia revisor censório, nem literário.

Sirva isto para lembrar que não há texto sem suporte e sem complexas formas de intermediação. R. E. Stoddard (1984) escreve, mesmo: «Whatever they may do, authors do *not* write books. Books are not written at all. They are manufactured by scribes and other artisans, by mechanics and other engineers, and by printings presses and other machines.» (*apud* Chartier, 1988: 126, n. 6) Como o percebo e, se nos descuidamos, lhe dou razão! Mas podemos afastar alguns fantasmas. Não deixa de ser verdade que pôr cá fora um livro é assunto delicado.

Mestre de primeiras letras em casa de João de Barros, Oliveira provará, tal a sua bibliografia, ser um leitor omnívoro; e, pelo que sabemos das peregrinações europeias, um dos raros a quem as línguas clássicas não bastavam, se houve de marinhar com franceses e ingleses. Estreia-se, pois, com um título exemplar, tirando proveito de objecto a entrar na moda, e dos serviços do francês Germão Galharde, impressor entre 1519 e 1560, e, desde 1530, titular da Casa Real; enquanto isso, medica-nos com leitura particular, a da sua «anotação da Língua Portuguesa» (p. 126).

2. **«A nobre arte de impressão»**

Seja, ou não, esse Fernão de Oliveira o revisor da imprensa da Universidade de Coimbra provido em 1554, certo é que «a nobre arte de ympresam» teve, se parcos, grandes cultores, nacionais e estrangeiros, sobretudo alemães. Era o gene originário a pesar, embora, em esquecida síntese histórica, os primórdios tivessem muito de rocambolesco. Sobre as origens da imprensa, vale a pena citar um parágrafo de Tomé Pinheiro da Veiga, em *Fastigínia*, pelo que se pensava, em 1605, desta questão. Transcrevo da minha edição (2011), suprimidas variantes:

> A impressão, que alguns dizem foi trazida da China por um alemão, porque já lá a acharam os portugueses por coisa mui antiga: mas, na verdade, foi inventada no ano de 1440, em Harlem de Holanda, por um Lourenço Joanes, que em formas de pau imprimiu *Speculum Nostræ Salutis,* que é o primeiro livro que se imprimiu em Europa, e furtou-lhe a invenção, e moldes, que fazia de estanho, Fausto, seu criado, e fugiu para Colónia e Mogúncia,

> onde imprimiu, no ano de 1442, o *Doutrinal* de Alexandre Galo, e logo Lactâncio, e Agostinho, *De Civitate Dei.*

São linhas curiosas, também na solução xilográfica, em que só adivinhamos o nome de Johann Fust, rico ourives de Mogúncia, na figura de «Fausto, seu criado», que processou judicialmente (1455) Gutenberg, sócio trabalhador[3].

Desses alemães, demandaram alguns Portugal, e sabemos pouco de outros, caso de Jacobo Cromberger, «alemam imprimidor de lyuros», confirmado em carta (8-II-1508) de D. Manuel, passada em Santarém, mas do qual não encontrou Venâncio Deslandes – que contesta a hipótese de ser o nosso Oliveira aquele revisor – rasto em livro impresso anterior a 1521. Insere-o, porém, nos *Documentos para a História da Tipografia Portuguesa nos Séculos XVI e XVII*[4], reconhecida a importância que os nossos soberanos atribuíam à arte nascente «pera o bom governo, porque [= para que] com mais facellidade e menos despeza os menistros de yustiça posam vsar de nosas leys e ordenações e os sacerdotes posam administrar os sacramentos da madre santa egreya» (p. 12). Assim convocados os ministros do Rei e de Deus, evitemos comentar as delongas da nação, não sem louvar monarca inteligente.

Abrindo com Valentim Fernandes – *O Manuscrito de Valentim Fernandes*[5] ainda comparece em leilões –, Deslandes elabora a melhor galeria de nomes fundadores, também fundamentais no acesso ao livro antigo. Deve ser acompanhado pela *Bibliografia das Obras Impressas*

[3] *Cf.* McMurtrie, [3]1997: 162. Febvre / Martin, 2000: 69, resumem o célebre triângulo: «Mogúncia, sem qualquer dúvida, foi o berço dessa primeira indústria [a partir de 1450-1455], cujo desenvolvimento aparece ligado a três nomes: Gutenberg, [...], João Fust, um rico burguês que desempenhava o papel de banqueiro, e Pedro Schoeffer, um antigo estudante da Universidade de Paris que foi talvez copista e calígrafo antes de se fazer impressor.» À frente: «Dois anos mais tarde, em 14 de Outubro de 1457, aparecia a primeira obra com data conhecida: o *Saltério de Mogúncia*, obra de Fust e do seu novo sócio, Pedro Schoeffer.» (p. 69-70) Com algumas letras capitulares e seus ornamentos impressos a duas cores, consideram alguns ser de Gutenberg e não de Schöffer.

[4] Lisboa, 1888; em fac-símile, Lisboa: INCM, 1988. Noronha (1874) lista, por anos de actividade, os nomes dos tipógrafos.

[5] Oferecido à Academia por Joaquim Bensaúde, tem leitura de António Baião. 1940. Lisboa.

em Portugal no Século XVI[6], de António Joaquim Anselmo – que já vê a «decadência» da nossa arte tipográfica «na segunda metade do século XVI» (p. 1)[7] – e pelos volumes da *Bibliografia Geral Portuguesa*, editados pela Academia das Ciências de Lisboa[8]. Entre as Bibliografias saídas pela Biblioteca Nacional, João Frederico de Gusmão C. Arouca deixou já póstuma *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVII* (Letras A-C, 2001; D-L, 2003; M-R, 2005; S-Z, 2011; vol. 5, *Índices*, 2016).

Em 1995, *No Quinto Centenário da «Vita Christi»*, título de exposição-catálogo organizada pela Biblioteca Nacional, o respectivo subtítulo dizia tudo: *Os primeiros impressores alemães em Portugal*. A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias historiam essa presença, fechando por útil bibliografia. São coetâneos os estudos de Artur Anselmo sobre Valentim Fernandes e, nomeadamente, João [Johann] Gherlinc, retomados em *Estudos de História do Livro*, a que voltaremos[9]. No intervalo, J. V. de Pina Martins impusera-se como estudioso maior do livro português e sua iconografia, de que deu verbete no *Dicionário de Literatura*[10], no qual Mário Martins escrevia artigo sobre "Tipografia", a que muito acrescentei no volume 3 de *Actualização* (2003).

Após o exemplo de Alexandre Herculano curando de litografia (*O Panorama*, 6-IV-1839), o interesse que à tipografia se dedica, de dicionários da língua ao *Novo Dicionário do Livro*, de Maria Isabel Freire e Maria da Graça Pericão (1999), atesta a importância de domínio industrial e cultural – longe, porém, da relevância perceptível nos três volumes de E. C. Bigmore *and* C. W. H. Wyman, *A Bibliography of*

[6] Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926; reed., 1977.

[7] Na verdade, são primórdios hesitantes. Sintetizando Anselmo, Boxer (2002: 26) escreve: «Entre 1500 e 1600, publicaram-se em Portugal uns 1312 livros, [...]. Calcula-se, assim, uma média de treze publicações por ano, havendo anos sem nenhuma. Portugal fazia uma triste figura comparado com a Itália [,] que tinha uma média de 113 publicações por ano, [...].»

[8] Vol. III. Século XVI. Lisboa: INCM, 1983. Para outras precisões, ver "Bibliografia Geral", nas reimpressões e vol. 1 de *Actualização* (2002) do *Dicionário de Literatura*. Dir. de Jacinto do Prado Coelho. Porto: Figueirinhas.

[9] Anselmo fez outro balanço, necessariamente sintético, em 2001.

[10] [2]1969; reproduzido em Martins, 1974.

Printing, de 1880-1886[11], ou dos trabalhos de Donald F. McKenzie. O prelo mecânico a vapor de Koenig (1814) é uma revolução: *The Times*, que primeiramente o usa, tira por hora 1100 exemplares, que a imprensa de cilindros de Hoe (1848) decuplica. O branqueamento do papel com cloro, cerca de 1830 (ano em que as máquinas de papel inglesas começam a ser exportadas), e a substituição, em 1860, do trapo pela madeira (nestes trinta anos, a produtividade inglesa sextuplica), acompanhando a rotativa (1857), liberta-nos da era artesanal. Em menos de cinquenta anos, avançara-se decisivamente até ao *offset* (1904), com acenos à heliogravura (1880; heliogravura rotativa, com impressão de imagens, em 1895), à *linotype* (1884; nasce da ligação do compositor à máquina de escrever), à fotogravura em madeira (1891), decisiva no *boom* publicitário. Concomitantemente, nasce uma rara Imprensa da especialidade – – *Typographia Portuguesa*, Porto, Setembro de 1887 / Agosto de 1888, 12 números –, que historia as casas tipográficas (tantas vezes, proprietários de jornais e revistas) e defende os operários do sector.

Desde o século XVI português, e mais intensamente desde o século XVII, as virtualidades estéticas da tipografia aproveitam à poesia. Caracteres tipográficos, livro e biblioteca são motivos pictóricos e de gravura ao longo dos séculos, de que há boa amostra em extratextos de Henri Meschonic (1991). Ou seja, livros de livros. De acrósticos a dificultosos labirintos e caligramas, os compositores obrigam-se a igual ginástica, como demonstrado fica em antologia do seiscentismo e setecentismo visuais organizada por Ana Hatherly (1983). Se Rimbaud vem, sinestesicamente, falar da cor das vogais, que inspiraria alfabetos em muita arte moderna – no caso português, tratei o assunto em João Vieira (2003), das telas e outros materiais a recentes vitrais catedralícios[12] –, é com as vanguardas literárias que as letras adquirem maior expressividade. Do papel às fontes, a geração de *Orpheu* prima pela exemplaridade; e Mário de Sá-Carneiro joga, mesmo, com famílias de

[11] Reunidos num só volume em Londres: Oak Knoll Press & The British Library, 2001.

[12] Ensaio alargado neste volume. "As cores dos sons" é nota inesperada em *A Imprensa* / Revista Scientifica, Litteraria e Artistica (Lisboa), n.º 6, Dezembro de 1885: 46-47.

tipos e corpos em vários poemas[13]. A lírica concreta – portuguesa, brasileira, húngara[14], europeia[15], *oulipiana*[16], etc. – é homenagem regular ao prazer do grafismo, segundo técnicas e conhecimentos da *arte negra*.

3. **Programas de trabalho**

O alcance e variedade no citado Artur Anselmo pede que retome alguns aspectos, essenciais no processo do livro. Desde logo, a importância da composição segundo a *tipografia*[17] – outra forma de escrita,

[13] Ver "Manucure" e segunda "Apoteose", ambos de 1915. Aproveita-se esta nota para discutir "Un coup de dés jamais n'abolira le hasard". A sua evidência verbal perpassa em títulos citados no artigo, pelo que, no espírito da respectiva metodologia, Mallarmé e muitos não-portugueses não precisam de ser citados. Entretanto, sob o ponto de vista tipográfico, relativizemos a importância do poema: se, como dirá Paul Valéry, for visto na sua inclinação de navio, é um mero caligrama com séculos de atraso. Séculos antes do seu jogo de seis caracteres, encontramos experiências mais excitantes. O trabalho sobre os brancos terá maiores implicações no século XX, mas não esqueçamos a função que já tinham linhas inteiras de reticências, em poesia, e, além dessas, a solidão de pontos de interrogação ou interjeição, na prosa folhetinesca, cujos rodapés podiam terminar em dois pontos, assim aguentando a história durante um dia, uma semana, etc. Ver, à frente, o ensaio "Branco". Isto, se não quisermos descer a rondó de Jean Marot (séculos XV-XVI), entre vários «grands rhétoriqueurs». Há outra ironia: a deficiente paginação daquele poema no n.º 17 da revista *Cosmopolis* (Maio de 1897), sem respeito pela colocação em «double page», o que só aconteceria em plaquete da *Nouvelle Revue Française* (1914), e que o parisiense Sá-Carneiro pode ter visto... Para aspectos de narratologia (tipo)gráfica, *cf.* Marina Ionescu Mureşanu, "Narration et (typo)graphie", *Cahiers Roumains d'Études Littéraires*, 2. Bucarest: Éditions Univers, 1981: 90-98.

[14] Citarei esta, sendo bibliografia menos conhecida, e mais variada que a portuguesa: Kilián István, *A Régi Magyar Képvers. Old Hungarian Pattern Poetry*; Kovács Zsolt, L. Simon László, eds. *Válogatás a 20. Századi Vizuális Költészetből. Selection from 20th Century Visual Poetry*, ambos editados em Miskolc / Budapest: Felsőmagyország Kiadó / Magyar Műhely Kiadó, 1998. O interesse é tal, que Pál Ferenc reuniu títulos de Ana Hatherly, Melo e Castro, Alberto Pimenta e Fernando Aguiar em *Portugál Kísérleti Költészeti* [*Poesia Experimental Portuguesa*], Budapest: Íbisz, 2002.

[15] Josep M. Figueres, Manuel de Seabra. 1977. *Antologia da Poesia Visual Europeia*, Lisboa: Editorial Futura.

[16] Relevem-se os dois volumes de Oulipo, 1973, 1981: *La Littérature Potentielle* e *Atlas de Littérature Potentielle*, Paris: Gallimard.

[17] Cito um livro querido: Friedrich Friedl, Nicolaus Ott, Bernard Stein. 1998. *Typo* [no frontispício, *Typography / Typographie / Typographie*] *When Who How / Wann /*

que mexe com o nosso olhar, pode alterar a disposição textual, o corpo da letra, etc. – e caminho até à impressão, que me leva a José Saramago (1989: 11-12) e ao limiar da *História do Cerco de Lisboa* com diálogo entre revisor e autor. Diz este: «[...] confio-me à sagacidade dos tipógrafos, essa tribu colateral da edípica e celebrada família dos farmacêuticos, capazes até de decifrar o que nem chegou a ser escrito, E depois os revisores que acudam a resolver os problemas», responde aquele.

O revisor de provas é uma peça fundamental no acesso ao texto, que começa na capa – às vezes, muito antes –, e até há poucas décadas sem visibilidade, quando tarefa, e não título, de outros profissionais; mas, se nunca chegou a constituir-se em classe, nem, *a fortiori*, teve a importância e privilégios do tipógrafo, nisto equiparados por D. Manuel, desde 1508, aos escudeiros da Casa Real, nem por isso deixa de fixar a História da Humanidade. Ainda hoje, é cuidado da maior parte dos autores, que não são os melhores olhos. Um Baltasar Dias pode ter o privilégio (1537) de imprimir as suas obras: se quiser, acumula em si todo o processo, da criação autoral à impressão e venda, o que não é fácil, pois um pobre não tem os «moldes e aparelhos» indispensáveis, cuja perda é multa pesada (1566) para quem imprimir sem licença de Damião de Góis a sua *Crónica do Príncipe D. João*. Se não há mecenas ou impressor interessado – este apodera-se visivelmente de obra alheia quando a dedica a certo senhor –, paga-se do bolso, caso de Gonçalo Fernandes Trancoso, que entrega a primeira e segunda partes dos *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo* (1575) ao impressor António Gonçalves, o d'*Os Lusíadas*. A segunda impressão (1585), póstuma, já foi paga pelo filho, e daí, acaso, o «typo gasto em mau papel, paginado de um só lado, com alguma pontuação e paginação separada»[18]. Outros filhos, como os de Gil Vicente ou o de António Ferreira, corresponsabilizam-se pelo que atribuímos aos pais; o mesmo quando vemos a *Comedia Eufrosina novamente impressa e emendada por Francisco Rodrigues Lobo* (1616):

/ Wer / Wie / Quand / Qui / Comment, Köln: Könemann.

[18] Deslandes, 1988: 116. Para as datas dos *Contos...*, veja-se o prefácio de Cristina Nobre à sua edição, Leiria: Magno Edições. 2003.

só caso a caso se percebe a diferença entre «correcta» ou «corrigida» e «emendada»...

Tanta força, e tão poucos meios. Entendamos estes meios, agora, enquanto mínimos para a letra de forma, mais fácil em época de oscilações ortográficas, como no século XIX, e com as desculpas do estado de guerra, em que é preferível limpar outras armas. Assim pensava António Rodrigues Sampaio, na suspensão d'*A Revolução de Setembro*, fugindo, mai-lo compositor e seus tipos móveis, à polícia do Governador Civil D. José Trazimundo Barreto, e capaz de pôr na rua 63 números d'*O Espectro*, entre 16 de Dezembro de 1846 e 3 de Julho de 1847. Já não é só a história do pensamento; é a expressão da sua própria liberdade, cada vez mais divulgada, clandestina ou não. Claro que um espírito qual Eça não estaria pelos ajustes, e, daí, continuar a ser perseguido pelo fantasma de Jaime Batalha Reis e Antero, que fizeram d'*O Crime do Padre Amaro*, na *Revista Ocidental* (1875), um «desastre em sete partes»[19]...

Revertendo a Artur Anselmo, deixou-nos caminho para estudar, em "Da edição à transgressão", seu primeiro artigo, menos a 'edição', em que é mestre, mais a 'transgressão', que muita existe. Dos trabalhos de Robert Darnton, podia servir-nos de modelo *Édition et Sédition. L'Univers de la Littérature Clandestine au XVIII^e Siècle*[20], casado com essoutro artigo sobre "A fortuna editorial de Bocage", sorte que não deixa de nos surpreender.

O elogio do negativo (imoralidade, ilícito, etc.) deveria evitar, entretanto, o pecado original de "A edição romântica", quando se procura a diferença entre «literatura legítima» e «literatura marginal». Num quadro editorial, tal diferença não se justifica. Começam por ser, «na sua maior parte», traduções, «mas havia também alguns textos originais portugueses, principalmente comédias, farsas e histórias (designações do tempo), muitos dos quais publicados anonimamente» (p. 122). Dos lusitanos, autorizados por um nome, nem exemplo. Na p. 124, percebe-se que literatura marginal equivale à designação herculaniana

[19] *Cf.* Rodrigues, 2000: 5. Quanto à guerra na Imprensa a propósito das edições da *Tragédia da Rua das Flores*, ver Rodrigues, 1999: 267-276.

[20] 1991. Paris: Gallimard.

de «literatura-mercadoria» (1851), dissolvente, como já dissera Castilho em 1842 (p. 125) e, antes, Sainte-Beuve (1839), ao falar, claramente, em «literatura industrial» – termo que Herculano retoma no apêndice de 1872 (em *Opúsculos*, II) à carta *Da Propriedade Litteraria e da recente convenção. Ao Visconde d'Almeida Garrett* –, identificada ao folhetim, entre aspas na p. 179. Ora, se os pais do nosso Romantismo neste igualmente se cumpriram, e se um folhetinista qual Camilo tem, no presente ensaio, parte de leão, entender-se-á como a edição romântica não poderia marginalizar um processo complexo e democrático, reinventado em experiências sucessivas e recentes, e cuja paginação inscrevia, desde logo, a possibilidade de o adquirente virar encadernador: era só recortar e dobrar a paginação já definida. No final, viriam as capas para o livro possível, e único, na maior parte das famílias portuguesas. Deste modo, o jornal, que começara por se formatar historicamente *em* livro, uterizava-se, aos poucos, em livro – seja, retornava à matriz.

Caberia, assim, entender melhor como o jornalismo do século XIX foi interveniente decisivo num processo extensivo à edição em geral. O *Diário de Notícias*, por exemplo, trouxe

> a primeira máquina rotativa *Marinoni*, dentro de pouco seguida por uma de maior classe e nível, a de *Augsburg*, já com duas bobinas, apta a fazer jornais de 2 a 16 páginas e a produzir tiragens de 12 000, 24 000 ou 48 000 exemplares à hora.
> De igual modo deve-se a este jornal a introdução da máquina *Linotype*, que veio fazer uma autêntica revolução na nossa arte de compor. (Paxeco, 1964: XV)

Trato destes aspectos, e, sobretudo, da importância do folhetim na explosão da literatura e do jornalismo de massas, nos idos de 40 do século XIX, em *Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal* (1998). Falar, por conseguinte, numa «epidemia dos textos marginais» (p. 125), ignorando a importância social e política de Eugène Sue, Dumas pai, Scott ou Hugo (agrupados noutro artigo, p. 143) e do folhetim, genericamente tomado, mostra, na disforia ou na omissão, como certa edição *julgou* impor-se... Bastaria consultar o catálogo da exposição *Antes das Playstations. 200 Anos do Romance de Aventuras em Por-*

tugal[21] para se perceber como o panorama fica demasiado apertado e restritivo.

Neste sentido, e conjugando trabalhos meus de 1998 e 1999, julgo ter lançado as bases de uma tarefa, a desenvolver, que irmane orgânica e coerentemente "livros e imprensa no século XIX português", assim especificada:

I. Produção

0. Definição de livro, jornal, revista. Linguagem destes *media*; 1. Quadros estatísticos da produção literária e jornalística. Outros balanços; 2. A tradução. A influência francesa. Outras línguas; 3. A condição intelectual: nível escolar, actividade literária predominante ou secundária; 4. Convénios. Contratos. Direitos de autor. Vencimentos; 5. Revisão dos suportes e meios impressos. A pele dos animais: economia rural. Outras matérias-primas. *O mundo do papel*[22]; 6. História e desenvolvimento das artes gráficas; 7. Editoras; colecções literárias; 8. Tiragens. Em armazém. Análise de inquéritos industriais; 9. Distribuição; 10. Preços de custo e de venda. Os preços no consumidor; 11. Publicidade; 12. O livro na Imprensa e vice-versa; 13. Jornalistas e autores; 14. A mediação crítica.

II. Consumo

1. Alfabetização; 2. Tipologia dos leitores e ouvintes; 3. Subscrição; 4. Locais de venda. Algumas livrarias. A geração francesa: Bertrand, Rolland, Férin, Chardron. Alfarrabistas; 5. Bibliotecas. Discriminação de títulos e frequência de leitores; 6. Gabinetes de leitura; 7. Catálogos de editoras, livrarias, alfarrabistas, de gabinetes de leitura e de leilões; 8. Resquícios de censura e obras *de segunda fila*; 9. Cafés, botequins e tabacarias. Retiros; 10. Saraus e recitais. Leitura privada e pública; 11. Bibliotecas particulares, gabinetes de leitura, cafés, etc.,

[21] Manuela Rêgo, Miguel Castelo-Branco, coords. 2003. Lisboa: Biblioteca Nacional.

[22] Alusão a precioso título da Companhia Industrial de Papel Pirahy, Rio de Janeiro, [3]1984 [1980].

enquanto cenários culturais; 12. Outros suportes: almanaque, álbum, leque, carteira, epitáfio, etc.

Actualmente, mantêm-se várias lições de Quatrocentos e seguintes. Pudera-se aproveitar o trapo velho trecentista para novos papéis – papel inventado por chineses dez séculos antes, cerca de 1050, quando também já usavam caracteres móveis em argila. O feitiço do manuscrito (ah, se autógrafo!...) não desapareceu, e desagua na assinatura digitalizada. Os erros ainda encantam e tornam-nos argutos. Mas, contra a morosidade dos caracteres móveis, que ainda conheci 'cansados' nos seus caixotins e galés[23], os dedos sujos de tinta, no prelo breve, ou queimados no chumbo, temos a limpeza do trabalho *offset*, oneroso até à impressão, se desejarmos baixa tiragem. Para esta, existe, já, a impressão digital, em que, prescindindo de fotolitos, associamos rapidez e qualidade, para lá da personalização, como inscrever em cada exemplar o nome de amigo dedicatário. Entregue o ficheiro já paginado, de que também fomos revisores acaso incompetentes, poderemos dizer que só não imprimimos, nem encadernámos, embora já se possa fazer – o texto, menos mal; a digitalização de imagens, muito mal – tudo isso em casa. Quanto ao *e-book*, é um acessório útil, com futuro, embora lhe falte um tom, gramagem, toque, cheiro, ruído...

Na ausência de privilégios reais, que eram formas de controlo, e quando o mercado obriga a soluções que esquivem monopólios, tem sido opção, desde o século XIX, a assinatura ou subscrição, seja em publicação periódica e fascicular, seja em títulos autónomos, sobretudo de poesia. Se os livros começaram por ter adquirentes ricos, logo a seguir interpelados em portada (e tantos dedicatários que não ajudaram os *seus* autores...), a imaginação de pobres apurou-se, entretanto, no formato, na selecção do papel, tipos e corpos, no desenho da capa e escolha de vinhetas (ainda rectangularmente excessiva na *Gazeta*..., n.º 3, Janeiro de 1642), nos títulos e partes da obra, etc. Estas componentes inscrevem-se no capítulo da produção, mas são muito recentes os gabi-

[23] Apesar do que, «De 1450 a 1500 publicaram-se entre 15 a 20 milhões de exemplares», decuplicados no séc. XVI, números que parecem excessivos para as 104 tipografias europeias à volta de 1480. *Cf.* Duroselle, 1990: 181.

netes de *design*, quase sempre independentes das editoras, que, assim, não se sobrecarregam, para lá dos directores editoriais, de *marketing* e publicidade, comerciais e administrativos.

A libertação do sujeito oitocentista, enfim cidadão, já perdido no pélago de sugestões literárias e de novas soluções editoriais, com o incremento da Imprensa periódica, de contactos extra-nacionais facilitados, o lançamento de colecções e formatos populares[24], etc., conduziu *ao outro* segundo instâncias diversas. A profusão de livros autografados diz que algo estava a mudar. O autor começa, também, a entrar na tipografia. Cria-se um estatuto, embora nem sempre de independência económica[25]. E, por razões antes de mais de sobrevida, logo de amizade, respeito ou admiração, à subscrição associa-se um pormenor – já importante, decerto (canónico, mesmo, na épica) – que, hoje, é lugar-comum: a *dedicatória*. Tangente à produção e consumo, com mais lata cronologia, justifica trabalho à parte.

4. **Conclusão**

Quando passamos a vida a *fazer* (e não só a escrever) livros, jornais e revistas, percebe-se como a experiência estética é imperfeita e contingente. Referimo-nos, obsessivamente, ao *livro*, sem a novidade que ainda cabe a Fernão de Oliveira; mas não reflectimos sobre a pré-gutenberguiana xilogravura útil à tão mediática estampa[26], sobre a metalurgia e o comércio de caracteres, agora informatizados, o talhe do punção e a altura daqueles, caixas altas e baixas no percurso da caixa e caixotim ao componedor, à galé, à forma e ao mármore. Aludimos a um prelo itinerante em meses de Patuleia, coexistindo, por certo, com o mecânico (desde 1814, no *Times* londrino). Ora, o papel, suas marcas de

[24] A Hachette trouxe da Exposição de Londres (1851) a ideia da Bibliothèque des chemins de fer, desde 1863 entre nós, com Júlio César Machado, *Contos a Vapor*.

[25] Sobre os proventos de alguns êxitos franceses (Scribe, G. Sand, Sue…), ver Barbier / Bertho Lavenir, [3]2003: 105-107, 121-122, 158-160, 174-175.

[26] Talvez não fosse impossível considerar a estampa como «le premier article produit en série», primazia que McLuhan, 1977: 203, atribui ao livro. À estampa e gravura sucede, sem exclusão destas, a fotografia, que origina deslize de McLuhan, longe das *selfies*: «Personne ne peut commettre la photographie seul.» (p. 220)

água e formatos, é assunto mais variável, e que se gasta em proporções temíveis, contra o que julgam alguns. *O aparecimento do livro* (Lucien Febvre, Henri-Jean Martin) é uma história emocionante; agora, porém, formato, tipo, limpo e legível, e corpo, harmonizados em papel digno, tudo decidem – o próprio movimento da aquisição e leitura. *Grifamos* por causa do gravador Francesco Griffo, mas esse itálico pioneiro desenhado por Aldo Manuzio (1501)[27] não se lê facilmente; o mesmo para o gótico oliveirino de 1536. Um Bodoni[28], um Garamond, a família Caslon, Bulmer, Goudy Old Style, eis algumas companhias agradáveis, sempre renovadas. É útil ao revisor; e ao editor crítico, em quem venho pensando desde o princípio, e que dará ao texto visos de perfeição e modesta eternidade. Na sua existência acidental, o autor sonha-se um *editor* assim. Se tiver consciência das transformações por que vai passar a sua criação, saberá que há *fontes* diferentes das suas no murmúrio de objecto cada vez menos seu. Quando nos espelhamos, começa a história do cerco de nós mesmos.

II

A velha oficina está em vias de desaparecer, mas é uma geração ainda jovem que vem protagonizando essas metamorfoses, garantindo a linguagem de tipos e corpos adaptados às instantes necessidades. A História do Livro deveria, por isso – de modo a, compreendendo-se embora uma certa melancolia, evitar comparações cataclísmicas [«O que ainda resta da tipografia portuguesa agoniza nos areais de Alcácer. Morre devagar.» (p. 182)] –, estudar os protagonistas dessa passagem, nossos contemporâneos, de modo a perceber como, depois de ter sido «uma espécie de complemento divino do trabalho humano» (p. 181), e quando desagua na universalização digital dos poucos meios, se tornou lugar de aprendizagem, alfabetização e aculturação de crianças ou jovens.

[27] Manguel, [2]1999: 147, antecipa o itálico de Griffo «numa ilustração de uma colectânea de cartas de Santa Catarina de Siena, impressa em [Setembro de] 1500».

[28] Veja-se a beleza do *Manual Tipográfico de Giambattista Bodoni*. 2001. Ed. de João Bicker; trad. de Rita Marnoto. Coimbra: Almedina. Peignot, 1967: 128, ataca, irracionalmente, Bodoni.

Após o artigo final de *Estudos de História do Livro*, "In memoriam typographiae" (1982), donde citei, Artur Anselmo venceu a disposição agónica e, nos 15 anos seguintes, agregou 17, que perfazem este volume. São materiais, retomando título do penúltimo, referido a José V. de Pina Martins, de "Um Mestre português da história do livro". Aproveita, aqui, para dar linhagem, orientações e precursores nesta disciplina; a paixão, neste campo, e estudos sobre a época incunabular de Pina Martins não podiam ter palavras mais justas, e merecidas, extensíveis a D. Manuel II. As sínteses anselmianas que reenviam para esse tempo originário são, também, as mais seguras; citarei unicamente "O impressor Johann Gherlinc e o *Breviarium Bracharense* de 1494", por nos oferecer, além de uma capacidade efabulatória por vezes tão necessária neste domínio, antecipado elogio de Pina Martins e «defesa da erudição» provinda «do meio universitário tradicional, isto é, daquele que, nas aulas e nos trabalhos científicos, vem resistindo tenazmente à onda descaracterizadora e empobrecedora que, a continuar a bramir, em breve poderá fazer da Universidade Portuguesa um entulho de cursos médios para alunos subdesenvolvidos» (p. 39). Já estivemos mais longe.

… E, no entanto, o primeiro artigo, "Da edição à transgressão" – – «Roteiro para aula de seminário» (p. 187) universitário –, excelente quanto àquela, pouco se demora na 'transgressão'. Nos seguintes, assistimos à emergência e linhas programáticas, ou "Fronteiras da história do livro", cujos estudos conhecem um «desenvolvimento febril» e despertam «tão vivo interesse por toda a parte» (p. 15), como atestam «centenas de obras da mais sólida investigação» (p. 170). Em "Da história literária à história do livro", sendo esta «uma das tais áreas limítrofes» (p. 21) daquela, temos formulação problemática, quando se diz que «a crise política provocada pela subida de D. Afonso VI ao trono e pelo seu casamento polémico nunca poderá entender-se sem o conhecimento de obras que ficaram manuscritas, como as *Monstruosidades do tempo e da Fortuna* ou a *Anticatástrofe*, […]» (p. 23). Quer dizer: não foram impressas (como, de facto, foram)? Ambígua é, também, «a modéstia da produção tipográfica portuguesa» (p. 88) no reinado de D. João IV

e filhos, quando se diz, na página seguinte, que a década de 1641-1650 é, com a de 1731-1740, uma das «décadas verdadeiramente febris na produção de livros impressos» e fez «gemer os prelos a um ritmo jamais conhecido em Portugal». Se esta última asserção é um exagero, parece-me que o termo 'produção' significa diferentemente nas duas páginas, ou não tem sentido. "A fortuna editorial de Bocage" contagiou, decerto, aquela «fama e proveito de grande poeta» (p. 107) de que, exilado em Paris, gozaria Francisco Manuel do Nascimento, quando esse 'proveito' não parece ter sido muito. Filinto viveu muito mal. Sobre "A edição romântica" já conversámos.

Fora da matéria estão dois artigos, "Em demanda do Oriente" e "O pretenso erasmismo de Gil Vicente". Entre raras gralhas, *A Vida em Lisboa* é de 1857-1858, e não 1851 (p. 119). Não se compreende a obsessão do hífen em «obra de arte» (p. 21), «carta de recomendação» (p. 50), «espaço de manobra» (p. 87)...

Bibliografia

Anselmo, Artur. 1997. *Estudos de História do Livro.* Lisboa: Guimarães Editores.

2001. "Il libro in Portogallo. Stampatori ed editori". *In*: Luciana Stegagno Picchio, ed., *Il Portogallo. 1. Dalle Origini al Seicento*. Firenze – – Antella: Passigli Editori. 91-95.

Barbier, Frédéric; Bertho Lavenir, Catherine. ^{3}2003. *Histoire des Médias. De Diderot à Internet*. Paris: Armand Colin.

Boxer, Charles R. 2002. *João de Barros. Humanista Português e Historiador da Ásia*. Lisboa: CEPESA.

Chartier, Roger. 1988. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel.

Deslandes, Venâncio. 1988. *Documentos para a História da Tipografia Portuguesa nos Séculos XVI e XVII* [1888]. Lisboa: INCM.

Duroselle, Jean-Baptiste. 1990. *História da Europa*. Lisboa: Círculo de Leitores / Publicações Dom Quixote.

Febvre, Lucien; Martin, Henri-Jean. 2000. *O Aparecimento do Livro*. Lisboa: FCG. [1971 (1958). *L'Apparition du Livre*. Paris: Albin Michel.]

Freire, Maria Isabel; Pericão, Maria da Graça. 1999. *Novo Dicionário do Livro. Da Escrita ao Multimédia.* Lisboa: Círculo de Leitores.

Hatherly, Ana. 1983. *A Experiência do Prodígio.* Lisboa: INCM.

Martins, J. V. de Pina. 1974. *Cultura Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo.

Douglas C. McMurtrie. ^{3}1997 [1956]. *O Livro: Impressão e Fabrico*. Lisboa: FCG.

Manguel, Alberto. ^{2}1999. *Uma História da Leitura*. Lisboa: Presença.

McLuhan, Marshall. 1977. *Pour Comprendre les Médias*. Paris: Mame / / Seuil.

Meschonic, Henri. 1991. *Des Mots et des Mondes. Dictionnaires, Encyclopédies, Grammaires, Nomenclatures.* Paris: Hatier.

Noronha, Tito de. 1874. *A Imprensa Portugueza Durante o Seculo XVI.* Porto.

Peignot, Jérôme. 1967. *De l'Écriture à la Typographie*. Paris: Gallimard.

Rodrigues, Ernesto. 1998. *Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias.

1999. *Cultura Literária Oitocentista*. Porto: Lello Editores.

2000. "Eça e os gráficos". *In*: *Newsletter Textype*, 2, Maio. Lisboa.

2003. "A luz através do texto divino". *In*: *João Vieira. Vitrais da Igreja de São Domingos. Sé de Vila Real*. Lisboa: IPPAR. 37-59.

Saramago, José. 1989. *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Editorial Caminho.

Branco

A Maria de Jesus Cepeda

1. A poesia é arte de ouvir e olhar. O poeta começa por ouvir vozes, cadências, súbitas fúrias ou risos, contornos de uma indefinição que serena em ritmo verbalizado. O modo como se rodeia, aflora, aceita ou recusa certo vocábulo, e como se lança na página, apreende-se, hoje, em confissões autorais, em leituras dos seus próprios versos e, melhor ainda, em crítica genética – mas seria mais evidente nos exercícios de aproximação que é sempre uma tradução literária. Gravar os *takes* (como se faz no cinema e na música) de elaboração do verso tornar-se-ia mais esclarecedor. Veríamos, então, a saborosa tactilidade com que a língua processa o discurso, como ouvir é ouvir-se, e como o gesto, visto ou não, se precipita ou envolve no acto – às vezes, aparentemente simples – da redacção. Repentes, suspensões, demoras e espantos acompanham tais percursos; não raro, *são* essa história. É o que procuraremos entrever, à luz de uma diligência particular: o *branco* espácio-temporal, afim das brancas musicais.

Manchas de palavras dispõem-se na página e na voz, internamente sinalizadas: se a beleza das letras, em seus tão diversos corpos e ar de família, habita, e habitua, o olhar, interessa-nos, agora, a formatação – a partir da esquerda, no nosso regime. Eis o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* (1982): as linhas, visíveis em fundo, colaboram nessa regularidade, deixando perceber melhor a distância entre estrofes abrindo num desenho de capitulares. As páginas em branco deste códice 10 991 estão longe de intenções que, nos séculos XIX a XXI, se possam atribuir a lençóis semelhantes, já na publicidade, já como forma de respiração da peça jornalística, se não foi, por exemplo, *marcar o lugar da censura* – a chamada *censura branca* –, iniciativa pioneira de Almeida Garrett em

colunas d'*O Portuguez* (1826-1827), que o diário *República* mimava, antes do 25 de Abril de 1974. O «diário republicano da noite» *A Capital*, que muito sofre desta chaga nos anos da Primeira Grande Guerra, chega a dedicar editorial aos "Espaços em branco" (28-V-1917): é uma forma de resistência, cumpliciando leitor. E se, modernamente, deparamos com linha justificada à direita ou em direcção transviada, não é menos verdade que também se foi diluindo a disposição em duas colunas, patente no Colocci-Brancuti. Complexificou-se, entretanto.

Na orientação do branco, a quadra seguinte faz-se duas, três, quatro quadras, ou os múltiplos que o leitor entender, se jogar com oito frases. É um modelo de *rayuela*, de labirinto (como era a juventude – minha e do país – em 1974), antes de conhecer os *versus rapportati* medievais e o saber teorizado por Philippe Nunes, em *Arte Poética, e da Pintura, e Symmetria* (Lisboa, 1615):

Van Gogh desperta	trago ladros nas costas
e manhãs abertas	como girassóis
Primavera precoce	e filho e vento e filho
a nascer imberbe	com brisa por voz

Ao folhearmos o *Cancioneiro Fernandes Tomás* (1971) e o *Cancioneiro de Luís Franco Correia. 1557-1589* (1972), a regularidade de certas formas – do soneto, em particular – marcará a edição: ressalta a primeira palavra das quadras e tercetos, com avanço dos demais versos; repete-se na composição tipográfica, embora o primeiro verso também possa avançar. Esta diferença é útil à leitura e à ordem do conglomerado, na ausência temporária de espaçamento inter-estrófico, seja numa elegia por tercetos, em oitavas ou superior. Junte-se a coerência entre maiúsculas e minúsculas em início de verso, com tantas variações, depois, até à maiusculação inclusive pronominal de Ângelo de Lima no interior, ou à alternância entre caixas altas e baixas na mesma palavra, desde as vanguardas de Novecentos.

Se, em Quinhentos, acrósticos e anagramas reconduziam já o olhar, influências pitagóricas, cabalísticas e do *tarot*, a par da emblemática e

da alegorização, vêm confirmar o império visual, cada vez mais globalizado. Desde os primeiros séculos cristãos, cruz de letras em latim é um feliz caligrama. Na decifração de enigmas e labirintos (com que melhor se cria o *branco* do pensamento, e não o vazio), descansamos em alvas alamedas, a tal ponto dançam as íris, entre círculos, diagonais e letras aos saltos. Sem estas pausas, úteis à reflexão, não havia leitura. É algo diferente da função paragrafal, *consecutiva*, em prosa, ainda assim, subvertida em Maria Velho da Costa, *Casas Pardas* (1977), quando secciona grandes frases ou palavras à frente recompostas, sugerindo brancos (e *brancas*) no discurso. *A Experiência do Prodígio* (1983), antologia de Ana Hatherly para os nossos séculos XVII e XVIII, ou volumes do movimento internacional OULIPO demonstram quanto fica dito.

Existem, pois, margens – um branco horizontal e vertical –, distância entre palavras (a qual, horizontal, se pode verticalizar) e, por norma, linha ou linhas saltadas, esse branco horizontal sobre que nos debruçamos. Excerto de poema antigo:

Sobre a margem
Desfeita

cá vou indo
no horizonte
noiva pálida
enfeita-se
a Lua

Pobre

Como ela
triste de mim
E ninguém a recebê-la

Ninguém que se chegue aqui

«Pobre» foge à dupla linha vertical; sente-se perdido, também na horizontal, qual destino de bicho no chão e alto astro, extremos de que bebe o próprio verso *em acto*: como não procurá-lo uníssono, em quadro

fundindo duas vozes, que de novo se reúnem no final? Neste processo topográfico – topográfico, note-se –, o que separa (*v. g.*, na relação entre espaço e estado de alma) é desejo de união. Mas paira a indeterminação, como se algo viesse elidido: pobre, quem? como? porquê? Não faltará uma palavra, *essa* que todos esperam, que o leitor insere? Até que ponto a análise gramatical suscita ecos morais? Além de distância e choque, percebe-se o silêncio que rodeia, «Le blanc souci de notre toile», segundo esse Mallarmé que dos *blancs* faz arte poética, já em "Les noces d'Hérodiade, mystère", já na "Préface" do paradigmático "Un coup de dés jamais n'abolira le hasard"; e foi a presença desse branco – *visto* na página – que fez dizer a Claudel (1965: 67):

> Le rapport entre la parole et le silence, entre l'écriture et le blanc est la ressource particulière de la poésie, et c'est pourquoi la *page* est son domaine propre, comme le livre est celui de la prose. Le *blanc* n'est pas un effet seulement pour le poème, une nécessité matérielle proposée du dehors. Il est la condition même de son existence, de sa vie et de sa respiration.

O propósito estético traduzido em pausa – mesmo sem supressão de vocábulos, sem violentas rupturas internas e de translineação («so tu r na»; «Bá- / rbara»; «Bach Beethoven Bernstein the Beatles e a sim senhora da Brigitte Bardo / t»), sem rasura e descaso de sentido – tem valor afectivo, intelectual, sentimental[1]. Por vezes, almeja-se um efeito-surpresa.

Quanto à respiração do verso, ela pode divergir no poeta e no leitor. É quebra, expectativa, descanso, ofegar. Isso já é evidente na escansão, e mais quando versos há decomponíveis, ou compósitos, qual provam medievalistas. Como verter, no papel e na voz, cantigas medievais? Basta-nos aceitar transcrições tardias? O branco responsabiliza-nos – e, no imediato, aos editores de texto. Face a novos interstícios, aumentam as probabilidades. Desde a teorização mallarmiana, entretanto, lance de

[1] Henri Morier ([4]1989: 144) explica como «Le blanchissement peut représenter trois espèces de pause» – estética, intelectual, sentimental – num exemplo de Claudel. Analisa brevemente a ausência de pontuação, iniciada com "Feuillets d'Album", de Mallarmé (1889), na p. 466.

palavras cai sobre a página. Abria-se, aí, uma era de dispersão *também* no suporte (no espaço da página; na materialidade do letrismo gráfico, que será cor na pintura letrada de João Vieira e outros; na inclusão de vinhetas e desenhos de artistas reputados; na escolha do papel, gramagem, formato, encadernação...), enquanto novos meios locomotivos – modelados pela... locomotiva – nos transportavam aos confins, inclusive, de nós mesmos.

O interessante é que isso acontece num tempo de convenções, sob o manto diáfano da vacuidade e de alguma facilidade, evidente desde 1840. Mas, bem antes de Baudelaire redigir em prosa futuros alexandrinos, a educação clássica do verso branco faz o seu curso, e anima ao verso livre. Filinto Elísio (1999: 150-152) permite-se decassilábica "Tradução duma prosa poética". Num soneto admirável (IV: 58), mostra como, desviando-se de mote – «Assim de flores se coroa a Aurora» –, glosa a *ars* versificatória, ressaltando de reticências (também figuras de vazio significante) uma suspensão, o inacabado, um referente deitado às urtigas, ou substituído por um pensamento a fazer-se:

> Um soneto! Ainda esta me faltava!
> Quatorze versos! Isso é mui comprido.
> Não chega lá meu estro desprovido;
> Muito é, se deito a barra a uma outava.
>
> Lá vai: *O Sol brilhante campeava*
> *Pela estrada do meio...* Vou perdido,
> Longe do mote, longe do sentido.
> Nunca, no Outeiro, Albano assim glosava.
>
> Entro por outra porta... Desta feita
> Creio que dei c'o trincho: *Uma Pastora*
> *Que c'o cajado, na água, tinha feita...*
>
> Não presta. Tome lá, Minha senhora;
> Guarde o mote; e dir-lhe-ei, quando se enfeita:
> *Assim de flores se coroa a Aurora.*

Verso a verso, quadra a quadra, até à oitava, à onzena, aos catorze versos (ou treze, se eu propuser soneto incompleto; dezasseis, com es-

trambote; vinte, se duplo; ou refazendo outras divisões estróficas: assim se joga, por defeito ou excesso, com forma rígida), muitos se desenvencilharam à maneira de Filinto, assumindo dificuldade, uma *carência*, desde "Un soneto me manda hacer Violante…", de Lope de Vega, a Alexandre O'Neill (1986: 224) e uns tantos. A por vezes alegada dificuldade – como prometer, em sumário das *Viagens na Minha Terra*, o que se adia para o capítulo seguinte – é sede de ironia, se, de facto, não houver constrição de espaço (e havia limites, no primeiro estádio daquele Garrett); mas, quando passa a *falta* de assunto, não sendo já um pensar-se, a história muda de figura.

2. Uma das queixas recorrentes após 1840 é a falta de assunto, seja em título de folhetim, ou já traduzida em *nada* titular. A nacional pasmaceira incomoda; é tudo desinteressante, sem amores trágicos, nem sequer umas facadas. Eis uma das razões para a penúria do romance pátrio, consideram alguns, enquanto denunciam pobre imaginação. Os autores, que diariamente se traduzem e *vivem* em gaulês, estão sem forças e tempo para um rasgo original. Daí, o concomitante vazio de ideias, que, numa pressa (isto é, quando chega a hora do fecho de edição), se resolve da seguinte maneira, em que abundam exemplos: 1) reflecte-se sobre a crónica; 2) mostra-se como uma pena aflita procurou desincumbir-se da urgência, a exemplo do forçado sonetista, embora por razões diferentes; 3) cura-se do ridículo à mão – com mais propriedade, ao pé, em Júlio César Machado, narrando epicamente a desgraça de acordar e não ver ali as chinelas.

Outras implicações têm as soluções romanescas, que não entenderemos sem recurso ao estádio jornalístico (substitui, mesmo, manuscritos perdidos) num quadro sociológico preciso. Desde logo, não é sem consequências a crescente profissionalização autoral ou, no mínimo, retribuição pecuniária que assentava num preço à linha em espaço pré-definido.

As injunções de novo e concorrido mester favorecem o culto da perífrase, estilizações apressadas, modismos; do verosímil ao improvável, sem falar nos impossíveis devidos a muita distracção, é curta a distância; a frase-golpe revê-se em diálogos sucintos, monossilábicos, interjecti-

vos e reticentes. Linhas e diferimento de espaço ou tempo são marcados por reticências e pontinhos. Dentro do espaço, aliás, existem já, tipograficamente falando, um ou mais *espaços*, pequenas fichas de metal mais baixas que as letras, entre estas ou entre palavras, invisíveis nas provas da antiga composição gráfica. Serviam, também, para *justificar* a linha, se restava um *claro* até ao talão fixo do componedor. Bem cedo, reticências e pontos passarão de mero expediente suspensivo e financeiro a sinal de cansaço e lugar de recusa.

A banda desenhada, o cinema mudo e o *cartoon* vão aproveitar as reticências, também reduzidas a meras interrogações ou exclamativas: exímio nesta contra-ordem, Rafael Bordalo Pinheiro – assinando Rafael Rimuito – atinge o cúmulo do século ao retratar Sua Alteza o Infante D. Augusto no *Álbum das Glórias* (Março de 1882) com estas singelas palavras: «Nasceu.» O resto da página vem todo pontuado. A fechar: «É Infante e General.» Cinco palavras em confronto com o interminável nome do vácuo sujeito, esparramado sob a ilustração: Augusto Maria Fernando Carlos Miguel Gabriel Rafael Agrícola Francisco de Assis Gonzaga Pedro de Alcântara Loyola.

O rendilhado de pontos vai treinando o olhar para a versificação decadentista, simbolista e modernista, em geral. Assoma um pontilismo coetâneo do pictórico, nascido nos anos 80.

No jornal *Novidades* (Lisboa, 8-IX-1896), com reedição em periódico macaense não identificado e na *Centauro* (Dezembro de 1916), Camilo Pessanha transforma em pontos os versos 17-20 do poema iniciado por «Quando se erguerão as seteiras,». O editor crítico deve numerá-los, como faz Barbara Spaggiari (Pessanha, 1997: 107). O mesmo para os versos 4-6 do soneto de limiar «Se andava no jardim,» (p. 119).

Linhas simples e duplas concorrem em Mário de Sá-Carneiro: conjugadas com reticências (Sá-Carneiro é dos mais reticentes; com Ângelo de Lima, tem um uso particular do travessão, outro elemento *branco*, em início, meio e fim de verso, que E. M. de Melo e Castro transformará em largo traço entre, sob e sobre palavras: ver "In-saio", *Resistência das Palavras*, 1975), são elementos prosódicos relevantes para compreender títulos como "Intersonho" ou "Vontade de dormir" (ambos de

Paris, 6-V-1913). "Apoteose" (Lisboa, Maio de 1915) triplica a linha; mas, aqui, interessam vazios resultantes da ondulação de algarismos e de símbolos; sobretudo, de letras com suas famílias, corpos e estilos, logo formulando anúncio ou tabuleta, até à autonomia de pontos de exclamação.

Face a isto, é modesto Alberto Caeiro; pontua Álvaro de Campos o início de "Dois excertos de odes", já assim quatro versos em "Passagem das horas". Mais quantiosos são Gomes Leal, Eugénio de Castro, Augusto Casimiro e Domingos Monteiro poeta.

José de Almada Negreiros estende o processo em "Mimi-Fataxa": mas, a par de corpos tipográficos e caixas altas, do til em negrito e de chavetas, de capitulares, as notações musicais de "Histoire du Portugal par cœur" são um caminho directo para "Divertimento com sinais ortográficos" de Alexandre O'Neill (*Abandono Vigiado*, 1960):

> Depois de mim: maiúscula
> ou o espaço em branco
> contra o qual defendo os textos.

Tratado o ponto, sucedem negras reticências, qual imagem do sujeito:

> Em aberto, em suspenso
> Fica tudo o que digo.
>
> E também o que faço é reticente...

Não há matéria suficiente entre nós, todavia, para uma poética das reticências, que tão bem caracteriza Céline, «avec ses points de suspension qui sont comme autant de fissures, la négation même de la littérature» (Peignet, 1967: 11-12). Perfaz-se o caminho com os algarismos de "Soneto soma 14 x" de Melo e Castro (*Poligonia do Soneto*, 1963), e jogos de setas, cinco quadrados interseccionando-se, poema alineado ou numerado no Jorge de Sena de 1970 reunido em *Sequências* (1980), época de outros *Exorcismos* (1972).

Esta é década, também, do maior ou menor vazio entre palavras, que Pedro Tamen transportou até ao fim. Jünger (1984: 398; 8-XI-1944) já

vira, no espaço *normal*, uma hipótese de *compreensão*: «Les mots sont mosaïque; autrement dit, séparés par des fissures. Ce sont, pour la logique, des lacunes; mais qui rendent la terre accessible aux racines de la compréhension en profondeur.» "O espaço entre as palavras" é secção em Alexandre Pinheiro Torres (1972), que quase só usa dois pontos ou interrogação. A prosa ressente-se, enquanto abole a pontuação, ou corrobora minúsculas seguindo ponto; e já a Revolução de Abril autoriza Mário Cláudio a abrir parágrafo com dois pontos (*As Máscaras de Sábado*, 1976) ou Olga Gonçalves a grafitar as páginas de *Ora Esguardae* (1982). Síntese desta multiplicidade experimental temos em *Sala Hipóstila* (1973), de José Alberto Marques. Reticências na horizontal, na vertical e oblíquas (às vezes, com mais de três pontos), pontos de exclamação isolados, versos em degrau, singularizam A. Oliveira Cruz desde *Mensagem – II* e *Synthesis – I* (1988).

Na transição de século, César Figueiredo (1998) e Ana Hatherly extremam e resumem posições: desta, *Um Calculador de Improbabilidades* (2001) tanto dá variação com página vazia após título, como sublinha (p. 305) demanda antiga nesta novena:

> para a potência de viver
> armas que se podem concretar:
> – .....
> – .....
> – .....
> – .....
> – .....
> – .....
> os campos abertos do dizível

Reduzindo assim o branco, decresce o vazio na proporção do potencialmente dizível?

3. Quanto fica dito sobre os processos de factura em Mário de Sá-Carneiro e Almada, antes de aportar em Sena e companhia, revê-se, ainda em 1916, em *Francisco Levita, Negreiros – Dantas. Uma página para a história da literatura nacional*, seguido de *Óscar Pereira São-*

-Pedro (Pintor), Tristão de Teive, Príncipe de Judá, Coimbra Manifesto 1925, que Rita Marnoto (2009) edita e estuda como *textos-espectáculo* de sabor marinettiano (p. 46):

> Nos dois manifestos de Coimbra, essa dimensão é bem evidente. Destaca-se, sob um primeiro olhar, a diversidade do corpo de alguns caracteres tipográficos e o negrito, a fazerem sobressair certas palavras. As normas de concatenação sintáctica e de articulação entre os vários componentes da frase, bem como as convenções da escrita linear, são muitas vezes derrogadas. Substituem-nas sequências de lexemas fora do comum, quer em termos gramaticais, quer em termos de disposição gráfica. Inventa-se, assim, uma outra sintaxe, veiculada por uma mancha que não respeita as linhas, usa sinais matemáticos e outros símbolos não verbais, explora sentidos onomatopaicos e gera sinestesias.

É neste quadro de novas experiências e *charge*, comum aos livros de fim de curso universitário, que Francisco Levita (1894-1924) propõe, também em 1916, "(1) / A creação do Nada!" (p. 57-58), soneto entre duas barras negras, com treze versos de linhas em pontinhos desiguais e o seguinte verso final:

> E foi assim que o Nada se creou!...

Este soneto gerou "Paródia à construção do nada", assinada XENOPHONTE, n'*O Trovão* / Quinzenário de crítica a eles e a elas (Figueira da Foz, n.º 2, 15-V-1917), como revelou Alberto Sismondini em comunicação ao Quinto Encontro de Italianística (Coimbra, Março de 2009):

> Mal.....
> .....
> .....
> .....
>
> uk.....uk.....
> .....

. . . . . .
. . . . . .

oide. . . . . .
. . . . . .
. . . . . .

. . . . . .
E com algumas teias d'arachenoides
Fez-se assim a construção dos malukoides

Se, aqui, a paródia é explícita e redundante, em Levita, questiona-se radicalmente uma forma fixa secular, indo ao cerne da própria criação, ao sentido originário de *tirar do nada*, *ex nihil*, que, à época, também desembocava em *aniquilar* a humanidade, na sua primeira conflagração mundial. O desacerto pós-oitocentista era flagrante e doridamente trágico: este texto pode subsumir, igualmente, a pobreza intelectual europeia denunciada na folhetinagem, enquanto um século armamentista se preparava para trincheiras dantescas; pode, à luz de um Almada manifestando contra Dantas, ser Coimbra a bater em gregos e troianos do Chiado, com remissa para o vigésimo aniversário daquele *Nada* (1896) de Júlio, único, aliás, a sentar-se à mesa com um Marinetti tardio, na Legação de Itália. Ora, se outros brincos gráficos do futurismo luso revivesceram, como provado, e Pessanha ainda esboçou quadra pontilhada que a tradição folhetinística trouxera até tímido Pessoa e mais ousados Sá-Carneiro e Almada, certo é que Francisco Levita impacta sobre forma consagrada, processo que, antes de chegar a Ana Hatherly, já eu experimentara, sem conhecer Levita e seu epigonal Xenofonte.

Em 31 de Março e 1 de Abril de 1985, redigi, em Budapeste, uma coroa de sonetos (Rodrigues, 1996), cujo décimo terceiro comportava primeiro verso – «Bate de leve pra irmos a par» – e último – «gozar a Primavera, a Primavera» –, intervalados por doze linhas de pontinhos. O título do ciclo, "Primavera", continha-se aqui; e, sendo coroa, em que o décimo quinto, ou soneto-mestre, é formado pelo primeiro verso de cada um dos catorze anteriores, exigia-se um primeiro verso que tam-

bém encadeasse o sentido. Acresciam coerência, ausência bem marcada e rogo num poema que *não se reduzia somente* a dois versos.

Se era a primeira coroa na lírica de língua portuguesa, inspirada no húngaro József Attila (1905-1937), antes de encontrar experiência semelhante no esloveno France Prešeren (1800-1849)[2], aquele décimo terceiro soneto tinha ascendência directa que eu ignorava, embora reflexão afim da agora apresentada me caucionasse. Acrescia interesse pessoal pelo *jazz*, pela música erudita novecentista, 'contemporânea', por certas experiências da cor indo de Kandinsky a Mark Rothko, e quanto existe de ruptura («brisure», dizia Derrida) no aleatório, para alguns, Destino. Eu construíra, já, um teatro de silêncio (esse teatro manteve-se silencioso, editorialmente falando, por décadas), silêncio que há-de elogiar G. Steiner (1992: 117), ao lembrar que, muito antes de Mallarmé, «Quatre cents vers concluent l'*Alceste* d'Euripede où l'héroïne reste debout sans dire un seul mot», face ao indigno marido Admeto (por distracção, lê-se «son époux Hercule»)[3]:

> Et ce silence évoque celui de Pilade muet devant Oreste qui, au désespoir, s'approche de lui. Les Grecs affirmaient déjà qu'à travers le silence de Pilade, c'était le dieu Apollon qui s'exprimait par sa bouche. La problématique du silence existait bien avant les modernes, mais elle prit son véritable envol après les symbolistes.

Dos brancos inter-estróficos de copista à numeração (e pagamento) da linha pontilhada desenvolvem-se esforços – ora rasteiros, ora irónicos, construtivos e pertinentes – na conquista de algum silêncio em eras cada vez mais logocêntricas e ruidosas. Não é o que sentimos em certos autores, impondo uma voz que abafa a das personagens? Enquanto algarismos, símbolos, incisos e traços oblíquos (penso em Travanca-Rego, 1992) e outras soluções gráficas *estão* no texto-suporte, com o estatuto

[2] A primeira teorização da coroa de sonetos está em Giovan Mario Crescimbeni (1663-1728). Para exemplo francês, *construído* de propósito, ver Morier, cit.: 1073--1078.

[3] Mallarmé e Apollinaire são reanalisados em Reis, 2012: 124-128. Em "O silêncio e o poeta", G. Steiner (2014) *alarga* esta atitude.

de quaisquer vocábulos, e suas constrições ou hipóteses de subversão, o regular ou irregular pontilhado branco *está em vez de*, suporta *um lugar*, exigindo parâmetros mínimos. É um branco, um *nada* assertivo, não um vazio; é imagem do criador, encenando-se na (digamos, para abreviar) página *em branco*.

Bibliografia

Claudel, Paul. 1965. *Œuvres en Prose*. Paris: Gallimard [coll. Bibliothèque de la Pléiade].

Elísio, Filinto. 1999. *Obras Completas de Filinto Elísio*. Vol. IV. Ed. de Fernando Moreira. Braga: APPACDEM Distrital de Braga.

Figueiredo, César. 1998. *Cartas Comerciais Tipo*. Porto: Edições Mortas.

Jünger, Ernst. 1984. *Second Journal Parisien (1943-45)*. Paris: Christian Bourgois, coll. Le Livre de Poche / Biblio.

Marnoto, Rita, ed. 2009. *Francisco Levita, Negreiros – Dantas. Uma página para a história da literatura nacional*, seguido de *Óscar Pereira São-Pedro (Pintor), Tristão de Teive, Príncipe de Judá, Coimbra Manifesto 1925*. Coimbra: Fenda Edições.

Morier, Henri. ^{4}1989 [1961]. *Dictionnaire de Poétique et de Rhétorique*. Paris: PUF.

O'Neill, Alexandre. 1986. "Quatorze versos" [*Abandono Vigiado*, 1960]. *Tomai lá do O'Neill. Uma Antologia*. Ed. de A. Tabbuchi. Lisboa: Círculo de Leitores.

Peignet, Jérôme. 1967. *De l'Écriture à la Typographie*. Paris: Gallimard.

Pessanha, Camilo. 1997. *Clepsidra e Outros Poemas*. Ed. de Barbara Spaggiari. Porto: Lello Editores.

Reis, Jorge dos. 2012. *Três Movimentos da Letra: O Desenho da Escrita em Portugal, Segunda Parte*. Lisboa: BNP.

Rodrigues, Ernesto. 1996. "Primavera / Coroa de Sonetos". *In*: *O Escritor* (Lisboa), 7, Março.

Torres, Alexandre Pinheiro. 1972. *A Terra de Meu Pai*. Lisboa: Plátano Editora.

Steiner, Georges; Jahanbegloo, Ramin. 1992. *Entretiens*. Paris: Éditions du Félin.

2014. *Linguagem e Silêncio. Ensaios sobre a Literatura, a Linguagem e o Inumano*. Lisboa: Gradiva.

Travanca-Rego, J. O. 1992. *Cinco Incisões (Antologia Poética 1961-91)*. Lisboa: Átrio.

Dedicatória: Relação e Discurso

Inscrição peculiar do universo artístico, da arquitectura à música (Souriau, 1999: 553-555), tem a dedicatória mais largo curso no domínio bibliográfico. Em artigo no número 13 de *Românica* (Rodrigues, 2004: 18-19), esbocei um esquema sobre o assunto em epígrafe agora refundido:

1. Dedicatória impressa; 2. dedicatória manuscrita

1. introdução: dedicatória de obra e de exemplar; pública e privada; 1. 1. como parte integrante da épica; 1. 1. 1. lugar e extensão da dedicatória; 1. 2. como elemento peritextual; 1. 2. 1. título-dedicatória (ou título dedicatório); 1. 2. 2. prólogo, proémio e prefácio-dedicatória; 1. 2. 3. carta-dedicatória; 1. 2. 4. poema-dedicatória; 1. 2. 4. formas em verso; 1. 2. 5. lugar; 1. 2. 6. Língua; 1. 2. 6. 1. bilingues; 1. 3. momento; 1. 3. 1. razão e função da dedicatória: necessidade e reconhecimento, admiração e proximidade; 1. 3. 2. relações dedicador (autor, impressor, editor, editor literário…)-dedicatário, e caracterização destes: mecenas, senhor, poderoso; 1. 3. 3. dupla dedicação, e dobrada ou multiplicada; 1. 3. 4. subscrição; 1. 4. na moderna lírica; 1. 4. 1. estrutura organizacional; composição avulsa; 1. 4. 2. cultores; 1. 4. 2. 1. na ficção; 1. 5. trocas e rasuras; 1. 6. conclusão.

2. ementas para a história da dedicatória manuscrita: de D. Pedro (1418) a exemplos pós-oitocentistas; 2. 1. local, data e assinatura; 2. 1. 1. falsificações; 2. 1. 2. valor da dedicatória e da assinatura; 2. 2. o modo institucional; 2. 2. 1. sessões de autógrafos; 2. 2. 2. indicações de catálogo e outras; 2. 3. dedicatória-inédito (poema, carta…), à entrada e no texto; noutros suportes; 2. 3. 1. artísticas; 2. 3. 2. dedicatória rasgada, riscada.

1. Esta proposta diverge da avançada por Gérard Genette em *Seuils* (1987: 110-133), que distingue entre «dédicace d'œuvre» – o verbo é

dédier – e «dédicace d'exemplaire» – o verbo é *dédicacer*[1]. Maria José Meira (1999: col. 1409) propôs dedicatória pública («o dedicador indica o dedicatário») e privada, ou de exemplar. Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão (1999: 175) oferecem 'dedicatória' autoral e 'dedicatória autografada', sendo esta «da autoria do próprio autor da obra ou de uma pessoa que a oferece a outra».

Espanto maior ao ler G. Genette não é que "Les dédicaces" não justifiquem bem-disposto capítulo; mas que não aprofunde a riqueza da forma (que será género *traduzido* por Jorge de Sena em *Dedicácias*[2], termo ausente, como ausente está 'dedicatário', dos melhores dicionários) enquanto elemento fora do paratexto.

1. 1. A dedicatória é parte indissociável de alguma épica, avulsa ou integradamente recuperada na lírica moderna, mas o ensaísta limita-se a quatro linhas sobre *Orlando Furioso* e *Jerusalém Libertada*. Se evocarmos o molde camoniano, algumas questões ficam de pé: quem dedica, autor ou narrador? A que Rei se dirige? Se D. Sebastião, não há mostras de desrespeito que confundem o sentido – seja, *o que não é indicado* – – deste terceiro gesto na ordem das quatro partes? Como justificar treze estâncias (I, 6-18) em vésperas de *Gerusalemme Liberata* (1575), com duas (I, 4-5) em vinte cantos? Onde e quando foi o Poema redigido, em especial, as três partes iniciais, e as oitavas finais? Das não-épicas *Geórgicas* virgilianas a Valério Flaco, de Ariosto à *Araucana* (três partes – 1569, 1578, 1589 – reunidas em Madrid, 1590), de Alonso de Ercilla, dirigida a Filipe II, Luís Pereira Brandão (*Elegíada*, 1588, dedicada ao cardeal Alberto, governador filipino de Portugal) e Francisco de Andrade (*O Primeiro Cerco Que os Turcos Puseram à Fortaleza de Diu nas Partes da Índia*, Coimbra, 1589) a Gabriel Pereira de Castro, cuja *Ulisseia ou Lisboa Edificada* (1636) não exagera no preito a Filipe IV (I, 3-8), há um trabalho a empreender, que reverte aquela tipologia, ou limita o estudo da dedicatória *enquanto segmento peritextual*. Ficam

[1] Couturier (1995: 45) não aceita esta diferença, pelo que escreve «dédicacer son livre», «dédicaçant son œuvre»…

[2] 1999. Lisboa: Três Sinais. Salvo informação em contrário, omite-se Lisboa como local de edição.

de fora casos como o de uma dedicatória-livro[3], mas não a segunda de Tristram Shandy, que encerra o capítulo VIII do Volume I.

1. 2. Esta executa-se título subsumindo género (por exemplo, carta em verso: *Epistola ad Pisones*) ou aproveita-o, na duplicação frontispicial, para celebrar alguém tido por ajuda, nem sempre confirmada. *Grosso modo*, a tradição aristocrática viria até à queda do Antigo Regime, quando se passa ao alinhamento burguês e a dedicatória se perfila manifesto ou apologia, capaz de substituir prefácio, prólogo, etc. Num terceiro momento, a dedicatória simplifica-se, reduzida a parcas linhas – – escapa Gomes Leal, "Dedicatória a Fauchette" (*Mefistófeles em Lisboa*, 1907), conjunto de três sonetos – em mostras de afecto, amizade, admiração, camaradagem literária. Ora, estas modalidades confundem-se nos tempos, pelo que não nos serve tão fácil cronologia. As dedicatórias fictícias, as paródicas e as que agravam quem, alegadamente, seduziriam também diluem a diacronia.

A designação simples – *Dedicatória*, à cabeça – é poucas vezes declarada, por tautológica: se Francisco de Sá de Miranda abre a égloga *Basto* com informação saturada, mas, ao tempo, compreensível – "Dedicatória / A Nuno Alvares Pereira", em quatro ou cinco décimas[4] –, e semelhantemente Matias Pereira da Silva, que edita os póstumos *Apólogos Dialogais* (1721) de D. Francisco Manuel de Melo, inscrevendo «Ao Senhor D. Antonio Estêvão da Costa / [. . .] / Dedicatória»; se, ao

[3] «Guardo, por exemplo, o trabalho de um obscuro escritor angolano, Marcial Faustino, constituído apenas pela dedicatória e três breves poemas. Uma nota, na contracapa, assegura tratar-se de um romance. O grosso da obra, cento e oitenta e sete páginas, é constituído pela dedicatória, certamente a mais longa da literatura universal. O autor começa por dedicar o livro ao "saudoso Presidente Agostinho Neto", umas vinte e cinco páginas, explicando o motivo da sua devoção, e depois à esposa, trinta e tantas páginas, a cada um dos vinte e dois filhos e por aí fora. Interessantíssima, a dedicatória. Presumo que seja – e vejo nisto uma genial ousadia literária! – um romance disfarçado de dedicatória.» José Eduardo Agualusa, "Catálogo de sombras", *Tabacaria* (Lisboa), n.º 11, Primavera de 2003: 83.

[4] Tudo vai dos respectivos manuscritos: ver Miranda, 1989: 153-155; já exclui a designação das églogas "Célia", «Ao Infante Dom Luis», em sete oitavas, "Andrés", «Ao duque d'Aveiro. / Neto de el Rei dom João o segundo de Portugal», "Egloga Encantamento", «A Dom Manuel de Portugal», em cinco oitavas.

editar *Comedias Famosas Portvguesas* (1622) de Sá de Miranda e António Ferreira, António Álvares coloca à cabeça do fólio, no verso, «Dedicatoria», como percebêramos desde o título e recto do fólio, «Dedicadas a Gaspar Seuerim de Faria», e "Dedicatória" à princesa do Brasil se explicita a do criptónimo e «fidelissíma escrava» Dorothea Engrassia Tavarede Dalmira (=Teresa Margarida da Silva e Orta, *Máximas de Virtude e Formosura*, 1752; 2.ª ed., *Aventuras de Diófanes*, Lisboa, 1777), já Herberto Helder opera marcação que só à segunda o satisfaz: assim, ao reunir poemas "De «Photomaton & Vox»" em *Poesia Toda* (1990: 403), o primeiro texto avisa: «(é uma dedicatória)». Ao refundir aquela em *Ou o Poema Contínuo* (2004: 359), substitui essa parte e 'livro' *Photomaton & Vox* por *Dedicatória*, sem mais avisos.

A par, existe a designação simples de *carta* ("Carta sua a Garcia de Resende", endereça Duarte de Resende [1982], em 1531) ou existem as designações compostas, proémio-dedicatória, prólogo-dedicatória e carta-dedicatória. Há, também, sequência de dedicatória e carta-dedicatória, como em António de Oliveira Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa*: ao nome do destinatário, lugar e data de 1683, num oferecimento neutro, sucede o nome completo do autor em quatro parágrafos de justificação dirigidos ao "Excelentíssimo Senhor, da Ericeira Conde".

O prólogo-dedicatória é uma especialidade seiscentista, geralmente reduzida a 'Prólogo'. Separados os termos, distinguem-se pela destinação, respectivamente, colectiva e individual, olhando, além, ao leitor ou leitores coloquialmente atraídos, e, aqui, ao ilustre hiperbolizado. Alguns exemplos daquele em regime de *captatio benevolentiæ* ilustrariam Garrett: «Aos beneuolos leitores», «Ao Pio Leitor», «Ao Deuoto Lector», «Prologo ao agradecido Leitor». Lucília Gonçalves Pires (1980: 47-48) analisou «dois textos em que confluem características destes dois géneros». Desejado explicitamente indiviso, aí está *Compendio das mais notaveis cousas qve no reyno de Portugal acontecerão desde a pera dl Rey D. Sebastião até o anno de 1627. [. . .] // Composto por Lvis de Torres de Lyma. / Em Coimbra / [. . .] 1654. Prologo / dedicatorio ao Rey- / no, & Nobresa delle*. Em *Catastrophe de Portvgal na deposição d'El Rei D. Afonso o Sexto, [. . .]*, por / Leando Dorea Cace-

res e Faria (1669), nome que esconde o de Fernando Correia de Lacerda na "Dedicatoria / ao / Leitor": «Esta he a primeira vez que o prologo, & a Dedicatoria Se naõ separão, ou he dedicatoria o mesmo prologo.» (p. 3)

Enquanto forma explicitada, o proémio-dedicatória é raro, assim expresso em *Lusitânia Transformada* (1607): «Ao marquês de Vila Real / / Proémio Dedicatório». Seguem nove oitavas.

Entre as mais famosas cartas-dedicatórias, temos uma de Erasmo a D. João III, datada de Basileia, 24 de Março de 1527, anteposta à 1.ª ed. das *Chrysostomi Lucubrationes*, e já traduzida do latim. É uma prática regular do segundo quartel de Quinhentos. Centrando-nos em Sá de Miranda, a comédia em prosa *Os Estrangeiros*, escrita por 1527--1528 (1559), cria a incerteza do dedicatário, se o infante D. Henrique, se D. Duarte, como assinala Carolina Michaëlis de Vasconcelos (p. XVII, nota). De facto, a edição de 1561 ou a inclusa nas citadas *Comedias Famosas Portvguesas* explicitam o «Iffante Cardeal Dom Anrique»d(1561)[5]. Mas a verdade é que, na seara de nomes, de títulos nobiliárquicos, militares, religiosos, etc., persiste, não raro, a indefinição. Aliás, não menos ambiguamente o verbo *dirigir* substitui *dedicar* em manuscrito das *Obras de Francisco de Sá de Miranda Dirigidas ao príncipe nosso senhor que lhas mandou pedir* (p. 1), sendo logo o "Soneto I. / Ao príncipe nosso senhor" (p. 3) –, por onde se vê que não há só *obra* e *exemplar*, mas se alcança, já, forma ou espécie particular, podendo esta assumir-se *obra*, quando mais extensa. Identicamente, «Dirigidos a Este Reino», traz D. Francisco Child Rolim de Moura, em *Os Novíssimos do Homem* / Poema em Quatro Cantos (1623), entre muitos outros. Reforça-se a fórmula em «oferecido e dedicado», ou «que dedica, & offerece» [«Á Soberana e Clementissima Senhora de Todas as Creaturas / Maria»], para citar *Luz e Calor* (1696), de Manuel Bernardes. Deus – «Ó Deus, Supremo Artífice Divino / Da humana construção maravilhosa,» – está em "Dedicatória" precedendo "Sete salmos penitenciais ao Ente Supremo" de Bingre, o qual, sob o mesmo título "De-

[5] A raridade de duas versões, manuscrita e impressa, da dedicatória de *Os Estrangeiros* é tratada em Franco, 2005.

dicatória", reúne dois "Sonetos aos heróis da independência of'recidos à glória" (2003: 202, 262).

São epístolas em verso, justamente, as mais dedicadas em Sá de Miranda: seis cartas referem destinatários precisos, que problematizam a distinção genetteana dos dedicatários privados e públicos:

> J'entends par dédicataire privé une personne, connue ou non du public, à qui une œuvre est dédiée au nom d'une relation personnelle; amicale, familiale ou autre. [...] Le dédicateur public est une personne plus ou moins connue, mais avec qui l'auteur manifeste, par sa dédicace, une relation d'ordre publique: intellectuel, artistique, politique ou autre. (p. 123)

Além de se não compreender o exclusivo de «une personne», quando animais irracionais, nomes colectivos e abstractos se disputam, nem se atender a jogos de fingimento e protocolos narrativos (como autor, pseudónimo, heterónimo ou personagem dedicarem obra a personagem, autor, amigo, etc.), fica ainda a imprecisão daquele «plus ou moins connue». A incerteza quanto à relação de ordem pessoal ou pública não é menor em leitura de hoje: qual seria a de Miranda com «El Rei nosso senhor» (regressado na "Fabula do Mondego"), João Ruiz de Sá de Meneses (que merecerá carta-dedicatória em verso), Pero Carvalho, seu irmão Mem de Sá, António Pereira (retomado na égloga "Nemoroso" e em epístola solta) e Dom Fernando de Meneses? Que reputação teriam estes, *efectivamente*?

Eis algumas razões para a dedicatória mudar frequentemente de *lugar*, desobrigada do título e de frontispício, ora avançando para a página ímpar após este, ou, hoje, inclusive, para o verso da folha de rosto ou das guardas. Mais: doravante, encontramo-la em início e final de poema, romance, ensaio, etc.[6] Ou, sendo poema-dedicatória avulso, muito depois

[6] Em Portugal, ainda não vi a dedicatória-acróstico engenhosamente fabricada por Edgar Allan Poe no poema de 20 versos "A Valentine" (1846), título seguido de "To – – –", ausência que se presentifica se ligarmos a primeira letra do primeiro verso à segunda letra do segundo verso e à terceira letra do terceiro verso, etc., até descobrirmos tratar-se de France Sargent Osgood. Outra curiosidade, inesperada, é depararmos com um nosso conhecido Fernão Mendes Pinto nos versos 17-18: «Its letters, although naturally

de ter morrido o dedicatário, como o "Poema-dedicatória" de António Ramos Rosa a Jorge de Sena (Sena, Rosa, 2012: 11-12), em 10-VII--2000. Tomaz de Figueiredo, em *A Toca do Lobo* (2005: 577), fecha com dedicatória «À Memória, que sempre em mim vive, da nossa criada Maria Rodrigues [...]». Quando um volume reúne 'livros', o lugar varia, naturalmente. O mesmo pode acontecer em obra de vários tomos: as *Memórias* (Lisboa, I, 1919; II, 1925; III, 1933) de Raul Brandão são dedicadas "Aos Mortos", "A Teixeira de Pascoaes", "A Luís da Câmara Reys".

Entre lugar e *momento*, a língua tem desmaios e canta dobres: André Falcão de Resende soneteia "À vila de Madrid, em quatro línguas" – – latim, italiano, castelhano, francês –, regular este no Cavaleiro de Oliveira, caso de *Mémoires de Portugal avec la Bibliothèque Lusitane de Diez...* (Amsterdam, 1741), e em Júlio de Castilho, *Memorias de Castilho* ([2]1928: 142), com soneto em francês.

Diferente é o caso da mesma, bilingue, sob dois textos diferentes. Brincando com a mesma fórmula, José de Almada Negreiros (2001), em "Mimi-Fataxa", propõe: «A ti [,] para que não julgues que a dedico a outra.» Mas, em "Histoire du Portugal par cœur", surpreende: «A Toi, pour que tu ne crois que je vais le dédier à une autre.»

1. 3. O *momento* é questão mais sensível. Engloba o tempo da edição em vida, póstuma, reedição e refundição, mudança de título e lapso da redacção. Perfilam-se reis; na falta de um rei nacional, nobreza próxima da Casa Real, em minoria face aos Filipes da monarquia dual.

A *Crónica do Imperador Clarimundo* (1522) é prologada "Ao mui alto, e poderoso rei D. João III, deste nome, por João de Barros, seu criado".

Não espanta que o neto, em curto reinado, seja tão epigrafado: há carta em António Tenreiro, *Itinerário...* (Coimbra, 1560); no *Memorial das Proezas da Segunda Tauola Redonda* (Coimbra, 1567), Vas-

lying / Like the knight Pinto – Mendes Ferdinando –».

Perpetuar o nome em poema seria uma tarefa interminável. O rastreio de 38 amigos (em 250 poemas) está em "As dedicatorias de João de Deus", *O Occidente* (Lisboa), 25-I-1896: 19.

concelos esclarece de vez que é "Prologo a el-Rei, nosso senhor"; outro prólogo "De Andre de Burgos impressor ao muito alto e poderoso Rei dom Sebastiam [...]", no *Tratado...* (Évora, 1569) de Frei Gaspar da Cruz; Duarte Nunes de Leão só faz o que deve na colecção das *Leis Extravagantes e Repertório das Ordenações* (1569); esse «mvito poderoso» está noutro prólogo de Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu* (1574).

Na falta de rei natural, pode ir "Dirigido ao excelentíssimo príncipe D. Theodosio Duque de Bragança", como em, do mesmo Corte Real, *Naufragio e Lastimoso Svcesso da Perdiçam de Manoel de Sousa de Sepulveda...* (1594), edição da responsabilidade do sogro, António de Sousa, «com obrigação que tenho de criado» – o que o desculpabiliza face a castelhanizantes.

Outros resignam-se: assim Bernardo de Brito, na ofertória de *Monarchia Lvsytana. Parte primeira. Que contém as histórias de Portugal desde a criação do mundo té o nascimento no nosso sñr Jesu Christo. Dirigida ao Catholico Rey Dõ Philippe segundo do nome, Rey de Espanha etc.* (Alcobaça, 1597); Fernão Mendes Pinto não podia ser tido nem achado para obstar ao nome de Filipe III na *Peregrinação* (1614; e de Richelieu, na tradução francesa de 1628, cardeal também dedicatário em Manuel Fernandes de Vila Real, *Epítome Genealógico do Eminentíssimo Cardeal Duque de Richelieu...*, primeiro, em castelhano, Pamplona, 1641); Manuel de Faria e Sousa, aculturado, oferta a Filipe IV *Lusiadas de Camões, principe de los poetas de España. Al Rey nuestro señor Felipe Quarto, el grande. Comentados, etc.* (Madrid, 1639). Um novo regime político obriga a alterações, como em *Ulisseia ou Lisboa Edificada* (1836), de Gabriel Pereira de Castro, em que o irmão, Luís Pereira de Castro, da primeira para a segunda edição (1642), passa de Filipe III de Portugal ao duque de Bragança agora rei.

Desde Barros, *criado* dizia assaz. Durante séculos, artistas houve simples serviçais de uma casa fidalga. Se o labor intelectual era retribuído, a necessidade económica tingia-se de reconhecimento, forma pessoal de agradecimento ou declaração pública das virtudes do senhor. Com as editoras de Setecentos, a literatura engana a fome fora de por-

tas senhoriais, e Bocage troca versos por comida, sem outras louvações. Mas escrever o nome ao lado do de um patrono ilustre pode trazer proveito. Por isso, quando, na viragem para Oitocentos, se opta pela subscrição (Rodrigues, 1999: 7-11), o autor deseja trocar um produto – o volume que vai pagar, e cujo preço de capa é mais favorável ao subscritor do que ao comprador em livraria (seja, o rico paga menos) – e não uma actividade ainda há pouco reduzida à criadagem e humilhação. Os subscritores, designados um a um (o que não significa pelo próprio nome, pois tanto se indica um estado como profissão, ou mesmo anónimo), convivem numa dedicação colectiva, além de, eventualmente, receberem dedicatória manuscrita. Neste caso, seria *dobrada*.

Não creio que os dois últimos séculos tenham posto fim à dedicatória interessada, agora, sob múltiplos disfarces. Ou que, antes, ela visasse necessariamente a pedinchice. Razão e função podem divergir, compareça ou não motivação, como homologar a fortaleza ou heroicidade do interpelado, nem sempre tido e achado na história em que o precipitam. Oliveira Cadornega fica descansado, não pela sua obra em si e sua indignidade autoral, mas pelo respeito que lhe votarão enquanto obra «favorecida e emparada da valerosa mão e grandeza de Vossa Senhoria [...]» (1982: 21).

Ofuscados pela imprensa recente, os quinhentistas enredam-se num jogo em que irrompe a variedade de relações. Ora, pormenor mirandino é servir-se de um pretexto inédito, qual nas redondilhas I e II: "A Antonio de Sá na fugida de ums [*sic*] seus criados" (1989: 60; retoma aquele Sá num epitalâmio pastoril) e "Sobre a prisão d'um seu galego. A seu cunhado Manuel Machado [...]" (p. 61; este reaparece em carta); ou, na esparsa X, segundo manuscrito: "A Pero Carvalho mandando ũas luvas em Evora ardendo em calmas" (p. 63). Mau grado razões, sequer inócuas, interessa a função, mesmo reconhecendo que "Canção. / / A nossa senhora" (p. 87) possa ter outro alcance. "Prologo Á Rainha Nossa Senhora" dará Trancoso nos *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo* (1575).

Epigrafa-se nome alheio aquando de uma oferta ou de carta recebida. Certos *corpora* de propósito teórico tornam-se 'resposta', maneira

de dialogar por interposto verso com quem, fingidamente ou não, nos interpela; agradece-se num soneto "A Diogo Bernardes" (p. 453), com elegia "A Antonio Ferreira em resposta de outra sua" (p. 461). Líricos preiteiam Sá de Miranda na parte quinta das *Poesias*, servindo-se de églogas, sonetos, cartas, elegias, *carmina* e epitáfios: Bernardim, Dom Manoel de Portugal, Diogo Bernardes, António Ferreira, Jorge de Montemayor, Pedro de Andrade Caminha, André Falcão de Resende, Manoel Machado de Azevedo, D. Sebastianus d'Alfaro, Martim Gonçalvez da Camara. A rede relacional mais completa estará em António Ferreira, que inaugura *Poemas Lusitanos* com ciclo de sonetos "Aos bons ingenhos" e convoca meia centena de nomes régios e literários – – mortos, inclusive – até aos epitáfios terminais.

Percebemos, por conseguinte, uma ligação de dependência, familiaridade, admiração ou respeito de vassalo, uma *dedicação* que pede a sinónima dedicatória, e leva António Coimbra Martins, ao editar Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, a desconfiar «da falta de epístola dedicatória nos livros seus que não a ostentam» (2001: 277). O momento político explicá-lo-á? um sentimento de patriota? Mesmo confutando em castelhano, o patriota P. M. Fr. Francisco de S. Agvstin abre *Philippica Portvguesa contra la Invectiva Castellana* (1645) com "Epistola Dedicatoria / A El Rey N. Señor / D. Ivan el IV. / El Prometido".

Entretanto, observa-se flagrantemente esse olhar *para cima* nos editores tipógrafos de Setecentos reeditando clássicos. Ao repegar em Duarte Galvão, *Chronica d'El-Rei D. Affonso Henriques* (1726), o editor literário Miguel Lopes Ferreira dirige-a ao monarca, D. João V, e a Fernão Teles da Silva (marquês de Alegrete), sub-rogando neste o ofertório ao rei. O mesmo ao reeditar Francisco Soares Toscano, *Parallelos de Principes e Varoens Illustres Antigos* (Évora, 1623), dedicado, antes, "Ao Excellentissimo senhor / D. Theodosio / segundo de nome, [...]", e, agora (1733), "Ao Excellentissimo senhor / D. Francisco / Xavier de Menezes". Pereniza-se o sentido originário da 'dedicatio', enquanto 'acto de dedicar, de consagrar aos deuses', desta feita, terrenos, ou meros cortesãos (Maffre, 2008). Com algumas ironias: oferecer a Nuno da

Cunha e Ataíde, inquisidor-geral, o tomo primeiro das *Cartas* (1735) de Vieira é de arrepiar...

Na dedicatória, seguida de prólogo, à edição de Lisboa, 1785, de Rui Gonçalves, *Dos Privilegios & Praerogativas...* (Lisboa?, 1557), o «humilde capelão» J. A. opera adaptação (até suprime *Dos*), e não *esconde* ao que vem:

> Senhora
> Este livro que ofereço a Vossa Magestade há duzentos e vinte sete anos foi dedicado à Sereníssima Rainha de Portugal, a Senhora D. Catarina de gloriosa memória, pelo licenciado Rui Gonçalves, lente da Universidade de Coimbra; e desejando eu que tornasse agora a ser impresso em obséquio a todas as Senhoras Portuguesas, me lembrei consagrá-lo a Vossa Majestade por que [*sic*] seria repreensível descuido não o fazer assim, [...].
> Eu nesta dedicatória não tenho por principal objecto os interesses, as riquezas ou honras com que Vossa Majestade me pode fazer feliz. Obsequiar a minha Augusta Rainha, mostrar aos vindouros que foi Protectora do seu sexo contra as mentirosas opiniões dos antigos escritores é todo o meu empenho. (Gonçalves, 1992: 19)

Acrescente-se que, em 1557, a dedicatória está encimada por 'Prologo'.

No século XX, optando por lugares diferentes – sendo diferentes os sentidos –, Florbela Espanca abre *Livro de Mágoas* (1919) num significativo quiasmo semântico (mais do que formal), "A meu Pai / Ao meu melhor amigo", e, duas páginas à frente, "À querida Alma irmã da minha, / Ao meu Irmão".

A *Historia da Prouincia Sãcta Cruz...* (1576), de Magalhães de Gândavo, comporta, precedendo 'Prologo ao Lector', dedicatória "Ao Mvito illustre Senhor / Dom Lionis Pereira, / Epistola de Pero de Magalhães", conjunto precedido por tercetos e soneto de Camões, duplicando ofertório: "Ao muito illustre senhor Dom / Lionis Pereira sobre o liuro que lhe / offerece Pero de Magalhães: [...]". A tal excesso de nomeação, que dá um singular *dobrado*, contrapõe-se rasura de nomes diferente da de Couto, qual no dedicador Francisco Rodrigues Lobo,

ora explicitando interlocutores, ora escondendo nomes de amigos nas epístolas das peças bucólicas.

Caso diverso é termos dois dedicadores e dois dedicatários, simultaneamente, que G. Genette e demais não prevêem: a *Cõpilação* de 1562 é exemplo de dedicatória *dupla*. Abre com "Prologo deregido ao muito alto e poderoso rei nosso senhor Dom Sebastião o primeiro do nome, per Luís Vicente" (Vicente, 2002: 11), seguindo-se "Prologo em que o autor deregia esta cópia de suas obras ao muito excelso príncipe El Rei Dom João o Terceiro deste nome em Portugal" (p. 13).

Em contraponto, viceja a falta de identificação, em que se especializam barrocos, anunciados por elegia "A ũa senhora muito lida em nome de um seu servidor" (Miranda, 1989: 341) ou soneto "A ũa dama áspera e fermosa" (p. 421). Soneto "Ao tempo" (p. 422) desloca a interlocução para cambiantes mais profundas, em séculos de incremento do relógio. Mas a rede de confrades é prioritária, retomada em maneiristas: Agostinho da Cruz, André Falcão de Resende, Baltasar Estaço, António de Abreu, Jerónimo Corte Real, Manuel de Portugal, Manuel Soares de Albergaria, Caminha, Quevedo Castelbranco... Este encontrou modo de dirigir *Discvrso sobre a Vida, e Morte, de Santa Isabel Rainha de Portugal, & Outras Varias Rimas* (1596) a D. Álvaro de Lencastre, 3.º duque de Aveiro. Da falange seiscentista, em que o dedicatário pode ter sido quem mandou fazer o trabalho[7], e já surpreende ver um filho dedicatário[8], retenho D. Francisco Manuel de Melo.

Vai com o tempo: as *Epanaphoras de Varia Historia Portvgueza* (1660) são para Afonso VI; as *Obras Métricas* (Lyon, 1665), para o infante D. Pedro. No limiar da *Carta de Guia de Casados [...] A Hvm Amigo* (1651), dedicada ao primo D. Francisco de Melo, teoriza: «Para haver no mundo uma dedicatória perfeita, assim havia de ser feita ao descuido.» (Melo, 1965: 21) O impressor Craesbeeck rogava-lhe urgên-

[7] É o caso das *Rimas Varias* / de la Madre Soror Violante / Del Cielo / [...] / / Dedicadas / Al Excelentissimo Señor Conde Almirante / Y / Por su mandado sacadas a luz, / En Ruan, [...], MDC.XL.VI.

[8] Com data de 12-XII-1622, cf. D. Francisco Child Rolim de Moura, *Os Novíssimos do Homem*. / Poema em Quatro Cantos / Dirigidos a Este Reino, 1623. Note-se a diferença entre *dirigir* e *dedicar*.

cia: «[...] que ou a dedique eu por mim mesmo, ou lhe deixe fazer dela convite a quem a estime e lha agradeça». Eis a utilidade, *também*, de um paratexto. Mas há uma surpresa: «Escrevi a um amigo estas observações.» (p. 22) Seja: dirigiu a amigo o que dedica a primo, e que os tratadistas não prevêem. É um descaminho na matéria, em que 'dirigir' *não* significa 'dedicar'.

Outro caso. Escrevendo da «Torre, em 6 de Janeiro de 1650», a Luís de Azevedo, pede-lhe introdução às cartas que intenta reunir, já «prólogo e introdução, ou prólogo que o fosse; e que V. M. houvesse por bem descrever ũa dedicatória da obra ao senhor Rui de Moura Teles, [...]» (Melo, 1981: 311). É o *momento*, a prisão que pesa na decisão de Melo: a confiança suscita uma dedicatória alógrafa, que se autorizam muitos tradutores e editores. De chofre, abre a *Primeira Parte das Cartas Familiares*, Roma, 1664: "À insigne Academia dos Generosos de Lisboa António Luís de Azevedo, seu académico, deseja perpétua felicidade", assinando no fim. Segue-se, não assinado, em terceira pessoa, "Aos Discretos" – será dedicatória dobrada –, e, logo, "Carta do autor aos leitores de suas cartas". O tempo derruiu, como se vê, os merecimentos de Rui de Moura Teles... Tem algumas afinidades o caso da *Ulisseia* castriana: postumamente editada pelo irmão, Luís Pereira de Castro, que a dedica a Filipe IV, já, na 2.ª ed. (s. l., 1642), pós-Restauração, dedica-a ao príncipe D. Teodósio, e triplica no novidoso "Prefácio-Dedicatória" a D. João V da 3.ª ed., por Matias Pereira da Silva. Caso para, em vez de *momento*, preferir *oportunidade*.

Não entrevejo novidade em Oitocentos, se não é a introdução maciça da Imprensa periódica, aspecto desprezado em G. Genette, que lhe complicaria a tipologia: artigos em jornal, revista, potenciais obras em folhetim e almanaques, repletos de iniciais e nomes correntes. Tal quantidade, reforçada em volume, apaga a memória de lembretes significativos: Antero de Quental chamado por Guilherme de Azevedo, em *A Alma Nova* (1874); Junqueiro, antes de *A Farsa* brandoniana (1903; "Ao grande Poeta / Guerra Junqueiro"), acompanhando "O sentimento dum ocidental" – pano para larga prosa, que Junqueiro desapareceu no novo *livro* de Cesário Verde (2006; o qual também dedicava "Ao *Diário*

Ilustrado"). A propósito, veja-se "Dedicatória" de *A Musa em Férias* (1879) e "Aos simples" de *A Velhice do Padre Eterno* (Porto, 1885), que inspirará título de obra (*Os Simples*, Porto, 1892). Desde finais do séc. XIX, cuida-se do *in memoriam*, a par de «À memória de», conjugando respeito e saudade. Não sendo pioneiro, *Anthero de Quental: In Memoriam* (Porto, 1896) é o mais conhecido.

O teor programático e de manifesto, ao ataque e à defesa, circula pelos prefácios, mas não só. Camilo Castelo Branco exigia parte de leão, em matéria de dedicatória, desde *O Juízo Final e O Sonho do Inferno* (Porto, 1845) à cedência institucional, ao nomear o Imperador D. Pedro II no *Livro de Consolação* (Porto, 1872). Veja-se, tão-só, a de *Eusébio Macário* (Porto, 1879), interrogando «querida amiga» sobre se «um velho escritor de antigas novelas poderia escrever, segundo os processos novos, um romance com todos os 'tiques' do estilo realista». Desafio aceite, diz perdida a aposta quem sabe de antemão ter lucrado com essa coisa «oca e fútil» (Castelo Branco, 1975: 446), alvejando o Realismo ainda no berço. Simula-se uma adesão que vira sarcasmo contra os cultores da Ideia Nova, reduzidos a «uma adjectivação de casta estrangeira» ("Prefácio da segunda edição", Castelo Branco, s. d. [1992]: 39-40). Neste, de Setembro de 1879, a leitora amiga da "Dedicatória", lugar-comum na ficção romântica, é retratada como «pessoa de minha família», ciente daqueles 'tiques': «É a tua velha escola com uma adjectivação de casta estrangeira e uma profusão de ciência compreendida na "Introdução aos três reinos". Além disso tens de pôr a fisiologia onde os românticos punham a sentimentalidade: derivar a moral das bossas, e subordinar à fatalidade o que, pelos velhos processos, se imputava à educação e à responsabilidade.» (p. 40)

1. 4. A estrutura épica hodierna tem alguns bons exemplos, caso de Luiza Neto Jorge, *Dezanove Recantos* (1969), «epopeia sumária» com proposição, invocação, dedicatória; José Martins Garcia, *Feldegato Cantabile* (1973), com "Dedicataria", um poema intervalar, "Proposição", "Invocação"; e Manuel Gusmão, que, desde "A mesa (d) o mar (preparativos de viagem)", no colectivo *Mar* (1979), investia na sintaxe camoniana: proposição, invocação, dedicatória, narração. Em

Dois Sóis, a Rosa: Arquitectura do Mundo (1990) e *Teatros do Tempo* (2001), refaz esse percurso. José Antunes Ribeiro (*O Difícil Comércio das Palavras*, 1984) opta por Dedicatória, Invocação, Canto, Viagens. Jorge Guimarães (1979) ficou-se por proposição e invocação.

Avulso, "Dedicatória" é título em lugares vários: Cândido de Figueiredo, *Parietárias* [Brinde aos Senhores Assignantes do *Diario de Noticias* em 1870], 1870; abrindo *Elegias* (1912; s. d.: 201), de Pascoaes: "Dedicatória / A minha irmã Miquelina"; expressiva em Luís Quintais, "Dedicatória (um poema de Czeslaw Milosz, Varsóvia, 1943)", *Verso Antigo*, 2001: 60. Título-dedicatória recobre poemário *Dedicado a Eva* (s. l., 1983), de Júlio Conrado. Já, em página ímpar inicial, miríade de lusos comunga da fórmula. Outros nomes de Novecentos: Alfredo Brochado, Carlos Cochofel, Nemésio (para carta-dedicatória em *Paço do Milhafre* [Coimbra, 1924], ver Marques, 2002: 223 ss), Namora, Sophia[9], Almeida Faria, A. Oliveira Cruz, Irene Lucília, José Viale Moutinho, José Manuel Mendes, Fernando-António Almeida, José António Gonçalves, Maria Helena Salgado (= Maria do Rosário Pedreira)… Em catálogos da BN sobre Adolfo Casais Monteiro e Camilo Pessanha (ambos de 2008, respectivamente: p. 26, 234; p. 22, 50, 117-119; neste, dedicatória de Wenceslau de Moraes a João Vasco e Pessanha, p. 104), correm novos exemplos. Mais em Camilo Pessanha, *Correspondência, Dedicatórias e Outros Textos* (2012: 279-288), seja em volume, seja no verso de fotografia, já longas e justificativas, ou de auto-apoucamento. O olhar de Mário de Sá-Carneiro, em 29-VIII-1912, sobre Pessoa *fala* acerca dos dois, enquanto, «com um grande abraço», oferece *Princípio* "Ao seu querido amigo Fernando Pessoa – ao alto espírito, ao artista, ao pensador".

As trocadas entre José Régio e Jorge de Sena, deste com Vergílio Ferreira, Eduardo Lourenço e José-Augusto França, vêm registadas nos três volumes de *Correspondência* organizados por Mécia de Sena (Lis-

[9] Dedicatórias manuscritas de Sophia a amigos brasileiros – Manuel Bandeira, João Cabral de Mello (como escreve em duas, uma «no Primeiro de Maio [de 1961], dia do Trabalhador, com todos os seus versos na memória», Cleonice Berardinelli – são reproduzidas em *Metamorfoses*, 1. Rio de Janeiro: Cátedra Jorge de Sena / UFRJ, 2002: *passim*.

boa: INCM, 1986: 229-238; 1987: 19-24; 1991: 19-23; 2007: 21-31; sucedeu, com Jorge Fazenda Lourenço, *Correspondência 1952-1978. Jorge de Sena e António Ramos Rosa*, Lisboa: Guimarães, 2012: 286--292). Enquanto assinala edições modificadas e melhorias, a dedicatória regiana pode acusar a recepção de carta; Sena oscila entre A / Ao / / Para, ecoando em auto-referencialidade. Vergílio Ferreira, temporalmente próximo, vai incorrendo na facilidade, e tem arte de se repetir em obras de 1971, 1975, 1977: «Ao Jorge de Sena com a estima e a camaradagem, do Vergílio Ferreira» (p. 21). Sena, contagiado, pouco altera as fórmulas: com a melhor amizade e camaradagem (duas vezes), com a melhor camaradagem (duas vezes), com a melhor estima, com a melhor estima e a camaradagem (duas vezes), com a velha camaradagem amiga, com a velha estima e camaradagem (duas vezes), com a velha estima e a mais alta camaradagem. Desta passa ao regular «abraço» a França, que o devolve, com variações, subentendidos e reencontros em lugares vários assinalados. Entre Régio e Sena decorrem várias de autores da *Presença* saudando Fernando Lopes Graça, que Alves e Cascudo (2013) reuniram em separata.

Ficção recente encena o acto dedicatário: no conto "A dedicatória", Teolinda Gersão (2002: 31-41) dá-nos adquirente que fica para o fim na sessão de autógrafos e, a sós, requer «uma dedicatória, mas não exactamente igual às outras» (p. 33). Crente no sortilégio da palavra, acrescenta: «Com a data de hoje bem visível – porque faz hoje precisamente um ano que ela se foi embora.» (p. 40) Final: «[. . .] se não voltar é porque a senhora não lhe soube dizer quanto eu a quero e escreveu a dedicatória errada.» (p. 41) Com outra distância, *A Blusa Romena*, de António Mega Ferreira (2008: 13), faz o processo de «uma lenga--lenga que lembrava as dedicatórias setecentistas: "Ao Senhor Vasco de Almeida-França (o hífen inventou-o ela), insigne Escritor [. . .], que tanto dignifica a República das Letras e, com isso, em muito honra os seus confrades, entre os quais modestamente se conta a autora destes versos, etc."»

Destilando veneno são, por exemplo, as de José Vilhena (1971)[10] e as 24 "Egy magyar író dedikációi" [Dedicatórias de um escritor húngaro] do ficcionista e dramaturgo Őrkény István (1912-1979; 1981). De visita ao Museu Tá. Dê. Vê., onde não faltam canetas, cafeteiras e cartões de partidos do «grande realista», prende-se o visitante às obras expostas e respectivas dedicatórias:

> 1. À Mamã e Papá, o filho fiel. 2. A Ella. 3. A Bella. 4. A Karolina. 5. Lina. [...] 11. A Ostorovics Kornél, crítico extraordinário, autor do ensaio *A Prosa de Goebbels*. [...] 13. Ao Dr. Berény Aladár, pelo seu divórcio genial. [...] 16. A Ostorovits Kornél, autor de *Sinais de Desviacionismo nas Obras de Juventude de Kautsky*. [...] 20. A Ostorovits Kornél, corajoso autor de *Sufixos Impropriamente Usados na Prosa de Estaline*. 21. Minha coelhinha, tu és a única! Ainda perdoarás ao teu Coelhinho? 22. Ao Dr. Hajmási Péter, o grande urologista, o seu doente, reconhecido. 23. Ao Dr. Hajmási Pál, o grande cardiologista, o seu doente, reconhecido. 24. A Ostorovits Kornél. // // Ofereço esta obra póstuma do meu marido, agradecendo o necrológio em que tão bem salientou a sua intransigência, que lhe valeu perseguições amargas. // A senhora Tá. Dê. Vê., Gró Etel, em solteira. // [...].

1. 5. Aspecto menos edificante, que pudéramos tratar no *momento* ou no quadro das relações, é o das supressões, trocas e rasuras de dedicatória. Se um novo amor apaga antigo, ainda vá: «À Isabel, sempre.» era retórica do coração; mas ser ingrato para a generosidade de dezasseis camponeses, sem os quais «não teria sido escrito este livro», *Levantado do Chão* (1980, igual até à 7.ª ed., 1986), custa a admitir. Some-se a terceira parte: «À memória de Germano Vidigal e José dos Santos, assassinados.», única mantida por José Saramago. É, também, um caso singular de redução, e, simultaneamente, de anulação, diversa de um brinco de Quevedo[11].

[10] «A todos os filhos da mãe do meu país».

[11] As páginas da "Dedicatoria" de *Los Sueños* explicitam: «A ninguna persona de todas cuantas Dios crió en el mundo».

Uma das mais divertidas cabe a Cela, após rasura do nome de Víctor Ruiz Iriarte em *La Familia de Pascual Duarte*: «Dedico este libro a mis enemigos, que tanto me han ayudado en mi carrera.»[12] Retiramos do diário madrileno *ABC* outra, significativa: Heidegger dedicou *Ser e Tempo* "A Edmund Husserl, con admiración y amistad"[13]. Não era caso para menos, se lhe ofereceu a sua cátedra. Em 1941, já Heidegger membro do partido nazi, e Husserl perseguido por ser judeu, suprimiu-a na quinta edição. Outros acrescentam-na, de edição para edição, à medida que nascem, por exemplo, filhos.

1. 6. Aqui chegados, vimos o protector secular em figura de dedicatário, requerendo discurso à altura, eloquente, figurado; se possível, motivador do que lhe é oferecido, seja por qualidades declaradas, seja por heroicidade, ainda que de empréstimo. Não se imagina quão presente está, assim, o conde de Oeiras e marquês de Pombal. Daí, a lista dos títulos de glória, que envolvem o nome de um ilustre: Manuel de Galhegos tem que os reduzir em *Templo da Memoria: poema epithalamico nas felicíssimas bodas do Excelentíssimo Sr. Duque de Bragança e de Barcellos, Marquez de Villa-Viçosa, Conde de Ourém, etc...* (1635), e o mesmo João Soares de Brito, em *Apologia em que se defende a poesia do príncipe dos poetas de Hespanha Luís de Camões, no canto IV, da estancia 67 a 75, e canto I, estancia 21; e responde ás censuras de um critico destes tempos. A João Rodrigues de Sá Menezes, cavalheiro da Ordem de Santiago, Camareiro-mor d'el-rei D. João IV, etc., etc...* (1641). A prática é corrente.

Quando se lhe atribuem méritos no próprio texto, porque o inspirou ou facilitou, essa espécie de co-autoria envaidece um e segura o outro, inclusive, nas relações entre literatos, cujas invejas fuzilam. Em era inquisitorial, a dedicatória representa segurança, tença, emprego; contra eventual castigo público, significa reconhecimento e molde de inte-

[12] Alargue-se Cela com Luís de Miranda Rocha, "As dedicatórias de 'La Familia de Pascual Duarte"', *Diário de Lisboa* – Ler / Escrever, 17-XII-1987: 2.

[13] "Dedicado a...", *ABC* – ABCD (Madrid), 10-XI-2007. Some-se "Autorretrato con libros", em *La Nación* (Buenos Aires), 10-V-2008, a propósito das relações intelectuais de Victoria Ocampo: Saint-John Perse deixou autógrafo de quatro páginas no seu livro de estreia.

gração. Se necessário, acaricia-se inquisidor, qual obrou livreiro com *Os Lusíadas do grande Luís de Camoens, Príncipe da poesia heróica. Commentadas pelo licenciado Manuel Corrêa. Dedicadas ao doutor D. Rodrigo d'Acunha, inquisidor apostólico do Sancto Officio de Lisboa. Por Domingos Fernandes, seu livreiro* (1613).

Convém olhar a destinações especiais: entidades civis, como em Frei Luís de Sousa, *Vida de Dom Frei Bertolameu dos Martyres...* (Viana [do Castelo], 1619), "À Câmara e Governo da Notável Vila de Viana"; feminina, para lá de Nossa Senhora: *v. g.*, "Á Illvstrissima / Senhora Dona Lvisa / Covtinha, Condessa do Sabvgal, &c.", em Duarte Pacheco, *Epitome da Vida Apostolica, e Milagres de S. Thomas de Villa Nova, [...]*" (1629); familiar: seja filial, como em *Os Novíssimos do Homem*, ou conjugal, como em *El-Rei Junot* (1912), de Raul Brandão, "A Maria Angelina", já reverenciando avô em *Os Pescadores* (Paris, 1923): "À memória de meu avô, morto no mar"; e discipular, "Ao Mestre Columbano", em *Húmus* (Porto, 1917).

Impresso ou manuscrito, é um jogo de reciprocidades, que o editor substitui, no século XVIII, ao afixar na portada as suas insígnias e permitindo-se dedicatórias, timidamente assumidas nos séculos anteriores. Neste trânsito da aristocracia para o livre comércio, não isento de enganos e roubos em tiragens e contrafacções, entreabre-se a questão dos direitos de autor, que revê a propriedade literária, em vigor desde Quinhentos.

A dedicatória pode, agora, reduzir-se ao mínimo – algumas trazem água no bico, tal a secura de "A Eça de Queiroz // Machado de Assis // 16-4-92", em exemplar de *Quincas Borba* –, a uma interrogação subversora[14], «ao verme que primeiro roeu as carnes do meu cadáver dedico como saudosa lembrança estas Memórias Póstumas (dirá Brás Cubas), a misteriosas iniciais e personagens, ou nome não identificado, mesmo aleatório, e, até, desaparecer. Este «degré zero» não significará, parafraseando G. Genette (p. 126), que ninguém merece *esta* obra ou que a obra não merece *ninguém*? Isso não impede que obras-primas da literatura mundial primem por essa ausência...

[14] «A qui dédier cela?...» / J. B. d'Aurevilly, em *Les Diaboliques*, 1874.

2. Não é o caso do manuscrito, mesmo se alguns adquirem a importância do impresso, ou lhe são superiores, se caligraficamente retrabalhados por autor ou artista emérito. Em manuscrito, é-se escritor; autor, no impresso – que, muitas vezes, só existe como pessoa na interposta dedicatória. Mas em manuscrito também se cria uma identidade e se confere autoridade ao texto – seja embora entre nome próprio e fingido, ou entre dois fingidos acrescidos de nome próprio, Tomé Pinheiro da Veiga. Assim é na "Dedicatória" sobre a amizade de *Fastigínia* (1605; 2011), reiterando uma autoficção: Fr. Pantaleão, que houve achamento das histórias, dirige-se a Jorge Calepino.

A história manuscrita talvez comece em 1418, quando se inicia a redacção de *Dos Benefícios*, pelo infante D. Pedro (1994), que Frei João Verba refundiu até 1433 como *Livro da Vertuosa Benfeytoria*, contendo no fol. 1r: "Muy alto príncipe, de grande poderio, e muyto honrado e prezado senhor iffante Eduarte, primogénito herdeyro dos reynos de Portugal e do Algarve" –, e prosseguindo até 2r, antes da *tavoa*. Por 1437-1438, D. Duarte compõe o *Leal Conselheiro* e extensa carta à rainha D. Leonor, sua mulher

Na fronteira do manuscrito potenciando impresso está "Incendio" (1914), soneto autógrafo de Augusto Santa-Rita, reproduzido no *Catálogo de Um Seleccionado Leilão de Manuscritos, Autógrafos e Fotografias* (p. 113), realizado em Lisboa (13-XII-2008). Interessa a particular auto-dedicatória, «A mim mesmo», que alegraria G. Genette: «[. . .] je ne vois manquer, dans cet ensemble un peu déviant, et sans doute ludique, que l'autodédicace, ou dédicace à l'auteur par l'auteur lui-même» (p. 25).

Posto o que, desde finais de Setecentos, lá fora[15], e, em Portugal, desde, ao menos, os anos 40 de Oitocentos, de A. F. de Castilho e A. P. Lopes de Mendonça a Camilo, é fácil encontrar a fórmula repetida contaminando frontispícios, qual um de António Augusto Teixeira de

[15] Justifica-se esta nota pela nacionalidade do dedicatário: "All'egregio e valoroso dipintore / Il Sig.^{r} Francisco Vieira / in pegno / di amicizia e di stima / l'autore / Firenze 10. Ottobre / 1794". Giampaolo Maggi (1747-1823), *Sannazaro* / poemeto, Parma, 1794, dedicatória a Francisco Vieira, o Portuense.

Vasconcelos, em exemplar de *A Ermida de Castromino* (1870): «Ao seu excellente amigo / Conego Lima / em testemunho de affectuosa saud.^{e} / / offerece / A. A. Teixeira de Vasconcellos». Troca-se o poder ou sangue azul pela nobreza de coração e de carácter. O copista quase desaparece; e, mau grado discurso pobre, comove a letra de intelectuais que *quase vimos viver*…

Os cuidados a haver não são poucos, a tal ponto uma dedicatória nos compromete. É rara a dedicatória que exprima o máximo de consideração ao negar-se a dizê-la, *por escrito*; veja-se Antero, em exemplar dos seus *Sonetos* (1861) oferecido ao dilecto Alberto Sampaio: «Para o meu amigo Alberto, não são necessarios cavacos na primeira pagina d'este livro.» (Faria; Martins, 2012: 60) No calor da Questão Coimbrã, escreve Castilho a Camilo, em 20-I-1866: «Ramalho Ortigão remetteu-me um exemplar do seu opusculo precedido d'um oferecimento muito cortez. Ainda o não pude lêr. Mas se é como me informão em termos urbanos, hei-de tomar conhecimento d'elle, e responder ao autor. Seria confundil-o com os Theophilos e Antheros, […].» (Costa, 1924: 47). Dois dias depois, nova carta e transcrição de dedicatória: «Ao seu inegualável mestre o Ex.^{mo} Sr. Antonio Feliciano de Castilho em testemunho de lealdade litteraria offerece respeitosamente o auctor.» (p. 48) Em ar de balanço, Castilho concluirá, nesse 22-I-1866, que «as palavrinhas melifluas do offerecimento» escondiam «o rancor de um malcreado»! E a estocada: «Era o Ramalho a desfarçar o Ortigão.» (p. 49)

2. 1. Se a assinatura é fundamental, a par do nome de quem recebe (sem o qual há mero autógrafo, e, às vezes, *incompleto*[16]; agora, Deus,

[16] Quando só temos, sem assinatura, «Off. / O autor», típico em Machado de Assis. As dedicatórias deste são quase álgidas, sucintas e, mesmo, com as tão-só iniciais do nome. Há exemplos em José Mindlin. 2008. *Uma Vida Entre Livros: Reencontros com o Tempo*. 4.ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 35-36. Uma neta deste, Lucia Mindlin Loeb, fotografou as mais impressivas em *Para a Tão Falada Biblioteca José e Guita Mindlin: Dedicatórias*, São Paulo, 2014 (ver *O Globo* – 2.º Caderno, 7-IX-2014). Para outros brasileiros, p. 38-39 (longo manifesto manuscrito de Mário de Andrade para Antonio Candido), 40, 100-101 (de Drummond de Andrade), 110, 132. Na p. 26, exemplar da 1.ª ed. de *O Mulato* (1881), com duas linhas de Aluizio' Azevedo [Aluízio de Azevedo] para Rafael Bordalo Pinheiro.

a Virgem Maria e os mortos não são convidados), lugar e data dir-se-iam convenientes; em última instância, só o lugar é prescindível. Outra condição é a legibilidade. Aproveita-se a folha de rosto para sintaxar, eventualmente, com o título, e mesmo, para as mais longas, a folha de guarda. É o caso das dez linhas, nítidas e separadas, que preenchem o recto da folha de protecção de *Maria Benigna* (1933), que o autor dedica ao já não Presidente, mas assim tratado em família, até, pelo menos, aos netos: «Ao Ex.^{mo} Senhor Presi- / dente, Dr. Bernar- / dino Machado, / / meu prezado sogro, / homenagem do / seu mais devotado / admirador, enter- / necidamente. / Aquilino Ribeiro / Lisboa Nov. 1933.» (Rêgo, 1981) Não há regra na escolha da lauda (de 'laudare', que serve para louvar dedicatário, impresso ou manuscrito).

Além dos exemplares contratualmente oferecidos ao autor e tradutor, há um certo número a remeter à crítica e autores ou amigos da editora. Maratona desagradável, segundo a fórmula 'A / Ao / Para X com a admiração de Y' – em que só a 'admiração' varia, eventualmente justificada em prosa breve –, treina-se este numa assinatura, que alguns saberão falsificar, depois de outros autógrafos forjados.

O negócio da dedicatória (às vezes, do simples autógrafo) é rendoso, multiplicando o preço.

2. 2. Daí, as sessões de lançamento e de autógrafos, com preço muitas vezes de favor. Ao lado de compras vultosas por organismos, para que também urge assinar dezenas de exemplares, ou de pedidos especiais e aquisições em circuito fechado (com a diferença de que empresas patrocinadoras não são um clube do livro, embora a qualidade gráfica do objecto melhore, sugerindo dedicatórias mais compassadas), temos as regulares sessões de lançamento e de autógrafos, abertas a todos, num ou vários locais, dentro e fora do país. A escolha do dia foge a constrangimentos sociais, caindo, sobretudo, numa terça ou quinta-feira. A sociedade do 'croquete' faz sala; a imaginação autoral ensaia a boa gramática. Em casos restritos, há repasto só para jornalistas.

No ciclo do livro, chega, um dia, a vez do alfarrabista, mesmo se algumas livrarias podem assegurar exemplares dedicados. As indicações de catálogo procuram valorizar exemplar dito «Com uma dedicatória

autografada do autor», ou dita «expressiva», justificando, assim, os preços. Desde notícia em papel à *Internet*, a sedução desliza.

2. 3. Mas não é nesse frenesi que encontramos as melhores espécies. Reunir dezenas de formulários debitados em horas de tortura pessoal não é instrutivo: investe-se no formulário; evola-se muita hipocrisia, além de falsa admiração; resulta melhor quando no silêncio da dedicatória única. Nascem, deste modo, verdadeiros inéditos – seja poema, carta, etc. –, geralmente, à entrada do impresso, que também pode ser alterado na perspectiva de variantes. Há uma, curiosa, «dactiloscrita em folha adicionada ao interior da capa da publicação» de A. Cortez Pinto oferecida a Mário Saa, segundo Pereira (2010: 76), que rastreia centenas de dedicatórias a este dirigidas. A Livraria Antiquária do Calhariz anunciou, no *4.º Boletim Bibliográfico* (2008: 45), a 2.ª ed. de *Do Tempo ao Coração* (1966), de David Mourão-Ferreira, «valorizada pela extensa dedicatória pelo autor, ao jeito de carta, a um casal de amigos pessoais. Esta edição é constituída por uma versão inteiramente nova do trecho incluído na página 29, sob o título de "Coração".» Cada exemplar diverso completa a obra, mais evidente em exercícios antigos de Herberto Helder, corrigindo-se à mão, em exemplares impressos, na inspiração do momento: o *momento* da dedicatória é o de outra escrita. E interrogar-me sobre que dedicatórias manuscrevem dedicatários impressos: por exemplo, Aquilino Ribeiro Machado, em *Arca de Noé, III Classe* (1935), ou a filha Mariana Ribeiro Machado no *Livro da Marianinha* (escrito em 1962, editado em 1967), que o avô Aquilino lhe dedicou.

Não nos restrinjamos, contudo, aos suportes consabidos. Mostrei a vantagem de estudar almanaques, álbuns, leques, carteiras, objectos de cerâmica (Rodrigues, 1999: 37-64), onde também cristalizam dedicatórias. Reproduzidos em *As Mãos da Escrita* (Duarte, Oliveira, 2007: 344 ss), juntemos convites e menus, agendas, etc. A páginas 357-358, deparamos com diário dedicado, em 11. 4. 73, «À menina Margarida Victória, "luz dos meus olhos" (como se dizia em tempos): [. . .]», por V. Nemésio. Em exemplar de *Ode ao Rio / ABC do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, 1965), com dedicatória manuscrita a Maria da Costa Parreira, já

Nemésio inscrevera um «à memória de» cinco amigos, duplicando com oferecimento aos familiares.

Por outro lado, há deliciosos enigmas, como esta sequência em exemplar de Alfredo Cunha, *Versos* (1900):

> À Senhora gentil que estima tanto / os livrinhos de versos que lhe oferto, / que os larga, sem cuidado, em qualquer canto / e os deixa e perde em qualquer sítio incerto; / à Senhora, que as minhas obras de arte / trata com tão cruel desatenção, / que as abandona e esquece em qualquer parte, / qual saco ou mala de trazer na mão; / este exemplar, em duplicado, of'reço, / pedindo a Deus que o queira ter agora / melhor guardado e em maior apreço, / e o não atire p'la janela fora! // O autor.

Mais doloroso é quando as relações azedam, e se rasga ou risca dedicatória. Se o livro é vendido com aquela (desde que não seja para instituições), degradando-se na rua, deve o dedicatário adquiri-lo e reenviá-lo ao ingrato, com segunda dedicatória...

Destinatários maiores eram, num tempo revoluto, certos editores, amigos dos seus autores. Foi o caso de Agostinho Fernandes, da Portugália Editora, como provam 28 dedicatórias reproduzidas no livro com que os netos o homenagearam (Santos, ^{2}2008). Luís Amaro, cujo *Diário Íntimo* (s. l., ^{3}2011) é alfobre de sinais amigos, tornou-se também, entre nós, dos principais dedicatários, com largas saudações do estrangeiro. Entre algumas de página cheia, realço as de Régio, e, destas, um desenho a cores de menina (Vila do Conde, Março de 1968) acompanhando texto contíguo ao título de *Histórias de Mulheres*. O poeta brasileiro Ribeiro Couto dedicou-lhe *Dia Longo (Poesias Escolhidas)*: «A Luís Amaro, pai, parteiro e padrinho desta criança manhosa – artista de rara sensibilidade, amigo seguro, colaborador perfeito, com a gratidão do Ribeiro Couto / Lisboa, 24-X-1944.» Vergílio Ferreira dedicou-lhe exemplar da 3.ª edição de *Mudança*: «Ao Luís Amaro / que não sendo 'pai' dos meus livros, é todavia quase 'tio' ou 'padrinho' pela assistência que lhes tem dado, / com o abraço amigo / do Vergílio Ferreira / Lx^{a}, 5 Maio 969». Eugénio Lisboa fê-lo, de forma impressa, «colaborador» de *José Régio. A Obra e o Homem* (1976) e, em dedicatória manuscrita

na edição de 1987, «primus inter pares regianos». Em *Uma Época no Inferno* (1960), o tradutor Mário Cesariny de Vasconcelos considerou-o «introdutor portucalense / de Rimbaud», porque editado na Portugália, onde Amaro trabalhou entre Setembro de 1942 e Março de 1970. Com Luís Amaro fecha-se o círculo antigo do 'protector', não financeira ou politicamente forte, mas companheiro atento e generoso. Este ensaio é-lhe dedicado[17].

[17] Acompanha Borges ([2]1983: 10): «Como todos los actos del universo, la dedicatoria de un libro es un acto mágico. También cabría definirla como el modo más grato y más sensible de pronunciar un nombre.»

Bibliografia

Almada Negreiros, José de. 2001. *Poemas*. Ed. de Fernando Cabral Martins *et alii*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Alves, Ricardo António; Cascudo, Teresa. Introdução, transcrição e notas de –. 2013. *Fernando Lopes Graça e a Presença*. Cascais – Lisboa: Câmara Municipal de Cascais – INCM.

Bingre, Francisco Joaquim. 2003. *Obras de Francisco Joaquim Bingre*. Volume V. Ed. de Vanda Anastácio. Porto: Lello Editores.

Borges, Jorge Luis. [2]1983. *La Cifra*. Milano: Arnoldo Mondadori Editore.

Cadornega, António de Oliveira. 1092. *Descrição de Vila Viçosa*. Ed. de Heitor Gomes Teixeira. Lisboa: INCM.

Castelo Branco, Camilo. [5]1975. *Boémia do Espírito*. Porto: Lello & Irmão – Editores.

S. d. [1992] *Eusébio Macário*. Ed. de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Ulisseia.

Castilho, Júlio de. [2]1928. *Memorias de Castilho*. T. II. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Costa, João, pref. e notas. 1924. *Camilo e Castilho. Correspondência Trocada entre os Dois Escritores*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Couto, Diogo do. 2001. *O Primeiro Soldado Prático*. Ed. de António Coimbra Martins. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Couturier, Maurice. 1995. "La dédicace". *In*: *La Figure de l'Auteur*. Paris: Seuil. 43-48.

Duarte, Luiz Fagundes; Oliveira, António Braz de, orgs. 2007. *As Mãos da Escrita*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

Faria, Emília Nóvoa; Martins, António. 2012. *A Paixão das Origens. Fotobiografia de Alberto Sampaio*. Guimarães: Guimarães 2102 Capital Europeia da Cultura.

Faria, Maria Isabel; Pericão, Maria da Graça. 1999. *Novo Dicionário do Livro. Da Escrita ao Multimédia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Ferreira, António Mega. 2008. *A Blusa Romena*. Lisboa: Sextante Editora.

Figueiredo, Tomaz de. 2005. *A Toca do Lobo*. Lisboa: INCM.

Franco, Marcia Arruda. 2005. "Duas versões da dedicatória de *Os Estrangeiros*, de Sá de Miranda". *In*: *Convergência Lusíada*, 21, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura. 223-235.

Garcia, José Martins. 1973. *Feldegato Cantabile*. Porto: Paisagem.

Gersão, Teolinda. 2002. *Histórias de Ver e Andar*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Gonçalves, Rui. 1992. *Dos Privilegios*... Edição fac-similada, apres. de Elisa Maria Lopes da Costa. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Genette, G. 1987. *Seuils*. Paris: Seuil.

Guimarães. Jorge. 1979. *Mulher Mar*. Lisboa: Liber.

Maffre, Claude. 2008. "A cortesia cortesã no século XVIII: o exemplo das dedicatórias". *In*: *Éparses*. Montpellier: S. e. 345-371.

Marques, Teresa Martins. 2002. *Leituras Poliédricas*. Lisboa: Universitária Editora.

Meira, Maria José. 1999. "Paratexto". *In*: *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, 3. Lisboa / São Paulo: Editorial Verbo. 1406-1410.

Melo, D. Francisco Manuel de. 1965. *Carta de Guia de Casados*. Ed. de João Gaspar Simões. Lisboa: Editorial Presença.

1981. *Cartas Familiares*. Pref. e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento. Lisboa: INCM.

Miranda. 1989. = *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*. Reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1885 da Biblioteca Nacional. Lisboa: INCM.

Őrkény István. 1981. *Egyperces Novellák* [*Contos de Um Minuto*]. Budapest: Magvető Könyvkiadó. 126-130.

Pascoaes, Teixeira de. S. d. *Obras Completas*. IV volume. Venda Nova: Livraria Bertrand.

Pedro, Dom; Verba, Frei João. 1994. *Livro da Vertuosa Benfeytoria*. Ed. crítica de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Por Ordem da Universidade.

Pereira, Elisabete J. Santos. 2010. "As dedicatórias da Biblioteca de Mário Saa: Redes intelectuais e científico-filosóficas da cultura portuguesa do século XX". *In*: *Vialibvs – Revista de Cultura*, 2. Lisboa: Edições Colibri. 65-157.

Pessanha, Camilo. 2012. *Correspondência, Dedicatórias e Outros Textos*. Org. de Daniel Pires. Lisboa / Campinas: Biblioteca Nacional de Portugal / / Editora da Unicamp.

Pires, Lucília Gonçalves. 1980. "Prólogo e antiprólogo na época barroca". *In*: Lepecki, M. L.; Pires, L. G.; Mendes, M. V. *Para Uma História das Ideias*

Literárias em Portugal. Lisboa: INIC. 31-59.

Rêgo, Raul. 1981. "Uma dedicatória de Aquilino Ribeiro". *In*: *Diário Popular* – Letras e Artes, 7 de Maio. 1.

Resende, Duarte de. 1982. *Tratados da Amizade, Paradoxos e Sonho de Cipião*. Ed. de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: INCM.

Ribeiro, José Antunes Ribeiro. 1984. *O Difícil Comércio das Palavras*. Lisboa: Ulmeiro.

Rodrigues, Ernesto. 1999. *Cultura Literária Oitocentista*. Porto: Lello Editores.

2004. "Impressões de eternidade". *Românica*, 13. Lisboa: Faculdade de Letras / Departamento de Literaturas Românicas. 9-22.

Santos, José da Cruz, coord. [2]2008. *Agostinho Fernandes. [...]*. Lisboa: Portugália Editora. 283-311.

Sena, Jorge de; Rosa, António Ramos. 2012. *Correspondência 1952--1978*. Ed. de Mécia de Sena e Jorge Fazenda Lourenço. Lisboa: Guimarães.

Souriau, Étienne. 1999 [1990]. *Vocabulaire d'Estéthique*. Paris: Quadrige / Presses Universitaires de France.

Verde, Cesário. 2006. *Cânticos do Realismo e Outros Poemas: 32 Cartas* Ed. Teresa Sobral Cunha. Lisboa: Relógio d'Água.

Vicente, Gil, *As Obras de* —. 2002. Dir. científica de José Camões. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / INCM.

Vilhena, José. 1971. *O Filho da Mãe Volta a Atacar*. Lisboa.

Viola, Ana Isabel Serra Gonçalves. 2014. *A Dedicatória na Ficção Portuguesa Contemporânea: Homenagem ou Revelação?*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.

Louvor e Ilustração da Língua Portuguesa

A António José Moreira Pereira da Rosa

[...] porque a língua e a unidade dela
é mui certo apelido do reino,
do senhor e da irmandade dos vassalos.

Fernão de Oliveira [1536], 1975: 88.

Partindo das «qualidades que deve ter qualquer língua para ser perfeita» (Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, 1624), encontramos gramáticos e poetas do século XVI que, em fase eufórica, saudaram a Língua; colocamos a tónica, porém, no quadro disfórico sob os Filipes, em que o idioma funciona como peça de resistência.

Recorrendo a nomes de Seiscentos, quase todos desconhecidos, com particular incidência em paratextos de obras maioritariamente de História, doutrinação e sermonário, andaremos à volta das cinco qualidades que Severim de Faria desenvolve, a saber: cópia de palavras – também para não enfadar o ouvinte; boa pronunciação; brevidade e gravidade; ortografia perfeita, pronunciarmos como escrevemos (e vice-versa; em cuja pronúncia só repugna o malfadado *ão*); finalmente, a aptidão da língua para todos os estilos, como se vê pelas diferentes matérias em que entra o Português, seja o estilo humilde, grave ou mediano.

1. A força da nossa língua advém de uma universalidade que não é igual a um todo como soma dos lugares onde ela se fala (necessariamente constrangedor, em laivos normativos), mas de um todo condicionado pelas potencialidades locais, onde a língua, de choque em choque, se enriquece.

Os «caminhos do Português»[1] revolvem gentes e não só territórios; são, por vezes, insondáveis, do vocabulário vicentino ininteligível em *Exortação da Guerra* (1514) aos modos de composição em João Guimarães Rosa ou Mia Couto, reconhecida, ainda, a necessidade de guias aquilinianos ou das Terras de Riba-Coa. Nas comunidades no estrangeiro, será o Frantuguês (Francês e Português) o mais activo[2]. Mas o intercâmbio com o Oriente, se diluído, não deixou de promover outras veredas, caso do tâmul (ou tâmil) falado em Cochim, pois do indiano malabar já trata Duarte Nunes de Leão, e João de Barros alarga-se na importância de orientalismos[3].

Se o argumento principal – ilusório, em tantos casos – ainda releva da quantidade, ou projecção materna e veicular da língua, a base de argumentação nos séculos XVI-XVII, tomando embora este dado como reforço, incidia sobre factores de qualidade, interiores à língua, *dirigidos*. O idioma, como superestrutura, torna-se plurifuncional. Sabemos, porém, como existe sempre um desfasamento desta com as realidades mais comezinhas e prementes, aguardando, por largo tempo, a caminhada a par. João Franco Barreto, sob a Monarquia Dual, pressentia tese marxista: mudança de império, mudança de língua[4].

[1] Título de exposição, Lisboa: Biblioteca Nacional, 26 de Setembro – 16 de Novembro de 2001, e catálogo coordenado por Maria Helena Mira Mateus; neste, ver Luísa Segura / João Saramago, "Variedades dialectais portuguesas".

[2] Mário de Barros Ferreira. 1988. "Vacanças, retrete e companhia ilimitada. O Frantuguês tal qual o falamos". *In*: *Peregrinação* (Lisboa), 19, Janeiro-Março. 16-29. O Portunhol / Portuñol é de norma em cimeiras ibéricas e ibero-americanas (Iza de Salles Freaza, "Em portunhol nos entendemos", *Expresso*, 16-XI-1996). Em 6 e 13--VII-1973, coluna d'*A Capital*, "Humores Sociais", inquiria: "Porque não aprendem os portugueses a falar brasileiro?", e, por amizade com brasileiro que se lhe queixava em Francês, fornecia divertido «quadro das línguas de raiz portucalense faladas neste país». Estava longe de adivinhar que a telenovela pós-1976 e o humorismo iriam aproximar essa realidade. Glosei a estrangeirice nacional na crónica "Um bordel", *Revista Loa de Trás-os-Montes e Douro* (Bragança), 5, Agosto de 2001: 46.

[3] *Cf.* José Manuel Correia. 1989. "Influência do português no tâmul de Cochim". *In*: *Diário de Notícias*, 7-V.

[4] O *lado* espanhol está inicialmente bibliografado em Karl Kohut. 1973. *Las Teorias Literarias en España y Portugal durante los Siglos XV y XVI*. Madrid: CSIC. 13-14.

Passava-se, assim, da euforia linguística quinhentista, centrada nos quatro primeiros gramáticos (1536-1606) – Fernão de Oliveira, João de Barros, Pêro de Magalhães de Gândavo, Duarte Nunes de Leão, que Maria Leonor Carvalhão Buescu estudou, e resumimos – a uma quebra nacional, que também era de um sujeito já pós-tridentinamente abalado. A língua do leite torna-se, no novo quadro político (nem sempre na literatura de cada um), objecto de reflexão e, além de peça de resistência, complexo de identidade nacional. Os oitocentistas reactivam a ideia de que, face à ruína iminente da nacionalidade, «La langue est le dernier symbole de l'existence d'un peuple»[5].

Se, também nesta frente, o século XVI continua a atrair cultores, já o século XVII passa pelos estudiosos como gato por brasas. Os linguistas, outrossim, não investigam fundamentos ideológicos e reservas mentais. Ora, em tempo de Filipes – e século arauto do jornalismo, que bebe na língua a sua razão –, a relação de cada um não pode evitar o fundo da questão linguística. Não é só identidade, que pode não ser suficiente; é situar-se na pluralidade, que Paul Ricœur resumia, à luz de simpósio compostelano de 1998, 'Identidad y cultura. El papel de la lengua':

> La identidad siempre está ligada a lo exterior, a lo extraño. La lengua funciona como un mecanismo interno entre sus hablantes, pero también como una manifestación hacia el exterior de una comunidad. El hecho fundamental no es la identidad, sino la pluralidad humana. Y el problema para cualquier grupo cultural es cómo situarse ante los otros, preguntarse: "cuál es mi lugar entre la pluralidad humana?"[6]

Da análise de Barros por Buescu (1984a: LVII), e, em particular, do "Diálogo em lovvor da nóssa lingvágem" (1540)[7] –, ressaltam «seis

[5] Benloew, citado em Álvaro Rodrigues de Azevedo. 1869. *Curso Elementar de Recitação, Philologia e Redacção*. Funchal. [p.] II. Ver António C. da Silva. 1996. "Apontamentos sobre gramáticas madeirenses (2)". *In*: *Islenha* (Funchal), 19, Julho-Dezembro. 159-170.

[6] *El País* (Madrid), 5-XII-1998.

[7] Em *Textos Pedagógicos e Gramaticais*. Introd. e notas de Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Verbo, s. d.: 390-409. O mesmo no capítulo "«Mais nobre é o vulgar»", sobre Gândavo (1574), em 1984a: 127-135 = 1984b: 69-76.

motivos de louvor» calhando bem à língua pátria: «riqueza vocabular; conformidade com a língua latina e filiação nela; sonoridade e majestade; sonoridade agradável; carácter abstracto; possibilidade de enriquecimento do vocabulário por meio de adopções e adaptações (sobretudo de latinismos).»

Posta a leitura circunstanciada de Fernão de Oliveira (1536), de Barros, dos interlocutores português e castelhano (diálogo áspero[8], ao contrário da relação pai-filho, no anterior) em Gândavo e de Duarte Nunes de Leão (1576, 1606), e conhecido balanço de Santos (1975), convém descer aos clássicos mais próximos e estabelecer comparações: Dante, *Vita Nuova* (1292-1293) – cujo §25 aclara que «Il volgare è promosso a lingua della poesia» (p. XXXVIII) – e *De Vulgari Eloquentia* (1304--1305); Nebrija, *Arte de Gramática Castellana*, 1492; Bembo, *Prose della Volgar Lingua* (1525); Juan de Valdés, *Diálogo de la Lengua* (1535?); Du Bellay, *La Deffence*... (1549). Sem esquecer quatrocentismos: o Condestável D. Pedro justificando uso do castelhano em sátira de entre 1449-1453[9]; o elogio de Valentim Fernandes – sensível aos modernos vocábulos «gentijs e doçes» – a Frei André, que superintendeu a revisão alcobacense da *Vita Christi* destinada ao prelo (1495)[10].

No momento seguinte, organiza-se conjunto de referências metalinguísticas – não só sobre linguagem ou estatísticas[11] –, em que se per-

[8] ... Que talvez tenha começado em finais de Quatrocentos: «Temos notícia de um Henrique de Almeida, veador do Duque D. Diogo, com quem esteve em Castela, [...] donde regressaram em 1483. Vinha ele fortemente entusiasmado por tudo quanto fosse castelhano, inclusive *pela própria língua*, o que irritou alguns portugueses, entre os quais Nuno Pereira, que categoricamente lhe impunha: [...] */ português sempre falar, / e nam tomar / castelhano sem sabor*.» [*Cancioneiro Geral*, I, n.º 92, v. 28-30] Aida Fernanda Dias. 1978. *O Cancioneiro Geral e a Poesia Peninsular Quatrocentista. Contactos e Sobrevivência*. Coimbra: Livraria Almedina. 155.

[9] Maria de Lourdes Crispim. 2002. "Le Connétable D. Pedro: écrire en castillan... Et pourquoi pas?". *In*: *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, XLIV. Lisboa – Paris: CCCG. 41-57.

[10] Artur Anselmo. 1997. *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores. 62.

[11] É o que vemos, respectivamente, em Telmo Verdelho. 1996. "O «detrimento na carência da língua». Breve bosquejo metalinguístico na *Historia de Japam* do P. Luís

ceba o empenhamento reflexivo dos criadores no tocante ao idioma. O enquadramento faz-se a partir de Cuesta (1988), Serrão (1994), Bouza Álvarez (2000), títulos igualmente úteis para o apartado III, onde são citados. Para as questões da língua, L. C. Buescu, algum Ares Montes (1956), Picchio (1959), Teyssier (1990), Ana Isabel Buescu[12]. De preferência, disponibilizando recensões, como Teyssier[13].

Em atmosfera bilingue, Gil Vicente e Camões são os casos mais flagrantes, indo além, mesmo, dos dois idiomas, no uso próprio e na referência. Aptidão para a carnavalização do português está naquele; neste, e fora os lugares-comuns conhecidos d'*Os Lusíadas*, importa mostrar a caracterização frente ao Outro, oriental com sua «linguagem tão bárbara e enleada» (I, 62: 4) ou «língua escura» (I, 64: 2). Ao contrário, os porta-vozes desejados serão de «palavras sinceras, não dobradas», e «prática elegante» (II, 76: 2, 78: 1).

Seguem-se Sá de Miranda e António Ferreira, que o editor da poesia daquele, em 1784, irmanou no prólogo, enquanto valorosos defensores da competência do idioma.

Jorge Ferreira de Vasconcelos, na póstuma *Comedia Avlegrafia* (1619: fol. 67r-v), retoma diálogo entre português, Artur do Rego, e castelhano, Agrimonte. Aquele resume pecha antiga: «Somos taõ inclinados à lingoa Castelhana, que nos descontenta a nossa, sendo dina de mayor estima, & não ha antre nòs quem perdoa a hũa Trova Portuguesa, que muytas vezes he de vantagem das castelhanas, que se tem aforado com nosco, & tomado posse do nosso ouvido que nenhũas lhe soão melhor: em tanto, que fica em tacha anichilarmos sempre o nosso, por estimarmos o alheio.»[14]

Fróis". *In*: *Máthesis* (Viseu), 5. 277-291; Paulo Feytor Pinto. 2001. *Como Pensamos a Nossa Língua e as Línguas dos Outros*. Lisboa: Estampa. O séc. XVII continua ausente.

[12] "«Y la Hespanha es fácil para todos». O bilingüismo, fenómeno estrutural (séculos XVI-XVIII)". *In*: *Memórias e Poder. Ensaios de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000: 49-66.

[13] Este, em *Colóquio/Letras*, n.º 134, Out.-Dez. de 1994: 161-163.

[14] Desenvolvimento, com outras contiguidades que interessam ao nosso escopo, em Isabel Almeida. 2002. "Inventer en castillan, illustrer en portugais: les exemples de Pero de Magalhães de Gândavo et de Jorge Ferreira de Vasconcelos". *In*: *Arquivos do*

É do elogioso prólogo, entretanto – sobre a «gravidade, graça Lacónica, e autorizada pronunciação [que] nada deve á Latina» – que bebe o *Diccionario da Lingoa Portugueza* (1793), cujas "Memorias e Louvores da Lingoa Portugueza, que se achão em diversos autores" (p. XXI-XLI) constituem a primeira antologia sobre a matéria.

Abrindo, sem razão, pelo Marquês de Santillana, e logo Barros (esquece Oliveira), acrescenta Jorge Ferreira e «O autor incerto do *Dialogo das Lingoas*» (a nossa língua distingue-se do castelhano na pronúncia e ortografia), Duarte de Resende (é a que melhor trata «graves e excellentes materias»), Francisco de Morais (é a mais copiosa), André de Resende, Ferreira, Camões, Gândavo, Miguel Leite Ferreira (todos nela podem cantar, tal a cópia e gravidade de estilo).

Segundo Barros, ecuménica, mas apostolizando pelas «Reaes Quinas de Christo», e cuspida ao latim, «Esta prerrogativa tem sobre todalas lingoagens presentes: magestade pera cousas graves, e hũa eficácia baroil, que representa grandes feitos». De música «grave e sentida», «pureza e sequidão pera cousas baixas» (ou «tão honesta e casta, que parece não consentir em si huma tal obra como a *Celestina*», logo se desculpando, mal, Gil Vicente), a nossa linguagem «não perde a força pera declarar, mover, deleitar, e exhortar a parte, a que se inclina». De Barros e nomes acima citados se serve o Petrónio de Gândavo para contrapor a Falêncio ser a nossa mais suave, enquanto a castelhana «se póde chamar barbara» – combate-se, assim, crítica do francês Nicolau de Grouchy[15] –, porque, tomando da arábica «a maior parte dos vocábulos, fallais de papo, com aspiração; e assi fica uma lingoagem imperfecta, e mais corrupta do que dizeis que a nossa he». Ora, quer Gândavo, quer Barros, entre outros, concedem alguma impureza ao português por força da entrada dos Mouros: é o que lembra Manuel Correia, no «Commento aos *Lusíadas*, cant. I est. 33».

Centro Cultural Calouste Gulbenkian, XLIV: 59-73. Este número tem outros motivos sobre o assunto aqui em apreço.

[15] Tradutor do primeiro livro da *História da Índia*, de Lopes de Castanheda, que conhecera em Coimbra, «alude no seu prefácio à rudeza e pouco polimento da língua portuguesa», segundo Lapa ([3]1972).

2. O Duarte Nunes da *Origem da Língua Portuguesa* (1606) dá passagem ao século XVII. Reitera a sua expansão no mundo, pelo que «com razão se póde ter em muito, e chamar ditosa, pois por ella se anunciou, e manifestou a tantas gentes, e de tão remotas e estranhas províncias a Fé de Nosso Senhor Jesu Christo, e foi causa de se tirarem as erróneas e trevas, em que o mundo vivia»; e, com poemas à maneira de Barros, a semelhança entre o latim e o português, que beneficiou, sobre o galego, da existência de corte, para polir o verbo. Aqui, faz-se ligação excelente com "Discurso Segundo. Das partes que há-de haver na lingoagem para ser perfeita, e como a Portugueza as tem todas e algumas com eminência de outras lingoas", incluso nos *Discursos Vários Políticos*, de Severim de Faria, notabilíssimo e precursor.

Hábil e subtilmente, constrói um esquema / ambiente fechado – o esquema da língua portuguesa –, cujos pressupostos (convicções pessoais e colectivas) visam a construção de premissas pseudocientíficas, que, claramente, informam a conclusão final. Se, antes das *provas*, a nossa língua se iguala às melhores da Europa, mais tarde, é já uma das melhores do mundo. Não negamos que a Europa fosse, então, *o* mundo; observamos só o trânsito Europa / Mundo, como do nada (ou a língua tendo-se a si própria, em círculo) à explosão desse centro, cuja gravidade o obriga a flutuar.

Reafirma-se uma perfeição convencional. Não é por acaso que, no século XX, autores como Antero de Figueiredo, António Correia de Oliveira, Afonso Lopes Vieira, recuperam a mesma diligência: pois que o Império é um facto, a língua há-de ser – é – (a mais) completa e perfeita. O que vem desembocar no raciocínio seiscentista: esta língua *é* a mais completa e perfeita, e só assim está de acordo com a grandeza do Império. Atenuando a grandeza de um Império quase alienado, o intelectual assimila aquele à língua e, como João Pinto Ribeiro, afirma que é forte «disparate» pensar que se podiam «confundir as línguas»; nós interpretamo-lo: confundir as pátrias. A identidade linguística sempre existe para alguma coisa. Voltemos a Severim de Faria.

Como muitos outros – João Franco Barreto, Álvaro Ferreira de Vera, Bernardo de Brito, Fr. Bernardino da Silva, António de Sousa de Ma-

cedo[16], etc. –, também este dá crédito à lenda de Túbal, primeiro povoador de Portugal e Espanha[17], o qual falava hebraico, língua que viria a corromper-se. Esta notícia da corrupção das línguas perspectiva-se em dois campos: por um lado, refere-se a sucessão que, da língua primeira, o hebraico (utilizado por Adão)[18], aconteceu, pelo castigo pós-diluviano que Deus lançou sobre os homens construtores da Torre de Babel: uma das setenta e duas era o grego, que gerou o latim e, depois, o português – – para os de Seiscentos, a nossa língua tem «a origem da Grega» (Rodrigues Lobo); por outro lado, tem-se consciência da diferente corrupção do romance conforme as regiões portuguesas (Faria e Sousa), e, diacronicamente, fazendo da língua um corpo vivo, conclui-se da renovação por força do uso e necessidade, não caindo na ilusão da imutabilidade

[16] Ver *Lusitania Liberata [...]*, London, 1645: 24; na p. 38, aclama a «perfectione Lusitanae linguae».

[17] "A tradição de Túbal" no século XIX está em Sérgio Campos Matos. 1998. *Historiografia e Memória Nacional (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri. 256-261.

[18] *Cf.* Luísa Costa Gomes. 2000. "«Ceci n'est pas une pomme" ou "sobretudo insucessos na busca de uma língua perfeita»". *In*: *Revista de Humanidades e Tecnologias*, 3, 1.º semestre. 8-12.

Europeus coetâneos reforçavam a ideia do hebreu originário – do grupo semítico, pois –, que William Jones (1786) vem perturbar, ao enraizar o sânscrito, grego, latim e, mais tarde, as línguas célticas e germânicas, na mesma comunidade, que Thomas Young (1813) dirá indo-europeia, em que assentarão trabalhos de Franz Bopp e Karl Brückmann. Mas a decifração do velho persa (1846) e da língua hitita (falada na Anatólia, cerca do séc. XV a. C.; 1917) alargava a família e datação. Já em meados do séc. XX, decifra-se o grego micénico, também indo-europeu. Balanço deste grupo, apesar da ambiguidade titular no original e na tradução, está em Henriette Walter. 1994 / / 1996. *L'Aventure des Langues en Occident / A Aventura das Línguas do Ocidente – A Sua Origem, a Sua História, a Sua Geografia*. Lisboa: Terramar. Ver recensão minha em *História* (Lisboa), ano XIX (nova série), n.º 33, Julho de 1997: 66-67. Sobre "el primero idioma", Isaac Asimov (*ABC*, Madrid, 26-III-1989) fizera, entretanto, síntese e pergunta, com tenteios em dois títulos de Merrit Ruhlen (1994), um deles traduzido: *A Origem da Linguagem. Reconstituindo a Evolução da Língua Mãe*. Lisboa: Círculo de Leitores. 1996. A súmula do problema encontra-se na revista *Nature* (27-XI-2003), em que Russel Gray e Quentin Atkinson retomam a tese anatoliana de uma língua proto--indo-europeia, difundida da Turquia de hoje há 8 000 ou 9 500 anos, que alguns têm por datas demasiado longínquas, mesmo quando se baixa para 6 500 anos a. C. Perde fôlego a hipótese hitita, embalada há quase dois (quatro?) milénios, talvez na Ucrânia. Há balanço em *Science & Vie* (Paris), hors série, 227, Juin 2004.

da língua (Barreto, Severim, Brito, Faria e Sousa[19]). Vasco Mousinho de Quevedo vislumbra-a como eterna fénix renascida...

Mas não só Túbal. Ferreira de Vera refere a vinda de Hércules a Espanha[20], que, por duas vezes, governaria. Refere a vinda de Ulisses. De Baco. Dos Romanos. Já, Faria e Sousa não esquece os francesismos e castelhanismos que, por vinda do Conde D. Henrique e esposa – – mais o vasto séquito –, precederam os alvores da nacionalidade e informaram o então latim corrupto. (Considera, ainda, que a corrupção deste foi menor nas «línguas vulgares» de Portugal e Castela do que em França e Itália.) Para Vilas-Boas e Sampaio, se há tantas vozes estranhas na nossa língua, tal é devido à passagem de inúmeros povos, entre os quais enumera fenícios, gregos, messénios, lacedemónios, forenses, ródios, gálios, cartagineses, etc., para, em 412 (segundo Paulo Osório), chegarem os vândalos, suevos, silingos, e, em 711, os árabes... Condena Faria e Sousa a «ceguedad» dos godos; ele e Manuel Correia o «furor» dos mouros, sendo ainda Barreto a equilibrar os pesos: «Não há lingoagem pura, e sem mistura de outras línguas.»

Intercalando este fio, atente-se na defesa que o penúltimo faz do uso dos latinismos n'*Os Lusíadas* (por excessivos? por um movimento de contra-latim, que está presente no *Auto do Fidalgo Aprendiz*?); para, demolidor, surgir Faria e Sousa, chamando «cobarde» ao que não ousa «introduzir algumas vozes estranhas na sua língua, e singularmente da Latina». Já Manuel de Galhegos diz ter-se valido «de alguns vocábulos, e termos estranhos: com toda a moderação, e com todo o rigor da retórica»; já Manuel do Sepulcro e Fr. Agostinho de Sousa investem contra os que mendigam vocábulos estrangeiros; desde há muito, também, optar pelo castelhano em *Felicissima Victoria...* (1578) levava a censurar Hieronymo [Jerónimo] Corte Real; eis que, logo, Vieira nos sobra.

Ele aí está: conhecedor das «subtilezas do idioma português» ou «um grande adorador da linguagem antiga» (Francisco José Freire), «o

[19] Em 1710, será António de Melo da Fonseca (José de Macedo) a corroborá-los em *Antídoto da Língua Portuguesa*. Amsterdam.

[20] Retoma lenda do século XIV, em que Hércules se passeia de Lisboa a Entre-Douro e Minho. *Cf.* José Leite de Vasconcelos. [5]1970. *Textos Arcaicos*. Lisboa: Livraria Clássica Editora. 54-56.

mais puro, o mais castigado dos nossos Escritores»[21] e «imperador da língua portuguesa» (F. Pessoa) elogiadíssimo, singularizado por D. Frei Alexandre Lobo[22] e Raymond Cantel[23], é Vieira quem melhor acorre ao nosso propósito. Quer no *Sermão da Terceira Quarta Feira da Quaresma*, quer nos prolegómenos à *História do Futuro*, «Vieira recomenda aos seus leitores latinistas passarem sem ler a tradução em português de uma longa citação de Lactâncio, [evitando] uma aproximação aborrecida entre as duas línguas: "[...] para que não fiquem com o sentimento de quão mal se pode trasladar à nossa língua"»[24].

De resto, toda a versão de texto latino em Português é, nele, uma aventura: se, por um lado, subsistem aí fins evidentes, pode também pensar-se que, estruturalmente, Vieira sentia essa fraca correspondência da «filha primogénita» do Latim. De todas as línguas novilatinas, alguma ressurgiria hierarquicamente superior: «consciente da riqueza da língua, o grande orador é um purista. Não admite os empréstimos das restantes línguas»[25], embora a prática o desmentisse, pela presença – – que Cantel quantifica – de castelhanismos, italianismos, etc. Assim, interpolando temas como a origem (mítica) e formação da língua, vislumbrando-se já um sentimento de proclamada autonomia pela demarcação nos empréstimos, vejamos como a língua se individualiza e sobrepaira às restantes.

Partindo de que «[...] nem por primeira antiguidade, nem por incorrupção do idioma, pode nenhuma lingoa ser tida por melhor que a outra» (p. 120), Severim de Faria vai dar-nos as suas razões.

Logo a abrir, desenvolve a primeira qualidade, cópia de palavras. Nisto, diz, é a nossa língua «abundantíssima», contrariando Benito Caldera, que, no prólogo da tradução d'*Os Lusíadas*, a julgara «pobre». Em termos de cópia, a grega ocuparia o primeiro lugar, a hebraica o último.

[21] José Agostinho de Macedo. 1811. *Motim Literário...* T. I. Lisboa. 107.

[22] No *Discurso Historico e Critico acerca do Padre António Vieira*. Coimbra, 1897: 129.

[23] *Les Sermons de Vieira. Etude du Style*. Paris, 1959.

[24] *Obras Escolhidas / Sermões*, VIII. Lisboa: Sá da Costa, [1951-1954]: 202.

[25] Cantel, p. 46.

Segue-se a boa pronunciação (como, também, do grego), «muy fácil, grave, y suave, como dizen los Authores, que abaixo iran alegados», e são – fora portugueses quais João de Barros, Bernardo de Brito, etc. – – os castelhanos João de Mariana, Cervantes, Lope de Vega, acrescentando nós D. Antonio de Capmany y de Montpalau, o qual, porém, lamenta «la exâgeracion é hinchazon, de onde vino a contraer un caracter asiatico el estilo nacional»[26] (refere-se, claro está, aos Cultos). Sem isso, «hubiera sido inimitable en las demás lenguas vivas».

Em terceiro lugar, a brevidade (ao lado da gravidade: ver Amador Arrais, *Diálogos*, 1600) –, e logo nos ocorre Bernardo de Brito, dando a língua como a mais própria para a História e para os conceitos, qualidade que António Delicado e Bernardes sentem nos adágios, de cuja cópia a língua é, ainda, senhora.

A quarta característica: ortografia perfeita (apesar do ditongo *ão*: *cf.* Bento Pereira e o citado José de Macedo[27]) serve, com Barreto, para ser considerada a primeira excelência da língua portuguesa, e só dela, em toda a Europa. Aquelas três eminentes qualidades («muy fácil, grave, y suave») ficam provadas pela facilidade com que todos os povos – à excepção dos castelhanos (e explica porquê) – aprendem a falar português. Facilidade que Ferreira de Vera crê não existir nos estrangeiros…

Finalmente, a aptidão da língua para todos os estilos, como se vê pelas diferentes matérias em que entra o português, quer no estilo humilde, grave ou mediano. Com vantagem, sem mais, e pelo menos, no tratamento do erótico e do heróico (Faria e Sousa).

[26] *Diccionario da Lingoa Portuguesa*, t. I, 1793: XL.

[27] Campos, 1922, abre o cap. II, "Senões", com Macedo e à volta deste ditongo, que Garrett ainda atira contra Ferreira, no início do *Parnaso Lusitano*, I, Paris, 1826: XX. Citemos, na oportunidade, Mário de Andrade. [4]1974. "Prefácio Interessantíssimo". *In*: *Poesias Completas*. São Paulo: Livraria Martins Editôra: «A língua brasileira é das mais ricas e sonoras. / E possui o admirabilíssimo 'ão'.» (p. 22; na p. 135, refere «o tronco sonoro da língua do ão») O autor de *Description de la Ville de Lisbonne* (1730) recarga: «Car pour dire ils parlent, on dit *falaon*, ils lisaient, *liaon*, ils ons dansé, *bailharaon*: de sorte qu'il semble qu'au lieu de prononcer ces mots on veuille les avaler, tant il faut ouvrir la bouche pour les exprimer.» Aludindo a esse anónimo, Etienne de Silhouette, *Voyage au Portugal* (1729-1730), confirmava que a nossa língua «a beaucoup de terminaisons en aon». (*Cf.* Pageaux. 1971: 94)

Eis, em resumo, Severim de Faria. Lemos esta enumeração de perfeições numa cadência bem diferente em Rodrigues Lobo (1619). Porém, tratadistas posteriores – António de Sousa de Macedo, Álvaro Ferreira de Vera, João Franco Barreto, Faria e Sousa –, para lá de comuns referências, citam já Severim de Faria, parafraseando-o, ofuscados pela quantidade de exemplos que, numa segunda fase, explicitam as ditas perfeições. Aos predecessores referidos, acrescentemos Fernão Álvares do Oriente (1607).

A possibilidade de, aprofundando o estudo, depararmos com detractores da língua não é hipótese descabida: quando, nas comparações com as línguas cultas da época e ao lado do trabalho obscuro dos, sobretudo, missionários (organizando gramáticas e vocabulários dos povos em vias de civilização, «lançando assim os fundamentos da glotologia comparada»[28]), acontecem referências aos «filhos ingratos», a justificação imediata é a de estes escreverem em língua castelhana. Mas não só: aqui, as insinuações de Rodrigues Lobo podem valer como aviso e, em arquivo ou desaparecidos, alguns textos teriam feito época.

Manuel Correia, a propósito da tradução d'*Os Lusíadas*, contrapõe «a humildade da nossa língua portugueza» à «formosura da língua Latina». Não é depreciativo, porque tal humildade é requerida pelo termo de comparação. É, antes, sintomático do respeito que o século XVII votava ao latim. E como não, quando Faria e Sousa e Ferreira de Vera nos contam que um menino, em Évora, falava, com dois anos, «além da sua lingua Portuguesa a Latina perfeitamente»? Relembrando Vieira: e se o valor da língua portuguesa lhe adviesse da sua semelhança com a latina? O factor da dilatação da língua, já então importante, só virá a ser decisivo três séculos depois.

Com efeito: a provada cópia de verbos – em que se exprime o génio da língua, segundo Francisco Evaristo Leoni[29] – serve já a Severim de Faria para a aproximar do latim. Barreto vê na oração de língua por-

[28] Arlindo da Cunha. 1959. *A Língua e a Literatura Portuguesa*. Braga. 329.

[29] *Génio da Língua Portugueza, ou Causas Racionaes e Philologicas...* Parte Segunda, caps. I, III. Lisboa. 1858. Que «não ha outra mais farta, rica, abundante, energica, e harmoniosa», dirá J. Agostinho de Macedo, loc. cit.

tuguesa as oito partes que existem na latina (nome, pronome, verbo, particípio, preposição, advérbio, conjunção, interjeição) e, como quem, amiúde, procura e/ou reafirma uma génese, acrescenta o artigo, que o latim não conhece, mas conhece o grego. Mais argumenta que palavras como *mano / mana* nenhuma língua, nem mesmo o latim, as poderá dizer. Repete Leão (1606). António de Sousa Macedo dará uma lista maior, onde *saudade* toma o seu lugar (ou *saudades*, em Ferreira de Vera). Beberam em Nunes de Leão. Para uma melhor aproximação ao latim, existem propostas pontuais: Bento Pereira apela à substituição de *ão* por *am*. Duas razões, porém, sobrelevam as restantes.

A primeira é de origem mitológica – e poucos deixam de se escudar nela. Camões transforma-se no paradigma a retomar (para a pureza da língua e não-empréstimos será Fr. Luís de Sousa); melhor, a sua estrofe 33, canto I, é a pedra de toque: eis Vénus: o (re)verso – um halo poético – sobre a justificação dada à língua como construção lenta onde as armas (também) escreviam.

A segunda é ambígua: os textos que podem ser, simultaneamente, latinos e portugueses, tanto em prosa como em verso (e ainda aqui os autores se repetem), assentam num vocabulário nada espectacular, empobrecendo-se gradualmente, em curto-circuito. Também os castelhanos fabricaram tais exemplos (*cf.* Luís Afonso de Carvalho, *Cisne de Apolo*). O que, se prova algo, não é por si convincente. Para as modas da época, contudo, era suficiente.

O bilinguismo literário manteve-se, entre nós, até cerca de 1680[30], «mas, a partir de 1640 – diz R. Cantel, p. 83 –, empregar a língua espanhola era empregar a língua dos inimigos».

Afirma Manuel de Galhegos (1635) que os engenhos se esqueceram da língua portuguesa, «e quem agora se atreve a sahir ao mudo com hum livro de versos em Portuguez arriscase a parecer humilde». António de Sousa de Macedo (1631) escreve em castelhano, porque este é mais

[30] Francisco Manuel, no *Parnaso Lusitano*, p. CI: «Eis que vejo ao longe as duas largas portas / Per onde a corrupção entrou lavrando / No corpo da linguagem portugueza», referindo-se à dominação castelhana e às guerras da Restauração, seja, incompatibilidade Marte / Minerva.

conhecido na Europa. Antes que o filho Pedro de Faria e Sousa (1674) e António Álvares da Cunha (1678) retomem a defesa de Manuel de Faria e Sousa, este fizera já uma auto-defesa em 1639, reiterada mais energicamente na pós-Independência, em 1646, ao proclamar: «Yo no soy Castellano.»

Era incómoda a situação, pois a um bilinguismo castelhanizante não correspondeu «um bilinguismo lusitanizante dos castelhanos»[31]. Para Jorge de Sena, durante esta época, o sentimento *resistente* «é mais ideológico-religioso do que patrioticamente político», pois «A união de coroas na pessoa de um príncipe estrangeiro não afectava necessariamente uma concepção de patriotismo, que era sobretudo geo-cultural (e não mitologicamente romântica)» (ob. cit., p. 14-15). Para concluir:

> De modo que o Faria e Sousa que escolheu ser, em Espanha, e através do espanhol, um propagandista de Portugal e de Camões, nem é nem mais nem menos castelhanizante que muitos outros que passaram a fronteira, ou em Portugal estavam, e que continuaram, em pleno estado de guerra, que durou quase três décadas, o bilinguismo cultural e linguístico. E realmente só a partir dos fins do século XVII começa a transformar-se, e Portugal passa a viver, ou a subsistir, *contra* a Espanha. [...]. Mas naquele tempo do século XVII, cuja segunda metade Faria e Sousa não teve vida para ver, até os judeus portugueses, e que portugueses se declaram nos seus exílios europeus, escreviam as suas obras no que fora e ainda era a língua franca: o castelhano[32].

Pois sim. Mas esta abertura de espírito é moderna. E teria uma explicação conjuntural. A insurreição anticastelhana matiza-se, no campo

[31] Jorge de Sena. 1972. "Introdução". *In*: *Lusíadas de Luís de Camões*. Comentadas por Manuel de Faria e Sousa. Lisboa: INCM. 13.

[32] Ob. cit., p. 17. Veja-se a situação difícil por que passou Duarte Nunes, com a *Origem...* retardada na publicação (atente-se na data das licenças), pergunta-se José Pedro Machado porquê. Considerada, por este, obra do século XVI, apresentamos extractos, dado que editada em 1606. É oportuno referir ao de leve o problema do galego. Diz Duarte Nunes: «cuja lingoa e a nossa era toda quasi hua», a nossa avantajando-se-lhe porque tinha reis e corte. D. José de Santiago y Gomez, *Filología de la Lengua Gallega* (cit. em *Revista Lusitana*, XXV: 308), considera «el portugués, hijo del gallego».

das letras, singularmente. Não é *só* por escrever em castelhano que um autor é condenado; é por, escrevendo em português (com ou sem empréstimos) e/ou castelhano[33], escrever escuramente, opção tida como derivada de Gôngora; digamos que, em alguns casos, uma reabilitação é sempre possível. Contra os Cultos não se levantaram poucos: Diogo Camacho, Fr. António da Encarnação, Vieira, Bernardes... Uma evidência, porém, subsiste em muito bons portugueses: basta que os interlocutores sejam estrangeiros para, logo, falarem como «cães». Sempre guturais! É visceral[34]: como acontece num poema de Jorge da Câmara.

Vamos terminando. Tratou-se da origem, formação e evolução da língua – e chamamos a atenção para momentos decisivos: a leva de invasores; a vinda do conde D. Henrique; enriquecimento e perfeição em tempo de D. Dinis (Fr. Francisco Brandão, Faria e Sousa); o reinado, áureo em todos os campos, de D. Manuel I. Contra os arcaísmos, a mendicância de termos, pela recolha daqueles que o uso e a necessidade impuseram ou foram utilizados pelos quinhentistas[35]. Sobre as excelências da língua portuguesa, sem rival em perfeição, própria para todos os géneros e estilos, que, manifestando-se a tantas e tão estranhas gentes, lhes anunciou a Fé Católica e a Civilização Ocidental, tornando-se um vínculo de comércio (linguístico e não só) e unidade, de conservação, enfim (Amaro de Reboredo).

[33] «[...] podem inventariar-se cerca de sessenta escritores que no século XVII cultivaram o verso em espanhol, português e latim.» João Gaspar Simões. 1955. *História da Poesia Portuguesa*, I. Lisboa: Imprensa Nacional de Publicidade. 417.

[34] «Não, minha senhora! Falemos nobremente mal, patrioticamente mal, as línguas dos outros!...» Eça de Queirós. [2]1902. *A Correspondência de Fradique Mendes*, Porto. 142. Pior é afectar o carácter: «– O castelhano é a língua da paixão. Parece próximo, mas não tem nada a ver connosco. Nós somos mais contidos, mais cobardes.» Y. K. Centeno. 1988. *Matriz*. Lisboa: Editorial Presença. 43. Olhando à irradiação brasileira, num "Elogio de Carlos Drummond de Andrade", Francisco Bendezú confessa que «el português goza de una autonomia de beleza totalmente diversa y ajena a la pausada gravedad del español». *In*: Carlos Drummond de Andrade. 1979. *Poemas*. Lima: Centro de Estudios Brasileños. 15.

[35] O século vai levar esta adoração quinhentista ao exagero. Ver Francisco Manuel, no *Parnaso Lusitano*: CIX, CXXIX.

Acessível ou não aos estrangeiros, por alguns reconhecida como excelsa[36], transladada em muitas obras, retoma, em 1640, o estatuto de língua de todos os Portugueses – ou quase: que o povo nunca a enjeitou.

3. Entrando já pelo século XIX, Filinto Elísio é nuclear nesta diligência, tanto mais que se confrontava com o exílio diário francês. Ao verbetar "Filintismo", defini como característico de movimento rastreável até um século depois da sua morte, em 1919, a «reflexão, ainda no corpo do texto, sobre a sorte e mutações do idioma, que, entre novos achados, purificou face ao aluvião de galicismos»[37].

Mais extensamente, a propósito de Edite Estrela, *A Questão Ortográfica – Reformas e Acordos da Língua Portuguesa*[38], retive o que, acrescentando a verbete em Buescu (1997), deu, em 1999, "A vingança de Castilho", na sua luta, e de mais alguns, pela implantação da escrita sónica. Gonçalves (2003) desenvolveu esse aspecto. Conviria mostrar aos interessados alguma documentação de Imprensa de meados de Oitocentos, entre outros, *O Panorama*, *Revista Universal Lisbonense*[39], *O*

[36] Leite de Vasconcelos (1929: 905-906) regista uma discordância, na pessoa do Padre Fr. Gonçalo da Silva, que, na tradução do *Livro da Vida e Milagres do Glorioso e Bemaventurado São Bernardo*, «impresso em 1544, na *carta excusatatória* [...], alegando as razões da imperfeição da tradução da obra diz: 'A terceira, pela grossidam e curteza da nossa língua portuguesa em que a tirei; a qual he tam imperfeita em comparação d'outras, que não pode homem nella exprimir bem o seu concepto.'» *Opúsculos*, vol. IV (parte II). Coimbra. Parece-nos ouvir Jorge Luís Borges: «Com Pablo Neruda falei uma única vez na minha vida, faz muitos anos. Éramos muito jovens e chegámos à conclusão de que em espanhol a poesia não era possível, de que seria melhor escrever em inglês, já que o nosso era um idioma torpe.» (*Diário Popular*, Lisboa, 30-III-1978) De facto, Pedro A. Correia Garção (1778: 213), *Obras Poeticas*, vê limitações à língua na ópera cantada: «Mas nunca votarei eu que façamos / Opera em Portuguez, toda cantada: / Para tanto não he a lingua nossa: / Algumas árias, dúos, recitados / Se podem tolerar; o mais em prosa. / Para o theatro nós não temos verso.»

[37] Ernesto Rodrigues. 1999. *Cultura Literária Oitocentista*. Porto: Lello Editores. 71.

[38] 1993. Lisboa: Editorial Notícias. Recensão minha no *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 23-XII-1993.

[39] Lembremos, nos n.^{os} 38 e 39, Junho de 1842: 449-451 e 461-464, artigo de A. F. de Castilho, "Língua Portuguesa", onde esta regressa como «língua formosa (o que muito poucas são, e nenhuma talvez mais do que ela)» e «abastada e rica, do que nem

Instituto, *A Semana*, *Archivo Pittoresco*, com regulares "Estudos da Lingua Materna", e a *Revista de Instrucção Publica para Portugal e Brasil*, cujo n.º 2, de 1-VIII-1857, traz proposta castiliana de "Orthografia Portugueza".

Perfeita, naquele ensaio, a linhagem filintista encabeçada por A. Garrett – que alguns remoques ainda recebe de Camilo Castelo Branco, outro cultor denodado da causa da língua –, assinalei, a fechar, dois contemporâneos, Dórdio Guimarães e Fiama Hasse Pais Brandão, ambos confessadamente leitores de Francisco Manuel do Nascimento. Esta, em "Origem da língua", congraça Fernão de Oliveira e Duarte Nunes; em "O campesinato o operariado", que é debate sobre a cultura, declara: «Para Filinto, em Portugal, a língua e a pátria foram matrizes.»[40]

Campos, III, 1923, fecha com emergente Aquilino, autor de vários artigos sobre a língua. Mas, coetâneos, de Ricardo Jorge e Júlio Dantas a João de Araújo Correia, de Miguéis a Agustina, Y. K. Centeno e mais novos, é possível congregar dezenas de nomes, que motivem jovens investigadores "Em louvor da língua portuguesa"[41] ou em renovada "Apologia do português", título de Campos ([3]1945: 96-101), que abria: «A língua portuguesa é feia ou bonita?» Sem falar em estudiosos – de David Lopes e Manuel Rodrigues Lapa a Jorge Morais Barbosa –, de brasileiros e outros estrangeiros. Para os séculos XVI e XVII, todavia, urge cuidar de manuscritos não conhecidos; e, para o século XIX, de colecções de gramáticas por explorar.

Das dezenas de nomes que polemicaram à luz de mais um acordo ortográfico, todos amavam a língua. No meio dessa procela (1991), David Mourão-Ferreira articulava, em *Magia, Palavra, Corpo: Perspectivas da Cultura de Língua Portuguesa*[42], voto de Afonso Lopes Vieira, sonhando-a «pura e forte, latina na raiz e nacarada nos Trópicos, com a sintaxe plantada em chão natal, mas liberal no acolher de vocábulos, Língua sempre dona e perpétua donzela, nobre de passado senhorial e

todas se podem gabar». Reprod. em Carlos Castilho Pais. 2000. *António Feliciano de Castilho, O Tradutor e a Teoria da Tradução*. Coimbra: Quarteto. 77-93 [78].

[40] 1991. *Obra Breve*. Lisboa: Editorial Teorema. 169, 186.

[41] De Olegário Mariano, em *Rádio Nacional* (Lisboa), 16-VI-1940: 5-6.

[42] 1993. Lisboa: Edições Cotovia.

crioula em todas as latitudes, capaz, enfim, de aparelhar com *gesto airoso* para os rumos prodigiosos do porvir».

Novos cursos universitários – não só os de Tradução, nem sequer só os de línguas – tornam esta questão premente. «E como na língua se sedimenta tudo [...]» – fechando com o que abre em João Barrento[43], ao discorrer sobre o alemão –, a nossa aprendizagem de hoje ganha alguma coisa com batalhas passadas. Essa consciência é um gesto pedagógico essencial.

[43] "O verbo segue dentro de momentos". 1998 [1993]. *In*: *Uma Seta no Coração do Dia*. Lisboa: Edições Cotovia. 93-98.

Anexo

Objecto, método, *corpus*, critérios
Antologia
Bibliografia

Face a cada texto particular, um autor vale pelo tratamento dado à língua portuguesa enquanto objecto. Mais flagrante, descomprometendo-se, aí estão os poemas críticos, «vulgares», que, sobrevoando alquimias, olham muito mais além: a sátira aos Cultos é ao mau génio da língua castelhana (própria para artificialismos), que a nossa é grave, prezada, sisuda.

Quanto ao *corpus*: livros de ciências físicas e matemáticas, astronomia e astrologia (com prognósticos e almanaques), estatutos, catecismos, os primeiros jornais, tratados em louvor de, lições sobre (o modo de fazer vinho, a arte de caçar, a arte de guerra, etc.), cartas de marear e outras, catálogos de livros, colecções de leis, assentos, alvarás, obras poéticas, constituições, decretos, autos de levantamento e juramento, e, acima de todos os cimos, o imenso sermonário – de exéquias, de autos-de-fé, de nascimentos, de todos os instantes. Amostra de material pertinente ou sem interesse imediato está nos pontos I e II da Bibliografia.

No campo tradicionalmente considerado literário, cinco autores fundamentais – Vieira, Manuel de Melo, Rodrigues Lobo, Bernardes e Fr. Luís de Sousa.

Em terceiro lugar, os de todo esquecidos autores não-antológicos e que, entre outros, a *Fénix Renascida* e o *Postilhão de Apolo* não catapultaram.

Com efeito, se àqueles acrescentarmos os freires António Brandão, Bernardo de Brito e António das Chagas, o resultado final deixa-nos perplexos – – e invejosos: que o século XVI teve Camões, António Ferreira, Sá de Miranda, João de Barros, Fernão de Oliveira, Magalhães de Gândavo, D. António Pinheiro, Amador Arrais, Jorge Ferreira de Vasconcelos, Duarte de Resende, Francisco de Morais, Diogo Bernardes, Miguel Leite Ferreira, Duarte Nunes de Leão...

Aí, começou a investigação. E as dificuldades: manuscritos, textos raríssimos (ou em mau estado), conservados em bibliotecas, que não na Biblioteca Nacional. Percorrendo dicionários bibliográficos, de Severim de Faria a João

Franco Barreto, salteando nomes que a gentileza de João Soares de Brito ou Manuel de Melo, no *Hospital das Letras*, nos oferecia, compulsando Histórias da Língua e da Literatura portuguesas, gramáticas, revistas, alguns seiscentistas inter-remetendo-se, autores foram surgindo. A descoberta, entretanto, de Campos e do *Dicionário* (1793) da Academia aconselhava a só antologiarmos os que, entre os 135 além escolhidos – entre os quais, muitos brasileiros; em 1793, Cervantes e mais dois castelhanos do séc. XVIII –, eles esqueciam, ou textos diversos dos aí seleccionados que se justifiquem agora. Estão naquele caso: Alonso de Alcalá y Herrera, D. António Álvares da Cunha, P. António Delicado, Fr. António da Encarnação, P. Bento Pereira, Diogo Camacho, Fr. Francisco Brandão, João Pinto Ribeiro, João Soares de Brito, Luís Afonso de Carvalho, Manuel Correia, Manuel de Faria e Sousa, Pedro de Faria e Sousa; neste caso: Álvaro Ferreira de Vera, P. António Vieira, Fr. Bernardo de Brito, Domingos Fernandes, Duarte Nunes de Leão, Duarte Ribeiro de Macedo, D. Francisco Manuel de Melo, Manuel de Galhegos. No total, vinte e um novos textos. Segue-se a ordem do primeiro nome.

Outros aguardarão, silenciosos, o diálogo crítico com a língua, e novos investigadores.

Conservo a ortografia (se não é a uniformização do ditongo *aõ* em *ão*), bem como pontuação tantas vezes desalinhada das edições consultadas (nem sempre, por impossibilidade, as primeiras); proponho *e* por *&*, *que* e *porque* por *q̃* e *porq̃*. (Estas correspondências nem sempre são automáticas, dado o carácter não-uniforme da ortografia na época.) O último dado bibliográfico refere-se à cota da Biblioteca Nacional.

O critério de apresentação dos textos é o da data de publicação das obras referidas. Se do mesmo autor, publicadas em momentos diferentes, seguem conjuntamente. Trechos à volta de um autor acompanham-no.

Antologia

ALONSO DE ALCALÁ Y HERRERA
ou Affonso de Alcalá e Herrera
(Lisboa, 12-IX-1559 – 21-XI-1682)

Tracey os mais opusculos adjuntos de Anagrammas, que, de varia poesia adornados, agora nas três Linguas (lusitana, hespanhola, latina) [...] te presento, para que os poucos affectos á Lusitana, se desenganem, que he ella por si só capaz de se poder fabricar nella, tudo o que na Latina.

[...] Lingua Latina, porque como mais perfeita, he mais pura, e constante.

Noticia a quem ler

Jardim Anagrammatico de Divinas Flores Lusitanas, Hespanholas e Latinas. Contém seiscentos oitenta e três anagrammas em prosa e verso, e seis hymnos chronologicos. Lisboa: Officina Craesbeeckiana. 1654.

L. 1243 A.

ÁLVARO FERREIRA DE VERA
(Lisboa? – Madrid, 1645 (segundo Barbosa), mas em 1647 ainda há relatos da sua vida)

Hora perco o temor a todas as más linguas, por deffender a Portuguesa de algũas mal affeiçoadas. Dão estas por razão, ou porque a não tem, perguntão: Porque a lingua Portuguesa senão toma das outras linguas com a facilidade, com que os Portugueses tomão as de outras nações? E sem ouvirem resposta, dizem elles mesmos: Por ser a lingua mais grosseira, e mais remota. Aqui em silêncio (para que me oução) darei a razão. [...]

O inventor das letras (quem quer que foi, que devia ser inspirado por Deus) considerando bem quantas erão as differenças das vozes humanas, tantas figuras formou, pelas quaes postas em ordem representou as palavras, que queria. E assi não he cada hũa letra senão hũa figura, que he retrato da voz humana [...]. De maneira que as letras representão as vozes, e as vozes os pensamentos, e conceitos d'alma. Mas posto que as vozes sejam naturaes a todo homem

em comum, algũas gentes tem certas vozes suas proprias, que homes de outras nações nem com tormento, que lhes dem, as pode bem pronunciar, polas não terem em costume. [...]

Do bemaventurado, e doutissimo Sam Hieronimo temos, que ardendo em desejos de saber as linguas Hebrea, e Syra, tantas dificuldades achava na pronunciação de algũas vozes, e letras dellas, que com desesperaçao de as tomar, determinou tornarse do caminho, e deixar o que começara; e lhe conveo limar os dentes, para pronunciar algũas letras.

Esta aspereza não ha na lingua Portuguesa, cujo alphabeto, e ajuntamento de letras [...] he todo conforme aos Latinos, Castelhanos, Franceses e Italianos, e aos mais, que da Latina tem origem. E antigamente antes de virem a Hespanha os Godos, Suevos, e outros barbaros, que succederão aos Romanos, fallavão os Portugueses lingua tão chegada a Latina, que lhe chamavão commummente Romana; e inda hoje corrutta lhe chamamos Romance.

Assi que a difficuldade que os estrangeiros achão na lingua Portuguesa (porque a não tomão facilmente) não he por oscuridade das palavras, nem por aspereza, ou maa conglutinação, e ajuntamento de letras, senão pelos seis dittongos que temos, em que entrevem hum M, entre duas vogaes, que não tem a pronunciação pura, e inteira, mas fica liquido, e sem força, sem se pegar a letra precedente, nem ferir na seguinte, que nós supprimos com hum til: como, irmão, irmãs, bees, confiis, boos, alguns. Esta pronunciação de nenhũa maneira he aspera, nem fragosa [...], mas mui suave, pois he hũa letra tão branda, como he o M, que todas as linguas tem: cuja pronunciação, por assi ser frautada, he alheia de outras naçoes: mas em o mais não ha porque se negue a facilidade, e suavidade da lingua portuguesa, que para tudo tem graça, e energia, e he capaz de nella se escreverem todas as materias dignissimamente, assi em prosa, como em verso.

E posto que os estranjeiros se fação algũas difficuldades na pronunciação, natural he aos, que se entremetem affalar algũa lingua alheia, desencaminharem das regras, e propriedade della, e cometerem os vicios, que chamão Barbarismos, e solecismos. Mormente quando as linguas são mui dessemelhantes ou se encontrão na pronunciação de algũa letra; como se vee entre os Portugueses, e Castellanos esta letra M, que os Castellanos pronuncião sempre por N, inda que sejão dicções Latinas. Mas não he assi na escritura, inda que seja a pronunciação daquelles ditongos Portugueses: porque com elles a lingua Portuguesa se da a antender a todos: como se vee pelas muitas trasladações, que homes estranjeiros fizerão de livros, e obras de Portugueses. E assi elles não a contradizem; antes a gabão: como provarei neste trattado. Só os Portugueses mal contentes por não saberem o bem, que gozão, o contradizem sem razão,

nem fundamento. Agora estou certo calarao pola admoestaçao, que lhes faço no fim deste mesmo trattado.

A Dom Manoel d'Eça
Breves Louvvores da lingva Portvguesa, com notáveis exemplos da muita similhança que tem com a Lingua Latina. Lisboa: por Mathias Rodrigues. 1631.
L. 321 V.
[Extracto, com diferenças, no *Dicionário*..., 1793]

Nota
Plágio de Duarte Nunes de Leão, *Ortografia*..., cap. XXIII, p. 309 ss.

D. ANTÓNIO ÁLVARES DA CUNHA
(Goa, 1626 – Lisboa, 26-V-1690)

Pera vulgarizar mais as suas obras, as escreveo [Manuel de Faria e Sousa] em Idioma estranho, por lhe parecer mais geral, e com isto as fez mais singulares, que enriquecendo a lingoa Castelhana impossibilitou aos mesmos Castelhanos a podello imitar. Todos os que lérem estas Historias confirmarão esta opinião. Escreveo muyto, estudou muyto este Autor; estudou o que havia de escrever, e estudou o como havia de escrever [...].

Licenças – Licença do Paço
Sousa, Manuel de Faria e, *Europa Portuguesa. Segunda edicion correta, ilustrada y añadida en tantos lugares, y con tales ventajas, que es labor nueva*. Tomo I. Lisboa: por Antonio Craesbeeck de Mello. 1678.
Res. 987-9 V.

P. ANTONIO DELICADO
(Alvito, 1610 – ?)

Os Adagios são as mais approuadas sentenças que a experiencia achou nas acçoens humanas ditas em breues e elegantes palauras. Comprehende esta doutrina nam só as cousas morais, mas todas as artes e sciencias, e por isso em as mais das nações procuraram authores graues polas em memória e escrever dellas [...]. Pello que vendo eu que sendo a lingua Portuguesa não menos

abundante destas sentenças que todas as outras de Europa, me dispuz a colligir de varios exemplares esta pequena obra. [...] Nesta forma, em que os nossos Adagios vam diuididos por lugares communs ficam em muito melhor disposiçam que os que andam em outras linguas escritos, porque com facilidade se acharam sobre qualquer materia grande numero de conceitos, de conselhos, de doutrina de experiencias, que podem seruir não só para cousas particulares, mas para importantes discursos em pensamentos maiores, e se dá ocasiam para que este argumento possa ser por outros engenhos muyto mais acrescentado e illustrado para ornamẽto da nossa lingua Portugueza e boa doutrina moral, que a todos os estados pertence.

Adagios Portuguezes reduzidos a lugares communs. Lisboa: por Domingos Lopes Rosa. 1651.

Res. 288-9 V.

FR. ANTÓNIO DA ENCARNAÇÃO
(Évora, fins do século XVI – Lisboa, 15-X-1665)

Este livro, o qual no casto das palavras, no culto da locução, no claro das sentenças [...], no proprio do Idioma, faz conhecer e confessar na nossa lingua portugueza huma magestade eloquente, e huma eloquência magestosa, sem pedir lizonjas aos hyperboles, nem temeridades às lizonjas.

A Rainha Nossa Senhora

Sousa, Frei Luís de, *Segunda parte da Historia de S. Domingos, particular do reino e conquistas de Portugal, por Frei Luís Cacegas, da mesma ordem e província, e chronista d'ella. Reformada em estylo e ordem, e ampliada em sucessos de Benfica e particularidades etc. Impressa no Convento de S. Domingos de Benfica, por Giraldo de Vinha*. Vol. III. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira. 1622.

R. 8973-78 V.

P. ANTÓNIO VIEIRA
(Lisboa, 6-II-1608 – Baía, 18-VII-1697)

Esse desventurado estilo que hoje se usa, os que o querem honrar chamam-lhe culto; os que o condenam chamam-lhe escuro, mas ainda lhe fazem muita

honra. O estilo culto não é escuro, é negro e negro boçal e muito cerrado. É possível que somos portugueses, e havemos de ouvir um pregador em português, e não havemos de entender o que diz?

Sermão da Sexagésima [Lisboa, 1679].

P. BENTO PEREIRA
(Borba, Alentejo 1605 – Évora, 4-II-1681)

DAS REGRAS SÓ TOCANTES à lingua Portugueza
REGRA I
Fundamental, que como fundamento dá principio às mays.

Para que guardemos certeza ou verdade em nossa escritura, assim a devemos escrever como pronunciamos e pronunciar como escrevemos. D'outra maneyra será nosso escrever mentiroso, porque se mente no falar quem fala contra o que entende, também mente no escrever quem escreve contra o que pronuncia. E o bom Portuguez por ser totalmente verdadeyro deve ter verdade no escrever como a tem no fallar.

REGRA 1.ª
Para usar de til

Nem me atrevo a condenar o vulgar modo de escrever *ão*, usado de muytos; mas sou de parecer que usemos de *am*. [...] Se usarmos de *am* nos assemelharemos aos Latinos, os quays assim nos nomes como nos verbos poem *am*: *musam*, *legebam*, e na particula *nam*, que significa *porque*. E que delles tomâmos as palavras, he bem que tomemos o escrevellas [...]. E nesta forma semelhantes aos Latinos melhor responderemos à ordinaria objecçam que poem os Castelhanos à nossa lingua, tachando-a de grosseyra, dãdonos em rosto cada dia com os nossos *ão*, *ão*, que elles adelgaçam, pondo *n* em lugar de *m*, para acabarem assim mays suave e agudamente em *an*, porque nós dizemos *amam*, elles dizem *aman*.

Respondemos logo que nisso nos ficamos parecendo mays aos Latinos do que elles se parecem; porque se os Latinos acabavão frequentemente os seus vocabulos de toda a sorte em *am* [...], nós assim queremos acabar, para ficarmos mays semelhantes a Latinos, particularmente Romanos, do que aos Castelhanos.

[...] Confessamos que os Castelhanos nesta parte sam mays delgados e sotiys no seu fallar, mas nós assim no obrar como no fallar somos mays fortes e graves do que elles.

Regras geraes, breves e comprehensivas da melhor orthographia, com que se podem evitar erros no escrever da Lingua Latina e Portugueza, para se ajuntar á Prosódia. Lisboa: por Domingos Carneiro. 1666.
L. 291 P.

FR. BERNARDO DE BRITO
ou Balthasar de Brito de Andrade
(Almeida, 20-VIII-1569 – Alcobaça, 27-II-1617)

E assi me contentarei com dizer que Tubal, filho de Iaphet e neto do Patriarcha Noé, vindo com os de sua famillia ter a Italia em companhia de seu Auõ, antes das lingoas serem confusas, elle o mandou a pouoar Hespanha, onde a primeira lingoagem que se fallou foy a Hebrea, que floreceo antes do dilluuio, da qual pella mudança dos tempos viemos a fallar a que oje vemos tão outra daquella: que na vida a mais certa constancia he não goardar o tempo em cousa algũa.

Monarchia Lvsytana. Parte primeira. Que contém as histórias de Portugal desde a criação do mundo té o nascimento no nosso sñr Jesu Christo. Dirigida ao Catholico Rey Dõ Philippe segundo do nome, Rey de Espanha etc. Impressa no insigne Mosteiro de Alcobaça por mandado do Reverendissimo Padre Geral Frey Francisco de S. Clara. Anno 1597. Mosteiro d'Alcobaça, Alcobaça: por Alexandre Siqueira e António Alvares. 10 de Janeiro de 1597.
Res. 1270 V.

Tres cousas (entre outras menos principaes) notarão algũs escrupulosos na primeira parte desta obra [...]. A segunda que notarão foy o estillo, algum tanto florido, que segui na primeira parte, causado, ou da pouca idade, a que he natural a copia e cõpostura de palauras; ou porque a criação e uso de lingoas estranhas me fez crer que seria licito usar na Portuguesa algũs termos de falar afeitados, que na facilidade das outras são ellegantes e se não permittem na grauidade da nossa [...].

Prólogo do Autor

Segunda parte da Monarchia Lvsytana, em que se continuam as Historias de Portugal desde o nascimento do nosso Salvador Jesu Christo até ser dado em dote ao Conde D. Henrique. Dirigida ao Catholico Rei D. Filippe, segundo do nome em Portugal, e terceiro em Castella. Mosteiro de S. Bernardo, Lisboa: por Pedro Craesbeeck. 1609.

R. 1271 V.

DIOGO CAMACHO
ou Diogo de Sousa
(Pereiro, Montemor-o-Velho, ? – ?)

Saudades de Apolo

Do quarto globo a gema nunca avara
Que tem por casca o Céo, nuvens por clara...
— Nunca ninguém tal disse!
Não vi mais descascada parvoíce!
Grande coisa é ser culto,
Fingir quimeras e falar a vulto!
Mas sempre ouvi dizer desta Poesia,
Que vestido de imagem parecia;
Pois quando vemos o que dentro encobre,
Quatro paos carunchosos nos descobre.
Faça-lhe a culturana
Mui bom proveito à lingua castelhana;
Que a frase portuguesa, por sisuda,
Por prezada e por grave não se muda,
Não se oculta entre cultas ignorâncias,
Pois toda é cultivada de elegâncias.

Fénix Renascida, V. *In*: Ferreira, Maria Ema Tarracha. 1973. *Textos Literários*. Lisboa: Aster.

P. DOMINGOS FERNANDES

Por beneficio feito de proposito a lingua portuguesa, cujo credito periga na opinião de alguns, que não alcançam a elegancia della, me pareceo composto este livro [...]

[Segue texto em Campos. ^{2}1926: 36-37]

Prólogo da 1.ª edição

Oriente, Fernão Alvares do, *Lusitânia Transformada. Dirigida ao Illustrissimo e mui excellente Senhor D. Miguel de Menezes, Marquez de Villa-real, etc.* Lisboa: por Luís Estupinhan. 1607.

L. 15 826 P.

DUARTE NUNES DE LEAO
(Évora, c. 1530 – Lisboa, 1608)

Mas em o mais não ha porque se negue a facilidade, e suavidade da lingoa Portuguesa, que para tudo tem graça e energia, e he capaz de nella se escreverem todalas materias dignissimamente, assi em prosa como e verso.

Capitulo XXIII.

E a lingoa Portuguesa com razão se pode ter em muito, e chamar ditosa, pois por ella se anunciou e manifestou a tantas gentes, e de tam remotas e estranhas provincias, a fé de nosso Senhor Iesu Christo, e foi causa de se tirarem as erroneas e trevas, em que o mundo vivia.

Capitulo XXIV.

Lingoa, que tem fundamentos da Romana, ainda que corrupta lhe chamamos oje Romance.

Capitulo VI.

Orthografia da lingoa portuguesa. Obra vtil & necessária, assi pera bem screver a Lingoa Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da latina teem origem. Lisboa: por João de Barreira. 1576.

Res. 277^{2} V.

DUARTE RIBEIRO DE MACEDO
(Lisboa?, Cadaval?, 1618 – Alicante, 1680)

Não he menos excellente este Epitome, pela elegancia da narração, em que mostra o Author o muito que a Patria lhe deue com seus escrittos; pois sem recorrer a vozes estranhas, como fizeram muitos, os soube comunicar na lingoa materna, com tanta felicidade, & com tanto acerto, que na grauiade, & pureza do stylo, pòdem seruir de inueja às pennas estrangeiras, & de emulaçam às dos scriptores portuguezes, pois houue algũs que com tanta injuria quizeraõ mostrar, que lhe era necessário recorrer à outra lingoa, deixando a materna, como falta de vozes para se explicarem; ou uzando de locuçoens, & uocabulos tam exquisitos, que a escurecem, sendo de sua natureza tam fecunda, tam pura, & tam suaue, que lhe sobeja a elegancia que se acha nas lingoas Franceza, Castelhana, & Italiana, como testemunha o Desembargador Duarte Nunes de Leão na sua Origem da Lingoa Portugueza, & excellentemente João Franco Barreto na sua Ortographia, [. . .].

Licenças do Paço
Vida da Emperatriz Theodora, Offerecida à PRINCEZA N. S.ra jurada sucessora destes Reynos. Lisboa: Na Officina de Joam da Costa. M.DC.LXXVII.
L. 6573 P.

FR. FRANCISCO BRANDÃO
(Alcobaça, 1601 – Lisboa, 28-IV-1680)

Alguns se persuadem que faltou a elRey Dom Dinis o conhecimento della (da lingoa Latina), por verem que a degradou do Reyno, mandando que os processos, e actos judiciaes se escreuessem na lingoa vulgar portuguesa, e não na Latina, como era costume, donde parece que a desestimaua, como desconhecida. O intento todauia foi mui diferente à imitação de seu auõ elRey Dom Afonso Sabio, que ordenara o mesmo nos Reynos de Castella a fim de melhorar a lingoa materna, ainda que com ser zelosa a tenção de ambos, saio infructuosa nos effeitos; porque em consideravel melhoria na lingoa propria se perdeu o uso vulgar da Latina tão necessaria. [. . .]

Trabalhou elRey Dom Dinis muito para enriquecer a lingoa Portuguesa, e a este fim mandou traduzir nella muitos liuros escritos em varias lingoas, que hoje nos faltão. [. . .]

Por respeito do nosso Rey D. Dinis se presume, que introduzirão em Castella escreuer os versos em lingoa portuguesa [...]. Durou o uso das coplas Portuguesas em Castella atè o tẽpo de Henrique Terceiro [...]. Hoje vemos trocado o estilo com justo sentimẽto dos que zelão a pureza, copia, suauidade, e elegãcia da nossa lingoa, achandose neste Reyno poucos que escreuão versos, e não seja na lingoa estrangoeira de Castella [...]. He magoa grande ver o esquecimeto, e desprezo da lingoa natural, e atè os Santos o não puderam sofrer. São Gregorio magno escreuendolhe em Grego hũa senhora Romana, [...] não quis responderlhe: só lhe mandou dizer por Narsa, a quem escreuia, que não respondia a hũa mulher, qual sendo Latina, escreuia as cartas em lingoa Grega. Para mostrar meu sentimento baste o dito.

Quinta parte da Monarchia Lusitana, que contém a Historia dos primeiros vinte e tres annos d'elRei D. Diniz. Lisboa: por Paulo Craesbeeck. 1650.
Res. 780 V.

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO
(Lisboa, 23-XI-1608 – 24-VIII-1666)

Português. Assim é; porém agora, que melhor vos esforçastes para ser melhor ouvido, entendo que se vos não troca na boca a linguagem, que é, falando em bom português, parvoíce a quem o finge e desgraça a quem o padece.

Escritório Avarento.

Gil. Mestre, não faleis latim,
Que eu nunca fui estudante.
Poeta. Falarei, como mandais,
Bom português velho, relho.
Gil. Crede que é melhor conselho.
[...]
Brites. Mas que não tenham ceitil,
Saibam falar português,
tenham arte!
[...]
Gil. Falai bem, Dom Beleguim.
Afonso. Português é, não latim...

Auto do Fidalgo Aprendiz.

JOÃO PINTO RIBEIRO
(m. Lisboa, 11-VIII-1649)

Verdadeyra he a maxima, que encoanto houver Portugueses, nunca Castella gosarà este Reyno, nẽ comerà delle bo bocado. [...] Todas as cautellas de que Espanha tẽ usado para sua conservação, lhe abreviarão seus infortunios, e sua ruina. Peor lhe serà, se como o animal que caiu no laço, se apertar mais forsejando por se desatar [...].

Igoal disparate he cuydar, que se podião confundir as lingoas; tendo o exemplo tão de casa. Là deyxou excrito Estrabão, que em Espanha se fallavão em seu tempo differentes lingoas. Foy Espanha tão acalcanhada de Romanos, Godos, Alanos, e Suevos, tão oprimida de Mouros, e nunca se confundirão as lingoas, nẽ se reduzirao a hũa. Bẽ manҫa, e pacifica possuiraõ os Reys de Castella de tantos annos a esta parte, Biscaya, Galiza, Catalunha, Navarra, e Aragão: nunca porẽ efeytuarão, que todos se fizesse hũa só lingoa. Como logo o havião de obrar assi só em Portugal? Este meo animo lhes agradece agora Deus.

Desengano do Parecer Enganoso, que se dev a El-rey de Castella Dom Felippe IIII contra Portugal. Lisboa. 1645.
Res. 881 V.

JOÃO SOARES DE BRITO
(Matosinhos, 21-II-1611 – 1664)

Seja logo conclusão certa que CAMOENS não só não errou em pintar o Ganges e Indo sem *urna* e *cornos*, mas antes acertou em os não pôr (ainda que se devão), assi porque isto mesmo avião feyto tantos Poetas e principalmente Virgilio, como porque na lingoa Portuguesa não soava taobem esta palavra *cornos* como na Latina, e as palavras dos Poemas heroicos hão de ser escolhidas e graves, e quando forem de outra qualidade se hão de usar raras vezes, principalmente em personajes de homẽs, que o Ganges e Indo representavão [...].

Apologia em que se defende a poesia do príncipe dos poetas de Hespanha Luís de Camões, no canto IV, da estancia 67 a 75, e canto I, estancia 21; e responde ás censuras de um critico destes tempos. A João Rodrigues de Sá Menezes, cavalheiro da Ordem de Santiago, Camareiro-mor d'el-rei D. João IV, etc, etc... Lisboa: por Lourenço de Anvers. 1641.
CAM. 390 P.

LUIZ AFFONSO DE CARVALHO

Dialogo quarto
§IIII
[...] Los mejores vocablos Espanoles son aquellos que más se llegan a la lengua Latina.
[...] En nuestra nacio Espanola ay variedad de vocablos, como son Castellanos, Asturianos, Gallegos, Portugueses, y otras differentes lenguas [...].

Cisne de Apolo. Medina del Campo. 1602.
L. 1807 P.

MANUEL CORREIA

Pois dos estrangeyros [...] foi tao estimado que não se contentou cada hũa dellas com menos que com o appropiarem a si no modo que podia ser: traduzindo o em suas linguas com tanta curiosidade que em Castella se fezerao tres traduçoes: em Italia hũa: em França outra, posto que eu a nao vi: e atee em Latim se começou a fazer outra neste reyno, per hum dos mayores Poetas Latinos que Portugal teue; que a morte atalhou, priuãdonos de tamanho bem. Porque, como o Camoes, foy tão grande imitador da mais heroica Poesia Latina: e soó a humildade da nossa lingua Portuguez lhe podia humilhar o seu grande espirito Poetico, em que nenhum dos mais famosos lhe leuou ventagem. Tornado elle à formosura da lingua Latina, hauia de ficar hum muyto heróico Poema. [...]
Esta palavra, *sagittiferas* (canto I, est. 67) e outras deste modo são causa de algũas pessoas que não sabem Latim soltarem alguas palauras contra o nosso Luis de Camoens. Quanto a mim não tem razao, antes culpa: pois reprehendem fazerse a nossa lingua rica de palavras e poderse usar das Latinas em modo do que pareção bem, como ha outras muitas que ja polo muito uso temos por nossas: o que succedera tambem nestas andando o tẽpo. Ne he bem que todos saibão tudo, porque té nos vocabulos muito nossos vemos quanta variedade ha entre os mesmos portugueses, que hũs fallão de hũ modo e outros de outro, e muitos se não entendem.

[...] Diz aqui (canto I, est. 33) Luis de Camões que era Venus affeiçoada aos Portugueses, porque via nelles partes em que se parecião com os Romanos: assi nas cousas da milicia como na lingua, a qual se parece muito com a Latina.

E os que entendem o Latim vem isto claramente: porque de todas as linguas de Europa, tirada a Toscana (inda que tambem anda muito corrupta), a Portuguesa tira mais ao Latim. E mais pura fora se os Mouros não entrarão em Portugal. Assi o tem Francisco Tamara no livro primeiro dos costumes de todas as gentes cap. 7. E Pero de Magalhães em hum dialogo que fez em defensao e louvor da lingua Portuguesa. O qual está no fim de sua Ortografia: e Ioão de Barros na sua Grammatica Portuguesa, em hum Dialogo que fez em louvor da mesma lingua.

Os Lusíadas do grande Luís de Camoens, Príncipe da poesia heróica. Commentadas pelo licenciado Manuel Corrêa. Dedicadas ao doutor D. Rodrigo d'Acunha, inquisidor apostólico do Sancto Officio de Lisboa. Por Domingos Fernandes, seu livreiro. Lisboa: por Pedro Craesbeeck. 1613.

CAM. 25 P.

[Parte deste extracto está no *Dicionário*..., 1793]

MANUEL DE FARIA E SOUSA
(Pombeiro, Felgueiras, 18[44]-III-1590 – Madrid, 3-VI-1649)

Pero quãdo esto en mi pareciera culpa, a la verdade no lo es, sino de aquelles que se muestran doctos en lẽguas estrañas, sin saber las de su Provincia, ni aú la que es tan parecida a la Castellana como la Portuguesa [...].

La lengua en que escrivió [Camões] es la Portuguesa, suya propia. Obligòle a ello el conocimiento de dos cosas: una, que ningum hombre grande escrivio en lengua agena sin alguna gran necessidad, que en esto no podia concurrir. [...] Otra, que la Portuguesa no cede a la de màs estima. No es este lugar de argumentos: digo solo, que en ella concurrẽ dos cosas, que por ventura juntas no se hallan en otra que la Latina; i son, que si quereis hablar amores, ninguna es tan tierna; i si arrogancias, ninguna es màs pomposa, llena, y grave [...].

A lo menos yo no puedo dexar de reirme, de quien escriviendo en su naturaleza, escrive en otra lengua que no sea la suya primera, i despues la Latina [...].

Diran algunos, que devieramos observar esta doctrina que enseñamos. [...] Siempre escribimos fuera de la patria, adonde no corre nuestra lengua; i para escribir en la agena hemos trabajado mucho. Los que aqui vamos censurando, ni trabajan en esto, creyendo ser cosa que se viene de valde, ni en

[44] Nascido na sua Quinta do Souto, a 19, reza Diogo Barbosa Machado.

las niñas de los ojos de su patria es justo que se nieguen a su lengua. Obras teuemos escritas en la nuestra, que ningun interes hasta agora no hizo passar en la estraña, esperando que algun dia se lograràn sin nota. Esta tuvimos por precisamente necessario que fuesse en Castellano, por lo mucho que dessea entender bien este Poeta en esta mayor parte de España.

Lusiadas de Camões, principe de los poetas de España. Al Rey nuestro señor Felipe Quarto, el grande. Comentados, etc. Madrid: por Juan Sanches. 1639.

L. 6258 A

15. Es necedad el dezir que en los passados siglos era rudo el lenguage. Lo que se hablava en tiempo de Ivan de Mena era elegante, i culto: i esto que oy hablamos, i nos parece muy culto, i elegante, quando venga de aqui a dozientos anos parecerà lo que oy parece àquello que agora ha dozientos anos se hablava; por ser cierto se ha de mudar esto, como se mudo essotro [...].

16. Yo no soy Castellano; pero esta lengua ha recibido algunos aumentos con mis Escritos, como lo confiesan buenos castellanos. Lusitanismos introduzgo, i quierolo hazer de mi absoluta voluntad. I si todas estas razones no bastan, para que los notadores crean que sè esta lengua tan bien como ellos, quede assentado que sus palauras son mejores que las mias; pero mis obras son mejores que las suyas; i yo pienso que haze más el que pone obras, que el que pone palabras [...].

21. Devese llamar covarde el que no osa introduzir algunas vozes estrañas en su lengua, i singularmente de la Latina, i sabe poco el que lo condena [...].

Fuente de Aganipe y Rimas Varias, Parte Primeira. Madrid: por Diego Flamengo, Andres de la Parra, Cosme Delgado. 1624-1625 e 1627.

Ed. util.: 2.ª edição. Madrid: por Carlos Sanches Bravo e Juan Sanches. 1644 e 1646.

Res. 711-712 P.

A la ceguedad desta escuela (el pensamiento Gotico, que desdezia del blandir de lança el saber tomar la pluma) sucedio el furor de los Moros, que inundàron por toda Espana: siglo en que la Lusitania mudó su nombre primero, sus limites antiguos; perdio muchos lugares, mucha policia, i el uso de la lengua Latina, con que se hazia ilustre.

Segunda parte.

En provisiones del Rey don Dionis, que fue antecedente a D. Manuel màs de dozientos anos, observamos el Pottugues con la perfeccion que oi tiene.

Prólogo, Tomo segundo.

La lengua es compuesta de la Latina, de la Francesa i Castelana, porque antes que viniesse el Conde don Enrique por lo menos lo que se escrivia era todo un Latin corrupto, i despues de venido, como era Frances, i casado con mujer Castellana, compuesta su casa destas dos nociones mezcladas con la Portuguesa vinieron a hazer de tres lenguas una sola, tan excelente, que en ella se vén dos cosas que juntas parecen incompatibles: para lo herotico, ternissimo, elegante i grave, tan copioso, que para una cosa tiene muchas palabras significativas grandemente. La Provincia adonde mas bien se habla pienso ser (si el juizio no me engana, i no me ciega la afició) entre Duero i Miño, como gente entre quien tuvo principio la formacion de la propria lengua: la en que mas mal Trasosmontes, i por donde confina con esta, la Beira, ellas son seis, entre Duero, i Miño, Trasosmontes, Estremadura, Alentejo, i Algarve. [. . .]

Todas las corruptiones de los vocablos son siempre con diminuicion de letras, i aun de silabas.

Quarta Parte, Tomo segundo, capitulos V-VI.

En tiempo delRey don Iuan el I huvo una nina en Evora, que estando en la cuna sin edad para hablar, dixo de improuiso: Real, Real, por elRey don Iuan.

En la misma ciudad en los dias delRey don Manuel huvo un nino que de dos anos, quando apenas se empieça a hablar, hablava de màs de su lengua Portuguesa, la Latina perfetamente.

Tomo II, Capitulo XVII.

Epitome de las Historias Portvgvesas[45], Tomos I e II. Madrid: por Francisco Martinez. 1628.

Ed. util.: Bruxellas: por Francisco Fonpens. [4]1677.

H. G. 25028 V.

Lengua (el Portugues), que siendo de comun consientimiento, a quien la entende, suave y magestuosa, no puedo acabar de entender la razon de hazerse dificil a algunas Naciones, y principalmente a aquellas que le son tan cercanas, y que en sus Idiomas no diferencian deste cosa considerable. Resulta, final-

[45] *Portuguezas*, em Raul Rego, "«Epítome» de Faria de [*sic*] Sousa / um dos precursores do jornalismo", *Diário de Notícias*, 1-V-1988. Cura do seu exemplar de 1628.

mente desto, que si no es entre los Naturales, viene a correr lo escrito casi la misma fortuna que lo olvidado. [...]

A penas ay traducion que no sea afrenta del traduzido. Si Poeta, se queda con entero estrago; si Historiador, con mucho menor luzimiento, porque cada lengua tiene propiedades que en otra no se consiguen.

Prólogo.

Muchas vezes estuve ponderando que de ordinario una misma cosa dicha en mediocre latin, era mas sonante, y hermosa que en perfeto idioma vulgar. Conoci (cosa facil) que la ventaja de parte de la latinidad, estava en lo proprio de las vozes, y exordio de las clausulas. Pretendi (dificil cosa) trasladar de algun modo aquella virtud a nuestro lenguaje: y sospecho he consiguido en algo mi pretension. Esta novedad es la que originó la extrañeza en los oydos, y que le hizo dar diferentes nombres por no acertale este. Costome este tanto, como puede considerar quien viere algunos Autores que escribiendo en ambas lenguas no se parecen a si mismos. Nuestro doctísimo Damian de Goes se haze tanta ventaje a si proprio con sus Opusculos latinos, en respeto de sus Historias vulgares, que totalmente se pierde, de vista.

Satisfacion Apologetica

Europa Portuguesa, segunda parte correta, illustrada y añadida en tantos lugares, y con tales ventajas, que es labor nueva... Tomos I, II e III. Lisboa: por Antonio Craesbeeck de Mello. 1678, 1679 e 1680.

Res. 987-989 V.

MANUEL DE GALHEGOS
(Lisboa, 1597 – 9-VI-1665)

A Lingua Portugueza, como não he oje a que domina, esquecèrãose della os engenhos, que com seus escritos a podião enriquecer, e autorizar: e quem agora se atreue a sahir ao mudo com hum liuro de versos em Portuguez arriscase a parecer humilde; pois escreue numa lingua, cujas frasis, e cujas vozes se vsão nas praças; o que não deixa de ser embaraço para a altiueza, que as palauras, de que menos vsamos, soão bem, e agradão em razão da nouidade, e por isso os retoricos lhe chamam peregrinas.

Comtudo, eu trabalhei muito por não bàxàr de estilo, e valime de alguns vocabulos, e termos estranhos: com toda a moderação, e com todo o rigor da retorica. De modo, que talvez se acharà a oração ornada com algua voz,

ou frasi noua: e talvez puramente Portugueza: Que assi se ha de escreuer; e este ha o modo de fallar de todos quantos Poetas Gregos, e Latinos merecèrao estimação no mundo [...].

Templo da Memoria: poema epithalamico nas felicíssimas bodas do Excelentíssimo Sr. Duque de Bragança e de Barcellos, Marquez de Villa-Viçosa, Conde de Ourém, etc... Lisboa: por Lourenço Craesbeeck. 1635.
Res. 216 V.

Nota
O primeiro parágrafo está, actualizado, em Campos, 1922: 213.

PEDRO DE FARIA E SOUSA

(Manuel de Faria, y Sousa) ilustrô su lengua Castelhana más que natural ninguno suyo: porque ello es cierto, que el mayor lustre (y esto lo confiesan los mismos Castellanos más entendidos) que ella tiene, es despues que Manuel de Faria escribio en ella, y que del se puede dezir cõ toda verdad, que siendo estraño en ella, enseñó a sus naturales con su estilo el modo por donde podian aprender a hablar mejor en su legua.

In: Manuel de Faria, y Sousa. 1674. *Ásia Portuguesa*. Tomo II. Lisboa: por António Craesbeeck de Mello.
Res. 1799-1801 V.

Bibliografia

I

Autores e obras citados e com material pertinente; *asterisco indica que não estão em* Campos.

Andrade, Jacinto Freire de. 1671. *Vida de D. João de Castro*. Lisboa. HG. 3884 V.

*Barreto, João Franco. 1981. *Eneida Portuguesa* [Lisboa, 1664-1670]. Ed. de Justino Mendes de Almeida. Lisboa: INCM. 18-19 [Parecer do revedor de livros Diogo Marchão Temudo.]

*1671. *Ortografia da Língua Portuguesa*. Lisboa. L. 322 V.

Bernardes, P. Manuel. *Nova Floresta*. T. I. *In*: Agostinho de Campos. 1921, 1926. *Paladinos da Linguagem*. I. Lisboa.

Brandão, Fr. Francisco. 1650. *Monarchia Lusytana*. 5.ª parte. Lisboa. Res. 780-781 V.

Brito, Fr. Bernardo de. 1597. *Monarchia Lvsytana*. Alcobaça. Res. 1270 V.

1609. *Segunda parte da Monarchia Lvsytania*. Lisboa. Res. 1271 V.

Brito, João Soares de. 1641. *Apologia em que defende Ioao Soares de Brito a Poesia do Príncipe dos Poetas d'Hespanha Luís de Camões*. Lisboa. CAM. 390 P.

Camacho, Diogo. *Fénix Renascida*. *In*: M. Ema Tarracha Ferreira. 1973. *Textos Literários*. Lisboa: Aster.

Câmara, Jorge da. *In*: Vitor M. de Aguiar e Silva. 1971. *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos.

Carvalho, Luiz Affonso de. 1602. *Cisne de Apolo*. Medina del Campo. L. 1807 P.

Castelo Branco, Vasco Mousinho de Quevedo e. 1611. *Affonso Africano*. Lisboa. L. 3408 P.

Correia, Manuel. 1613. *Os Lusíadas do grande Luís de Camões. Príncipe da Poesia Heróica*. Lisboa. CAM. 25P.

Cunha, D. António Álvares da. 1679. "Licenças". *In*: *Europa Portuguesa*. T. II. Lisboa. Res. 288 V.

Delicado, P. António. 1651. *Adágios Portugueses reduzidos a lugares comuns*. Lisboa. Res. 288 V.

Encarnação, Fr. António da. 1622. "A Rainha Nossa Senhora". *In*: Fr. Luís de Sousa. *Historia de S. Domingos*. T. III. Lisboa. R. 8973-78 V.

Faria, Manuel Severim de. 1805 [1624]. *Discursos Vários Políticos, novamente reimpressos e corrigidos...* Lisboa. HG. 5469 P.

Fernandes, Domingos. 1781 [1607]. "Prólogo". *In*: Fernão Álvares do Oriente. *Lusitânia Transformada. Agora reimpressa e revista...* Lisboa. L. 15826 P.

Galhegos, Manuel de. 1635. *Templo da Memória*. Lisboa. Res. 216 V.

Herrera, Alonso Alcalá y. 1654. *Jardim Anagrammatico de Divinas Flores Lusitanas, Hespanholas e Latinas*. Lisboa. L. 1243 A.

Leão, Duarte Nunes de. [4]1945 [1606]. *Origem da Língua Portuguesa*. Estudo preliminar e anotações de José Pedro Machado. Lisboa.

Lobo, Francisco Rodrigues. [1619]. *Corte na Aldeia*. [Várias edições.]

Macedo, António de Sousa de. 1631. *Flores de Espana, Excelências de Portugal*. Lisboa. HG. 4101 V.

Macedo, Duarte Ribeiro de. 1677. *Vida da Emperatriz Theodora*. Lisboa.

*Martires, Próspero dos. *In*: Vítor Manuel de Aguiar e Silva. 1971. *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos.

Melo, D. Francisco Manuel de [1665; 1721]. *O Fidalgo Aprendiz*; *Relógios Falantes*. [Várias edições.]

Oriente, Fernão Álvares do. 1781 [1607]. *Lusitânia Transformada. Agora reimpressa e revista...* Lisboa. L. 1582 P.

Pereira, P. Bento. 1666. *Regras Gerais, Breves e Compreensivas da Melhor Ortografia, com que se podem evitar erros no escrever da Língua Latina e Portugueza*. Lisboa. L. 291 P.

1647. *Thesouro da Língua Portugueza*. Lisboa. L. 2847 A.

Purificação, Fr. António da. 1642. *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho*. 1.ª parte. Lisboa. Res. 881 P.

Quintela, Diogo Mendes. 1615. *Conversão e Lagrimas da Gloriosa S. Maria Magdalena.* Lisboa. L. 4986 P.

Ribeiro, João Pinto. 1645. *Desengano ao Parecer Enganoso Que Se Deu a el-Rey de Castela D. Filipe III contra Portugal*. Lisboa. Res. 881 P.

*Roboredo, Amaro do. 1619. *Methodo Grammatical para Todas as Línguas*. Lisboa. L. 148 V.

Sepulcro, Fr. Manuel do. 1669. *Refeiçam Espiritual* [...]. Lisboa. Res. 6070 A.

Silva, Fr. Bernardino da. 1620-1627. *Defensam da Monarchia Lusitana*. Parte I, cap. I. Lisboa. H. G. 5452-53 P.

*Sampayo, Antonio de Villas Boas e. 1676. *Nobiliarchia Portuguesa*. Lisboa. HG. 12421 P.

Sousa, Fr. Agostinho de. "Licenças da Ordem". *In*: Fr. Luís de Sousa. 1622. *História de S. Domingos*. 1.ª parte. Lisboa. R. 8973-78 V.

Sousa, Manuel de Faria e. 1646. *Fuente de Aganipe*, *o Rimas Varias*. Madrid. Res. 711-12 P.

1674. *Epítome de las Historias Portuguesas*. Lisboa. HG. 25028 V.

1674, 1675. *Ásia Portuguesa*. T. II, III. Lisboa. Res. 1799-1801 V.

[2]1678, 1679. *Europa Portuguesa*. T. I, II. Lisboa. Res. 987-89 V.

1972. *Lusíadas de Luís de Camões*, comentados por Manuel de Faria e Sousa. Lisboa. L. 6258 A.

Sousa, Pedro de Faria e. "Prólogo". *In*: Sousa, Manuel de Faria e. 1674. *Asia Portuguesa*. T. II. Lisboa. Res. 1799-801 V.

Vera, Álvaro Ferreira de. 1631. *Ortografia ou Modo para Escrever Certo na Língua Portuguesa*. Lisboa. L. 321 V.

Vieira, P. António. [1679] *Sermão da Sexagésima*. [Várias edições]

1678. "Aprovação da terceira parte da *História de S. Domingos, particular do Reino de Portugal*". *In*: Fr. Luís de Sousa. *História de S. Domingos, particular do Reino de Portugal*. Lisboa. Res. 50 A.

II

Autores e obras sem material pertinente.

Andrade, Paulo Gonçalves de. 1629. *Varias Poesias*. Lisboa. L. 3292 P.

Brandão, Fr. António. 1632. *Monarchia Lusitana*. 3.ª parte, 4.ª parte. Lisboa. Res. 778-779 V.

1672. *Monarchia Lusitana*. 6.ª parte. Lisboa. Res. 780-781 V.

Brito, P. Bernardo de. 1603. *Elogios aos Reis de Portugal*. Lisboa. Res. 748 V.

Caminha, Gregório Martins. 1649. *Tractado da Forma dos Libellos*. Coimbra. SC. 2048 P.

Cardoso, Mateus. 1624. *Doutrina Cristã em Lingua do Congo*. Lisboa. Res. 268 V.

Carneiro, Diogo Gomes. 1641. *Oração Apodixica aos Scismaticos da Patria*. Lisboa. Res. 1525 P.

Collares, Nicolao Fernandes. 1698. *Sermão do Mandato*. Lisboa. R. 21775 P.

Dias, P. Pedro. 1697. *Arte da Língua de Angola*. Lisboa. Res. 229 P.

Faria, Fr. Tomé de. 1624. *Sermão Feito na Canonização de S. Ignacio de Loyola*... Lisboa. R. 21775 P.

Fragoso, Juan de Mattos. S. d. *El Letrado del Cielo*. Sevilha. L. 2914[6] V.

Galhegos, Manuel de. 1628. *Gigantomachia*. Lisboa. Res. 1154 P.

Gracián, Lourenço. 1659. *Arte de Ingenio.* Lisboa. Res. 153 P.

Herrera, Alonso de Alcalá y. 1679. *Novo Modo Curioso, Tratado e Artificio de Escrever com Uma Vogal Somente*. Lisboa. L 1666 P.

Lacerda, Fernando Correia de. 1674. *Panegírico ao Ex. Senhor D. António Luis de Menezes [...] Escrito em Gloria da Nação Portugueza*. Lisboa. HG. 22837 P.

Macedo, António de Sousa de. 1640. *Ulyssipo. Poema Heróico*. Lisboa. L. 3433 P.

1647. *Panegyrico sobre o Milagroso Sucesso, com Que Deus Livrou a elRey Nosso Senhor, da Sacrílega Traição dos Castelhanos*. Lisboa. HG. 5912 P.

1656. *Fala Que Fez o Doutor António de Sousa Macedo no Juramento de Rei [...] D. Affonso VI.*... Lisboa.

1682. *Domínio sobre a Fortuna e Tribunal de Razão*. Lisboa. R. 23416-17 P.

1916. *Duas Cartas Escritas de Inglaterra a ElRei D. João IV*. Lisboa. HG. 10742 P.

Melo, D. Francisco Manuel de. *Hospital das Letras*; *Visita das Fontes*. [Várias edições]

Miranda, Martim Affonso de. 1624. *Tempo de Agora em Diálogos*. Lisboa. SA. 1251-52 P.

Monteiro, P. Diogo. 1630. *Arte de Orar*. Coimbra. Res. 2598 P.

Oliveira, António Gomes de. 1617. *Idylios Marítimos e Rimas Varias*. 1.ª parte. Lisboa. L. 3513 P.

1641. *Panegírico ao sempre Augusto Rei D. João IV*. Lisboa. L. 3268 P.

Poyares, P. Pedro. 1667. *Diccionario Lusitano Latino*... Lisboa. HG. 115-116 V.

Prazeres, Fr. João dos. 1603. *Abecedario Real*... Lisboa. SC. 1611 P.

Rebello, Manuel Coelho. 1658. *Musa Entretenida de Varios Entremeses*. Coimbra. L. 23183 P.

Ribeiro, João Pinto. 1645. *Preferência das Letras às Armas*. Lisboa. Res. 93 V.

1644. *A Acção de Aclamar el-Rey D. João IV*... Lisboa. Res. 96 V.

Reboredo, Amaro de. 1621. *Raízes da Língua Latina*... Lisboa. L. 4211 V.

Saraiva, António de. 1689. *Señor. Estas Estancias Pone a los Reales Pies de V. Majestad*... Madrid. HG. 15121 P.

Silva, André Nunes da. 1671. *Poesias Varias Sacras e Profanas*. Lisboa. L. 1671-72 V.

1686. *Hecatombe Sacra ou Sacrifício de Cem Vitimas, em Cem Sonetos*... Lisboa. L. 3303 P.

Sousa, Manuel de Faria e. 1624. *Divinas y Humanas Flores*. Madrid. Res. 3329 P.

1647. *Noches Claras*... Lisboa. Res. 1098 P.

1666. *Ásia Portuguesa*. T. I. Lisboa. Res. 1799-1801 V.

1680. *Europa Portuguesa*. T. III. Lisboa. Res. 987-89 V.

1681. *África Portuguesa*. Lisboa. Res. 292 A.

Varella, Aires. 1642. *Sucesos Que Houve nas Fronteiras d'Elvas, Olivença, Campomayor*... Lisboa.

Vasconcelos, Agostinho Manuel de. 1641. *Elogio ao 1º de Dezembro de 1640*. Lisboa. Res. 219 V.

III

Bibliografia geral (útil para enquadramento da época e do assunto em estudo, a acrescentar à referida no corpo do texto e em rodapé).

Aquino, Tomas José de (trad.). [2]1750. *Delicioso Jardim de Rhetorica*. Lisboa. L. 12906 P.

Belchior, Maria de Lourdes. 1971. *Os Homens e os Livros. Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Verbo.

Boléo, M. Paiva. 1943. "Defesa e ilustração da língua". *In*: *Biblos* (Coimbra), XIX: 357-397. J. 5543 B.

Buescu, Maria Leonor Carvalhão. 1971. "Dois ortografistas do século XVI". *In*: *Boletim de Filologia* (Lisboa), XXII: 33-42.

Campos, Agostinho de. 1939. *Língua e Literatura*. Lisboa. L. 12577 V.

[3]1945. *Língua e Má Língua*. Lisboa: Bertrand.

Carvalho, J. C. Herculano de. 1968. *A Língua como Factor de Unidade*. Coimbra. L. 15564 V.

Cunha, Arlindo da. 1959. *A Língua e a Literatura Portuguesa*. Braga. L. 16345 V.

Cidade, Hernâni. 1932. "O conceito de poesia no século XVII. D. Francisco Manuel de Melo". *In*: *Boletim de Filologia*, I: 235-248.

1950. "João de Barros. O que pensa da Língua portuguesa – Como a escreve". *Id*., XI: 304-319.

[6]1975. *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*. I. Coimbra.

Dicionário da Língua Portuguesa. 1993. Reprodução fac-similada da ed. de 1793. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Estaço, Gaspar. 1974. *Várias Antiguidades de Portugal*. Lisboa. HG. 2628 V.

Figueiredo, Fidelino de. [3]1946. *História da Literatura Clássica*. S. Paulo.

Fonseca, António de Melo da. 1842. *Antídoto da Língua Portuguesa*. 2.ª parte. Lisboa.

Gonçalves, F. Rebelo. 1936. "História da Filologia Portuguesa I / Os filólogos portugueses do século XVI". *In*: *Boletim de Filologia*, IV: 1-13.

Lapa, Rodrigues. [3]1972. *Historiadores Quinhentistas*. Lisboa: Seara Nova.

Lausberg, Heinrich. [2]1972. *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: FCG.

Machado, José Pedro. 1959. *Em Louvor da Língua Portuguesa*. Lisboa. L. 15124 V.

Macedo, José Agostinho de. 1811. *Motim Literário em Forma de Soliloquios*. T. I. Lisboa. PP. 7277 P.

Pageaux, Daniel-Henri. 1971. *Images du Portugal dans les Lettres Françaises (1700-1755)*. Paris: FGC / CCP.

Pereira, Maria Helena da Rocha. 2006. "Elogios da Língua Portuguesa". *Máthesis* (Viseu), 15: 257-273.

Portugal, D. Francisco de. 1745. *Elogio ao Illustrissimo, e Excelentíssimo Senhor Marquez de Abrantes*, *D. Rodrigo Annes de Sá*. Lisboa.

Ribeiro, João Pedro. 1835-1836. *Reflexões Filológicas...* Coimbra. Res. 541 P.

Sampaio, Albino Forjaz, dir. 1929-1942. *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*. 4 vols. Paris – Lisboa: Aïllaud – Bertrand.

Tavares, José Pereira. 1923. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa.

Teyssier, Paul. 1990. "L'Humanisme portugais et 'Europe". *Études de Littérature et de Linguistique*. Paris: Centro Cultural Português. 1-26 [em

particular, 21-26].

Vasconcelos, Frazão de. 1933. "Ortografistas portugueses dos séculos XVI a XVIII". *In*: *Língua Portuguesa* (Lisboa), vol. III, fasc. VIII. L. 11934 V.

O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX seguido de *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* e outras reflexões

A Fernando Venâncio

I

Descobriram os portugueses do século XX o Brasil intelectual? Não. Em finais de 1904 e inícios de 1905, esforçou-se Jaime Batalha Reis, antigo membro do Cenáculo, por estabelecer o quadro da nunca adulta relação entre os dois povos. O século mal balbuciava e, assim, devemos ler *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*[1] mais como balanço de falha oitocentista...

Em 3 de Outubro de 1904, Alberto de Oliveira, «na qualidade de director duma revista mensal», convida Batalha Reis a escrever na *Serões* / Revista Mensal Illustrada. De Londres, onde exerce as funções de cônsul avisado – na defesa de que, como quaisquer outras matérias-primas, também a cultura é exportável –, Reis propõe e avança com sete capítulos de um ensaio que acidentes não explicados na correspondência trocada com aquele director deixarão em estado de esboço ou projecto interrompido e inéditos até 1988. Seria o desinteresse da revista pela proposta de compreensão do universo intelectual brasileiro? Seria o facto de o articulista exigir o triplo do pagamento oferecido? Ou foi mesmo por força das desinteligências havidas entre o director e o proprietário de *Serões*?

[1] 1988. Organização, Prefácio e Notas de Elza Miné. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Seja como for, o modo fragmentado, caótico, sem pruridos e a espaços cintilante de abordar as questões, deu-nos, na pena de Batalha Reis, o quadro lamentável de um país na viragem do século – país que ainda não resolveu as águas paradas de uma cultura ignorando a própria seiva... O propósito vem explicitado logo no segundo parágrafo:

> Entre as muitas coisas importantes e urgentes a fazer em Portugal, avulta [...] o mostrar aos Portugueses a existência, por a grande maioria deles apenas suscitada, dum 'Novo Mundo' moral – o Brasil pensante e literário. É este descobrimento, esta exploração de Geografia sentimental, que eu desejaria iniciar [...]. (p. 47)

Batalha Reis tem trato, em Londres, com pequena colónia de brasileiros cultos – caso de Nabuco –, todos comungando da situação «absurda» que é os portugueses conservarem-se «estranhos ao movimento intelectual desses pensadores do seu sangue, desses criadores da sua língua». O panorama livreiro é de fácil transplante para hoje: «Os livros brasileiros [...] não são vendidos, não são lidos, não são estudados nem criticados, nem sequer em Portugal.» (p. 51)

Sem meias medidas, dá-nos «A explicação mais compreensiva que [...] existe na base de todos os problemas portugueses», a saber, «a falta de cultura na imensa maioria das populações». Sendo «colossal a proporção dos Portugueses analfabetos» (p. 55), percorre o milhão (entre cinco) de alfabetizados e encontra, no topo, a classe dos «intelectuais por profissão», que «vão todavia na rotina das ideias definidas, há muito, por outros» (p. 56).

Também a geografia física não escapa: Lisboa é uma aldeia desmesurada e, embora necessariamente opulenta quando comparada com o que era 25 anos antes, «nada prova que seja mais inteligente, ou muito mais sentimentalmente culta» (p. 57).

A «malevolência profissional» da nossa crítica literária fá-lo dizer que, «intelectualmente, e a muitos outros respeitos, Portugal inteiro é uma característica vila de província» (p. 58).

O tom-base típico dos Vencidos da Vida vai dar lugar a considerações sobre a emigração, perscrutando o concidadão nas plagas ame-

ricanas. Depressa opõe, na vivência psicológica, «O optimismo dos brasileiros, e o pessimismo dos portugueses» (p. 64), que assentam, à partida, na relação com os vastos ou limitados territórios que pisam, denunciando melhor essa diferença (que também o é de tempos, pela preferência do futuro no Brasil ou do passado na Lusitânia) no modo como nos fechamos em vogais mudas, enquanto, detendo-se na ênfase, os brasileiros abrem as vogais e revigoram a língua.

É no tratamento da língua, no fim de contas, que Batalha Reis (de profissão, geógrafo, e, aqui, moderno Caminha em novos achamentos) mais arrisca, polemiza e cria. Para ele, uma «nova raça sentimental» (p. 67) exige uma «língua brasileira», diferente da portuguesa. Consente: «Nem no vocabulário, nem na sintaxe, nem na forma de exposição dos processos mentais, a língua dos brasileiros é, por agora ainda, radicalmente diferente da língua dos portugueses. É-o porém já como sistema de sons expressivos.» (p. 68)

Estes, que resultam de condições nacionais específicas e nos distinguem dos demais neolatinos, sofrem identificação simbólica «com o carácter do espírito nacional português» (p. 60):

> As numerosas e como que modestas vogais mudas ou surdas, a aspereza forte dos 'che', dos 'ss' finais, da língua nacional de Portugal, dão aos portugueses uma impressão de simplicidade natural, sinceridade, intimidade tranquila, gravidade, virilidade, força, calma – e correlativamente, da ausência da afectação, pretensão, pompa, declamação, espectáculo, exagero sentimental, como que fraqueza feminina. (p. 70)

Estas características opõem-se às que se nos oferecem na língua do Brasil, no castelhano ou no italiano.

Os dados do problema não são, hoje, como não eram ontem (basta lembrar a poesia espectacular e declamatória que por todo o século XIX correu), tão lineares. Nada impede, porém, esta conclusão, que pode sempre funcionar como bom tiro de partida: «As duas línguas portuguesa e brasileira foneticamente opostas, sistemas sonoros de expressão para dois sistemas psíquicos em evidente estado de separação, criaram,

como todos sabem, o que chamarei uma das antipatias internacionais que separam moralmente os povos de Portugal e do Brasil.»

Tal exagero é corroborado pela convicção (que fará sorrir quem vê telenovela) de que «nunca actores nem oradores brasileiros, nunca actores nem oradores portugueses, poderão produzir todo o efeito das suas faculdades senão diante de auditórios de compatriotas, respectivamente» (p. 73).

II

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* – como primeira pedra (já em versão portuguesa[2]) de dicionário da lusofonia – pode ser um bom desmentido a articulista tão pessimista e ainda preso à imutabilidade das línguas.

O tomo I representa, pela sua força e qualidade, o que considero a obra-prima da Língua. Os seis tomos [até Setembro de 2003] formam uma espécie de romance do idioma, com 228 500 entradas-personagens correspondendo a 376 552 acepções, das quais ficamos a conhecer, idealmente: a pronúncia correcta; origem e formação, data de entrada no português e respectiva fonte de datação (104 164 datações / origem); exemplos e níveis de uso; plurais específicos; empregos locucionais ou regionais; sinónimos (415 515), antónimos (26 414) e suas variantes; derivações de sentido; múltiplas informações gramaticais; formas históricas de grafia (57 032); elementos para criação de palavras (13 295); outros comentários pertinentes. A História, da língua e da lusofonia, enciclopediza-se neste universo de elementos simples, que será maior por vontade de cada falante e estudioso do português, nacional ou não.

A versão em português europeu – devedora de dez anos de trabalho do Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, que vai aperfeiçoando o mesmo dicionário –, por que se responsabiliza equipa dirigida por João

[2] Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia – Portugal. 2002. Tomo I. Lisboa: Círculo de Leitores. Os restantes cinco saíram em 2003 e, logo, foram os seis reunidos em 2003. Três tomos. Lisboa: Temas e Debates.

Malaca Casteleiro, procedeu a várias alterações, de que relevo as adaptações: ortográfica, fonética, homonímica e paronímica, sintáctica, lexical, morfológica. Atentos às regências verbais e deverbais, alargou-se a informação gramatical especificamente europeia e concluiu-se por novas entradas ou variantes terminológicas específicas do nosso caso. Malaca Casteleiro espraia-se longamente sobre estas matérias na introdução, um dos utilíssimos capítulos (p. XVI-XXIII) que precedem o dicionário (A-BAT). Mauro de Salles Villar, sucessor de Houaiss, e nova alma do projecto, pormenoriza (p. XXVI-LV) cada um dos aspectos dos verbetes acima referidos; o ponto 14, sobre maiúsculas e minúsculas, não refere títulos de obras literárias, cujas caixas altas e baixas não são uniformizadas no apartado mais problemático, como já direi. No ponto 32, há um estranho «fazê-lo-emos». Resolvida a gramática, com secção sobre verbos, listadas as abreviaturas, fecha a bibliografia das fontes de datação e etimologia (p. LXXIV-CXI), seguida de referências bibliográficas (p. XCII-C). É naquela bibliografia que rompem algumas falhas, a que os colaboradores portugueses não souberam responder. Não basta ser linguista; é preciso conhecer a literatura, se nos atemos a fontes de datação e etimologia.

Urge, assim: acertar a pontuação, uniformizar caixas altas e baixas, além de itálicos; corrigir títulos de obras, entre a negligência ou incompletude, a gralha por vezes divertida (um Ensertado, em vez de *Enxertado*, ou, enigmático, *Um Comentador*, 1890, também de Camilo) e o erro crasso (a culpa, aqui e nos demais casos, não pode ser imputada à equipa de revisão tipográfica do Círculo de Leitores, se os especialistas de Lisboa caucionaram o erro brasileiro): tudo isso se vê em títulos de Camilo Castelo Branco; o mesmo em nomes próprios estrangeiros, em que uma cidade apresenta duas grafias; tornar sensatas algumas datas: Garrett com discursos parlamentares em 1819, quando nem Parlamento havia? *O Bobo* em 1825, tinha Herculano 15 anos? Adolfo Coelho em 1829? *Coração, Cabeça e Estômago* é de 1868? O que é isso de *A Formosa Lusitânia* remetida para 1847-90? E *O Assassino de Macário*, 1845-1890?; perceber duplicações: há Filinto Elísio e Francisco Manuel do Nascimento; não ignorar atribuições duvidosas ou já confir-

madas: *Arte de Furtar* não é de Vieira; não inventar: repetem alguns, erradamente, que Tomé (e não Tomá) Pinheiro da Veiga escreveu *Poesias Várias*. Gil Vicente escreveu *Alinho*? Júlio Dinis devia reduzir-se a JD e não JN. Atrás destas anotações, escondem-se dezenas de quase invisíveis falhas, que, não manchando o essencial, são facilmente corrigidas em próximas edições.

Essa bibliografia mostra, também, os títulos ausentes, úteis quando de autores ricos em vocabulário, mal representados ou faltosos (e, quanto a moçambicanismos, etc., nem se fala): Trindade Coelho, Jorge de Sena, Miguéis, outros contemporâneos, mesmo Fialho de Almeida aqui parcial; esse trabalho competiria à parte portuguesa. Pelo que, admirada a obra, não queda pequeno desafio aos representantes nacionais do Instituto Houaiss.

Se, a este trabalho modelar, mau grado pequenas falhas, juntarmos a ratificação, de vez e sem hesitações, de um acordo ortográfico mínimo para vigorar – de que, ciclicamente, se fala –, teremos a unidade desejável, na diversidade possível, de uma língua que deve olhar o futuro.

III

Ora, caiu – também sobre o reeditado *Dicionário Houaiss* – um acordo ortográfico maximalista, incoerente, pacóvio. Comecemos de longe, pelo que designo a segunda vingança de Castilho.

Aprovado em Lisboa a 12 de Outubro e assinado por políticos dos Sete a 16 de Dezembro de 1990, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa deveria entrar em vigor no dia 1 de Janeiro de 1994. Contudo, lembra Edite Estrela[3], «ainda não estão reunidas essas condições prévias que o Acordo prevê», a saber, que sejam «depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa». A Assembleia da República aprovou-o em 4 de Janeiro de 1991.

[3] 1993. *A Questão Ortográfica – Reforma e Acordos da Língua Portuguesa*. Lisboa. Adenda.

Grave é que os Estados signatários não tomaram, como se comprometiam, «através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas». Bastava agarrar nas bases I-XX do Acordo e na Nota Explicativa do mesmo para criar um pequeno dicionário que desdramatizasse, nomeadamente, a grafia das palavras com consoante muda (ou não articulada), alguns quês na acentuação (sobretudo, esdrúxula) e a hifenação. Na falta desse vocabulário oficial, a autora elenca a actual e futura grafia dos casos mais comuns e problemáticos.

Antes, historia, na transcrição dos documentos oficiais, as tentativas de uniformização desde 1911. No quadro da polémica de 1986, critica, em texto introdutório pedagogicamente claro e sereno, a metodologia desinformativa dos responsáveis governamentais, que «provocaram e alimentaram a polémica e prejudicaram o consenso». Contornada a ortografia, enquanto «aparência da língua, a sua pele», Edite Estrela entra no plano político: «É necessário que Portugal e o Brasil, juntamente com os Cinco, concertem uma estratégia comum para promover internacionalmente a língua portuguesa e fomentar o ensino e estudem formas de cooperação de combate ao analfabetismo literal e regressivo.»

Já no plano técnico, considera ser «necessário prevenir e resolver algumas implicações e incidências do Acordo Ortográfico no âmbito do ensino, designadamente no que diz respeito a reciclagem de professores; actualização dos manuais escolares; adaptação de dicionários, gramáticas, prontuários e vocabulários; reedição dos livros da literatura infanto-juvenil». Esta geral falta de vontade começa muito atrás.

Em 11 de Julho de 1857, foi apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa uma "Proposta sobre a Orthographia Portugueza". Assinavam-na Castilho, Mendes Leal, Latino Coelho, A. P. Lopes de Mendonça, Rebelo da Silva, Rodrigo da Fonseca, António José Viale e o duque de Saldanha, entre outros. Com as adaptações devidas ao tempo, estava aí o programa que Edite Estrela defende. Bem como, já, o insistente critério da pronúncia em que assentaram os ortógrafos de

1990, retomando, assim, a guerra de Castilho:

> O methodo portuguez ensina, ensinou sempre, a ler por toda e qualquer escripta: pela orthographia dos sons verdadeiros, como pela graphia da erudição, verdadeira ou falsa.
> O auctor do methodo portuguez [Castilho], o qual se não deve confundir com o methodo portuguez, tem para si, que, d'estas duas diversissimas escriptas, a que em boa philosophia mais se deve recommendar para o uso geral e universal, é a phonica, pela seguinte pinha de razões[4].

E seguem as razões de quem, mais do que qualquer outro, poderia defender todas as etimologias de raiz clássica.

A comissão entretanto criada nada adiantou, mas, em 1900, de novo se preocupava a Academia em discutir «a ortografia que tem de ser adoptada no Dicionário da língua e nas publicações académicas», conforme escreve Ramalho Ortigão[5].

Ramalho desconfiava dos colectivos que nada decidem; enaltecia as individualidades que se sacrificaram a dicionarizar-nos, e, como Castilho, cindia a questão entre os «sectários da escrita fonética» e os «partidários da ortografia etimológica», concluindo: «A ortografia portuguesa é a de um povo que parece não ter mais nada que fazer senão puxar para pedante.»

A simplificação, sobre banir consoantes interpoladas e duplicadas, significava economia de tempo, tinta e papel, menor recurso ao dicionário. E conta as liberdades de alguns escritores, como Rebelo da Silva, que, obrigado a repetir palavra numa carta particular, a ortografava de maneira diversa; ou Andrade Corvo, que, ao subscritar uma carta para os Caetanos – onde vivia Ramalho –, perguntava à vizinhança: «– Como diabo escrevem vocês o nome desta rua?» «– E de tôdas as vezes em que não recebia a informação solicitada, escrevia invariàvelmente *Queitanos*, que eu acho que é como realmente deve ser», corrobora Ortigão.

Este concede, todavia, mas só uma ou outra vez, «apreciável importância na expressão morfológica da palavra» às «letras inúteis da nossa

[4] *Revista da Instrucção Publica para Portugal e Brazil*, n.º 2, 1 de Agosto de 1857.
[5] *Brasil-Portugal*, n.º 28, 16 de Março de 1900.

escrita». Veja-se aquele *Hadorothe* que «uma senhora encantadora» da província escreveu a um amigo:

> Tão inesperados hh davam ao lindo cursivo dessa dama não sei que vaga acentuação cabalística e feérica, um ar de profundo e indecifrável mistério, através do qual como que se sentia soluçar um coração rendido, arfar doloridamente uma alma avassalada.

O interlocutor, «natureza imaginativa, [. . .] teve um abalo profundo, e respondeu assim: *Heu thambem theadoro!*. . . » Moral da história: «No dia seguinte êsses dois entes uniam-se por laços mais fortes e mais doces que os da ortografia, viveram durante um ou dois anos numa dessas felicidades extáticas, inefáveis e profundas, que a pura gramática obstinadamente recusa àquêles que mais lhe querem.»

IV

As línguas têm uma história, que, nas versões mais fantasistas, desce às setenta e duas em que se fragmentou a torre de Babel, pelos muitos pecados dos homens. Também o Dilúvio secou as línguas, mas os sobreviventes cumpriram a sua missão: Túbal, neto de Noé, teria vindo às nossas costas e fundado Setúbal, o que Duarte Nunes de Leão divertidamente contesta na *Origem da Língua Portuguesa* (1606).

Destas aventuras não cuida, infelizmente, Henriette Walter, embora o subtítulo de *A Aventura das Línguas do Ocidente – A Sua Origem, a Sua História, a Sua Geografia*[6] – justificasse abordagens similares. Excelente trabalho no domínio da linguística histórica e comparatística, vai de si a importância acrescida que tomaria, quando sabemos como, por interpostos gramáticos e ideólogos de todos os matizes, falsificando a História, se necessário, os idiomas se atribuem filiações e originalidades na por vezes sangrenta luta pela afirmação ou sobrevivência. Reflexão demorada sobre os nacionalismos fundadores não seria, pois, descabida.

A respectiva geografia é, por outro lado, igualmente flutuante. Nessa medida, a tradução portuguesa, ao demarcar «línguas *do* Ocidente», cria

[6] 1996. Tradução de Manuel Ramos. Lisboa: Terramar.

um efeito mais conforme ao discurso, que, no original, era somente *L'Aventure des Langues en Occident* (1994). Seria circunscrever peregrinações, que o expansionismo extra-ocidental de algumas desmente. Mas os problemas na definição do *corpus* não deixam de aparecer, logo no preâmbulo.

As hipóteses eram: versar as oficiais em cada país, e «recensear todas as línguas faladas em cada país», ou estudar a «origem longínqua das línguas e das deslocações dos povos ao longo dos milénios» (p. 12), solução por que se optou, sem esquecer a primeira – mesmo quando outras existem para lá da oficial ou oficiais.

Se o basco, pré-indo-europeu, ainda comparece, a comunidade histórico-linguística reduz-se à matriz indo-europeia, sendo investigadas a civilização grega, a expansão celta (do gaélico ao irlandês), o Império Romano (com a formação das neolatinas, faladas em sexteto – Itália, Espanha, Portugal, França, Bélgica, Luxemburgo, perdendo-se a Roménia) e as invasões germânicas (derivando em cinco línguas oficiais – – dinamarquês, alemão, luxemburguês, neerlandês e inglês – faladas na Dinamarca, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos e Grã--Bretanha).

Ao pacífico Luxemburgo opõe-se a tumultuosa Bélgica, e, também aqui, seria de esperar uma, embora cautelosa, prospecção. Artigo em *Le Monde* (12-X-1996: 13) acentua «l'affaiblissement progressif de l'État belge et les velléités d'indépendance des Flamands» que «relancent le débat sur le rattachement de la Wallonie à la France». A questão da língua não está aí a mais. Nota-se, porém, no geral deste trabalho, equidistância em relação aos nacionalismos, logo, recusa liminar de polemicar sobre assuntos quentes. Falha notória será, por conseguinte, a da influência, presente e futura, do castelhano nos Estados Unidos, ou entrever – pelo menos, questionar – o anunciado para 2100: «renacimiento de las culturas y lenguas locales; multiplicación de los sistemas de traducción multicultural»[7]. O último capítulo escamoteia realidades acaso menos virtuais do que se pensa.

[7] *La Revista de El Mundo* (Madrid), 20-X-1996: 38.

Por força da geografia, ficou de fora o também indo-europeu ramo eslavo e, já na matriz urálica, uma série de línguas cujo ramo maior é fino-úgrico.

Aqui, é interessante notar que, aceitando outros povos do Norte – – e na União Europeia –, o finlandês é posto de lado. Ocidente mental há mil e cem anos – celebrados em 1996 –, nomeadamente desde a conversão do futuro Santo Estêvão, as investidas tártaras do século XIII e, sobretudo, enquanto guarda-avançada da Cristandade no bloqueio ao Turco de Quinhentos, é a Hungria, que sempre se apresentou a visitantes de boa vontade como partícipe da Europa Central.

Negado embora, conclui-se ser propósito da autora recensear, afinal, «todas as línguas faladas em cada país» – como, ao curar da Áustria, faz para o húngaro e esloveno; mas, numa metodologia envergonhada, define o *seu* Ocidente, que dissidentes «a Leste» dos anos 80 diriam ser, por exemplo, escrito em caracteres latinos, opondo-se, na raiz linguística (quando a ideologia era calada), ao Leste cirílico. É diferença simples, mas prenhe de sentido.

Embalados no registo bem-disposto e pedagogicamente activo, com notas bibliográficas, cronológicas e utilíssimos índices, quase esquecemos, entretanto, outras advertências.

O programa cinde-se em partículas e subtítulos, fornece múltiplos quadros e mapas e, gratificante, dá-nos graciosos jogos e passatempos, que são outras tantas sínteses da matéria e testes de aprendizagem. Um vasto e seguro conhecimento não sai minimamente beliscado – tem caução prefacial de André Martinet, antecedido, na edição portuguesa, por José Victor Adragão, que assinala as adaptações em relação ao original –, mas podemos levantar algumas dúvidas e mostrar um desagrado pontual[8].

[8] Gralhas começam logo no *Bosch* da ficha técnica. Nem são muitas – distraída «palatização» por «palatalização» na p. 179 –, sendo mais grave a repetida hesitação entre *aranês* e *aronês* e aqueles, fazendo já escola, «motivo pelo o qual» (p. 100) e «Apesar *da* crença popular afirmar» (p. 154). Responsável por tradução aceitável (desgosta-nos «charme», p. 12; «listagens», p. 150; «uma partezinha da França», p. 175; «com detenimento», p. 185; «põem de manifesto», p. 367; ficar «surpreso», p. 406), Manuel Ramos tem, outrossim, responsabilidades na precisão informativa (ainda

Quando se trata de acrescentar ou corrigir aspectos que digam respeito ao leitor português, redobraremos de particulares cuidados. O quadro "Ossian e os seus admiradores" (p. 80) pedia, assim, balanço da sua recepção em Portugal[9]. Vemos afirmados os «concelhos de Miranda do Douro, Rio de Onor e de Guadramil» (p. 184), quando estes dois são meras aldeias. Os primeiros documentos escritos em galaico-português são anteriores a 1227…

E serão tão «poucas» (p. 199) as marcas deixadas pelos invasores germânicos? O editor literário podia ter feito mais. Joseph-Maria Piel nunca é citado, quando vários artigos seus vinham a calhar (assim, *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, 1989), tanto para a toponímia germânica na Ibéria, como para o galego, rápida e facilmente assimilado ao português.

Descobrimos a Índia em 1510 (p. 211). Nesta página, onde Cabral já precede o Gama, podemos envaidecer-nos com Fernão de Magalhães, no quadro da expansão marítima portuguesa…

É, também, não pequeno favor elogiar Portugal e Brasil pelo «esforço por manterem próximas as ortografias» (p. 214). Quem diria?!

Estará «perfeitamente generalizada» (p. 217) a pronúncia, à parisiense, do fonemo múltiplo *r* (como em *carro* ou *rua*)? O combate antigalicista é mais oitocentista que do século XX (p. 219). O portunhol é silenciado. Ainda bem.

existe a «República Federal da Alemanha»?, p. 25; porque não Eslovénia em vez de ex-Jugoslávia?) e em inúmeros rodapés (a Champagne – para quê Champanha? – é Nordeste, e não Norte, p. 342), se bem que muitos pareçam desnecessários. Ou peca-se por defeito noutros lugares? Dói, contudo, um pleonástico e fatigante «hoje em dia», triplo na p. 182!

[9] *Cf.* Maria Gabriela Carvalhão Buescu. 2001. *Macpherson e o Ossian em Portugal. Estudo Comparativo-Translatológico*. Lisboa: Edições Colibri.

Polémica: Um 'Prato' Nacional

A Maria Antonieta Salgado

Entre as espécies opinativas, em Jornalismo, temos o artigo de análise e de opinião; o artigo de fundo, tão entediante e marcadamente político em Oitocentos, antecessor do editorial, com o qual pode ir a par; o comentário (em princípio, graficamente solto) do articulista ou editor da página, mas, também, de colaboradores regulares, de assinaturas episódicas, desde que respeitem o estatuto editorial da folha. Conforme a mancha gráfica se reduz e ganha em densidade, pessoalização, *charge* e ironia, teremos o apontamento, o bilhete, o eco. No colunismo, mais voltado para personalidades de fora, é mister referir o que desagua em crítica e crónica, com nascimento muito próximo nas suas origens periodísticas, enquanto devedoras do folhetim. Uma e outra variam quanto à matéria (desportiva, tauromáquica, teatral, etc.) e sua formulação. Quanto à crítica, e na particularidade literária, falaríamos em mera impressão ou juízo de valor, em nota, recensão, ensaio, esquema, dissertação e tese, tratado, sistema. Há uma importância crescente nesta hierarquização, já com foros de revista literária e até universitária a partir da recensão; o ensaio ocupa, uma ou outra vez, as efémeras páginas de diário; jamais os últimos quatro. Opinião é, ainda, citar parecer alheio (outras publicações, seleccionar frases), mormente o correio do leitor – – que integra o impositivo direito de resposta, quando este não exige local que o justifica –, o qual correio, em alguns jornais, tem redactor da casa (independente da direcção e administração) ou convidado, que obriga a mesma publicação à autocrítica, esclarece notícia, edita erratas, delimita responsabilidades: trata-se do *ombusdman* ou provedor dos leitores. Não sem ironia, muita epistolografia dessa é produzida na própria

redacção. Ficou para o fim modalidade forte na tradição nacional, e verdadeiro 'prato' nacional: a polémica.

Separação de campos, marca de poder, evoca regularmente as origens pátrias. A épica medieval portuguesa faz-se eco de diálogos cortantes entre D. Afonso Henriques e representantes da mãe, detida, e posta a ferros, na batalha de São Mamede (1128), ou entre o Fundador e delegados do Papa[1].

Nas cantigas dialogadas da lírica, ou tenções, os afrontamentos mais vivos são os de escárnio e maldizer. É a má-língua em obra, que fecunda também os *Livros de Linhagens* [1280/1285; c. 1340; do conde D. Pedro, c. 1340], a satírica no sermonário e em certas obras doutrinárias trecentistas[2].

A dinastia de Avis e um século de luta contra os oceanos varreram o sal dos ditos cortesãos. O libelo de um João Roiz de Castelo Branco contra as mulheres não sofre contradita, no mesmo espaço – *Cancioneiro Geral* (1516) – em que a temática amorosa será debatida a várias vozes no longuíssimo poema "O cuidar e suspirar". Uma Corte morna dedica-se a assunto tão candente como saber o que, no amor, mais nos deve prender: cuidar ou suspirar? Pela multidão de nomes, é o primeiro grande embate, mau grado doce... Margarida Vieira Mendes deu edição

[1] Ver Saraiva, 1979. Urger rever, aqui, para o contraditar, Castro ([1983], 1996: 150): «Borgoña intentó hacer en Castilla lo que los normandos habían conseguido en Inglaterra algunos años antes: instaurar una dinastía extranjera. Las luchas con el Islam y la vitalidad castellana malograron el proyecto, pero no impidieron que naciese un reino al oeste de la Península. No surgió ese reino desde dentro de su misma existencia [...], sino de ambiciones exteriores. La prueba es que la esencia hispanogalaica de Portugal quedó intacta, de lo cual es signo elocuente *la falta total de una poesía épica* [itálico nosso]. Si el belicismo portugués hubiera procedido de la íntima voluntad de su pueblo, como en Castilla, el conde Enrique, o su hijo Alfonso Enríquez, se habrían convertido en temas épicos. Mas los pobladores extranjeros no podían crear ninguna épica nacional, y los gallegos venidos del Norte continuaban siendo líricos y soñadores. La única aureola poética en torno a Alfonso Enríquez se ajusta al modelo galaico y santiaguista: la victoria de Ourique (1139), tras la cual Alfonso se proclamó rey, aconteció el 25 de julio, fiesta del apóstol; Cristo en persona se apareció durante la pelea, y dejó la huella de sus cinco llagas en las *quinas* del escudo portugués.»

[2] *Cf.* Martins, 1977. Já se debruçara sobre a *Corte Imperial* em Anselmo, dir., 1964: 27-49.

autónoma dos fólios 1-15 da *editio princeps* do cancioneiro resendiano[3], atribuindo à «composição colectiva mais extensa da compilação» a data de 1483. Este «longo processo judiciário em redondilhas» (p. 9-10), qual «fachada arquitectónica ou então como abertura musical e, seguramente, emblema evocativo do requinte da corte de D. João II nos começos do seu reinado» (p. 10), é aqui dividido em Primeira parte (v. 1-2353) e Segunda parte (v. 2354-3172): a disputa, sobre saber «qual era maior tormento / e dava mor sentimento» (v. 2416-2417), faz intervir dez poetas e duas gerações, vencendo, por último, o *cuidar*. A editora literária mostra-nos, entretanto, em Introdução (p. 7-51), "O cuidar e sospirar na formação da poesia portuguesa renascentista". Realça a importância da bem mais curta segunda parte, pelas novidades que introduz na nossa lírica – «o primeiro inferno de amores, o gosto novelesco e a simbologia amorosa régia de que se revestiu D. João II» (p. 19) –, analisa o conjunto no cruzamento de géneros (judicial e epidíctico) e formas poéticas medievais emergentes – «o das perguntas ou preguntas, derivado da tensó provençal e tenção galego-portuguesa, que não incluía julgamento, o da disputatio poética ou partimen medieval, e o do antigo joc partit ou conflito com uma alternativa sobre um problema de cortesia amorosa e com apelo ao julgamento» (p. 21-22) – e demora-se nos recursos retóricos: citação, formas de raciocínio, invenções e imagens, agudeza. Conhecedora das estratégias barrocas, Margarida Vieira Mendes antecipa em quase duzentos anos o conceptismo, segundo B. Gracián (1646). Na linhagem do amor cortês, não se discute, agora, nem a origem dessa patologia, nem a sua natureza: o debate «só quer saber de efeitos ou sintomas e da medida ou grau deles» (p. 40), pelo que os cuidados (de frequência vocabular quantiosa desde o cancioneiro medieval) venceriam sempre os suspiros.

Coetânea é a guerra à astrologia, de Gil Vicente a Frei António de Beja e ao cientismo português nascente. Mas, de Gil Vicente a Camões,

[3] 1997. *O Cuidar e Sospirar [1483]*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Apoiou-se no Cod. 110A – com registo, em rodapé, das variantes adiáforas do Cod. 112A, exemplares variantes da Biblioteca Nacional.

outras guerras se pressentem: aqui, Sá de Miranda defendendo a importada «medida nova»; além, António Ferreira em prol de língua, que inúmeros maltratavam.

Neste ponto, a toadilha euforizante dos gramáticos, em Quinhentos (Fernão de Oliveira, João de Barros, Magalhães de Gândavo, Duarte Nunes de Leão; nas *Regras...*, de Gândavo, edição de 1590, polemizam Petrónio e Falêncio sobre qual a melhor língua, se o português ou o castelhano), já disfórica, nas primeiras décadas de Seiscentos (com mais ideólogos que linguistas), semelha guerrilha persistente ao castelhano – em poesia e no sermonário –, associado à derivação gongórica[4]. Pedra-de-toque de inúmeros desencontros com espanhóis era o característico ditongo *ão*, que desajuda, ainda hoje, estrangeiros que falam português.

O panfletarismo da Restauração veio dar um fôlego interminável a confronto que passava da língua à política do Estado[5], nessa virulência que só retorna na folhetinagem anti-ibérica de 60 e 70 do século XIX. *Arte de Furtar* não só deu azo a interminável polémica sobre a respectiva autoria desde a *princeps* setecentista, como, na sua qualidade de libelo, responde aos provocadores de Madrid após Dezembro de 1640. Notem-se alguns capítulos de fundo jurisprudencial (XLVII, XLVIII), mormente o mais longo capítulo XVI, no espírito da literatura político-polémica, quando Espanha reivindicava autoridade sobre Portugal. Ao «Manifesto do direito» castelhano responde o autor, que, como bom juiz, atende às duas partes; as "Razoens, que ElRey D. Filippe allega contra a Senhora Dona Catharina" justificam "Reposta" com outras XIX razões, seguindo-se "Manifesto do direito da senhora Dona Catharina ao Reyno de Portugal contra D. Filippe", a cujas XIII razões respondem XIV de Filipe, logo rebatidas por quem sabe manejar as Ordenações (nunca ditas *filipinas*).

[4] Ver A. Vieira, 1679: col. 42-43: «Este desuenturado estylo, que hoje se vsa, os que o querem honrar, chamaõlhe culto; os que o condennaõ, chamaõlhe escuro, mas ainda lhe fazem muyta hora [honra]. O estylo culto naõ he escuro, he negro, & negro boçal, & muyto cerrado. He possíuel que somos Portuguezes, & hauemos de ouuir hum prégador em Portuguez, & naõ hauemos de entender o que diz?»

[5] «Mentalidade polemista» analisada em Delgado, 1986.

Se individualizarmos contendores nacionais conhecidos, poucos saberão do embate, que chegou à excomunhão, de Tomé Pinheiro da Veiga com o colector Castracani, enviado papal, nos anos 30 de Seiscentos; refira-se, entretanto, António de Sousa de Macedo e o seu *Mercúrio Português*, entre 1663 e 1665 com notícias regular e sarcasticamente desmentidas nas cartas de António Vieira: «Eu lhe sofrera o estilo – diz o Jesuíta –, com que Deus nos desse muitas ocasiões de escrever vitórias.»[6] O que há de singular é que a polémica se desenrola, já, por via da Imprensa nascente – a qual propiciará outra guerrilha sem fim, qual seja a de esclarecer as origens do jornalismo em Portugal (1626, via *Relação Universal*… de Manuel Severim de Faria? 1641, via *Gazeta*… de Manuel de Galhegos?) –, com que se constituem uma atitude e público modernos, que ajuíza desta nova forma de duelos verbais.

Após a arte da conversação em *Corte na Aldeia* (1619) e em *Hospital das Letras* (1657) – este, pois, indevidamente no I vol. de *As Grandes Polémicas Portuguesas*, a tal ponto a cordialidade se afasta de outros intuitos –, a história literária assinala a recepção ao *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), de Luís António Verney, como a primeira grande escaramuça colectiva – mas, se não se viu, ao tempo, a sua parca originalidade, temeu-se o efeito nefasto das propostas iluministas. Outros estrangeirados podíamos citar e vários poetas desbocados. Logo em 1747, de resto, a chamada «Questão do *Cid*» transfere a tónica verneyana no ensino para o gosto teatral: enquanto o 2.º Marquês de Valença escreve *Crítica* a defender o teatro espanhol (entre flores, furor, êxtase), manuscrito, não assinado, de Alexandre de Gusmão prefere a verosimilhança do classicismo francês.

A abordagem de pombalismo e antipombalismo na poesia já foi estudada[7]. Resumindo: entre 6 de Agosto de 1750 e 4 de Março de 1777, a arte de governação do Marquês é, também, a arte de propaganda em causa própria, ofuscando – ou jogando com – a figura do rei. Sebastião José não olha a meios para acrescentar à corte de beneficiados. Entreve-

[6] Carta CXVI, de 22-VIII-1665, em A. Vieira, 1997: 221. Ver Rodrigues, 2007: 245-251.

[7] *Cf.* Rodrigues, 1995: 260-261.

mos, nesse propósito, o discurso apologético saído da Arcádia Lusitana; louva-se a acção dramatúrgica de Manuel de Figueiredo; salienta-se a fidelidade de José Basílio da Gama, filtrando um crescente antijesuitismo em *O Uraguay* (1769). Com este, encerravam duas décadas de polémica contra os inacianos, já definitivamente ganha com José de Seabra da Silva, na *Dedução Cronológica e Analítica* (1767-1768), e o geral do discurso oficial. Sucede, na demissão, a vaga satírica anti-Marquês, liderada pelo soneto. É, já em tempo de D. Maria I, a análise corrosiva da obra ministerial por grupos à reconquista de posições. Num terceiro quadro, chegam ao retiro pombalino vozes apaziguadoras, com o que se relança imagem ainda não de todo pacífica no imaginário português. Embora o testemunho histórico sobreleve a apreciação literária, não deixou J. J. Carvalhão Santos de iluminar os mecanismos da criação literária epocal, convocando exemplares onde se respondem desregramento cívico e versos de maldizer.

Com o acesso da Imprensa aos púlpitos do saber, aos rés-do-chão da fantasia e à prosa familiar, deu-se um não mais acabar de chicotadas e ajustes de contas, que tantas vezes desaguaram em instrutivas bengaladas ou em duelos com feridos e mortos.

A batina não estorvava às tempestades de ódio miguelista em José Agostinho de Macedo ou Frei Fortunato de São Boaventura: aquele é dito, mesmo, «o patriarca do gazetismo político nacional, [...] o fundador do jornal de combate português, o nacionalizador do panfleto», com tiragens de quatro mil exemplares[8]; Garrett, arrasador no exílio, lá se foi esquivando. Mas, n'*O Portuguez Constitucional Regenerado*, vem "Declaração [...]" e resposta aos ataques de José Agostinho de Macedo e companhia na *Gazeta Universal*, a propósito de *O Retrato de Vénus*[9]. Também Francisco Solano Constâncio deve ser citado entre os bons polemistas na transição para o século XIX. Na lista dos 109 jornais que recenseei em 15 anos (1807-1821; Rodrigues, 2008), não

[8] Isto afirma Carvalho (Tinop), [1899] 1991: 84-85.

[9] Salgado, 1983, recolheu as peças dos contendores, para onde se remete (talvez pudesse inserir outras d'*O Portuguez Constitucional Regenerado* contra "A detestavel *Gazeta de Lisboa*").

poucos se digladiam gozosamente. Prenunciando a separação do Brasil, *O Campeão Português*... (Londres, 1819), de José Liberato Freire de Carvalho, denunciará a guerrilha dos próximos do rei: ataca o ministro Vilanova Portugal, chamando-lhe *ex-Portugal*. É proibido de circular no Reino por aviso régio de 15-XI-1819.

Herculano, que sustentou a denúncia do milagre de Ourique, no opúsculo *Eu e o Clero* (1850), dirigido ao Cardeal Patriarca de Lisboa – – tal a fúria irrazoável que o clero destilava contra a recusa do *milagre* argumentada na *História de Portugal* –, iria viver outras, da propriedade literária – contra Garrett – ao debate com A. P. Lopes de Mendonça sobre a introdução do comboio (1853). O Padre Manuel Trindade, que introduz Herculano no II vol. de *As Grandes Polémicas Portuguesas* (1967), nem cita os argumentos conservadores do Mestre contra Lopes de Mendonça, que escreve n'*A Revolução de Setembro* de Abril-Maio. Sem assinar, reagindo à ameaça do caminho-de-ferro, é muito bem interpretado por Saraiva, [2]1971; a parte de Mendonça seria coligida por Mónica, 1996. O que ninguém viu foi a contradição, senão recuo, do mesmo Herculano, que, em 15-VII-1837, no n.º 11 d'*O Panorama*, p. 86-87, defendia os "caminhos de ferro", ou, porque não assinado, deixava que alguém o fizesse no seu periódico...

A Questão Coimbrã de 1865-1866 [que, de algum modo, obscureceu *A Polémica sobre o Casamento Civil (1865-1867)*[10] – de que Herculano, aliás, foi partícipe] e o encerramento das Conferências do Casino (em 1871) animam o jornalismo – sobretudo, a verrina de Eça n'*As Farpas* de Junho deste ano, livrinhos esses que tantas alimentaram, contra António Enes e outros – e excitam o Parlamento (França, 1973), onde o discipulato castiliano de manga-de-alpaca se retorce. Impor-se-ia falar, nesta circunstância, na questão da vernaculidade em linguagem de tradução (Castilho *versus* D. João de Azevedo, 1842), fúria bem mais patente no anti-ibérico *D. Jaime* (1862) – em que os principais contrários são Ramalho, no *Jornal do Porto*, e João de Deus, n'*O Bejense* –,

[10] Fica em itálico, de forma a evocar título de Samuel Rodrigues. 1987. Lisboa: INIC.

no descorado *Poema da Mocidade* (1865) e numa outra questão tradutória, agora, do *Fausto* (1872-1873). Disputa mais que secular deu-se entre elmanistas e filintistas (entre a morte de Filinto Elísio, em 1819, e a de João Penha, em 1919; Rodrigues, 1999: 65-78).

Deixemos as variantes paródicas (Lima, 1930); as arremetidas de José de Sousa Bandeira (mais conhecido por Brás Tisana), de Urbano Loureiro, Silva Pinto, Eduardo de Barros Lobo (= Beldemónio), Eça, Fialho de Almeida e *Os Gatos*, Guerra Junqueiro, entre tantos oitocentistas[11]; mas, enquanto outros discorrem sobre as mais úteis polémicas mantidas por filhos ainda do século XIX, como António Sérgio (com Teixeira Pascoaes, por causa da Saudade; e Carlos Malheiro Dias, etc.) – no que isso também significará de cisão no século XX intelectual –, não fecharemos aquele período sem lembrar a volumosa produção de humor desopilante da bílis camiliana, *boémia do espírito* durante quatro décadas e meia inigualável, mesmo quando injusta. Editei «farpas inéditas» contra Camilo, que Alexandre Cabral não recolheu[12]. Mas, aqui, haveria lugar a um acrescento: devíamos também falar em auto-polémica, tantas vezes Camilo se atacou a si mesmo, escondido em pseudónimos.

Circunscritas cronologicamente duas grandes frentes de embates, quais foram as tidas por clássicas – ou seja, entre as letras e as armas (fundidas num Camões) e entre antigos e modernos, desta podendo dizer-se recorrente –, julgo que as polémicas mais duradouras foram (1) a questão da Língua, sua precedência e perfeição; nesta, (2) a guerrilha sustentada entre sónicos e etimologistas, no domínio da ortografia, questão já levantada por Fernão de Oliveira, na *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536), que o *método repentino* de Castilho só acicatou,

[11] Alguns desses textos estão em Rodrigues, 2004. Assinalo, porém, Sena Freitas, "Dreyfus", p. 279-282, anteriormente no *Diário de Notícias* de 25-IX-1899, como exemplo de polémica de origem externa que não entusiasma a inteligência nacional.

[12] Ver *As Farpas Modernas* / Crónica Mensal da Política, das Letras e dos Costumes, Porto, dois números em Março e Abril de 1880, por Gério Vaz. Ainda, Rodrigues, 2003: 43-55.

Alicerçada neste fundibulário, remeto, com prazer – olhando, também, à mais completa teorização sobre a polémica e ao melhor conjunto de exemplos nacionais – para Rodrigues, 2011.

e persiste ainda hoje; (3) a autoria de *Arte de Furtar*; (4) embate entre sebastianistas e seus detractores, de José Agostinho de Macedo a A. Sérgio; (5) as zangas no ensino, desde Pombal, com os pedagogos de cabeça perdida; enfim, (6) a interminável questão dos painéis quatrocentistas de Nuno Gonçalves, cuja narrativa e identificação de personagens alimenta historiadores de arte. Não se feche o século XIX sem lembrar uma estirpe nascente de fundibulários de jornal, que poderíamos representar em António Rodrigues Sampaio, João Chagas, Brito Camacho e no infausto Alves Correia (1861-1900).

Na relação literatura-música, deixemos lembrete de desaguisado entre Raul Leal e o maestro António Arroyo: aquele panfletou, em *A Appasionata de Beethoven e Vianna da Motta* (1909), contra a interpretação deste, de que nasceu polémica com António Arroyo, na revista *Arte Musical*. Raul Leal abriria outra frente com *Sodoma Divinizada* (1923), a que respondeu o futuro dignitário salazarista Pedro Teotónio Pereira, pela Juventude Católica de Lisboa; Fernando Pessoa manifestou-se – – em *A Propósito de Manifesto de Estudantes* –, defendendo o amigo Leal como «lustre da nossa raça».

Outras, no século XX, convocam futuristas obscuros, Aquilino Ribeiro e A. A. Gonçalves Rodrigues por causa do Cavaleiro de Oliveira, José Régio e Álvaro Cunhal, o Surrealismo contra João Gaspar Simões, Mário Dionísio em ruptura com o PCP nas páginas da *Vértice* (1952), Ferreira de Castro, Alves Redol, José Rodrigues Miguéis *vs*. Castelo Branco Chaves, Jorge de Sena, João Pedro de Andrade e Adolfo Casais Monteiro, David Mourão-Ferreira e João Palma-Ferreira, Alexandre Pinheiro Torres e Vergílio Ferreira (que, aliás, na *Conta-Corrente*, bate impiedosamente em Miguel Torga e António Lobo Antunes, entre muitos), já a duelar-se, também, com Eduardo Prado Coelho, que, por seu lado, acumula não poucas batalhas. A par deste, modernamente, temos Vasco Pulido Valente, José Pacheco Pereira, Eugénio Lisboa. De dois que não se largavam tratei em 1998, a saber, Alfredo Barroso e Vasco Graça Moura, que se acirraram em folhetins do *Diário de Notícias* no Verão de 1993.

Um dos segmentos mais fecundos seria, todavia, acompanhar o tão educado e humanamente acessível Eduardo Lourenço desde *Heterodoxia* (1949): em cambiantes marxistas, de que se foi afastando, e, com ele, a maioria intelectual; nos títulos provocatórios; nas imagologias, ora contestando balanços de alma nacional de Jorge Dias, ora contestado nas suas *psicanálises míticas* por Belchior, 1979, 1-14. O seu drama projectou-o ao tentar compreender, em *Destroços. O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios* (2004), António José Saraiva frente ao marxismo, de que resultaram, não dois Saraivas, mas dois *momentos* em busca da Verdade.

A diligência de A. J. Saraiva explica-se pela mudança das circunstâncias, que outros se recusam a ver. As suas análises olham à situação presente. Em carta de 22 de Junho de 1964 (Saraiva, 2011: 90-91), esclarece a sua posição face a movimento literário que lhe trouxe não poucas agruras:

> Na sua origem, o neo-realismo correspondia a um movimento forte de pensar. Era um coração que batia ao ritmo do mundo. Era um vento sadio que varria miasmas. Era a consciência adequada de uma mesma situação. Receio, todavia, que, hoje, se tenha tornado uma capelinha, destinada a justificar a mediocridade de umas tantas pessoas, a manter carreiras e posições.
> A verdade verdade [*sic*] é que aquilo a que se chamou neo-realismo não corresponde já à situação actual. Por mais incómodo que isso nos pareça, a nossa época é de revisão geral de conceitos básicos. Não estamos em 1940. Nessa época, não havia Cuba, nem Argélia, nem krutschovismo, nem maoísmo; não se sabia ainda que o capitalismo industrial é capaz de evitar as crises e a pauperização; não se sabia que o problema da desalienação não coincide com o da satisfação das necessidades básicas e com o do progresso. Sobretudo, não se tinha tornado clara a diversidade de situações em que já se encontram as classes trabalhadoras: os operários aburguesados dos países adiantados; os camponeses e operários famintos dos países atrasados; os operários e camponeses dos países socialistas avançados, que querem conservar e aumentar as suas regalias e vantagens; etc. O mundo diversificou-se, e, hoje, tem várias inovações que batem a ritmos

> diferentes. A que ritmo bate o coração português? Sabíamo-lo em 1940; não o sabemos hoje. Tudo tem de ser repensado. E, por isso, talvez o dever mais urgente do intelectual português seja o de pensar seriamente a nova realidade, pensar asceticamente, sem concessões de oportunidade, sem considerações que não sejam a do próprio vigor do pensamento. A época é de transformação e desintegração, e, por isso, também de consciencialização de uma situação nova.

«Pensar asceticamente» é o que falta à saúde da polémica, fulanizada, insossa ou tremendista, quando não inútil. A de 1865-1866 mexeu com os bonzos da capital, embora poucos leiam, hoje, as dezenas de folhetos que nela germinaram. Em cada Primeiro de Dezembro, os púlpitos nacionais celebravam a Restauração de 1640, e muitos sermões de Oitocentos, gratulatórios e em acção de graças, enquanto manifestos anticastelhanos, são a provocação inerme, desejem-se embora *polémicos*. Vamos encontrá-los em publicações como *A Crença Religiosa* – – estranhamente, o Cardeal D. Henrique sai malvisto (Lisboa, n.º 7, 26-XII-1878: 53; já, sem critério, insere outro "Sermão Patriotico" de 1876 em 1879) –, sendo mais importantes os folhetos editados pela Comissão Central Primeiro de Dezembro de 1640 desde os anos 60, às vezes, dois no mesmo ano[13].

[13] «A "Comissão 1.º de Dezembro" recebeu a sua investidura n'um grande comicio do povo de Lisboa em 1861 quando a idéa da *união iberica*, tão sonhada e encarecida além da fronteira, veiu mais uma vez reclamar protestos bem solemnes em favor da independencia de Portugal.» (*Resposta da Comissão Central 1.º de Dezembro a Alguns Subscriptores do Imperio do Brasil para o Monumento aos Restauradores da Independencia de Portugal*, Lisboa, 1874: 6). Esta Comissão regista 85 membros, sendo 80 vogais, entre ilustres do tempo. No ano anterior, o vogal efectivo Visconde de Sanches de Baena apresentara *Relatorio [...] Àcerca das Diligencias a Que Procedeu no Rio de Janeiro...* tendo em vista aquele monumento. Dos sermões, maioritariamente na Sé Patriarcal, breve colheita, sem a designação de Padre, Presbítero ou Dr.: Augusto António Teixeira, *Sermão Gratulatorio do Dia Primeiro de Dezembro Anniversario da Independencia e Restauração de Portugal Pregado na Sancta Sé Patriarchal desta Corte em 1869* (Lisboa, 1869); José Ferreira Garcia Diniz [redactor d'*A Crença Religiosa*, onde insere as suas prédicas], *Sermão Gratulatorio...*, 1971; António Maria Bello, *Sermão em Acção de Graças...*, 1871; Manuel Ribeiro de Figueiredo, *Discurso...*, 1874; António José de Figueiredo e Sá, *Sermão em Acção de Graças...*, 1874; José Vieira de

Em artigo "Sobre as polémicas na cultura portuguesa", procurava A. J. Saraiva (2004: 405-406) compreender «o porquê desta tendência tão marcada e constante, sobretudo atendendo a que o português não é agressivo nem inteiriço no seu comportamento habitual e tem repugnância – em situações normais – em matar uma simples formiga». Acrescentando:

> Podíamos imaginar que ele se compensa, pelo uso imoderado da língua, da falta de combatividade de que dá provas na vida prática. A nossa forma de guerra civil são as guerras do Alecrim e da Manjerona. O que poderia considerar-se como sintoma de um elevado nível de civilização – se é que a civilização se compadece com insultos e impropérios verbais.

Ora, «entre duas tendências muito acusadas» – o lirismo e o sarcasmo –, faltam à nossa literatura humorismo e ironia, «que supõem o domínio da inteligência. Camões, por vezes, Tomé Pinheiro da Veiga, Nicolau Tolentino, Eça de Queirós e Fernando Pessoa contam-se entre as excepções.» Não basta ser inteligente para se ter ironia. Outra hipótese é, em terra de poetas, filhos do instante ou momentâneo, disfarçar na polémica «a incapacidade para um trabalho contínuo de grande fôlego, que exige uma certa distanciação em relação à actualidade efemerial». O século XV, no seu projecto ultramarino colectivamente respondido sob um sábio poder central, confirmaria essa hipótese. A *dissipação* perturba a existência – e a bolsa – do bom lusíada.

Sousa Coutinho, *Oração Gratulatoria Que no Solene Te-Deum…*, 1875; Francisco da Silva Figueira, *Discurso Que na Santa Sé Patriarchal de Lisboa Solemnisando-se a Gloriosa Restauração de Portugal e a Collocação da Pedra Fundamental do Monumento d'ella Recordador Prégou…*, 1876; Joaquim da Silva Serrano, *Discurso em Applauso á Gloriosa Restauração de Portugal…*, 1876; Antonio Tomaz da Silva Leitão e Castro, *Sermão Gratulatorio pela Milagrosa Restauração de Portugal…*, 1882; José Alexandre de Menezes Feyo Serra, *Sermão em Acção de Graças…*, 1883; Francisco José Patrício, *Oração Gratulatoria…*, 1883; José Ferreira Garcia Diniz, *Oração Gratulatoria…*, 1884; Francisco da Silva Figueira, *Discurso Pronunciado no Dia 1 de Dezembro de 1885 na Cathedral Lisbonense*, 1885; J. B. Ribeiro Coelho, *Discurso Comemorativo…*, 1892; Francisco Martins, *Portugal. Discurso Comemorativo da Sua Restauração em 1640…*, Coimbra, 1892.

Etimologicamente grego, significando arte da guerra, o substantivo 'polémica' circula, entre nós, desde 1846. O *Diccionario dos Synonymos da Lingua Portugueza*, por J.-I. Roquette (Paris, 1848: 123-125), não o regista, se bem que distinga entre 'bellicoso', 'guerreiro', 'militar', 'marcial'. Interessa-nos, aqui, o primeiro vocábulo, associado à «tuba canora e belicosa» que o Épico pede logo na estância 5. A 7.ª edição do *Diccionario da Lingua Portugueza*, por Antonio de Moraes Silva (Lisboa, 1878; II: 470), ainda submete o nome (por ser feminino?) ao adjectivo 'polémico' (desde 1789), definindo aquela como «controversia, certamen: *v. g.* uma – litteraria.» Ao tempo, o sentido de 'polemista' – como «Gazeteiro que faz polemicas» (Freire, 1879: 997, *s. v.*, 'Polémiste') – já podia ser considerado restritivo, mas não escondia que o essencial destas guerras se passava, e passa, nos meios de comunicação de massas. O deleite do público é um condimento a não esquecer. Dar-se em espectáculo não melhora a qualidade da refeição – ou da vida.

Ei-los, pois, que andam por aí, de vergasta em punho, para qualquer emergência. Já ninguém sova Alfredo Pimenta, como fez Aquilino Ribeiro, à imitação do seu Mestre de Seide. Perdeu-se em tratamento médico o que se ganhou em limpeza de unhas e ódios agora à temperatura ambiente, de que a razão de uns e outros sai reforçada. Aproveita pouco a nação cada vez mais irritável? Ganha, ao menos, entre verso cortante e prosa tersa, o memorialismo.

Bibliografia

Anselmo, Artur, dir. 1964. *As Grandes Polémicas Portuguesas*. I. Lisboa: Editorial Verbo.

Belchior, Maria de Lourdes. 1979. "Portugal: o labirinto da saudade". *In*: *Revista de História Económica e Social* (Lisboa), 4, Jul.-Dez.

Carvalho (Tinop), Pinto de. 1991. *Lisboa d'Outros Tempos*. II [1899]. Lisboa: Fenda Edições.

Castro, Américo. 1996. *España em Su Historia. Cristianos, Moros y Judíos* [1983]. Barcelona: Crítica / Grijalbo Mondadori.

Delgado, Iva. 1986. *Escritores Políticos de Seiscentos*. Lisboa: Biblioteca Breve / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

França, José-Augusto, apresentação e notas. 1973. *As "Conferências do Casino" no Parlamento*. Lisboa: Livros Horizonte.

Freire, F. de Castro. 1879. *Novo Diccionario Francez-Portuguez*. Paris.

Lima, H. de C. Ferreira. 1930. *As Paródias na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Solução Editora.

Martins, Mário. 1977. *A Sátira na Literatura Medieval Portuguesa (Séculos XIII e XIV)*. Lisboa: Biblioteca Breve / Instituto de Cultura Portuguesa.

Mónica, Maria Filomena. 1996. *A Europa e Nós: Uma Polémica de 1853. A. Herculano contra A. P. Lopes de Mendonça.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais / Quetzal.

Rodrigues, Ernesto. 1995. "J. J. Carvalhão Santos, *Literatura e Política – – Pombalismo e Antipombalismo*". *In*: *Colóquio / Letras*, n.º 135/136, Jan.-Jun.

1998. *Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias.

1999. *Cultura Literária Oitocentista*. Porto: Lello Editores.

2003. "Farpas inéditas contra Camilo". *In*: AA. VV. *Camilo. Leituras Críticas*. Porto: Edições Caixotim.

2004. *Crónica Jornalística. Século XIX*. Lisboa: Círculo de Leitores.

2007. "Cartas Vieirianas à luz do *Mercúrio Português*". *In*: Isabel Almeida, Maria Isabel Rocheta, Teresa Amado, orgs. *Estudos para Maria Idalina Rodrigues, Maria Lucília Pires, Maria Vitalina Leal de Matos*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa / Departamento de Literaturas Românicas.

2008. *A Corte Luso-Brasileira no Jornalismo Português (1807-1821)*. Lisboa: Edição Ernesto Rodrigues.

Rodrigues, Sónia Valente. 2011. *Estrutura e Funcionamento da Interacção Verbal Polémica. Contributo para o Estudo da Polemicidade em Camilo Castelo Branco.* Lisboa: FCG / FCT.

Salgado, Maria Antonieta. 1983. *A Polémica sobre O Retrato de Vénus*. Lisboa: INCM.

Saraiva, António José. [2]1971. *Herculano Desconhecido*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

1979. *A Épica Medieval Portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Breve / Instituto de Cultura Portuguesa.

2004. *Crónicas / António José Saraiva*. Ed. de Maria José Saraiva. Lisboa: Quidnovi. [=*Vida Mundial* (Lisboa), 2-VII-1971]

2011. *António José Saraiva e Luísa Dacosta: Correspondência*. Ed. de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Gradiva.

Vieira, Padre António. 1679. "Sermam da Sexagésima". *In: Sermoens [. . .], primeyra parte*. Lisboa.

1997. *Cartas* [1925-1927]. Tomo II. Ed. de J. L. de Azevedo. Lisboa: INCM.

O Discurso Político em 1976

À memória de Mário Mesquita

O discurso político, mesmo quando pedagógico e conciliador, traz em si os germes da polémica. E com mais razão em tempo de acerto de contas, como foi o discurso do recém-eleito Presidente da República, general Ramalho Eanes, em 25 de Novembro de 1976, na Academia Militar, na Amadora, editado pela Secretaria de Estado da Comunicação Social sob o título *Responder às esperanças de todos os portugueses*, Lisboa, 1976.

Vejamos índices de como se veio cimentando o Portugal moderno, fortemente politizado e com avisos recorrentes aos adversários, que uma Imprensa tumultuária mais empolava.

Entre raras excepções, o director-adjunto do *Diário de Notícias*, um ainda jovem Mário Mesquita, procurou reverter à missão informativa «a maior tiragem e expansão de todos os jornais portugueses», como rezava caixa alta sobre título ainda há pouco orquestrado pelo director-adjunto José Saramago. Desse esforço beneficiou o jornalismo livre, ainda quando estatizado, contribuindo para o apaziguamento da sociedade civil e, a pouco e pouco, militar.

Dois grandes tipos de comunicação linguística, em roupagem diversa, mas irmanados no toque final «rumo ao socialismo» – Partido Comunista e Partido Socialista –, se disputavam na véspera do 25 de Novembro de 1975. Um ano depois, a situação era idêntica, invertendo-se as posições no pódio. Os derrotados, contudo, não se davam por vencidos.

Assim, no dia-chave que vamos analisar, uma Esquerda incomodada lê-se na primeira página do *Diário de Lisboa* (25-XI-1976), que traz

para antetítulo "Reafirmada a defesa da democracia" e, sem ser manchete, dá um inócuo título-rótulo: "Eanes na Amadora". Mas, em cima, à esquerda, poema de Maria Velho da Costa, "Este dia não", reforça a mensagem de que «O 25 de Novembro não é para celebrar».

Estes passos confusos levaram intelectuais do, ou próximos do, PCP a aureolar liricamente Vasco Gonçalves, inspirados no merecimento já deduzido a outros líderes do internacionalismo proletário, com que se faz tocante – e resume uma atmosfera – a "Carta Aberta a Jacinto do Prado Coelho" de Helena Cidade de Moura, no *Diário Popular* de 21-IV-1977 (p. 40), propondo um caso de neologia formal, representativo desse estranho período nacional:

> Eu penso que o General Vasco Gonçalves, a sua figura humana, e histórica, que marcou a alma do nosso povo, mereciam palavras vindas de si. [...]
> E tenhamos esperança que a palavra *gonçalvismo*, tratada pelo mais representativo professor de Filologia Românica da Faculdade de Letras, possa entrar no Dicionário da Academia, a que preside, com o significado exacto que o nosso povo lhe deu e possa levar aos vindouros não a mesquinhez e aflição de uma política circunstancial, mas o conteúdo da bela contribuição que Portugal deu à Humanidade.

Ainda em tempo de Prado Coelho (1984), o *Dicionário da Língua Portuguesa* (1976) ficará na letra A. E se o *Grande Vocabulário da Língua Portuguesa* (2001) de José Pedro Machado regista *gonçalvismo*, já nos desilude a sua falta no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1991), do mesmo autor. Quase sempre rasurado em papel, o termo é explicado *online*.

Imprensa do Estado suspensa com o 25 de Novembro, o *Diário de Notícias* regressa a 22 de Dezembro. A 2.ª edição daquele agitado dia é um dobre a finados ideológico: as barricadas de agricultores em Rio Maior são «contra a reforma agrária»; há «Milhares de trabalhadores paralisados contra política de direita do Governo» (título); e, significativo, ao centro desta primeira página, "Partidos progressistas mobilizam militantes" – sendo 'progressistas' o PCP, a LUAR e o MES.

A nova equipa directiva, Victor Cunha Rego e Mário Mesquita, vive o sobressalto dos moderados, adeptos de uma democracia modelada por Mário Soares, e que desejam concorrer para a acalmia da nação e seu progresso. O país ganhou a Constituição que nos rege (2 de Abril; "Constituinte encerra em ambiente festivo", titulava o *Expresso* do dia seguinte), voltou às urnas para as legislativas – e o *Diário de Notícias* de 27 de Abril deu os parabéns ao país que tão expressivamente votou –, escolheu Eanes nas presidenciais (27 de Junho), mas nem por isso desapareceram incendiários.

Assim, em 13 de Abril, um plenário da Redacção acusou a Direcção do *Diário de Notícias* de «práticas censórias». A resposta foi enviada à concorrência, com o *Expresso* de 15 de Abril a dar-lhe primeira página: "Direcção do 'D. de Notícias' não sairá 'nem aos safanões'". Referindo ataques de jornais e de figuras comunistas, Victor Cunha Rego e Mário Mesquita respondem que não vendem, «diariamente, um golpe de Estado de papel, como era hábito no outro tempo». Criticam «o papel desempenhado pelo *DN*» no golpe antidemocrático do 25 de Novembro, dando exemplos de como esse noticiário «poderia ter mergulhado o país numa guerra civil». E, numa espécie de resumo programático, salientam que «não reduzem ao silêncio correntes políticas, sejam elas de direita ou de esquerda, não propagam inventonas, não difundem calúnias, não incitam o povo à rebelião». O comunicado é duro, mas exigia-se coragem.

Esboçado este breve quadro, vejamos o discurso presidencial de 25 de Novembro de 1976, na Amadora, propondo-se moderador, pedagógico e polémico, para não dizer – a par de um discurso jornalístico crescentemente persuasivo nas virtudes da democracia – dissuasor.

A culminar esse período institucionalmente decisivo (Constituinte, legislativas, presidenciais, posse do primeiro governo constitucional, desesperada alocução primo-ministerial de 9 de Setembro e autárquicas), o Presidente fechava, formalmente, o ciclo do 25 de Abril, respondendo, como chefe militar que também era, pelo regresso das tropas «ao ideal democrático», e à hierarquia, enquanto avisava manipuladores ou

bandos armados dentro daquelas. Se o discurso em «cerimónia militar» não se epigrafa com «Portugueses», nem por isso é menos nacional, pela «presença dos órgãos de soberania» e pelas suas formas de enunciação.

O *corpus* é marcadamente político: em 25 de Novembro de 1975, existe, neste país, uma determinada formação social, que, conflituante na comunicação, e em desequilíbrio de forças, dá lugar a legítimo substituto. Alterada a conjuntura, o novo texto, com função diversa, estabelece um diferente contacto ideológico e político. Reconhecido embora no discurso agora maioritário o desfasamento de várias microestruturas, duas verificações se impõem: que os em desacordo meditem seriamente sobre os métodos de actuação e não transgridam – é o espaço do aparelho dominante dissuasor, ou contexto abstracto; e, sendo forçoso justificar um tónus presidencial, apela-se à vigilância e ao trabalho de reconstrução nacional – aparelho dominante condutor, ou contexto concreto. Temos, assim, um acto locutório simultaneamente polémico e didáctico: molda-se o papel do receptor, sob um pressuposto de *situação*. Não por acaso, este pressuposto erige-se numa Academia Militar.

A verificação da «distância relativa posta pelo sujeito entre ele próprio e o enunciado» (Robin, 1973, p. 23) reflecte a expansão de um locutor com duplo estatuto. Com efeito, para imprimir ao discurso a universalidade requerida pela sua qualidade de Presidente de todos os portugueses, o sujeito de enunciação apaga-se no enunciado, em impessoalidade rigorosa e numa quase atemporalidade, assumindo as seguintes formas exemplificativas: a) «Temos hoje, um ano decorrido, um vasto conjunto de realizações [...]»; «Não nos deve desanimar a complexidade das tarefas que ainda temos de realizar.»; b) «Não nos envergonha esse passado.»; c) «Será retomada progressivamente a hierarquia tradicional [...]»; «O Presidente da República garantirá que» / / «afirma plenamente»; d) «[...] a vitória de um projecto democrático sobre a perversão totalitária que procurou destruir as Forças Armadas, para poder impor ao povo, indefeso, um modelo de sociedade que ele não escolhera.» Entrevemos, além da distância, outros conceitos inerentes ao processo enunciativo: modalização, tensão e transparência.

Marcamos, no primeiro caso, a inclusão do *eu* em *nós* colectivo, enquanto, no segundo, se podemos ver em *nós* «um simples equivalente semântico de *eu* (plural de majestade)», com o sujeito alijando todas as responsabilidades daqueles que comanda, será preferível considerar o binómio *eu* (referido a general) + os militares. Exemplo completo: «[. . .] para quantos fizemos da vida uma missão de servir.»

Vistos do ângulo do universo enunciativo, estes exemplos permitem uma proposta de tipologia do discurso político. Basicamente, assentamos num discurso didáctico, com o sujeito de enunciação tentando, por todos os meios, fugir à instauração da sua presença primeira no enunciado. Mas não deixa de ser também polémico. Não tanto pelas negativas abundantes: 14 formas, quebradas por duas de restrição (*não. . . mas*); aqui, uma análise psicológica verificaria indisfarçável inquietação. Nem tanto pelos advérbios em *-mente*. Nem por certos verbos exprimindo necessidade (domina o futuro, semântico ou não), casos de *querer*, *ter que / de* (três vezes), *poder* (seis vezes), *ser necessário / preciso*, na sintagmática de tensão 'é preciso + evitar + o erro'[1]. Sim por um raciocínio selectivo que parte do «renascimento moral das Forças Armadas» e termina resposta «às esperanças de todos os portugueses», caracterizado pelo que nele cabe de implícito.

Quando lemos: «É na correcção dos erros cometidos pelas Forças Armadas que assenta a sua legitimidade, para garantir o funcionamento adequado das instituições democráticas, numa perspectiva nacional que sacrifique, quando necessário, os interesses de grupos ou partidos que actuem fora ou contra o quadro constituído», pleiteamos assim: a autoridade máxima esconde ao país factos concretos; se indica uma causa, escamoteia as restantes; e o receptor ignora se a causa citada é a mais relevante ou se é completamente falsa. A partir daqui, sentirá *anormal* o discurso. Escudado na lei da exaustividade, «exige que o locutor dê,

[1] O conceito de tensão, ou relação sujeito falante / interlocutor, baseia-se na oposição *ser / ter*, por um lado (postula-se um estado, passividade), e, por outro, em performativos criando responsabilidade. Performativos genuínos, relevando de exemplo com *prometer*, são *afirmar* («O Presidente da República [. . .] afirma plenamente o compromisso»), *reafirmar* («Mais fortes e coesas reafirmam»), *garantir* (que ocorre três vezes).

sobre o tema de que fala, as informações mais fortes (precisas) que possui e que são susceptíveis de (o) interessar» (Ducrot, 1972: 134). Caso contrário, baseado na lei da litote, interpreta «um enunciado como dizendo mais que a sua significação literal». Ora, como ambas as leis repousam nos *postos*, «os pressupostos continuam idênticos quando se passa de uma interpretação à outra» (p. 137). Uma coisa é o que o locutor permite que eu conclua (subentendido) a partir do seu posto, outra é a evidência virtual e incontestabilidade das «informações implícitas do pressuposto». Se diz que a «correcção dos erros cometidos pelas Forças Armadas» é indispensável, muito bem: houve erros e o desejo de os corrigir é comum a ambos. Se o pressuposto é aceite, já o confronto é, ou pode ser, inevitável no campo dos argumentos: «Nous sommes dans la cadre de l'implication.» (Robin, 1973: 27)[2] Desta forma: que tipo de «erros»? Aparentemente, os que vêm na sequência: a instrumentalização das Forças Armadas por partidos ou a infiltração de «bandos armados» ao serviço daqueles. Mas preexistia outro contexto, em que as Forças Armadas tinham, conduzindo embora acções cívicas, ancorado numa guerra inviável. E, sobre a «correcção», que métodos? O restabelecimento da hierarquia? Não será incoerente «quando necessário», em vez de «sempre»? Não há imprecisão no disjuntivo *ou* em «grupos ou partidos», «fora ou contra»?

Do implícito da enunciação saltemos ao implícito do enunciado. Não é obrigatório explicitar o que está na raiz das asserções. O raciocínio de evasão é, por isso, inestancável, pois só o receptor é responsável pela interpretação. Posso passar ao lado dos «erros» e considerar que eles partem da falta de higiene das tropas. Posso reduzir a «correcção» pelo regresso à «hierarquia tradicional» ou fundamentar a proposição na garantia, pelas Forças Armadas, do «funcionamento adequado das instituições democráticas» – função dissuasora –, quando prefiro aqueloutra

[2] Ainda O. Ducrot, 1972: 93: «En obligeant le questionné à choisir une des réponses que la question admet, on oblige du même coup à prendre à son compte les présupposés de la question. [...] En déclarant faux les présupposés, on déclare impossible toute réponse à une parole dont la caractéristique majeure est justement d'imposer la réponse.» Assim se explicam vitórias simultâneas de quase todos os partidos em eleições, que, de facto, justapõem discursos.

garantia de que «as Forças Armadas poderão vir a desempenhar um papel relevante na dinamização de alguns sectores da actividade nacional», função diferentemente activa e colaborante. Registado o insólito deslize de «quando necessário», contradito pelo ante-texto, já serão suficientes os implícitos assim enunciados: reconhecido que «persistem alguns efeitos do conturbado período que precedeu o 25 de Novembro», e que, em caso de «intervenção especial das Forças Armadas», esta é assegurada por «formas transitórias», logo, a parcialidade actual das Forças Armadas é, hoje, possível, porque estruturalmente inevitável, em caso incidental; porém, superada esta fase, a reacção pela negativa será tomada como crime de lesa-pátria e duramente condenada. Outra justificação – dirá locutor, subsumindo a alma militar patriótica – é este meu pedido, «a bem da república», de, sentindo-nos momentânea e infelizmente divididos por certos grupúsculos, nos sacrificarmos pela estabilidade nacional. Com um locutor afirmando (-se) em variadas dimensões, a digressão pelo implícito é inesgotável – e delicia os analistas. Didáctico na relação locutor-adepto, polémico na relação locutor-adversário, não é a inumerável presença de *nós*, como forma de pressuposto, que desnivela o duplo fenómeno: este é ratificado, ainda, pelas referências, interpenetrando-se, a um tempo anterior e posterior, de que emerge uma evidente cumplicidade.

Realcemos o polémico da pressuposição, conferindo os *shifters* de tempo (*agora*, 3 vezes; *hoje*, 4 vezes), em corte com um *passado* (4 vezes) de *guerra* (4 vezes) inviável, ou com a demagogia revolucionária presente – em ambos os casos, «perversão totalitária» – que se deseja radical; ver os advérbios em *-mente* (15, no total, nem todos com a mesma intenção), sobressaindo a repetição de *definitivamente*, a fixidez de *radicalmente* e *intransigentemente*, o modalizador *naturalmente*.

Terceiro tipo de discurso pode ser o laudativo[3], percorrendo os enunciados alternados dos contactos sujeito-portugueses, sujeito-militares. As ocorrências *Forças Armadas* e *Povo* confirmá-lo-ão. Sobrepaira a defesa da unidade, que obste ao regresso aos ditos passados. No lau-

[3] Correspondências em termos retóricos: deliberativo (persuadir ou aconselhar), judiciário (acusar ou defender), epidíctico (louvar ou adular).

dativo, encontramos uma modulação retórica do agrado dos políticos. A modelação deste microcosmo enunciativo através de formas interjectivas ou outras está ausente, excepto em «Viva Portugal!», de algum modo anunciado pela anaforização anterior do sintagma «O Presidente da República».

Chegamos a estas conclusões após quantificação das partes componentes, maiores e menores, sem desprezar qualquer palavra-utensílio (as conjunções, por exemplo). A lista seguinte, contudo, reduz-se à frequência dos nomes, adjectivos, verbos e advérbios. Interessa-nos o termo-chave e, para efeito de primeira frequência, as palavras de base são as originadas, não só do reagrupamento das formas de um mesmo lexema[4] – lexematização –, como também dos casos de homonímia e polissemia. Temos, assim:

Nomes: Forças Armadas, 24 vezes; Povo, 11; Instituição, 8; Missão, 6; Capacidade, Erro, Intervenção, Órgãos (de soberania), Ordem, 5; Guerra, País, Passado, Portugueses, Projecto, Situação, Soberania, 25 de Novembro de 1975, 4; Acção, Conjunto, Esperança, Portugal, Presidente da República, Quadro (actual), Recursos, Regime, Tarefas, Vida, 25 de Abril, 3.

Adjectivos: Democrático, 11; Militar, Político, 9; Nacional, Novo, 6; Actual, Importante, 3.

Verbos: Poder, 6; Ser, 4; Assentar, Defender, Evitar, Garantir, Impor, Ter, Ter de / que, 3.

Advérbios: Ainda, Hoje, 4; Agora, 3.

Por sucessivas reduções de frequência neste quadro, chegaríamos a correspondências que definem constantes do locutivo: Forças Armadas – militar; Povo – nacional; Instituições democráticas; etc. A classe dos advérbios (categoria de terceiro grau, pois se combina com o verbo ou com o adjectivo) é, com ocorrências únicas em *-mente* (salvo duplo *definitivamente*), um autêntico programa: partindo de inofensivos modalizadores (*naturalmente*, *fundamentalmente*), atinge, *progressiva-*

[4] Inspiro-me em artigos de *Langages*, 23. Paris: Didier – Larousse, septembre 1971 ["Le discours politique"].

mente, *paralelamente*, não-isoladamente, um fim *definitivamente*, *radicalmente* diferente, atacando, cada vez mais *duramente*, *intransigentemente*, os que, *inconscientemente* (deslocação contextual), *velada e claramente*, «não estejam interessados nos horizontes abertos em 25 de Abril de 1974».

Podemos concluir por um isomorfismo locutor / léxico. O emissor faz a *sua* política de congregação nacional, apoiando-se num apelo à Nação e às Forças Armadas, por obrigação de estatuto. *Forças Armadas* e *Povo* recobrem todos os subconjuntos (coincidindo nos subtítulos; explicitamente, *Povo* só não está no último). Vejamos, respectivamente, as suas co-ocorrências – sequência, precedência, enquadramento sígnico – – e campos associativos.

Em *Forças Armadas*: renascimento moral – 25 de Novembro de 1975; mais fortes e coesas – sua disponibilidade para as tarefas imediatas; a perversão totalitária; intervenção – defesa desse projecto democrático; neste novo quadro – função social; situação das Forças Armadas – situação geral do País; acção militar – acções de promoção humana e de valorização; período que precedeu o 25 de Novembro – – bandos armados; correcção dos erros cometidos; normalização; legitimidade; intervenção especial no actual quadro político; pilar, segurança; evitar a guerra; reconversão e formação dos quadros; reconstrução nacional, reestruturação interna; papel relevante na dinamização de alguns sectores da actividade nacional; hierarquia tradicional; [não--instrumentalização]; conscientes; respeito integral das regras democráticas.

Em *Povo*, os campos associativos resumem-se a semelhança semântica motivada: País, Portugal, Pátria (duas vezes), portugueses, homens, gente, gerações; pares antonímicos: povo indefeso – bando, grupos armados; impor ao povo – ao serviço do povo; arautos [os que são pela democracia – os que estão contra a democracia]; projecto democrático – – perversão totalitária; ao serviço do povo – ao serviço de interesses partidários; um modelo de sociedade que ele não escolhera – a nova sociedade democrática. Significativo é o campo dos elementos seguintes, quer pela semelhança de algumas terminações, quer pelo prefixo

re-: renascimento, recuperação (duas vezes), resolução (duas), reencontro, reconversão (duas), reconstrução, reestruturação, retomar, reassumir. Seja: o que não há para *re-fazer* neste país? O mesmo com *re-* intensivo pré-verbal (que dá os frequentativos): reafirmar, reconduzir-se, repor, retomar.

Posta a semelhança semântica (basta um traço), vejamos os 'substitutos semânticos', isto é, termos ou sintagmas inter-substituíveis[5]. Neste novo quadro / no actual quadro político (duas vezes) / no contexto actual; órgãos de soberania / poder constituído / os novos órgãos; projecto patriótico / projecto de futuro (duas vezes) / projecto democrático (duas vezes); defesa da democracia / defesa desse projecto democrático; vontade expressa pelos portugueses através do voto / um modelo de sociedade que ele não escolhera / soluções políticas repudiadas pelo povo; 25 de Novembro de 1975 / Há um ano; etc.

Registemos, sem mais: o paralelismo estabelecido por *ainda* (ver as suas co-inclusões); a homonímia entre «actual quadro político» e «quadros» [militares; duas vezes]; a polissemia em «a sua [do Povo] soberania real» e «os órgãos de soberania»; a extraordinária correspondência: Forças Armadas «Mais fortes e coesas» implicam a construção de «um futuro mais rico e mais justo» .

Se salteássemos aqueles elementos dos subconjuntos segundo um modelo morfossemântico, o resultado era interessante, dividido em três

[5] Editoriais ideologizantes dão azo a correspondências contextuais por semelhança ou contraste. Veja-se "Uma batalha ideológica", *O Diário*, 2-III-1977: classes trabalhadoras / burguesia, países socialistas / capitalismo, verdade do socialismo real / centrais da mentira, himalaia das burrices (= capitalismo), vitória final do socialismo / grave crise [capitalista], etc. Sacerdotes da política, os partidos atribuem ao conceito de *povo* uma «acentuação muito particular, acentuação religiosa, solene e suspeita», diria Brecht (1970: 9). O mesmo para *reaccionário*, *liberdade / liberdades* e suas qualificações, *trabalhadores*... Mas não só: «Pelo facto de palavras como ordem, disciplina, autoridade terem ainda, no nosso espírito, conotações com realidades passadas tão odiosas como a ditadura, a repressão, a violência, sentimo-nos agora na consciente ou sub-consciente obrigação – para que ninguém ouse considerar-nos adeptos dessas passadas realidades – de lhes apor adjectivos que anulem ou neutralizem essa antiga carga semântica.» (Palla e Carmo, 1976: 28) Antigamente: «as noções de respeito, de disciplina e de obediência» (*Mensagem de Ano Novo do Chefe do Estado*, 1974); «o sentimento da ordem, o gosto pela disciplina e o culto do dever militar.» (Arriaga, 1977: 35)

normas. Assim:

Norma moral: credibilidade, dedicação, dignidade, digno, entusiasmo, esperança (3 vezes), fidelidade (duas), ideal, ideais, moral, perversão, valores, vontade.

Norma política: actuações (2 vezes), actual (três), aparelho (duas), democracia (duas), democrática, democráticas (4 vezes cada), democrático (três), económica (duas), Estado (duas), externa, Forças Armadas (24), forças militarizadas, hierarquia, hierárquico, ideológicas, interna, intervenção (cinco), leis, legítimo, militar (nove), militares, nacionais, nacional (cinco), operacionalidade, ordem (duas), [de] ordem (duas), País (quatro), partidários, partidos, política (quatro), políticas (duas), político (três), Portugal (três), português (duas), portugueses, posto, quadro (três), quadros (duas), regime, regras, soberania (quatro), solução (duas), sufrágio, totalitária, voto.

Norma social: administração, convivência, cultural (2 vezes), dinamização, deveres, disponibilidade, entendimento, experiência, função (duas), garantia, gente, gerações, grupos (duas), guerra (quatro), hábitos, interesses (duas), participação, património, populações, povo (11), relações, segurança, social (duas), sociedade, unidade.

Entre nomes e adjectivos, sem contar as repetições de unidades nos diferentes contextos, temos para o primeiro grupo 223 unidades morfemáticas (incluindo, como todo individual, 25 de Novembro, 25 de Abril, Presidente da República) e 104 para o segundo. Total: 327. Fazendo a média das três normas, temos os resultados (parciais e aproximativos) das normas. A percentagem da norma política é superior à soma daquelas, comprovando a politização que sustenta o discurso, com aviso aos adversários e deixando apoiantes de sobreaviso.

Em 10 de Janeiro de 1977, discursando na tomada de posse do novo chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Lemos Ferreira, em Alfragide, o recorte de certos grupos sintagmáticos leva-nos a pensar em decalque do discurso de 25-XI-1976: «o 25 de Novembro retomou as promessas e reassumiu com verdade e competência os ideais do 25 de Abril»; «todos, cidadãos e instituições»; «no quadro político vigente»; «os que velada ou claramente se oponham à grandeza dessa missão na-

cional»; «as Forças Armadas como pilar da democracia»; «vontade livremente expressa e soberanamente repetida através do voto». Outras formulações: «projectos totalitários», «instituição militar», «missão histórica», «hierarquia, a unidade, a independência partidária», etc.

Leia-se, agora, pequeno discurso de Salazar, na celebração militar do 28 de Maio de 1962, intitulado "Unidade das Forças Armadas e consciência nacional":

> [...] Direi primeiro que me parece não haver força armada sem unidade e esta revela-se tanto na simples presença como na actuação efectiva. É pela unidade que um Exército se distingue de um bando armado e que a sua acção, mesmo quando devastadora, pode ser no final construtiva, se reflecte uma disciplina e assegura ou edifica uma ordem. Mesmo reduzida ao mínimo do seu conteúdo possível, a unidade da força armada exige um substrato moral e na realidade das coisas a adesão espiritual da Pátria. Quando a nação se apague dos espíritos como o primeiro valor a defender, não há soldados, não há exército, mas indivíduos que não sabem fazer das suas armas. A unidade nacional é condição da unidade do Exército; por sua vez o Exército é o último quadrado que nas crises mais graves defende o destino e a consciência da Nação. [...]
>
> Temos pois a unidade e coesão das forças armadas e quase seria uma traição aos mortos que houvesse o mais pequeno dissídio; temos a consciência da nação firme e bem formada acerca deste problema fundamental. Pergunto a mim mesmo o que podem valer, em face deste bloco, a agitação e as lucubrações, mesmo que inspiradas do estrangeiro, dos que infelizmente perderam a sua alma de portugueses e não sentem já Portugal.

É um excerto nitidamente didáctico: a única polémica – sobre se os fins justificam os meios de acção do Exército – é de foro *filosófico*, extratextual. Fixem-se as identidades comuns a ambos os discursos: unidade, presença, actuação(ões), bando(s) armado(s), acção, assegurar, ordem, Pátria, Nação, valor(es), defender, soldados, militar(es), nacional, coesão, problema(s), portugueses, Portugal. As preocupações são de *unidade* (maior frequência em Salazar) e de um certo jogo de relações *forças armadas* (em minúsculas, onde se explicita o Exército) –

– *Nação*. Não esquecendo os «portugueses desnaturados», diria Fernão Lopes, a diferença fundamental reside na enunciação em primeira pessoa (sistema egocêntrico), e pormenor nulo para efeitos de tipologia: pensar-se Único, em Salazar, era doença natural.

Iterativo na forma e na substância, redundante (Greimas, 1970: 276) e modelo de palilalia, ou palilogia – repetição seguida das mesmas sequências vocabulares –, o discurso político visa a identificação absoluta entre referente e significante (amálgama do triângulo de Ogden e Richards), o que significa redução ao nada, como se signos e realidade coincidissem. No imediato, contudo, vivemos a ilusão dessa coincidência, por força de um voto que olha mais ao polémico do que ao pedagógico.

Os eleitos sensatos dirão pragmático o discurso político enquanto obtiverem mudanças sensíveis, que só um esforço pedagógico favorece – isso sabe o Presidente da República. Outros eleitos dizem-no pragmático mal provam os primeiros frutos de uma legislatura ociosamente polémica. Deixemos este dobre de democracia imperfeita.

Com 26 anos, Mário Mesquita será, ainda, director interino, e, substituído Victor Cunha Rego por João Gomes, nem por isso deixa de escrever e assinar editoriais. Registo o de 3-XII-1976, "Purificação pelo fogo", pouco depois do discurso que acabámos de analisar, que mostra como não era suficiente o "Desanuviamento militar (embora com certas sombras)" (manchete do *Expresso*, 27-VIII-1976). Era o caso de a Direita militar, agora reforçada, se imiscuir em matérias alheias às marciais, quando, por boca do brigadeiro Pires Veloso, defendeu que «todos os jornais que disserem mentiras ou que sistematicamente praticam a mentira devem ser queimados à saída da redacção». O parágrafo final assinado M. M. é um mote de vida *em* jornalismo: «Não nos pesa a consciência de descuidos na busca de uma verdade informativa, que sabemos relativa e imperfeita. Mas não desconhecemos que, se o repúdio da mentira é uma acção virtuosa, as guardas pretorianas da verdade foram sempre prelúdio e condição das ditaduras.»

Bibliografia

Arriaga, Lopes. 1977. *Mocidade Portuguesa: [. . .]*. Lisboa: Terra Livre.

Brecht, B. *et alii*. 1970. *Teatro e Vanguarda*. Lisboa: Editorial Presença.

Ducrot, Oswald. 1972. *Dire et ne pas Dire*. Paris: Hermann.

Greimas, A.-J. 1970. *Du Sens*. Paris: Seuil.

Palla e Carmo, José. 1976. "Breves notas de semântica política". *In*: *Critério* (Lisboa), 3.

Robin, Régine. 1973. *Histoire et Linguistique*. Paris: Armand Colin.

Sob o Olhar de Hermes: Da Viagem à Vertigem

A Fernando Cristóvão

Movimento para outrem, a viagem transforma-se em vertigem de si e da linguagem com a Modernidade, de que um Fernando Pessoa heteronímico é exemplar. Com prévia definição dos termos, vamos percorrer a literatura portuguesa desde a lírica medieval, mostrando as razões da partida, tipificando viajantes e referindo modos de transportes por terra, água e mar. A oscilação entre antigo e hodierno é um meu velho traço; as variações geográficas são permanentes. O reenvio para nomes pouco conhecidos, ou ignorados, é um acto de justiça crítica, com que melhor se perfila a riqueza do tema e, na prática secular, a condição de um povo ribeirinho de si mesmo.

Ao considerar a permanência do motivo da viagem na literatura portuguesa, devemos definir o que se entende por literatura de viagens, conceito vago em que amalgamamos certas disciplinas a par da História e, sobretudo, da Geografia, já diluídas num tempo em que damos lugar, acaso excessivo, à psicologia das profundezas e a estremecimentos da Modernidade por via literária. No limite, toda a literatura seria viagem, pela transposição que opera, pelo trânsito não raro acidentado entre quem emite e quem recebe, pela mera passagem a novos registos, mas não no sentido mais comummente aceite de movimento não-verbal entre dois pontos, por interpostos elementos, de que excluímos o fogo (embora o seu trânsito purificador tenha justificação psicanalítica), e modos particulares de transporte.

Entre múltiplas razões da deslocação para lá do quarto ou do ja˚-dim – aos quais muitos se circunscrevem, por nunca deles saírem, ou no

termo de aventurosas desilusões –, está a topografia ribeirinha, a par de um interior física e economicamente dificultoso, no contexto histórico da formação e desenvolvimento nacionais, com migrações, emigrações, êxodos, errâncias, peregrinações, desterros, expatriamentos, exílios.

O primeiro quadro ergue-se nessa espécie de cantigas de amigo que são as barcarolas, cultivadas por Martin Codax, João Zorro ou Mendinho, em que percebemos, na voz feminina, marinharia perigosa de quem, barqueiro ou remador, afronta as ondas de rio e mar no seu barco, barca e navio. O léxico é ainda parco, como o verbo *remar*. Com D. Dinis, «O plantador de naus a haver», qual se lê na *Mensagem*, conforma-se um Estado marítimo, cujo heróico século XV, admirado por Camões, Pascoaes e Pessoa, dá novos descobridores de mundos, com efeitos imediatos nas letras a partir de finais de Quatrocentos.

A par do peregrino[1] e do marinheiro, nascem o descobridor, o achador, o colonizador, o migrante e emigrante, e, se perseguido pelas suas crenças, o trânsfuga, já o degredado e exilado. As técnicas de construção variam os suportes, mas os mais simples podem metaforizar-se séculos depois, caso da jangada – *de pedra*, em José Saramago. Este movimento para o Outro, que dele participa, funda a *Carta* do achamento do Brasil (1500), de Pero Vaz de Caminha, mais forte, nessa necessária interlocução para que não nos limitemos a olhar seco sobre as coisas, do que o roteiro de Álvaro Velho da viagem do Gama à Índia. Ou seja, o nosso encontro com a Humanidade (com a humanidade dos outros) é que dá sentido à viagem. Fora disto, há deslocações. Talvez busca de uma ruidosa solidão. Um piloto das linhas aéreas não viaja: trabalha nos céus; uma hospedeira de bordo faz o mesmo que em cafetaria de bairro: serve, e fala com milhares de passageiros, sem dialogar.

Esse diálogo também não se encontra em simples registos, embora variados: roteiros, diários de bordo, tratados, mesmo em relações e itinerários que descrevem técnicas e gestos sem calor humano. Interessam ao geógrafo, ao matemático, ao historiador de datas; já prestamos aten-

[1] Mais latamente, pedestre. Um dos cinco axiomas de G. Steiner (^{3}2006: 44), na definição da Europa, é «a paisagem a uma escala humana que possibilita a sua travessia».

ção se facetas de naturalista implicarem com a simbólica da vida e com processos mentais. A ida de D. Jaime a Azamor, em 1513, ecoando na *Exortação da Guerra* e em dois poemas *do Cancioneiro Geral* (1516), não passou de surtida ao Norte de África, como tantas houve; não foi uma viagem, embora, num primeiro tempo, constituísse penitência para o duque, a isso obrigado por D. Manuel, porque acabava de matar a mulher.

A corte mundanizava-se, os fidalgos davam-se ares, chegar à cupidez foi um ai. E, assim, enquanto os grandes cronistas, de Lopes de Castanheda a João de Barros, memoravam feitos, partidas e chegadas, a notícia não residia nisso: estava num algures, imaginário ou intangível, que podia ser a tradição dos cavaleiros andantes, cuja novelesca influencia Gil Vicente, a *Crónica do Imperador Clarimundo* (1522), o ciclo dos Palmeirins – e vão chegar aos cavaleiros de Antero de Quental («Sonho que sou um cavaleiro andante»), de António Nobre (o poema "Os cavaleiros", no *Só*, terminando: «E o vento vai por i fora, / No seu cavalo, a ventar...») e de Gomes Leal. Simultaneamente, espalhava-se uma *História Trágico-Marítima*, de que conhecemos melhor as 12 relações constantes dos dois volumes coligidos por Bernardo Gomes de Brito (1735-1736). É todo o dramatismo, vivido e narrado por anónimos, mas também por penas experimentadas, como a do Padre Manuel Barradas ou Diogo do Couto, que embacia a segunda metade do nosso século de ouro – desde 1552 – e vai até 1604, já sob os Filipes. O "Mar salgado" de Pessoa resume esses dramas.

Ora, enquanto isso, Camões leva-nos a Oriente de ida e volta felizes, e, neste ano de 1604, a *Peregrinação* recebe as licenças, para só sair em 1614. Como Fernão Mendes Pinto morrera em 1583, é coetâneo de Luís Vaz e d'*Os Lusíadas*, e, de facto, para o século XVI, do nome ao anónimo, do individual ao colectivo, do épico à narrativa em prosa e ao dramático pungente, bastar-nos-ia esse tríptico – *Os Lusíadas*, *Peregrinação*, *História Trágico-Marítima* – para fazer uma literatura de especialidade viageira.

Mas há mais. Entre as muitas relações e jornadas, ou diversos itinerários, alguns são marcantes. E deslocam o essencial do percurso para

terra, sejam as de Manuel Severim de Faria em Portugal (1604, 1609, 1625), sejam as que vão em demanda do Médio e Extremo Orientes. Ainda na governança do irmão D. Duarte, D. Pedro, o das Sete Partidas, aventurara-se Europa fora, até à Panónia, para combater o Turco – – o que aflorou Fernando Campos, em *A Sala das Perguntas* (1998), aliás, sobre outro viajante europeu incansável, Damião de Góis. Se os professores universitários provinham da Europa – de que é representativo quanto escreve Clenardo sobre nós –, o movimento missionário e comercial dirigia-se, no século XVI, para Oriente. A biografia desses percursos está em Luís Graça, *A Visão do Oriente na Literatura Portuguesa de Viagens: os Viajantes Portugueses e os Itinerários Terrestres (1560-1670)* (1983), que pudera integrar o *Itinerário* do Padre Jerónimo Lobo (1670), na linha do *Itinerário de Terra Santa*, de Frei Pantaleão de Aveiro (1593; 2.ª ed., revista, 1596), um dos *best-sellers* da época. Reaviva-se, deste modo, o que, na Idade Média europeia, fora peregrinar até Santiago de Compostela, e pode ter constituído, segundo Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Teófilo Braga, secundados por Américo Castro (1996: 148 ss), cortina política aproveitada por Cluny e «el imperialismo borgoñon» para criar um Estado novo, que seria Portugal[2].

[2] *España en su Historia. Cristianos, Moros y Judíos*, editada em 1948, tem réplica em Sánchez-Albornoz, (1957): «La crítica de don Claudio no se ceñía sólo a las tesis fundamentales, sino a las premisas falsas, a los errores de método y a la equivoca valoración de las "fuerzas generadoras de la historia". [...] El pasado español no puede interpretarse como la "historia de una inseguridad" ni como el fruto del "vivir desviviéndose", [...]. Y el patrimonio histórico y cultural español no es tampoco el resultado de una simbiosis entre los elementos cristianos, hebreos e islámicos, sino antes al contrario, el producto de una antibiosis, que llevó a los antíguos pobladores de Hispania a organizar la reconquista de su territorio frente a los invasores musulmanes.» Defensor de uma matriz hispânico-castelhana, de uma «*españolía* de todos los territorios peninsulares», acrescenta «su vocación iberista (llegando a proclamar a Portugal como un mero *azar histórico*) [...].» Carlos Martínez Shaw, "Don Claudio y España", *El País* – – Babelia, 17-IV-1993. A este último quesito responde Eduardo Lourenço, "Portugal – – identidade e imagem", *Expresso* – Revista, 4-VII-1987: «Não vou discutir aqui se a realidade de uma nação com oito séculos de existência é compatível com o insólito conceito de "acidente histórico", quer dizer, com a ideia de existência precária, contingente ou injustificável. O que é incompreensível para Sánchez Albornoz é que um *pequeno povo* como Portugal não tenha realmente problemas de *identidade*, nem de *identifica-*

Quanto é viagem sacrificial, tem, desta feita, e curiosamente, muito de turístico, no quanto se dedica à devoção de relíquias, como se deve em visitante ingénuo. Glosei, com acentos paródicos, esta fé no romance *A Serpente de Bronze* (1989), que, sendo, já no título, homenagem ao comboio, se vai tecendo, como a velha Europa desejadamente reunificada, com sentimentos de uma cultura comum, em particular, de cinco livros que o herói transporta consigo, fazendo-se, desse modo, além de também narrador, veículo de uma pátria: para lá daquele tríptico, temos esse Jerónimo Lobo e anónima *Jornada Del-Rei D. Sebastião à África* (1975), entre os vários relatos do trágico 4 de Agosto de 1578, um dos quais, de Jerónimo de Mendonça (1607), inspirou romance de Manuel Alegre, *Jornada de África* (1989). Esta empresa teve mais de passeio, guitarradas e desencontros do que bélico.

ção, como paradoxalmente, e a outro nível, os teve sempre e continua a ter aquela que com maior acuidade o seu maior ensaísta [Ortega y Gasset] chamou invertebrada.» Em ensaio também de 1987, J. Mattoso (2001: 56-57) responde, por seu lado: «As lutas, tréguas e tratados até ao fim do século XIII estão, sem dúvida, cheios de disputas sobre castelos e terras de fronteira, [...]. A razão desta conflituosidade deve-se relacionar também com concepções políticas depois abandonadas, quer dizer, com a convicção de que o poder se exerce fundamentalmente a partir de um centro, sem ser necessário delimitar rigorosamente o perímetro alcançado. A fronteira era, por isso, um espaço e não uma linha. [...] // É por isso que, perante os outros reis da Península Ibérica, a independência portuguesa não parece constituir grande problema, muito menos uma anomalia, ao contrário do que pensava Sánchez-Albornoz.»

"El falso 'problema español'", qual género literário curado por, sobretudo, exilados, está em José Álvarez Junco, *El País*, 21-XII-1996: «La discusión se centró, por tanto, en el origen histórico de la gran tragedia española, intentando explicar, por un lado, el supuesto fracaso ante la modernidad y, en último extremo, la guerra civil. Ortega y Gasset había culpado a los visigodos, cuyo dominio gregario habría producido una Edad Media sin feudalismo y una modernidad sin élites capaces de dirigir el progreso. Sánchez Albornoz reivindicaba en cambio a los visigodos y remontaba la esencia nacional al periodo prerromano. Américo Castro, muy sensatamente, reprochaba a Albornoz la construcción de una identidad permanente, impermeable a la historia, y explicaba en cambio la peculiaridad de la sociedad hispana a partir de la Inquisición y la represión contra judíos y moriscos, [...]. Otros había que culpaban a los árabes – la sangre oriental, apática durante largos períodos, con explosiones de exaltación y ferocidad –, a los fenicios o a las guerras civiles de los tiempos de Sertorio.»

Face à galáxia de textos sebásticos, em que o mar é pouco importante, bem como os acontecimentos entre partida e chegada (no sentido da viagem; já serão úteis para conhecer a mentalidade de tropa fandanga), a terra, propriamente, também nada é, porque vai chamar-se *deserto*, e aí, sim, começa a aventura. Quando, pois, olhamos à terra, convirá especificar se é deserto, com a sua carga de dificuldade e depuração (aqui, diríamos que pelo fogo, tal o sol escaldante), ou se é a langorosa Valladolid passeada, dia e noite, em 1605, por amigos lusitanos de Tomé Pinheiro da Veiga, em *Fastigínia*. Os folhetinistas do século XIX vão rondar imenso por Lisboa e adjacências. Mas, ainda no século XVII, refira-se D. Francisco Manuel de Melo (ficcionado por Fernando Campos, *O Prisioneiro da Torre Velha*, 2003), orbívago e redactor de *Epanáforas* (1660) que se conjugam bem com os amores d'*Os Lusíadas* (na *Epanáfora Amorosa*) e com a miséria moral da *História Trágico-Marítima* (na *Epanáfora Trágica*). É pouco significativo, neste campo, o nosso século XVIII – já interessante, se através de olhar estrangeiro –, apesar da biografia bocagiana, enquanto mistura de vagabundo e vagamundo, e dos estrangeirados. Tal como a passarola de Bartolomeu de Gusmão elevada aos céus no *Memorial do Convento* saramaguiano. Menos ruidosa, aliás, que as subidas de Lunardi, cantado por Elmano, e, já em 1818, do «aeronauta» Robertson – ainda em Lisboa –, narrada por Júlio de Castilho ([2]1926: 180-191 [180])[3]. Quem sai, foge, de facto – – à Inquisição; e somos visitados por ilustres, cujos diários e notas de viagens vamos traduzindo. O principal interesse estaria nos transportes da vaidade, em ruas atravancadas, do coche à cadeirinha.

Mudamos de paradigma com o século XIX. O mar reduz-se a uns folhetins marítimos de Francisco Maria Bordalo e pouco mais. Não temos gôndolas, campânulas ou esferas submarinas, nem sequer ventres

[3]Achegas em Rita Marnoto. 2003. "Fronteiras entre a Terra e a Lua. Ariosto e Galileu". *In*: *Biblos* (Coimbra), n. s., I. 61-85, e na introdução de M. Luísa Malato Borralho a José Daniel Rodrigues da Costa. 2006. *O Balão aos Habitantes da Lua*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ou em *Imaginação e Literatura*. 2009. Coord. de Rita Marnoto. Coimbra: Instituto de Estudos Italianos / Faculdade de Letras. 33-52.

de baleia para conclusões de fábula. N'*O Cosmorama Litterario* (n.º 10, 7-III-1840, até n.º 13, 28-III-1840), há "Uma Viagem ao Sol" que pode ser a primeira tentativa nacional de ficção científica. "Viagens à Lua", assevera *O Panorama* (1852: 56), seriam impossíveis, pela força da gravidade. Em contrapartida, com o desenvolvimento das vias de comunicação terrestres, a emergência do jornalismo de instrução e recreio e o silvo do comboio, que inventa guias e suscita colecções para caminho-de-ferro, o segundo terço do século inaugura, deveras, o turismo. A régia presença nas cerimónias de 29-X-1856, em que «foi aberto à viação pública [...] o primeiro caminho-de-ferro em Portugal» (para actualizar *O Panorama* de 1857: 50), foi um acontecimento que também envolveu o cardeal-patriarca e o corpo diplomático. A viagem ganha outros atractivos, porque já não se acha, nem se descobre: vai-se confirmar, em excitação, o que a Imprensa antecipa ou de que dá sugestivas gravuras. Servidos por seges e diligências, por jumentos e animais de tracção, afora o folclórico da padiola e das andas, ou as vassouras embruxadas, atrasámo-nos um pouco na chegada do comboio (1856), do americano (1873), do omnibus e do trâmuei, do carro eléctrico (chega em 1901) e sucedâneos – elevador, teleférico ou funicular, autocarro, metropolitano –, transportes que o cosmopolita Almeida Garrett não pôde conhecer até 1854. Mas as suas *Viagens na Minha Terra* – não menos atentas às «passarolas de Ícaro» (cap. III) e às «estradas dos areonautas» (cap. XIII)[4] – são um nódulo de investigação decisiva, quando tratamos deste tipo de literatura: ao elaborar a linhagem destas, entre 1843 (folhetinizam-se os cinco capítulos iniciais) e 1993 (Rodrigues, 2000: 9-18), pude citar dezenas de devedores, entre os quais Ramalho (em especial, no tomo I d'*As Farpas*, 1887), um No-

[4] Em vez de *aeronautas*, termo castelhano e italiano, que seguem os editores de Garrett, salvo Ofélia Paiva Monteiro, na respectiva edição crítica (Lisboa: INCM, 2010), com explicação do neologismo irónico na p. 493. O autor conhecia o francês *aéronaute,* desde 1784, ou o nosso *aeronauta*, já em 1836 no *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza*, de Francisco Solano Constancio. Nesse caso, se não foi gralha, houve recusa deste termo? Deveria saber, também, que já se preferia o prefixo *aero-*, como na palavra *aerómetro,* que encontro na *Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal* (Lisboa), 1-IX-1813.

bre narrativo ("Viagens na minha terra", *Só*, 1891), Eça de Queirós (*A Cidade e as Serras*, 1901), Raul Brandão... Raros escapam à influência, se não for Camilo Castelo Branco (*v. g.*, *Vinte Horas de Liteira*, 1864). Mas, com o regresso à Europa, do sul mediterrânico ao norte holandês, vamos encontrar um, sobretudo italiano, A. P. Lopes de Mendonça, o latino integral Júlio César Machado, que já reporta balões e nos sinaliza o *touriste* ("Carteira de um touriste!", *Historias para Gente Moça*, 1863)[5], António Augusto Teixeira de Vasconcelos parisiense e madrileno, o Ramalho de *A Holanda* (1883), etc. Menos do que viajar, estes assumem os 'circuitos' da moda, embora em graus diferentes: não se compara a profundidade ramalhiana com o borboletear de Júlio César...

No quadro finissecular, surgem os africanistas, em consequência do *Ultimatum* e de súbita paixão patriótica pela África meridional, bem como orientalismos singulares, entre o exotismo queirosiano e a niponização de Wenceslau de Moraes. O desterrado é voluntário, como este, ou forçado, como os homiziados por crime, ou proscritos, caso de Vieira de Castro. Sobretudo no quadro africano, o explorador torna-se conquistador, ou aventureiro, ou mercador, ou caçador – figuras, já, do século XV –, e, modernamente, em delegado político, observador científico, incursionista temido (que é diferente de excursionista).

Dos novecentistas, é Ferreira de Castro o mais copioso, ora narrando experiências de *Emigrantes* (1928) e n'*A Selva* (1930), ora em giros de esteta (*Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*, 1937; *A Volta ao Mundo*, 1944; *As Maravilhas Artísticas do Mundo*, 2 vols., 1959), seguido pelas notas diarísticas de Torga. Mas sem a empatia que se nos depara em Miguéis, na variedade genológica de um Jorge de Sena, o poeta de *Peregrinatio ad Loca Infecta* (1969), corrida em "Portugal",

[5] Com algum atraso em relação às *Mémoires d'Un Touriste* (1838), de Stendhal, termo aceite desde 1816, enquanto *tourisme* terá penetrado em 1841, mas só dicionarizado pela Academia Francesa em 1878. *Touristique* é de 1830; mas *passeport*, aplicado a mercadorias, é de 1420, e, a pessoas, de 1520. O *tourist* inglês localiza-se entre 1792 e 1800. *Cf.* Urbain. 1993 [1991]: *passim*. Deambulação agradabilíssima é Morand, 1996, enquanto Viaux, 2001, vai *Sur les Traces des Grands Marcheurs de Tous les Temps*, onde encontramos Töpffer ou Stendhal...

"Brasil", "Estados Unidos", "Europa", o ficcionista de *Antigas e Novas Andanças do Demónio* (1960) e *Os Grão-Capitães* (1976), e diarista recente; e, muito menos, na grande poesia ainda oitocentista ou na chusma de viajantes e turistas literários da última centúria, o que nos permitiria acrescentar outros tipos: o mercenário, o repórter (mormente, de guerra), o funcionário colonial, o professor visitante, inclusive os alpinistas que já vamos tendo...

O imperfeito narrativo d'*Os Lusíadas* ou de António Nobre importam à lírica moderna. Vai caindo algum pretérito perfeito, mas é o presente que domina. Veja-se o peso deste em "O sentimento dum ocidental" (1880), de Cesário, esse «camponês / Que andava preso em liberdade pela cidade», no dizer de Alberto Caeiro. Já não passeio, mas frenesi citadino, poderíamos dizer que o olhar do sujeito não viaja pelos objectos e seres, mas recebe o impacto deles, algo como aquelas «Imagens que passais pela retina», de que fala Camilo Pessanha (1916). Ao mesmo nível, coloca a turbamulta que vai sobre ele, na indiferença pessoal («Meus olhos apagados / Vede a água cair.»), de quem toma um esboço de roteiro marítimo como «roteiro da vida». O mar torna-se imagem de algo mais profundo: por exemplo, de «Tantos naufrágios, perdições, destroços!». A leitura do colectivo atenua-se; serve-se de referências históricas ou de sinais, que constituíam, antes, a cena e desenvolvimento do poema, mas, agora, decantados por um *eu* devorador, em que, à partida, logo sucede regresso de dor e ruína, como em Mário de Sá-Carneiro, que se interroga: «Aonde irei neste sem-fim perdido, / / Neste mar oco de certezas mortas? –»

A ideia de viagem começa, pois, a ser outra, a interiorizar-se, desde a poemática de *Eléctrico* (1956), de José Gomes Ferreira, e António Ramos Rosa, com suas «mãos navegadoras» numa extraordinária «Viagem através duma nebulosa» (1960), abismando-se em «Descida aos infernos» do ser, «Descendo sempre», como reza ciclo de Carlos de Oliveira, em *Trabalho Poético* (1978). O «navio desesperado» antropomorfiza o eu narrativo de Vitorino Nemésio ("A vaga verde"; ver, ainda, "Navio de sal" e "Navio"). Bicicleta, lambreta, automóveis *vs.* alazões, autocarro, comboio, guindaste, avião, foguetão, eis transportes mais ou menos sen-

timentais (*Transporte Sentimental*, 1987, de José do Carmo Francisco, congraça lista; mais recente, A. M. Pires Cabral, *Que Comboio É Este*, 2005) que metaforizam comportamentos, onde falta referir a topografia do corpo amado. Nesta óptica existencial, se se olhou ao berço ou alcofa nas águas (lembram-se da camiliana "Maria Moisés"?), mesmo ao Beijo e Onda personalizados[6], não se estudou o par fora do elemento líquido – com a cadeirinha, carrinho e canguru –, e muito menos confrontando-os com transporte a caminho da última morada, o caixão. Exemplar desse percurso para a não-viagem, a procurar-se vertigem, é Pessoa, com que fica bem terminar.

Abrindo por mestre Caeiro, ele funda-se em «andar» e «passear», «andar à chuva», «andar pelas estradas», «ou, passeando pelos caminhos e atalhos», desejar que a sua vida seja «um carro de bois», «o burro do moleiro», «o voo da ave, que passa e não deixa rasto». Inveja o que «passa», borboleta ou vento, mesmo diligência. Na via do esquecimento, diz-se «Argonauta das sensações verdadeiras» (p. 67), que, a exemplo das imagens de Pessanha, passam por ele. O sujeito não viaja; é *viajado*.

Com Ricardo Reis, «O tempo passa, / Não nos diz nada». Deve cada um seguir seu destino, na convicção de que somos sempre "estrangeiros". Lembra certas visitas guiadas, encarreirando atrás de voz; mas, claro, estes forçados do turismo não cultivam a indiferença de Reis.

No ortónimo, os motivos marinhos – porto, velas, navios, amarras, etc. – são convocados para metáforas: «O teu silêncio é uma nau com todas as velas pandas.» O mesmo se dirá do automóvel, dos cavalos, do *carroussel*... O sujeito corta-se por dentro, navega procelosamente em si, tirando proveito da expressão simbolista, não isenta de matizes decadentistas. Isso vê-se nos 14 sonetos de "Passos da Cruz", cujo número IX é um bom exemplo. Neste Pessoa, para quem «A morte é a curva da estrada», *viajar* é *sonhar viajar*. Tal desejo resumir-se-ia no

[6] "Restelo", o último, e melhor, poema de Joaquim Matos, *Gare Marítima. No V Centenário dos Descobrimentos*, 1998, tem esta admirável quintilha: «Passo entre o Paço e Belém / todo o tempo que é Tejo / senhor do mundo e ninguém / por ser lágrima do Beijo / que da Onda foi refém.» (p. 93)

célebre «Viajar! Perder países!», que o nosso homem civil não chegou a cumprir.

Em Álvaro de Campos, não existe viagem, mas vertigem, cavalgada, como logo mostram as grandes odes interjectivas. Multiplicam-se os transportes – automóvel último-modelo, amarelo ou Chevrolet, carroças, comboios, navios que tipifica e descreve tecnicamente na "Ode marítima" («Quilhas, mastros e velas, rodas do leme, cordagens, / Chaminés de vapores, hélices, gáveas, flâmulas, / Galdropes, escotilhas, caldeiras, colectores, válvulas;»), transatlânticos, guindastes, tramays [*sic*], *trolley*, omnibus, eléctricos, funiculares, aeroplanos, metropolitanos, «todos os objectos projécteis» ou «objectos direcções», em que o ser é «elástico, mola, agulha, trepidação…» –, mas, ainda mais, as enumerações, gradações, imperativos, híper-sensacionista e interseccionista, com que se exige abolir a pontuação. Agora, não é o sonho quem conduz, mas a Imaginação, que o educou e lhe deu a mão: «Fui educado pela Imaginação, / Viajei pela mão dela sempre,». A sua atitude, em «Cavalgada explosiva», ou nessa «Vertigem do meio-dia emoldurada a vertigens –», é, face à 'passagem das horas', e paradoxalmente, esta: «Na véspera de não partir nunca.»; a sua conclusão é: «Afinal, a melhor maneira de viajar é sentir.»

Em resumo, e respectivamente, em Caeiro, Reis, Pessoa, Campos: ser viajado; ir atrás, ou seguir; sonhar a viagem; senti-la vertigem (ou, talvez melhor, no advérbio de modo, como diz noutro lugar, «cism[ar] indeterminadamente as viagens»).

Entre sismos do corpo, no terreno, e, nos últimos 130 anos, cismas da alma, podemos ter uma aproximação à ideia de viagem na literatura portuguesa desde antes de Marco Polo (que é de 1298-1300; com este abre lista de Urbain, 1993: 262-268), em que a faceta do repórter só em poucos se sai bem, caso do Saramago de *Viagem a Portugal* (1981). Até ao século XX, as férias são associadas aos estudantes, que só se deslocam para as suas terras, tal como os deputados. A deslocação para os lugares de refúgio e retiro (província, campo), sinalizados desde o século XVI, ou de eleição, mais a partir de Oitocentos, são meras ou definitivas vilegiaturas, algum veraneio, quando não excursões de horas

ou de um dia. Feche-se com o lamento da quase ausência de lugares imaginários, numa terra já sem o pensamento em Preste João.

Bibliografia

Castilho, Júlio de. [2]1926. *Memorias de Castilho*. T. I. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Castro, Américo. 1996. *España en Su Historia. Cristianos, Moros y Judíos*. Barcelona: Crítica.

Cristóvão, Fernando, coord. 1999. *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografia*. Lisboa: Edições Cosmos.

Domingos, Manuela D. 1981. "Livros de viagens portugueses do século XIX. Alguns exemplos". *In*: *Revista de História Económica e Social* (Lisboa), 7, Janeiro-Junho. 111-127.

Falcão, Ana Margarida; Nascimento, M. Teresa; Leal, Maria Luísa, orgs. 1997. *Literatura de Viagens. Narrativa, História e Mito*. Lisboa: Edições Cosmos.

Leite, Ana Mafalda. 1992. "As narrativas de viagem de exploração africana do fim do século XIX: herança e antecipação de modelos". *In*: *Mare Liberum* (Lisboa), 4, Dezembro. 77-85.

Mattoso, José. 2001. *Fragmentos de Uma Composição Medieval e Outros Textos* [1987]. *In*: *Obras Completas*. Volume 6. Lisboa: Círculo de Leitores.

Mónica, Maria Filomena, org. e pref. 1996. *A Europa e Nós. Uma Polémica de 1853. A. Herculano contra A. P. Lopes de Mendonça*. Lisboa: ICS / / Quetzal.

Morand, Paul. 1996. *Le Voyage*. Paris: Pocket.

Rodrigues, Ernesto. 2000. "A linhagem das *Viagens na Minha Terra*". *In*: *Cadernos Aquilinianos* (Viseu), 10. 9-18.

Sánchez-Albornoz, Claudio. 1957. *España, Un Enigma Histórico*. Buenos Aires.

Steiner, George. [3]2006. *A Ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva.

Urbain, Jean-Didier. 1993. *L'Idiot du Voyage. Histoires de Touristes* [1991]. Paris: Éditions Payot & Rivages.

Viaux, Henri. 2001. *Sur les Traces des Grands Marcheurs de Tous les Temps.* Rennes: Éditions Ouest-France.

Serra da Lua

A Domingos Doutel

Num silenciado *Corpo Enigmático*, de António Augusto Sales (1993: 14), assistimos a conversa entre o narrador e a vida, também ela em vilegiatura: «Um dia, num dos caminhos da serra de Sintra [,] que é o melhor local para se estabelecer um diálogo com os mistérios da existência, surpreendi a vida a descansar sob a copa de uma árvore muitas vezes centenária.»

Segue-se saudação ao tempo e à cultura da natureza nesse espaço que o nosso chorado D. Sebastião – decerto, chorando mãe madrasta, que o abandonara bebé, até à morte (Madrid, 7-IX-1573) – igualmente escolhia para solução de mistérios afinal insondáveis. A camoniana «fresca serra / De Sintra» (canto V, 3), em que se alongavam os olhos dos nautas gâmicos, mediatiza, assim, outras existências – saudades do Céu ou da Pátria –, que, no quadro romântico oitocentista, se resumem à perseguição do amor, da arte, da saúde e de vaidades sem conta.

"Camões em Sintra" é o título de poema do conde Adolfo Frederico de Schak[1], grande admirador do divino Garrett. Este (1825: 6-7) dera--nos o Poeta em chegada e espraiando males por sobre os montes de Cíntia – ou Serra da Lua, como à de Sintra se chamava, e retoma João Aguiar ([12]S. d.: 114) –, até ao Cabo da Roca:

> Um só no meio de alegrias tantas
> Quase insensível jaz: calado e quedo,
> Encostado à amurada, os olhos fitos
> Tem nesse ponto que negreja ao longe
> Lá pela proa, e cresce a pouco e pouco.

[1] Ver tradução de "Camoens in Cintra", por Olívio Caeiro (1978: 689).

> Era esse o extremo promontório
> Que dos montes de Cíntia se projecta
> Sobre o fremente Oceano que na base
> Tremendo quebra as enroladas vagas.

Porta do olhar e da alma no primeiro contacto com a Pátria, qual vértice onde triangula Camões, a Serra cresce desmesuradamente no Almada Negreiros de 1921 («Há um gigante na serra! / É um gigante tamanho / qu'a gente sente o gigante / mas não lhe vê o tamanho!» [1971: 117]) e debruça-se para ouvir as conversas entre as suas fontes e o luar. É no intervalo destes dois tipos de protagonização que ela se torna refrigério, cenário, palco e, até, lamentável folclore.

A rainha D. Luísa de Gusmão, «conualescendo das indesposições qẽ tem», qual dizia o procurador da Coroa Tomé Pinheiro da Veiga aos autarcas de 1652 (Azevedo, 1987: 189), conhece a vila em 15 de Julho, como quem já dá razão a Luís Augusto Palmeirim (1879: 259): «Se não existissem Cintra e o Bussaco, Portugal seria no verão uma asta torradeira, e nós todos uns aspirantes a S. Lourenço, que morreu grelhado.»

A capital despovoa-se para amores leves, longos passeios, boas comedorias, que não só de queijadas. Se não é para seguir Filipe III de Espanha, que também lá foi em passeio (1621) bem descrito por João Baptista Lavanha. Sonham todos com o «lusitano paraíso» que igualmente visitou, e deixou com desgosto, Felix Lichnowsky (2005: 51; *passim*). Os teatros, bailes e *soirées* também se mudam. Circulam bilhetes de visita, as camélias carregam paixões violentas, *parvenus* e janotas olham-se de esguelha no *pic-nic* ou num *five-o'clock*. Os tipos que rondam ainda esperam a sova a preceito de Fialho de Almeida, n'*Os Gatos (*1889-1894). Em *Boémia Antiga* (1897), Tomás de Melo (1980: 177) reforçará a nota, quando versar certo L. Perfume, falando correctamente francês, inglês e alemão, mas que «romances estonteadores» haviam transtornado:

> Não tinha mais do que um fato, e esse mesmo no fio.
> O pobre, para maior desventura, amava e era amado por uma gentil criança que vivia em Sintra, para as bandas da Penha Verde,

> onde ele ia todos os domingos, no *omnibus*, a pé, fosse por que forma fosse, para lhe dizer esses mil nadas que são o apanágio dos namorados.

Havia, no entretempo, quem se condoesse «desse Bernardim, passando-lhe duas libras para a mão e mandando-o suspirar para as agrestes penedias de Sintra, a romântica» (p. 179).

A marca disfórica já se justificava, face aos exageros do último meio século. A que Eça se atira, ainda ambiguamente, no capítulo VIII d'*Os Maias*. Predecessores ilustres irritavam-no sobremaneira, pelo que representavam, e resumiam do estado mental português.

Assim, o amável Júlio César Machado cumpre uma das melhores sínteses da ideia romântica que de Sintra a posteridade se fez. Em "Os noivos", com que abre *best-seller* de 1861, *Contos ao Luar*, Carminho e Gonçalo Dantas refugiam-se no hotel Lawrence, nesse Março em que «Sintra realisava ja o delicioso *Eden*, de Byron, mas não parecia ainda o sitio caracteristico do verão elegante. Em Collares, não se encontrava nenhuma das formosuras de Lisboa a recrear-se na varzea, ou gravando com a ponta de uma thesoura um nome ou uma data na casca do olmeiro.» «Insipida neste momento», diz ela, que acusa os poetas de a terem envelhecido: «Cintra é sempre bella!» (p. 8), responde o marido.

Só os poetas, de facto – como esse Carlos Eduardo que persegue Carminho –, teriam coragem de abalar para Sintra às sete da matina. E ousariam este lamento «– Deixo sempre este quarto com saudade! É pena que Cintra não esteja... em toda a parte!» (p. 21)

Os poetas ou alguns bailadores, que costumavam largar do clube às sete, estafados ou já cansados do *whist*, e faziam uma directa até às faldas da serra, como aquele Salvador de conto à frente, exigindo um quarto no Victor, porque «em nenhuma parte lhe sabia tão docemente á alma escrever d'amor como alli!» (p. 150).

Neste ponto – refrigério para o coração –, Sintra só raramente dá solução aos casos difíceis. O nosso já conhecido Salvador, com a esposa, Ana, e o acompanhante Henrique (antigo apaixonado desta), busca aí fugir da má-língua lisboeta, mas não consegue evitar que àquela chamem

mulher de dois homens (ler, com proveito, Teixeira de Vasconcelos, *A Ermida de Castromino*, 1875).

Camilo, pouco dedicado à causa, não se perde em descritivos e efusões ao recolher nessas partes, em vésperas do 24 de Julho liberal, Eugénia e Alberto de Magalhães, mais a condessa de Santa Bárbara, enfim reconciliados e bem merecedores de descanso – que, a continuar, iria estragar o enredo dos *Mistérios de Lisboa* (1854).

Sempre lugar instável – agora, entre a exaltação amorosa que nasce em gruta e a depressão que acompanha o ciúme –, Sintra, de tão evidente, nunca se nomeia em *Eva* (1870), de Santos Nazaré, sobre quem Eça verteu veneno. Cristalizara em metáfora de procurado bem-estar, incluindo a variante do amor adúltero calistiano (1866).

Mas a insistência queirosiana nesta Sintra da regeneração já com duas décadas traz água no bico: Carlos da Maia, que não sabe muito bem por que raio visita os lugares de eleição literária, é tomado, nesse gesto, como comparsa das figuras mentecaptas do segundo romantismo que encontra no seu caminho; ao mesmo tempo, é uma difícil iniciação no amor – não espera encontrar a que se revelará Maria Eduarda, mas também não faz mal, porquanto «era já delicioso o pensar nela assim por aquela estrada fora, penetrar, com essa doçura no coração, sob as belas árvores de Sintra… Depois, era possível que daí a pouco, na velha Lawrence, ele a cruzasse de repente no corredor, roçasse talvez seu vestido, ouvisse talvez a sua voz.» (Queiroz, s. d.: 223)

Ou seja, é a continuada natureza dos que olham os montes da Lua, desde a primeira linha interiormente dividido (na saudade, na saúde, no esforço artístico), que assombra estes textos. Perpassam, entretanto, num minucioso roteiro, «as peregrinações clássicas, subir à Pena, ir beber água à Fonte dos Amores, barquejar na Várzea» (p. 220), sobretudo, Seteais – até ao dorido regresso a Lisboa.

Se esta página fosse mais séria, diríamos que Sintra e a serra distribuem entre elas as bênçãos e maleitas que seivam o ser nacional. A opção pelo Victor Sasseti, «a mansão oficial da vilegiatura lisbonense», para onde se carrega a «aridez suburbana» da capital, ou pela modesta e inglesada Lawrence, já dava pano para discriminações de alma. Em

geral, tem esta seu gozoso recolhimento na «serra umbrosa, extensa» de Júlio de Castilho, secundado por J. A. Sant'Anna e Vasconcelos, J. Pinto Ribeiro e tantos mais, só para citar trio de um "Cancioneiro de Cintra" oferecido ao mundo elegante lisboeta[2].

El-rei D. Fernando, que se esforçou por ser português, juntou algum rigor na escolha de artistas que quis à sua beira (qual o equivalente moderno de um Liszt ao lado do senhor primeiro-ministro?). Rei-artista, melómano a sério, infelizmente pouco romanesco, talvez nos diga, sob fundos de neblina, que *o Português faz-se, não é*; que, concomitantemente, esta «paisagem granítica, [...] verde, dura e fria, [...] pede o inglês», como escrevia, ainda, Ramalho (Ortigão, 1956: 109-111); ou, como acrescentaremos nós, o estrangeiro culto, pé descalço ou, melhor ainda, bem calçado.

[2] Ver *A Semana de Lisboa* / Supplemento do *Jornal do Commercio*, 29, 16-VII-1893: 227-229.

Bibliografia

Aguiar, João. [12]S. d. *A Voz dos Deuses*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

Almada Negreiros, José de. 1971. *Poesias*. Lisboa: Estampa.

Azevedo, J. A. da Costa. 1987.*Velharias de Sintra – VI*. Sintra.

Caeiro, Olívio, trad. 1978. Adolfo Frederico de Schak, "Camões in Sintra". *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIII. Paris: FCG / CCP.

Garrett, Almeida. 1825. *Camões*. Paris.

Lichnowsky, Felix. 2005. *Portugal. Recordações do Ano de 1842*. Lisboa: Frenesi.

Melo, Tomás de. 1980. *Boémia Antiga*. Lisboa: s. e.

Ortigão, Ramalho. 1956. "Os ingleses em Sintra", *Folhas Soltas*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Palmeirim, Luiz Augusto. 1879. *Galeria de Figuras Portuguesas*. Lisboa.

Queiroz, Eça de. S. d. *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil.

Sales, António Augusto. 1993. *Corpo Enigmático*. Lisboa: Editorial O Escritor.

Notas de Viagem a Itália

A Manuel Simões

Entre Assis, Bolonha e Pádua viveu Santo António a última década terrena; entre Siena e Pisa, Pedro Hispano, antes de ser Papa de Roma (20-IX-1276). São os trecentistas mais ilustres, sepultados numa Itália que não documentaram. Desde 1435, obrigações conciliares inauguram périplos hoje bibliografados (Augusto, 2002: 83-125), sendo pena que também o infante D. Pedro (1428) não contasse de Roma, Florença (Battelli, 1940: 153-154), Veneza e, talvez, Treviso... Como nada retiramos de mestres universitários citados em cartas de Cataldo Parísio Sículo ou que A. Moreira de Sá trouxe a título: *Humanistas Portugueses em Itália. Subsídios para o Estudo de Frei Gomes de Lisboa, dos Dois Luíses Teixeiras, de João de Barros e de Henrique Caiado* (1983). Caso para acrescentar Diogo Pires, Damião de Góis, Frei Heitor Pinto, inclusive Verney (em Roma desde 1736, até à morte, em 1792, e que só nalgum soneto cita a cidade ou o *Moisés* de Miguel Ângelo: Topa, 2001: 19, 353, 357)...

Nas quatro *Cartas de Itália* enviadas, em 1452, de Siena, Roma, Nápoles e de lugar indeterminado, Lopo d'Almeida já procede a um confronto, embora entre alemães e portugueses (Simões, 1989: 211--218). O século XVI, contudo, altera a situação.

Sá de Miranda vai cultivar-se – e sofrer. Em "Cantiga feita nos grandes campos de Roma", estes campos são «sem fim», e «cheos», mas «de dôr e de pesar» ou «de saudade e pesar», conforme as edições. Vive em «ceos alheos / Em terra estranha e mar. / Mal sem meo e mal sem fim, / Dôr que ninguem não entende» (Miranda, 1885: 16). É uma nota dissonante na paisagem de quase geral admiração que acompanhará outros artistas – de Francisco de Holanda a António Carneiro, que inspira o

meu título (1899; Vasconcelos, 1982-1984 [1986]: 90-161) –, tal como peregrinos, diplomatas (Vale, 2006), ensaístas (Figueiredo, 1922: 11--108; Duarte, 2010: 221-229), turistas.

Por norma, faz-se a «descrição de muitas igrejas e outras cousas desta cidade», como em narrativa anónima de 1532 de Lisboa a Roma, ou em *Relação das Cousas de Roma* (1553), segundo o arcebispo de Lisboa D. Fernando de Menezes. Há menos partidas de outras cidades (Coelho; Santos, 1990). Mas a monotonia não tem de ser o pão nosso de cada um dos inúmeros títulos. Infelizmente, os lugares correm a alta velocidade, como num comboio alado. Partindo de Génova, escreve o Padre Jerónimo Lobo (s. d. [1971]: 655): «Passei por Luca, Sena, Florença, por várias cidades do Estado do Papa. Aos 9 de Mayo [de 1638] entrei em Roma, onde me detive mais de 7 meses e vi tudo o que naquella cidade he digno de se ver, com as 7 e as 9 igrejas, vendo nellas o muito que tem para venerar.»

Excitantes – como Lobo há-de perceber em Nápoles – são relíquias de santos e do mesmo Cristo, que os assistentes de Trento não perdem, aproveitando também para dar um salto à Terra Santa. Esta, aliás, é razão para trânsito italiano: a visita aos Lugares Santos exigia licença do Papa ou do Comissário-Geral de Jerusalém no mosteiro romano de Ara Coeli (Pires de Lima, 1989: 79-112)[1]. Não raro, a devoção dava em delação, com denúncia de cristãos-novos judaizantes portugueses vivendo em Itália.

A atmosfera tridentina e Roma como lugar de partida e chegada (antes do regresso a Portugal) revêem-se em Frei Pantaleão de Aveiro. Eis síntese de Fernando Campos (Rodrigues *et alii*, 2002, *s. v.*), que o heroificou em *A Casa do Pó*[2]:

> No "Prólogo aos Devotos", explica-nos como surgiu a oportunidade de ir à Terra Santa. Estava ele na Cúria Romana como adjunto do secretário da Ordem, Fr. António de Pádua, trabalhando

[1] Além de demora em Fr. Pantaleão de Aveiro, Durval Pires de Lima analisa título manuscrito (p. 95-100) de Fr. António Soares de Albergaria, que passou por vários lugares de Itália (1552-1554); regressa a Roma (1555), onde está uns três anos (1558). Na volta, visita algumas cidades italianas.

[2] 1986. Lisboa: Difel. Importa cap. V: "Roma… Veneza… Trento…"

> ambos com o seu Geral, Fr. Francisco de Zamora, aparece o recém-nomeado guardião de Jerusalém, Fr. Bonifácio de Ragusa ou Aragusa (actual Dubrovnik). Pedia-lhe que o acompanhasse por terras de Itália a formar a nova família franciscana que havia de ir revezar na Palestina os frades que deviam regressar ao cabo dos três anos habituais de missão nos lugares santos. [...] Corria o ano de 1561, abria o terceiro período do Concílio de Trento. P. de A. conhece então grandes dignitários da Igreja. Na companhia de Bonifácio de Ragusa, é recebido pelo Papa Pio IV, que o faz confessor apostólico.
> Formada a família dos franciscanos, parte de Veneza à frente dela, a 4 de Dezembro de 1562, dia de Santa Bárbara. Vai com ele o padre franciscano Fr. António Zedilho, companheiro de Francisco de Orantes. Tornam-se amigos. [...]
> O *Itinerário da Terra Santa* pode esquematizar-se da seguinte forma: I – De Veneza a Jerusalém (4 de Dez. de 1562 – 5 de Maio de 1563): as anotações pessoais do género diário, com elementos cronológicos (referência a luas, festas de santos e litúrgicas); [...] IV – Partida de Chipre (20 de Junho [de 1565]); chegada a Corfu (19 de Julho); oito dias depois, partem de novo; o mau tempo leva-os para o sul de Itália. Fr. P. de A. e Fr. António Zedilho desistem da viagem por mar, desembarcam junto a Nossa Senhora de Galípoli e dirigem-se para Roma. Não se sabe quando regressou a Portugal.

Esperava-se largueza no Padre António Vieira (1997), menos em primeira jornada (1650), e muito na segunda a Roma, em que viveu de Novembro de 1669 a Dezembro de 1673. A vasta correspondência dirigida aos amigos ocupa-se mais do perigo turco e pouco da atmosfera social, se não são as febres que o tolhem nos frios invernos. Essa rasura pode ter explicação em linhas para o marquês de Gouveia: «Mais gosto de ver de Roma as ruínas e desenganos do que foi, que a vaidade e variedade do que é, [...].» (31-I-1671) Tiram-lhe o sono as nocturnas «comédias do Carnaval» (14-II-1671), terramotos e réplicas (4, 18-VI-1672).

Se, em Setecentos, pontifica o fausto das embaixadas (Dantas, [3]1916: 149-155; [2]1918: 217-221) ou ainda ordena a devoção[3], o segundo quartel de Oitocentos, sem combater esta[4], tudo altera. A. Garrett lamenta uma Itália «toda escrava», mas mordendo os grilhões, como se deve «no mais grandioso país da Terra»[5]. Na batalha das nacionalidades pós-1848, a Itália atrai simpatias, sendo determinante o nome de António Pedro Lopes de Mendonça, cujas *Recordações de Itália*[6] significam viragem, e propondo, com "Beatriz" (1860: 151-160), uma Veneza de paixão e guerra, em que a geografia se dilui, ou secundariza. Isso fará J. M. Pereira Rodrigues (1862), "Um dia em Turim (p. 39-50), à frente, interessado em Dante e na ópera italiana; ou António Rodrigues Sampaio, entre Roma e Nápoles[7]; sobretudo, o discípulo Júlio César Machado. Entremos em *Do Chiado a Veneza* (1867).

Milão titula grande parte desta obra; começa, todavia, por, no cap. II, resumir Veneza – suas noites, amores gondoleiros, pombos em São Marcos, palácios, «pés pequenos das venezianas» (p. 19) –, Florença – – pintura, escultura, arquitectura – e Milão – «doce *flanar* no Corso» (p. 19-20), museus, teatros, artistas, mulheres. A guerra em curso é para outros; e Florença não reaparece.

Milão é «pequena, graciosissima; um pouco afrancezada talvez no luxo e nas modas, mas temperando isso com a voluptuosa morbideza, o

[3] *Até Roma: Uma Viagem com Devoção, Longa e Árdua. Diário de Frei Joaquim de S. José em 1750*. Estudo e notas de Maria Luísa Cabral. Lisboa: BNP, 2011.

[4] Caso de um desconhecido José António da Conceição Vieira (1831? 1832?-?), *Recordação da Minha Romaria ao Vaticano em 1877*. Lisboa, 1878, que Guilherme de Azevedo verbera em "Chronica Occidental", *O Occidente* (Lisboa), 15-VII-1878; ou padre Gonçalo Alves (1870-1932), reportando, entre os lugares da cristandade, *A Grande Roma: Impressões de Viagem. Notas Críticas, Históricas, Impressionistas, Sentimentais e Religiosas*. Porto, 1896.

[5] *Portugal na Balança da Europa* [1830]. S. d. Lisboa: Livros Horizonte. 88-89.

[6] *Revista Universal Lisbonense*, 28-XI-1850/31-VII-1851; em 2 vols., Lisboa, 1853. Passa por Génova, Pavia, Milão, Monza, Lago de Como, Veneza, Pompeia, Milão, de novo.

[7] Sem título, n'*A Revolução de Setembro*, 27-VI-1862, já "Visita a Nápoles" n'*O Comércio do Porto*, 30-VI-1862.

falar a meia voz, o gesto lânguido e sedutor que caracterisam a Italia.» (p. 22)

Júlio César instala-se no Hotel de la Ville, no corso Vittorio Emanuele, aonde afluem cantoras, bailarinas, turistas. Nos primeiros dias, pasmado de que haja tantos corcundas em Milão, toma um por guia. Resume-se, entretanto, a teatros líricos (não de declamação, ditos maus) e circo, a passear e a visitar prima-donas. Deixa má imagem dos padres; em contraponto, sendo a Itália «jardim da Europa» (p. 19), bem figurado nas mulheres, as flores abundam, do corso aos camarotes. Terra de amores, vêm logo entressachadas aventuras do coração, dominando a parte central da obra.

Desembarca em Veneza sob chuva triste, muda de roupa, janta, vai aplaudir Rossi. Amanhece para uma ilusão, para gritos hipocorísticos, lojas semelhando «casinhas de bonecos», ora de ourives, ou de pasteleiros: «comer, e brilhar» (p. 148). Vendem-se vidrinhos pela rua. O percurso segue, descritivo – Rialto, S. Marcos e seus edifícios –, repleto de mandriões (que é dizer o mínimo). E lá vem nova história de amor, para encurtar viagem. Reencontramo-nos no Palácio Ducal, com documentação atinente a Portugal, e passamos as noites entre o Florian e o Teatro Malibran. O regresso é um choque, ao trocar a Itália, «a patria das artes, da graça, da benevolencia, do bem estar, e das doçuras da poesia» (p. 228), pelo Chiado, onde acabava de fechar o *seu* botequim: o Marrare.

Alberto Pimentel (1872: 157-159) ficciona "Raphael" em Roma, minimizando outras cidades. Luciano Cordeiro (1875: 226) vai de Trieste, via Udine, até Veneza, para exclamar: «Ao longe, *super aquas*, numa espécie de poeira de ouro e coral aparecia Veneza, Veneza oriental, a fantástica, a aquática, a única, *Venezia la bella*!» Descritivo, Ricardo Guimarães, na pele de Visconde de Benalcanfor, ficou deslumbrado pela baía de Nápoles, por onde abre *Na Italia* (1876). Aí volta em *De Lisboa ao Cairo. Scenas de Viagem*, encerrando com Roma (1876: 361-363; depois, Pisa, Génova), mas sem espaço para demoras discursivas, tanto havia que contar... Carlos Lobo d'Ávila comboia-se, em *Carteira d'Um Viajante. Apontamentos a Lapis* (1878), também por

Trento, Roma, Milão, Lago de Como, Bellagio, com uma recepção singular nos círculos lisboetas[8]. Temos M. [aria] C. [elina] Sauvayre da Câmara *De Napoles a Jersusalem. Diario de Viagem* (1889)[9]. Por Nápoles e proximidades flana Adolfo Loureiro, *No Oriente – De Nápoles à China. Diário de Viagem* (2 vols., 1896-1897; feita em 1883-1884: parte de Nápoles, aonde regressa, seguindo por Génova e Milão).

Aqui, importa referir dois estudos.

Conjugando Fátima Outeirinho (2009: 149-157) e Luís Prista (2003: 9-75), acrescentarei, deste, que estuda 24 autores e mapeia itinerários: D. José Trazimundo Barreto, Marquês de Fronteira, com duas viagens (1825-1826, 1830-1831) por uma quinzena de cidades – Veneza maravilha-o; equipara Lisboa e Nápoles, sendo esta mais alegre – plasmadas nas *Memórias* (Lisboa, 1926-1930; 1932); um desinteressante Alves Mendes, *Itália. Elucidario do Viajante* (Porto, 1878); o pintor Marques de Oliveira, com *Diário de Viagem* [1892 (Porto, 1955)] bem nutrido de urbes, mas telegráfico. Um ignorado Bulhão Pato (s. d. [1986]: 227--229, 231-236) esteve, em 1883, "Na Galleria degli Uffizi", seguindo para Nápoles, onde redige "A Sorrento e a Capri".

Fátima Outeirinho aprofunda Benalcanfor e lembra folhetins de António Rodrigues Sampaio n'*A Revolução de Setembro* (1862), reproduzidos n'*O Comércio do Porto*, em que se apoia. Discorrem ambos sobre monsenhor Joaquim Pinto de Campos (*Impressões de Viagem na Itália e Sul de França*, Lisboa, 1880), um brasileiro que morreu em Lisboa (1887). Demoremo-nos no Sampaio d'*A Revolução*.

[8] «Uma pergunta feita ao leitor com a maior sinceridade: – Já leu a *Carteira d'um viajante*? // Se não leu tenha a bondade de ler quanto antes considerando no seguinte: O auctor, Carlos Lobo d'Avila, tem 18 annos apenas, segundo confessa unanimemente toda a imprensa periódica: n'este ponto, acho-me disposto a concordar com ella; e, cousa rara e que poucas vezes acontece: [...] acho-me de accordo nos louvores tributados ao auctor d'este livro em que eu vejo [,] antes de tudo, uma revellação brilhantíssima.» Guilherme d'Azevedo, "Chronica Occidental", *O Occidente* (Lisboa), 15-XII--1878.

[9] Ver Luísa Marinho Antunes, "Apontamentos [...]". *In*: José Eduardo Franco, dir. 2016. *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, volume antezero, Lisboa, INCM. 134-141.

Ele deixara como redactor A. A. Teixeira de Vasconcelos, a quem se dirige ("Meu caro António Augusto") a abrir edição de 27 de Junho: "Politica Estrangeira / Roma, 8 de Junho de 1862". Saíra de uma saudosa Nápoles às 16 horas – evocando Cícero, Júlio César, Virgílio e *Eneida* repleta de heróis, Pompeia, Herculano –, e chega no dia seguinte, às 14 horas, exasperado pelo controlo dos passaportes nos Estados da Igreja. Tomando a parte – Nápoles – pelo todo, Portugal fica a perder: «Mas na frescura dos seus campos, na verdura das suas margens, na fertilidade das suas colinas, é necessário ceder o passo á Itália.» No «espantoso» movimento daquela cidade, onde as crianças «nascem aos centos», é um rodopio de carruagens: «Parece que ninguém alli anda a pé.» Ruas largas, praças espaçosas, sem polícia, onde «cada um vende o que quer». Com dois amigos, sobe o Vesúvio em três horas: «É horrivelmente bello.» Arrepia-o ver casas, todas caiadas, pomares, etc., à sombra desta ameaça.

A segunda carta (Roma, 11 de Junho) sai a 29. Avalia o napolitano «museu borbonico», para concluir: «Italia é a terra das artes.» Prova-o com Pisa – torre, catedral, baptistério, campo santo –, após horas breves em Génova e Liorne. Compara a liberdade aqui reconhecida aos adversários com o «frivolo temor da liberdade» reinante em Portugal.

A terceira carta (Roma, 14 de Junho) sai a 1 de Julho. Dominada por peripécias à volta da Rocha Tarpeia, estabelece um paralelo entre Roma antiga e moderna. A quarta (Roma, 16 de Junho; 2-VII) informa das exéquias de D. Pedro V em Santo António dos Portugueses.

Na quinta (Florença, 2 [*sic*] de Junho; 3-VII), visita Tivoli, evocando Horácio e outros antigos. Mas o desperdício de água na insalubre *campanha* romana leva-o a concluir: «Roma tem condições de boa administração, e não ha paiz mais mal regido.» A caminho de Florença, troca estes pântanos pelo solo inculto dos Estados papais. Já a Toscana é um «extenso jardim». A mendicidade, enfim, é uma praga italiana.

A sexta (Turim, 27 de Junho; 6-VII) distingue Roma, «cidade de recordações e de ruinas», de Florença, «cidade de recordações mas sem ruinas», também oposta a Civitavecchia na presteza com que se dispensa o passaporte. A bem tratada paisagem entre Siena e Florença, vista do

comboio, rivaliza com o asseio desta, limpa – também de mendigos. Cantados seus cumes artísticos, a única «coisa bem triste» é a falta de fontes e chafarizes… Ainda de Turim (29 de Junho; 9-VII), a sétima é política, entre impasses e esperanças na unidade peninsular.

Nem uma coluna ocupa a de Milão, 2 de Julho (13-VII), chegado de Turim e de um continuado «jardim». Um parágrafo sucinto sobre monumentos alivia-o daquela cidade. No dia seguinte, parte para Veneza, «velha e decahida rainha do Adriatico».

De lá vem carta de 5 de Julho [Junho, gralhado; 16-VII] sobre a «decadencia de hoje» às mãos do despotismo austríaco. O viajante admira, mas não ama, a «pobre» Veneza: «Surprehende-me mas não me captiva.» Já de Paris, 12 de Julho (20-VII), ainda retrata Veneza, «triste, melancholica, sombria», vigiada por guarnição estrangeira e segunda língua. Cidadão e soldado não se misturam; com nobres emigrados, os palácios viram quartéis ou hospedarias: «Pesa sobre Veneza um lucto rigoroso.»

Estas décadas são um daguerreótipo que figura a Itália em vias de *risorgimento*. Olha ao estado das coisas, e aos estados em confronto, com um voto que lança a propósito de Veneza: o direito à liberdade e à independência.

Encerram século italiano – vívido em Joaquim de Araújo, admirado em J. Ramos Coelho – Manuel Teixeira-Gomes e Ramalho Ortigão, que já faz trânsito para o século XX. Neste, à preciosa lista de Luís Prista – – Brito Camacho, Antero de Figueiredo, Justino de Montalvão, Queirós Ribeiro, Ramalho, Jaime Cortesão, Ricardo Jorge, Gaspar Baltar, Carlos Santos, Abel Salazar, Urbano Rodrigues, Urbano Tavares Rodrigues[10], Agustina Bessa-Luís – acrescentaremos notas sobre J. Reis Gomes, Miguel Torga e lembretes finais.

Teixeira-Gomes ("Agripina", *Inventário de Junho*, 1899; [5]1984: 24) hedoniza entre Nápoles e seu museu, Pompeia, Capri, Sorrento, Castellamare e a nudez de mais de cem rapazes nus na praia, monte Coppola.

[10] Após *De Florença a Nova Iorque* (1963), volta à «cidade das flores» em *Roteiro de Emergência* (1966: 47 ss), onde analisa, além de vários autores italianos, "Aspectos da vida moderna em Itália / Artesanato e Economia Rural" (p. 51-54).

Acrescenta algo de incomum nestes viajantes, que choca a moral de hoje: inebriado pelas «vinhas de Posilipo», adormece «embalado pela suavíssima canção desse mar»; acorda com o Sol. E logo:

> Todos os dias visitava, à mesma hora, a pequenina Giudetta Gigli, que certa rufiana me oferecera em *via Toledo*. [...] Tinha doze anos, o cabelo vermelho como chamas na escuridão da noite e leves reverberações de aurora nos seios agudos. Recebia-me nua, cercada das labaredas do cabelo solto, estendida – toda ela miudinha e perfeita – no leito imenso, sobre uma colcha de damasco carmesim...

Ramalho Ortigão (1993) recebe a notícia do falecimento de Eça (16--VIII-1900) em Veneza, donde escreve a 24. A 17, estava em Turim, mas ainda não sabe da morte. A 1 e 8 de Setembro, pisa Florença. Na segunda visita a Itália, conta entrevista que o Papa Leão XIII lhe concedeu (10-XI-1901; p. 139-140). *Pela Terra Alheia* (1916) insere, desta época, "Flores de Roma" – com essa visita vaticanal – e "Sicília (Impressões de Arte)", visita de «sete annos» antes (Nápoles, Palermo, Messina: «[...] aplica-se em maioria na museologia da ilha[11]») agora convocada por terramoto. A edição em volume não dá a fecunda iconografia que acompanha as três partes na *Illustração Portugueza*[12], artigo suscitado pelas imagens de destruição de Reggio e Messina nas edições de 11, 18 e 25 de Janeiro de 1909. Razão de Ramalho, nas últimas linhas: «Sobre essa patria da Belleza acaba de passar a impiedosa catastrophe.» Seja como for, «Fóra da Itália (os Hespanha, perdoa-me) não ha salvação possível». Di-lo, em verdadeiro hino, um João Penha[13] que nunca a visitou.

[11] Prista, p. 50. Ramalho começa: «Há sete annos que, por fins do mez de Setembro, eu percorri a Sicilia, desembarcando em Palermo, dando volta á ilha, e reembarcando ao fim de tres semanas em Messina.» (p. 137) De facto, seguiu de Roma para Nápoles – cuja «Vista tirada do tumulo de Virgilio» encima o artigo – e seguinte percurso em Novembro de 1901...

[12] "Sicilia", 1-II-1909, p. 137-146; "Sicilia. Sensações d'Arte", 8-II, p. 172-179, e 1-III, p. 268-277.

[13] "Um conde italiano", *O Canto do Cysne*, Paris – Lisboa, Livrarias Aïllaud e Bertrand, 1923: 109 [109]-114.

Através da França, Suíça e Itália (Diário de Viagem), J. Reis Gomes (s. d. [1926]) será o cicerone mais completo[14]. Três quartos do volume de 379 páginas são dedicados a Itália (p. 69-322). Partindo de Nice, o grupo chega a Génova em 17 de Julho daquele ano e deixa Milão a 3 de Agosto. Em menos de três semanas, visita-se o essencial, mesmo se, por vezes, à pressa, como em palácios de Génova, contra demoras no cemitério de Staglieno, «que é, pela profusão e valor das suas obras, talvez o mais famoso do mundo» (p. 73). Pisa requer o dia 18; seguem-se quase cinco dias e quatro capítulos em Roma e no Vaticano, numa catadupa de informação que rasura quaisquer laivos de interioridade. Nápoles, Pompeia, Assis, Loreto, Florença, Pádua, Veneza, Milão são outros tantos capítulos de exteriores, embora cuidados na prosa.

Referência obliterada, Miguel Torga dedica boa parte d'*O Quarto Dia* [1939] d'*A Criação do Mundo* (1991) a périplo sob a égide de Mussolini, o qual *ha sempre ragione*, brandem pancartas milanesas. Entre interlocutores «Humanos até à raiz dos cabelos!» (p. 250) e a doçura da paisagem, dá-se a «peregrinações pela cidade e arredores a visitar museus, igrejas e monumentos. Não queria ninguém a meu lado enquanto via a *Ceia* de Leonardo, admirava Sant'Ambrogio ou seguia as passadas de Stendhal.» (p. 255) E, frente ao *Cristo Morto*, de Mantegna, na Brera, entende a penúria artística lusitana...

Florença é uma funda contradição que o totalitarismo ascendente estava quase a confirmar:

> O espírito como que se materializara nas suas ruas, nos seus palácios, nas suas igrejas. A torre da catedral parecia a equação do equilíbrio; o génio de Dante e Miguel Ângelo tutelava cada recanto; as Graças da *Primavera* de Botticelli cruzavam-se comigo a cada esquina. E no meio de tanta beleza, de tanta perfeição, de tanta harmonia, a memória de Savonarola a arder ainda na Praça da Senhoria [...]. (p. 260)

[14] Lembrado em Rossi, 1969: 72-82 [75]. Ocorrem, ainda, enquanto visitantes de Roma, Ricardo Guimarães, Cortesão, Norberto de Araújo, Augusto de Castro, Artur Portela, Ferreira de Castro, Luís Forjaz Trigueiros, António Ferro, Alberto de Oliveira, Urbano Tavares Rodrigues, David Mourão-Ferreira.

O aviso mais claro desta nova ameaça depara-se-lhe em Roma, que disseca miudamente, até ao contraponto da actualidade: «O Duce discursava na Praça de Veneza.» (p. 265) Seguem-se Pádua e Veneza, «oásis do mundo» (p. 270).

Ainda em Novecentos, crescem aplausos de Pedro de Moura e Sá (entre Capri e ruínas, entrega-se à rua de Nápoles; 1960: 234-238) e Luís Teixeira (1960), Sena, Sophia, no reencontro de Luiz Francisco Rebello com Veneza (1971: 71-77), David Mourão-Ferreira (Marques, 2006: 371-383), Alberto de Lacerda[15], Ruy Belo, Nuno Bragança, António Osório, Manuel Simões (2021), Mário Cláudio, José Viale Moutinho (graficamente raro em 1987, até 2015), num Abelaira metafórico[16]; e, já neste milénio, n'*A Viagem do Elefante*, que passa por Génova, pelas «civilizadas terras da ligúria, às quais se hão-de seguir a lombardia e o veneto» (Saramago, 2008: 181). Atravessa Mântua, Verona, Pádua – onde, diante da basílica de Santo António, o elefante ajoelha, para espanto geral, e milagre celebrado na Trento conciliar. José Saramago recorda, sem o dizer, «aquelle alifante / que foy a Roma tam galante» da vicentina *Exortação da Guerra* (1514, vv. 195-196), de cujos versos 408-409 vai tirar o póstumo *Alabardas, Alabardas, Espingardas, Espingardas* (2014). Nos cinco livros 'papais' que nos deixou (2009-2013), Luís Miguel Rocha não se fica pelas *sombras* do Vaticano…

No ensaio (2000) e diarística (2002) de João Bigotte Chorão, no diário de Irene Lucília Andrade (2008; extensivo a 2020), na lírica insólita de Manuel da Silva Ramos (1999), ou mais convencional de João Carlos Abreu e José Tolentino de Mendonça (2001; Tonini, 2001); na de Pedro da Silveira (1985) e José Emílio-Nelson florentino e veneziano (1985; 1994), José-Alberto Marques (2004), Paulo Teixeira (2006), Victor Oliveira Mateus (2010) e Ernesto Rodrigues (2013), entre outros (Silva, 1999; Barroso, 2006); no ensaísmo (Cardoso, 2001; Azuaje, 2011), algum reeditado[17], acrescido de novas fontes, muito há a forragear sobre

[15] Em particular, *Sonetos*, editados em Veneza, 1991, emparceirando com Florença, Siena, Cortona e outros lugares europeus e norte-americanos.

[16] De *A Cidade das Flores* (1959) escrevi «metáfora doce», Lisboa qual «Florença de anos 30 e atmosfera mussoliniana» (Rodrigues *et alii*, coord., 2002, *s. v.*).

[17] Caso de *D. Frei Bartolomeu dos Mártires e outros textos sobre o Venerável*, de

uma Itália de luz cálida, tesouro da Humanidade, éden a revisitar.

Mons. José de Castro, org. de Henrique Manuel Pereira, Bragança: Diocese de Bragança-Miranda, 2014. Originariamente, *Venerável D. Frei Bartolomeu dos Mártires* (1946), extraído de *Portugal no Concílio de Trento*, 6 vols. (1944-1946), a Mons. José de Castro devemos, ainda, *A Roma e à Terra Santa: Crónicas de Viagem* (1925), *Terras de S. Francisco* (1928), *Portugal em Roma*, 2 vols. (1939).

Bibliografia

Andrade, Irene Lucília. 2008. *Crónica Breve da Cidade Anónima. À Hora do Tordo*. Funchal: Funchal 500 Anos [Veneza, p. 45-50; Roma, p. 94-96].

2020. *Sete Pássaros sobre a Laguna*. Lisboa: Âncora Editora.

Augusto, Sara. 2002. "Peregrinações: Roma e Santiago de Compostela". *In:* Fernando Cristóvão, coord. *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*. Coimbra / Lisboa: Almedina / CLEPUL.

Azuaje, Maria Fernanda Ferreira. 2011. *A Presença Portuguesa em Roma na Real Igreja, Casa e Hospital de Santo António dos Portugueses na Época Moderna – Uma Visita Guiada pela História e pelo Património* [dissert.]. Porto: Faculdade de Letras.

Barroso, Maria do Sameiro. 2006. *Meandros Translúcidos*. S. l.: Labirinto.

Battelli, Guido. 1940. "O infante dom Pedro, duque de Coimbra, em Florença". *Portvcale* (Porto), vol. XIII, n.º 76-77. Julho-Outubro.

Cardoso, Arnaldo Pinto. 2001. *A Presença Portuguesa em Roma*. Lisboa: Quetzal.

Chorão, João Bigotte. 2000. *Galeria de Retratos*. Porto: Lello Editores.

2002. *Diário Quase Completo*. Lisboa: INCM.

Coelho, Maria Helena da Cruz; Santos, Maria José Azevedo. 1990. *De Coimbra a Roma. Uma Viagem em Meados de Quinhentos*. Coimbra: Coimbra Editora.

Cordeiro, Luciano. 1875. *Viagens. França, Baviera, Austria e Italia*. Lisboa.

Dantas, Júlio. [3]1916. *Pátria Portuguesa* [1914]. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

[2]1918. *Êles e Elas*. Lisboa. Porto: Livraria Chardron.

Duarte, Eduardo. 2010. "Uma viagem a Itália no século XVI. D. Frei Bartolomeu, a arquitetura, a escultura e as porcelanas". *In*: *Arte Teoria*, 12/13. Lisboa: Faculdade de Belas Artes.

Emílio-Nelson, José. 1985. *Nu Inclinado*. Porto: Oficina da Fénix.

1994. *O Anjo Relicário*. Lisboa: Black Sun Editores.

Figueiredo, Fidelino de. 1922. "Do gothico e das cathedraes na litteratura". *In*: *Estudos de Litteratura*, quarta série (1921-1922). Lisboa.

Gomes, J. Reis Gomes. S. d. [1926]. *Através da França, Suíça e Itália (Diário de Viagem)*. Lisboa.

Lobo, Jerónimo. s. d. [1971]. *Itinerário e Outros Escritos Inéditos*. Edição crítica pelo P.e M. Gonçalves da Costa. Porto: Livraria Civilização – Editora.

Marques, José-Alberto. 2004. *Hiperlíricas*. Porto: Campo das Letras.

Marques, Teresa Martins. 2006. "Algumas imagens de Itália em David Mourão-Ferreira". *In*: *Estudos Italianos em Portugal* (Lisboa), nova série, n.º 1.

Mateus, Victor Oliveira. 2010. *Regresso*. Fafe: Editora Labirinto.

Mendonça, José Tolentino de. 2001. *De Igual para Igual*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Mendonça, A. P. Lopes de. 1860. *Scenas e Phantasias de Nossos Tempos*. Lisboa.

Miranda, Sá de. 1885. *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*. Ed. de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Lisboa: BN.

Moura e Sá, Pedro de. 1960. *Vida e Literatura*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Moutinho, José Viale. 1987. *Máscaras Venezianas*. Porto: Cadernos da Rua Escura.

2015. *Águas Negras*. S. l.: Lápis de Memórias.

Ortigão, Ramalho. 1993. *Cartas a Emília*. Ed. de Beatriz Berrini. Lisboa: Lisóptima Edições / Biblioteca Nacional.

Outeirinho, Fátima. 2009. "A presença da herança clássica na narrativa de viagem a Itália". *In*: Marta Várzeas, ed. *As Artes de Prometeu: Estudos em Homenagem a Ana Paula Quintela*. Porto: Faculdade de Letras.

Pato, Bulhão. S. d. [1986]. *Memórias*. T. III. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

Pimentel, Alberto. 1872. *Nervosos, Lymphaticos e Sanguineos*. Porto.

Pires de Lima, Durval. 1989. "Itinerários manuscritos da Terra Santa". *In*: *Revista da Biblioteca Nacional* (Lisboa), s. 2, 4 (2).

Prista, Luís. 2003. "*Uma Primavera* e outros livros portugueses de viagem a Itália". *In*: Abel Salazar, *Uma Primavera em Itália* [1934]. Porto: Campo das Letras.

Ramos, Manuel da Silva. 1999. *O Tanatoperador*. Coimbra: Fenda.

Rebello, Luiz Francisco. 1971. *O Jogo dos Homens*. Lisboa: Edições Ática.

Rodrigues, Ernesto. 2013. *Do Movimento Operário e Outras Viagens*. Lisboa: Âncora Editora ["Génova", p. 26; "Roma / *Quatuor*", p. 27-30].

— *et alii*, coord. 2002. *Dicionário de Literatura*. Porto: Figueirinhas.

Rodrigues, J. M. Pereira. 1862. *Ensaios Litterarios*. Lisboa.

Rossi, Giuseppe Carlo. 1969. "Roma nella letteratura portoghese contemporânea". *In: Studi Romani*, anno XVII, n. 1, Gennaio-Marzo.

Saramago, José. 2008. *A Viagem do Elefante*. Edição ilustrada. Lisboa: Fundação José Saramago / Editorial Caminho.

Silva, Manuela Parreira da. *O Álbum de Vishnu*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Silveira, Pedro da. 1985. "Intermezzo italiano". *Corografias*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

Simões, Manuel. 1989. "O panegírico de Portugal nas *Cartas de Itália* de Lopo d'Almeida". *In*: *Studi di Iberistica in Memoria di Alberto Boscolo* a cura di G. Bellini. Roma. = 2011. *Tempo com Espectador. Ensaios de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

2021. *O Imaginário de Veneza na Literatura Portuguesa. Séculos XV-XXI*. Lisboa: Âncora Editora.

Teixeira, Luís. 1960. *Roteiro Sentimental*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Teixeira, Paulo. 2006. *Descanso na Fuga para o Egipto. Antologia 1985--2005*. Lisboa: Caminho.

Teixeira-Gomes, M. [5]1984. *Inventário de Junho*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Tonini, Giampaolo, ed. 2001. *Poeti Contemporanei dell'Isola di Madeira.* Venezia: Centro Internazionale della Grafica di Venezia.

Topa, Francisco. 2001. *Poesia Inédita de Luís António Vernei*. Porto: Edição do Autor.

Torga, Miguel. 1991. *A Criação do Mundo*. 1.ª edição conjunta. Coimbra.

Vale, Teresa Leonor. 2006. *Diário de Um Embaixador Português em Roma (1676-1678)*. Lisboa: Livros Horizonte.

Vasconcelos, Flórido de. 1982-1984 [1986]. "*Notas de Viagem a Itália* (1899) de António Carneiro". *In*: *Estudos Italianos em Portugal* (Lisboa), 45--47.

Vieira, Padre António. 1997. *Cartas*. II. Ed. de J. Lúcio de Azevedo. Lisboa: INCM.

Dante na Imprensa Periódica Oitocentista

À memória de Vasco Graça Moura

I. Jornais, revistas, almanaques, folhetos e opúsculos são, no século XIX português[1], os primeiros suportes de referências e alusões a Dante, bem como de apresentação de versões, traduções, adaptações da *Divina Comédia*, logo passadas a livro, e, mais raramente, reproduzindo este. Para *Vita Nova* encontrámos três fontes; uma alusão a *De Monarchia* e *Convívio*. Fica um sentimento difuso, qual oportunidade perdida na inspiração que o Florentino parece desencadear, logo reduzido a episódios quase exclusivamente do *Inferno*, sem ligação decisiva à poesia romântica, como pretendeu Teófilo Braga em 1864:

> Na *Divina Comédia* encontra-se, como em poucas obras da arte moderna, o genio, os pensamentos que inspiram a poesia romantica. Em nenhuma é essa revelação tão profunda. O poeta não póde limitar na fórma o infinito do sentimento; mas essa mesma fraqueza deixa adivinhar a extensão d'elle, é – o vago. Que verdade profunda, que delirio fogoso de amor nas poucas palavras choradas sobre a pobre Francesca di Rimini. Um suspiro descobre as tempestades de sua alma, a queda, a resignação, mesmo a sua candura:
> *La bocca me bacció tutto tremante.*
> No episodio de Ugolino a sublimidade do pathetico augmenta-se com a vivacidade dos traços. A incerteza em que paira o espirito ao ouvir os filhos do conde dizerem-lhe
> *Padre, assai, ci fia men doglia*

[1] José da Silva Mendes Leal Júnior assina "Dante Aligieri", poema em francês na *Revue du Monde Latin*, Paris, Mai-Septembre 1886, transcrito em Giacinto Manuppella, 1966: 71-74.

> *Se tu mangi di noi: tu ne vestiti*
> *Queste misere carni, e tu le spoglia!*
> aterra a imaginação, que procura traduzir n'ella o desespero da dor, o insulto da vida. No pequeno episodio da Pia [*Purgatório*, c. VI] ressumbra uma melancholia indefinível, que augmenta mais a agonia da desgraçada esposa, que se definha e morre entre as emanações palustres, como uma flor sensível, estiolada, sem luz. A mesma duvida que aflige aquelle que ao desposal-a passou o anel para o seu dedo e a condemna assim, é a que nos faz sentir todas as dores que póde conter um coração, e que as palavras não sabem revelar. Era o grande segredo da arte de Dante, era a primeira manifestação da *poesia romântica*. A melancholia é um dos caracteres mais visiveis da poesia romântica; é a tristeza, mas com um vago indefinivel, de que a arte se serve para deixar adivinhar a extensão do sentimento. A poesia do norte foi a primeira que se apropriou d'ella; é como o nevoeiro que deixa pressentir a ondina[2].

[2] "Esbôço das philosophicas da Epopêa Humana" é prólogo da primeira versão da *Visão dos Tempos*, Porto, 1864, então designado por "Generalisação da Historia da Poesia / Ideia do livro", retocado na edição de 1869, acrescido do prólogo de *Tempestades Sonoras / Segunda Serie da Visão dos Tempos*, Porto, 1864, intitulado "Sobre a evolução da poesia determinadas pelas relações entre o sentimento e a forma", onde se encontra a nossa citação, p. XXV-XXVI. Citamos de *Visão dos Tempos*, Porto, Livraria Chardron de Lello e Irmão, Editores, 1908: 264-265. À frente (p. 289), Teófilo informa: «O poemeto *Arabesco de uma janella gotica* nasceu de uma leitura da *Divina Comedia*. Dante foi acusado de sacrílego pelos seus inimigos, por ter quebrado a grade do baptisterio de S. João, de Florença, para salvar uma criança que se afogava. O poeta alude ao facto, no *Inferno*:» – e transcreve XIX, 6, 7. Completamos informação pouco clara de Giacinto Manuppella, *Dantesca Luso-Brasileira. Subsídios para Uma Bibliografia da Obra e do Pensamento de Dante Alighieri*, Coimbra, 1966: 64, que, socorrendo-se dos dois volumes de 1894-1895, não aproveita a longa transcrição com que iniciamos este trabalho. Após *Ondina do Lago*, 1866, a quarta e última parte do ciclo poético da visão dos tempos é *Torrentes*, 1869, de cujo prólogo sai esta última citação. Em "Nota" final ao ciclo, o primeiro parágrafo reza: «Dois processos artísticos tínhamos a seguir na elaboração deste plano: o primeiro consistia em tomar a Humanidade como uma entidade moral e celebrar a continuidade da sua evolução encadeando em volta d'ella, como em uma biografia individual, todos os actos em que se tem conquistado e afirmado o progresso humano. Este processo exige uma imensa abstracção synthetica, e para corrigir esta incompatibilidade com os meios pitorescos da poesia, seria preciso recorrer ás personificações allegoricas, que agravam a falsidade da concepção, destroem

II. O guião está em G. Manuppella (1966)[3], do qual retiramos, reordenando a cronologia oitocentista, informação útil ao nosso escopo:

1. José Agostinho de Macedo, *Motim Literário*, 1811: 35.

2. António José Viale, sobre o *Inferno*:

2. 1. A. Galleano Ravara, *Album Italo-Portuguez*, Lisboa, 1853: 2-11. Canto I.

2. 2. "O sexto canto da *Iliada* e os dois primeiros cantos do *Inferno* de Dante, [...] lidos na sessão de 9 de fevereiro de 1854". Manuppella cita *Historia e Memoria da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, nova série, 2.ª classe, 1905, não *Memorias da Academia Real das Sciências de Lisboa*. Nova série, 1, parte II, 1885.

2. 3. *Annaes das Sciencias e Lettras*, Lisboa, Junho de 1857: 185-196. C. V. Reprod. em 2. 8: 102ss.

2. 4. *O Instituto* / Jornal scientifico e litterario, Coimbra, Janeiro de 1861: 297-299, 309-310. C. III.

2. 5. *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Abril de 1862, IV, Lisboa, 1864: 408-410. [Precisemos: "O Conde Ugolino", com gravura de Sequeira, comentada por S. H. [marquês de Sousa Holstein], p. 404-407, a que segue "Dante Inferno / Excerpto do canto XXXIII".]

2. 6. *Miscelanea Hellenico-Litteraria offerecida aos estudantes da 2.ª cadeira do Curso Superior de Letras*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868. Versão dos c. I a V e excerto do canto XXXIII.

---

a emoção artística e se tornam verdadeiramente ininteligíveis sem uma chave artificial, cuja interpretação critica é deploravel mesmo nas obras mais sublimes como a *Divina Comedia* ou o *Fausto*.» (p. 294)

[3] Desenvolve Henrique de Campos Ferreira Lima, "Dante em Portugal e no Brasil", *Anais de Bibliotecas e Arquivos*, vols. XIII-XIX, Lisboa, 1941-1948, parcialmente em *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 4, 5, 1941, informando Rita Marnoto, "Dante", *Biblos*. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa, 2, Lisboa / São Paulo, 1997, cols. 6-10; Daniela Di Pascuale, "O mito de Francesca da Rimini em Portugal (sécs. XIX-XX): a tradução como testemunho da evolução do cânone efeitos estranhantes da domesticação e efeitos aculturantes do estranhamento", *Babilónia*, 8/9, Lisboa, 2010: 173-186; *Estudos Dantescos: Tradução e Recepção da Obra de Dante em Portugal e no Mundo*, coord., trad. de Daniela Di Pasquale, Tiago Guerreiro da Silva, Chamusca, Edições Cosmos, 2014.

2. 7. *O Instituto*, vol. XX, 1874-1875: 24-26, 277-280. Francisca de Rimini, O Conde Ugolino. Revê as versões de 2. 6.

2. 8. *Tentativas Dantescas*, Coimbra, 1883. Os cinco primeiros cantos do *Inferno* e excertos dos c. XXXII e XXX. O Conde Ugolino retoma 2. 5 e 2. 6. A carta-prefácio do antigo discípulo, agora D. Pedro V, é de 5-II-1859. Úteis "Notas", com variantes próprias e alheias, incluindo de João de Deus = 6. 4, Eduardo Augusto Vidal, G. E. Ennes [*sic*].

3. A. de Serpa [expandido em António de Serpa Pimentel], "Excursão Phantástica", *A Illustração Luso-Brazileira* / Jornal Universal, n.º 20, Lisboa, 1856: 158.

4. A. P. Lopes de Mendonça, em

4. 1. "A litteratura portuguesa nos seculos XVI e XVII", *Annaes das Sciencias e Letras*, Lisboa, 1857: 4-7, reprod. em "A Renascença e o Mosteiro da Batalha / (Fragmento de um livro inedito)", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Abril de 1860: 13-16, 120-127.

4. 2. "José Agostinho de Macedo e a sua época", *Annaes das Sciencias e Letras*, 1858: 470.

5. Sem nome de autor, "Dante", *Archivo Pittoresco*, Lisboa, I, 26, Dezembro de 1857: 202-204; 28, Janeiro de 1858: 222-224. Precisamos G. M., que nem três linhas dedica a peça importante em quatro partes: o húmus florentino, que o exila; o amor, decisivo; o exílio, e acusação de antipatriota; a *Comédia*, com «tres principais divisões», também da sua vida, correspondendo «a sua infancia e amor de Beatriz, ao paraiso; a sua parte no governo de Florença, no meio das perturbações e das facções, ao purgatorio; o seu exilio, ao inferno. [...] O mundo visivel constituira-se á imagem do mundo invisivel. A grande divisão das tres zonas sobrenaturais achava-se sobre a terra na divisão das tres ordens, povo, burguesia, nobreza. / Muitos condemnados, alguns absolvidos, poucos eleitos, eis toda a sociedade da edade media.» (p. 223)

6. João de Deus dedicou-se proficuamente a "Francesca de Rimini / / Episodio da Divina Comedia", em:

6. 1. *O Instituto*, vol. oitavo, n.º 12, 1859: 197-198.

6. 2. *Gazeta de Portugal*, "Fragmento da Francesca de Rimini / / (Dante) / O Beijo", Lisboa, 10-II-1865, versos 79-120, revistos, e já na integral 73-142, em 22-III-1865, "Francesca de Rimin / Episodio da Divina Comédia", extraído de

6. 3. *O Seculo XIX*, Penafiel, 18-III-1865, reprod. em

6. 4. "Inferno – João de Deus", *O Vimaranense*, Guimarães, 30--XI-1866, e em A. J. Viale, *Tentativas Dantescas*, p. 97. Diz Manuppella que o poeta «não foi muito feliz na sua tentativa» (p. 39) de verter o episódio de Francesca di Rimini. Se há liberdades, a adaptação corre bem.

6. 5. O conjunto saiu em *Flores do Campo*, Lisboa, 1869: 211--215, e em

6. 6. *Campo de Flores*, Lisboa, 1926: 612-615, "Francesca de Rimini", seguido das variantes "O beijo", p. 616-618, e "Francesca", p. 619-622.

6. 7. Actualmente, em *Campo de Flores*, Porto, Lello & Irmão – – Editores, 1981: 536-539, 540-542, 543-546.

Não imaginava Manuppella que "Charada" (1981: 448) teve primeira versão no *Almanach Litterario e Charadistico* para 1881, de Matheus Peres, Lisboa, 1880: 171. *Campo de Flores*, contendo mais longo poema, não prevê a segunda quadra, além de diferença substancial no dístico; ofereço, pois, versão desconhecida com inesperada solução:

Eu não sei quem seja aquelle
Que possa passar sem elle – 1

E sem elle nasci eu, [E com ele passei eu, *em volume*]
Como é publico e notório
Do Inferno ao Purgatorio
E de [do] Purgatorio ao Ceu. – 2

Eu provo que um alfinete
Deve ter cabeça e bico;
– Provo tudo e tudo explico
Sem dar nunca estenderete.

Solução? Pé + Dante = Pedante[4].

7. Inácio Francisco Silveira da Mota, *Archivo Universal*, vol. IV, n.º 1, Lisboa, 1861: 4-6. Recensão a "José Silvestre Ribeiro, *Dante e a Divina Comédia*", 1858. Reprod. em *Horas de Repouso*, Lisboa, 1880: 141-149. No índice da revista: "Dante e a Divina Comedia, bibliografia, por I. F. Silveira da Motta". Sobre este Silvestre Ribeiro e sua obra «didactica, dentro dos limites da philologia» faltou José Maria de Andrade Ferreira, "Revista critica e litteraria de 1858", vol. I, n.º 2, 1859: 60-61: «O grande poeta toscano, o pae da poesia moderna, não tinha nem um expositor, nem um commentador entre nós. Dante abrange o seu seculo: a sua monumental trilogia abraça uma epopéa universal. A historia, a poesia e a sciencia do seu tempo, resume-as este poema admiravel.»[5] Ora, mais tardio, e que ninguém cita, é *Ensaio de Estudos Praticos de Litteratura* por José Silvestre Ribeiro (Lisboa, 1880), cuja peça de resistência é o inaugural "O sublime na literatura", onde traduz quinzena de versos do *Purgatório* (p. 103). No segundo trabalho, "Comparações na literatura", abre com «O Homero Toscano, o imortal Dante», de quem tira comparações «verdadeiramente arrebatadoras» (p. 134)[6].

8. José Maria Pereira Rodrigues, "O Dante e a Divina Comédia", *Archivo Universal*, vol. IV, n.º 18, 20, 1861: 294-295, 323-325. Conviria acrescentar reprodução em J. M. Pereira Rodrigues, *Ensaios Litterarios*, Lisboa, 1862: 73-87. Lição apresentada no Curso Superior de Letras, biografa Dante, ou Durante, resumindo a obra segundo Schlegel e Lamartine, Viale e Silvestre Ribeiro, que não esquivam censuras, sendo principais «as prolongadas discussões theologicas, que fatigam o leitor; a singular reunião de citações bíblicas d'allusões mythologicas, e concepções bizarras d'um gosto duvidoso, como [,] por exemplo, as danças dos astros para mostrar o seu contentamento» (p. 86).

9. A. de Sequeira-Ferraz, "Episodio do Inferno Dantesco / Paolo e Francesca", *O Pantheon* / Revista de Sciencias e Lettras, n.º 17, Porto,

[4] Convoca a *Divina Comédia* em "*Os Lusíadas* e a Conversação Preambular", *O Bejense*, 7-XI-1863.

[5] Depois, em *Litteratura, Musica e Bellas-Artes*, I, Lisboa, 1871: 210-211.

[6] Até à p. 143. Retoma-o nas p. 224, 225, 258.

1881: 265-267. Convém acrescentar ser versão parcial, em prosa, anotada, e remetendo para artigo explicativo do autor,

9. 1. "Dois martyres do amor", *O Commercio Portuguez*, Porto, 12-IX-1880.

10. Os primeiros dez cantos do *Inferno* por Domingos Ennes (Porto, David Corazzi, 1887) estão no folhetim dos seguintes títulos de Lisboa, aqui por ordem cronológica:

10. 1. *Jornal da Noite*, 9/10-VII-1882, canto VI.

10. 2. *Diário da Manhã*, 29-X-1882, c. V; 21-III-1883, c. VII.

10. 3. *Diário Illustrado*, 25-VII-1883, c. III; 26-XII-1883, c. IV; 18-II-1884, c. I; 3-III-1884, c. II; 2-VI-1884, c. VIII; 21-VI-1884, c. IX e X. Acontece, porém, que o c. I, "A selva", saiu, já, em tercinas de «verso solto», em 2-V-1882, precedido de explicação de Domingos Ennes que refere excertos de Dante «em jornaes diários». Ao reaparecer em 18-II-1884, impõe-se a rima.

10. 4. *Lisboa Creche* / Jornal-miniatura [...], número único, Lisboa, 1-19 de Maio de 1881, c. XI do *Paradiso*, vv. 58-60, 70-72. Também escrito *Lisboa-Crèche*, teve direcção artística de Rafael Bordalo Pinheiro e literária de Xavier da Cunha.

11. Francisco Serra verteu os seis primeiros cantos do *Inferno* em *Gazeta de Portugal*, Lisboa, ano I, 18-XII-1887, canto I; 5-II-1888, c. II; 15-III-1888, c. III; 22-IV-1888, c. IV; 3-VI-1888, c. V; 24-VI-1888, c. VI.

12. No domínio das referências, Manuppella cita

12. 1. o Garrett das *Viagens*... e

12. 2. Herculano, ambos incompletamente, e, quanto a

12. 3. Eça / Ramalho, limita-se a *O Mistério da Estrada de Sintra*, quando, daquele, devia acrescentar *O Primo Basílio* (1878), em que o Dante gravado por Doré era fogo de vista para Luísa, mas, sobretudo, alguns folhetins da *Gazeta de Portugal*: citado em "Symphonia de abertura" (7-X-1866), "A ladainha da dôr" (28-X-1866), "O senhor Diabo" (2º-X-1867), "Uma carta (a Carlos Mayer)" (3-XI-1867), releve-se "Ao acaso"[7] (27-XI-1866), em que importa mais a alma de Florença do que a

[7] Na edição das *Prosas Bárbaras* (1903), traz o título "A Peninsula".

Comédia, em que importará mais «a lucidez do tempo de Galileo do que a fé do tempo de Dante», quando se semelham os caracteres português e italiano à luz dos sábios, descobridores, navegadores.

12. 4. Antero requeria outra abrangência, sendo quem mais absorveu a lição da *Comédia*. O essencial está em José Bruno Carreiro[8], a partir dos *Sonetos* de 1861 legendados com o c. IX do *Inferno*, vv. 61-63. O segundo título, *Beatrice* (1863), integrará *Primaveras Românticas* (1871). Relevemos, na *Revista Occidental*, tomo I[9], Lisboa, 15-II-1875: 99, o soneto "Beatrice", «Funerea Beatriz de mão gelada… / / Mas única Beatriz consoladora!»; n'*A Renascença*, 1, Janeiro de 1878, p. 9, o soneto "*Divina Comedia*". Na lista de revistas e jornais que Antero dirigiu e em que colaborou, Bruno Carreiro não cita *Branco e Negro*, n.º 84, 7-XI-1897: 95, com "Guitarrilha de Satan" («Se és Beatriz, sou Dante!»)[10], que entrará em *Raios de Extincta Luz* (1892: 146). Aqui, "Per amica silentia lunæ" tem como epígrafe «Guardai in alto», do *Inferno*, c. I. À frente, comparecem "Na primeira pagina do Inferno do Dante", "Dante – Divina Comedia / (Purgatorio, canto VI)".

12. 5. Eduardo Augusto Vidal, em *Contos da Sesta* (Lisboa, 1870), é mais do que os versos 127-138 do c. V do *Inferno* em "Uma leitura ao sol-posto" (p. 143). Abrem com "Um anjo no Purgatorio" e, citado Dante (p. 6), já Francesca acode à mente de Pedro murmurando tercina (p. 11). Em "Filho és, pae serás", ocorre «um bello verso do Dante» (p. 133) para dar o concerto da natureza: «Lo bel pianeta che ad amar conforta.» Sobretudo, conhecendo artigo de Vidal, "Francisca de

[8] *Antero de Quental. Subsídios para a Sua Biografia*, 2 vols., 2.ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1981. Manuppella só conhecia o 1.º vol., de 1948. Ver, ainda, Brunello De Cusatis, "A Itália em Antero. Antero em Itália", *Estudos Anterianos*, 2, Vila do Conde, Centro de Estudos Anterianos, Outubro de 1998: 26-27.

[9] Em quadras que mostram bem a presença maior de figuras literárias no imaginário, diz Maria Amália Vaz de Carvalho: «Era a ideal figura da Francesca!» (p. 226) No tomo II: 207 ss, longo artigo sobre "Savonarola" passa também por Dante.

[10] Antonio Julio Valle e Sousa, "Romeo e Julietta", n.º 87, 28-XI-1897: 134, abre assim: «Uma doce aureola de luz e de amor envolve as figuras graciosas e immortaes d'estes dois infortunados amantes italianos, a quem, segundo a expressão do sublime auctor da *Divina Comedia*, bem cabe a denominação de *grandes amantes*.»

Rimini e Paulo Malatesta", em *Artes e Letras*, Lisboa, Janeiro de 1873: 14-15, notar-se-ia variante no v. 138.

12. 6. Quanto a João Inácio Patrocínio da Costa, dedica largo espaço (p. 115-119) ao poema *Viagens no Systema Planetario* (1875), mas requeria mais o biografado, com gravura, no *Diario Illustrado* de 16-VI-1887 e n'*A Illustração Portugueza*, 49, 20-VI-1887: 7-8. Esquece-se *A Vida Nova*, trad. de J. do Patrocínio (João Ignacio do Patrocinio da Costa), precedido de uma "Breve notícia sobre D. A.", n'*O Echo do Lima*, Ponte de Lima, de 19-XII-1869 a 5-V e 12-V-1870. = João Ignacio do Patrocinio da Costa, *Flores de Espinhos. Poesia e Opusculos Litterarios*, Parte Primeira [contendo "Seductores e Lisongeiros no Inferno de Dante"], Braga, 1871: 55-73; Parte Segunda, 15-106.

12. 7. De M. Duarte de Almeida cita "Francesca e Paolo", Porto, 1933: 199, quadra cujo terceiro verso n'*A Imprensa*, Lisboa, 16, Maio de 1886: 124 – «Deliciosamente os lábios seus collaram» –, não coincide com os além transcritos, pelo que temos segunda variante.

III. Alarguemos o campo das referências e alusões. O *Motim Literário em Forma de Solilóquios* acumula disparates, mas dá uma primeira imagem de Dante que o século, *como recepção*, não subverteu por inteiro: «[...] este Dante he tão tenebroso, que não faz muito damno, e poucos expectadores tem a tal chamada divina comedia em trez actos, o primeiro no inferno, o segundo no purgatorio, o terceiro [no] paraizo.»[11] Petrarca e Ariosto são os principais vilipendiados por José Agostinho de Macedo, que exalta Tasso, abrindo caminho à fortuna literária deste. Eram resquícios da Arcádia, bem representados nesse «mau Luthero», de quando «ao Dante não o intendiam já nem juravam por elle os seus», diz Garrett, introduzindo o *Romanceiro* (1851: XXXVIII).

Um apaniguado de Macedo e de D. Miguel, Joaquim José Pedro Lopes, procurará outro equilíbrio, no quinzenário *Museu Literario, Util, e Divertido*, Lisboa, 1-I/VII-1833, ao teorizar sobre a poesia romântica, ou romancesca, «que, sem seguir as pizadas dos antigos [como faz a clássica], busca seus assumptos, e seus meios de interessar, na Idade

[11] Tomo I, 3.ª ed., Lisboa, 1841: 132.

média, pintando os costumes feudaes, ou cavalheirescos, e servindo se das tradições e fabulas populares como de huma nova mythologia, para excitar por este meio emoções fortes e recordações nacionaes» (p. 246). Se Homero e Camões são clássicos, são romancescos Dante e Ariosto, «principaes Mestres desta nova Escóla», e não só: «O incomparavel Tasso, ainda que se accomodou ás leis do systema classico na composição do seu Poema, pertence tambem ao genero Romancesco pelo assumpto daquelle, pelos costumes cavalheirescos, e pelas maravilhosas ficções proprias daquelles tempos.»

Adversário destes, Garrett destaca ainda Tasso sobre Dante e Petrarca nos anos 21-23 – sendo que António Ferreira e Sá de Miranda nada tinham que invejar a estes dois[12] –, mas mostra-se mais confiado desde a primeira nota ao *Camões* (1825) – são «os mysterios de Dante» (p. 196) que Voltaire não percebeu –, antes de o acrescentar na edição de 1839 em «pasmosos versos» do c. I do *Purgatório*, inspirado em Séneca[13].

Neste ano de 1839, algo mais importante ocorre. Espanta Manuppella reduzir Herculano a quase nada[14], quando, em 16 de Março, inaugura *A Abobada*, / Chronica monástica / [1401] n'*O Panorama*, n.º 98, lançando ideia que frutificará após a edição de *Lendas e Narrativas*

[12] Manuppella, 1966: 63.

[13] Para esta segunda citação, ver *Camões*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973: 217. Outra referência elogiosa sobre dignidade na nota G da memória lida ao Conservatório Real de Lisboa, 6-V-1843. *Cf. Doutrinas de Estética Literária*, Lisboa, 1938: 74.

[14] Acrescento duas notas: "Carta a Bulhão Pato sobre o poema *Paquita*, datada de 20 de Maio de 1856": «Nunca se achou, como Dante, perdido numa selva escura / / *Che la diritta via era smarrita?*»; e "Carta a D. Pedro II, Imperador do Brasil, sobre *A Confederação dos Tamoyos*, por Gonçalves de Magalhães, datada de 6 de Dezembro de 1856":

«As epopeias verdadeiramente originais pertencem às ideias heróicas, aos génesis das diversas civilizações. Assim a *Ilíada* e a *Odisseia*; assim o *Ramayana* e o *Mahabarata*; assim o *Nibelungen Lied*; assim o *Cid* e a *Divina Comédia*. Mais ou menos bárbaros na forma; mais ou menos imperfeitos no estilo; mais ou menos rudes na sua primitiva singeleza, sentimos ao lê-los como que murmurar uma aura divina; fazer-se uma revelação misteriosa do ideal; surgir ante nós o que quer que seja sobre-humano.»

(1851). O diálogo entre Frei Lourenço e o cego Afonso Domingues é exemplar:

> "Sois letrado, reverendo padre: – disse elle a Fr. Lourenço: – deveis ter visto algum traslado da Divina Comedia do florentino Dante."
> "Li já, e mais de uma vez: respondeu o prior: é obra prima daquelas a que os gregos chamavam *epos*, id est, *enarratio*, *et actio* segundo Aristotoles, e se não houvesse nessa escriptura algumas ousadias contra o papa…"
> "Pois sabei, reverendo padre, – proseguiu o architecto, travando com força do braço de Fr. Lourenço – que este mosteiro, que se ergue diante de nós, era a minha Divina Comedia – o cantico da minha alma:" (p. 87).

Os anos 40 assentam em Garrett, no sempre esquecido Camilo Castelo Branco de 1845 e, em trânsito de década, em António Pedro Lopes de Mendonça. Manuppella transcreve do cap. VI das *Viagens na Minha Terra*, sem confrontar os estágios da *Revista Universal Lisbonense* em 1843 e 1845. Assim, em 7-XII-1843: 186-188, inclui o que lemos hoje, mas foi rasurado em 1845, aqui entre chavetas:

> Mas, senhores, ponderem, venham cá: o que há-de um homem fazer? O Dante não sei que gíria teve que baptizou Públio Virgílio Marão para lhe servir de cicerone nas regiões do Inferno, do Paraíso, e do Purgatório cristão, e teve tão boa fortuna que nem o queimou a Inquisição nem o descompôs a Crusca, nem sequer o mutilaram os censores, nem o perseguiram delegados {por abuso de liberdade de imprensa, nem o mandaram para os dignos pares… Não se tinham ainda descoberto as mangações liberais que se usam hoje: e as Cartas que o povo tinha era a liberdade ganha e sustentada à ponta da espada, com muito coração e poucas palavras, muito patriotismo, poucas leis… e menos relatórios. Não havia em Florença nem gazeta para louvar as tolices dos ministros, nem ministros para pagar as tolices da gazeta}.

Dito «ilustre finado», «grande génio», o Dante «proscrito e exilado» é um modelo de luta pela «liberdade da sua pátria», em que se revê Garrett, antes de Castilho lhe suspender a prosa. No prólogo não assinado

da 2.ª edição (1846), diz-se «familiar com Homero e com o Dante»[15], seguindo-se trintena de nomes famosos.

Vem inesperado Camilo. Antes do Fernando Gomes de *Agulha em Palheiro* (1863), com preferências em grande – Virgílio, Dante e infinitos autores –, ou o Libório d'*A Queda Dum Anjo* (1865), primeiro em folhetim do *Jornal do Commercio*, o qual abre o cap. XV a invocar o «Inferno, Sr. Presidente, inferno dantesco», esquece-se Ugolino bem presente[16]; esquecem-se, sobretudo, as primícias com o poema *O Juízo Final; e O Sonho do Inferno* (1845), também primacial homenagem à *Comédia*, que resumo[17].

Dos deuses literários ao «soberano Ser» já entrevisto na epígrafe de S. Lucas vai um passo. Ao «Deus irado» respondem humanos crimes, que o sujeito assume, para se enfrentar com Ele no seio da natureza, que pormenoriza. Uma vez mais, o belo horrível tempestuoso entra em acção, com desfiguradas figuras ressurrectas, do «ávido escrivão» ao médico assassino, das mulheres vaidosas (que, nele, admiram a «fealdade») ao taberneiro que baptizava o vinho. Os poetas são «vasta chusma» e um deles, gongórico até à medula da estupidez, tem passagem gratuita para o Inferno. Dos Antigos a Bocage, de filósofos a astrólogo, traidores, doutrinários e criminosos, tudo ali cabe, em espaço delirantemente descrito no canto segundo, na sequência de visita no dorso de dragão-diabo.

Caverna a caverna, apresentam-se-nos os tipos: grandes e heróis; «o insano avaro»; «o fátuo altivo»; o jogador, que vendeu a esposa e roubou os filhos; «sórdido glutão de lautas mesas»; o preguiçoso; o invejoso; as namoradas e adúlteras; o quinto e último antro é o dos hipócritas, entre eles, os críticos, aos quais, mal chegados, se quebrou a base do

[15] A descrição moral de Joaninha é aproximada às mulheres cantadas no *dolce stil novo* por R. A. Lawton, *Almeida Garrett. L'Intime Contrainte*, Paris, Didier, 1966: 531-532, 534.

[16] Já no cap. IX d'*A Queda…* e na "Carta ao meu amigo Joseph Gregório Lopes da Câmara Sinval", em *Poesias Dispersas* (Porto, 1913).

[17] A partir da minha edição, em Camilo Castelo Branco, *Poesia*, Lisboa, 2008. Na edição de *Delitos da Mocidade. Primeiros Atentados Literários* (1889), a Nota I convoca Dante. *Cf.* Lisboa: Parceria A. M. Pereira, [5]1973: 210.

nariz... No mais profundo, ou abismo dos abismos, estão os ladrões, particularizados em sapateiros, marchantes, alfaiates, negociantes. É o Porto de mercearia e prosápia a nascer.

Existindo Inferno, existe Céu, contraponteia no canto terceiro:

> Existe ou não existe Eternidade?
> É fácil de provar; pois, sendo a alma
> Perene, imutável, sempiterna,
> Precisa dum lugar aonde habite,
> Quando se escape da corpórea sede.

Houve a linguagem cumulada de poeta que a si mesmo se condena; houve a visita guiada aos vícios da terra; há, desta feita, a lição de que mais vale chorar aqui do que «lá no Inferno»: «Penitência, irmãos, só penitência / Pode expiar os já passados crimes.» É a súmula de uma vida, e de tantas vidas romanescas camilianas. Inaugura-se o Penitente; porque não será *religioso* este poema?

Lopes de Mendonça mostrou que Macedo, supondo a *Divina Comédia*, «não um poema, mas uma comedia», nunca lera «esta obra-prima da poesia moderna»[18]. Ora, Manuppella não regista uma presença decisiva em *Memórias de Um Doido* (1849, 1859), que corre primeiro na *Revista Universal Lisbonense* (1849-1850), confrontando o folhetim desta com aquelas duas edições.

Quando, no capítulo II, Maurício entra na casa de jogo, o seu destino está traçado. Título, interrogado: «Lasciate ogni speranza, o voi che entrate?»[19] Endividado financeira e moralmente, o herói perde-se também

[18] *Annaes das Sciencias e Lettras*, Lisboa, 1858: 470.

[19] José da Silva Mendes Leal Júnior traduziu, sob o título "Lasciate ogni speranza...", e datados de 1846, os vv. 1-9 do c. III do *Inferno*, em *Canticos*, Lisboa, 1858: 141; reprod. em *Diário Illustrado*, 14-II-1880: 3. "Tristezas para rir", folhetim de Urbano Loureiro n'*O Primeiro de Janeiro*, Porto, 12-VIII-1869, subverte a intenção, negando que o povo português seja triste: «Eu chego do cemitério do Prado do Repouso e trago, no meu espírito, a convicção e, na minha carteira, as provas de que somos um povo alegre, divertido, mas que não tem lugares certos para rir, ou antes, para não rir, como os franceses. Porque, segundo se colige das palavras do viajante, quem entre no

na multidão. É um acrescento na 2.ª edição, preparada em década de interesse crescente pelo Florentino:

> Quem, ao ver esta fúria comercial que agita as populações, este ardor com que trocam lãs por café e açúcar, [...] não se compadece dos destinos da Humanidade e não lhe vem [vêm] ao pensamento os magoados versos de Dante:
> *Vedrai le gente dolorose*
> *Che han perdutto il bem dell'intelletto!"*[20]

O capítulo XII tem uma particularidade. Não só convoca duas vezes, no mesmo parágrafo, Tasso e Dante, como essas "Páginas íntimas" de 1849 terão edição bilingue, "Pagine intime", em A. Galleano Ravara, *Album Italo-Portuguez*, 1853. Agora, em 1849, na revista e livro, temos: «Que valem as cinzas arrefecidas do Tasso, as lágrimas que alguns olhos choram sobre as amarguras do seu amor desditoso? Que importa à alma do corajoso proscrito florentino – do imortal Dante – que um entusiasta do seu génio confie aos ecos da campina o nome saudoso da sua Beatriz?» (1982: 246) Em 1859, lemos: «Não aspiro, como o Tasso, a que as minhas cinzas sejam regadas pelos prantos das gerações futuras; nem irei, como o Dante, confiar aos ecos de Florença o nome de Beatriz!» (1982: 251)

Devera também Manuppella não só bibliografar os artigos de Mendonça, quando de outros transcreve longamente. A primeira parte do artigo referido em 4. 1. é importante, impossível de resumir aqui. Herculano / Afonso Domingues consideram, n'*A Abóbada*, a Batalha como «a nossa *Divina Comedia*, cantico da alma do artista», à frente particularizado:

> A *Divina Comedia* do Dante, poema historico e politico, poema religioso e philosophico, nas suas visões mysticas, nas suas

Père-Lachaise deixa à porta, em vez da esperança de que fala o Dante, no seu Inferno, ou do guarda-chuva e da bengala, de que rezam os regulamentos internos dos teatros bem policiados, toda a vontade de rir.»

[20] Edição de José-Augusto França. Lisboa, INCM, 1982: 217. Em "Um filho do seculo", *Scenas e Phantasias de Nossos Tempos*, Lisboa, 1860: 15-16, versos do *Inferno* encadeiam o discurso.

> viagens allegoricas, revelando as luctas civis da Italia, lavra ao mesmo tempo um solemne protesto contra o domínio temporal de Roma: proclama o direito fundamental da sociedade para se emancipar da tyrannia religiosa e intelectual da Igreja, e constituir-se pelo imperio. (p. 14-15).

Segue-se rara referência à *Vita Nuova*: «A *Vita Nuova* que o Homero italiano sentia em si mesmo, nunca pôde comunicar-se á Italia, nem regenerar a religião nacional, arrancando-a da servidão espiritual de Roma.» E rodapé explicativo: «para se comprehender esta analogia é necessário observar que hoje os comentadores modernos de Dante [. . .] suppõem que as *opere minori* de Dante, a *Vita Nuova* e *Convito* [,] são uma espécie de introdução á *Divina Comedia*, e que as três obras bem examinadas compõem um todo.» (p. 15)

No balanço de Manuppella, os anos 50 e 60 são os mais interessados em traduzir quem, desde 1843, já era vertido no Brasil. Urge rever esta década e seguinte, a partir da estranhamente esquecida revista *A Folha*. No n.º 18, 1869: 141, M. Angélica de Andrade, em longo "Tasso no hospital", socorre-se de Dante: «Como se não lhe bastasse o martyrio da desesperança, meteram-no por fim no hospital dos lunaticos, onde padeceu torturas, como o próprio Dante Alighieri não imaginou para o seu *Inferno*.» Guerra Junqueiro, "Amor de uma noite", 2.ª série, n.º 4, 1870: 29, encontra Pepa, "Amor de uma noite", num baile: «Rosa! eu lhe disse, em extase divino, / Tu és a Beatriz. . . se eu fosse o Dante!. . . / / E ella de manso murmurou – *Carino!*. . . » No n.º 8, 1870: 61, Alves de Moraes, "A Italia juridica nos fins do seculo XV", discorre sobre Bártolo e Roma qual monarquia do mundo e César «senhor universal»: «As expressões de Bartholo são as mesmas de Dante, sobre este ponto. O mesmo espirito gibelino é num e noutro.» Na 3.ª série, 1871, n.º 1: 4, Sousa Viterbo remete uma "Estrangeira!" esquiva para os autores em letra e música da moda, para figurações qual Margarida ou veneziana embalada por Tasso, mas não só: «És bella como Eva. No teu riso / / ha vislumbres do eterno. Tens o encanto / das bíblicas pinturas. Lê, portanto, / os versos divinaes do *Paraizo*.»

No n.º 1 da 4.ª série, 1872: 8, chega, enfim, o animador da revista, João Penha, reunindo trindade em tercina de "Estrella moribunda": «Agora, a Beatriz do Poeta abstruso, / A Elleonora das canções do Tasso, / A Natercia gentil do cantor luso,», mais conforme a abrir soneto, "Novo Petrarca", n'*A Republica das Letras*, 2, Porto, Maio de 1875: 33: «– Ia o sol desmaiando no occidente / E disseste-me então: – – Ah! doce amante, / Ditosa eu fôra se inspirasse um Dante: / Em seus cantos vivera eternamente!»[21]. No "João Penha" d'*A Renascença*, 4, Abril de 1878: 56, Gonçalves Crespo informa das leituras do amigo: Scott, Dumas, Ariosto, «a trilogia titanica de Dante»[22] e Shakespeare. Ainda n'*A Republica das Letras*, p. 41, os versos de "Vita Nuova", de Cunha Viana, são rara alusão.

Junqueiro, entretanto, reincide[23]: na 4.ª série d'*A Folha*, n.º 6, 1872: 46, procura definir "A. L.", que não é Helena, e não só: «Não és também a mystica açucena, / A alva e pura Beatriz do Dante;». No n.º 4 da 5.ª série, 1873: 27, os tercetos d' "O urso branco" tirânico também o definem «como um pesadelo, na visão do Dante».

Sinais dispersos em 70 pouco adiantam, se não for a curiosidade de termos Dante em inédito de Cesário, "Escandalos", no *Almanach XPTO* para 1875, Lisboa, 1874: 30-31: «Não quero o doce amor platonico do Dante». Alves da Veiga arrisca artigo antecipador, "O serralho / / Emancipação da mulher", *O Academico* / Revista Quinzenal Litteraria, 1, Porto, 1878: 2, opondo a mulher aviltada no Oriente à inspiradora de

[21] Reúne o par de amantes em *Por Montes e Valles*, Lisboa, 1899: 108. No póstumo *O Canto do Cysne* (Lisboa, 1923), verso (13.º do soneto "Os obuses", p. 6) «que, pelo som, talvez desagrade a narizes delicados», é justificado «com este verso com que Dante, o altissimo poeta, remata um discurso que põe na bôcca de Satanaz: / "E assim dizendo, fez do cú trombeta."» (p. 178) Na segunda parte, Prosas, "Um conde italiano" (*Chronica*, n.º 32, Lisboa, Janeiro de 1903) figura a Itália que, «Às faces das nações barbaras, ella com um doce sorriso victorioso, atira o Dante, o Tasso, o Ariosto, Petrarca, Leopardi, Manzoni, Alfieri, Amicis, Annunzio, e muitos outros» (p. 110), além de pintores e escultores, músicos, etc.

[22] Depois, em *Nocturnos*, 1882; ver Porto, Porto Editora, s. d.: 182.

[23] … E desenha Dante. Ver abertura de Manuppella. Ainda, *A Morte de D. João* (1874: XIV) e o poema "Vita Nuova". O poema dramático *O Caminho do Céu* (1925) também evoca um poeta-peregrino na via da redenção, ao encontro de Deus.

Miguel Ângelo, Rafael, e, sobretudo, à que «infundiu na alma do Dante os segredos daquela poesia divina, que é como que a inauguração da civilização moderna». Saía, entretanto, a 2.ª ed. da *Gramatica Italiana* de Vieira Lopes, Porto, 1878, a propósito da qual o *Boletim de Bibliographia Portugueza*, 2, Coimbra, Fevereiro de 1879: 24, 29, saudava «a língua de Dante, Ariosto, Tasso, e Petrarcha». Os anos 80 cabem a Viale e Enes, com centelhas dançando aqui e ali[24].

[24] Carneiro de Moura, "Sá de Miranda", *Gabinete dos Reporters*, Lisboa, 4.ª série, n.º 27, 20-X-1895: 2: «Foi ali, no intenso foco da renascença litteraria e artistica, que o nosso poeta admirou a métrica do Dante, Petrarcha e Bocaccio, digna do cultismo helenico evocado.» Já o dissera Garrett, que não cita Boccaccio, em "Bosquejo da Historia da Poesia e Lingua Portugueza", *Parnaso Lusitano* [...], Paris, 1826: XVI.

A Literatura como Matriz do Património Artístico da Europa

A Jorge Maximino

A história da Humanidade é documentada, em primeiro lugar, pelos *media* visuais e impressos. Nestes, a literatura ganha corpo já nos primórdios da escrita e na Antiguidade clássica greco-latina, com textos fundadores absorvidos pela Europa desde a Idade Média. Cumpre-nos, assim, pactuar numa definição de literatura e ver em que medida é berço ou inspiração de outros segmentos patrimoniais.

As pinturas rupestres enquadram-se nas datações da teoria *Out of Africa*, segundo a qual o *Homo sapiens* africano se dispersou pela Europa e Médio Oriente há 40 mil ou 50 mil anos e criou sociedades de recolectores-caçadores com suas trocas comerciais, ritos religiosos e manifestações artísticas. Estas tanto são explicáveis por razões sociais, demográficas e tecnológicas, como pela «survenue d'une mutation génétique très avantageuse qui a favorisé le cerveau d'*Homo sapiens*»[1].

[1] Richard G. Klein, "L'art est-il né d'une mutation génétique?". In: AA. VV., *Homo Sapiens*, Paris: Tallandier Éditions, 2005: 220. Não confundir, porém, arte e inegável capacidade simbólica, que poderia resumir essas manifestações. A hipótese 'artística' no sentido moderno é negada em Edward T. Hall, *La Dimension Cachée*, Paris: Éditions du Seuil, 1978: 106: «L'artiste des grottes paléolithiques étair vraisemblablement un chaman: il vivait dans un monde sensoriel très riche et qu'il ne mettait pas en question. [...] Beaucoup d'événements naturels lui étaient incompréhensibles, en particulier parce qu'il n'avait aucun contrôle sur eux. En fait, il est vraisemblable que l'art a été l'une des premières tentatives de l'homme en vue de contrôler les forces de la nature. Pour l'artiste-chaman, reproduire l'image d'une chose a pu représenter le premier stade de sa domination. S'il en est ainsi, chaque peinture représentait un acte créateur séparé, destine à procurer puissance et gibier abondant, mais n'était pas consi-

A arte parietal pode ter vindo até há oito mil anos[2], considerando-se de há 15 mil anos, no mínimo, Lascaux e Altamira (as datações variam, mais do que duplicando esta idade), e, quanto à galeria de ar livre do Côa, 25 mil anos. Descoberta recente[3] de uma pintura figurando cenas de caça, em gruta da ilha de Celebes, Indonésia, terá 44 mil anos. Podemos supor lapsos mais vastos? Estudo da *Nature* (ver *El País* de 3-XII-2014) mostrou o talvez primeiro desenho da Humanidade, em Trinil, Indonésia: ziguezagues de há 400 mil anos. São os primeiros *media* – – meios visuais – na história da Humanidade.

É de mais fácil interpretação, e datação menos problemática, a escrita, em que assentam formas de comunicação e expressão.

Nasce há pouco mais de seis mil e quatrocentos anos no Irão (4 400 a. C., elamita linear), segundo estudos recentes[4], que vão além dos cinco mil anos na Baixa Mesopotâmia (pictográfica, c. 3 300) e no Egipto (hieroglífica, c. 3 100; variantes hierática e demótica, c. 650 a. C.). Entre 2 800 e 2 600 a. C., a escrita suméria torna-se cuneiforme, sobre argila[5].

Em 2 400 a. C., havia já listas bilingues acadianas-sumérias, sendo o acadiano (assírio-babilónico) a língua diplomática do Médio Oriente (c. 1 800 a. C.). No início deste segundo milénio, uma tábua de argila cataloga 68 obras sumérias.

Nos mil anos seguintes, florescem outras escritas, incluindo a ideográfica chinesa (c. 1 500 a. C.), interessando-nos os alfabetos fenício,

---

déré comme de l'art au sens où nous l'entendons aujourd'hui. Cela expliquera pourquoi le cerf et le bison d'Altamira, si bien dessinés qu'ils soient, sont sans relation entre eux, mais tous deux liés à la topographie de la grotte. Plus tard, ces mêmes images magiques furent réduites à des symboles indéfiniment reproduits [...] pour en multiplier l'effet magique.»

[2] Paul Bahn, "Ne cherchez pas le berceau de l'art", *id., ibid*., p. 248.

[3] Ver *Público*, 11-XII-2019, citando artigo da *Nature* no mesmo dia. Há datações aquém sobre "Os primeiros artistas" em *National Geographic Portugal*, Janeiro de 2015.

[4] *Science et Avenir* (Paris), 7-XII-2020.

[5] Exposição no Grand Palais (Paris, 1982) deixou o excelente catálogo *Naissance de l'Écriture: Cunéiformes et Hiéroglyphes*.

consonântico (c. 900 a. C.), disseminado pelo Mediterrâneo, e grego (c. 800 a. C.), já com vogais.

No segundo milénio a. C., e, sobretudo, a partir do século XIII a. C., encontramos tabuinhas sumérias de teor literário, com novas línguas assentes no sistema cuneiforme. Texto acadiano do séc. XVII a. C. conta a criação do homem, o que levanta o problema das relações temáticas da Bíblia com essas literaturas orientais.

O Egipto inventa a ilustração no *Livro dos Mortos* (c. 1 500 a. C.) e vários exemplos de banda desenhada nas paredes dos templos.

Enquanto os sumérios usam cunhas ou pregos sobre argila, os egípcios servem-se do cálamo de junco tintado de negro ou vermelho sobre folha de papiro, «pa-per-aâ» (grego: papuros), donde vem a palavra papel – suporte, todavia, inventado pelos chineses. Interessante é a igual etimologia de 'faraó' e 'papiro': este significa «do rei», por ser monopólio daquele. A cor vermelha deu, em latim, *ruber*, donde vem a palavra 'rubrica'. O suporte de escrita mais usado – durante 4 000 anos, até ao séc. XI – é, pois, o papiro, agora acompanhado pelo pergaminho – cuja mais nobre variante é o velino. Outros suportes são paredes, túmulos, madeiras, restos de calcário – é mais conhecida a Pedra de Rosetta (196 a. C.) –, que contêm a primeira literatura da Humanidade.

A tradição greco-latina, entretanto, fazia-se *mater* (daí, 'matriz') do Ocidente. No séc. V a. C., Protágoras de Abdera já listava as palavras difíceis em Homero, cuja *Odisseia* é, a vários títulos, a principal matriz literária do Ocidente. Gramáticas e comentários gramaticais, dicionários (os primeiros dicionários chineses são do séc. II a. C.), etimologias, glossários bilingues, há de tudo um pouco até ao séc. XIII. Índices pioneiros, cerca de 1200, ainda alimentam a desordem; em 1287, ordenam-se as palavras. Quando o séc. XVII assim ordenar os autores pelo primeiro nome, entrámos no domínio da bibliografia, e, em parte, na dicionarística literária, formulação só assumida no séc. XX.

Com a explosão da imprensa de Gutenberg – anos 40-50 do séc. XV –, os caracteres móveis não aniquilam as belas capitulares iluminadas dos manuscritos, conjugando impresso e visual.

Lembremos a arte de calígrafos e alfabetos dois milénios antes de Cristo, qual *lettering* dos convites de casamento e moderno *design*; entremos nos *scriptoria* conventuais. O que a letra tem de cenografia saturada entranhou-se na íris do último milénio. Hoje, somos *visão*, mais dramaticamente, vistos e *voyeurs*. Salientaria, aqui, o signismo da poesia visual barroca, com desenvolvimentos no futurismo e, nos anos 60 do século passado, no experimentalismo de tipo vário.

Paginemos um João Vieira com alfabetos pictóricos, de que, só para o séc. XX, darei a leytra pintada em Sonia Delaunay, *Chocolat*, 1914, Fernand Léger, *Nature morte ABC*, 1927, Jasper Johns, *Grey Alphabets*, 1956, Jon Miró, *Silence*, 1968.

João Vieira, antes de pintar versos dos nossos maiores poetas, em tela e azulejo, fez-se o principal curador da letra desde os anos 50: assim *Alfabeto a Preto e Branco* e a variante do *Alfabeto a Cores* (1981) adquirem um belo efeito de sólida massa em movimento, numa respiração colectiva dos elementos, comum ao seu processo de escrita, e individualizados segundo várias técnicas, seja nos vestidos de letras na *passerelle* (Lisboa, 1971; Porto, 2002), no *M* (1958; *Sem Título*, 1970), no *A Grande* (1970-1999) e *A* múltiplo em caixas altas e baixas (1981), seja no *X Grande* (1970) ou mero *X* (1990), nas letras de MAR (*Dar o Mar ao Mar*, c. 1970; *Projecto M. A. R.*, 1970-2002), no L (*Ele*, 1971), no *B* (1981), no *C* (1981), no *M* e *N* (1981), no *O* (1985), em *Alfabeto Latino e Grego* (2000).

As gramáticas de línguas vulgares, a partir de 1492, reproduzem, com os meios gráficos do tempo, as letras estudadas. Servem-se, também, de exemplos literários, caso do primeiro, Fernão de Oliveira (1536), apoiando-se em Gil Vicente. Da letra ao exemplo, parece natural que um espírito do Renascimento em si deseje concentrar o saber da Humanidade. O mesmo Oliveira é também especialista na arte da guerra, pioneiro europeu na fabricação das naus, historiador. A visão planetária do pedagogo, gramático e cronista João de Barros mostra como História, Geografia (com o desenho de mapas) e Linguística são as novas disciplinas, enquanto a Astronomia vai substituindo a Astrologia. *Os Lusíadas* resumem, além de inúmeros processos artísticos, estas e ou-

tras ciências, prefigurando a *Encyclopédie, ou la suite et liaison de tous les Arts et sciences* (1587), de Jean II de Gourmont, que nos lembra, com suas *linkagens*, uma internet de rosto humano. Nos seus elos principais, a literatura divide-se em gramática, retórica, poesia, dialéctica, rítmica, seguindo-se caracterizações internas.

O século XVI da pós-incunabulística (e o nascimento do prelo coincide com a queda do Império romano do Oriente, 1453) deseja essas sínteses e a revisão da matéria greco-latina, já antes iniciada pelos Humanistas. Mas o Cristianismo, mau grado os cismas, tem inimigo maior no Turco, que domina parte da Europa oriental. A reacção ao Turco faz-se, também, pela salvaguarda de impressos, embora, hoje, não os identifiquemos facilmente. Disso dei exemplo em *O Romance do Gramático* (2011), sobre o nosso primeiro gramático, membro de um grupo de supostos frades que, entre 1532-1536, resistem aos turcos em Bled, Eslovénia, escondendo arca com a memória artística e cultural da Europa:

> Dei, logo, com estampas iluminadas de missais contendo pautas de música. As cenas de orantes lembravam imagens corvinianas (fins do século XV; de região fronteiriça, pois), num gótico já austero, sem curvas e ademanes imperando entre nós ainda vinte anos depois. Seguiam-se colecções de máximas e obras de exemplo; um lote de bestiários e hagiografias; opúsculos de moral e civilidade; folhetos de teatro; almanaques despernados; peças soltas, ou compactas, de historiografia; uma infinidade de rimas; e, por certo continuadas em caixões sucessivos, duas novelas para amostra, que não repus.
> Ninguém desconfiaria deste desvio, se não houvesse, ainda, catálogo. Mas precisando: tratava-se de uma novela em dois volumes – um só, de facto, abruptamente cortado em frase suspensa de duas linhas –, capa de carneira coçada, folhas tesas e encolhidas, dos séculos e da temperatura.
> [...]
> No caderninho que nunca me larga, anotei prioridades, títulos cuja entrada não levantaria problemas e seriam de acesso directo. Face a caderno tão curto, decidi-me pelos nomes dos autores, que agora ordeno:

> Ausónio, Baldo, Barre, Belprato, Beuter, Birago, Blaeu, Boccalini, Brandano, Des Bruslons, Budeo, Caglieri, Campo, Campomanes, Capella, Caracciolo, Carli-Rubbi, Cartari, Cauriana, Centorio, Choul, Ciccarelli, Corso, Dati, Emilio da Verona, Erizzo, Fabriano, Fazeiro, Fazello, Ferentilli, Ferrosi, Filopatro, Frontino, Galiani, Gamboa, Gandini, Garimberto, Gozzi, Imhof, Intieri, Mazochii (Alexis Simmachi) – não conhecia este –, Mora, Nardini, Olevano, Paciandi, Panigarola, Pedrusi (ou Piuvene), Pigna, Pletone, Porcacchi, Possevini, Probo, De Puteo, Rocca, Romei, Rusconi, Sanson, Scotto, Senarega, Siri, Susio, Tibaldi, Torelli, Ulloa, Vaillant, Villa de Moros...
> Com excepção de Tácito e Ausónio, tudo gente das nossas relações. Alheios, acaso, a qualquer *Index Librorvm Prohibitorvm*, que me acenavam como projecto de vida.

Esta «pátria cultural» europeia congregava, naturalmente, outros mais conhecidos, incluindo gregos e latinos, ou quantos emergiam em século agitado. Mas os nomes acima não são despiciendos, pois, em todos, as letras «representam as vozes, e as vozes os pensamentos e conceitos da alma»[6]. Vivos retratos da gramática humana – têm morfologia própria, humores de sentido e esquivas à ordem oficial –, as letras fazem espírito *em todos os autores*, e quando a Dante, Petrarca, Rabelais, associarmos titulares do século XVI como Montaigne, Cervantes e Shakespeare, essas letras transformam-se na palavra de importação a que chamamos *literatura*, vocábulo nascido no séc. XVIII e conceito demasiado lato até ao séc. XX.

Esta designação aristocrático-etimológica saída de *littera* prevaleceu, para desgosto de Francisco José Freire[7], sobre a defendida pelo Padre António Vieira[8] – *letradura.* Entretanto, a definição da Academia das Ciências, no prólogo ao tomo I das *Memorias de Litteratura Portugueza* (1792), justificava um uso indiscriminado:

> Saõ por conseguinte a Lingua, e a Historia Portugueza, conside-

[6] Duarte Nunes de Leão, *Origem da Língua Portuguesa* [1606]: cap. XXIII.

[7] *Reflexões sobre a Lingua Portugueza*. II, 1842: 98.

[8] Do Padre A. Vieira cita *Sermões*, t. VIII: 529. *Littérature* (termo de 1776) titulara M.^{me} de Staël, *De la Littérature*, 1800.

> radas em todos os possiveis aspectos, e relações, os dous objectos que constituem, o que a Academia quiz entender por Litteratura Portugueza; objectos naõ só entre si analogos, mas tambem diversos, e separados de toda a outra erudiçaõ, [...].

Quando me co-responsabilizei pela *Actualização* do *Dicionário de Literatura* (2002-2003) de Jacinto do Prado Coelho, obriguei-me a verbetar o termo mais escandalosamente esquecido desde a primeira edição (1960): literatura. E disse, em parcas linhas, seguidas de imensa bibliografia:

> Arte da linguagem. Acolhe objectos verbais com função estética – obras e textos literários –, função predominante, não exclusiva, assente nos regimes de literariedade (na clássica definição de Jakobson, «o que faz de uma mensagem verbal uma obra de arte»): um, *constitutivo*, «garantido por um complexo de intenções, de convenções genéricas, de tradições culturais de toda a espécie»; outro, *condicional*, «que releva de uma apreciação estética subjectiva e sempre revogável». Inquirir como se organiza entre *instituição* e *obra*, como se vai, desde logo, do texto à obra, ou esta se mantém, é menos querer saber «o que é a literatura», mas *quando*, e *em quê*, há literatura.

Lidos na Escolástica, os Antigos são retraduzidos e reinterpretados pelos Humanistas de Quatrocentos e Quinhentos, aproximando-nos do Fórum romano e da Acrópole. A biologia, botânica, medicina, cultos, segmentos antropológicos, monumentos e lugares do Novo Mundo e das Índias Orientais vêm plasmados nos cronistas portugueses e castelhanos, sobretudo. Conjugam-se informação e autor, com desprezo da anonímia, embora se salvem algumas relações trágico-marítimas e pouco mais, tal a evidente qualidade.

Assim, após o pictograma, emoções hieroglíficas e o ideograma, muitas letras fazem-se belas-letras – já não só pintadas –, segundo processos retóricos, que reúnem e confrontam civilizações, tão diversamente interpretadas nas religiões do verbo. E, para o bem e para o mal, o verbo – com o deflagrar da tradução, em 1495, entre nós, ou das versões da Bíblia por esse mundo fora, até à explosão da Imprensa

periódica no séc. XIX – impõe-se como linguagem matricial, face aos meios entretanto emergentes, caso dos sonoros – a música, como som ouvido, é tardia (finais do séc. XVIII) – e dos audiovisuais, no séc. XX.

Como dito acima, desde o séc. XVII, dicionários de autores definiram literatura enquanto impresso – entrava qualquer livro publicado –, não enquanto *literariedade* do discurso. Em finais do séc. XVIII, a Academia das Ciências restringia o conceito. E quando, na *Actualização* do *Dicionário de Literatura*, inscrevo as relações desta com a banda desenhada, o cinema, o desporto, a música, etc., sei que estou a fazer *cultura*, reconhecendo a qualidade estética dos *corpora* em que assento. É outro extremo? Dir-se-á que sim; mas, literários ou não – porquanto a literatura, sendo instituição, tem um tempo, logo, com características variáveis –, os meios impressos continuam a ser a principal fonte para documentar, concedendo-lhe também uma feição estética, a história da Humanidade.

Se a pintura homenageia a escrita, como vimos, e o essencial da música antiga, clássica, romântica, operática, adapta textos literários ou segue libretos, somente nos últimos quatro séculos a literatura, além de relações particulares com a língua e com a História, entra em diálogo com a arquitectura, obras e artistas plásticos, composições e criadores musicais. Podia recorrer à minha edição de *Fastigínia* (1605), de Tomé Pinheiro da Veiga, e mostrar, entre outras virtudes (também compositivas e intertextuais), o peso da língua e da História. Ora, tratando-se da capital do mais vasto império da época, com sede em Valladolid, não me demorei menos na religião, na política e na diplomacia, na economia e na sociedade, com seus jogos, festas e lazer, revestida de luxo e ostentação, na gastronomia e nas artes plásticas ou aplicadas. De escolhida pinacoteca à arquitectura, de engenhos de subir água à tipografia, ao telescópio e outras tecnologias, aí converge a ciência do tempo, no seio, felizmente, de uma grande obra literária. Nas obras dos autores citados, dos discípulos de Virgílio, Ovídio e dos que farão os séculos de ouro teatrais em Espanha ou França, assenta a condição do homem europeu e a sua capacidade de expansão artístico-cultural. Tudo começa por um trabalho mental a desaguar em mito, seja Ulisses, Perseu, D. Juan, o

Fausto goethiano, o cerco kafkiano, o robot de Karel Čapek, as bifurcações internéticas de Borges...

Nos séculos XVIII e XIX, verso e prosa anunciam sonhos icáricos ou neptunianos: ir à Lua e ao Sol, mas também às profundezas marinhas. Exemplo mais conhecido, aqui, é Júlio Verne. Estava lançada a ficção científica, já esboçada, aliás, em Da Vinci. Peguemos, entretanto, no exemplo mais conhecido de Victor Hugo (que nos poderia servir, também, para reflectir sobre a abolição da pena de morte), ao dar protagonismo a *Notre-Dame de Paris* (1831). Vejamos como, no que se designa por ecfrástico – conceito mais associado à pintura e à música lidas pela literatura –, esta trata um elemento-base da catedral, o vitral – – modo de homenagear a infausta catedral parisiense, e lembrar a da Guarda, cujos vidros mereciam a alegria da cor.

Elemento «indispensável» da arquitectura gótica, é bom evocar o «duplo papel» do vitral: «fecha o volume interior e deixa passar a luz», repercutindo-se esta no edifício. Cito Châtelet e Groslier[9], que dedicam bastante espaço a esta «arte da cor», e acrescentam, para esse «diálogo pedra-vidro», a locução arquitectura-vitral, desde 1143 na capela-mor de Saint Denis. Ela cala o essencial: «As janelas com vitrais são os textos divinos que lançam a claridade do verdadeiro sol, isto é, de Deus na igreja, isto é, no coração dos fiéis, iluminando-os.»

É geralmente esquecido um rastreador ensaio de síntese, lembrado de preocupações herculanianas, em que Fidelino de Figueiredo cura "Do gothico e das cathedraes na litteratura"[10], percorrendo Portugal, Espanha, França, Itália e Alemanha.

Começa por evocar o revivalismo gótico oitocentista, lido no fervor dos nacionalismos de ancoragem medieval, que muito deve a *Notre-Dame de Paris*: pudera, aliás, começar pel'*As Afinidades Electivas* (1809), no capítulo XXI. Transcreve, na sequência, estrofes dessa herança em

[9] Albert Châtelet, Bernard Philippe Groslier, *História da Arte Larousse*. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991: 295.

[10] Fidelino de Figueiredo, *Estudos de Litteratura*. Quarta série (1921-1922). Lisboa, 1922: 11-108.

Théophile Gautier e outros. Cito a segunda estrofe do poema "La basilique", de Gautier:

> Des losanges de plomb ceignent
> Les vitraux coloriés,
> Où les feux du soleil teignent
> Les reflets errants qui baignent
> Les plafonds armoriés.

Hugo[11], porém, é breve, quando guia o leitor de 1830 à sala do palácio com que abre o livro e lhe refere, tão-só, «nas grandes janelas arqueadas, belos vidros de mil cores». No capítulo sobre a catedral – Livro Terceiro –, vocifera: «E quem pôs os insípidos vidros brancos no lugar dos vidros de magníficas cores, que faziam hesitar o olhar dos nossos avós entre o florão do pórtico principal e as ogivas da ábside?» (p. 127) Este pórtico tem Cristo rodeado pelos 12 apóstolos. É mister lembrar, aqui, Mário de Sá-Carneiro, "Nossa Senhora de Paris" (Paris, 15-III--1913; em *Indícios de Oiro*, 1916), exclamando: «Vitrais! Vitrais!» Este duplo, ou eco, sugere resposta conforme ao Pessoa de "Hora absurda" (1913): «Ah, se fôssemos duas figuras num longínquo vitral!...» Mais sensível do que Hugo, Proust memora os vitrais da igreja de Combray na sua «douce tapisserie de verre»[12].

Logo em 1917, Américo Durão poemiza *Vitral da Minha Dor*; Adelino da Palma Carlos tem dois sonetos sob a epígrafe "Vitrais", em *Brumas Doiradas*, 1923; "A catedral" de Roberto de Mesquita[13] dá-nos «fúlgidos vitrais»; Júlio Dantas ([6]S. d.: 101-105) parabolizou "O rato e o vitral". Leio título-suporte de alusões obscuras em José Bento, "Vitral"[14]. Mais conseguido que "O vitral imperfeito" de Maria Graciete

[11] Victor Hugo, *Nossa Senhora de Paris*. Lisboa: Liv. Bertrand, 1980: 19.

[12] *À la Recherche du Temps Perdu. I. Du Côté de Chez Swann*. Paris: Gallimard, 1944: 91.

[13] Roberto de Mesquita, *Almas Cativas e Poemas Dispersos*. Lisboa: Edições Ática, 1973: 179.

[14] *In* António M. Feijó *et alii*, dir. *As Escadas não Têm Degraus*, 3. Lisboa: Livros Cotovia, 1990: 269-270.

Besse[15] (1992: 17), José-Alberto Marques elabora a sua síntese d'"O vitral" em *Hiperlíricas*[16].

Já na prosa, e sem arriscar o vocábulo, veja-se Arnaldo Gama, com *O Balio de Leça* (1872: cap. 4), numa longa descrição literária da nova arte medieval, após os momentos de sombra e reclusão vividos em recantos discursivos de muitos outros autores sobre o românico:

> [...] estava num imenso salão abobadado e pavimentado de pedra e abóbada firmada a meio sobre enormes colunas de granito com os fustes retorcidos em largas espirais e os capitéis e socos lavrados em figuras variadas e toscas. Dos capitéis partiam de uns para outros, e de cada um deles para as paredes, enormes arcos ogivados, que nelas se firmavam em colunas iguais às do centro, porém apenas meio salientes. Do lado esquerdo da porta por onde haviam entrado viam-se grandes janelas, divididas a meio em duas elegantes ogivas, gradeadas de ferro, entre as quais se viam enquadrados aqueles formosos vidros de que a Idade Média possuía o segredo, de variadas e vivíssimas cores e de pinturas formosíssimas e na maior parte em relevo.

Esta perífrase significa a dificuldade em encontrar a palavra, também ausente do *Diccionario da Lingua Portugueza* ([7]1878) por Antonio de Moraes Silva. O *Novo Diccionario Francez-Portuguez* de F. de Castro Freire (Paris, 1879: 1264) traduz 'vitrail': «Janella rasgada, envidraçada (das egrejas, das varandas, etc.)». Ainda em 1933: 178, ao verbetar 'vitral', recordava Silva Bastos, nos seus *Estrangeirismos, Erros e Vícios da Linguagem*: «O Voc. [Vocabulário] Of. [Oficial] regista êste voc. [vocábulo] grifando-o, e emenda para *vidro*.»

Ora, desde 1861, os pré-rafaelistas (William Morris, Philip Webb, Ford Madox Brown, Dante Gabriel Rossetti, Edward Burne-Jones) – – desgostados com o galopante processo industrial, que, por exemplo, precisava de racionalizar a luz em estruturas reticulares incolores, antes da chegada da iluminação barata – já haviam criado a empresa "Artífices de pintura, escultura, mobiliário e vitrais", num retrospectivo olhar

[15] *Errâncias*. Lisboa: Escritor, 1992: 17.

[16] *Hiperlíricas*. Porto: Campo das Letras, 2004: 4-35.

medieval, de consequências quase imediatas (também, por exemplo, em Georges Rouault, que fora restaurador de vitrais; em dois vitrais pintados por Odilon Redon, c. de 1905, no Louvre e em colecção nova-iorquina) e que retornam.

Guerra Junqueiro[17] viu os vitrais como «luz em oração, a luz em êxtase». No poema "Estesia musical templária", de Mário Saa[18], a quadra inaugural diz de uma importância na construção dessa atmosfera:

> Era bojuda e ampla a catedral,
> Nobre surgia a luz dos castiçais
> Enleada à excelente cor vitral
> Da transparência esguia dos vitrais.

Não se tem olhado ao efeito *sobre* as personagens, que levou Fialho de Almeida[19] a uma descrição expressionista, mal entrado nos Jerónimos:

> Da rosácea em vitral, aberta ao alto, como o Sol já se ia obliquando para o ocaso, descia em plena penumbra do templo uma pirâmide cónica de arco-íris, vaga, em poeiras de luz, que, apanhando as caras dos fiéis [,] lhes dava assim uma expressão factícia e torturada, alguma coisa de alucinação cromática [...].
> E havia risos que o feixe azul tornava em carantonhas; cabeças em oração a que o feixe amarelo prestava um ar de caçoada, curiosidades alvares que pareciam êxtases, [...]. Um simples vitral me despolariza a existência da multidão que enchia a igreja, do seu foco de realidade objectiva, atirando-ma para esses mundos do trágico e do grotesco, que parecem feitos de vapores de delírio, [...].

[17] Guerra Junqueiro, *Diário de Notícias Ilustrado* (Páscoa de 1922), reprod. em *Diário de Notícias* (Lisboa), 12-IV-1982: 2.

[18] Mário Saa, *Poesia e Alguma Prosa*. Ed. de João Rui de Sousa. Lisboa: INCM, 2006: 129.

[19] Fialho de Almeida, *Vida Irónica* [1891]. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992: 113--114.

Na ficção recente, visitemos a catedral de Angers guiados por José-Augusto França[20], em cujo «rendilhado de cores» demora a atenção.

As preocupações de Herculano acima referidas referem-se à defesa do património monumental, que distribuiu por artigos d'*O Panorama*. Bibliotecário no Porto e na Ajuda, curou igualmente do património documental, sobretudo provindo das ordens religiosas extintas. Antecedeu-o Garrett nesse propósito romântico ressurreccional, e logo nas recolhas folclóricas, que hoje entram na designação do intangível. Lá viria a salvaguarda do património teatral, a que juntou escritos próprios e deu o espaço do Teatro D. Maria II. Antes de tudo, porém, na *Lírica de João Mínimo* (1828), viu a igreja de Odivelas e o túmulo de D. Dinis desfigurados, concluindo por uma «nova ordem *asnática*» em «arquitectura anfíbia e ridícula, de doirados e mármores fingidos, de colunas anómalas que a nenhuma *ordem* pertencem»[21].

A mesma lição perpassa em *Viagens na Minha Terra*, que vai inspirar *O Culto da Arte em Portugal* (1896) e os três volumes de *Arte Portuguesa* (1943-1947), em defesa do património, e não exclusivamente monumental, de Ramalho Ortigão. Já surgira, entretanto, *Arte Portuguesa* / Revista de Archeologia e Arte Moderna (1895).

O Culto da Arte em Portugal é manifesto pioneiro na defesa do património: «É pelo culto da arte, invocado nestas páginas, que a religião da nacionalidade se exterioriza e se exerce.» Uma triste verificação, ainda hoje não debelada (e pior é quando o Estado não sabe onde pára uma centena de obras), dá que pensar: «Da pintura portuguesa, que constitui a mais importante parte da riqueza artística da Nação, não há porém catálogo, nem inventário, nem rol.» Os demais estudos tratam dos Jerónimos, da obra artística de D. Carlos, Malhoa, Silva Porto, arte aplicada, a escultura da Renascença, e, em especial, da reforma do ensino do desenho, «base de todo o ensino escolar e de toda a educação do homem», pois «A fonte de todos os conhecimentos humanos é a observação». Lembre-se este aspecto à leitura de extractos sobre a educação

[20] *A Bela Angevina*. Lisboa: Editorial Presença, 2005: 87-88.
[21] *Lyrica*. Lisboa: Arcádia, 1981: 25.

n'*As Farpas*: «Pedimos, pois, que o ensino do desenho preceda todo e qualquer ensino, não o desenho de formas abstractas, mas sim o desenho dos objectos mais familiares à criança, que ela vê todos os dias, que todos os dias pode comparar.» Ramalho discute *A Conclusão do Edifício dos Jerónimos* (1897) e outras tendências com o rei-artista e caçador D. Carlos, que o introduzira na sua corte privada. Organiza o *Catálogo da Sala de Sua Magestade El-Rei. Exposição de Arte Sacra Ornamental* (1895).

Os arquivos e hemerotecas preservam toneladas de informação útil, não-literária. Excepcionalmente, animam revisões do jornalismo literário. A literatura tem sido o principal sustento no campo das artes: anima a crítica em tonalidades várias, inspira o cinema e o teatro, e, mais extensa e facilmente do que as outras artes, reproduz e inventa modelos de vida. Mas quando os objectivos e efeitos resultam melhor por outra via, não devemos sacrificar a literatura, que sai *kitsch*, forçada ou falsa.

Assentámos na *arte* rupestre; no *literário* sumério; no culto do medievo no romantismo. Proponho *um específico literário* no seio dos meios impressos, como na abordagem feita ao vitral, em que parti de um olhar culturalista, para descer ao clique *emotivo* e sentido estético. A ideia de literatura-património varia, porque é instituição. Além de monumento, é também fonte, documento – e, segundo exageros pessimistas, em vias de desaparecer[22]. Convém não metermos tudo no mesmo saco verbal, e talvez ela brilhe mais nas alturas de uma tão vária escrita exercitada desde há milénios.

[22] «Bientôt, il n'aura plus de littérature. On a plus besoin de livres. La télévision engloutit tout.» "Rencontre avec Henry Miller", *Le Mondes des Livres*, 13-VII-1979: 19.

João Vieira: Arte de Traduzir

À memória de João Vieira

I. **Letras**

É entendimento antigo que as letras «representam as vozes, e as vozes os pensamentos e conceitos da alma» (Leão, 1606: cap. XXIII). Vivos retratos da gramática humana – têm morfologia própria, humores de sentido e esquivas à ordem oficial –, as letras fazem espírito em bons autores e transformam-se na voz de importação a que chamamos *literatura*.

Com pouco mais de dois séculos na sua acepção moderna, esta designação prevaleceu, para desgosto de Francisco José Freire (1842: 98), sobre a defendida por Vieira[1] – *letradura*. Nada tem, é certo, das empoadas belas-letras, mas, na sua disponibilidade, talvez ajude a compreender alguns elementos por aqui à solta. (E não me refiro somente à pintura de João Vieira, razão-mãe destas linhas...)

O primeiro elemento é a matéria, que vai para lá do assunto: entre memória e fábula, são evidentes os traços ou rugas de um cálamo seguro. Matéria e assunto casam bem quando a representação é signo: são assim as aves negras de Van Gogh, cujo voo é um M aberto, melhor, um w invertido.

Afastando-nos um pouco, sucumbimos à lava da cor, em que também gostosamente submerge a linha de uma eventual anedota que perseguíssemos. Nada impede, todavia, que nela consigamos ler um discurso, ou a sombra de anagrama, talvez um lipograma, por aí...

Entramos, depois, na sintaxe figurada de assumida abstracção: que ordem propor aos elementos representados (ao que se vê, diz, pensa,

[1] Do Padre A. Vieira cita *Sermões*, t. VIII: 529. *Littérature* (termo de 1776) titulara M.^{me} de Staël, *De la Littérature*, 1800.

concebe), mas, sobretudo, à firmeza da letra em si, no litoral do símbolo, dura e durável, derradeira imagem que, afinal, nos condiciona? De pouco serve recitar o alfabeto.

Matéria, cor e ordem dão passagem aos interiores, que se desvelam a olhar mais cuidadoso. Já não se trata da cor das vogais e de outras sinestesias, como entenderam poetas antigos. Agora, vocaliza-se a cor – – nela se ouve, disse, um rumor ou até sentença –, e o som murmurado tem as origens, ou as dobras, que ainda mal conhecemos para as letras que nos constituem. Sabe cada um da pictografia própria. Da sua letradura.

Falei em línguas de fogo? É como se um pentecostes aclarasse, face à arte, as babéis que nos alimentam. Somos representações do gesto criador que, contra nós, ilumina e orienta.

II. **Cultura popular**

> – Veio aí há tempos – ele há quantos anos foi, ó senhor Guilherme? – um pintor muito conhecido que filmou os caretos.
> – Ouvi falar. Em Lisboa, as pessoas gostaram muito. Pôs um burro a comer palha na exposição que fez sobre os caretos. A maioria nunca tinha visto um burro a valer.
> – Mas poucos devem ter compreendido. Até o pintor – ele ainda é descendente de cá, a mãe nasceu aqui – se ria, quando lhe perguntavam se o jumentinho era dos de certo ou era a brincar. (Rodrigues, 1994: 209-210)

Ao olharmos para os painéis-palimpsestos iniciados com Nuno Gonçalves e esse enigmático autor de *Ecce Homo* (1988), temos de recorrer à exposição de 1984, quando, aos 50 anos, ainda em *instalação* performativa e *figura* do quadro – ao lado de jumento –, aquele «pintor muito conhecido» saúda uma tradição (a cultura em festa, onde rosto individual e corpo social se afirmam, recusando, na careta, traços biografistas), homenageia oratura bebida na generosa mãe (nenhum outro artista *diz* tanto, da letra à palavra, da frase aos versos) e resolve, por interpostas memórias de infância, a inquietação da primeira – também

colectiva, num fio de tradição, reexplicável, vigorosa – grande pintura portuguesa.

Recordava-me do desencanto no final de *Máscaras* (1977), filme de Noémia Delgado sobre a Festa dos Rapazes de Varge (Bragança) e Podence (Macedo de Cavaleiros), haurindo numa representação socialmente limitada – de *rapazes* – já folclorizada, quando estes últimos participam em aniversários da Eurodisney (1997)... A Festa dos Caretos, ou de Santo Estêvão, em Torre de Dona Chama, filmada por Manuel Pires em 1982 e que ambientei naquele romance – na capa, *Madamas* de João Vieira (ditas *matrafonas*, no Carnaval de Podence) –, vai muito além do amadurecimento de rapazes em espectáculo preparado e temporalmente limitado: no nosso teatro de rua, que dura quase um dia, sem interrupções e sem ensaios, *todos* rabelaisianamente participam, incluindo burros, animais decisivos numa cultura minifundiária e de subsistência. Pede-se, assim, revisão da Festa dos Caretos, quando atropelada por certas investigações.

Com efeito, informa *A Torre* / Revista Cultural de Torre de Dona Chama (1, Verão de 2006), ter sido apresentado nesta vila, em 26-XII–2005, *O Inverno Esconde o Careto*, de Telmo Carvalho, Raquel Alcobia e Joana Duarte. Pela transcrição de matéria sobre a "Festa dos caretos", ponto quinto dessa «recolha de informação antropológica levada a cabo durante dois anos», fico desanimado, tal a confusão no descritivo, o despachado assertivo, a opinião avulsa, a indigência bibliográfica, alusões vagas e prosa deficiente.

O interesse pelos caretos que o século XXI multiplica, em novos títulos, figurações artísticas, representações cénicas e fílmicas e, mesmo, conquistas museológicas, é louvável: dá centralidade a manifestação cultural secular e colectiva; mas urge, para evitar rotinas, um carrear de fontes pertinentes – em que considero indispensáveis os quadros de João Vieira e filme que realizou com Manuel Pires, além do romance *Torre de Dona Chama* (também eu me vesti de careto...), tão embebido desse Mikhaïl Bakhtine sobre François Rabelais e a cultura popular medieval e renascentista –, de cujo confronto saia a mais próxima narrativa de evento que, necessariamente, a tradição varia, mas sem que se possa

confundir, em importância e no alinhamento desse teatro quase todo ao ar livre, e preludiado durante três semanas, a cerimónia da bênção do pão e a missa de Santo Estêvão. Lembro-me de pouco concorridas bênçãos do pão; já a missa dedicada ao primeiro mártir atraía todo o povo e podia ter sermão de arromba, após a qual eucaristia (e sua breve procissão) rompia o combate há muito preparado. Neste, os caretos têm mais importância do que se julga; desde logo, nos fins-de-semana que precedem, de casa em casa, roubando fumeiro e atentando contra donas e donzelas; ao conterem os caçadores e a massa de povo, apoiando a mourisca. São uma barreira; pedem várias interpretações.

No domínio das fontes, Jacques Heers, *Festa de Loucos e Carnavais* (1987), torna-se fulcral, quando nos acercamos de um rito, que, sendo imitação de uma representação (de um mito), anda indissoluvelmente ligado à própria origem *também* lendária da terra. Há uma *soberania* (figurada em princesa moura, chame-se Dona Chama ou Chamorra, seja dona de uma torre, ou chame ela da sua torre, todos os dias ou no dia em que se viu descoberta nas pernas de cabra por cavaleiro fugitivo; mesmo sabendo que houve uma Dona Chamoa medieval senhora dos nossos actuais domínios) necessitada de *guerreiros* que a defendam (mouriscos) e de *produtores* (cristãos), sacrificados no campo do trabalho e dos seus dela prazeres, aos quais sucede a morte dos que se deixaram tentar, qual faz o rei antes de Sherazade – antes de aparecer um herói e a descobrir no seu capricho. Na minha ficção, e face à expectativa do que o leitor local sabia, reverti essa imagem da princesa, que passa de lúbrica a virgem… Com efeito, no quadro de guerras que poderíamos situar em tempo de Reconquista cristã, o final da história desse dia 26 de Dezembro pode não ser igual ao desenlace da História: anos houve em que ganhou a mourisca. Mas é interessante ver, além, o princípio tripartido adaptado das classes funcionais de Georges Dumézil, a partir das quais se organiza e desenvolve uma sociedade. Esse fundo mítico acompanhará dissertações recentes, caso de Vicente (2002: 484), que informa não se encontrar documento algum sobre Torre de Dona Chama antes da carta de foral de D. Dinis, em 25-IV-1287…

No particular dos comportamentos, desde a linguagem algaraviada

solta a cada passo – mesmo durante os Jogos à Praça, e mais na Ciganada –, que nos evoca momentos da vicentina *Exortação da Guerra* (1514) à incivilidade de comer como animais, cuspir, atirar urina e dejectos às pessoas (o que aqueles autores se esqueceram de referir para as *Madamas*), muito se ganharia com exemplos revistos para a Europa Central em Norberto Elias, *O Processo Civilizacional*. A importância do animal, particularmente do burro, em sociedade rural, e seus valores simbólicos, mereciam um capítulo, tal como ensina Lévi-Strauss, e João Vieira mostrou em forte colorido; o uso das matérias-primas medievais, caso de latão e couro disputando-se à mais fácil madeira, relevam de uma cultura material hoje adulterada. A máscara, de resto, tem merecido estudos multiformes, desde Benjamim Pereira (1973) – clássico que se arrisca a tornar preguiçosa a investigação posterior – a José Mattoso (2001). Sem desaproveitamento destas contribuições, que o teatro seiscentista espanhol conjugará em vida, ilusão, ser e parecer, arriscaria o que não posso desenvolver aqui: careta e máscara têm um historial e valores de uso diferentes.

Aproximando-nos da terra e da minha Torre, se Pereira cita D. Sebastião Pessanha (1960)[2], há um alfobre bibliográfico a acrescentar, com artigos nas revistas *Amigos de Bragança* e *Presença* (Bragança), *Vida Mundial* (Lisboa) e, sobretudo, de uma referência local, o nosso comum parente Francisco Videira Pires (1965). Só depois disto vieram balanços meus (*Expresso*, 17-XII-1988, em que reproduzi pinturas de João Vieira; *Correios em Directo*, Lisboa, 8, Dezembro de 1990); e, na sequência, sobre máscaras em geral, reportagens[3], recolhas, quadros, fotografias e títulos de alguns artistas, incluindo um abrangente António

[2] *Mascarados e Máscaras Populares de Trás-os-Montes* reproduz algumas máscaras da Torre. Lembra que eram de sola (inclusive, pintada) ou cabedal, de lata e papelão pintado de preto. Interessa referência aos «fatos carruços» que vestíamos (e dizíamos 'garruços'), «feitos de velhas colchas de fabrico caseiro, ou de chitas de ramagens, guarnecidos, em qualquer dos casos, com franjas de lã, ou douradas, e tendo pregados, no casaco, alguns guizos de latão» (p. 46).

[3] Nas televisões, redes sociais e em papel. Aqui, ver Teresa Perdigão, "Os rituais pagãos de D. Chama / Ao troar dos bombos", *Público* – Magazine (Lisboa), 22-I-1995: 46-62.

Pinelo Tiza, *Inverno Mágico – Ritos e Mistérios Transmontanos* (2004; 2015, seguido do volume II), e vários com *Máscara Ibérica* (2006), na vertente luso-castelhana, retomada em *Máscaras de la Província de Zamora, del Nordeste Transmontano y Duero / Máscaras da Província de Zamora, do Nordeste Transmontano e Douro* (2009), por António Pinelo Tiza e Jesús Núñez Gutiérrez. Mas, após as intervalares *Máscaras Portuguesas*, foi necessário filmar a festa em 1982 e expô-la, com quadros e jumento ao vivo, na Galeria Quadrum, para que, até nascerem festivais e sua museologia, surgisse outro interesse pela condição do *careto*, termo que não aparece nos melhores dicionários e, noutros, ainda sofre de provincianismo. A vida da arte, pelos vistos, torna-o universal.

Final da história: antropólogos que não sabem quem foi o Cacherra e que função tinha, ou julgam que o fim da festa, tomado o castelo, se resume a arraial, deveriam ter visto o entusiasmo dos actores – agora, espectadores –, quando se passou o vídeo de 1982, à noite, em casa da minha tia Maria de Lourdes, prima de João Vieira. Não é pelos resumos anuais das televisões que o estudioso deve começar; sem esquecer as variantes da tradição, é por esta fita, e pelo trabalho pictórico que resultou dessa noite, a par de memória antiga por via materna, que o futuro destes caretos deve ser revisto.

III. **Tradução**

Estão em jogos valores e lendas da terra que microcosmizam apropriação de solo pátrio, em horas de Reconquista: outra não tem sido a diligência de João Vieira, quando, à circunscrita tradição pictórica em Corte e nação fortes que revisitou, lhe acrescenta a mais una e consequente tradição poética – Camões, Cesário, Pessanha, Sá-Carneiro, Pessoa, Herberto –, com, antes e depois (*Ideogramas*, 1994), a letra da língua – já não só do alfabeto –, enfim no corpo, rosto, vigor e cor nascidos da alegria de 1984.

O movimento desta arte *manuscrita*, no que também tem de repetição e utilização de outras personagens e materiais (desde 1971), fica doravante concentrado nos painéis para a estação de metro Deák Tér [Praça Deák], em Budapeste, onde convergem as três linhas da capi-

tal. Espécie de rodapé a (ou assento de) toda a sua obra, em suporte de azulejo português, os dois longos rectângulos jogam com duplo trio de poetas, que, também na Hungria, melhor representam um influxo nacional: Camões, Cesário, Pessoa / Petőfi, Ady, Józef.

Identificados esses nomes, percebe-se que, a existir alguma relação com as letras envolventes – que um transeunte episódico ou distraído verá em liberdade –, ela só pode ser da ordem da *tradução*, conceito que talvez devesse aparecer mais vezes ao falar-se destes cinquenta anos de actividade. Arte de exterior, festiva e para olhares indistintos, *com* tradição, multiplamente colaborada, as leituras de parte e do todo tornam-se mais contingentes quanto a própria tradução de poemas é reversível e, destes, não se inscrevem palavras ou versos completos. Há uma camada de enigma em toda a narrativa vieirina, em que o mesmo traço de cor se avoluma até ao hieratismo da escultura religiosa medieval, ou até às cenas consecutivas dentro de quadrados, rectângulos, círculos ou polígonos formando narrativa bíblica junto de texto manuscrito assim iluminado, cujas capitulares são já cor, cena, letra ou signo. Letras de hoje ou certo *Calvário* (1994) ressaltam como peças do imaginário que congregava a Europa, enquanto antecipava *bandas desenhadas*.

Pergunto-me, assim, se, em algum momento – a par do exercício também pedagógico a considerar neste magistério artístico –, terá havido um qualquer cartesianismo (Mello e Castro, 1971), o qual não passaria de um *método*; a perseguida «abstracção expressiva» (J. V., 1992) é, como se diz para tradução e se aplica ao transporte de corpo ilustre – letra, ícone, país, obsessão… –, uma *trasladação*: visto que a experiência de 1993, nas ruínas do Chiado, foi temporária, e os museus continuam tristes, resta a frequência diária de milhares no primeiro metropolitano do Continente europeu, curiosos ou intrigados com esses quadradinhos de alma em que se abraçam duas nações.

IV. **A luz através do texto divino ou balanço de uma vida**

0. Quando olho para a imaginação que eu era, aos seis anos, entrando na sala da escola primária onde havia de apresentar o romance *Torre de Dona Chama*, que rememora esse tempo, de artistas só conhe-

cia, nas primeiras letras que também juntava na sopa de massa, o nome de João Vieira.

Do lado materno, que era de padres, algum professor e de despreocupados que tudo foram perdendo, ele campeava entre as irmãs e primas, todos, a pouco e pouco, desertando para Lisboa e África. Na Torre, ficaram as primas Maria de Lurdes e Bernardete, minha tia e minha mãe. Em todas – e, só aqui, eram cinco irmãs –, havia uma delicadeza que já se não usa; na avó Ritinha e na irmã Joaninha, mãe de João Vieira, uma doçura que justificava a vida.

Uma vez, meu pai, «um bom artista», como se dizia para os últimos mestres de vários ofícios ou simples artífices (vocábulo de formação erudita), levou-me a Anelhe. A tia Joaninha falou-me do seu pintor enquanto jovem por Lisboa, Londres e, no intervalo, Paris, onde integrara o grupo KWY, cujos doze números da revista com o mesmo nome, entre Maio de 1958 e o Inverno de 1963, conheci em colectiva do Centro Cultural de Belém (2001).

Ele pairava, assim, no fumo dos cafés, dos ateliês e da palavra sem fronteiras, que, cedo verifiquei, também não respeitava quadros artísticos fechados e explodiria nos próprios suportes. Nessa descoberta, há um artigo de Melo e Castro (1971: 18-25), que reputo descobridor. Mas, se avalio a extensa bibliografia passiva, já houvera um José-Augusto França em 1956 – quando nasci –, em que integra a primeira colectiva; e José Luís-Ferreira (15-VIII-1963: 15). Assim, nos nossos primeiros almoços de Lisboa, anos 70, ele contava já larga história, com particulares do Café Gelo, em que «J. Rodrigues 57» assinava desenhos a tinta-da-china; eu dispersava-me em tenteios, como agora.

Ao reunir em volume *Percursos 1960-2001*, a quádrupla divisão, sem ser linear e hermética, resumia os principais núcleos em quem, visivelmente, nunca se acomodou a estatutos político-mundanos ou facilidades na sua poética. Tínhamos, por conseguinte, I – Letras (João Miguel Fernandes Jorge), II – Máscaras (Ernesto Rodrigues), III – Arte outra (exposição-instalação-*performance*; José Gabriel Pereira Bastos) e IV – Recriações (a partir de Nuno Gonçalves, Francisco de Holanda, Grão Vasco; Paulo Simões Rodrigues).

Resultava uma cor feliz, e as veredas, mesmo de leitura, cruzavam-se pacificamente. Mas há que reforçar uma profundidade de inscrição tardo-medieval, e mais agora, quando o vitral ilumina a História de Arte e de política colectiva do nosso Quatrocentismo, que ele já abordara. Felizmente, não há termos exclusivos para caracterizar cada um desses momentos, palavras como sentido e tradição, efémero e herança; ou busca do sensível, tão contingente é o rosto da ordem gramatical, e reminiscência, quando outrar-se e revestir-se é condição-suporte do Homem (aqui, do *faber* e suas parcerias femininas), logo deriva entre destruição e ironia; linhagem, como visitante que agradece, à distância de séculos.

Na circunstância, referi parcamente a passagem ao azulejo, com o que implica de confronto cultural no estrangeiro. Chegados à oficina do vitral, com grisalha não menos suave que os poliuretanos, vai-se entendendo a dimensão de trabalho que se destina ao privado e institucional, que se mostra e recusa ao público partícipe, que mal repousa velozes comboios subterrâneos e, por fim, medeia a luz divina no Seu templo. Dito de outro modo: que vai do terreno maleável – e terreal – às profundezas do universo e às alturas e pompas da Igreja.

De comum, temos a relação entre letra e espírito, subsumida na literatura (antologicamente, na poesia portuguesa; topicamente, na húngara) e nos versos prologais de outro João, evangelista. Nesta nova Criação, que mima o Verbo – *verbum* significa *palavra* –, letra e citação identificam-se, pois a Bíblia *é* a palavra divina; e convergem na tradução de um texto e de novas letras, conjugados com essoutra figuração do reconhecível historicamente que é o Mestre rodeado de apóstolos e Seus porta-vozes. Percursos artísticos desaguam em *concurso*, enquanto síntese de meio século, ou afluência ritual nos fiéis da sé de Vila Real, arte de interioridade mais evidente do que nas levas de apressados face à arte pública dos painéis de Budapeste.

Nesta exaltante variedade inquieta, da letra humilde ao Texto por excelência, da homenagem a grandes nomes, de rosto indefinido ou sem cânone rigoroso, nos quais se revêem colectivos, mas também no reavaliar de técnicas coetâneas da Idade Média gótica e da azulejada *arte pobre* peninsular, se faz um poderoso artista. Ao modo de famílias de

artífices que preservaram tais mesteres, João Vieira acompanhava a fábrica das suas cores. Particularizemos obsessões maiores, que vão muito além de simples formulário no último meio século de arte portuguesa.

1. Ortografia, dizia Duarte Nunes de Leão no primeiro capítulo de *Ortografia da Língua Portuguesa* (1576), «é a ciência de bem escrever qualquer linguagem». Este imperativo, a que alguns, por extensão, chamam estilo, corre bem no *orthos* de João Vieira, que actualiza uma ciência de escrever *direito* – também ética – em figura de cores, as quais são como as vozes de cada signo.

A figura mínima da articulação é a letra, «voz simples», embora ela notifique um ou mais fonemas, isto é, tonalidades, que também referimos à potencialidade dos ideogramas – "Ideogramas" foi exposição de 1994. No *cursus*, vincado, de cada mão de tinta, assoma atitude firme, com laivos de escrita hierática, sem já falar do entrosamento na memória rupestre e cuneiforme.

Curioso é que *letra* vem de «*lego*, *legis*, e de *iter*, que quer dizer *caminho*: porque *abre caminho ao que lê*», acrescenta Duarte Nunes de Leão. A par da iteração como processo e projecto, essa definição é mais espantosa ainda em quem intriga milhões nos carris profundos ou nas vias para o Céu. *Letera*, da intermediária *litteram*, já comparece na *Corte Imperial*, de autor ignorado de inícios do século XIV, com Cristo presidindo à encenação de cortes dialogadas entre a Igreja Militante, a Triunfante, rabinos, mouros, etc., onde não só se prova a existência e eternidade divinas, como a mais-valia do cristão face às outras religiões; associando a mundividência originária e seus ritos, em especial na terra natal da mãe, que inspira o ciclo das máscaras, ao desenho da letra iluminada pré-gutenberguiana, melhor se compreende o ar de família desta obra com execuções na charneira de século humanista. O nosso século XV, de resto, é que se expande e glorifica Portugal.

Esse sentido de pertença, sendo reavaliação de herança e aceno – – desta feita, agregando-lhe o nosso vitralismo tardio, como eu já verificara para o aparecimento dos óculos (*Visão dos Tempos. Os Óculos na Cultura Portuguesa*, 2000), obrigaria a um balanço que outrem fará.

Sem descer a difíceis datações rupestres, lembremos, todavia, a arte de calígrafos (Lima, 1923) e seus alfabetos dois milénios antes de Cristo. Entremos, proximamente, nos *scriptoria* conventuais; a aventura da tipografia, com suas famílias hoje inúmeras, e aplicações, é um assombro; atentemos no moderno *design*, e ver-se-á como, do objecto fugaz votado à perda até à cerâmica e ao vidro, essa milenar experiência se concentra na brevidade de olhar tão vizinho. O que a letra tem de cenografia agora saturada, em quem também encenou e cenografou no palco, e deu lustre ao livro, entranhou-se na íris do último milénio.

Salientaria, entretanto, o signismo da poesia visual barroca, com desenvolvimentos no futurismo e, nos anos 60, no experimentalismo de tipo vário, em que, diversamente, João Vieira também participa. Mas prefiro paginá-lo com outros alfabetos pictóricos, de que, só para o século XX, teríamos assinaturas conhecidas: Sonia Delaunay, *Chocolat*, 1914; Fernand Léger, *Nature morte ABC*, 1927; Jasper Johns, *Grey Alphabets*, 1956; Jon Miró, *Silence*, 1968; ou, mau grado distâncias conceptuais, Max Ernst, *La Grande Roue orthochromatique qui fait l'amour sur mesure*, 1919-1920, e Roy Lichtenstein, *Blang*, 1962.

Depois de *Expansões (50 elementos)*, 1971, *Alfabeto a Preto e Branco* e a variante do *Alfabeto a Cores* (1981) adquirem um belo efeito de sólida massa em movimento, numa respiração colectiva dos elementos, comum ao seu processo de escrita, e individualizados segundo várias técnicas, seja aos vestidos de letras na *passerelle* (Lisboa, 1971; Porto, 2002), no *M* (1958; *Sem Título*, 1970), no *A Grande* (1970-1999) e *A* múltiplo nas caixas altas e baixas (1981), seja no *X Grande* (1970) ou mero *X* (1990), nas letras de MAR (*Dar o Mar ao Mar*, c. 1970; *Projecto M. A. R.*, 1970-2002), no L (*Ele*, 1971), no *B* (1981), no *C* (1981), no *M* e *N* (1981), no *O* (1985) e em *Alfabeto Latino e Grego* (2000).

O conjunto das *Vogais* (1973) mereceria tratamento à parte. Nesta linha, notem-se as formas geométricas, losango ou octógono (1990). Os próprios números vêm por extenso (1975, 1977), antes dos quadrinhos com algarismos em 1991, a que deveríamos ligar capas da *& etc*, revista e editora (1973, 1995), que reúnem letra e algarismo.

Naqueles ilustres antecessores, porém, o título não é decomponível ou maleável, porque, onde se admite a «loucura da ordem», opera-se a «loucura do alfabeto», de que nasce superlativo «realismo da linguagem» (Meschonnic, 1991: 40; traduzo citações). É o caso de João Vieira.

Índices pioneiros, cerca de 1200, alimentam a desordem; em 1287, ordenam-se as primeiras palavras. No essencial, e no próprio jogo de títulos explicativos ou ausentes, eu persigo a leitura dos seus quadros como quem deseja uma *summa* pictórica fora da referência linear – com marcas autobiográficas claras, eu sei, por exemplo, em *Manuel* (1970) ou em *Aonia* (1972), entre tantos anagramas –, soma invadindo a ordem divina da criação, não hierarquizada, de que se quer homóloga, qual encontramos em *A Mão Esdrúxula* (1973) e, mais soltamente, em *A Arte de Ler* (1997).

Reconheço, naturalmente, o complexo de enciclopédia, alfabetada e com sinaléticas remissivas, e mais à luz dos vitrais, com *princípio* e *fim*, mesmo se os termos referem a divindade e transcendem a marcação de espaço e tempo. Diríamos, nesse transe, que o antes e depois inviabilizam a leitura como totalidade, que só Deus é, logo, ilegível? E que só o olho de Deus abarca a totalidade, que o mesmo Deus é?

Rayuela (1963), de Julio Cortázar, levanta questão semelhante: abrimos por onde entendermos; mas a infinitude que pretende não nos deixa sair do discurso. Como fazer? Ou seja: no arbitrário, eu motivo e responsabilizo-me pela interpretação; no convencional, reconheço lugares-comuns e posso aderir ao fácil, em comunidade maior. Como aproximação de um olhar, a pintura está no *espírito* de Deus, na Sua onda de totalidade. Mas Ele precisou da letra para nos confundir. Veja-se onde isto nos podia levar, com os óleos-livros desta inesperada religião *em* arte.

Concomitante, ainda: leio, em João Vieira, iguais capitulares, e não letras iniciais tecidas de privilégios. É uma razão, não ordem, do Deus criador perfilado na Idade Média, com efeitos social e politicamente devastadores.

Dos *sem título* à história de gato e cópia do letrismo infantil (1967), vislumbra-se tal informado debate – logo, com a divindade e fraqueza do Homem – no vigor desta mão, que, se não erro, se procurou divinamente intemporal, à maneira da frase canónica *ens dicitur multipliciter*, o que é diz-se de modo múltiplo.

2. Assim, múltiplo, desde 1970, com a performance "O espírito da letra".

Dez anos depois, recordo o impacto (na moral, que existe) de "Mamografias".

Sobre as ruínas do Chiado montou bruxuleante "Silêncio chinês" (1993), lembrete de Camilo Pessanha – já pintara *Clepsydra*, 1961 –, com raras palavras; entre essas, a entrelinha avisada do querido Padre Benjamim Videira Pires, outro familiar do nosso santo ofício, que viria de meio século em Macau para morrer em Torre de Dona Chama. O catálogo, de Paulo Vieira Ramalho, era de uma altura desmesurada.

Mas, síntese desta dezena de manifestações, do mar ao rio, da madeira à espuma, do mármore ao gesso, relembro a oitava, "Caretos" (1984), que recupera memória, tradição, medievo, jogo, festa, cor, aparência e aquela percebida reivindicação de um Deus equitativo e sem índice (contrariado, diga-se, pelos que inventaram um Index de obras em 1547, 1551, etc.). A Festa dos Caretos introduzia, na Galeria Quadrum, afora vídeo e grupo musical, um burro de verdade em falso verde campo, fardos de palha, artista vestido de careto. Espécie de guião, ficcionado, redigi-o em artigo no *Expresso* (17-XII-1988) e no citado romance, reproduzindo na capa *Madamas* (1983); além, juntei outros óleos de ciclo que ainda ecoa em *Máscara* de 1991.

Desde logo, a valiosa recolha de Manuel Pires (1982), que acompanhávamos, não podia esperar a encenação prévia de actores só por um dia. Esta sétima peça em dez filmes, desde 1971 – quando surpreendeu com passagem de modelos e música de Jorge Peixinho –, é, por isso, o mais completo filme etnográfico dedicado às Festas dos Rapazes, de Santo Estêvão e de outros ciclos anuais.

O Santo Estêvão, em Torre de Dona Chama, é um teatro de rua de quase 24 horas sem paragem e, em parte, de quadros simultâneos, em que a direcção artística dos interessados em fazer uma directa depende de memória local que sofre poucas variações.

Começa após o jantar de 25 de Dezembro e pára a meio da tarde de 26, quando a cinza do dia convida à lareira. Está em preparação um combate final entre mouros e cristãos, resquício das guerras da Reconquista. Entre as formas de diversão, logro e aparência, o burro é actor fundamental: na economia da terra, como recurso possível em guerra desigual, figuração do mundo que se quer inverter e remissão para o que em nós há de animal, porque, do outro lado, vive, em sua torre infiel, a princesa moura, uma lúbrica «Dona Chama, Chamorra, / pernas de cabra, cara de senhora».

Torre de Dona Chama era o conforto do lado materno, que João Vieira conhecia bem, por aí passar largas temporadas. Em criança, tive esses domingos de franjas coloridas e, aqui ao lado, na sala onde escrevo, desce uma careta de latão com vestígios de colorido. Por isso, mal pude, lancei em ficção essa espécie de deslumbramento teorizado por Mikhaïl Bakhtine, em *L'Œuvre de François Rabelais et la Culture Populaire au Moyen Age et sous la Renaissance* (1972). Viver certas realidades ajuda-nos a compreender melhor o que escrevem sobre nós.

Deslocáramos o carnavalesco para a Natividade; e, no fugidio mundo de parcas horas, quebravam-se outras regras dentro do jogo agora sublimado das aparências, numa vertigem semelhante à que deveria suceder ao nível das interpretações de índice não alfabetado, quando nos queríamos Deus, e não só à Sua imagem. Para lá do jogo (que a interpretação também é), estávamos *em* festa (o que nem sempre serve à sisudez do intérprete). E, nessa conjunção teatralizante, o sujeito não é só quem está atrás da máscara, que não identificamos, mas tende a ser a pintura do próprio couro, lata ou madeira.

Paul Zumthor (1978: 31) resumiu o caso – e vários estudiosos – à *littera* de um confrade-protagonista feito doido, cuja *sententia* irónica revestida de *nonsense* é secundada pela «acumulação verbal, pela multiplicação de calembures» de outros, com que se quebra «a linearidade

da linguagem» e se desce ao equívoco social, de género, etc. Mas o ritual de um modo antiquíssimo persiste: isso que pressentimos, visceralmente, nos quadros prosopopeicos ou no volume devorador de certas letras de João Vieira.

É oportuno intercalar uma dúvida.

Em 2000, "Limites" ainda comporta a tela cheia – esse «respeito pela composição linear, acertada em fundos negros ou ocupando-os totalmente, e o enriquecimento cromático e textural dos espatulados» (Pinharanda, 1995: 606) –, a par de cores mais quentes, e novo grafismo, mas a maioria de construções imperfeitas, angulosas, marca diferentemente o fundo e contornos de grandes massas.

Nunca, para a produção anterior, eu recorreria à terminologia do barroco, mesmo se dizemos «à maneira de»: *maneirismo* vem daqui, mas logo transcende a cópia-homenagem, sendo, ainda, diferente de barroco. Agora, sim, existe a gravidade de um barroco conceptual e somos nós a, de súbito, figurar diálogo entre duas margens, o peso da vida no meio do oceano, quadro da cidade em frente, um espelho de reflexo irregular...

3. No balanço de um quarto de século, em 1985, contou João Vieira o lapso de 1959, ano da primeira exposição a solo, a 1984, reunindo em catálogo amostras representativas, sem esquecer os melhores textos críticos entretanto vindos a público. Mas é desse ano, também, uma paralisia facial, que terá conduzido às meias-caras e à expressão difusa ou em blocos de cor que observamos no fecundo trabalho de 1987 a partir de Nuno Gonçalves ("As Imagens da Escrita", 1988).

Os seis painéis, expostos no mesmo Museu Nacional de Arte Antiga, parecem significar, também, a afirmação social de uma assinatura no distraído mercado da arte. Os tempos iam de feição e a História agrada às instituições, o que se louva.

Tão-só reproduzidos, os vários *estudos* que acompanham o políptico são magníficos, caso do infante D. Henrique, em chapadas de cor que retomam as sobrefaces de 1984. Os *Ecce Homo*, já vertebrados pela

concentração de um processo, seriam bastante para justificar o título de clássico. Além de outros intertextos, naturalmente.

À maneira de Grão Vasco, o museu viseense reviu-se em "Efeitos de Espelho" (1995), após um também laborioso ano de 1994. Não só como História e como leitura, este confronto em casa do adversário tem uma força pedagógica inestimável, e mais se lhe associamos outras pendências: Dürer, Velázquez, Viana...

Entretanto, São Pedro, ele próprio, aureolava o rosto com círculo que já vinha de guache de 1970 e, de algum modo, outras cenas e personagens bíblicas carregavam, já, de informação bastante a estreia vitralícia de João Vieira.

4. No entretempo, outro grande projecto estava em curso, com os painéis para a estação Deák Tér do Metropolitano de Budapeste (1996), oferta do Metropolitano de Lisboa.

Após Londres, Budapeste tinha o primeiro metro continental, nas celebrações do milénio da Hungria, em 1896, linha que ainda hoje funciona e se cruza com as outras duas – a número 2 passa sob o Danúbio – – na Praça Deák. Meio de transporte útil e respeitabilíssimo, transforma aquela estação no centro crucial de ligações. No centro de Peste (que não é a cidade velha, como se lia no catálogo, título que cabe à Buda medieval, se não quisermos visitar os sinais romanos de Óbuda), os dois longos painéis, repletos de letras em quadrículas pintadas, associam os nomes de três poetas húngaros e três portugueses, dos quais se traduzem fragmentos de poemas representativos.

Destes, João Vieira, inveterado leitor e conviva de poetas, escolheu Camões, Cesário Verde, já enunciado em 1965, e Fernando Pessoa, sobre cujo quarto trabalhara na respectiva Casa (1997); daqueles, propus-lhe os três maiores, Petőfi Sándor (1823-1849), Ady Endre (1877--1919) e József Attila (1905-1935).

O efeito deve ser intrigante para quem passa, eventualmente capaz de, por analogia, detectar os ali há muito conhecidos Camões ou Pessoa, cujos nomes se destacam em letra maior sobre quatro azulejos. Em si, os versos em português, para cabeças sintáctica e estruturalmente orga-

nizadas ao contrário das nossas, dificilmente serão perceptíveis. Será, por isso, maior a curiosidade, ou estranheza, face a caracteres que não reconhecem especificidades do húngaro, como o trema e duplo acento agudo em certas vogais, para não falar nas consoantes pareadas (não forçosamente duplas, como nós temos) que representam um só fonema.

Necessariamente, as letras tinham de ser inteligíveis, o que confirmou comitiva do Presidente da República Jorge Sampaio, quando, fora do programa oficial de visita à Hungria (1999), decidiu ir a pé do hotel próximo até às catacumbas de cor e poesia. Tão extensa grafia construía, simultaneamente, outro alfabeto provisório.

5. À celebração institucional do grupo KYW e à monografia de 2001 sucedeu a antológica, de texto bilingue, "Corpos de Letras / Bodies of Letters", no Museu de Arte Contemporânea, Museu de Serralves (2002). Mas faltavam aí ciclos fulcrais, a que prestei, acima, mais atenção. O novo mundo do vitral pede justo acrescento.

Junto, no entretempo, novas ementas à respectiva Bibliografia. Assim, sobre os "Diálogos de Lisboa" de Francisco de Holanda, fez Jorge Fallorca entrevista no *Europeu* e não no *Diário de Lisboa*, como se lê em 2002: 268; acrescente-se, a propósito, José Luís Porfírio, "O teclado universal", no *Expresso*, 10-XII-1988. Quanto aos "Painéis de João Vieira no Museu de Arte Antiga", ver José A. Salvador, no *Diário Popular*, 2-II-1988, e longa entrevista de António Melo n'*O Diário* – – Fim de Semana, 16-IV-1988.

No trabalho de Ilustração (p. 254), merece relevo a capa (1957) de *Noites*, de Luís Garcia de Medeiros, editada pela & etc, 1998, pois o nome de João Vieira já consta do frontispício. Na ficha técnica, estão outros colaboradores, com texto e iconografia. Raridade geracional (a juventude de Maria de Medeiros acrescenta ao *puzzle*), esta obrinha de insólito heterónimo colectivo redigida por alguns dos maiores artistas das artes e das letras passou despercebida à sempre atenta crítica portuguesa.

6. O deslumbramento de quem, por um dia de luz, entra na catedral de São Vito, em Praga, dificilmente se apagará. E o modo como, na limpidez do gótico erigido no século XIV, acrescido da estatuária barroca dos santos, se inscreve a arte nova de Mucha, cria uma harmonia de louvar aos Céus. Já a decoração do altar, com a Santíssima Trindade e a realeza checa, corta o fôlego, nos desenhos de Max Švabinský.

Descansam, outrossim, vista e corpo, longe do frenesi histórico de Toledo, em cinco belos painéis vitralados da sua estação ferroviária, cuja autoria ignoro. E adoçam áspero sol castelhano. Os de Santa Croce, em Florença, olham vultos insignes ali mortuados.

A crítica de arte, capaz de triangular o gótico segundo arcos ogivados, abóbadas de arco quebrado e enormes superfícies de vidro – que, a partir de Saint Denis, lançam um programa iconográfico translúcido, reunindo o pensamento do tempo e a doutrina da Igreja, isso que Georges Duby (1978: 109) designa por «ilustração duma teologia da luz»[4], programa afirmado em Chartres (1150; com 160 aberturas e 2 600 m^2 de vitrais, entre 1200-1236) e Poitiers (1160) –, não se tem debruçado bastante sobre o vitral, cuja *história, conservação e restauro* subintitula volume (Abreu *et alii*, 2000) saído de Encontro Internacional em 1995.

O Mosteiro da Batalha foi, justamente, o lugar da reunião. Pedro Redol estuda o caso nacional nos séculos XV e XVI; Rui Afonso Santos fá-lo para o século XX, com mais exemplos do que esperaríamos. Pode ser que nasça uma nova era no vitralismo nacional. Os anexos e bibliografia finais são sedutores. Não menos diríamos de Carlos Vitorino da Silva Barros, *O Vitral em Portugal. Séculos X-XVI* (1983), pelas expressivas figuras de página inteira (Batalha, Igreja Matriz de Viana do Castelo, Convento de Santa Clara, Vila do Conde, Igreja do Convento de Jesus, Setúbal, entre 15 monumentos estudados) e pelos 48 documentos apendiculares, de 4-V-1428 a 6-V-1684. Situa a primeira referência a um vidreiro, da Batalha, em 30-III-1446. Na lista de vidreiros e vidraceiros de Jorge Custódio (Abreu *et alii*, 2000: 113), recuamos a 1439.

Fora dos grandes circuitos, a dozena figurativa de Júlio Pomar para a igreja da Sagrada Família da Pontinha (1954) mais do que justifica vi-

[4] Estudo ilustrado sobre a variedade vitralícia francesa, em Grodecki (1986, 1991).

sita: releve-se a centralidade do Menino na composição pentagramática da Sagrada Família.

Quanto à teorização e outras exemplificações deste elemento fundamental da arquitectura gótica, veja-se o ensaio anterior. Seguem, todavia, acrescentos.

7. Leio na *Vulgata* [*Biblia Sacra / Iuxta / Vulgatam Clementinam*. Tertia editio. Matriti, MCMLIX] esse Prologus do *Evangelium secundum Ioannem*, *1*, 1, 4, que inspira João Vieira: «In principio erat Verbum, / Et Verbum erat apud Deum, / Et Deus erat Verbum. / [...] / In ipso vita erat, / Et vita erat lux hominum:». A *Bíblia Sagrada* da Difusora Bíblica ([11]1984) desrespeita o primeiro versículo e, perante reiterado, e fundamental, «erat», traduz por «já existia», «estava», «era». O Evangelista não é fácil.

Também creio que não se respeita a correspondência final Verbum-Deum-Verbum. Ora, Deus é o Centro. Mas aquela tripla tradução, explicativa, é útil: vai da existência ao *estar com* e à identificação-definição do Ser. Um verdadeiro programa, desenhado *a latere*, no caminho para a rosácea.

Nesta, Deus, novo testamentado em Jesus, é a luz do mundo e o exército das trevas não conhecerá tréguas. Eis missão da Igreja, logo, sugestão pedagógica, segundo formas decorrentes do círculo-roda solar, que traz calor e renovo ao pós-quaresmal. Brilha, por isso, o fecundo amarelo de Domingo de Páscoa, simbolicamente, a cor dos deuses, e da intuição, com que se apreende a sagrada escritura não facilmente legível em forma de rosácea. Duby (p. 294-297) analisa soberbamente a tríade de vitrais, o homem no vitral e rosáceas; com a diferença, agora, de que Deus, espírito, *em abstracto*, se figura na *Sua* letra.

Sob aquele assento de vivacidade crística, e num fundo escuro não sombrio, essa rosácea patenteia a relação 1 + 12 (a Fé recusa superstições), na esperada centralidade e caminhos de ouro pelas peças comunicantes que conformam cruz salvífica.

Se quisermos ler além do amor místico, vemos Dante a aureolar também Beatriz no «centro de ouro da rosa eterna» (*Paraíso*, XXX, 124). O

sujeito ascende ao plano cósmico da amada, a quem se une. Que melhor visão de totalidade, e mais se estendida a Deus?

Para esse centro, o *Apocalipse* joanino (*21*, 5-6) traz: «ego sum alpha et omega: initium et finis.» O aqui presente alfabeto de João Vieira deve ser confrontado com alguns momentos da sua via gloriosa cinquentenária, indicados no ponto 1.

… Como se, chegado a esta altura, e por ironia (prenunciada, todavia; com importância não despicienda de Grão Vasco e recortes da exposição individual de 2000), precisasse da caução divina para exprimir a *sua* verdade de artista, início e fim de si mesmo, crente da letra.

Termino. No surpreendentemente breve verbete dedicado a "Rose" [Rosa], no *Vocabulaire d'Esthétique* (1990; 1999: 1 257) dirigido por Étienne Souriau, a luminosidade da flor não vive só do reflexo efémero que, pelos séculos, atacou diversamente a sé quatrocentista de Vila Real – e que outro artista moderno, em Portugal, se moveu por essa centúria como João Vieira? A rosa, como a rosácea, transpõe essa realidade de perda «numa existência mais pura, imagem da eternidade». E, opondo logo a glória passageira do mundo à perenidade da arte, a articulista, Anne Souriau, fecha com citação do parnasiano José-Maria de Heredia (1842-1905), autor de livro único, *Les Trophées* (1893), donde saiu o poema "Vitrail", lucilando neste sublime alexandrino: «La rose du vitrail toujours épanouie.» Pudera ter acrescentado "Devant la grande rosace en vitrail à Notre-Dame de Paris", de Paul Laforgue (1970: 345-346), precedido de notável "Rosace en vitrail": «Vraiment! tout ce qu'un Cœur, trop solitaire, amasse / De remords de la vie et d'adoration, / Flambe, brûle, pourrit, saigne en cette rosace / Et ruisselle à jamais de consolation.» Conclui, reiterando voto no último verso: «Chaste rosace d'or, d'azur et de cinabre, / Va, je viendrai souvente lire en toi, loin du jour, / L'Illusion, plus morne en son chahut macabre, / Et me noyer en toi, crevé, crevé d'amour!» (p. 343-344) «Loin des nefs aux vitraux plaintifs, loin des concerts», reduz-se o outono da vida ao título «Désolations» (p. 439). Aqueles 'plaintifs' evocam-me «Les vieilles couleurs des vitraux irréguliers» (Rimbaud, s. d. [1943? 1944?]: 139).

Fique "Vitral" – coração de Glória de Sant'Anna, na imagem da mulher que ora, «ajoelhada, / de mãos abstractas / e pálpebras descidas no silêncio», fechando: «E um raio de lua / atravessa o meu coração de vidro[5].», enigma sucinto daquele "Vitral" de Carlos de Oliveira (s. d.: 162), ou aceno de Rui Lage (2006: 13), admirando os vitrais de Chartres.

G. Duby, também breve e intenso, viu como desaguam nas rosáceas, «símbolos da criação na sua plenitude, [...] os ciclos do cosmos, do tempo resumindo-se no eterno [,] e do mistério de Deus, Deus luz, Cristo sol» (p. 296). Sendo «imagem do amor divino», passa a «símbolo dos caminhos da alma que prosseguem nos círculos secretos da devoção, já formados à margem da disciplina católica». Daqui ao labirinto do «amor profano» (p. 297) realizado é um passo.

As coortes do Céu podem invejar-nos[6].

[5] Em *Distância* [1951], agora, em 1988: 39. O mesmo título em *Um Denso Azul Silêncio* [1965], loc. cit.: 131.

[6] Sobre o alfabeto vieirino, ver Reis (2012: 189-212).

Bibliografia

Abreu, Mário *et alii*, org. 2000. *O Vitral: História, Conservação e Restauro*. Lisboa: IPPAR.

Châtelet, Albert; Groslier, Bernard Philippe. 1991. *História da Arte Larousse*. 2. Lisboa: Círculo de Leitores.

Dantas, Júlio. [6]S. d. *Espadas e Rosas* [1919]. Lisboa: Livraria Bertrand.

Duby, Georges. 1978. *O Tempo das Catedrais. A Arte e a Sociedade, 980-1420*. Lisboa: Estampa.

Freire, Francisco José. 1842. *Reflexões sobre a Lingua Portugueza*. II. Lisboa.

Grodecki, Louis. 1986, 1991. *Le Moyen Age Retrouvé*. 2 vols. Paris: Flammarion.

Laforgue, Paul. 1970. *Poésies Complètes*. Paris: Le Livre de Poche.

Lage, Rui. 2006. "Se Calhar, o Céu". *In*: *Revólver*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi.

Leão, Duarte Nunes de. 1606. *Origem da Língua Portuguesa* [cap. XXIII]. Lisboa.

Lima, Henrique de Campos Ferreira. 1923. *Subsídios para Um Dicionário Bio-bibliográfico dos Calígrafos Portugueses*. Lisboa.

Luís-Ferreira, José. 1963. "João Vieira, a poesia e a 'matière spirituelle"'. *In*: *Diário de Notícias* (Lisboa), 15-VIII.

Mattoso, José. 2001. *Obras Completas*. Vol. 4. *Poderes Invisíveis. O Imaginário Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Melo e Castro, E. M. de. 1971. "João Vieira letra a letra". *In*: *Colóquio-Artes* (Lisboa), 1, Fevereiro.

Meschonnic, Henri. 1991. *Des Mots et des Mondes*. Paris: Hatier.

Oliveira, Carlos de. S. d. *Trabalho Poético*. Primeiro volume. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Pinharanda, João Lima. 1995. *In*: Paulo Pereira, dir. *História da Arte Portuguesa*. Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores.

Pires, Francisco Videira. 1965. "A 'Festa dos Rapazes' em Torre de D. Chama". *In*: *Mensário das Casas do Povo* (Lisboa). 234.

Reis, Jorge dos. 2012. *Três Movimentos da Letra: O Desenho da Escrita em Portugal, Terceira Parte, Expressão e Conceptualização da Letra*. Lisboa: BNP.

Rimbaud. S. d. [1943? 1944?]. *Œuvres Complètes* ["Les premières communions"]. Genève: Éditions d'Art Albert Skira.

Rodrigues, Ernesto. 1994. *Torre de Dona Chama*. Lisboa: Editorial Notícias.

Sant'Anna, Glória de. 1988. *Amaranto. Poesia 1951-1983*. Lisboa: INCM.

Vicente, António Maria Balcão. 2002. *Povoamento e Estrutura Administrativa no Espaço Transmontano (Século XII a 1325).* Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Zumthor, Paul. 1978. *Le Masque et la Lumière. La Poétique des Grands Rhétoriqueurs*. Paris: Seuil.

Convite ao Mistério

Na tradição artística antropomórfica, o efeito de vida está no rosto e, neste, o sentido paira no olhar. Num primeiro instante, há *representação*, visão de frente, mesmo se os corpos se movem de lado. A máscara mortuária de Tutankamon, no Museu do Cairo, é bastante fiel ao modelo – já não só à imagem que dele poderíamos ter –, a qual, sobrecarregada de ouro, nos distrai da composição atrás, com pequenos hieróglifos. O espectáculo é frontal e impositivo, e nem nos convida ao pormenor (à barba, ao bigode, por exemplo) das figurações auríferas de Micenas, caso da *Máscara de Agamémnon* (1500 a. C.), 26 cm de altura, no Museu Nacional de Atenas. De facto, o *outro lado* não existe, e menos ainda quando se funde cobre em molde de madeira e nos sai um painel do deus Imdugud (3000-2340 a. C., Museu Britânico), cujo corpo e asas de águia são elementos de *transformação* desde que encimados por cabeça de leão. A arte moderna propõe soluções afins, teomorfizantes, a tal ponto criamos novos deuses, sem que nos dêem esse *outro lado*, que sofregamente procuramos. Há, por isso, um exercício de harmónica fusão em cabeça de porco cujo verso (ou rosto?) – em diálogo civilizacional que os invernos transmontanos actualizam – é o rosto humano. Com a vantagem de não ser a prisão de um relevo de cobre, mas a janicéfala liberdade. No museu londrino, estatueta de 45,7 cm de altura, designada quer por *Bode Apoiado Num Arbusto*, quer por *Carneiro Preso Num Arbusto pelos Chifres*, reaproxima-nos de J. Nobre, inclusive no cromatismo dos dois chifres. Mas o focinho, compacto, é ainda pura mimese, mostra chã do animal. Outro exemplo: não fossem os olhos, humanizados, incrustados na cabeça de touro do Museu Arqueológico de Heraclion, e teríamos máscara interessante; ou não fosse inesperada funcionalidade: a cabeça oca e os dois orifícios das narinas serviam para guardar e deixar escorrer líquido com que se acalmava deus-touro cretense. Trata-se de um ritão, ou vaso de libações.

Salvo distintos materiais, não vemos diferenças significativas na arte oriental – indiana, japonesa, chinesa –, mais figurativa, aliás. O mesmo quanto à islâmica, à cristã – primitiva e bizantina –, quanto ao românico e gótico, em que realçamos o interminável ciclo sobre a Virgem e o Menino e a solidez das figuras, em tintas de ortodoxia. Nos finais do século XV, porém, quando os Descobrimentos já transportavam a Humanidade para nova era, surgem as imaginações do monstruoso e do grotesco em Hieronymus Bosch (c. 1450-1516), no terceiro painel de *O Jardim das Delícias* (c. 1500, Museu do Prado), esgares que iremos encontrando, regularmente, até à gigantesca *Guernica* (1937, Centro de Arte Rainha Sofia, Madrid), cujo expressionismo é devedor de um Picasso cubista e seus contemporâneos. Na verdade, ao falarmos de máscara, em pintura – desde assomos em Amadeo, até à revolução operada com João Vieira (1984) –, é mister começar por vários músicos cubistas picassianos, ou seus arlequins, posteriores; mas também por Georges Braque, Roger de La Fresnaye, Henri Laurens, ou Henri Le Fauconnier, cujo *Retrato de Pierre Jean-Jouve* (1909, Museu Nacional de Arte Moderna, Paris) semelha máscara colada a corpo mortuado. Essa navegação do tema, activo no ante e pós-guerra mundial, poderia fechar com o italiano Carlo Carrà e *A Musa Metafísica* (1917, Brera, Milão), em que jogadora de pingue-pongue vira manequim sem rosto, e não esvaído ou tortuoso, como os de Francis Bacon, discípulo boschiano. Na escultura, Rodin, naturalmente.

Regredindo ao século XVI, é ainda na pintura que se faz a novidade, seja nas cabeças de Arcimboldo, compostas de frutas e plantas, em séries sobre as estações do ano e sobre os quatro elementos (Museu de Belas-Artes, Viena), seja, nessa década de 60, num friso de apicultores do velho Brueghel e rostos escondidos atrás de máscaras (c. 1568, Museu Nacional, Berlim). É contemporâneo deste um grupo de cinco *Inválidos*, no Louvre, em que os chapéus designam diferentes estratos sociais, chapéus que, em três mendigos, escondem o rosto, parcial ou totalmente. O *processo* de máscara faz-se gradativo.

Ora, naquela Idade Média terminal, cumulada em Bosch e sua riquíssima linhagem, vivia-se uma cultura popular só pressentida em mea-

dos do séc. XVIII (Du Tillot estudou as festas dos loucos em 1751) e aprofundada no séc. XX. O bobo, no romance epónimo de A. Herculano (1843), recobre muito do que teorizou Mikhaïl Bakhtine nos seus títulos sobre Rabelais e Dostoievski. No caso português, o império do riso, contra a sisudez oficial e religiosa, está no sermonário burlesco medieval e em Gil Vicente, na irrisão das cenas e, mesmo, na degradação social e linguística, que as Festas de Rapazes (e, já então, de raparigas) corroboram: em *Exortação da Guerra* (1514), veja-se o choque entre o oficialíssimo discurso tingido de épica das figuras da Antiguidade e as falas ininteligíveis de uns zebreus ou diabretes. O que é elevado sai rebaixado, e passamos para o lado de lá do espelho: afinal, temos outra vida, outro lado de nós mesmos, expomo-nos à luz de dias de Carnaval e de solstício inverniço. O realismo grotesco substitui-se ao oficial, sério, *clássico*. Há mudança no tempo e nos corpos, passagem a novo estado – – e, sempre, ambivalência. Desde as saturnais romanas, acrescenta-se um desvio comportamental que vai além da sátira aos poderosos ainda presente nas festas nordestinas. Essa ambivalência (que também se inscreve na relação entre rosto e máscara) assenta num paradoxo curioso: marca-se passagem à idade adulta no quadro celebrativo da criança, do Menino Jesus, e é na lógica desse reino infantil – no que tem de frágil, incapaz, economicamente pobre – que se permitem todas as loucuras. Assim, a máscara festiva é trânsito para *outro* rosto… Passagem, transe ou suspensão que o gesto artístico busca fixar em tela ou granito.

Atestado desde o séc. VII, o antepositivo *mascar-*, do baixo-latim mediterrânico *masca*, originou a *maschera* italiana (1348-1353) e, no séc. XV (maximamente, em 1529), a nossa *máscara*. Desde o início, significa 'demónio' ou a sua representação, tal como 'bruxa', 'feiticeira', 'bufão', 'bobo', enquanto *mascarar-se* nunca perdeu o sentido de 'enegrecer o rosto, torná-lo irreconhecível', hoje, em novos cromatismos. Vimos, porém, no limiar desta prosa, a anterior oficialização da máscara igual a rosto mortuário, atentas as personalidades, as *personæ* (dirão os romanos para *máscaras*) do Próximo Oriente. Neste conflito, J. Nobre participa da emergência medieval, mesmo se registamos algum sinal micénico. Mas, ainda aqui, ou em máscara de chefe

dos Tlingit (c. 1800-1850, Museu do Homem, Londres), cujos dentes lembram os agora patentes números V e VII (o número V evoca, também, no mesmo museu, um mosaico turquesa, azteca, do séc. XV, com fiada de sete dentes-conchas), tratava-se de objectos incorporados noutros, sem autonomia, que é a primeira característica dos agora expostos: não só os vemos, ou imaginamos alguém com eles, como vemos *através* deles, e por trás. Essa autonomia percebe-se com o interesse oitocentista pela África, Américas e Melanésia, reflectindo-se na pintura de um Modigliani; ou em figuras de bronze, com realce para cabeça de *Mademoiselle Pogany* (1913, Museu Nacional de Arte Moderna, Paris), de Brancusi, em que o olhar é sugerido pelas linhas do rosto.

Enquadrado nesta tradição milenar e pangeográfica, J. Nobre pouco ficará a dever ao artesanato regional; inspira-se, todavia, na memória cultural e dos materiais, resumidos a madeira, xisto, granito e cabedal. Terras de rochas graníticas ou granitóides, e com fácies de xisto, são-no também, localizadamente, de ferro; acrescenta-lhes aço e bronze. No imaginário mítico, as idades do Bronze e do Ferro (que sucediam às do Ouro e da Prata) auguravam tempos difíceis, entre guerra, miséria e injustiça, mesmo se a pedra e o aço, em contrapartida, simbolizavam dureza e perseverança. É mais fiável o olhar arqueológico das idades da Pedra, do Bronze e do Ferro, em função dos respectivos materiais, a par de madeira, osso, chifre. Este, por exemplo, luzia em ornamentos da Idade do Bronze. E utensílios de ferro só houve em profusão a partir do séc. XVIII, quando o ferro não se reduzia a mero subsídio da madeira, a matéria-prima efectivamente mais importante até Setecentos. As máscaras tradicionais do Nordeste são, por ordem decrescente, de madeira, lata, chapa, couro, cortiça, pele de ovelha e lona de pneu, e têm aplicações de cabedal, cartão, lã... Transfigurá-las em novos materiais, conjugando o maior número destes, não é pequena aventura de uma arte que se quer total. Por outro lado, se o espaço sociocultural é bem legível, informando desde logo o propósito criador, importa olhar a um espaço económico pobre – atenuado pela policromia –, sem importação de materiais nobres, e, nos seus apêndices, contrastante: vertical *vs.* informe; recto *vs.* recurvo; circular *vs.* espiralado, etc.

Em resumo: sem perda de usos utensilares (cortar, macerar...), cada máscara começa por ser disfarce e dissimulação, na morte e na vida, ou mera adjacência, obediente a produções artísticas, seja um baile de máscaras, seja uma peça de teatro. Retrato e representação, mesmo na teomorfização de rosto animal, sinalizou transformações em ciclos – e círculos – da Antiguidade, até raras transfigurações do medievo ocidental *na pintura*; simultaneamente, manifestações subterrâneas de cultura popular vinham até nós, entretanto, glosadas e teorizadas.

Enquanto escultura nos últimos três mil anos, esse objecto não concebe uma visão *de trás* (ou, se o outro lado existe, é simplesmente informativo), pelo que se torna dependente e limitado. A autonomia procurada em J. Nobre – artista que, nas últimas décadas, experimentou assaz o retrato – convida-nos a rodear o objecto e ver através dele, organizando um olhar sobre o diálogo dos materiais e o amadurecimento do sujeito em contexto de poder e luta, ludíbrio e harmonia, prenhe de sugestões de ruralidade. O processo iniciático esteve sempre ligado à estrutura agrária, moldura identitária da comunidade. Essa tensão pressente-se na rugosidade e limpeza dos materiais, em formas irregulares e eurítmicas.

Ao acedermos à multiperspectiva, já não procuramos um enigma, isto é, reconhecer quem está por trás da máscara, ou que finalidade ritual e mediadora ela comporta, pois esse *atrás* ou segredo foi declarado. Deixamos de considerar uma função primitiva ou mágica; em princípio, e consequência não menor, não nos passa pela cabeça usar tal objecto. E, nesta altura, ao não querermos utilizá-lo, ou seja, contra qualquer valor de troca (máscara *por* cara), irrompe o seu valor de uso, essencial, estético: colocando *ninguém* (*personne*, em francês, da *persona* latina) no nosso olhar, já estamos em busca de um mistério, que é, por natureza, irresolúvel. Não em busca do duplo, ou da maquilhagem (com razão, disse D. Francisco de Portugal, na *Arte de Galanteria*, 1670, sobre as mulheres que se escondiam atrás da maquilhagem: «Aqui, jaz um rosto.»), nem sequer da representação ou da metamorfose, mas da forma pura, transfiguradora, que somente a arte persegue, como Deus – – que se transfigurou –, no seu insaciável desejo de mistério.

Visão dos Tempos
Os Óculos na Cultura Portuguesa

A Manuel das Neves Doutel

1. **Um passeio às Janelas Verdes**

Vasco da Gama olha-nos na glória obscura do fim da vida. Carrega o título de dom, homem da Índia (1498, 1502) e seu vice-rei (1524), curvando-se, na mão direita, óculos de uma só peça, de ponte larga e arredondada para nariz valoroso. Os vidros são quase lisos, mas, precisasse ou não de melhorar vista cansada, certo é que, ajudado por manuscrito voluntariamente ininteligível, este óleo sobre madeira de autor desconhecido remete para invenção rara, atributo de nobreza ou símbolo de domínio no campo das artes, letras e ciências do século XVI peninsular.

Esta imagem torna familiar personagem «inflexível como o costado da sua nau» – assim o risquei em *A Serpente de Bronze* (1989) –, já mais próxima da figura de «um velho no Inverno» que inaugura *Peregrinação de Barnabé das Índias* (1998), de Mário Cláudio.

Por outro lado, o *topos* das armas e das letras – veja-se Luís de Camões, «Para servir-vos, braço às armas feito, / Para cantar-vos, mente às Musas dado;» – é, agora, subvertido; tal invento, sobretudo no repouso dos guerreiros, valoriza o lazer e prolonga a vida, física e da imaginação (como pretende o nosso grande xadrezista Damiano de Odemira, cujo *Libro da Imparare Giocare à Scacchi [...]*, que as bibliotecas europeias mostram na terceira edição, Roma, 1524), descansa a realeza contra clero oculado. Outra civilização acorre, brevemente esculpida em mistério, disfarce, sedução.

Na síntese de José Alberto Seabra de Carvalho, ao analisar aquele Gama, «A existência da pintura só foi estabelecida e divulgada a partir de 1845 por um pintor-restaurador, Luís Tirinnanzi, que se ocupou da obra [...] quando esta ainda se encontrava na colecção do conde de Farrobo e que a atribuiu desde logo, sem fundamento, a um obscuro pintor holandês, Cristóvão de Utrech, que por cá fez carreira na primeira metade do século XVI. Em 1866, foi adquirida pela Academia de Belas Artes de Lisboa, em cuja pinacoteca [...] se mostrou ao público», logo em 1869.

Aquela armação do Gama também é quinhentista. Faz-nos lembrar retrato presumível de Tomás More, da escola flamenga – acaso de Hans Holbein, o Jovem (1497-1543) –, no Museu Granet, de Aix-en-Provence, datado de 1539. Quando, pois, se considera este do segundo quartel, não estaremos longe da verdade. Pode ser imediato à morte do herói (1524).

A consagração do modelo passa também pelo diálogo dos óculos com a cruz. Procura-se um efeito de harmonia terreal, quiçá de santidade. O que não é bastante para chegar aos altares.

Já efeito estético demanda segundo mestre desconhecido – como são todos os mestres portugueses, embora, aqui, seja possível, «como hipótese de trabalho, atribuir esta pintura a Garcia Fernandes» – em *São Tomás de Aquino*, outro óleo sobre madeira também no Museu Nacional de Arte Antiga, quando aproveita lente meio fora da mesa para jogos de luz. O seu equilíbrio sobre o abismo da perda é metáfora singular para instrumentos sensíveis, de tão caros e preciosos, e, gradualmente, imprescindíveis. Acrescenta Dagoberto Markl: «Atente-se, por exemplo, no realismo com que o pintor criou o efeito de lente no *pince-nez* que se vê à esquerda e que denota, por parte do mestre, um conhecimento seguro das técnicas de utilização da luz e da transparência de cristal que cria curiosíssimos efeitos de refracções lumínicas.»

Objecto ainda aquém da qualidade técnica percebida no *Retrato de Vasco da Gama*, embora datado do primeiro terço, confirma claramente que, num tempo de visão inocente e, a cada descoberta, espantada – observar lugares, povos e novas experiências é condição essencial para o

desenvolvimento técnico e científico –, escrita, leitura e seus cultores, por influxo gutenberguiano ainda recente, serão regularmente tematizados.

O mesmo se dirá da necessária agudeza quando a idade avança – – Clenardo conta, em carta de Fez, 21-VIII-1541, como um seu aluno de grego de quase 90 anos só «demora às vezes, na leitura, quando lhe esquece em casa a caixa dos óculos, de que tem absoluta precisão para distinguir as letras» (*cf.* Cerejeira) – e noutro género de precisão requerida à medicina, com relevo para as várias circuncisões. Nem todas, porém, exigem agudeza qual a *Circuncisão* de Avelar Rebelo [1600 / / 1610-1657; óleo sobre tela, c. 1635-1650], na igreja de S. Pedro, em Palmela, e outro óleo sobre madeira, de terceiro mestre desconhecido – – não confundir com a peça mais estudada, do Mestre de Abrantes –, também do 2.º terço do século XVI, subido, em 1999, de cerca de 20 anos em depósito no Museu Nacional de Arte Antiga. Centralizando a atenção, com o Menino, merece o nosso físico vir à luz da publicidade.

Compare-se com outra *Circuncisão*, óleo sobre tela de Bento Coelho da Silveira [1620-1708], já da segunda metade do século XVII, no Museu Nacional de Machado de Castro.

Temos, assim, os óculos enquanto instrumentos de agudeza e rigor, como acessórios e/ou adereços significativos, conforme a sua funcionalidade.

Abarcariam esta tripla função aqueles, inesperados na cor, *design* e local de acção, que lobrigamos num biombo *namban* ainda no Museu Nacional de Arte Antiga? Por 1542-1543 – neste ano, concordam escritores japoneses e Armando Martins Janeira –, os Portugueses entravam no Japão. Essa chegada é documentada na arte *namban* de 1550-1620, no Museu Municipal de Kobe. Numa folha de biombo narrando encontro de viajantes lusos com jesuítas de Nagasaqui, em museu de Osaca, vislumbra-se ministro de Deus oculado (*cf.* Pedro Dias). No lapso de 1584 a 1647, trocaram-se embaixadas entre os dois países. Fomos vistos, decerto, com estranhos vidros nos olhos, que inspirariam o poeta chinês Lei Yâu (1611-1680?): «De países ocidentais veio o estranho objecto / [...].» Aliás, *vidro* – termo que semantiza lente, monóculo,

óculo – foi traduzido em certas regiões nipónicas como *biidoro*. O par de biombos *namban* do MNAA atribuído a Kano Naizen, de 1603-1610 (?), é, por isso, um documento espantoso, à luz de encontro civilizacional em que a introdução de armas de fogo não podia ser tudo.

Não terminemos este passeio ao Museu Nacional de Arte Antiga sem um olhar a obra maior da pintura universal. *As Tentações de Santo Antão* (1506), de Hieronymus van Aken [Bosch; 1450-1516], parecem sequenciar duas outras peças do artista, *Le Concert dans l'Oeuf* (1475--1480), no Musée des Beaux-Arts, Lille – e não só no que ao nosso tema diz respeito –, e, quanto ao assunto em epígrafe, *Le Charlatan* (cerca de 1475), no Musée Municipal de Saint-Germain en Laye, ambos em França. No segundo, perde-se a naturalidade do olhar – para o alto – face à evidente dificuldade em suster lentes finas a meio do comprido nariz. É o caso do aqui presente, numa variante grotesca, mas em que o molde lembra os primeiríssimos óculos conhecidos.

Não sendo de artista português, este óleo sobre madeira – pormenor do grupo do lado direito no painel central – pode ter inspirado um crescente interesse pelos óculos nos países latinos, mormente ibéricos, que não se envergonhavam do seu uso, ao contrário de povos mais reticentes a Norte. Milan Kundera explicita:

> Ninguém ignora que Goethe condenava o uso de óculos em público como sinal de mau gosto, como extravagância. Se Bettina os põe, apesar disso, em plena Weimar, é para mostrar com insolência e por provocação a sua pertença à geração nova, essa que precisamente se distingue pelas convicções românticas e pelo acto de usar óculos.

Lá chegaremos.

Exemplo é aquele Alexandre, da linhagem aquiliniana de Romarigães, que, antes da Restauração de 1640, «começou desde logo, decerto mais por mania do que por outra coisa, a usar óculos. Uns óculos grandes, que assim era de moda na corte de S. Isidro, muito sapienciais e circunspectos.»

Note-se, igualmente (com dificuldade, se tivéssemos de a reproduzir, como se verifica em Vítor Serrão, 1983, retomado em Paulo Pe-

reira, 1995) um nobre de óculos no Céu, no retábulo de Amaro do Vale [?-1619], *Adoração da Corte Celestial por Filipe II de Portugal e Seu Séquito*, c. 1612-1619, no Museu das Janelas Verdes, ainda sob a Monarquia Dual.

Mais expressivo no que nos interessa, apresentamos o óleo *D. João I depositando as suas armas no altar de Nossa Senhora da Oliveira depois da Batalha de Aljubarrota*, no Museu de Alberto Sampaio. Segundo Rosa Saavedra, em correspondência que me dirigiu, esta tela «integrava, com outras três, o retábulo da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, desta cidade [de Guimarães], da autoria de Frei Manuel dos Reis, mandado fazer pelo Prior D. Diogo Lobo da Silveira em 1665».

Esse Bosch tem, depois, um interesse histórico nacional, não isento de polémica, comprovada a admiração de Damião de Góis [1502-1574] pelo Flamengo. Teria sido oferta do nosso humanista, por 1545-1550, ao núncio apostólico em Lisboa?

Certo é que o cosmopolita Damião de Góis documenta, em ficção fundadamente histórica de Fernando Campos (1998), a existência de oculista na Baixa lisboeta de 1571:

> Há um ano e nove meses, com precisão a quatro de Abril do ano passado de mil quinhentos e setenta e um, estava eu em casa, no Paço da Alcáçova, com minha paz, depois de um dia de trabalho no tombo de que era o guarda-mor. Tivera à mesa comigo os meus habituais convidados: o abade Pero Gil e seu sobrinho, o flamengo Erasmo e mestre Jacques, o que faz os óculos na oficina da Rua Nova.

A indicação mais antiga e verosímil – se pensarmos que vidreiros ou vidraceiros tiveram essa autoridade, maximamente referida a 1439 ou 1443 (Custódio, 2000) –, ainda devida a Fernando Campos (1995), ocorre nos instantes que precedem a morte de D. João II (1495):

> Feito silêncio, o doutor Vasco Fernandes de Lucena, chanceler da casa do cível, na ponta esquerda do estrado pousa na estante os seus papéis, saca da algibeira um estojozinho preto de onde tira umas lunetas e, fazendo-te [ao rei] por cima dos vidros leve mesura, com voz bem toada começa uma arenga elegante [...].

À frente, espreita os assistentes «por cima das lentes douradas de Florença».

2. **Bacon e Pedro Hispano**

O melhor desenvolvimento, com todos os pozinhos da ficção, sobre as origens e importância dos óculos ocorre em Umberto Eco. Cego enigmático, Malachia da Hildesheim sobrepaira à tensão que domina o convento de *Il Nome della Rosa* (1980). A primeira vez em que aparece este nosso «mirabile strumento» é numa visita do monge-detective Guglielmo e seu discípulo-narrador ao «scriptorium»:

> Guglielmo infilò le mani nel saio, dove esso si apriva sul petto a formare una sacca, e nel trasse un oggetto che già gli avevo visto tra le mani, e sul volto, nel corso del viaggio. Era una forcella, costruita così da potere stare sul naso di un uomo [...] come un cavaliere sta in groppa al suo cavallo [...]. E ai due lati della forcella, in modo da corrispondere agli occhi, si espandevano due cerchi ovali di metallo, che rinserravano due mandorle di vetro spesse come fondi di bicchiere.
>
> [Guilherme enfiou as mãos no saio, onde este se abria no peito formando uma bolsa, e tirou de lá um objecto que já lhe tinha visto nas mãos, e no rosto, no decurso da viagem. Era uma forquilha, construída de modo a poder estar sobre o nariz de um homem [...] como um cavaleiro está à garupa do seu cavalo [...]. E dos dois lados da forquilha, de modo a corresponder aos olhos, arredondavam-se dois círculos ovais de metal, que encerravam duas amêndoas de vidro espessas como fundos de copos.]

A acção transporta-nos a 1322 e as vicissitudes por que passa esta *forquilha* justificam, no capítulo seguinte, o conhecimento de Nicola da Morimondo, «maestro vetraio dell'abbazia», bem como conversa sobre a utilidade da «forcella» e homenagem ao irmão franciscano e um dos inventores putativos, «il grande Ruggiero Bacone», seja, Roger Bacon [1216-1294].

No seu *Opus Majus* (1267), Bacon mostrou como lente convexa nos aumenta os objectos, caso da lupa. Na transição do século XIII – desde

cerca de 1280 –, haveria, já, «vitreos ab oculis», vidros para olhos, na Itália do Norte. Jorge Boaventura retém, mesmo, inscrição de 1317 em túmulo de um certo «inventore degli occhiali». Outros citam fontes de Pisa, Florença e Veneza (aqui, putativo local de invenção, pela sua indústria do vidro[1]) para enquadrar o invento em 1270-1280. Como, todavia, se passara da teoria baconiana à prática? Michael Pasco (1995) sugere hipótese curiosa, em que o nosso único papa seria decisivo.

Assim, Bacon foi colega, na Sorbonne (1240), de Pedro Hispano [?--1277], futuro João XXI (1276). Do convívio com o amigo, ou porque recebesse, mais tarde, aquele *Opus Majus*, teria Pedro, entre as aulas na Faculdade de Medicina em Siena e as relações com monges de Pisa, ensinado estes a arquitectar os primeiros óculos. R. Mayer (1989) diverge:

> Em 1280, o físico florentino Salvino degli Aramati (1245-1317)[2] aperfeiçoa dois vidros que, a um certo grau de espessura e curvatura, aumentam os objectos. Comunica o seu segredo a um dos seus amigos, Alexandre della Spina, dominicano do convento de Santa Catarina de Pisa, que o torna público. Tratava-se então unicamente de vidros convexos para presbíteros.
> É mais ou menos na mesma época que Marco Polo (1254-1324) refere ter visto velhos Chineses utilizar vidros para ler e Guy de Chauliac (1300-1368), no seu belo tratado de cirurgia *Chirurgia magna*, de 1363, menciona já o uso destes «vitrei ab oculis al legendum». Por outro lado, vista a dificuldade de obter um vidro de transparência perfeita, utilizava-se muitas vezes o cristal de rocha e a água-marinha, variedade do berílio, de onde deriva o termo anglo-saxónico *brill*, a palavra alemã *Brille* e provavelmente também o velho termo francês *béricles*, que deu ulteriormente *bésciles* [*sic*; *bésicles*[3]].

[1] É a melhor hipótese de seis parágrafos ingénuos em *Brados do Alentejo*, "Os primeiros óculos", 19-V-1935: 7.

[2] Boaventura (1925) inscreve o seu epitáfio: «Qui giace / Salvino D'Armati degli Armati / di Firenze / Inventore degli occhiali / Dio gli perdoni a peccata [*sic*] / Anno MCCCXVII».

[3] Gargantua faz uma transcrição «à grand renfort de bezicles» (Rabelais [1534], 1939).

Precisamos de chegar a 1352 para, com Tommaso da Modena [1325--1379], vermos Nicolau de Rouen de livro na esquerda e lupa subindo ao olho direito; mas, sobretudo, termos no mesmo fresco da igreja de São Nicolau, em Treviso, Itália, Hugo de Provença, escrevendo, e, no nariz, duas lentes redondas, cujas pequenas hastes, direitas – como duas lupas –, se reúnem num ângulo de 60 graus fixas por prego ou rebite. Em 1436, tríptico de Jan van Eyck no Museu comunal das Belas-Artes de Bruges mostra cónego a retirá-las, lido breviário. Ainda de Quatrocentos, citaremos Hugo van Der Goes (1440-1480), *Následovník* (Seguidor), e, do Mestre do altar-mor de S. Jorge (activo em Praga, em 1478-89), *Smrt Panny Marie* (A Morte da Virgem) – no painel central, figura com óculos-forquilha e livro manuscrito na mão – na Galeria Nacional de Praga; ainda, *São Jerónimo* (1480), de Domenico Ghirlandaio [1449-1494; Cenacolo de Ognissanti, Florença]; Bartolomeu Bermejo, *La Pietat* (1490), na catedral de Barcelona. Do séc. XV devem ser uns óculos acrescentados em médico presente no *Adormecimento da Virgem*, do séc. XI, no Mosteiro de Neuberg, Viena [reprodução em Manguel, 1999]. De fins de Quatrocentos é o C capitular, iluminado, nas *Elegias* de Propércio pergaminadas em Florença, dentro de cuja consoante uma figura com as armas dos Médicis ostenta livro na esquerda e óculos na mão direita (Bodleian Library MS. Canon. Class. Lat. 31, fl. 001r, onde concorre outro exemplo, espectacular: Book of hours, use of Paris, 15th century. Bodleian, Ms Douce 80). Infelizmente, não temos data para a estampa de Jean Morin, *Saint Jérôme*, na Bibliothèque Nationale de France, em que, com a mão esquerda, segura lupa ou óculos. E de Quatrocentos será, ainda, Niccolò d'Alunno [1430-1502], *Madona con Bambino e i Santi Francesco d'Assisi, Giovanni Battista, Girolamo e Chiara d'Assisi*, no Palazzo Barberini romano: Girolamo, leão aos pés, lê, óculos postos no nariz.

Com grande atraso, a nossa pintura mostrava o que a literatura do tempo ainda iludia. Corrigimos, no entretempo, Jorge Boaventura, supondo «que a introdução entre nós do uso dos óculos parte dos meados do século XVIII, tomando uma relativa expansão, nos princípios do XIX, atendendo ao aumento do seu fabrico e comércio». Se as fá-

bricas de vidro são de finais do século XVII – 1690 –, acrescenta que só com Pombal e a fábrica da Marinha Grande se pode falar em indústria vidreira. E num desabafo, contraditório – pois falara em «relativa expansão, nos princípios do XIX» –, que remetia para 1845: «Há 80 anos pode garantir-se que eram pouco vulgares os óculos em Portugal, usando-os apenas os estrangeiros.»

Não era bem assim. Mas, dizíamos, nem a pressão da língua bastava a literatura distraída de objecto nada despiciendo.

3. **Nos olhos da língua**

Dissecando 905 sonetos desde Sá de Miranda e Camões, André Camlong demonstrou que *amor*, *olho*, *vida*, *alma* são, por ordem decrescente, os mais comuns na classe dos substantivos.

A lírica medieval, desde um alegado D. Sancho I, chora a ausência e tardança do amigo, que a namorada não vê há muito. Os melhores do *Cancioneiro Geral* (1516) de Garcia de Resende mantêm-se fiéis à tradição neoplatónica, em que o amor se baseia no visto, «na valorização dos olhos como intermediários entre a formosura da dama e o próprio sentimento – *topos*, este, repetido desde os poetas provençais até aos petrarquistas do século XVI: [...]. É, de facto, a vista que determina a excitação da imaginação, com o consequente ofuscamento das faculdades racionais: [...].» (Valeria Tocco)

Ver e *olhar* são intermutáveis. Na prosa medieval (*Livros de Linhagens*, *Corte Imperial*, ou na *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes), o verbo *oolhar* ou *aolhar* deriva de *a(d)oculare*, onde se percebe a origem latina em que assenta a palavra culta *óculos* e sua família, de *oculista* e *oculística* a todos os que tomam a prefixação *oculi-* ou *oculo-*, como *oculinomancia*, *oculinomântico, oculofacial, oculógiro, oculomicose, oculomiíase, oculomotor, oculomuscular, oculomusculoso, oculonasal, oculopalpebral, oculopupilar, oculoso, oculozigomático*...

Termo da náutica militar ou só da artilharia em terra, da arquitectura (também *olho-de-boi*) e da física, assinalando-se quatro homens que os faziam na Lisboa de 1551 (Oliveira, 1987), *óculo*, sobretudo em construções locucionais, tem acepções figurativas e populares facilmente en-

tendíveis, mesmo quando na gíria ou no calão. Algumas vão desaparecendo, como 'apanhar um óculo', isto é, nota zero, ainda constante em Albino Lapa [1898-1968].

Seria já difícil corroborar Júlio Dantas ([1876-1962]; 1918), quando duas figuras se aproximavam «do velho móvel, através de cujo óculo de vidro se adivinhavam as oscilações duma grande pêndula de cobre»; ou Aquilino Ribeiro ([1885-1963]; 1965), quando «Noutras aldeias a água vem por uma cale de pedra a céu aberto ou duma mina que tem os seus óculos rasgados ao rés do solo»; e, mesmo, António Gedeão ([1906--1997]; 1958):

> Pela ocular da janela
> foco o sémen da rua.

Em posição de rima, só por milagre – e paródia – encontraríamos os seguintes: óculo(s), flóculo, lóculo, binóculo, canóculo, monóculo, unóculo, centóculo, brócolos. Numa única estrofe, de Almada Negreiros, encontramos 'óculos' em posição final – e insólita. No poema "Os ingleses fumam cachimbo" (Paris, 1919), descreve os dez que possuía o avô Adelaide. Ao chegar ao terceiro, lemos:

> O terceiro cachimbo
> Era de bambu
> E tocava flauta
> Quando chovia no jardim!
> Usava óculos
> E esteve em Berlim
> E não gostava de mim!

Luís Manuel Gaspar (1998) ilustrou esse terceiro – e também o quarto – cachimbo com óculos. José Martins Garcia (1973) vem na onda almadina do divertimento, com um paradoxo, que desenvolve: «o óculo é o antepassado do olho». E, graças a Camões, subverte conhecida expressão por ficar «a ver por um olho».

Em décadas recentes, títulos de destinação infantil (*Os Óculos do Coelho Cenourinha*, 1967; *Os Óculos do Leão e a Família Pardal*, 1967,

traduzido de Charles Vildrac), de mistério e acção (*Os Óculos do Senhor Cagliostro*, de Harry Stephen Keeler, s. d.) ou em poesia (A. M. Pires Cabral, "Aos meus óculos", 2013), aproveitaram virtualidades dos mesmos.

Dicionários de epítetos e sinónimos dos inícios do século XIX evitam *óculo* e família. O *Magnum Lexicum Novissimum Latinum et Lusitanum*, edição de 1833, é, todavia, inquestionável nas autoridades que justificam 'monoculus, i', «o que tem só hum olho, ou cégo de hum olho», e nas entradas de 'ocu', onde se salienta 'oculus, i', em recurso a Cícero, Júlio César, Horácio, Virgílio, Plauto, etc. Alguns significados: o olho; a vista; o olho das plantas; qualquer coisa formosa, excelente, ou muito amada, como no ciceroniano 'in oculis gestare', «trazer nas meninas dos olhos, amar afectuosamente»...

O *Dicionário* de Moraes esclarece a dupla contribuição, grega e latina, em 'monóculo' (*monos*, só + *oculus*, um olho), que, afora «sorte de crustáceo», toma unicamente como «luneta de um vidro só». Esquece que, no seiscentista Gôngora, o ciclope Polifemo é dito «monóculo galán de Galatea», ou seja, que só tem um olho. 'Lunèta', como ainda acentua em 1878, vem, naturalmente, do francês 'lunette', dita «oculo, ou fresta oval, que se abre nas paredes, ou lado das abobadas para dar luz ao edificio»; ainda, «peça da custodia, onde se fixa a hostia»; e «oculo de uma lente, em seu caixilho», informação esta bebida em Pedro António Correia Garção [1724-1773], observando fogos-fátuos «com teu longo Telescópio».

Na entrada 'óculo', abre pelo sentido de 'binóculo', *longa mira* ou *de punho*, e, quanto aos propriamente ditos, numa época em que nos demoraremos, esclarece: «duas lentes em seu caixilho, que se põem sobre o nariz, ou se seguram de outro modo: e são de lentes convexas, que de ordinario servem aos presbytas, ou velhos de vista cançada; ou de côncavas, que servem aos de vista curta (myopes) que teem os olhos mui esbugalhados».

Conota, de seguida, o 'caixa de óculos' como «homem sem préstimo» – sentido que se alterou – e apoia-se em Bocage para 'oculoso', «que tem muitos olhos, como se diz de Argos», «o oculoso pastor».

Dicionários ulteriores acrescentam novos pormenores.

Os Lusíadas, enquanto balanço vocabular da primeira fase do idioma, não comportam *óculo(s)* e termos supra-indicados.

4. **«Um pobre oculista»**

A estreia do termo encontra-se em Tomé Pinheiro da Veiga [1566--1656; 2011], jurisconsulto, procurador da Coroa, conselheiro de D. João V.

Em 1605, de passagem por Valladolid, então capital do Império – – que também frequenta Francisco de Quevedo, já decerto com aqueles aros redondos mais tarde pintados por Velázquez, e que Pasco omite –, reúne memórias para a sua *Fastigínia*, de que sobram manuscritos de variegados títulos. O parágrafo abaixo, encaixe posterior a 1609, é importante na investigação em curso:

> Os óculos longos para ver ao longe, inventados em Mildeburgo, em Holanda, por um pobre oculista, que levou dois ao conde Maurício, em Setembro de 1607, pelos quais se via a três e a quatro léguas, tudo tão distinto como se estivera a cem passos. Ele os mandou ao Conselho de Estado, quando se tratava das tréguas, e dizia o recado que por eles veriam as trapaças dos Espanhóis, e deram trezentos mil cruzados ao inventor, e que os não descobrisse: contudo, em Paris, se começaram a ver em Abril de 1609.

É um tempo de fervor científico e tecnológico, em que também marca lugar o microscópio (entre 1612 e 1618; ver Chaunu, 1984).

Espanto não menor é *oculista*, o que obriga a revisão da história da profissão. Cirurgião que cura doenças dos olhos, que também faz e vende óculos – segundo Moraes –, tinha, em 1878, terceira actividade dicionarizada: «O que faz ólhos postiços.»

Perguntamo-nos se não haverá, em Veiga, contaminação do telescópio de Galileu, apresentado ao senado veneziano em 1609.

À frente, ele refere, pela primeira vez na literatura universal, a existência do Dom Quixote e seu escudeiro Sancho Pança, no quadro das festas de Valladolid. A citação é obrigatória: «Nesta universal folgança,

[...], apareceu um D. Quixote [...]. Levava uns óculos por autoridade, e bem postos, [...].»

Sabemos que o próprio Cervantes usava uns «anteojos, que parecían huevos estrellados mal echos»; querendo ler uns versos, em 2-III-1612, na Academia del Conde de Saldaña, Lope de Vega teve que pedir-lhos. E vemos como, na Primera Parte, Capítulo VIII, do *Quijote*, dois frades beneditinos «Traían sus antojos de camino», que cobriam o rosto, protegendo-os na viagem (Cervantes, 2005).

Coetâneo, o Conde de Villamediana – nascido em Lisboa (1582--Madrid, 1622) – exprime os novos tempos desta prótese:

> Aunque tengáis buena vista,
> habéis de tener antojos,
> ojos.

Enquanto *pose*, numa situação desencontrada que suscita sarcasmo, temos, ainda no século XVII, fala da Fonte Nova, em *A Visita das Fontes*, terceiro dos *Apólogos Dialogais* (1721) de D. Francisco Manuel de Melo [1608-1666]. Passa letrado, «senador tão venerável», e diz aquela: «Oh, que aspecto! Óculos, barba e roupão! Mostra, quando menos, que desce agora do Capitólio de Roma.» Aquela exclamação – «Oh, que aspecto!» – lembra a de Mariane, no 3.º acto, cena IV, de *L'Avare* (1668; Molière, 1944): «Ah! Frosine, quelle figure!»[4]

Outro letrado, «com óculos, chinelos, e barrete», está em verso do Abade de Jazente (Cabral, 1909; noutros lugares, «Com óculos, chinellas, e barrete,»). Aquele século XVII oferecia, só em Lisboa, cinco oficiais de óculos (Oliveira, 1620; s. d. [1991]); e, por um assento da Relação do Porto, de 30-I-1604, percebemos como se requeria «que a propina dos oculos, que era de dous tostões em cada hum anno a cada

[4] Responde Harpagon, abrindo a cena V: «Ne vous offensez pas, ma belle, si je viens à vous avec des lunettes. Je sais que vos appas frappent assez les yeux, sont assez visibles d'eux-mêmes, et qu'il n'est pas besoin de lunettes pour les apercevoir; mais enfin c'est avec des lunettes qu'on observe les astres, [...].» A ridícula desmesura ocular é excelentemente dada no filme realizado por Jean Girault et Louis de Funès (1980), que este protagoniza.

Desembargador, seja daqui em diante de cinco tostões atento a alteração e valia dos oculos; e os mesmos se darão ás mais pessoas, a que se costuma dar a dita propina». (Almeida, 1985). Eis um sinal dos tempos, cuja importância o Padre António Vieira deslocou para os mesmos olhos, nos sermões da *Quinta Terça-Feira da Quaresma*, da *Quinta Quarta-Feira da Quaresma* e *das Lágrimas de S. Pedro*.

Verdadeira «obra-prima da pintura portuguesa» (Serrão, 1992) é, com o influxo da Restauração, *São Jerónimo, Cardeal, Num [no Seu] Gabinete de Trabalho* (cerca de 1640-1645), óleo sobre tela de José de Avelar Rebelo, nos Jerónimos.

Inspirado num Dürer de 1514 – ver o seu frontispício para *A Nave dos Loucos*, de Sebastian Brant, reproduzido em Manguel (1999) –, a figura altaneira redige, sobre estante, a *Vulgata*, comportando a mesa, ao mesmo nível, óculos, livro, crucifixo, pena em tinteiro. Logo, da caveira e ampulheta ao feroz leão, os elementos costumados na repetida figuração deste doutor, com excepção dos óculos, à sua esquerda, que podem ter modelado os de António Ribeiro dos Santos, à frente referido.

Outro *S. Jerónimo* (séc. XVIII) de mestre desconhecido, em óleo sobre tela na sacristia do mosteiro de Santa Maria de Belém, levanta óculo (lupa?) até ao olho esquerdo, enquanto escreve com a direita.

Ainda de autoria desconhecida, trazemos uma *Adoração dos Magos*, óleo sobre cobre do século XVII, no Museu Nacional de Soares dos Reis.

Da segunda metade de Seiscentos é o Palácio dos Marqueses de Fronteira, em Benfica, com painéis policromos. Os azulejos do tanque, na área da Casa do Fresco, espantam-nos com crianças atrás de corais e pérolas – defendidas por óculos de mergulho! Manuscrito na Biblioteca da Ajuda, *Métricas Ociosidades em Várias Rimas. Desacordos da Musa e Ociosa Ocupação da Pena* (1683), de José Correia de Brito, traz soneto intitulado "A um relógio de areia que servia de óculo de ver ao longe".

O século XVIII confirma os côncavos correctores da miopia, já conhecidos do séc. XVII, ao passo que B. Franklin «iria inventar os vidros de foco duplo, enquanto o espelheiro-oculista francês Thomin criava

[...] os "ramos" que permitiram apoiar os óculos sobre as orelhas bem como sobre o nariz» (Mayer, 1989). E gargalha o seu quê, no pretexto de antolhos, que trazem, mesmo, «Joam Taylor, médico oculista de S. M. Britânica, [que] faz maravilhas em Lisboa» (*Gazeta de Lisboa Occidental*, 48, 27-XI-1738: 575). Outros estrangeiros caracterizam-nos pela «invencível mania dos 'quevêdos', grandes óculos de môcho imbutidos em coiro ou ponta de boi», segundo crónica invejável de Júlio Dantas (1914), que soma exemplos. Acrescento mais.

O magistrado Caetano José da Silva Sotto Mayor [1694?, 1696?--1739], Camões de verso fácil nos estudos de Coimbra, ficaria conhecido como *O Camões do Rocio*, ao julgar crime neste bairro lisboeta. Co-fundador da Academia da História, em 1720, dedicou "poema épico-obsceno", *A Martinhada* [reed., Lisboa, 1982], ao confessor de D. João V, Frei Martinho de Barros. António Valdemar (1999) conta como, após jantar, Hernâni Cidade pediu a Vitorino Nemésio [1977] colaboração para a revista *Colóquio/Letras*. Este, sacando poema, evoca, às tantas, «Apolo de Pataco, Camões binocular, poeta de merda», para gritos do camoniano Cidade, enquanto Nemésio repetia «duas ou três vezes 'binocular'». Seguiu-se explicação de que se referia ao Camões do Rossio, porque o outro, conclui Valdemar, «o que perdeu um dos olhos», era *monocular*...

Não vá sem nomear, neste apartado, o poema *A Monoclea* [*Monocleia*], de enigmático «poeta dos principios do seculo passado, mascarado com um pseudonimo» – Frei Simão António de Santa Catarina [1676?-1733] –, que, segundo Júlio César Machado [1835-1890; 1871], era «destinado ao louvor dos cegos, vesgos e zanagas», e em que se diz de Camões como quem dá de vez com o segredo da sua glória:

> de um olho claudicava de tal arte
> que celebre se fez em toda a parte."

Logo na segunda estância de oitavas decassilábicas, percebe-se o tom:

> O monoculo Deus da quarta esfera,
> que no bicorne monte tambem mora

que me mandasse logo aqui quizera,
uma musa que tenha um olho fóra:

Pontifica o rei monóculo, que tem filósofos e outros como vassalos. No final do voluminho, breve secção de "Elogio aos monoculos" agrupa versos de Marcial (*Epigramas*, livro 8: 74, traz 'ophtalmicus', 'oculista'), Quevedo, etc. Junte-se Correia Garção ([2]1982, II), que, no drama *Assembleia ou Partida*, critica «o contágio das lunetas, / Que tantos Polifemos de um só olho, / Encrespando o nariz, metem à cara.» Seguindo-se as deixas: «Forte doença! // Triste enfermidade!»

A lente está em António Dinis da Cruz e Silva [1731-1799; *Hissope*, canto V; 1802], que o velho Lara fita na estátua do jardim dos Capuchinhos, onde lê, mal, estranha inscrição – confunde Páris e Paris –, que o leva a criticar a moda do francês, «língua dos selvagens boticudos».

Nicolau Tolentino [1740-1811], em *O Bilhar* (1779), coloca narrador «num canto da janela», apreciando jogatana:

Alçando mais os olhos, vi defronte
Malhando a fio rígido banqueiro;
Que, tendo já de marcas alto monte,
Ia despindo o mísero parceiro;
Enquanto um diz que lavre, outro que conte,
Sem valerem os óculos do olheiro,
Numa paz já vencida, um ponto afoito
Subtilmente lhe encaixa duas de oito.

Em redondilhas bem-humoradas, "Aconselhando a um cabeleireiro que debuxava e tocava bandolim que não continuasse a fazer versos", mostra-no-lo

Com óculos no nariz,
Mas com a pena na mão,
Assinando vinte letras
Para Londres, e Amsterdão;

A crueldade de Manuel Maria Barbosa du Bocage [1765-1805] epigramático não teve rival. Atento aos lances da ciência, telescopiou quadra "A uma cara mui grande":

Examina-se um planeta
Com telescópio de cá:
Ver-se-ia a cara da Helena
Sem telescópio de lá.

Na sua fácil destreza contra os agentes da saúde, não havia só médicos. Também o farmacêutico não escapa, «Bojudo farmacopola, / De cangalhas no nariz,», designação esta para óculos, que vem fazendo seu curso. Enfim, um Filinto explícito, de algum modo, consagrador, na "Fábula / Os óculos e a toupeira". Nos círculos íntimos, estas próteses afastam as mulheres de um olhar ou conversa – ao menos, no estrangeiro –, a crer no diário de Otília, em *As Afinidades Electivas* (cap. XXIII).

5. **As primeiras mulheres**

Em contraponto, atitude honesta e recolhida, temos óleo sobre tela atribuído a Emanuel Ferreira e Sousa, do século XVIII, no Museu de Aveiro: *A Princesa Santa Joana Toma Hábito no Convento de Jesus. Cerimónia do Corte dos Cabelos*. Trata-se, no caso português, de uma primeira mulher – freira, concretamente – a ostentar óculos, associados ao único livro em cena. Conseguiu ainda o pintor, voluntariamente ou não, notável efeito de verosimilhança na modéstia de armação conforme ao tempo da história, 1480, ano em que professou a sobrinha de D. Afonso V, mais conhecida por Beltraneja.

Já data precisa, disputando primazia àquela, assiste-nos no *Retrato de Clara Lopes, cristaleira*, gravura em madeira nos *Trabalhos de Clara Lopes, Exemplar de Cristaleiras*, Sevilha (Coimbra?), 1751. Pode dar-se que alguma das vinte cristaleiras ao serviço na Lisboa de 1551 (Oliveira, 1987) a tivesse precedido. Filinto Elísio di-la Catarina Lopes, segundo auto que «traz na face o retrato da Cristaleira, com seus óculos mui magistrais, e nas mãos o fole, e o tachinho. Vista faz fé.» São uma espécie de «óculos de abadessa, com grande diâmetro», não propriamente «em aro de tartaruga», como os de dona Henriqueta, em Aquilino Ribeiro (1918), que já dera uma, anterior, dona Sol «d'oculos d'oiro, no bico do nariz» (1913). Tal prótese em mulher nem sempre era bem

vista, justificando "Epigrammas à dona de uns grandes óculos", por J. I. Araújo (*Diário de Notícias*, 6-VI-1867).

Na azulejaria, de cenas vivas, cá dentro e ultramarinas, levantámos não raras paredes lusíadas, mormente no Brasil. O *Casamento do Príncipe D. José com D. Maria Ana de Áustria em 1729* inundou de painéis o Claustro da Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, em Salvador da Bahia. Numa cena de rua alusiva ao cortejo nupcial, figura segura com a mão direita óculos no nariz. No andar superior, óculo de longo alcance vai ao olho esquerdo, tendo-se outro na mão esquerda. Trata-se de representação neoclássica sobre a alegoria do *Ver* (cerca de 1745-1750), por Valentim de Almeida. Grandes planos na revista *Oceanos* (1998-1999) ilustram esses dois lapsos temporais. São igualmente da primeira metade, porquanto se atribuem a Teotónio dos Santos, azulejos do Hospital de S. José, em Lisboa, com homens vendo por binóculos. Já no Hospital de Santa Marta, representa-se São Francisco de Assis lançando o hábito a Santa Clara: finais do século, com atribuição ao espanhol Gabriel del Barco.

Inesperado, na talha barroca setecentista da matriz de Freixo de Espada à Cinta, é um São Mateus oculado, o *Santo dos Óculos*, talvez porque o santeiro quisesse «destacar com este pormenor o facto de o evangelista ser publicano (cobrador de imposto)», perguntando-se Francisco Pintado «até que ponto não terá sido esse artista influenciado pela imagem de algum cambista judeu por ele conhecido (ou imaginado)». Com efeito, «sentado ao telónio» – lê-se em *Mateus*, 9, *9* –, o futuro evangelista foi chamado por Jesus, levantando-se e seguindo-O.

A vocação de [São] Mateus seria título de Caravaggio [1571-1610], tela na igreja romana de San Luigi dei Francesi, em que o interpelado Mateus aponta para velho de óculos, que conta dinheiro sobre a mesa. Da escola de William Van Herp, *Cristo Chamando S. Mateus* (c. 1662), na Casa Pia de Lisboa – sem óculos –, poderia ter proporcionado transferência em quem, eventualmente, conheceu essas cenas. Juan de Valmaseda dá *San Lucas* em vidros redondos, séc. XVI, em madeira policromada da catedral de León, agora, na basílica de Ávila. Os santos (São João de Tarouca, catedral de Burgos…) mereciam capítulo à parte.

Conjugavam os óculos riqueza no século e redacção de texto sagrado num mester ora divino? Associemos, pois, *O Cambista* (1627) de Rembrandt [1606-1669; Gemäldegalerie, Berlim] e talvez se compreenda parte daquela hipótese.

Na transição, o primeiro bibliotecário-mor (1796-1816) da que é hoje Biblioteca Nacional, António Ribeiro dos Santos [1745-1818], reúne ao estatuto (a que acresciam Academia, cátedra de Direito Canónico e poesia) *pince-nez* saliente em óleo já oitocentista. Melhora armação de dignitário no *Milagre da Mula* (ou de Santo António), na igreja de Santo António, integrada no Museu Municipal de Lagos. Atribuída a louletano de nome Rasquinho, essa pintura (já restaurada em 1975 no Instituto de José de Figueiredo) ilustra o tipo de óculos usados no pós-terramoto de 1755. E, a crer em Camilo Castelo Branco (1890), num divertido anacronismo histórico, «o marquês de Pombal, lendo a gazeta, / Fita em Garrett a célebre luneta», etc. Luneta, talvez; em Garrett, impossível.

6. ***Arte de conservar a vista...***

Em 1828, imprime-se em Lisboa curiosa *Arte / de / conservar a vista / em bom estado até a estrema / velhice. / E de a restabelecer e vigorar / quando se enfraquece / [...]. Observações / Sobre os inconvenientes, e perigos que / resultão do uso dos oculos ordinarios. / Por um experiente oculista. / Para servir de continuação á / Arte de Prolongar a Vida*. O título diz tudo, como dirá outro, também envolvendo cegos, de J. J. A. Ramaugé. Essa 'Prefação' de 1828 abre a matar: «Entre os cinco sentidos do homem, o de ver é que lhe offerece prazeres mais amplos, mais duradouros, e mais variados.»

Nas suas 237 páginas, jura propósito de defender contra «charlatães mercenarios», justificando-se, como resumo do nosso abreviado percurso de três séculos, esta transcrição, ao pé da letra:

> Os motivos de nos queixarmos dos oculos ordinarios são:
> Que os dois vidros dos oculos em cada pár são irregulares, tendo cada hum o seu fóco muito differente do outro.
> Que não são bem polidos, e consequentemente não tem o gráo de transparencia necessario.

> Que os dois vidros, ou lentes de ordinario não tem grossura igual:
> Que as lentes estão quazi sempre cheias de manchas, as quaes não se descobrem facilmente em razão dos vidros serem polidos nas superficies:
> E finalmente que a sua convexidade não he regular, não só porque os lados, ou parte opposta differe muito; mas tambem porque no mesmo lado da lente há differentes gráos de convexidade.

Para termos uma ideia dos cuidados na limpeza – e não é o caso daquele *sir* inglês cronicado por Eça de Queiroz, o qual, chocado com o *Times*, «limpa as lunetas, imaginando ter lido mal» –, lembre-se incidente com o atilado João Baptista, futuro Almeida Garrett: em 1811, com 12 anos, desafia o Padre Jerónimo – substituto do professor de Latim, Padre João António, na ilha Terceira – para duelo de latinistas. Assevera que sabe mais do que ele e pode, mesmo, substituí-lo, nas ausências do mestre. Antes de recorrer à vara de marmeleiro, este preparou-se como habitualmente. Assim, nas palavras de Francisco Gomes de Amorim [1827-1891]: «O padre João levantou-se, olhando ora para o desafiante ora para o desafiado; tornou a sentar-se, tirou a cabelleira, limpou os oculos n'ella e reencaixou-a na cabeça, voltada para traz.»

A geração de Garrett, António Feliciano de Castilho – cego aos seis anos – e Alexandre Herculano, atribulada pelas vicissitudes políticas entre 1820 e 1834, cede o passo à seguinte, no rotativismo partidário da Regeneração, após 1851. Não ignora, no caso do primeiro, sinais exteriores de apresentação.

Também nos desenhos a carvão realçados com pastel branco que Domingos Sequeira [1768-1837] integrou na série de 33 estudos para os retratos dos constituintes de 1821 (no MNAA), salientamos dois pares de óculos cujas hastes se reuniriam atrás e lente, presa a um fio, no olho esquerdo de terceiro (ver *Arte Portuguesa do Século XIX*, 1988). Eram os primeiros democratas deste país a dar o tom. As mulheres acompanhavam, se lessem *O Toucador* (1822) garrettiano, que propunha, entre as "Últimas modas de Paris", aquela «Luneta *à deux verres*, passada a tiracolo em fita preta de Malta». A moda da luneta, mesmo em vista perfeita, é escalpelizada num folhetim-poema do funchalense *A Voz do Povo* (18-X-1867).

Mas aspectos basilares da comunicação não-verbal desaconselhavam, ao tempo, uso de óculos. Cabelo, tranças e fitas, ou barba, orelhas, boca, nariz, cabeça, ombros, mãos e braços, pernas ou pés, tudo adquiria dinâmica própria no âmbito da galantaria, com espaços e rituais à medida. Os olhos, por exemplo, não deviam sofrer algo que os impedisse de serem vistos, ora baixando, ora abrindo-se muito, entre piscadelas ou furtivos.

A Imprensa já remete para uma influência crescente, e não só nas francesias: entre 1807 e 1837, há quatro títulos com *Câmara Óptica*; *A Luneta* (aos sábados, Lisboa, 9-IV/31-XII-1836, oito páginas) apresenta-se como "um soccorro para a vista, [que] aproxima os objectos, e ás vezes tem a habilidade de descobrir-lhe mais facilmente o *bom* e o *máo*". Epígrafe jura:

> Tudo quanto a Luneta descobrir,
> De tal modo o dirá, que s'ãode rir.

O português é melhor em *O Oculo* / Jornal-Litterario, Critico e de Costumes (Lisboa, 28-V/20-XI-1847, 14 números para 56 páginas), que se inicia com o fim da Patuleia.

Nos anos 70 e 80 retornarão títulos afins: *O Binóculo* (1870), de Bordalo – com outros de igual título (Lisboa, 1876; Ponta Delgada, 1882; Lisboa, 1886) e *Os Binóculos* / A sociedade atravéz das nossas lentes / Critica mensal (Angra do Heroísmo, 1887); *O Oculo* (Ponta Delgada, 30-XI e 8-XII-1882); *O Monoculo* / Revista Bi-mensal Illustrada (Lisboa, 5-V-1886, número-programa); *O Monoculo* / Semanario Litterario e Humoristico (Funchal, 14-IV/13-VI-1889, n.º 9: «Todos os domingos, de manhã, charuto acceso, *monoculo* posto, iremos dar uma volta pelo Funchal, observando os seus costumes, [. . .].»; a partir do n.º 2, às quintas-feiras); *O Monoculo*. / Semanario de Caricaturas (Porto, 12-V-1907; no n.º de 2-VI, caricatura de Camilo).

A publicidade arranca tímida: *A Opinião Popular* (Lisboa, 24-X--1868) alardeia «Oculos / em todos os generos / fabricados exclusivamente / com / verdadeiro crystal de rocha / 79 – Chiado – 79»; em 30-XI-1895, *O Encanto* alfacinha traz anúncio de "Luneta encarnada" à

venda na Rua da Prata, 107.

7. **Na caricatura**

Herói de 1846-1847 fora António Rodrigues Sampaio [1806-1882], o maior jornalista do século, redactor d'*A Revolução de Setembro*, litografado por Rafael Bordalo Pinheiro [1846-1905] no *Álbum das Glórias* em Outubro de 1881 com este comentário: «Maria da Fonte! Quem te viu e quem te vê!» O velho revolucionário e clandestino fizera-se ministro, enquanto a geração seguinte se limitava ao funcionalismo manga-de-alpaca.

Deflagra, entretanto, a temível caricatura política do *Supplemento Burlesco* (nosso primeiro satírico ilustrado, 1847-1853) do *Patriota* contra «o conde de *tomar*» [de Tomar, aqui dado como ladrão], um António Bernardo da Costa Cabral ministro do reino e censor regularmente apresentado de óculos que apertavam, ou nas têmporas ou atrás, o que não é fácil saber. O marechal Saldanha, sempre a virar e a revirar a casaca, como exige ao criado, em falas que anunciam os nossos *comics* (19-VIII-1847), sai igualmente sovado. Ocorre célebre *cartoon* de João Abel Manta, capa do *Sempre Fixe* de 4-V-1974, intitulado "sem mãos a medir": no ângulo inferior direito, entremostram-se óculos escuros de cabide na mão, mas o alfaiate, assoberbado pelas peças que lhe ocupam o espaço, e a primeira página do «semanário popular», responde: «Não me chateie! Já disse que só lhe posso virar a casaca lá para Setembro.» Cinquenta anos depois, temos a mesma dificuldade em perceber, num Leal da Câmara [1876-1948; *O Diabo*, n.º 3, Setembro de 1899], onde se fixam as hastes.

Pelo meio, rompe a sátira corrosiva de Nogueira da Silva [1830--1868; ver Silveira, 1986], distribuindo ora monóculos, ora óculos ou lunetas, aos ridículos de 50. Personagens mais ou menos esquecidas, como os pintores Raimundo Joaquim da Costa e Cândido da Cunha, pedem, além do Museu Nacional Soares dos Reis, lápis sobre papel (1862) ou óleo sobre cartão de um João Augusto Ribeiro, e seu *Auto--Retrato* (1920). Sobretudo, ainda no segundo decénio do século XX, como se observa por este, vigora a inevitável luneta.

Bordalo multiplica-as, sem deixar de usar uma; apesar da efemeridade de *O Binóculo* (1870), bastariam *A Berlinda* (1870), *Lanterna Mágica* – em cujo n.º 5, 12-V-1875: 36-37, surge, pela primeira vez, o Zé Povinho, assediado por malandrim que lhe pede esmola para a cera de Santo António... –, *Psit!...* (1877), *O António Maria* (1879), *Pontos nos ii* (1844) e *A Paródia* (1900), para esboçar o pior da sociedade portuguesa no último quarto de século monárquico. Para este período, e pós-República até Sidónio Pais, há documentação oculística assaz em Vicente de Sousa / Neto Jacob, Sousa Figueiredo / António Vicente e nas primeiras páginas dos matutinos.

Nos difíceis anos 40, ainda sai «romance critico» em quatro longos tomos, por *Author Novato*, cujo título – *Oculos da Velha ou Lente Maravilhosa* (1844) – vira engano, tão pouco nos diz, embora observemos «a immensa atilhada de linhas, que teem nos aros».

Luís Augusto Rebelo da Silva [1821-1871] refere-nos, em 1848, impressivo incêndio, que respeitou «uma antiga torre, preta como a face de um ethiope, scintillando pelos dois oculos rasgados na frente o clarão das lampadas que fulgia como os olhos reluzentes de um demonio». É raro encontrar esta acepção arquitectónica no interior da ficção, como já se disse.

O *dandy* dos anos 50 fincava «ao canto do olho direito uma luneta de um vidro só», como António Pedro Lopes de Mendonça [1826-1865], olhando para as estantes do livreiro Silva, na Rua do Ouro. É a imagem com que abre *Aquele Tempo* (1875), de Júlio César Machado, no primeiro encontro com figura decisiva. Desde a véspera, a inacção nacional comportava esta prótese, pois habitava o país um «urso português, animal doméstico de excelentes qualidades: olha muito com luneta, ou sem ela, diz pouco, e no fim do ano está como no princípio» (*A Revolução de Setembro*, 9-I-1849). Para os 'curtos de vistas', havia quem trouxesse os bolsos cheios de lentes (*Diário de Notícias*, Funchal, 29-III-1878; ainda, "O homem dos óculos", tradução em 8-IX-1892).

Trinta anos depois, no célebre poema "O sentimento dum ocidental" (1880), Cesário Verde apresenta-se, ou ao seu viandante, «de luneta de uma lente só».

O *Taful da Luneta*, António Maria do Couto (que morre em 1843), célebre professor de grego entre Belém e o Rossio e divertido recolector de letreiros lisboetas, mereceu prosa de Gustavo de Matos Sequeira; as lunetas do Conselheiro e as «lunetas de aro de oiro» do «sujeito de meia-idade, calvo», contado em Dantas (1922); aquela luneta aquiliniana cavalgada e abandonada ao cordão, «laçado em torno do pescoço»; a de Guerra Junqueiro desenhado por Jorge Barradas [1894-1971] no *Diário de Lisboa* de 29-III-1935 ou a de ilustração de Maria Keil para *Começa Uma Vida* (1940), de Irene Lisboa [1892-1958], entrarão ainda em força por Novecentos. No brevíssimo e não-datado monólogo *A Luneta*, de certa Violeta, entra personagem feminina empunhando aquela, dizendo para os espectadores: «Cá está ela, a atrevida luneta. (*Desesperada*) Hei-de parti-la. É coisa que não posso ver, que querem, é uma pessoa com quatro olhos.» A isto chegava a raiva de alguns, quando avó e demais família dela não prescindiam. Aproveitemos alguns galeristas.

8. **Figuras da capital**

Com *Lisboa na Rua* (1874), em desenhos de Manuel Macedo [1839--1915], Júlio César Machado joga a boa sorte da gravura logo no limiar, em que homem de óculos na testa anuncia a obra.

Segunda gravura do Passeio Público, aos Restauradores, que o rompimento da Avenida da Liberdade extinguiu, mostra-nos representantes da indolência nacional lunetando um par de meninas. A indolência, que «não é só de imaginação, mas de curiosidade», diria Agustina Bessa--Luís (1988), faz do português um «improvisador», arrastando à monotonia de quem pouco viaja, ou julga ver o mundo num naco de Lisboa.

O Feliciano das seges, festejado boleeiro da capital, salta-nos à frente, luneta e cachimbo. Segue-se *Don Juan* de luneta, charutando, atrás de donzela presa à mãe. Macedo fecha com rico senhor de cartola (assediado por pedintes) e o que já parecem óculos de hastes finas segurando--se nas orelhas.

No *Álbum de Costumes Portugueses* (1888), Macedo oferece-nos 'o ferro velho' carregado de mil coisas – e de lunetas.

Os Teatros de Lisboa (1875), ainda de Júlio César, recorrem a Ra-

fael Bordalo Pinheiro. Há o leão de camarote, de óculos talvez escuros e haste até à orelha; «a ilustre Madalena», velha costureira que precisava de vista aguda para os pontos que tornavam outras elegantes; o celebrado actor Santos [«No teatro até os banqueiros o examinavam, e os porteiros deitavam-lhe o óculo…»]; a luneta de Rodrigo da Fonseca, actor na política; binóculos quase escandalosos, tal o comprimento; a bela Emília das Neves, em palco, de leque e luneta no olho esquerdo.

Aqueles binóculos serão semelhantes ao «óculo d'alcance» que "O embarcadiço" (1874) de Pedro Ivo [1849-1906] – em conto anterior, há mocho de «Oculos enormes, nariz de cavallete» – desfaz: «[…] e limpou-lhes cuidadosamente os vidros um por um, mas esqueceu-se de atarrachar de novo as differentes peças; […]»

Noutra *Galeria de Figuras Portugueses* (1879), ao lado de duas quase vinhetas com personagens de óculos, Luís Augusto Palmeirim [1825-1893] introduz-nos na trapeira do sapateiro de escada, resignado a descortinar o Tejo «sem óculo».

A *Lisboa galante* – título de Fialho de Almeida (1890) – dessas duas últimas décadas não passa sem meninas «adiante das mamãs, braços dados, rindo e pipiando nos peristilos, […] *lorgnando* os rapazes com ares de duquesinhas à Brantôme, […]». Vem de *lorgnon*-, um achado notável para luneta de cabo, que, se permite um 'lornhão' nada prático, os nossos dicionários de verbos omitem como 'lornhar'. O *Novo Diccionario Francez-Portuguez* (1879) de Castro Freire identifica-o como «luneta que, as mais das vezes, se traz pendente ao pescoço por um cordão».

Essa luneta percebe-se no flagrante da princesa Rattazzi [1833--1902], no *Álbum das Glórias* (n.º 4, Abril de 1880). "A vol d'oiseau" remete para o título completo *Portugal à Vol d'Oiseau* (logo traduzido, *Portugal de Relance*, 1881), resultado de duas viagens ao nosso país, em 1876 e 1879, e tão polémico, que levou Camilo a desafrontar-se, no que a seu respeito ela maldizia, com o folheto *A Senhora Rattazzi* (1880).

Percebe-se, do mesmo modo, em desenho aguarelado de Amarelhe [1892-1946], *Três Figuras Num Camarote*, s. d. [1924; Museu Nacional do Teatro, Lisboa]. Em *pose*, temos aqui *Senhora do Lorgnon* (c. 1880),

por Columbano Bordalo Pinheiro [1857-1929], no Museu Nacional de Machado de Castro, acaso lembrança do Manet de *Femme au Lorgnon* (1872), e antecipando *La Femme au Lorgnon* (1896), de Félicien Rops.

Fialho retoma-se com certo "fantoche", que passara «a monocular todos os grupos». Quando nos conta da «primeira fase de dois homens célebres», em "Pedro e Paulo", vemos este alcunhado «o *Pitosga*, pela luneta de míope que o pobre encavalava no seu *bec* ressequido de bom estudante»: «Fizera-se, o que se chama um estudante modelo, muito bem comportado, voz baixa, luneta, pontualidade, as melhores notas do curso.»

Entre o monóculo encaixado na órbita e óculos de escrivão levantados para a testa se divide, também, o Conde de Ficalho [1837-1903], em *Uma Eleição Perdida* (1888).

Hiper-monoculares haveria dois: Lopes Trovão, que justifica título de Valentim de Magalhães, "O monóculo de Lopes Trovão" (1882); ou, com *Lisboa d'Outros Tempos* – título de Pinto de Carvalho (Tinop; 1858-1936), 1898, qual balanço do século –, podia o monóculo rever-se, em parte, num D. José Coutinho de Lencastre, "o avô dos janotas", aos 90 anos:

> [...] víamo-lo subir o Chiado com o movimento vagaroso de quem se propõe a executar um minuete de Lulli, metido em *toilette* apurada, o colarinho alto sublinhando a fisionomia dura, a face direita eternamente torcida por um *tic* nervoso, o bigode branco virgulando a boca fina, [...], os polegares enfiados nas cavas do colete, o vencedor monóculo criticista perdido entre as rugas e semelhando um 'O' coroado pelo acento circunflexo das sobrancelhas contraídas pelos músculos flexores.

Nos clubes parisienses veio exalçar «o príncipe de Sagan, hoje valetudinário, [...], um Brummel cujo monóculo era um poemazinho de vidro e tartaruga, monóculo que o príncipe *Chic* entalava no jugal da arcada superciliar direita com um gesto despótico de nababo, com uns ares impertinentes de superioridade desdenhosa».

Robles Monteiro [1888-1958] é fotografado de monóculo no olho

direito, no ano da apresentação da Companhia Rey Colaço Robles Monteiro (1921-1974; no Museu Nacional do Teatro).

9. **Elogio dos óculos**

Num momento preciso de cristalização social, quando Portugal já assentara no concerto da Europa burguesa, o século da luneta e do monóculo viu previdentes defensores dos óculos; mesmo, cilíndricos, com que se corrigia o estigmatismo.

Primeiro, confrontaram-se aqueles: Camilo Castelo Branco impusera-se lunetista inveterado. Vinha aí falange de setentistas, com Ramalho Ortigão e Guilherme de Azevedo em grande estilo, como se vê pelo *Álbum das Glórias* (n.º 6, Maio de 1880, e n.º 14, Dezembro de 1880; outro desenho de Azevedo por Bordalo n'*O Ocidente*, Lisboa, n.º 121, 1-V-1882). Assinavam os textos com os nomes João Ribaixo e João Rialto. Prato comemorativo do 31 de Janeiro de 1891 no Porto (faiança), no Soares dos Reis, leva a concluir que também o século da luneta entoava canto de cisne. Eivado de humor, note-se, para comprovar um atraso centenar, penico chinês de cerca de 1790 com macho divertido oculando beleza...

As Farpas (1871-1883) distinguiam-se pelo diabrete espreitando por óculo, na capa.

Há, todavia, concessão de Rafael Bordalo, em Abril de 1882, n.º 27, ao significar a Carta Constitucional no «azul e branco e cheiro d'alfasema» extensivo aos óculos de haste fina, ou cordão, que, no mínimo, dá a volta à cabeça – em sentido literal. Fraco consolo, no meio de outras lunetas, e *glórias*, perdidas nas 42 estampas de 1880 a 1902: Pinto Coelho, o General Macedo, José Luciano de Castro, Hintze Ribeiro, Manuel de Arriaga...

Este, aliás, também virá na cor de Columbano Bordalo Pinheiro, ao inaugurar a galeria oficial dos presidentes republicanos, onde só nos anos 70 encontramos o monóculo de António de Spínola (que identificará a Revolução de Abril para os alemães de *O Monóculo*, conto-título de Jacinto Rego de Almeida, 1990), por Francisco Lapa, e óculos modernos em Francisco Costa Gomes, por Joaquim Reboxo, antecedendo

os de Jorge Sampaio, por Paula Rego.

A par de Bordalo, Manuel Macedo criava outras lunetas para *O Ocidente* – relevemos a de Jaime Batalha Reis [1847-1935], n.º 63, I-VIII--1880 –, também gravadas por Caetano Alberto [1843-1924].

A luneta imperava, pois. Qualquer janota, e não precisava de ser deputado, vestia à parisiense e lunetava, cumprimentando, repetidamente, suas senhorias e as galerias, quando não borboleteava de partido em partido. Estreara-se em *prosas bárbaras*, na *Gazeta de Portugal* de 1866, o monóculo de Eça.

Ora, no Chiado, 79, já se encontrava «Oculos em todos os generos fabricados exclusivamente com verdadeiro crystal de rocha»[5]; e, num certo domingo de grande tiragem, 13 de Dezembro de 1868, o rodapé do *Diário de Notícias* veio perturbar as águas.

Espaço de eleição nas folhas periódicas, nesse folhetim de enigmático Democrito Salgado líamos "O elogio dos oculos / em prejuizo da luneta // Feito por um cegueta que não vê / dois palmos adiante do nariz". Pela sua importância, convém vertê-lo, *ipsis verbis*:

> – Não vê bem, leitor? Ponha immediatamente oculos, que lh'o aconselho eu! Nada há mais de encavacar a gente, que ter de andar ás escuras n'este seculo em que as luzes do progresso chegam a todos.
> Nada! Se não vê bem ponha oculos, mas dos fixos. Premuna-se d'elles desde já e em lunetas não se fie. Olhe que lhe fallo com aturado conhecimento de causa, propria experiencia e muito dolorosa. Ter luneta é o mesmo que deixar os olhos da cara na algibeira do collete que ficou em casa. Raras vezes apparece, quando a reclama qualquer necessidade visual, e se apparece é para attestar petulantemente e com prejuizo da magra bolsa, um incidente qualquer que a fizesse pedaços. Não conheço nada mais fragil, mais traiçoeiro e menos prestavel.
> – Faz favor de me dizer que horas são? pergunta qualquer.
> Resposta immediata:
> – Com todo o gosto. Deixe-me vêr primeiro onde puz a minha luneta.

[5] *A Opinião Popular* (Lisboa), n.º 72, 24-X-1868.

D'ahi procura até na copa do chapéu e conclue com uma cara de alarve muito completa.
– Ficou-me em casa! Tenha paciencia.
Entra em qualquer recinto; depara-se-lhe um letreiro que lhe chama a attenção; busca logo a luneta; encontra-a, pucha-a para a direita e para a esquerda; colloca-se nos bicos dos pés; dá um geito ao tornozello, e ao diabo a sua curiosidade, e por fim nada vê! A maldita tinha o vidro partido e o aro amolgado. Ao atravessar um corredor brada-lhe alguem que elle nem por sombras differença:
– Queira apagar o charuto.
– Porque? pergunta o mísero tacteando em redor de si.
– Não se fuma aqui.
– Perdão. Eu o apago já.
E julgando esmurral-o na parede chamusca com elle as ventas do interlocutor, que dá furioso três berros.
– Você não tem olhos na cara!
– Tenho, mas não me sirvo d'elles. Precisam de concerto, meu caro senhor.
– Pois se não vê bem ponha oculos.
Enxerga no Chiado dois vultos. Diz-lhe um amigo:
– Ali vae o immortal Rossi, de braço dado com a eterna Casilini.
Louco de enthusiasmo corre para os dois, mas ao bifurcar a luneta no cavallete da penca cae-lhe a luneta na calçada. Elle, querendo abraçar Romeo, abraça Julieta apertadamente, dizendo:
– Ó meu amantissimo sr. Rossi, quanta honra tenho em abraçal-o!
A tragica eximia geme e dá um grito de surpreza. O sublime tragico faz um gesto de espanto, bradando:
– *Che fatti voi, signor? Che inconvenienza!*
Casilini, rindo graciosamente ao conhecer a causa do *qui-proquo*, balbucia em tom compassivo uma cousa que se deve parecer com isto:
– *Si voi avetti oculi no vi succedeva questo episodio*. (á parte) *Che bruto!*
Esta é sempre a magica conclusão. É pois em nome da propria moralidade que eu peço oculos de grande alcance para todos que não alcançam bem estas cousas que eu ponho aqui.
Mais ainda.
Casos há em que muito homem de bem é forçado a descer á arena

> do pugilato, isto é, a ter de dar variados murros em desaggravo de qualquer injuria ou offensa que lhe seja dirigida. Ora, n'uma d'estas, digam-me se a alguem lembra collocar a luneta de modo que veja ou difference a cara adversa que se propõe partir de meio a meio.
> Não é tristissimo pagar o justo pelo peccador? Dar em cheio no diabo que passa e deixar livre o diabo que não devia passar? De oculos fixos tenho visto já varias pessoas trocarem-se, até com certa graça e arte, murros e bengaladas; de luneta nunca vi nenhum esmorraçar-se.
> Ainda mais: ao tratar de uma questão grave e séria, o juizo prudencial e omniscientemente apreciador do assumpto que ella envolve, nunca se revela ás turbas n'outros termos, nem se apresenta embrulhado n'outra sybilica tangente, que não seja:
> «Estou vendo isto por um oculo.»
> Jámais se disse: *por uma luneta*. Que me conste, por ella nunca ninguém viu ainda cousa séria, ou que merecesse vêr-se. Era até insulto chasqueante e sarcastico, applical-a a certos pontos aos quaes attinge só a seriedade e a sisudeza do oculo.
> Concluindo direi que os oculos são uma necessidade inherente e indispensabilissima ao nariz das pessoas que não vêem bem, e dão-lhe mesmo certo ar de gravidade e importancia altamente aristocratica.
> Nunca vi moço de fretes que usasse de oculos, nem troca-tintas que se atrevesse a pôl-os. Os oculos fixos distinguem de entre as turbas, o homem celebre, nas letras, e nas sciencias. São as armas com que o sabio explora o futuro, o usurario afaga o seu oiro, e o estudioso alcança conhecimentos nos diversos ramos do saber humano. Se faltam sobre o nariz, este reclama-os; e, ninguem póde negal-o, são adorno que sempre alinda e torna mais aceitaveis as disformidades, atrevidamente desgraciosas, d'essas pencas de caprichoso feitio e dissaboroso gosto que por ahi se vêem a cada passo. Não será o nariz feição, mas os oculos são de certo uma necessidade e como tal o proclama aqui
>
> DEMOCRITO SALGADO.

Este manifesto vinha em contramão, se olharmos, quer para o teatro – Urbano de Castro assinaria a divertida peça *Lisboa por Um Oculo* (recenseada em folhetim do mesmo *Dário de Notícias*, 2-III-1882, por

Júlio César Machado), quer para a iconografia dessas décadas e para os representantes maiores da literatura de então. Em crítica de Aquilino Ribeiro (1988), de 1910, dirigida ao homem Columbano (que prejudicaria o artista), ele precisaria de «envidraçar-se de monóculo bem alvar, bem cristalino, em vez de usar umas feias lunetas de tartaruga». Uma «maçada», diria, ainda, Aquilino (1933) sobre a «província literário--dramática» que envidraça «o ôlho como Óscar Wilde», esse Aquilino (1974) que há-de confessar: «Na manhã de 1 de Junho de 1908, com a minha *valise*, o meu monóculo a armar ao janota, tomei o trem de luxo.»

Nesse universo ainda bifronte, as figuras mais artisticamente trabalhadas são Camilo Castelo Branco – e suas lunetas –, e Eça de Queirós – – espécie monocular.

Os finos óculos de intelectual, de lentes tendencialmente ovais ou redondas, não raro engastados de um gosto orientalizante, são novecentistas e demarcam território da Modernidade.

Havia precedentes, ou coetâneos, inúmeros, na retratística individual ou em grupo: a vontade de real não se distraía do olhar. Citemos, de vastíssimas telas no Museu Nacional de Soares dos Reis, *Retrato de Ferreira da Silva*, por António Ramalho [1858-1916; 1893?]; apresentemos o *Retrato de Manuel José Carneiro*, de Heitor Cramês, ainda oitocentista; *de Tadeu Maria de Almeida Furtado*, óleo sobre tela de Marques de Oliveira [1853-1927]; *do Dr. Joaquim Madureira* [Brás Burity; 1920], por Artur Loureiro [1853-1932], que se auto-retrata em luneta, num também óleo sobre madeira.

Seguir-se-iam alguns exemplos de caricaturas e desenhos, por Mário de Oliveira, José Tagarro [1902-1931] – eis aí um filigranado *Retrato do Dr. Reis Santos*, no Museu do Chiado, lápis sobre papel, de 1930 – – e António Dacosta, entre outros: Luís de Magalhães [1859-1935], Tomás da Fonseca [1877-1968], Costa Veiga [1881-1956], António Sérgio [1883-1969], Edmundo de Bettencourt [1899-1973], José Rodrigues Miguéis [1901-1980], Adolfo Casais Monteiro [1908-1972].

Columbano merecia, só por si, largo comentário que o conjunto aqui presente (seis peças do Museu do Chiado e uma sétima, do Grão Vasco, aí depositada; *cf. Arte Portuguesa do Século XIX*) dirá melhor

do que nós. Sintetizaram-no outros superiormente, enquanto deixando, «nas suas imagens, o mais fiel testemunho da burguesia citadina do seu tempo. Fixando o desmoronar das suas esperanças, o pintor refugiou-se num mundo despedaçado de fantasmas, dele nos lançando um irónico e céptico desafio» (Costa, 1987), patente nos auto-retratos. Tal como no de 1904, também no de 1929, inacabado, «o motivo olho / luneta define uma elipse que funciona como centro visual da pintura. O olho, escuro, por inteiro, sugere subtilmente a presença do vidro da luneta». (Lapa, 1994)

Diga-se, entretanto, que o *Concerto de Amadores* nasce destinado ao *Salon* de 1882, com o título *Soirée chez lui*, e apresenta, da esquerda para a direita, a irmã Maria Augusta, Adolfo Greno, um cantor italiano, Josefa Greno e Artur Loureiro, ao piano. *O Grupo do Leão* (1885), que tira o nome de cervejaria-galeria, fixa Henrique Pinto (sentado), Ribeiro Cristino, José Malhoa, João Vaz, Alberto de Oliveira, Silva Porto, António Ramalho, o criado de mesa Manuel Fidalgo, Moura Girão, Rafael Bordalo Pinheiro, Columbano, o dono da cervejaria (em pé, ao lado deste), Cipriano Martins e Rodrigues Vieira (sentado, mão apoiada na cintura).

Esmiucemos, agora, lunetas, monóculo e óculos inspirados em Camilo, Eça e Pessoa.

10. **Os vidros de Camilo**

A iconografia camiliana é vastíssima. Alexandre Cabral fez balanço provisório no verbete "Iconografia" do seu *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, dividindo (com exclusão da fotografia) os artistas segundo técnicas utilizadas: pintura, desenho, caricatura, gravuras em madeira, estatuária, medalhística. Seria de acrescentar aguarelas e zincogravuras.

A Casa-Museu de Camilo, em São Miguel de Seide, e a Biblioteca de Sintra (Palácio Valenças) conservam exemplos bastantes. O *In Memoriam de Camilo* (1925) reúne, na parte artística, 77 colaboradores, entre os melhores. Homenagens recentes temos no traço de Júlio Pomar e nas caricaturas de Vasco.

Na sua ficção, Camilo é relativamente discreto, se pensarmos nas

centenas de personagens que usa descrever fisicamente – e na cegueira, que o afectou (*cf.* Lemos, 1920). Caracteriza-se, porém, pela variedade, oferecendo-nos, mesmo, óculos escuros armados de oiro (caso de Agostinho José Chaves, n'*A Filha do Doutor Negro*, 1864), lentes azuis e verdes, estas no primeiro cego de que temos notícia. Devemos salientar ter-se estreado com um poema paródico, *Os Pundonores Desagravados* (Porto, 1845), cuja história nasce de uma evidência tida por insultuosa («– Caixa d'óculos!»).

Nos *Mistérios de Lisboa* (1854), visitamos Joaquim dos Reis, «Um homem de cabelos brancos», barba, «oculos prodigiosos de metal», que desciam «da testa para a baze do nariz»; fora antigo mestre de piano e «obscuro copista de solfa». A roda da fortuna fá-lo rico e barão. Aqueles óculos, aos cinquenta e tantos anos, corroboram a ascensão social.

Aspectos dessa obra são explicados em *Livro Negro do Padre Dinis* (1855), onde nos apresenta o visconde de Namur, «Literato pacífico e erudito» a quem tremiam «as cangalhas na base do nariz», perante as insolências da cara-metade.

No hemiciclo parlamentar, a cujas caricaturas voltaremos, é imperioso reler *A Queda Dum Anjo* (1866). A sátira ao deputado Libório – – inspirado num ex-amigo do autor, António Aires de Gouveia – lê-se nesta indicação cénica: «O dr. Libório, dada a palavra, ergueu-se com ademanes não vulgares, alisou os bigodes, encravou na órbita esquerda um vidro sem grau, e disse: [. . .].»

Brás Lobato, professor de instrução primária, precisa de «óculos de cobre» para ler carta de Calisto Elói. Este tem «óculos de prata» e, demudado no coração, surge àquele, numa visita à capital, «com os olhos postos na lua através de uma luneta». Já, no quarto dos *Doze Casamentos Felizes* (1861), Camilo caracterizara a época como «de espartilhos e luneta», ao apresentar o filho do boticário Manuel das Alminhas. Voltando a Calisto, e ao Teatro de S. Carlos, eis um dos quadros românticos típicos: «Numa dessas noites, estava na frisa fronteira à de Calisto a família Sarmento. Adelaide não despegava o óculo de Ifigénia, salvo quando Catarina lho tirava da mão, para lho assestar.»

Calisto, naturalmente, tem o seu binóculo para examinar quem entre

naquele camarote. Enfim, Paulo de Figueiroa, velho tio que desce a Lisboa com Teodora, mulher do nosso herói, parte do Cais do Sodré em busca da casa do adúltero, Rua do Alecrim acima: «[...] foi subindo até ao Largo das Duas Igrejas, e quedou-se a ouvir um cego de óculos verdes que pregoava e referia o sucesso negro de um homem que matara seu avô.»

No entender de alguns, óculos verdes seriam usados por quem tramava alguma, fingindo-se cego e surdo, como deixa entender *A Filha do Doutor Negro*.

Brás Luís de Abreu [1692-1756], autor de *Portugal Médico* (1725), ficou conhecido como *O Olho de Vidro*. No romance do mesmo nome, Camilo explica como, distinto em medicina, que escolheu aos 15 anos, se fez, a partir do terceiro ano coimbrão, «arruador nocturno, bulhento, femeeiro e pimpão». Numa escaramuça à cidade baixa, Brás «caiu ferido de uma choupada, que lhe vazou o olho direito». Sai licenciado em 1714, parte a medicar em Viseu (1715) e segue para Lisboa, onde se decide a encher a órbita direita vazia com um imóvel olho de esmalte inventado por holandês.

Na trilogia de 1874-1876, cuja acção transcorre nos séculos XVII--XVIII, *O Regicida* apresenta-nos, no cap. III, o mestre de farmácia Estêvão de Lima, já baixando «os óculos da testa sobre o promontório do nariz»; e, n'*A Caveira da Mártir* (1875-1876), «Paula tinha o óculo de longa-mira assestado á sege».

Regressado à actualidade, temos, em *Eusébio Macário* (1879), «um sujeito gordo, bem vestido de preto, cara rapada, com óculos azuis e bengala de castão de prata». Trata-se do doutor Viegas, um «magro escanifrado» que, em Santiago da Faia, ainda não usava óculos e se metera com a mulher de Eusébio. Dignamente sovado, faz figura nos botequins do Porto, encarando o padre Justino «por cima dos óculos».

As mesmas personagens voltam em *A Corja* (1880), onde se nos deparam binóculos de teatro e a «luneta sem grau» de *poseurs* inúteis: «Binóculos dos camarotes e da superior assestavam-se nos dois», baronesa do Rabaçal e barítono Bartolucci, com quem a filha de Eusébio há-de fugir, para gáudio da sociedade portuense; certa vez, o abade

vingador fora espreitado pela baronesa de S. Cucufate «pelo óculo do espaldar do cupé»; e, desinquietando mulheres casadas, aí estavam «os leões de juba e luneta sem grau, os bacharéis formados vadios», num quadro lancinante da juventude portuguesa.

Algumas dessas figuras deambulam na noveleta *O Sr. Ministro* (em *Narcóticos*, 1882). Protagonista é Tibúrcio Pimenta, que sonha ser ministro em Lisboa. Quando ainda estuda para padre, em Braga, arruaceiro e «farsista ébrio» – como mestre de Latim, «José Valério Capela, um dos 7.500 [bravos do Mindelo], que tinha um olho de vidro» –, é-nos assim descrito: «A caracterização de Tibúrcio não era nada clerical. Vestia à moda e de casimiras caras muito coloridas; usava luneta de um vidro estreme sem aro, [. . .].»

O padre João Evangelista Lopes, que o acolhe em Coimbra e lhe dá a mão da sobrinha, usava, aos 67 anos, «óculos de grossa prata num estojo de pau com fechadura de aço». Quem leva a casa de Tibúrcio ofício que o nomeia ministro – afinal, da Ordem Terceira de Cristo. . . – – é Lavanha, «um sujeito calvo, de óculos verdes, sobre um nariz muito verrugoso, com uma venta obstruída». Esta obstrução poderia ser devida ao peso daqueles em escrevente «de boa compostura seráfica».

Por último, a miopia de Feliciano (*A Brasileira de Prazins*, 1883) dá-nos passagem a Eça, ao apresentar-se-nos «de monóculo redondo num aro de búfalo barato».

11. **«O monóculo da análise» queirosiana**

Em Julho de 1880, o n.º 9 do *Álbum das Glórias* consagra Eça de Queirós. Para lá de Bordalo e Manuel de Macedo, poucos mais o ilustraram, ou às suas personagens: Alberto de Sousa, Bernardo Marques, Tomás de Melo, João Abel Manta, Vasco, António. Longe, pois, da fúria por Camilo. Mas Pinto de Carvalho (Tinop; 1991) di-lo «despedindo cintilas em jacto contínuo, microscópio ávido de analista», sendo um dos quatro «mais notáveis monóculos lusitânicos», a par dos de el-rei D. Carlos, Rafael Bordalo Pinheiro e Augusto Rosa. Aí comenta outros estrangeiros.

Na sua ficção, é inevitável abrir pela actualidade do conselheiro

Acácio, «por trás das suas lunetas escuras», ou dos «vidros da luneta escura», deitando «de revés um olhar apreciador para a abundância do seio» de D. Felicidade.

Regressará, paradigmático, no teatro de Jorge de Sena (1974): em *A Morte do Papa*, temos acaciano à moda de 1900 e «figura hierática» que usa lunetas e tem na mão um estetoscópio; em *O Império do Oriente*, entra «uma figura conspícua de homem, cuja indumentária deve sugerir a elegância severa de um Conselheiro Acácio. Para ler os papéis e calhamaços que traz sob o braço o Historiador ajusta as lunetas», etc.

Também o visconde Reinaldo, amigo de Basílio, usava «lunetas fumadas». Democratização não isenta de contradições percebe-se nos «óculos redondos com aros de lata» de contra-regra teatral – como se diria dos «grandes óculos» de soldado n'*O Mandarim* –, já preciosos «óculos redondos com aros de tartaruga» no Macário de "Singularidades de uma rapariga loura", enquanto, em redactor do *Século*, «as lunetas de ouro acentuavam o seu tom oficial». Nunca se nos deparam aros de chumbo, barba de baleia e osso. Impressivo quadro de camarote pode, entretanto, ser associado ao de *Alves & C.ª*, em quem «havia sempre algum binóculo fixo» sobre Ludovina: «[. . .] os vidros redondos dos binóculos moviam-se devagar, picados de pontos luminosos.»

N'*Os Maias*, um Ega *dandy* «de monóculo no olho», logo dito «de luneta no olho» ou de «monóculo», lembra aquele Eça examinador de 1884, narrado por Ramalho no tomo I d'*As Farpas* (1887), que lhe chega da Granja, «onde por espaço de dois dias aplicou aos fenómenos sociais o monóculo da análise». Também Mário Cláudio, ao ficcioná-lo em Paris, no-lo dá «fincando o monóculo na órbita direita, [enquanto] se lança na leitura do 'Figaro' e sorve um calvados». É divertido ver um Ega espalhafatoso, «numa luta constante com o monóculo, que lhe caía do olho, que ele procurava pelo peito, pelos ombros, pelos rins, retorcendo-se, deslocando-se, como mordido por bichos».

No grotesco das figuras queirosianas, costuma associar-se a um traço característico (a barriguinha, o grande nariz, o ar melífluo, como n'*O Conde d'Abranhos*, de que há notícia em finais dos anos 70) o uso de óculos – no Dr. Vaz Correia –, de lunetas de ouro – no jovem Dr. Pi-

mentel –, de óculos de ouro – como no deputado Albino Peixoto ou certo «sujeito de óculos de ouro» em "José Matias". Melhor aproximação à Lisboa do tempo virá n'*A Capital*, que argumentaremos em função do nosso assunto.

Logo no princípio, há um «gordo de *pince-nez*» acompanhando senhora vestida de xadrez, decerto marido, crê Artur, que reaparece como «homem gordo de lunetas»; há «um sujeito de óculos de oiro» ao piano, de olhar errante, em salão de fumo. Artur procura-a, desta vez, no teatro, «com o binóculo». Viu-a, por fim: «O binóculo tremia-lhe na mão. [...] // *Ela*, agora, olhava para o palco com o binóculo de marfim, [...].»

Nesta paixão, Artur regressa, amiúde, ao S. Carlos, tomando «sempre o mesmo lugar, do lado do Rei». Comprara um binóculo:

> [...] às vezes, acontecia que alguma senhora, num camarote próximo, atraída pelo seu binóculo insistente, reparava nele, fixando-o um momento com curiosidade: Artur exalçava-se logo, entrevendo encontros providenciais, uma paixão dramática, lágrimas, poemas; depois, não pensava mais nisso: ela não tornava a olhar – e ele refugiava-se de novo na preocupação da sua desconhecida, como se o amor fosse um complemento tão necessário à frequentação da ópera, como a casaca ou a flor na lapela.

As despesas aumentam; *Ela*, nada. Ao caminho, sai-lhe o poeta Roma, «baixo e cheio», sobre cujo «peito do jaquetão abotoado, pendia um *pince-nez* enorme de vidros defumados, preso por uma larga fita de *moiré*». Ao jantar, irrompe esquelético folhetinista Xavier, que «usava lunetas defumadas, com o cordão passado atrás da orelha». Num momento de *social*, perdido entre damas desconhecidas, entrevê «um sujeito de *pince-nez*»; outro tem «óculos de oiro», e, dadas as cartas, atrás deles os olhos faiscavam de raiva contra Artur. Um magricelas de *pince-nez*, recorrente, acompanha senhora. Já tarde, D. Sofia considera serem horas de voltar a casa; Artur, infeliz, não conhece Maria: «A velha olhou-o com curiosidade, desembaraçou uma luneta de oiro dos berloques do relógio, aplicou-o [aplicou-a] com a cabeça erguida e chamando um rapaz loiro, [...].»

Decididamente, *Ela* desaparecera da sua vida. Muitas páginas depois, Artur vive «em intimidade conjugal» com certa Concha. Mas, se desce à sala de jantar do hotel, revê os comensais de meses antes, com excepção de «um homenzarrão barbudo» e de «um sujeito de óculos azuis e nariz agudo, que devia ser tabelião na província». Concha também passa; o dinheiro esvai-se. De súbito, perto do Teatro de D. Maria, *Ela*, «a senhora do vestido de xadrez», acolitada pelo marido, «com o leque, o binóculo, um ramo de flores». O porteiro deixa-o entrar. É a derradeira visão, antes de abandonar Lisboa e as ilusões...

Mais impressivo é o uso de vidros no póstumo de 1980, *A Tragédia da Rua das Flores*, que, logo no terceiro parágrafo, tem o verbo *binocular*. Na página seguinte, vemos o Rei «de lunetas azuis», que reencontramos muito à frente, em Pascoal Pimenta, e, abrindo por capítulo operático, não falecem os binóculos ou «vidros binóculos»; o bombo da orquestra usa óculos, como Miss Sarah, que os limpa «no lenço», enquanto os do «ilustre Fonseca [...] reluziam à luz». Em casa, o velho Timóteo lê «com grandes lunetas de tartaruga», que também usam certo «senhor francês» e o deputado Carvalhosa, sendo as deste «lunetas defumadas».

12. **A galáxia Pessoa**

Clareza da vista, nitidez do olhar, «como um girassol» – no segundo dos *Poemas* de Caeiro, que lia «até lhe arderem os olhos / O livro de Cesário Verde» –, dirá o Mestre dos heterónimos em quintilha do poema XXIV:

> O essencial é saber ver,
> Saber ver sem estar a pensar,
> Saber ver quando se vê,
> E nem pensar quando se vê,
> Nem ver quando se pensa.

O *drama* lírico pessoano poderia ser desenvolvido à luz desta relação entre ver e pensar, com trânsito pelo olhar: «Ah, olhar é em mim uma perversão sexual!», confia-nos Campos. Mas não é lugar para exegese que vá além do artefacto, na superfície dos versos e na iconicidade

do rosto, em que pontificavam os óculos decerto mais *trabalhados* na literatura universal. O mesmo Álvaro, na "Saudação a Walt Whitman", apresenta-se «de monóculo e casaco exageradamente cintado», ou, na "Passagem das horas", caracteriza «Rua pelo meu monóculo em círculos de cinematógrafo pequeno / Caleidoscópio em curvas iriadas nítida rua». Este Campos em ar viageiro foi riscado por Almada Negreiros [1893-1970] na fachada da Faculdade de Letras de Lisboa.

Diverso é o rosto de Fernando ele-mesmo, seja nas fotografias de olhar pesado, seja nos traços leves que passaram do *Retrato de Fernando Pessoa* (desenho, 1915, regressado ao *Diário de Lisboa*, na sua morte, 1935) ou do *Retrato do Poeta Fernando Pessoa* no Café Irmãos Unidos (óleo sobre tela, 1954, agora na Casa Fernando Pessoa, e reposicionado na tela da F. C. Gulbenkian), por Almada Negreiros, até Júlio Pomar.

Seria, porém, Costa Pinheiro a autonomizar artisticamente os óculos – acrescentando os de Ricardo Reis. No dizer de José-Augusto França (1981), «Costa-Pinheiro mitifica Fernando Pessoa em imagens que atravessam radiograficamente o poeta e, como se ele fosse um espelho, ao pintor voltam, para a identificação humorística que termina o circuito da interpretação. E do espectáculo.» É nesse *tom* que, a pedido do pintor, que ia expor em Munique, José Cardoso Pires redige "Os óculos do Pessoa". Fiquem as suas últimas palavras, enigmáticas, antes de morrer: «Dêem-me os óculos.»

As inspirações e homenagens multiplicavam-se, entretanto: na pintura e no desenho, Lino António, 1970; Jorge Martins, 1975; José João Brito, 1974; Mário Botas [1952-1983], 1979-1980; Miguel Yeco, 1985; Calderon Dinis, 1986 [«os óculos sem aros»]; Alfredo Margarido, 1988; outros – ver Fernando de Azevedo, 1985, e França, 1989 –, alguns dos quais vêm *instalando* o Poeta na Casa Fernando Pessoa: João Machado (capista da revista *Persona*), Joaquim Vieira, José Aurélio, 1997, etc.

No azulejo, perfila-se um Pessoa com máquina de escrever trazido de guache de 1942, *O Metro*, por Vieira da Silva, na estação de metro da Cidade Universitária, enquanto Pomar o reunia a Camões, Bocage, Almada, num cais do metro do Alto dos Moinhos (painel de ensaio no CAMJAP, 1984; preparatórios, "Triplo Fernando Pessoa" e "Almada e

Pessoa", 1983) e, em versos traduzidos, João Vieira o colocava com Luís Vaz e Cesário – mais três húngaros – na principal estação subterrânea de Budapeste.

Na caricatura, citemos João Abel Manta (com Gaspar Simões, *Diário de Lisboa*, 7-VI-1973; com Camões e D. Sebastião, na Brasileira, *O Jornal*, 16-VI-1979; capa do *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 26-V--1981), Vasco, 1985, e António, 1994. Na estatuária, o Lagoa Henriques frente à Brasileira do Chiado. No cinema, João Botelho, *Conversa Acabada*, com Fernando Cabral Martins em Pessoa, 1981. Dos catálogos, pela profusão iconográfica, recomendamos Lopes / Abreu, 1983.

No Hospital de São Luís dos Franceses, Pessoa entrou na eternidade pedindo que lhe dessem os óculos...

13. **Concluindo**

Hoje, posta uma *visão dos tempos* – com outro sentido em título de Teófilo Braga (1864) – na base da literatura e do museu de arte, vemos como, naquela, quase desapareceu e, neste, se oferece, ora hiper--realista, sem lições acerca dos óculos ou respectiva iconicidade, ora mais raramente interpretativa.

O olhar amordaçado num lapso estadonovista particular lê-se em Augusto Abelaira (1959; [s. d.]): «Domenico pegou no jornal, enrolou--o e espreitou através dele como se fosse um óculo. Metido, assim, naquele cilindro, um cão corria de cá para lá e de lá para cá.»

Desfaz e refaz o óculo, e a ignorância do cão, «metido dentro dum cilindro», alude à situação de jovens e de países no túnel fascista, em vésperas de Segunda Guerra Mundial. O toque de excepcionalidade tanto erotiza uma cena – é o caso de amante excitado, desejoso de «Quebrar-te os óculos com muitos beijos», em soneto de 10-VIII-1905 (ver Luz, 1908) –, como identifica aquela Olga do Monóculo, à entrada da Brasileira, «imponente, lésbica, segura, lenta, fumadora de charuto e, por vezes, de cachimbo», que os agentes da secreta salazarista saudavam, na memória de Baptista-Bastos (2002), que justifica: «Consoante dos dias, escuros ou luminosos, chuvosos ou límpidos, Olga usava vários monóculos, de vidros coloridos ou transparentes, presos por fitas

negras, junto ao ombro.»

Pedro Paixão (1998) ridiculariza treinador de hóquei portista derrotado em Barcelona e que se perde na cidade, fazendo esperar o avião de regresso. Justifica-se: «Não fui eu. Foram os meus óculos, e sem óculos não há óculos que se vejam. Tive de esperar que os voltassem a encontrar perdidos debaixo de uma cama.»

Dos «dois óculos» ao «óculo único», com que a irmã do narrador aumenta as formigas, vai o ridículo do senhor Pisco, em Orlando Neves (2002). Menos pitada, ou descrição pouco útil, já é mais feliz a pintura, ou a caricatura, mesmo o cartaz de teatro [*cf.* Faria, 1995; juntar repetidas aparições de Mário Viegas].

As personalidades nossos convivas podem ser os novos heróis: Mário Dionísio (1948-1950), Norton de Matos, Júlio Dantas, Ramalho (todos em 1971), Fernando Lopes Graça, Jorge de Sena, Abelaira (1973), em João Abel Manta; Sena, José Cardoso Pires, Saramago (1992), entre políticos e governantes de curtas vistas, na caricatura de António.

Mutável no género, nos materiais e nos lugares de apresentação, além de figurar óculos, lunetas e monóculos, temos décadas de Bernardo Marques facilmente rastreáveis (sobretudo para 1920-1939, ver Ruivo, 1993).

Pouco perceptível embora, o monóculo mais artístico está em *Pintura*, 1910, de Guilherme Santa-Rita [1889-1918].

O Beijo (1912), de Almada, ainda aguarela luneta. Já o seu baixo-relevo em gesso *Jazz* (1929) muda de agulha.

Outros óculos: Diogo de Macedo [1889-1939], *Um Café do Boulevard* (1923); um *Estudo*, sem data, e excepcional quadro *Sem Título* (1934; ver Andrade, 1987), de Alvarez [1906-1942]; *Auto-Retrato* (1942) de Ayres de Carvalho; José-Augusto França, por António Pedro (1906-1966; com amigos do Grupo Surrealista de Lisboa, 1948), José de Guimarães (1980) e, antes, Nikias Skapinakis (1969), que nos daria oculados como João José Cochofel (*Tertúlia*, 1960) e *Retrato do Pintor Manuel Baptista* (1966); *Retrato do Escultor Jorge Vieira* (1950), por Frederico George; Eduardo Batarda, com *Pintura*, óculos verdes em óleo sobre cartão (1967-1968); *Luís Pacheco Escritor* (1968), por

Júlio Pereira [1922-1993], a par de auto-retratos (1980, 1990) e outros sobre Bento Gonçalves (1975); António Osório, por Mário Botas, que se auto-retrata regularmente na sua oculatura.

Vemos esta descendência sob influxo de poderoso *Máscara de Aço* (1916?; Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, Amarante), de Amadeo [1887-1918], experimentado em sucessivas *Caricaturas* (1910), em *Retrato de Ferraz de Andrade* (1910) e com estranha figura de óculos escuros no centro-esquerda de *Trou de la Serrure...* (1916; CAMJAP).

Além do anedótico pessoalizado, torna-se instrutivo conhecer exemplares oculados em Carlos Reis [1863-1940], Almeida e Silva [1864--1945], Veloso Salgado [1864-1945], José de Sousa [1897-1987], inúmeros em Mário Eloy [1904-1951], ou, entre os vivos, Carlos Carreiro (*Inauguração* e *Cena de Amor II*, 1973), Jaime Silva (1978), Martha Teles (*Après la Procession*, 1981), Lima de Carvalho, etc.

Na escultura, temos missionário da Guiné na arte afro-portuguesa (Lisboa, Ordem dos Frades Menores, em madeira, cerca de 1930) e binóculos na estadonovista *Visita à Barragem*, de Virgílio Domingues.

Os médicos não são menos tratados, como provaria visita à Faculdade de Medicina de Lisboa (retratos dos professores Serrano e Alvarenga; *Operação*, de António Ramalho).

Como ícones, reencontramo-los na moda, via *écran* ou fotografia, em pálidos ciclistas, aventureiros das profundezas marinhas ou das alturas atmosféricas. Sobretudo, em *spots* publicitários que associam prazer, sedução e mistério, e em artistas do palco, nem todos passageiros: recordemos a *teimosia* que, da música ao cinema (em *A Carta*, de Manoel de Oliveira, 1998), vem afirmando Pedro Abrunhosa, num ver sem ser visto que se assume qual manifesto pessoal, queira parecer melhor ou enigmático, ou tomando-os como sucedâneo de outra qualquer coisa (das lágrimas, p. ex., como na personagem Laura, em Milan Kundera; do contraditório, em Silva Carvalho: «Onde estão os meus óculos? Aqui. Funcionais e expressionistas. Vivi anos esguardando vida e exterior impressionistas.»). Estilo de realização não é, ao contrário da importância que adquirem em filmes de Hitchcock.

A prótese virou espectáculo. Domina capas (*Capitals* / Encontros ACARTE 2003, F. C. Gulbenkian), ainda, por vezes, como sinal de quarentena a caminho da velhice (*Visão*, Lisboa, 27-IV-2000), quando está em todas as idades, por outras razões. Dir-se-á, um dia, de certas personagens que lançam 'óculos assassinos' e não 'um olhar assassino'. De outras, com cinismo – já o escrevi em 1975 –, que não usam... olhos.

Serão, aí, sinal de uma memória, como, na cegueira, podem ser 'memória de uma perda'.

A três dimensões, com pára-brisas, mera pala, ou óculos videocâmara (com esta instalada nas hastes) de Alain Mikli, nunca saberemos qual é o derradeiro invento. Segundo Mazza (1995), «non rappresentano più gli occhi, ma li sostituicono, mascherando i volti». Podem ser mais: ver outrem, ou a si mesmo, dentro de trinta ou quarenta anos, minando a imagem de quem prefere o suicídio, se bem recordo conto de Buzzati (1973), «Les vieux clandestins», numa velha tradução francesa.

Ficam de remissa, nesta descrição, alguns títulos e apelo ao estrangeiro. O inventário de Pasco é um bom início, ao qual, para lá do esquecido Quevedo ou de um Giovanni Boldini [1842-1931], *O Pintor Brown e a Família* (1890; Museu Calouste Gulbenkian), juntamos aqui algo da contribuição portuguesa, obsessiva em muitos, caso do artista plástico António Olaio, *Where are my glasses?* (1985) e *Where the fuck are my glasses?* (2010), com que me evoca dísticos de Tuwim (2018) sobre o senhor Hilário, à procura de óculos que tinha no... nariz. Alguém me explicará, um dia, a razão de haver em Tavira uma Rua do Óculo...

Qual passagem a essoutro trabalho que alguém retomará – movendo-se por bibliografia indispensável, como Corson (1967), e catálogo da Carl-Zeiss (1988) –, sinal de perenidade do objecto aqui tratado, encerramos com poema em prosa do brasileiro Arnaldo Antunes – podiam ser versos inesperados de J. Guimarães Rosa: «Comprei uns óculos novos / óculos dos mais excelentes: / não têm aros, não têm asas, / não têm grau e não têm lentes...» (Rowland, 2010); ou de Nicolau Saião (1991); algum isabelino de Cristino Cortes; 'a pequena história' do retrato de Alçada Baptista (1998) por Sá Nogueira, andava este no terceiro ano de Belas Artes, e que, quando só faltavam os óculos, suspendeu,

porque «óculos, só damos no quarto ano...» –, qual balanço literário de perquisição actualmente reforçada por outras artes. Intitula-se "Os óculos":

> O vidro quebra mas não derrete. O plástico derrete mas não quebra. Assim são os óculos. Estrutura plástica para lentes de vidro. O espelho mostra, o vidro deixa ver. Assim são os vidros. O mármore é usado nos túmulos. A madeira polida não solta farpas. As bolhas quando estouram não deixam cacos. O vidro não apodrece, nem na umidade [*sic*], nem debaixo da terra. Depois de anos enterrados os mortos míopes, sobram apenas os ossos e os óculos. E quando não restarem mais os ossos ainda estarão intactos os óculos. Se o vidro for negro os olhos desaparecem. Assim são os óculos escuros. Mostram mas não deixam ver. O ferro cromado não enferruja. O vidro da janela retém a chuva mas deixa passar as cenas. A água parada espelha como a prata. Assim é a água. Se houver luz de um só lado o vidro espelha, como a água parada. A prata depois de anos preteja. Assim é a prata. A pedra quando afunda turva a água. Assim é a perda.

Referências bibliográficas

Abelaira, Augusto. S. d. [1975]. *A Cidade das Flores* [1959]. Lisboa: Unibolso. 15.

Almada Negreiros, José de. 1971. "Os ingleses fumam cachimbo". *In*: *Obras Completas*. 4. *Poesia*. Lisboa: Editorial Estampa. 96. [Ilustrações, em extratexto, de Luís Manuel Gaspar, *Colóquio / Letras*, n.º 149/150, Lisboa, Julho-Dezembro de 1998.]

Almeida, Fialho de. 1992. *Lisboa Galante* [1890]. Lisboa: Círculo de Leitores. 20, 138-139, 184.

Amorim, Francisco Gomes. 1881. *Garrett. Memorias Biographicas*. I. Lisboa: Imprensa Nacional. 86.

Andrade, Pedro. 1987. "Alvarez, pintor dionisíaco". *In*: *Colóquio / Artes*, 74, Setembro. 20-25.

António. 1994. *20 Anos de Desenhos*. Lisboa: Círculo de Leitores. *Passim*.

Antunes, Arnaldo, 1999. *In*: AA. VV., *Vozes Poéticas da Lusofonia*. Sintra: Câmara Municipal. 68.

Arte de Conservar a Vista [. . .]. 1828. Lisboa. I, IV, 179.

Arte Portuguesa do Século XIX, 1988. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. 99, 102, 219 ss.

Author Novato [pseudónimo de António Joaquim Nery]. 1844. *Oculos da Velha ou Lente Maravilhosa*. I. Lisboa. 48.

Azevedo, Fernando de. 1985. "Um rosto para Fernando Pessoa". *In*: *Colóquio / Artes*, 66, Setembro. 68.

Baptista, António Alçada. 1998. "O retrato e os óculos". *In*: *A Pesca à Linha. Algumas Memórias*. Lisboa: Presença. 223.

Baptista-Bastos. 2002. *No Interior da Tua Ausência*. Porto: Asa. 171-172.

Bessa-Luís, Agustina. 1988. "O português amarra-se à monotonia". *In*: *Europeu* (Lisboa), 19-XII.

Boaventura, Jorge. 1925. *Óculos e Lunetas. Alguns Dados Recolhidos para a História da Sua Introdução e Desenvolvimento na Europa e nos Estados Unidos da América*. Lisboa. 9-10.

Bocage, Manuel Maria Barbosa du. 1972. *Opera Omnia*. IV. Dir. de Hernâni Cidade. Lisboa: Livraria Bertrand. 141, 150.

Buzzati, Dino. 1973. *Le Rêve de l'Escalier*. Paris: Laffont. 123-128.

Cabral, A. M. Pires. 2013. *A Gaveta do Fundo*. Lisboa: Tinta-da-China. 8.

Cabral, Alexandre. 1989. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Editorial Caminho. 321.

Cabral, Paulino António, Abade de Jazente. [3]1909. *Poesias de Paulino António Cabral*. I. Lisboa. 55.

Camlong, André. 1986. *Le Vocabulaire du Sonnet Portugais*. Paris: FCG / / Centro Cultural Português.

Camões, Luís de. 1971. *Os Lusíadas* [1572; X, 155-156]. Lisboa: Imprensa Nacional. 374.

Campos, Fernando. 1995. *A Esmeralda Partida*. Lisboa: Difel. 458, 460.

1998. *A Sala das Perguntas*. Lisboa: Difel. 29.

Carl-Zeiss – Stiftung Jena. *A Spectacle of Spectacles*. Leipzig. 1988.

Carvalho, José Alberto Seabra de. 1998. "Retrato de Vasco da Gama (?)". *In*: AA. VV., *Da Ocidental Praia Lusitana. Vasco da Gama e o Seu Tempo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 158-159.

Carvalho, Silva. 2004. *O Rito [. . .]*. Sintra: Edições Aquário.

Carvalho, Pinto de (Tinop). 1991. *Lisboa d'Outros Tempos* [1898]. I. Lisboa: Fenda Edições. 57; II: 16-17.

Castelo Branco, Camilo. 1845. *Os Pundonores Desagravados*. Porto.

Mistérios de Lisboa [1854] [2]1858. Vol. 1.º. Porto. 273.

Livro Negro de Padre Dinis [1855] 1971. 2.º volume. Lisboa: Parceria A. M. Pereira. 78, 84.

Doze Casamentos Felizes [1861] 1989. Lisboa: Círculo de Leitores. 62.

A Filha do Doutor Negro [1864] [8]1971. Lisboa: Parceria A. M. Pereira. 119, 179-180.

A Queda Dum Anjo [1866] 2001. Porto: Edições Caixotim. 52, 166, 171, 193-194, 203.

O Olho de Vidro [1866] 1968. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

O Regicida [1874] [7]1965. Lisboa: Parceria A. M. Pereira. 27.

A Caveira da Mártir [1875-1876] [2]1902. Lisboa. 137.

Eusébio Macário [1879] 1991. Lisboa: Ulisseia. 139.

A Corja [1880] 1980. Porto: Lello & Irmão – Editores. 104, 122-123, 134.

O Sr. Ministro. *In*: *Narcóticos* [1882] [3]1958. Porto: Livraria Simões Lopes de Manuel Barreira – Editor. 112, 113, 128, 161-162.

A Brasileira de Prazins [1883] 2001. Porto: Edições Caixotim. 145.

Nas Trevas [1890] 1989. *Obras Completas de* —. Vol. X. Porto: Lello & Irmão – Editores. 908.

Cerejeira, Dr. M. Gonçalves. 1926. *Clenardo*. Coimbra: Coimbra Editora. 350.

Cervantes, Miguel de. 2005. *Don Quijote de la Mancha*. Dirigida por Francisco Rico. Madrid: Galaxia Gutenberg / Círculo de Lectores. CCXCIX, 108.

Chaunu, Pierre. 1984. *La Civilisation de l'Europe Classique*. Paris: Les Éditions Arthaud. 262-264, 341-344.

Cláudio, Mário. 1995. *As Batalhas do Caia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 132.

1998. *Peregrinação de Barnabé das Índias*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 13.

Corson, Richard, 1967. *Fashions in Eyeglasses. From the 14th Century to the Present Day*. London: Peter Owen.

Cortes, Cristino. 1993. "Óculos de sol". *In*: *Nas Margens do Hades*. Lisboa: Átrio. 24-25.

Costa, Lucília Verdelho da. 1987. "Sol e sombras. [...]". *In*: *Colóquio / / Artes*, n.º 74, Setembro. 16.

Custódio, Jorge. 2000. "A problemática do fabrico da vidraça em Portugal entre os séculos XV e XIX". *In*: Mário Abreu *et alii*, org. *O Vitral. História, Conservação e Restauro*. Lisboa: IPPAR. 104, 113. (Mais precisões em Jorge Custódio. 2002. *A Real Fábrica de Vidros de Coina [1719-1747] e o Vidro em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: IPPAR)

Dantas, Júlio. 1914. "A mania dos óculos". *In*: *Figuras d'Ontem e d'Hoje*. Porto: Livraria Chardron, de Lélo & Irmão. 191-197 [192].

[3]1918. *Eles e Elas*. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada. 134.

S. d. *Arte de Amar* [1922]. Lisboa. 88, 199.

Dias, Pedro. 1998. *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Índico*. Lisboa: Círculo de Leitores. 459.

Dinis, Calderon. [2]1993. *Tipos e Factos da Lisboa do Meu Tempo*. Lisboa: Editorial Notícias. 162.

Duarte, Luiz Fagundes. 2001. "Crítica textual e linguística histórica". *In*: Manuel G. Simões, Ivo Castro, João David Pinto Correia, orgs. *Memória dos Afectos – Homenagem da Cultura Portuguesa ao Prof. Giuseppe Tavani*. Lisboa: Edições Colibri. 151.

Eco, Umberto. 1984. *Il Nome della Rosa*. Milano: Bompiani. 82, 93.

Elísio, Filinto. 1998. "Fábula / Os óculos e a toupeira". *In*: *Obras Completas de Filinto Elísio*. Ed. de Fernando Moreira. Vol. I. Braga: APPACDM Distrital de Braga. 109-110.

1999, "Sonho". *In*: *Id.* Vol. V: 360.

Faria, José Carlos coord. 1995. *Meio Século de Teatro. 20 Anos de Liberdade. O Testemunho do Cartaz*. Évora: CENDREV / Câmara Municipal.

Ferreira. Emmanuelis Josephi. [1833]. *Magnum Lexicon Novissimum Latinum et Lusitanum [. . .]*. Paris / Lisboa: Guillard, Aillaud. 454, 495.

Ficalho, Conde de. 1982. *Uma Eleição Perdida* [1888]. Lisboa: INCM. 73, 165.

Figueiredo, Sousa; Vicente, António, coord. 1997. *A Queda da Monarquia e a Implantação da República através do Bilhete Postal Ilustrado*. Lisboa: Ecosoluções.

França, José-Augusto. 1981. "Costa-Pinheiro, «O Poeta Fernando Pessoa»". *In*: *Colóquio / Artes*, n.º 50, Setembro. 68.

1989. "Alfredo Margarido". *In*: *Id.*, n.º 80, Março. 69.

Freire, F. de Castro. 1879. *Novo Diccionario Francez-Portuguez*. Paris. 793.

Garção, Pedro A. Correia. 1778. *Obras Poeticas*, Lisboa. 383.

[2]1982. *Obras Completas*. II. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 85.

Garcia, José Martins. 1973. *Feldegato Cantabile*. Porto: Livraria Paisagem. 62-63.

Garrett, Almeida. 1993. *O Toucador. Periódico sem Política* [1822]. Lisboa: Vega. 43-44.

Gedeão, António. [4]1972. "Esta é a cidade". *In*: *Poesias Completas (1956--1967)*. Lisboa: Portugália Editora. 86.

Ivo, Pedro. 1874. *Contos*. Porto. 79, 182.

Janeira, Armando Martins. [2]1988. *O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 29, 223.

Kundera, Milan. 1990. *A Imortalidade*. Lisboa: Círculo de Leitores. 50; 97-99, 172-175 ["Os óculos escuros"].

Lapa, Albino. 1974. *Dicionário de Calão*. Lisboa: Editorial Presença. 183.

Lapa, Pedro. 1994. [Nota em] *Museu do Chiado. Catálogo*. Lisboa. 122.

Lemos, Maximiano. 1920. "A cegueira de Camilo – Médicos oculistas". *In*: *Camilo e os Médicos*. Porto.

Lippard, Lucy R. *et alii*. 1973. *A Arte Pop*. Lisboa: Verbo.

Lopes, Teresa Rita; Abreu, Maria Fernanda de. 1983. *Fernando Pessoa, Hóspede e Peregrino*. Lisboa: BN.

Luz, [José dos] Santos. 1908. "Os teus óculos". *In*: *Mundo Interior*. Lisboa. 39.

Machado, Júlio César. 1871. *Da Loucura e das Manias em Portugal*. Lisboa. 220.

1874. *Lisboa na Rua*. Lisboa.

1991. *Os Teatros de Lisboa* [1875]. Lisboa: Editorial Notícias. 33, 70.

S. d. *Claudio / Aquelle Tempo* [1875]. Lisboa. 96.

Magalhães, Valentim de. 1882. "O monóculo de Lopes Trovão". *In*: *Galeria Republicana* (Lisboa), 23, Dezembro.

Manguel, Alberto. [2]1999. *Uma História da Leitura*. Lisboa: Presença. 294, 297.

Markl, Dagoberto [D. L. M.]. 1998. *In*: AA. VV., *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos. Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 298.

Mayer, R. 1989. "Grandes etapas do conhecimento em oftalmologia". *In*: *Omnia* (Lisboa), n.º 12, Novembro. 44-51, 56.

Mazza, Samuele. 1995. *Impre-visto*. Milano: Idea Books.

Melo, D. Francisco Manuel de. 1959. *Apólogos Dialogais*. Vol. I. Ed. de José Pereira Tavares. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 95.

Molière. 1944. *Molière*. Introduction et notes par Georges Raeders. Montréal: Éditions de l'Arbre. 307

Moraes Silva, Antonio de. [7]1878. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Tomo II. Lisboa. 253, 324, 370.

Nemésio, Vitorino. 1977. "Pedra de canto". *In*: *Colóquio / Letras*, n.º 35, Janeiro. 59.

Neves, Orlando. 2002. *Parábola da Inocência*. Lisboa: Notícias Editorial. 34.

Oceanos [Azulejos. Portugal e Brasil; Lisboa]. 1999. N.º 36/37, Outubro 1998 / Março. 38, 66.

Oliveira, Candido Mendes de, ed. S. d. [1991]. *Auxiliar Jurídico. Apêndice às Ordenações Filipinas* [1620]. Lisboa: FCG. 127.

Oliveira, Cristóvão Rodrigues de. 1987. *Lisboa em 1551. Sumário*. Ed. de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte. 98-99.

Oliveira, Frei Nicolau de. S. d. [1991]. *Livro das Grandezas de Lisboa* [1620]. Lisboa: Editorial Vega. 573.

Ortigão, Ramalho. 1991. *Farpas Escolhidas*. Ed. de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Ulisseia. 60.

Paixão, Pedro. [4]1999. *Nos Teus Braços Morreríamos* [1998]. Lisboa: Livros Cotovia. 51.

Palmeirim, Luís Augusto. 1979. *Galeria de Figuras Portuguesas* [1879]. Lisboa: Perspectivas & Realidades. 59.

Pasco, Michael. 1995. *L'Histoire des Lunettes Vue par les Peintres*. Paris: Société Nouvelle des Éditions Boubée. 26.

Pessoa, Fernando. S. d. *Obras Completas de —*. II. *Poesias de Álvaro de Campos*. Lisboa: Edições Ática. 150, 204, 238.

[5]1974. III. *Poemas de Alberto Caeiro*. Lisboa: Edições Ática. 22-23, 48.

Pintado, Francisco António. 1992. *Igreja Matriz de Freixo de Espada à Cinta. (Notas para o Seu Estudo)*. Freixo de Espada à Cinta: Câmara Municipal. 73.

Pires, José Cardoso. 1981. "Os óculos do Pessoa". *In*: *O Jornal* (Lisboa), 9-I: 8.

Pomar, Júlio. 1991. *In*: Natalina Oliveira do Carmo, coord. "Camilo. O Homem e o Artista". *Boletim Cultural do Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da FCG*. VII série, 4, Outubro.

"Os primeiros óculos", *Brados do Alentejo* (Estremoz), 19-V-1935.

Queiroz [Queirós], Eça de. [1873] 1983. "Singularidades de uma rapariga loura". *In*: *Contos de Eça de Queirós*. Ed. de Maria Eduarda Vassalo Pereira. Lisboa: Comunicação. 81.

O Primo Bazilio [1878] S. d. Lisboa: Livros do Brasil. 88, 150, 301, 327, 388, 443.

O Mandarim [1880, em folhetim]. 1992. Ed. de Beatriz Berrini. Lisboa: INCM. 146-147.

Os Maias [1888]. S. d. Lisboa: Livros do Brasil. 105-106, 110.

A Capital [1925; *A Capital!*, segundo Luiz Fagundes Duarte] S. d. Lisboa: Livros do Brasil. 13, 111, 141, 145, 150-151, 157, 162, 169, 207, 210-211, 212, 216, 292, 365.

O Conde d'Abranhos / *A Catástrofe* [1925] S. d. Lisboa: Livros do Brasil. 63, 101, 141.

Alves & C.ª [1925] 1992. Ed. de Luiz Fagundes Duarte / Irene Fialho. Lisboa: INCM. 137.

A Tragédia da Rua das Flores. 1980. Ed. de João Medina / A. Campos Matos. Lisboa: Moraes Editores. 43, 44, 48, 56, 62, 76, 96, 123, 131.

Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres. S. d. Lisboa: Livros do Brasil. 188.

Rabelais, François. 1939. *Œuvres de François Rabelais. Gargantua.* Paris: Éditions de Cluny. 27.

Ramaugé, J. J. A. 1847. *Os Cegos e os Surdos: Meios Infalliveis de Restabelecer, Fortificar e Conservar a Vista e o Ouvir em Bom Estado até à Idade Avançada*. Lisboa.

Ribeiro, Aquilino. [1910] 1988. "A arte em Portugal". *In*: Jorge Reis, ed. *Aquilino. Páginas do Exílio. 1908-1914*. Lisboa: Vega. 77.

1913. *Jardim das Tormentas*. Paris / Lisboa: Aïllaud, Alves & C^{ia}. 100.

1918. *A Via Sinuosa*. Lisboa: Livraria Bertrand. 189.

[1931] 1972. *A Batalha sem Fim*. Lisboa: Livraria Bertrand. 105.

1933. *Maria Benigna*. Lisboa: Livraria Bertrand. 19.

[1946] 1956. *Aldeia. Terra, Gente e Bichos*. Lisboa: Livraria Bertrand. 116.

[1957] 1979. *A Casa Grande de Romarigães*. Lisboa: Círculo de Leitores. 29.

1974. *Um Escritor Confessa-se. Memórias*. Lisboa: Livraria Bertrand. 401.

Rodrigues, Ernesto. 1989. *A Serpente de Bronze*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 170.

Rowland, Clara. 2010. "Aletria e Hermenêutica". *In*: *Românica* (Lisboa), 19. 71-88.

Ruivo, Marina Bairrão. 1993. *Bernardo Marques. 1898-1962*. Lisboa: Editorial Presença.

Saião, Nicolau. 1991. "Óculos". *In*: *Os Objectos Inquietantes*. Lisboa: Caminho. 57.

Santa Catarina, Fr. Simão António de. 1894. *A Monoclea*. Barcelos. 8, 48.

Sena, Jorge de. 1974. *Amparo de Mãe e Mais 5 Peças em 1 Acto*. Lisboa: Plátano Editora. 47, 65.

Sequeira, Gustavo de Matos. 1925. *Relação de Vários Casos Notáveis, etc.* Coimbra: Imprensa da Universidade. 52-53, 78-79.

Serrão, Vítor. 1983. *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses*. Lisboa: INCM. Figura 44.

1992 [1993]. "O 'São Jerónimo' do pintor José de Avelar na livraria do mosteiro dos Jerónimos". *In*: Anísio Franco, dir. *Jerónimos. 4 Séculos de Pintura*. Lisboa: SEC. 192-201 [199].

1995. *In*: Pereira, Paulo, dir. *História da Arte Portuguesa*. Volume II. Lisboa: Círculo de Leitores. 489-490.

Silva, Luís Augusto Rebela da. [2]1907. *Odio Velho não Cança* [*sic*]. Lisboa: Empresa da História de Portugal. 102.

Silveira, Maria de Aires. 1986. "Nogueira da Silva, o ilustrador satírico do romantismo português". *In*: *Colóquio / Artes*, 2.ª série, n.º 70, Setembro. 36-47.

Sousa, Vicente de; Jacob, Neto. 1985. *Portugal no 1.º Quartel do Séc. XX Documentado pelo Bilhete Postal Ilustrado*. Bragança: Câmara Municipal.

Tocco, Valeria. 1997. *Diogo Brandão: Obras Poéticas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 19.

Tolentino, Nicolau. 1976. *A Guerra e o Bilhar*. Lisboa: Diabril Editora. 28-29, 40.

Trabalhos de Clara Lopes, Exemplar de Cristaleiras. Sevilha (Coimbra?). 1751.

Tuwim, Julian. 2018. "Os óculos". *In*: Helena Carvalhão Buescu *et alii*, *Literatura-Mundo [...], Parte II. O Mundo Lido: Europa*, vol. 3. Lisboa: Tinta da China. 505.

Yâu, Ley. [3]2001. "Óculos". *In*: *Rosa do Mundo. 2001 Poemas para o Futuro*. Org. de Manuela Correia. Lisboa: Assírio & Alvim. 945-946.

Valdemar, António. 1999. "O Camões poeta de merda". *In*: *Diário de Notícias* (Lisboa), 6-VI.

Vasco. 1985. *Vida e Obra Exemplares de Fernando Pessoa*. Lisboa: Ulmeiro.

Vasco; Sousa, Osvaldo de. 1987. *Viagem ós Amares da China*. Lisboa.

Veiga, Tomé Pinheiro da. 2011. *Fastigínia*. Ed. de Ernesto Rodrigues. Lisboa: CLEPUL. 56, 137.

Verde, Cesário. S. d. *Obra Completa de Cesário Verde*. Ed. de Joel Serrão. Lisboa: Portugália Editora. 67.

Villamediana, Conde de. 1990. *Poesía Impresa Completa*. Ed. de José Francisco Ruiz Casanova. Madrid: Ediciones Cátedra, 1 013.

Outros quadros

Encontramos, ainda, outras representações de figuras com óculos, não citadas no texto. Vejamos as mais importantes:

Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, Lisboa
Columbano Bordalo Pinheiro, *Trecho Difícil*.
Portela Júnior, *Peneque de Almodôvar*; *Retrato de Gualdino Gomes*.

Igreja de Santo António dos Olivais, Coimbra
[Em azulejaria, no interior; frade refeiçoando, em pintura da sacristia[6]]

Igreja do Mosteiro de São João de Tarouca
[Monge em painel de azulejos]

Igreja Matriz de Arruda dos Vinhos
Mestre de Arruda, *Morte da Virgem*.

Igreja Paroquial de Válega
[Vitral com monge, à esquerda do altar, de S. Cuadrado, Madrid]

Museu de Aveiro
António André, *Mulher Adúltera*.

Museu do Abade de Baçal, Bragança
Henrique Tavares, *Retrato do Abade de Baçal*.

Museu do Chiado
Abel Manta, *Retrato do Pintor*.
Columbano: *Retrato do Pianista Viana da Mota*; *D. João da Câmara*; *Retrato de Teixeira de Queiroz*; *Marechal Saldanha*; *Homem Lendo*; *Retrato do Pintor Rodrigues Vieira*; *Retrato de José Queiroz*.
Emílio de Paula Campos, *Auto-retrato*.

[6] Agradeço a Lino Mioni.

Francisco Vieira, *D. João da Câmara*.
João Reis, *Dr. Joaquim Manso*.
Gabriel Constante, *Retrato do Violoncelista Manuel da Silva*.
João Saavedra Machado, *Retrato do Pintor Eduardo Romero*.
José Malhoa, *Dois Amigos*.
Mário Botas, *La Vraie Vie Est Aïlleurs – Auto-retrato*.

Museu Municipal de Faro
Vieira Portuense, *Santo Ambrósio*

Museu Nacional de Arte Antiga
Domingos A. de Sequeira, *Retrato de F. A. de Almada Morais*

Museu Nacional de Machado de Castro
José Rodrigues de Carvalho, *Duque de Saldanha*.

Museu Nacional de Soares dos Reis
Henrique Medina, *Retrato do Pintor Cândido da Cunha*.

Tendo considerado os mais representativos, não refiro inúmeros, em pintura e desenho, gravura, escultura e cerâmica, bem como obras do Museu Municipal do Porto e da Casa-Museu Fernando de Castro, em depósito no, ou dependente do, Museu Nacional de Soares dos Reis.

Lá fora, citemos alguns, representativos, por ordem alfabética das cidades:
Toulouse-Lautrec, *O Camarote da Máscara Dourada*, cartaz, 1893, litografia a cores, Albi, no museu com o seu nome; Philippe Rousseau [1816--1887], *Chardin et ses Modèles*, 1867; Gérard de Saint-Jean (1460/1465-1490/ /1495), *La Parenté de la Vierge*, 1485-1490, Amsterdam, Rijksmuseum; Jacob Jordaens [1593-1678], *The Young Repeat on the Flute What the Old Have Sung*, 1638, Antuérpia, Koninklijk Museum voor Schone Kunsten (mulher oculada lê música); Bartolomeu Bermejo, *La Pietat* (A Pietà), 1490, está na Catedral de Barcelona e Pablo Picasso, *Jaume Sabartés con quevedos amb pinçanás*, no seu Museu Picasso (além deste óleo, de 1901, Picasso celebra o amigo e fundador do Museu em 1904 e 1939); Paul Gauguin, *Auto-retrato*, c. 1903, Basileia, Kunstmuseum; Joos van Cleve e Marinus van Roymerswaele [1485?-1540; 1490-1567?], ambos em Bruxelas, Musées Royaux des Arts e Musée des Beaux-Arts; Pieter Balten [Antuérpia, 1527-1584], *Falusi búcsú*; Lucas van Leyden [Leiden, 1494?-1533], *Kártyázők*; Flamand festő [Pintor

flamengo; 1535-1550], *A tékozló fiú a bordályban*; Georg Pencz (c. 1500--1550), *Retrato de homem*, depois de 1540, e Gerbrandt van den Eechhout [Amsterdão, 1621-1674], *Tudós a könyvei között*, no Museu de Belas Artes de Budapeste; Henrik Weber, *The Weber Family*, 1846, Kiscelli Múzeum, Budapeste; Barabás Miklós, *Retrato de Arany János*, 1884, Academia das Ciências da Hungria, Budapeste; Tsuguharu Forajita (1886-1961), *Autorretrato*, 1931, Museo Nacional de Bellas Artes, Buenos Aires; G. Arcimboldo, *O Bibliotecário*, Skoklosters Slott – Styrelsen, e Georges de La Tour [1593-1652; c. 1625], no Museu Nacional de Belas Artes, Estocolmo. Inesteticamente oculado, temos um na Casa Buonarroti, Firenze, em cujo Museo di San Marco comparece outro no *Miracolo di San Paolo* (1644), óleo sobre tela de Giovanni Bilivert (1585-1644); valha-nos Domenico Ghirlandaio, *S. Jerónimo no estudo*, 1480, na igreja de Todos-os-Santos. Em Londres, National Gallery: Joos van Cleve [m. 1540-1541], *The Holy Family*, c. 1515-1520: São José, de chapéu e óculos originários, lê; William Hogarth [1657-1764], *The Marriage A-La-Mode series*, c. 1743, em que médico limpa óculos; Tate Britain: John Opie [1761--1807], *The Artist's Mother*, c. 1791; National Portrait Gallery: óleos sobre tela de várias personalidades – Henry Bennet, George Stephenson, Joseph Chamberlain (monóculo), Sir Edmund Gosse, James Ramsay Macdonal, Sir John Alcock (óculos de aviador), J. Joyce, Edwin Smith, Aldous Huxley, em *The anti-Slavery Society Convention*, 1840, e noutros materiais, incluindo fotografia. Madrid: Fray Juan Bautista Maíno [1578-1649], *Pentecostés*, 1611-1613; Adrian van Sttabent [1580-1662], *Las Ciencias y las Artes*; Murillo [1617--1682], *El Patricio revela su sueño al papa*, c. 1662-1665; Antonio Carnicero [1748-1814], *Ascensión de un globo Montgolfier*, 1784; Theodor Rombouts [1597-1637], observando arrancador de dentes, c. 1620-1625, no Prado – com vários retratos, e logo Picasso –, sendo Madrid rica neste domínio: Luis Tristán [1585/1590-1624], *Retrato del cardenal Niño e Guevara*, c. 1612, no Rainha Sofia, onde encontramos a *Tertúlia do Café Pombo*; *Autorretrato* de Sir Joshua Reynolds [1723-1792]; Otto Dix [1891-1969], *Hugo Erfurth con un perro*, 1926; Karl Hubbuch [1891-1979], *Doble retrato de Hilde II*, c. 1929, no Bornemisza; Antonio Ponz [1725-1792], *Antonio Solis*, na Galeria lateral à Biblioteca do Escorial, onde também se nos depara um Quevedo oculado, que rivaliza com as figurações de Petrarca. Nova Iorque, Metropolitain Museum of Art: El Greco, Retrato de um cardeal, provavelmente Don Fernando Niño de Guevara (1541-1609), ca. 1600 («Retrato de Francisco Jimenez de Cisneros, arcebispo de Toledo, cardeal e inquisidor-geral de Castela entre 1507 e 1517», segundo Francisco Bethencourt, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994: 107). *Saint Jérôme*, estampa, s. d., de Jean

Morin, na Bibliothèque Nationale de France, Paris, segura com a mão esquerda lupa ou óculos. Esaias Boursse [1631-1672] mostra a atenção oculada de *Old woman doing needlework*, c. 1655-1660, na Fondation Custodia. Um Chardin [1699-1779] final revê-se no *Auto-Retrato com cavalete*, pastel, c. 1779, do Musée du Louvre, secundado por outro auto-retrato com pala, *Autoportrait dit à l'abat-jour vert*, aí onde um anónimo oitocentista nos dá *Portrait de Jean Bonvoisin*; Toulouse-Lautrec [1864-1901], *La Goulue Dansant avec Valentin le Désossé*, 1855, Musée d'Orsay, menos conhecido do que *La Loge au Mascaron Doré*, cartaz de 1893, enquanto Gustave Doré nos dá gravura em madeira, *Bibliothèque*, nas *Œuvres* de François Rabelais, Paris, 1873; Edgar Dégas, *Le Bureau de Coton à la Nouvelle Orléans*, 1873, Pau, Musée des Beaux-Arts. Thomas Eakins, *The Agnew Clinic*, 1889, Philadelphia, School of Medicine. Na Sbírka Starého Evropského Umení, Šternberský palác (Colecção de Velhos Mestres Europeus, Palácio Sternberg), Praga, suscitam interesse o Mestre do altar-mor de S. Jorge (activo em 1478-89), com a morte da virgem – no painel central, ângulo superior direito, homem com livro e óculos-forquilha –, bem como as mulheres oculadas de Jan van Goyen [1596-1656], *Ferry*, 1625, e Jan Miense Molenada, [1610-1668], ou *Retrato do miniaturista Karl Bruni*, 1709, de Jean Kupecký [1667-1740]. Na Galeria do Castelo de Praga, duas surpresas de antes de 1500: Hugo van Der Goes [1440-1480], *Následovník*, e, de anónimo, *Smrt Panny Marie* (A Morte da Virgem), óleo oferecendo figura ao centro, com óculos-forquilha e livro na mão (manuscrito). Em Roma, no Palazzo Barberini, Niccolò d'Alunno [1430-1502], *Madona con Bambino e i Santi Francesco d'Assisi, Giovanni Battista, Girolamo e Chiara d'Assisi*, mostra S. Jerónimo, com o leão aos pés, lendo, óculos postos no nariz, e já disfarçados em Tintoretto [1560-1635], *San Girolamo, penitente*, a par de Lionello Spada [1576-1622], *San Gerolamo*. Em Sampetersburgo, no Hermitage, *Os Colectores de Impostos*, uma das versões de Marinus van Reymerswael [1490--1567; segundo outros, 1546]. Em São Francisco, colecção de Jasper Johns, *O Crítico Vê*, metal e vidro sobre gesso, 1964[7]. Quirijn van Brekelenkam, *The Leech Woman, or The Bloddletting*, óleo sobre tela de 1660, The Hague, Mauritshuis, serve para demonstrar a circulação do sangue. Em São Petersburgo, no Hermitage, Jan Proovost [1462-1525/9], *A Coração da Virgem*. Em Tournai, Musée des Beaux-Arts, *Portrait de Barthélémy Alatruye*, cópia de Robert Campin [c. 1375/1379-1444], c. 1425. Na Galleria dell'Accademia, Veneza, tela de Pietro Longhi, *Il Farmacista*, 1572. Em Zalaegerszeg, Göcsej Múzeum,

[7] *Cf.* Lippard *et alii*, 1973: 23. Na p. 22, Anónimo, *Marca Commercial em Forma de Óculos*, metal pintado e dourado, séc. XIX.

Retrato de Senhora, por Barabás Miklós, 1831. A medicina do século XX revê-se ainda, além de alguns acima citados, em Diego Rivera, John Singer Sargent, John Sloan, Norman Rockwell.

Foram meus interlocutores, a quem agradeço:

Adília Alarcão, *Museu Nacional de Machado de Castro*, Coimbra; Agostinho Ribeiro, *Museu de Lamego*; Alberto Correia, *Museu de Grão Vasco*, Viseu; Ana Isabel Seruya, Nazaré Escobar, *Instituto Português de Conservação e Restauro*; Ana Margarida Serra Ferreira, *Museu Francisco Tavares Proença Júnior*, Castelo Branco; António [Moreira Antunes]; António Augusto Gonçalves; António Osório; Carlos Reis, Conceição Tavares de Almeida, Fátima Libório, *Biblioteca Nacional*; Conceição Cansado Paes, *Instituto Português do Património Arquitectónico*; Costa Pinheiro; Fernando António-Almeida; Fernando Campos; João Bigotte Chorão; José Luís Porfírio, Marília Pereira, *Museu Nacional de Arte Antiga*; Lino Mioni; Maria de Fátima Cabral, *CAMJAP*; João Manuel Neto Jacob, *Museu do Abade de Baçal*, Bragança; José Formosinho, *Museu Municipal de Lagos*; Luís Amaro; Manuela Júdice, *Casa Fernando Pessoa*; Maria Aires Silveira, *Museu do Chiado*; Maria Antónia Aleixo Pinto de Matos, *Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*; Maria Isabel Sousa Pereira, *Museu de Aveiro*; Mónica Baldaque, *Museu Nacional de Soares dos Reis*, Porto; Nuno Pedro da Silva, *Sociedade de Geografia de Lisboa*; Rosa Maria Saavedra, *Museu de Alberto Sampaio*, Guimarães; Rosário Severo, *Museu do Traje*; Teresa Almeida d'Eça, *Museu dos Biscainhos*, Braga; Vasco [de Castro]; Vítor Pavão dos Santos, *Museu Nacional do Teatro*; Vitória Mesquita, Emília Tavares, *Divisão de Documentação Fotográfica, Instituto Português de Museus*.

Almanaque: Composição de Um Rosto

À memória de João David Pinto Correia

Variedade e fragmentação requerem escrita sucinta para leitura veloz, mesmo voraz. Mas este pacto é oitocentista, no quadro da nascente Imprensa de massas. Antes, há um tempo medieval, *científico*, sem a superficialidade das redes sociais deste milénio, que retomam o *modus operandi* do almanaque citadino e burguês, cuja conectividade se faz com outras publicações e, cada vez mais, com leitores em vários continentes.

Tendo já abordado a sua evolução, na saliência de títulos – em particular, o *Almanaque de Lembranças* e seu fundador, Alexandre Magno de Castilho – e demora em passatempos difíceis como os logogrifos[1], completo agora esse trabalho com uma espécie de arqueologia e teoria deste *medium* particular: na explosão do século XIX, o almanaque transcende o jornal, revista e livro – em que bebe, quando não é expansão daqueles, dentro da mesma empresa –, e, ao contrário deles, pela crescente intervenção de audiências até ali passivas (com inesperada emergência feminina), passa de meio *quente*, definido de vez no Antigo Regime, a meio *frio*, na linguagem de McLuhan[2]. A qualidade decai, na democraticidade que o liberalismo requer, mas a disseminação do produto e o inumerável das propostas em centenas de páginas dizem bem que novos tempos vinham aí, entretanto ouvidos no telégrafo, telefone e fonógrafo, iluminados pela fotografia e cinema, passeando-se de comboio, metropolitano, bicicleta e automóvel. O Novo Mundo exigia

[1] Ernesto Rodrigues, *Cultura Literária Oitocentista* [1999], Lisboa, CLEPUL, [2]2022: 157-185.

[2] Marshall McLuhan, *Pour Comprendre les Médias*, Paris: Mame / Seuil, [2]1977: 341-342.

edições próprias; e, sustentando esta aventura, o chamariz publicitário. Eis amostras do século do Progresso.

1. As origens do nome assentam em probabilidades. O *Diccionario da Lingua Portugueza* por Antonio de Moraes Silva ([7]1877: 92) associa, com pequenas diferenças, almanaque, de *al-manach*, e calendário, de *calendae*, não sem evocar D. Frei Francisco de São Luís, que nega a etimologia árabe, dizendo-a «talvez egypcia». Enciclopédias tiram a palavra de *al-manāh* (cálculo, cômputo, quadrante solar), afim de *al-men*, calendário de previsões astronómicas e atmosféricas. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2002: 209) precisa os étimos árabes *al-munākh / al-manākh*, significando «lugar onde o camelo se ajoelha; estação, clima; paragem numa viagem», e, via latim, *almanachus*, com a primeira frequência *almenaque* no século XV, segundo José Pedro Machado, cujo *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* diz ser termo em Gomes Eanes de Zurara (c. 1410-1474), *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Assim é, em página sobre os astros, nesta estrutura: «ca acho pollos almenaques, que quando os mouros perderam Espanha» (1915: 173[3]), etc. Raros lembram o celta *al mon aght*, observação das horas. Mais recente, Adalberto Alves, no *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa* (2013: 177), traz *al-manâh,* o clima, o calendário, «obra versando os mais variados temas, incluindo os climas», sem evitar uma já gasta sabedoria de almanaque como «saber superficial».

Nadia Tadlaoui resumiu, a meu pedido, três dicionários de Árabe[4] (2003, 2005, 2015) que atestam a etimologia *al-munākh* المُناخُ e não *al-manāh* المَناخُ. *Al-munākh* المُناخُ vem de *nawakha* نَوخ: para encontrar a palavra *al-munākh* نَوخ no dicionário, devemos procurar a palavra *nawakha* نَوخ, entrada que tem todos os derivados. *Al-munākh* traduz-se como:

[3] Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa, Academia das Sciências de Lisboa.

[4] Al-monjid Fi Al-Luuɣā wa Al-A¿lām, *Dicionário na Língua Árabe*, Beirūt: Dar el-Machreq Sarl, 2003; Ibn Manʂ̍or, *Lissan Al-¿arabe*, Beirut: Dar Sader, 2005; Homṣī, A. Salim & Ḍanāwī, S. ¿Abd Al-laṭīf (2015), *Ar-rāfid Dicionário da Língua Árabe-Árabe,* Ṭarābulus: Instituto Novo do Livro, 2015.

lugar onde o camelo se ajoelha, lugar de residência, ambiente, lugar não adequado, clima, clima local, preparar o clima adequado, meteorologia, estão, calendário, cálculo, calendário de previsões.

2. Vários dispositivos impressos concorrem na sua configuração. Olhamos para o *Calendarium* (Veneza 9-VIII-1482) de Johannes Müller Regiomontanus e para as *Horae ad usum Romanum* (Paris, Antoine Verard, 20-X-1489), e temos, aqui, *Januaris* com as festas e santos do mês[5], algo semelhante às disposições do calendário do *Breviário Bracarense* de 1494 (fólios 1-6). Verard imprimiu outras *horae*. Mutilado na BNP, *Calendarivm Romanvm* (Lisboa, 1536) traz os santos do dia, sendo mais completo o *Calendarivm Perpetvvm* saído na oficina coimbrã de António Mariz, em 1581 e 1583, com os santos *hispanorum*, ano este do *Kalendarivm Gregorianvm Perpetvvm*, em Lisboa. Associados ao *Martyrologio dos Santos de Portvgal, e festas geraes do Reyno* (Coimbra, 1591), estavam lançadas as bases de foro clerical que chegaram aos nossos dias.

O exemplo cristão, qual *pão partido em pequeninos*, vinha de *Exempla Sacrae Scripturae ex utroque Testamento collecta* (Paris, c. 1473) e de *Sermones moralissimi atque ad populum instruendum utilissimi supra evangelia dominicalium* (Paris, c. 1476). *Prouerbios de dõ yñigo lopez de mendoça: con vn tractado de remedio contra fortuna que esta pusto en fim* (Toledo, c. 1500) evoca muito do que será o assento em máximas moralizadoras.

A Idade Média serve-se também dos autores enquanto únicos cientistas, seja na medicina, na história, na botânica, por aí fora. E. R. Curtius carreia «sententiae et exempla» enquanto «source de savoir» e «trésor de sagesse»[6], recusando a frivolidade de pensamento atribuída ao almanaque. Noutro subcapítulo, "Le livre de la nature" (II: 31), ocorrenos a infinita distribuição de bens que vamos encontrar em livro singular, livro do mundo e que é um mundo: «Hic liber est mundus», diría-

[5] Reprodução em *Os Incunábulos das Bibliotecas Portuguesas*. Volume I. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura/IBNL, 1995: 222.

[6] *La Littérature Européenne at le Moyen-Âge Latin*, Paris, PUF, 1986, I: 116.

mos com John Owen (1563?-1622; II: 35). Recolhas de histórias, fábulas, centões, conselhos, *Loci Commvnes Sententiarvm et Exemplorvm* (Coimbra, 1569), tábuas de santos (1572) ou *Calendarivm Perpetvvm* (Lisboa, 1573), que muitos imprimiu João Barreira, serão manancial. Mesmo as gravuras parecem tiradas desse Quatrocentos inaugural.

Especifica-se uma nova ciência nas tabelas astronómicas do zacutiano *Almanach perpetuum* (25-II-1496)[7]. Podemos associá-lo aos vários *Astronomicon* ou a Johannes Angelus, *Astrolabium planum in tabulis ascendens* (Veneza, 1494), e, em data ignorada do séc. XVI, ao *Regimento do estrolabio & do quadrante [...]*. Nos quase duzentos anos da dinastia de Avis, até à leitura errada que D. Sebastião faz do cometa (*a* cometa, como então se dizia) sobre o céu de Lisboa em finais de 1577 – que o levou a acometer contra os mouros, a cometer o desastre de Alcácer Quibir –, teve grande peso a astrologia[8], incluindo horóscopos, parodiados no Júlio César Machado de *Da Loucura e das Manias em Portugal* (1870). Nem por isso escasseia, hoje, inclusive nos *media* digitais, todo o tipo de oráculos, profecias e previsões, em que só as meteorológicas avançaram.

Vem, a par, a imensidão de prognósticos, lunários, folhinhas e braquilogias astrológicas (há uma *Brachylogia* em 1646), conjugados, para dar só um exemplo, no *Almanach prototypo e exemplar de prognósticos, Com particulares Ephemeridas das conjunções, & aspectos dos planetas, Eclypses do Sol, & Lua, & pronostificação de seus efeitos pera o presente anno de 1645* (Lisboa, 1644).

Afim, a ideia de repertório / reportório vinha do séc. XV: Pedro del Monte, *Reportorium utriusque júris* (Pádua, 16-XI-1480); anónimo, *Repertorium de pravitate haereticorum* (Valência, 16-IX-1494), e, de Pe-

[7] Estranhe-se, por isso, quando José Leite de Vasconcelos corrobora o *Dicionário...* de Inocêncio, VIII: 48, XII: 227, segundo o qual «a tentativa mais antiga da publicação de um almanaque em Portugal data de 1745» (*Etnografia Portuguesa*, volume I. Lisboa, INCM, 1980: 222).

[8] Ver António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*. Vol. III. *As Navegações e as Origens da mentalidade Científica*. Edição de Ernesto Rodrigues. Lisboa, Gradiva, 2010: 45-48. À frente, Garcia de Resende, Gil Vicente e outros criticam estas soluções.

trus Berchorius, *Repertorium morale* (Nuremberga, 4-II-1499). Donde, as inúmeras edições de repertórios e do *Reportório dos Tempos* (1518) ao longo do século XVI, a par de singular *Veritatis Repertorium* (Coimbra, 1567), oferecido ao cardeal D. Henrique.

Crescia, já, uma variante significativa. A qualidade dos produtos agrícolas é exaltada no *Hortus sanitatis* (1490) e em demais *horti*. Trata-se de um segmento fundamental, até aos sobrevivos de hoje, intermediados pelo *Almanaque do Cultivador para 1856* e *para 1857* (Lisboa, 1855, 1856), qualificados no nome de J. Félix Nogueira, que já no *Almanaque Democrático para 1852, 1853* e *1854* teorizara sobre a importância dos mesmos, inspirados no estrangeiro, e redigira artigos notáveis sobre políticos estrangeiros.

3. Falamos, até aqui, de um objecto circunscrito à corte e adjacências, que, todavia, podia figurar – sem a ela chegar – a vida camponesa, desde as casas às estações e culturas. Os trabalhos agrícolas vinham já representados, para cada mês, na catedral de Amiens (séc. XIII), na sequência de textos do século IX[9]. Ora, o tempo camponês, que não é ainda destinatário, tal o analfabetismo e baixo nível de vida, jamais acertaria com informação desejavelmente fidedigna, se continuasse a guiar-se por relógios de sol, clepsidras e sinos das igrejas. Este modo de vida não terminou de vez, tantos os hábitos medievais em certas comunidades, obedientes a toques e liturgias. Mas até estes passaram a exigir uniformidade horária, o que, desde meados de Trezentos, constitui uma alteração decisiva. Sem relógio mecânico (régio e público, finais do séc. XIII-XIV), até chegar ao individual, miniaturizado (finais do séc. XV), ao de pulso (séc. XIX) e aos telemóveis, não éramos o que somos; e nem os almanaques consideravam a precisão dos minutos.

A temporalidade da vida cristã, desde o nascimento de Jesus, lê-se no *Horologium deuotionis circa vitam Christi* (1500; Évora, inc. 2). O sinal de parágrafo, precedendo título e textos brevíssimos, marca as etapas de Quem se deseja também visível em gravuras ingénuas. Falta passar do latim ao vulgar. O paradigma suscitará almanaques de teor

[9] Ver Jacques Le Goff, *Un Autre Moyen Âge*, Paris, Gallimard, 1999: 119-120.

religioso mal estudados, em que salientaria o *de S. / Santo António*, desde 1898 (até, pelo menos, 2015), que atingiu quatro mil exemplares.

O *tempo burguês* (Le Goff, 1999: 18) das cidades e do comércio preenche melhor as etapas da vida e do dia, alargando este a horas sem sol – por que se regia o tempo lento rural –, por razões económicas. As *medidas* são outras, surgem regulamentos, irrompem protestos, enquanto o século XVIII ainda impõe listas de dignitários, uma espécie de *quem é quem*, e respectivos endereços, para visitas sociais. Sem recusa de sugestões cristãs, a burguesia ascendente quer ir além, substituindo, no justo lazer, jogos físicos camponeses por actividades intelectuais. Anedotas quinhentistas exigem entendimentos agudos; exigem mais, na profusão barroca – em que ainda se canta um relógio de areia, de sol, há *relógios falantes* melodinos, de algibeira, um Cupido por mostrador[10], e novas dos trabalhos mafrenses de D. João V –, adivinhas, enigmas, labirintos, lipogramas, etc. Uma inteligência *também* visual ocorrerá nos melhores almanaques de Oitocentos.

Com a mudança nos hábitos e a vida mais apressada sob o signo do relógio, passa-se da folhinha ao almanaque:

> A velha Folhinha era uma modesta amiga sem pretensões, serviçal e fiel, que a toda a gente apontava, a troco d'uma pobre moeda, os dias dos mezes, os nomes dos santos, as festas e os

[10] Em Tomás Pinto Brandão, segundo a Biblioteca da Ajuda, *Métricas Ociosidades em Várias Rimas. Desacordos da Musa e Ociosa Ocupação da Pena*, 1683, onde há notícia de José Correia de Brito, Félix da Silva Freire, Francisco Mascarenhas Henriques, um mais quantioso António da Fonseca Soares, que se repetiu em Castelhano. A força do objecto vem até ao último quarto de Oitocentos: Gonçalves Crespo dá quadro de salão espelhado no esmalte da tampa. Primeira quadra do soneto de "O Relogio / (No álbum do amigo E. Burney)": «Eburneo é o mostrador: as horas são de prata. / Lê-se a firma Breguet por baixo do gracioso / Rendilhado ponteiro; a tampa é enorme e chata: / / Nella o esmalte produz um quadro delicioso.» (*A Republica das Letras*, 3, Porto, Junho de 1875: 37) Júlio Dantas diz "O meu relogio" «velho assassino», pois nos engole, qual Crono (*Gabinete dos Reporters*, Lisboa, 22-IX-1895: 3). José Duro julga «*ver* nele uma alma a soluçar» ("O meu relogio, *Fel* [1898], ^{7}s. d.: 52). Mais conhecidos serão Sebastião da Gama e José Régio ("Poema da minha esperança", *Serra-Mãe* [1945], Lisboa, Edições Ática, ^{5}1982: 62; "O relógio", *Cântico Suspenso*, Lisboa, Portugália Editora, 1968: 83-94).

> feriados, as luas e os jejuns. Era uma coisa que limitadamente correspondia ás necessidades do tempo, que não eram muitas. Bons tempos esses, em que cada qual se contentava com saber em que dia do anno cairia a Paschoa, ou a quantos de Maio seria o Corpo de Deus!
> Mas os tempos mudam, e tudo muda com os tempos. A vida, de pachorrenta e conformada que era, tornou se inquieta e ambiciosa. Toda a gente, que d'antes andava por essas ruas em passo de procissão, e tratava dos seus negocios sem barulho, começou de repente a atarefar-se e a correr, [...].
> [...] Agora, ao entrar na vida, cada qual se julga obrigado a saber o que o Diabo não soube. E foi para atender a esta necessidade urgente, que se inventou o Almanach.
> O Almanach tudo diz, tudo mostra, tudo desvenda, tudo patenteia, tudo explica, tudo aclara, tudo ensina.
> Tem tudo quanto tinha a Folhinha, augmentado de tudo quanto encerram os Tratados. É informativo, é elucidativo, é instructivo, é recreativo. É Borda d'Agua e Larousse. É Seringador e é Encyclopedia."[11]

Os almanaques tornam-se compêndios do passado, meras antologias apostas ao calendário (nem sempre obrigatório), com a pecha de futurar, economicamente seguros enquanto projectos institucionais, de livraria, de jornal ou revista, de profissão, grupo, congregação, programa social ou político, de sujeito individual, localidade. Absorvendo pepitas nas folhas de instrução, recreio e noticiosas, essas variedades enriquecem-se, num segundo momento, em colaborações actuais, graciosas, do poema à charada, suscitando participação cada vez maior, em tiragens só ultrapassadas pelos diários generalistas. Acompanhando-nos no dia-a-dia, era um ano inteiro[12] com o único livro que as famílias de menores

[11] Alfredo Mesquita, "Juizo do anno", *Almanach Illustrado do Brasil-Portugal para o anno de 1903*, Lisboa, 1902: 7-8. Segue-se caracterização do almanaque, na generalidade e na especialidade.

[12] Nestes dois séculos, houve almanaques mensais, dentro ou fora do espírito originário (neste caso, mantinha-se o título). Aqueles pouco vingaram, sendo duvidoso que algum mais profusamente anunciado tenha saído. É o caso do *Almanak Mensal*, caracterizado em página inteira da *Revista Universal Lisbonense*, tomo III, 1850-1851, n.º 23: 276.

recursos possuíam.

Havia colaborações especiais, e não só de textos inéditos a serem procurados pelas futuras edições críticas. Em domínio que vai além da iconografia, os de Rafael Bordalo Pinheiro pediam demora. O *Almanach de Lembranças*, antes ainda de chegar a meio caminho, funcionava como sintoma social, no olhar crítico de J. Leite de Vasconcellos[13]. Congraçando uma causa própria e iniciativa individual, veja-se como Guiomar Torresão publicita, em *Ribaltas e Gambiarras* / Revista Semanal, que dirige, o seu *Almanaque das Senhoras* para 1882, em 11.ª edição. Aumenta o número de colaboradores, com nomes cimeiros de Portugal e Brasil, melhora o grafismo, apoiado em imagens e retratos fotográficos, sobem as tiragens, e, para a secção de problemas, convidou «um ilustre lente de mathematica, [...]. Os problemas do almanach para 1882 dividir-se-hão em duas series, sendo uma exclusivamente para o Brazil.» (n.º 24, 15-V-1881: 191). Ora, agilidade intelectual não basta – – nem citar vencedores na edição do próximo ano –, e segue a lista dos principais prémios, abrindo por argola de prata para guardanapo.

Mais, e entramos no osso da questão, sem o que não existiam certos *media*: a publicidade. Tipicamente no final, mesmo em papel colorido, Guiomar Torresão sabe o que fazem na Europa e América, pelo que vai intercalar anúncios no miolo, contíguos ao texto, segundo diagramação, preços e locais de venda desse espaço, em Lisboa e Porto; no último número de *Ribaltas e Gambiarras* (n.º 26, 29-V-1881: 208), refere os do Rio de Janeiro. Tudo isto é pensado com antecedência.

Estão por estudar as diferenças entre as edições destinadas a Portugal e colónias e as que seguiam para o Brasil. A melhor solução foi encontrada pelo *Almanach Illustrado do Brasil-Portugal* (Lisboa, 1900-

[13] "Scintillações / I / Soneto": «Somnambulas do amor, virgens doiradas, / que sois de poetas vãos, vãs esperanças: / ó labios matinaes, mimosas tranças, / braços de neve, faces perfumadas: // por vós, andam perdidos nas estradas / os *dandys* e os vadios, ó creanças; / por vós, sonetos mil, canções, charadas, / vão sempre p'ra o *Almanach de Lembranças*. // Valeis das orientaes toda a riqueza; / estaes nos thronos de ouro da poesia, / como uma bella e olympica princeza; // mas teríeis o dobro da valia, / se gastasseis, ó anjos da beleza, / pó de arroz com mais economia...» (*O Academico* / / Revista Quinzenal Litteraria, Porto, n.º 6, 1878: 48)

-1902: para o anno de 1900, de 1901, de 1903). O calendário coloca lado a lado os santos e festas litúrgicas atinentes aos dois países, aqui residindo algumas pequenas diferenças (que desrespeita na 3.ª edição, com calendário só português), já maiores nos eclipses visíveis em Lisboa e no Rio de Janeiro. Há também distinção em dias santificados e nos feriados, seguindo-se os preços dos correios e telégrafos, a tabela de preços dos teatros, nascimentos e ocasos do Sol, as passagens marítimas, tudo intervalado por poemas de nomes em vista e gravuras. Sucede um balanço dos principais almanaques do tempo (inaugura o ainda hoje resistente *Seringador*, já em 35.ª edição) e acrescenta-se prosa de Eça. Logo, "O gabinete portuguez de leitura no Rio de Janeiro / (A primeira acta)" (p. 48) e motivos brasileiros. Olavo Bilac e poucos mais não equilibram a antológica portuguesa, mas a publicidade também é só lusitana. Virá imensa publicidade brasílica no almanaque para 1901, que indica os respectivos consulados, e onde assinam Coelho Netto, Cruz e Sousa, etc.

Quanto mais crescem as assinaturas, mais embaratece o produto. Mas, se isso é uma evidência, não é menor a falta de comércio e negócio em Portugal, com prejuízo geral. A fé e a publicidade suportam alguns projectos; mas, ironia!, ou maleita dos tempos, nem o *Almanach da Agencia Primitiva de Annuncios* (Lisboa, 1870-1877) – que, dizia Júlio César Machado, era o único de todos os livros «que me parece verdadeiramente bom para se lêr»[14] –, durou bastante.

O almanaque serve, enquanto espaço de convergência, aos quatro modelos de comunicação: ao de transmissão simples, linear, como qualquer notícia cognitivamente entendida; ao ritual ou expressivo, por uma lógica composicional desde os pioneiros, aguardada, tanta vezes ansiosamente, por destinatários reverentes; ao publicitário, seja pela autopublicidade, pela que outras publicações lhe fazem, em notas e recensões, mesmo partilhas, e por incluir massa compacta de anúncios, como nenhum outro meio coetâneo; enfim, ao modelo de recepção, quando se obriga o leitor a descodificar alguns textos literários e mesmo de uma

[14] "Os annuncios", *Á Lareira*, Lisboa, Livraria de Campos Junior – Editor, 1872: 61.

ciência doméstica, sem já falar na dificuldade de resolver problemas que nos obcecam durante meses, até às soluções no volume seguinte.

Pela filiação e desenvolvimentos multidisciplinares, o lugar-comum que desvaloriza os almanaques nasce da ignorância. Na gradual compactação de matérias, de iconografia em vários estádios, de linkagem entre edições, nos processos, embora nem sempre coerentes, de hipertextualização, na miríade de parágrafos curtos, copiados e colados algures, pressente-se algo que, nos anos 60 do século XIX[15], se começava a atribuir ao telégrafo eléctrico do futuro, dito internet: a instantaneidade e interconectividade universais. Se, ao tempo, as comunicações ainda diferiam o instantâneo, resolvido em edições diárias de algumas folhas de Imprensa, aceitemos as ligações atlânticas da rede postal luso-afro-brasileira *via* almanaque como anúncio do moderno *Facebook*.

[15] Ver "O Jornalismo no Ano 2000", *Jornal do Comércio*, Lisboa, 25-II-1868, *in* Ernesto Rodrigues, *Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal / Crónica Jornalística. Século X*IX, Lisboa, CLEPUL, 2022: 901-903. Excertos: «Há fome e sede de notícias: todos querem saber tudo – o que pode e deve saber-se e o que não pode nem deve saber-se –, a máquina reproduz em minutos o pensamento, para ser transmitido a todos os pontos da terra, [...]. // Cada cidadão fará um jornal: o artigo de fundo constará sempre das notícias da sua vida pública e íntima. Cada um informará o respeitável público das horas a que se levanta da cama, tendo previamente declarado como passou a noite; noticiará a que horas almoça e o que almoçou; referirá, minuciosamente, o seu jantar e as pessoas com quem jantou; dirá se o jantar estava bem cozinhado; contará se o seu gato miou, se o cão ladrou, se o papagaio está incomodado; narrará todas as miudezas da sua casa, não escapará à publicidade a mínima dor de cabeça ou de estômago; se estiver doente, publicará um boletim das moléstias, não só a seu respeito, mas de toda a sua família; enfim, todas as circunstâncias da vida caseira, as mais íntimas, serão contadas no jornal, acomodando o estilo aos factos. // // [...] O telégrafo eléctrico generalizar-se-á, cada cidadão terá o seu telégrafo em correspondência mútua, de maneira que em um minuto se saberá o que se passa nos pontos mais afastados e, em Lisboa, se poderá saber, de instante a instante, até à vida caseira do mais boçal esquimó; com o que os povos hão-de folgar, deleitar-se e instruir-se.»

Fonógrafos e Gramofones

A Luís Cangueiro

É conhecida a fórmula algébrica com que abre *A Cidade e as Serras* (1900): Suma ciência x Suma potência = Suma felicidade. Esta teoria de Jacinto, no seu 202 parisiense, exigia os últimos inventos da Civilização, ou seja, da Cidade, pois mais nada existia para o nosso Príncipe da Grã-Ventura. E qual a representação ideal de tanta invenção? É o próprio a responder: «– Aí tens tu, o fonógrafo!... Só o fonógrafo, Zé Fernandes, me faz verdadeiramente sentir a minha superioridade de ser pensante e me separa do bicho.» (Queirós, s. d.: 16)

Jacinto possuía outros «utensílios misteriosos» (p. 60), como o telégrafo e o telefone, máquinas de escrever e contar, o grafofone e o microfone.

"Telégrafo" está em título de jornais desde 1809, na senda do telégrafo óptico inventado por Claude Chappe (1793). Em 24-V-1844, Morse liga Washington e Baltimore; no final da década, a ligação Berlim-Viena inspira outras, desaguando na União Telegráfica Internacional (1865). As regatas de Kingston têm transmissão telegráfica sem fios em 1898. Os contactos multiplicam-se por milhões, anualmente (cerca de 30 milhões, em 1870), decuplicando na viragem do século. Folhetinista anónimo do *Jornal do Comércio* (25-II-1868), ao projectar "O jornalismo no ano 2000", prenuncia a *internet*:

> O telégrafo eléctrico generalizar-se-á, cada cidadão terá o seu telégrafo em correspondência mútua, de maneira que em um minuto se saberá o que se passa nos pontos mais afastados e, em Lisboa, se poderá saber, de instante a instante, até à vida caseira do mais boçal esquimó; com o que os povos hão-de folgar, deleitar-se e instruir-se.

A cacofonia noticiosa, tal a massa de artigos vinda no telégrafo, obriga a ordenar as páginas por secções e colunas, fazendo do jornal um mosaico (*Mosaico* é título regular) – imagem reforçada na televisão –, à imagem de sociedade que, simultaneamente, molda. O *medium* é, *também*, mensagem, no reconhecimento de que «toutes les technologies créent petit à petit un milieu humain totalement nouveau». Já com as vias, meios de transporte e comunicação se percebia múltipla transformação: de quem expedia, recebia, tantas vezes da mensagem, do veículo e mesmo do transportador, se houvesse lugar a tradução. «L'usage de n'importe quel médium ou prolongement de l'homme modifie les modèles d'interdépendance des hommes, tout comme il modifie les rapports entre nos sens.» (McLuhan, [2]1977: 12; 113-114)[1] No século do carril, comboio ou metropolitano, ia-se além da estrada, da roda de carroça ou diligência e do impresso. A era da electricidade tornaria tudo mais veloz – no século XX.

Entretanto, Bell e Elisha Gray correm a patentear (1876) o telefone, coqueluche de Paris-Bruxelas e bolsas de Paris-Londres em 1887 e 1890[2]. Em finais de 1877, ensaiam-se comunicações entre Lisboa e

[1] Marshall McLuhan reitera: «Une nouvelle invention restructure toujours nos organes et nos sens, personnels ou collectifs. [...] Le télégraphe a opéré une révolution dans toute la pratique tant de recueillir que de présenter les nouvelles. Naturellement, les effets de cette révolution sur la langue, le style littéraire et les sujets traités furent spectaculaires. // En 1844, [...] Sören Kierkegaard publiait *Le Concept de l'angoisse*. L'âge de l'angoisse venait de commencer. Avec le télégraphe, en effet, l'homme avait amorcé cette extériorisation ou cette extension de son système nerveux central qui s'approche désormais, avec la transmission par satellites, d'une extension de la conscience.» (p. 289) Entre outros efeitos, a velocidade discursiva, em frase curta, e a notícia suplantando tediosos artigos de fundo. O jornal atrai jovens e autores, que tornam aquele mais literário, enquanto a Imprensa da província se liberta da das grandes cidades.

[2] M. McLuhan, p. 310: [«Le mot "téléphone" est apparu en 1840, avant la naissance d'Alexander Graham Bell. Il désignait alors un appareil formé de tiges de bois et destiné à transmettre des notes de musique.» Armand Mattelart, [5]2008: 18: «Le téléphone n'acquiert une dimension vraiment mondiale qu'en septembre 1956, avec la mise en service du premier câble téléphonique sous-marin transatlantique, peu avant le lancement du premier satellite artificiel.» Esta data passa a 1884, em Barbier, Lavenir, [3]2009: 152. No quadro do telégrafo, o primeiro cabo submarino (Calais-Douvres, Paris-Londres) é de 1851, e de 1866 o primeiro cabo transatlântico. Mais de um século

Carcavelos e entre os observatórios meteorológico da Escola Politécnica e astronómico da Tapada da Ajuda, assistindo aqui o rei D. Luís. As primeiras redes só em 1882 são inauguradas no Porto e em Lisboa (26 de Abril, com 23 assinantes na capital, que falavam entre as 8 e as 21 horas).

Era, todavia, no fonógrafo que as senhoras convidadas desejavam ouvir uma ária da Patti. Jacinto respondeu: «– Ária da Patti... Eu sei lá! Todos esses rolos estão em confusão. Além disso o Fonógrafo trabalha mal. Nem trabalha! Tenho três. Nenhum trabalha.» (p. 67) Três fonógrafos, naturalmente inspirados pelo telégrafo e telefone. Luís Cangueiro (2008) tem mais.

O fonógrafo é um *medium* quente, tal como a rádio, sua associada, a fotografia, o cinema, o livro e o automóvel. Prolonga «un seul des sens et lui donne une 'haute définition'», deixando ao público «peu de blancs à remplir ou à compléter». Seja, «Les médias chauds permettent moins de participation que les froids, tout comme une conférence en permet moins qu'un colloque, et un livre moins qu'une conversation». Acontece, porém, que quer a rádio e o jornal, quer a televisão (meio frio em mosaico)[3], encorajam, cada vez mais, uma participação alheia. Não se dirá isso do *frio* telefone, «de faible définition, parce que l'oreille n'en reçoit qu'une faible quantité d'information»; o mesmo da fala, em que «l'auditeur reçoit peu et doit beaucoup compléter»; e menos ainda do manuscrito ou da inscrição rupestre: «Les médias lourds et rigides, comme la pierre, retiennent le temps. Utilisées comme support de l'écriture, ils sont extrêmement froids et servent à unir les époques.»[4] Nos quatro casos, vem favorecida a participação.

depois (1988), temos o primeiro cabo transatlântico em fibra óptica.

[3] Marshall McLuhan: «Elle rejette les personnages qui "chauffent" trop, les questions brûlantes et les figures du médium 'chaud' qu'est la presse. [...] Hitler aurait rapidement disparu si la télévision était apparue à une vaste échelle pendant son règne.» (p. 341). «Qu'un Hitler ait seulement pu exister politiquement est une conséquence directe de la radio et des systèmes de sonorisation: [...].» (p. 342)

[4] McLuhan, p. 41-42. A relação entre publicidade e jornal dita o seguinte: «Les annonces sont des *nouvelles*. Leur défaut, c'est de toujours être de *bonnes* nouvelles. Par souci d'équilibre, si l'on veut vendre ces bonnes nouvelles, il est nécessaire de publier beaucoup de mauvaises nouvelles. De plus, le journal est un médium 'chaud'.

Jacinto instalara, ainda, «prodigamente dois Teatrofones, cada um provido de doze fios», e as senhoras e senhores colavam um receptor ao ouvido, para «saborear» cançoneta. José Fernandes é o único alheado de tanto progresso, melhor, tecnologia[5]. Observa que, «de cada orelha atenta, que a mão tapava, pendia um fio negro, como uma tripa». De pálpebras fechadas e meditabundo, certo historiador, «com o 'receptor' na ponta delicada dos dedos, [...] gravemente cumpria um dever palaciano» (p. 71). Certa *madame* sorria languidamente, «como se o fio lhe murmurasse doçuras»: «Então, ante aqueles seres de superior civilização sorvendo num silêncio devoto as obscenidades que a Gilbertte lhes gania, por debaixo do solo de Paris, através de fios mergulhados nos esgotos, cingidos aos canos das fezes – pensei na minha aldeia adormecida.» (p. 72) – confessa José Fernandes. Subitamente – nessa expectativa, grave ou lânguida, mas acrítica, impossibilitados de interconexão –, percebem que não é a Gilbertte que canta, ouvem-se somente guinchos e zumbidos, todos largam os fios: este desastre sonoro anuncia outros – – vai começar um jantar não menos atribulado – e levará Jacinto a trocar a Cidade pelas Serras.

Era um velho sonho: "Cyrano de Bergerac foi o inventor do fonografo no século XVI", titulava *O Século Ilustrado* (Lisboa, n.º 148, 2-XI-1940: 3), exagerado. Thomas Edison, sim, inventará, em 1877, o fonógrafo de cilindro, ou *graphophone*[6], termo este que até os melhores

Il lui faut de mauvaises nouvelles par besoin d'intensité et pour assurer la participation des lecteurs.» (p. 242) Ora, os anúncios nem sempre são *bons*, como desmentem as páginas de necrologia, entre outras, podendo, também, convocar leitores.

[5] É dar razão a Ernesto Sabato, *Antes del Fin*, Buenos Aires: Booket, [4]2006: 115: «El hombre no progresa, porque su alma es la misma. [...] La técnica y la razón fueron los medios que los positivistas postularon como teas que iluminarían nuestro camino hacia el Progreso. [...] El fin de siglo nos sorprende a oscuras, y la evanescente claridad que aún nos queda, parece indicar que estamos rodeados de sombras. Náufrago en las tinieblas, el hombre avanza hacia el próximo milenio con la incertidumbre de quien avizora un abismo.»

[6] Grafofone, «c'est-à-dire qu'on voyait l'aiguille comme une sorte de plume» (M. McLuhan, p. 316). O *Times* (Londres) de 29-XI-2008 memorava, nos *events* deste dia: «Thomas Edison demonstrated his hand-cranked phonograph, which recorded sound on to cylinders.» Machado de Assis cita o fonógrafo numa crónica d'*O Cruzeiro* (Rio de

dicionários, preguiçosos, datam somente de 1909. Luís Cangueiro lembra o precedente do engenheiro francês Charles Cros e estabelece dados curiosos sobre a polémica entre os adeptos de Léon Scott – o primeiro a gravar a voz humana, em 1860, num fonautógrafo – e Edison – «o primeiro a reproduzi-la» (p. 12), 17 anos depois. As vibrações produzidas por estilete num cilindro eram amplificadas por corneta; substituído o cilindro pelo disco de 78 rotações, no virar do século, o sonoro industrializa-se; The Gramophone Company e a Deutsche Gramophon são de 1898; a Victor Talking Machine, americana, de 1901. Enrico Caruso grava em 1902 e, com outra outra gravação operática de 1904, em Milão, vende um milhão de discos.

Peço uns segundos mais para o laboratório do também poeta Charles Cros, do grupo de Verlaine e Rimbaud. Em 1867, projectou um telégrafo eléctrico automático e um «processo de registo e de reprodução das cores, formas e movimentos», continuando a preocupar-se com a fotografia a cores e a invenção de um cromómetro, que medisse a coloração dos objectos. Meses antes de Edison, em 1877, descreve aparelho capaz de registar e reproduzir sons, que designa por *paléophone*.

No caso português, lembra Luís Cangueiro apresentações públicas em Lisboa e Coimbra, entre Outubro e Dezembro de 1879, bem como a paixão de D. Carlos pelo fonógrafo, que vira na Exposição Universal parisiense de 1889, dotando o iate oferecido à rainha, em 1894, de um fonógrafo. Seu pai, D. Luís, fora já o primeiro rei a ligar-se telefonicamente, um pouco depois de muitos particulares. Imitando o teatrofone de Eça, o monarca, na Ajuda, ouviu a ópera *Lauriana*, do São Carlos, por telefone.

Desde Novembro de 1893, o Salão do Phonographo, na Avenida da Liberdade, convidava a audição de 25 minutos a troco de 200 réis; desde 1894, Porto, Viseu, Coimbra e Figueira da Foz redobravam esse êxito, em sessões públicas. Enfim, lembra ainda Cangueiro, essa «Maravilhosa invenção» já comparece no conto queirosiano "Civilização".

Janeiro, 2-VI-1878), talvez porque no mesmo jornal lera, em 30 de Maio, sobre a nova «invenção» de Edison, que, «após a do *telefono*, é talvez a mais admirável produção do engenho humano [...]». *Cf.* Assis, 2008: 93, 96.

Mas pouco portugueses o teriam lido, pois saiu em Outubro de 1892 na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Conto desenvolvido em *A Cidade e as Serras*, só aqui o fonógrafo atinge a máxima representação. E menos leitores teve *A Tribuna*, de Lisboa, em 15-X-1899, com o soneto "Phonographo", escrito em Macau, 1896, por Camilo Pessanha.

Ora, a história entre nós pode recuar. Sempre atento a estas aventuras, Ramalho Ortigão será, talvez, o primeiro a tratar do fonógrafo, aquando de uma segunda visita a Paris. Veja-se o seu livro *Notas de Viagem. Paris e a Exposição Universal (1878-1879)*, saído neste ano. Em Maio de 1879, a propósito de exposição portuguesa no Rio de Janeiro, critica n'*As Farpas* o nosso «regime industrial» (2007: 1550), e, entre inventos recentes, cita «Edison, o fonógrafo e, ultimamente ainda, o admirável teléfono *electroquímico*, no qual o som é mais intenso ao chegar ao aparelho receptor do que ao partir do aparelho transmissor» (p. 1551).

Em 25 anos, o fonógrafo substitui outros modelos e representações. Lembrarei uma personagem lengalengando no *In Illo Tempore*, editado em 1902, que leva Trindade Coelho a dizer: «Era um realejo! E digo um realejo, porque no tempo do Pedro ainda não havia o fonógrafo!» (Coelho, 1991: 206)

Sirvam estes breves subsídios para estabelecermos um quadro *mental* do que se entendia por *progresso*, aqui, em função de um objecto particular datado de 1877, embora o termo francês *phonographe* ('aquele que transcreve a pronúncia das palavras') seja de 1844.

'Gramofone', ou 'fonógrafo para discos', será um termo de 1901 – – o vocábulo português é de 1923 –, e, sendo *gramophone* em francês e inglês, pode ser que o germano-americano Emile Berliner, que registou o termo, tenha procedido à inversão do inglês *phonogram*, ou 'gravação de uma faixa de disco'. Inventado em 1887, o gramofone é comercialmente lançado em 1893. A Imprensa portuguesa do início do século XX publicita-o profusamente. Na literatura, Luís Cangueiro detecta um texto, "O País dos Gramofones", em *Aventuras de João Sem Medo*, de José Gomes Ferreira. Datada de 1901 a primeira experiência radiofó-

nica a grande distância, montada por Marconi[7], em breve se assistiria ao estancar de interesse pelo gramofone e sua portátil grafonola. Mas quantos não se lembram, ainda, de discos de 78 rotações?

Aquando da edição de *Instrumentos de Música Mecânica* (duas tiragens, 2007), priorizando a sua notável colecção de caixas de música, Luís Cangueiro oferecia, já, colecção de postais com fonógrafos e gramofones, datando o mais antigo daqueles de França, 1879, com que abre este segundo volume. Foi um dos pioneiros, portanto. Outros provinham da Alemanha, Suíça, Estados Unidos, acrescendo cartazes humorísticos, franceses e ingleses. Essa amostra é, agora, para os mesmos países (com entrada de Itália e Rússia), muitíssimo acrescentada em exemplares – cronologizada em fonógrafo, grafofone, gramofone, grafonola, gramofone de viagem, gramofone de criança –, fazendo-nos desejar o Museu de Música Mecânica, no concelho de Palmela. Muitas peças são, além do mais, exemplos raros de mobiliário e sinalizam décadas de *design*. Os acessórios – dos cilindros e discos às agulhas, de iconografia variada à bibliografia – encerram esta notável colecção, inaugurada em 4 de Outubro de 2016.

Para surpresa minha, o professor que conheci em Outubro de 1972 e o artista fotográfico que, quinzenalmente, me roubava a página direita das centrais literárias do *Mensageiro de Bragança*, sem abandonar o sentido do olhar, entregou-se decididamente ao prazer auditivo. Homem de gosto raro, detentor de uma colecção que vem historiar segmento importante da cultura material da Humanidade, Luís Cangueiro torna-se, enfim, protagonista da nossa memória colectiva.

[7] «Em 1896, Marconi depõe o brevete sobre a invenção de aparelhos de transmissão de impulsões eléctricas à distância, utilizando, aliás, três descobertas precedentes. O excitador de Hertz (1887-1888), o coesor de limalha de Branly (1890) e a antena de Popov (1895).» Rodrigues, [2]s. d.: 20.

Bibliografia

Assis, Machado de. 2008. *Notas Semanais*. Ed. de John Gledson e Lúcia Granjo. Campinas: Editora da Unicamp.

Barbier, Frédéric; Lavenir, Catherine Bertho. ^{3}2009. *Histoire des Médias. De Diderot à Internet*. Paris: Armand Colin.

Cangueiro, Luís. 2008. *Fonógrafos e Gramofones*. S. l.: Quinta do Rei – – Lazer e Cultura.

Coelho, Trindade. 1991. *In Illo Tempore*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Marshall McLuhan. ^{2}1977. *Pour Comprendre les Médias*. Paris: Mame / / Seuil, 1977 [ed. americanas: 1964, 1976].

Mattelart, Armand. ^{5}2008. *La Mondialisation de la Communication*. Paris: PUF, coll. Que sais-je?.

Ortigão, Ramalho. 2007. *As Farpas Completas*. Quinto volume. Ed. de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores.

Queirós, Eça de. S. d. *A Cidade e as Serras*. Porto: Lello & Irmão – – Editores.

Rodrigues, Adriano Duarte. ^{2}S. d. *A Comunicação Social. Noção, História, Linguagem*. Lisboa: Editorial Vega.

Coração Quente, Generosas Mãos

A Ezequiel Sequeira

«Amor é fogo que arde sem se ver», diz o primeiro verso de soneto camoniano. O que nós vemos, iniludivelmente, são outros incêndios – e, aí, assistimos à acção magnânima, concertada, de homens e mulheres que os debelam, em benefício da comunidade. Essa acção estende-se ao mar, aos serviços de saúde, a um conjunto de iniciativas que fazem dos bombeiros elementos imprescindíveis na pacificação social. Esta homenagem, sob forma de pepitas histórico-culturais, é, por isso, mais do que merecida.

1. **O bem e o mal**

Símbolo das paixões e do espírito, o fogo purifica e regenera. Está na origem da civilização, como demonstram trabalhos junto de povos primitivos, cedo passando do alimento cru ao cozido.

A maleabilidade da vida humana no que ela tem de mais terreno, e, mesmo, sujo, lê-se na presteza do ferreiro, que forja novos instrumentos, sem os quais, homens ou deuses (Vulcano ocupa lugar primordial na mitologia), mal sobrevivíamos.

Mas cada homem, no amor ou na cólera, é, sempre, um homem novo, seja porque, sobre ele, desce a graça divina – quais línguas de fogo sobre os discípulos em dia de Pentecostes, o que também significa disponibilidade para os outros, sobretudo porque adquirem outras línguas com que se poderão entender universalmente –, seja porque, na impaciência da eternidade, alquimicamente nos oferecemos à promessa de eterna juventude ofertada pela ciência, quando não a pactos demoníacos em que brilha, necessariamente, o ouro de outros infernos.

Num domínio em que tememos a destruição – e, daí, os seguros contra incêndios, contra terramotos e avalanchas, etc. –, não vá sem lembrar a esperança que lhe é imanente, e se traduz num cíclico renascimento, de que a fénix, emergindo das cinzas, é exemplo maior. Dos mortos solta-se, ainda, uma energia também vital, que nem a cremação apaga, porque vamos fecundar outros campos e animar (dar alma a) novos seres.

Esta função veicular está bem expressa nos rastos que observamos no céu, desde meros sinais de fogo ao movimento ascensional das almas (como pretendem alguns) e aos novos mercúrios em que se transformaram aviões, foguetões e mortíferos mísseis.

De modo comezinho, reconhecemos a necessidade de calor humano, derivando tantas vezes em multidões incendiadas, outra forma de guerra moderna, aí onde os soldados da paz podem ser mais úteis que cassetetes.

Quando os psicanalistas entram em jogo, percebe-se a crescente importância do fogo em cada acto individual. Num mundo cada vez mais consciente da sua condição sexuada, a técnica da fricção, com que se obteve a primeira chama, mas igualmente a percussão (caso do raio), remetem, agora, para o acto sexual e, duplamente, para a ideia de vida: civilizacional e do ser humano.

Ao mesmo tempo, fruto do céu ou para ele subindo, representa a inteligência e, mesmo, figuração de Deus em movimento. A imagem positiva e negativa destes fenómenos é, em suma, dada pelo Sol, cujos raios, iluminando-nos, fazendo nossos dias e noites, limpam e fecundam, enquanto, noutras ocasiões, queimam e destroem, obscurecendo-nos, não raro, o entendimento. Em cada nova campanha estival, os conselhos não faltam; e, também aí, nas praias e, mormente, nas florestas, redobram as tarefas dos abnegados bombeiros.

2. **Elogio do fogo**

Neste intróito, há um título a reter, *La Psychanalyse du Feu* (1938), de Gaston Bachelard[1]. A abrir o primeiro capítulo, faz-se o respectivo

[1] 1965. Paris: Gallimard, coll. Idées / NRF.

elogio:

> Le feu et la chaleur fournissent des moyens d'explication dans les domaines les plus variés parce qu'ils sont pour nous l'occasion de souvenirs impérissables, d'expériences personnelles simples et décisives. Le feu est ainsi un phénomène privilégié qui peut tout expliquer. Si tout ce qui change lentement s'explique par la vie, tout ce qui change vite s'explique par le feu. Le feu est l'ultra-vivant. Le feu est intime et il est universel. Il vit dans notre cœur. Il vit dans le ciel. Il monte des profondeurs de la substance et s'offre comme un amour. Il redescend dans la matière et se cache, latent, contenu comme la haine et la vengeance. Parmi tous les phénomènes, il est vraiment le seul qui puisse recevoir aussi nettement les deux valorisations contraires: le bien et le mal. Il brille au Paradis. Il brûle à l'Enfer. Il est douceur et torture. Il est cuisine et apocalypse. Il est plaisir pour l'enfant assis sagement près du foyer; il punit cependant de toute désobéissance quand on veut jouer de trop près avec ses flammes. Il est bien-être et il est respect. C'est un dieu tutélaire et terrible, bon et mauvais. Il peut se contredire: il est donc un des principes d'explication universelle. (p. 19-20)

Quando ouvimos falar de prevenção, para evitar acidentes de estrada ou obviar à destruição de florestas, estamos a corroborar Bachelard, ao acrescentar que «le feu est plutôt un *être social* qu'un *être naturel*» (p. 23), ou seja, «le respect du feu est un respect enseigné; ce n'est pas un respect naturel». E sublinha: *«En réalité, les interdictions sociales sont les premières.* L'expérience naturelle ne vient qu'en second lieu pour apporter une preuve matérielle *inopinée,* donc trop obscure pour fonder une connaissance objective.» (p. 24)

Exemplo é o facto de, se uma criança aproxima a mão da chama, o pai lhe dar uma palmatoada. Com uma picadela, nada disso acontece:

> [...] les interdictions sociales concernant les pointes sont beaucoup plus faibles que les interdictions concernant le feu.
> [...] Le feu frappe sans avoir besoin de brûler. Que ce feu soit flamme ou chaleur, lampe ou fourneau, la vigilance des parents

> est la même. Le feu est donc initialement l'objet d'une *interdiction générale*; d'où cette conclusion: l'interdiction sociale est notre première *connaissance générale* sur le feu. (p. 24-25)

Uma escola que, na plena liberdade, *também* não proíbe não vai muito longe. Existe, claro, um modo de espiritualizar a proibição: a voz severa substitui a palmada; histórias e lendas acerca dos perigos dos incêndios socializam as crianças. Sobre elas pesa, entretanto, o complexo de Prometeu: quem desobedece aos maiores e rouba fósforos, ou o fogo do céu, não é um simples delinquente, ainda que acenda um qualquer rastilho. De facto, nesse gesto, aqui e ali perigoso, denuncia vontade de querer «*savoir* autant que nos pères, plus que nos pères, autant que nos maîtres, plus que nos maîtres» (p. 26). Fecha este capítulo de forma lapidar: «Le complexe de Prométhée est le complexe d'Œdipe de la vie intellectuelle.» (p. 27)

Associa-se àquele, no crescimento do sujeito, um complexo de Empédocles, a que dedica o segundo capítulo. Quem não recorda um devaneio, intérmino, frente ao lume? É a imagem do repouso, de uma «assez longue contemplation», em que só sentimos esse bem-estar «si l'on met les coudes aux genoux et la tête dans les mains» (p. 33).

Criança e pensador equivalem-se. No devaneio, criamos um desejo, não uma necessidade. Explica assim Bachelard as raízes filosóficas dessa atitude, em que a conquista do supérfluo é mais excitante que a conquista do necessário:

> Le feu est pour l'homme qui le contemple un exemple de prompt devenir et un exemple de devenir circonstancié. Moins monotone et moins abstrait que l'eau qui coule, plus prompt même à croître et à changer que l'oiseau au nid surveillé chaque jour dans le buisson, le feu suggère le désir de changer, de brusquer le temps, de porter toute la vie à son terme, à son au-delà. Alors la rêverie est vraiment prenante et dramatique; elle amplifie le destin humain; elle relie le petit au grand, le foyer au volcan, la vie d'une bûche et la vie d'un monde. L'être fasciné entend l'*appel du bûcher*. Pour lui, la destruction est plus qu'un changement, c'est un renouvellement.

> Cette rêverie très spéciale et pourtant très générale détermine un véritable complexe où s'unissent l'amour et le respect du feu, l'instinct de vivre et l'instinct de mourir. Pour être rapide, on pourrait l'appeler le *complexe d'Empédocle*. (p. 35)

Segue-se mais longo capítulo à volta do complexo de Novalis, ou «l'impulsion vers le feu provoqué par le frottement, le besoin d'une chaleur partagée. Cette impulsion reconstituerait, dans sa primitivité exacte, la conquête préhistorique du feu.» Esse calor íntimo «est un bien, une possession. Il faut la garder [la chaleur] jalousement et n'en faire don qu'à un être élu qui mérite une communion, une fusion réciproque. La lumière joue et rit à la surface des choses, mais, seule, la chaleur *pénètre*.» (p. 70) Coligam-se, aqui, fricção, sexo e amor, o mesmo é dizer origem e devir.

Nesta química, notará, adiante, as combustões espontâneas – de que os amores à primeira vista são exemplo conhecido – e a relação da arte com bebidas que queimam. Apollinaire escreveu *Alcools* (1913); para muitos, a aguardente é água da vida (em francês, *eau de vie*), porque arde. Do ponche de Hoffmann ao absinto de Baudelaire, do incenso e destilados perfumes às cabeleiras fulvas de mulheres fatais ou inspiradoras, da inquisição dos corpos à dos livros (aqui, por azar ou vontade autoral[2]), era um nunca mais acabar de exemplos que elogiam este dourado vocábulo[3], já companhia temível nas nossas histórias trágico-marítimas. Circunstanciemos alguns casos da literatura portuguesa.

3. ***O fogo e as cinzas***

O culto alquímico do fogo, agora metalizado em ouro, atinge a desmesura no século que desemboca no terramoto incendiário de 1755. Mais espavento do que verdadeiro esplendor, torturado barroco depressa passado a frívolo rococó, temos igrejas, talhas, altares e paramentaria – – que também exportámos para além-mar – quais verdadeiros gritos de

[2] Deste aspecto cura "Los libros del fuego", *ABC* – Cultural (Madrid), 16-I-2002.

[3] Para o termo em si, *cf.* Eduardo de Oliveira, "Exercícios sobre a palavra «fogo»", *O Primeiro de Janeiro* (Porto), 12-XI-1980.

amarelo e basta hipocrisia que só deslumbram quem não ouve o bicho roedor. Ainda largos palcos para incêndios devastadores, muitos templos e algumas casas lembram derradeiras riquezas provenientes do Brasil e são, com vantagem, substituídos por papel, afinal, menos perecível, quando nomes de artistas cimeiros estão por trás.

Se, pelos mesmos anos, a *Fénix Renascida* (5 vols., 1716-1728) foi metáfora e título de colectânea, seria só em Oitocentos que, em grau concentrado, iria explodir a tematização do nosso vocábulo e afins. Nas *Flores sem Fruto* (1845), Almeida Garrett opõe o farol – «luz da esperança» – que arde na torre e o baixel que dorme, sem ver os escolhos. Nas *Folhas Caídas* (1853), de erotização crescente, as ainda arcádicas referências aos costumados céu, estrelas, luz, modernizam-se num complexo mais vasto, de que é exemplo, transcrito tal e qual, o poema "Este inferno de amar":

> Este inferno de amar – como eu amo! / Quem m'o pôz aqui n'alma... quem foi? / Esta chamma que alenta e consome, / / Que é a vida – e que a vida destroe – / Como é que se veiu a atear, / Quando – ai quando se há-de ela apagar? // [...] // Só me lembra que um dia formoso / Eu passei... dava o sol tanta luz! / / E os meus olhos, que vagos giravam, / Em seus olhos ardentes os puz. / Que fez ella? Eu que fiz? – Não n'o sei; / Mas n'essa hora a vida comecei...

Esta linguagem paradoxal («chama que alenta e consome») do pai do nosso Romantismo vai ser inoculada nos demais líricos, com relevo, modernamente, para David Mourão-Ferreira, em quem os sentidos deflagram, incontidos. Ernesto Rodrigues vai ao ponto de decompor, verso a verso, a palavra 'fogo' («Fogo / ogo / go / o»), para, no apagamento da linguagem, simular sexo em explosão. O destino do poeta, que, qual Ícaro, queima as asas por demasiada aproximação ao Sol, impõe-se em Miguel Torga. Em 1997, morre Al Berto, cujo derradeiro título diz bem da sua faceta vivencial: *Horto de Incêndio*. Outros 'incêndios' frequentam títulos de poesia.

Na descrição propriamente dita de incêndios vistos ou vividos na imaginação, há curiosas (mas, artisticamente, ingénuas) composições

de bombeiros poetas e, sobretudo, estrofes de um António Correia de Oliveira ou de Pedro Homem de Mello, embora, por todos, fale mais alto um soneto de Júlio Dantas, intitulado "O incêndio":

> "– Ao convento! Ao convento!" – Uiva de longe o vento. / É noite. E a multidão descalça, esfomeada, / À luz de archotes, sobre a ladeira empedrada, / Praguejam e gritando "Ao convento! Ao convento!" // A onda do povo cresce e galga num momento. / / Chispam ferros no ar. A porta chapeada / De bronze, range, oscila e cai à machadada. / Nem um frade. Deserta a casa de S. Bento. // A multidão convulsa invade a portaria: / – Fogo ao convento! Fogo à igreja, à livraria!" / O incêndio lavra; estoira o vigamento a arder! // Em baixo, o povo brama, e uma mulher grosseira / Grita, rouca, atirando um missal à fogueira: / "– Tanto livro… e ninguém nos ensinou a ler!"

Ocorrem-me, à leitura deste, infindáveis movimentos populares que, já ilustrados pelo iníquo imperador Nero, deliciado com o espectáculo de Roma ardendo por suas mãos – de que acusaria os primeiros cristãos, mas tudo isto é polémico –, queimaram casas, repartições públicas, searas, mas também bruxos e feiticeiras, antes de outros cristãos, ditos civilizados, terem incendiado cidades e armadas inteiras, queimando igualmente judeus, como repetiria Hitler, entre labaredas de livros ou do parlamento que repudiava.

Na ficção em língua portuguesa, títulos há inócuos, como a matéria que abordam (*Fogo Fátuo*, de um Coelho Neto ou de Henriqueta Lisboa; já obra-prima será *Fogo Morto*, de José Lins do Rego), mas outros são impressivos. Assim, *Noite de Fogo e Outros Contos* (1974), de João de Araújo Correia; mas, antes dele, um dilacerante *Fogo no Mar* (1945), de João Falcato, documento de tal maneira forte que parece imaginação. Mais conhecidos serão *Fogo na Noite Escura* (1943), de Fernando Namora, que nos pinta a Coimbra oprimida dos anos 30; e, antes de todos, *O Fogo e as Cinzas* (1953), de Manuel da Fonseca, onze contos de ambiência alentejana, inaugurando esse que dá título ao livro por Mestre Poupa bombeiro, consumido por uma mágoa: «Lamentava a toda a hora que tivessem acabado os incêndios grandes e devastadores, como havia

antigamente. Vamos lá a perceber tal coisa! Poderá acaso ser este o drama de um chefe de bombeiros? Pois era.»

Sabemos, linhas abaixo, que Mestre Poupa já, entretanto, «morreu num incêndio; um fogo dos bons, como ele gostava». Este mestre Poupa «tinha artes de ir desviando qualquer conversa até aparecer com naturalidade o caso de um fogo»: «– Hoje em dia, já não há incêndios – comentava ele. – Vejam vocês: toca o sino da igreja; a autobomba desce do quartel, puxa-se a mangueira e, pronto!, está o fogo apagado. Fogo?... Qual fogo, se nem deixamos atear nada!»

Lisboeta, mestre Poupa surge na vila alentejana no quadro de vivas discussões à volta da acção dos voluntários locais, pois, «fogo que houvesse, os prejuízos maiores não os faziam as chamas mas os bombeiros improvisados, na ânsia de tudo molharem e de tudo salvarem. Abriam caminho à machadada, arrombavam tabiques, partiam mobílias e loiças, sem dó nem piedade. Estragos do lume apenas uma que outra chaminé, ou um carunchoso soalho.»

Desconsolado, mestre Poupa evocava grandes incêndios de antigamente. Com exagero, como ao referir-se ao da Rua da Madalena:

> Isso é que foi um fogo bom! – recordava ele, animado e feliz. – Morreram dezenas de pessoas. As mulheres atiravam-se lá de cima com as crianças ao colo e esborrachavam-se contra a calçada. E a gente, entre as chamas, todos chamuscados! As escadas partiam-se, não havia água: vá de machadadas, vá de baldes de areia. Vi colegas com a farda a arder; salvei crianças, mulheres, e caí ferido e sem forças. Fui parar ao hospital com uma clavícula fracturada e um braço queimado. Mas apagámos aquilo, caramba! E eu ganhei uma medalha.

Rebentou, por fim, o incêndio fatal. Mestre Poupa «tinha o rosto transtornado. Apitava sem energia, dava ordens gaguejadas, vinha-se desviando das chamas. [...] // Mestre Poupa bombeiro tinha, afinal, medo do fogo!»

Menos conhecidos, também, citemos *O Navio de Fogo* (1993), contos de Vergílio Alberto Vieira, assistindo, no último, a violenta explosão no vagão da frente, em Santa Apolónia. Ou, de Ernesto Rodrigues, a

novela *Várias Bulhas e Algumas Vítimas* (1980), seguida pelo romance *Torre de Dona Chama* (1994), em que o nome desta tem, segundo a lenda, explicação na luxúria de fogosa princesa moura. O poder da ficção reencontra-se no embora inacabado *Sinais de Fogo* (1979), de Jorge de Sena, sobre o fim da adolescência nas areias da Figueira da Foz, enquanto se perfila a guerra civil de Espanha.

4. **Rua da Madalena**

No campo da Imprensa, incêndios houve que justificaram honras de antologia. "O incendio da Rua da Magdalena", em 10 de Abril de 1907, foi um deles, com maior espaço n'*O Século* do que outros chiados tiveram em dias mais recentes. Jacinto Baptista e António Valdemar transcreveram-no em *Repórteres e Reportagens de Primeira Página. I – – 1901-1910* (1990: 47-73).

Terão morrido treze pessoas – ou quinze, lia-se na edição de 13 de Abril. Enquanto as autoridades policiais impediam que populares entrassem para salvar inquilinos desesperados – o que o anónimo repórter (afinal, Eduardo Fernandes) critica –, chega a primeira escada Magirus, e logo outra,

> [...] alada no extremo oposto àquele por onde se içara a primeira. Sobe o sr. capitão Craveiro Lopes, instrutor do corpo de bombeiros, [que] entra pelas chamas e traz para baixo, nos braços, duas mulheres.
> Pela outra escada sobe o sr. Coelho Dias, bombeiro voluntário n.º 10, que traz para baixo a filha da inquilina do 4.º andar, Maria Adelaide Ribeiro. Conta ele que viu lá em cima morrer a mãe desta pobre menina, chamada Maria José Morgado! [...]
> O bombeiro 36, do corpo de salvados, distingue-se pela sua coragem e salva várias pessoas, [...]. Vêm para baixo por meio da mangueira de salvação. [...]
> O chefe de divisão Carvalho passa junto de nós, e, num ímpeto nervoso, a chorar como uma criança, diz-nos entre soluços:
> – Que desgraça! Fiz o que pude, mas não lhes posso valer! – Estão lá em cima, mortos, um homem e umas poucas de crianças!
> E abalou a correr como um doido.

É descrita a acção de alguns bombeiros, entre os quais há feridos com queimaduras na cara e nas mãos. Informações subsequentes, e mais serenas, confirmam a actuação daqueles:

> Foi neste comenos que chegou a primeira escala Magirus. Tombo para cima, tombo para baixo, levou 8 minutos montada para a varanda do 3.º andar, [...].
> Alada a escada, fizeram-se então por ela os primeiros salvamentos, vindo logo a mangueira de salvação, por onde outras pessoas conseguiram livrar a vida. Daí a pouco, outra escada Magirus apareceu, [...].
> Tendo havido de princípio grande falta de água, o ataque do incêndio foi também moroso em extremo. Estavam na rua as viaturas e as bombas, resfolegava o vapor nas que eram assim movidas, trabalhavam os sotas nas bombas manuais. Enfim, assestaram-se as agulhetas e começou a debelar-se o fogo.

Deflagrado às 2h 10m, com criaturas lançando-se, mesmo, do 5.º andar, «Só pelas 5 horas da manhã estava dominado, começando então o rescaldo, que se prolongou pelo dia adiante, e procedendo-se pelas 10 horas à remoção do entulho. Às 11 aparecia entre os escombros o primeiro cadáver.»

O subtítulo exclusivamente dedicado ao serviço de incêndios pede pormenorização demorada:

> Estiveram no local do sinistro os dois comandantes do corpo de bombeiros, bem como todos os seus chefes e pessoal superior, vendo-se ali também todos os voluntários e, com o seu chefe, o pessoal de corpo de salvados.
> O material acudiu pela seguinte ordem: carro Magirus 30, bombas a vapor 3 e 11, material da 18, da 3, da 6, da 7, da 15, da 8, da 28, da 16, da 4, da 1, carroças, 'coupé' para doentes e macas, da 5, da 2, da 9, da 13, da 39, da 11, da 12, da 21, da 26, da 29, das duas secções de voluntários e do corpo de salvados. Ao todo 66 máquinas e viaturas.
> Ficaram avariadas algumas bombas e carros, mas sem prejuízos de importância.

Papagaios de estimação complicam salvamento; mas não só: «O bombeiro 45, da 1.ª, depois do incêndio apagado, salvou, ainda vivos na sobreloja do prédio, 3 pombos e 2 borrachos, que estavam numa gaiola.»

Na Câmara dos Deputados, é unânime o louvor aos bombeiros municipais e voluntários.

5. **Grandes incêndios**

Historicamente falando, é o Senado da Câmara de Lisboa o primeiro a sentir a necessidade, já em finais do século XIV, de um quadro legal mínimo que ordenasse o combate a estes flagelos. Marco dessa convergência de interesses com a vontade de um rei efectivamente popular é a carta régia de D. João I, datada de 25 de Agosto de 1395, com que se inaugura, oficialmente, a história dos bombeiros portugueses. Nestes seis séculos, entretanto, muita água correu...

Mereceram honras de prosa, no *Memorial* de João Roiz Soares (1953: 20, 80), dois desses cataclismos, entrevistos, aliás, como punição de Deus sobre os desmandos morais e políticos no reinado de D. Sebastião. Actualizamos esses textos.

O primeiro ocorre no terrível mês de Junho, quando se declara a peste. A sintaxe é complicada: «[...] o fogo fora ateado de maneira, com peste, que nunca se acabara, pois na gente que ficou se ateou de maneira que ardeu a cidade [...].»

O segundo é confinado à zona do Terreiro do Paço. Ei-lo, na íntegra, prosa actualizada:

> Aos 18 de Fevereiro de 1575, à uma hora depois do meio-dia, se pôs o fogo na Rua dos Algibebes, a que chamam a Rua do Príncipe, em toda aquela banda do mar que vem cair sobre as louseiras, que toda se queimou, deitando-se as mulheres, meninas e meninos pelas janelas e porque os tomavam em baixo em colchões e noutras cousas. E permitiu Deus fosse de dia e a tais horas para se não queimar ninguém e o fogo apagar-se com a muita diligência que as Justiças nisso fizeram, mas não deixou de haver grandes roubos e furtos e grandíssima perda no que se queimou.

Hospitais, igrejas, conventos e teatros sofrem muito. O Hospital Real de Todos-os-Santos é vítima particular: arde, parcial ou totalmente, em 17 de Outubro de 1601, 10 de Agosto de 1750 e no terramoto de 1 de Novembro de 1755.

Um incêndio pode durar três dias, como aquele que atinge, em 22 de Setembro de 1708, o Convento da Trindade. Há dias aziagos, como 10 de Agosto de 1734, em que, só em Lisboa, se declaram três incêndios. Podem ser destruídas até 50 casas de madeira, como no de 13 de Fevereiro de 1745, na zona da Ribeira, em que há 31 mortos e 86 feridos. Os cálculos para o de 1755 são, naturalmente, maiores. Desde 27 de Janeiro de 1787, a Rua da Madalena vai somar alguns sobressaltos. Às 13 aí mortas, juntamos 30 em 21 de Novembro de 1794, duas em 21-22 de Novembro de 1844, etc. Desde 19 de Novembro de 1863 até há bem pouco, também a Câmara Municipal tem vivido sobressaltada.

Um dos mais trágicos foi, sem dúvida, o de 21 de Março de 1888, no Teatro Baquet, do Porto: morreram 84 pessoas, ficaram feridas 86. Obnubilou-se, com este trágico fim, a memória desses três curtos anos em que o teatro funcionou. Mais sorte teve o Teatro Nacional de D. Maria II, na madrugada de 2 de Dezembro de 1964: perderam-se inúmeras obras de arte e o seu guarda-roupa, mas renasceu das cinzas. Em 25 de Agosto de 1988, é o Chiado em chamas. Pior será o da serra de Sintra, entre 6 e 10 de Setembro de 1966, em que perdem a vida 25 soldados do Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa de Queluz; longe, ainda, dos 64 mortos do mais terrível: o de Pedrógão Grande, em 17 de Junho de 2017.

6. **Breve historial**

A citada carta de D. João I começa por ter um carácter preventivo: impetra os pregoeiros, que andam pela cidade, avisem os particulares de que deviam guardar o fogo em suas casas; e que, se algum se levanta, «que todos os carpinteiros e calafates venham àquele lugar, cada um com seu machado, para haverem de atalhar o dito fogo». Quanto às mulheres, que acorram, tragam cântaro ou pote para levar água.

Outra notícia diz-nos que, em 1612, foram os carpinteiros do Porto a receber machados da respectiva Câmara.

Somente com D. João IV, em 1646, a Câmara lisboeta se vê provida de

> seis escadas ferradas no alto delas, duas de quinze degraus e outra de vinte e cinco, e outras duas de trinta, as quais se encostam na casa onde pega o fogo, e seis varas de trinta palmos de comprido ferradas com seus bicheiros de ganchos e duzentos calões de couro cru que levem um almude de água cada um, porque estes servem e não quebram, e se lançam do alto das casas à rua, e para cima vão continuando cheios de água, o que não pode ter lugar em quartas de barro, que se quebram e não podem fazer o efeito, como convém.

Na "Síntese de 600 anos de acção" – com que F. Hermínio Santos, coordenador dos dois volumes dedicados aos *Bombeiros Portugueses. Seis Séculos de História. 1395-1695* (1995), inaugura o primeiro – e só a partir daqui recorremos a este trabalho –, deparamos com a verdadeira «organização de um corpo de homens», ainda no mesmo texto de D. João IV. Aqueles justificavam «um salário conveniente para estarem prestes à obrigação deste trabalho», obrigando-se «dez carpinteiros da Ribeira das Naus de machadas, que são marinheiros, nomeados pelo mestre dela, e dez pedreiros nomeados pelo mestre das obras da cidade, e dez trabalhadores, para andarem com as escadas e água».

Em 28 de Março de 1678, o ainda regente D. Pedro, futuro D. Pedro II, despachou que em Lisboa

> haja três armazéns, um no meio do Bairro Alto, outro no meio do Bairro de Alfama, outro no meio do Bairro intermédio a estes, e que estejam providos de todos os instrumentos que se julgarem por necessários para se acudir aos incêndios e escadas dobradiças de altura competente [...]. E a chave terá em cada bairro um dos mestres assalariados pelo Senado, com a obrigação que, logo que se tocar a fogo, abra o armazém que tiver a seu cargo, aonde acudirão todos os oficiais assalariados [...].

Os faltosos seriam sancionados.

Segundo F. Hermínio Santos, as relações internacionais dos nossos bombeiros datam de 24 de Outubro de 1681, quando «a Câmara de Lisboa foi obrigada a adquirir na Holanda [. . .] diverso material, nomeadamente baldes de couro, machados, picaretas, enxadas, alavancas, além de dois arpéus e dois esguichos e comprar a Pedro Matias outros instrumentos». Acrescenta: «O primeiro '*Regulamento do pessoal que, por obrigação, deveria acorrer aos incêndios'* foi publicado em 1863. Nele foram estabelecidas normas sobre o recrutamento de pessoal, recolha e utilização do material existente», além de obrigações dos capatazes do Terreiro do Paço e penas aos infractores.

O Porto tem uma bomba desde antes de 1728, mas, a 5 de Fevereiro, provisão de D. João V cria a Companhia do Fogo, integrada por 100 homens capazes de manobrar a bomba, machados, foices e água.

Em 1734, Lisboa tem novo regulamento e outra estrutura, atribuindo, «pela primeira vez, o termo bombeiro aos trabalhadores dos serviços de incêndios. Nessa altura foram adquiridas, em Inglaterra, mais quatro bombas-tanque.»

Em Braga, Viana do Castelo, Coimbra, Setúbal, Lamego, Guimarães – sem esquecer o Brasil –, país e império organizam-se lentamente neste sector, ainda no século XVIII. No século XIX, outras vilas e cidades adquirem bombas de incêndio, como Penafiel, Angra do Heroísmo, Barcelos e Viseu.

Numa das mais conhecidas oficinas tipográficas de Lisboa, sai, anonimamente, em 1800, opúsculo de título enorme, como era prática do tempo: *Modo ou Sistema Fácil para qualquer pessoa escapar à voracidade dos incêndios repentinos, Que se atearem nas casas das cidades, vilas, ou lugares deste Reino: Inventado por um curioso, amigo da Pátria*. Certo bacharel formado em Medicina por Coimbra oferecia, em 1850, à Academia das Ciências, *Memória sobre os diferentes meios de atalhar os incêndios, etc*.

Enquanto se desenvolve a acção das câmaras municipais, o maestro Guilherme Cossoul tem a ideia de uma «companhia de voluntários bombeiros», aprovada em 18 de Outubro de 1868, e adstrita ao Corpo

de Bombeiros Municipais. Assim se lançavam os germes do associativismo nos bombeiros.

Percebe-se, depressa, a importância destes em áreas que não somente a extinção de incêndios: no socorro a náufragos (desde 1870) e na saúde, com 'ambulâncias' desde 1891.

Entre guias, manuais, almanaques, poemas celebrativos, historiais, inicia-se, também, uma Imprensa própria, em 1 de Janeiro e 2 de Abril de 1877, com, respectivamente, *O Bombeiro* e *O Bombeiro Portuguez*, aquele em Lisboa, este no Porto. Sucedem *O Bombeiro de Lisboa* (Lisboa, 1888), *O Bombeiro* (Porto, 1889), *O Bombeiro Voluntário* (Porto, 1891), *O Bombeiro Municipal* (Porto, 1892).

A Liga dos Bombeiros Portugueses nasce no congresso estorilense das associações e corpos de bombeiros de 1930, embora os respectivos estatutos só venham a ser aprovados no II Congresso Nacional do ano seguinte, em Setúbal. Passou a editar o *Boletim da Liga dos Bombeiros Portugueses* (1933), designado *O Fogo e a Técnica* desde 1978, e, em 1982, já *Bombeiros de Portugal*, mensário.

O Serviço Nacional de Bombeiros, assim designado por lei de 20 de Março de 1979 (organização, porém, instituída por decreto-lei de 9-12-1978), tem por atribuição «orientar e coordenar as actividades e serviços de socorro exercidos pelos corpos de bombeiros e assegurar a sua articulação, em caso de emergência, com o Serviço Nacional de Protecção Civil». Integra um Conselho Coordenador, interlocutor do Governo. Bimestral, edita a *Revista do Serviço Nacional de Bombeiros*.

Da parceria entre a Liga e este Serviço emergiu a escola Nacional de Bombeiros, que apresentou no primeiro trimestre de 1997 o seu *ENB Magazine – Revista Técnica e Formativa*. Em Julho de 1996, estreou-se, por seu lado, a também trimestral *Alto Risco*, revista da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, a qual, criada em 14 de Fevereiro de 1991, representa e defende os bombeiros profissionais (sapadores, municipais e assalariados das corporações de bombeiros voluntários).

Coração quente, generosas mãos: eis os bombeiros portugueses.

Jogos de Letras

O Desporto na Cultura Portuguesa

A Marcolino Cepeda

À memória de Teófilo Vaz

1. **Balanços do desporto em Portugal**

1. 1. *Foot-ball* **e pedibola**

O futebol, como desporto favorito em Portugal, serviu de mote a "crónica da quinzena" de Aquilino Ribeiro em 1926[1]. Não só: também a nova moda feminina de «tosquiar a cabeça» e as danças trazidas pelo *jazz-band* se associavam à loucura que varria o mundo. Mas o futebol era mais perigoso, porque se vinha tornando «o *mane-tecel-phares* de uma população de impaludados, de sifilíticos e alcoólicos na sua maioria». Agostinho de Campos já inventara a «geração do pontapé na bola», diz Aquilino. Que pergunta: «Como se pôde enraizar entre nós um desporto tão contrário ao nosso *habitat* e aos nossos costumes?» E justifica:

> De todos os jogos, é sem dúvida este o mais estúpido e inconsequente. O remo fortalece o remador e tonifica-lhe os pulmões; o jogo do pau adestra o jogador para a defesa do respeitável costelado; o tiro é um passatempo nobre; a gineta é saudável e elegante; o ténis ensina as belas atitudes; e até o boxe e o savate preparam o homem para esmurrar um patife que se lhe pranta pela frente ou quando pretenda lavrar uma desafronta. Mas o futebol, que acréscimo de força ou de beleza traz a quem o pratica?

[1] *Ilustração* (Lisboa), n.º 14, 16-VII-1926. Transcrevo de Fernando Venâncio. 2004. *Crónica Jornalística. Século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores. 79-81.

O autor não esquecerá o fenómeno e, em cima do campeonato do Mundo de 1958 conquistado pelo Brasil, oferece-nos, com a edição de *O Malhadinhas* desse ano, a novela *Mina de Diamantes*, onde, a propósito das aventuras do herói Diamantino Dores, brasileiro de torna-viagem, escreve que este prometia erguer estátua «em Lisboa aos insignes ases da pedibola Barrigana e Matateu» (p. 313).

«Pedibola» – ou seja, bola ao pé, «o jôgo do bola-pé»[2] – poderia ser o termo português; mas não vingou, pois, desde o último quartel do século XIX, já o *foot-ball* comparecia em Ramalho Ortigão, de visita à Inglaterra, o qual também assinalava a entrega dos além-manchegos a outras modalidades, em oposição ao janotismo inconsequente de portugueses derreados, espinhela caída, dados a fumos de sociedade e aos langores de salões e botequins, se é que se dedicavam a corridas de cavalos no Campo Grande.

1. 2. **Um «território neutro e pacífico»**

No seu *John Bull* (1887)[3], Ramalho lamenta que, ao contrário de Cambridge e Oxford, a Universidade de Coimbra seja a imagem do «abandono absoluto do que se chama a educação complexa, integral e harmónica», que interpreta como «o facto mais lastimável e mais funesto da civilização portuguesa». O panorama clássico de *alma sã em corpo são* resumia-se, no caso português, pela negativa:

> Deixamos perder a tradição dos nossos antigos jogos atléticos – – a *péla*, a *bola*, a *barra*, as *canas*, a *argolinha*, o *pato*, a *malha*, a *carreira* – e não os substituímos por nenhum exercício correspondente. Não há uma carreira de tiro, nem uma sala de armas, nem um parque de ginástica. Não fazem excursões a pé, mochila às costas, [...]. Não remam, não caçam, não pescam, não esgrimem, não atiram ao alvo. (p. 146-147)

No capítulo IX, é sintomático, desde logo, o resumo da matéria a tratar: «O "atleticismo" na sociedade inglesa e a espinhela caída na bur-

[2] Agostinho de Campos. [3]1945. *Língua e Má Língua*. Lisboa: Bertrand. 6. Remete para Dezembro de 1932.

[3] Cito pela reedição de Lisboa: Livraria Clássica Editora. 1943.

guesia de Lisboa. – O sedentarismo burocrático e a vida rural. – Acção do espiritualismo dos governos sobre a musculatura das raças.» (p. 149)

É aí questão do *lawn-tennis* e, como propósito social, da «benevolente e fraterna igualdade que a prática dos jogos nacionais estabelece – – numa espécie de território neutro e pacífico, quando tantos conflitos de interesses separam os homens – entre os cidadãos não só de todas as opiniões e de todas as ideias, mas de todas as idades» (p. 154). A comunidade britânica surge, deste modo, exemplar:

> É raro o dia em que os jornais ingleses se não referem a algum desses desafios de natação, de carreira, de *lawn-tennis* ou de *foot-ball*, tão frequentemente celebrados de escola para escola, de clube para clube, de cidade para cidade, de condado para condado, sem falar nas regatas das universidades e nas famosas partidas de *cricket* que os jogadores da Austrália vêm em cada ano propor aos seus antípodas da metrópole. (p. 161)

Num quadro de espanhola, mais do que lançando a péla, curvando a anca «Em graciosa pintura, e erguida a mão», com que para longe atira «O meu pobre e amoroso coração», vemos João Penha no soneto "Lawn-Tennis"[4], que abre: «Tudo é jogo na vida e carambola,».

1. 3. **Outro panorama em 1899**

O pessimismo de Ramalho é, de algum modo, rasurado na década seguinte. Assim, *A Semana de Lisboa* / Supplemento do *Jornal do Commercio* abre secção (no número 54, com que fecha a publicação, de 4--II-1894) de *Sport* / Cricket, Football, como se a sociedade em tempo do senhor D. Carlos fosse já outra, resumida em balanço jornalístico de Pinto de Carvalho:

[4] 1905. *Novas Rimas*. Coimbra. 285-286.

> Hoje faz-se mais ginástica do que nunca, as praças de touros triplicaram, constituíram-se sociedades atléticas e cinegéticas; temos o ciclismo, as carreiras de tiro, o jogo de pau, as regatas, o pugilato, do *box*, tão amado de Ricardo III e de Byron; nenhum dos que disputam os lauréis do *chic*, nenhum dos que se curvam aforçuradamente ao jugo tirânico da moda deixa de trazer na ideia a tineta de esgrimir o florete como Grisier, a espada com Saint-Georges, ou de atirar à pistola como Junot; metemos uma bala de carabina no alvo com a mesma perícia de um atirador aos pombos de Monte Carlo; entregamo-nos aos exercícios físicos com todo o fervor de nossas almas e de nossos nervos; [...]. Honramo-nos de possuir escola de toureio e velódromos, as grandes solenidades hípicas das corridas cavalares e o pedestreanismo – o diabo a quatro![5]

Claro que, apesar de tudo isso – e da nascente imprensa desportiva[6] –, continuávamos uns trinca-espinhas, uns espirra-canivetes, mas a aristocracia e alguma burguesia incomodada no sangue, ao menos, colocavam-se a par da Europa. Na província, os jogos populares tradicionais faziam seu curso, decerto mais comunitários do que estas modalidades chiques, que exaltavam o indivíduo como solista de uma transformação a passar-se, com as novas olimpíadas, aos jogos das nações (como serão, depois, as guerras mundiais e regionais) e à democraticidade dos jogos de equipa, cedo globalizados. Os melindres linguísticos também se adaptam, ou resignam: em capítulo anterior, o mesmo Pinto de Carvalho mostra conhecer o que designa por «*sport*, o *lawn tennis*, o *football*, e todos esses barbarismos de importação inglesa» (p. 231). Por 1903, Fialho embirra com o «paraíso lawntennista» cascaense[7]. Gomes

[5] Pinto de Carvalho (Tinop). 1991. *Lisboa d'Outros Tempos. II. Os Cafés* [1899]. Lisboa: Fenda Edições. 248-249.

[6] *O Campeão* / Revista Theatral e de Sport (Lisboa, 4-IV/23-V-1897, n.º 5); *Campeão Popular* / Revista Litteraria, Theatral, Tauromachica e Sportiva (Lisboa, 5-VI-1898); *O Campeão* / Semanário de Litteratura, Crítica e de Sport (Porto, 5-XI-1899/25-IX-1901, a. 3, n.º 25). Esta associação ao *literário* marca-se noutros títulos, de que se releva *A Môsca* / Revista Illustrada, Litteraria, Theatral e Sportiva (director e proprietário, Alfredo Monteiro da Fonseca, Lisboa, 16-III/1-VI-1910).

[7] Fialho d'Almeida. 1970. *Vida Errante (Livro Póstumo)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora. 17.

Leal, ao descrever um Macário matador, «de monóculo e luvas amarelas», diz «que ama o *tennis*, o *sport*, o *espalhafato*...»[8]

Intrometa-se uma curiosidade, na pena inesperada de um dos maiores do século XX.

1. 4. **Um Portugal-França feminino visto por Almada-Negreiros**

O interesse pelo futebol (em que colocaremos a tónica) começou por ser tal[9], que, já no primeiro quarto do século XX, nem as mulheres escapavam à paixão de uns toques.

Em crónica de 4-X-1923 no *Diário de Lisboa*, intitulada "Nenette ou o «foot-ball» feminino", José de Almada-Negreiros dá apontamentos deliciosos sobre essa febre:

> Vieram a Lisboa dois «onzes» femininos, o que, apesar da aritmética, fazia mais de vinte e duas jogadoras porque também havia várias suplentes. Na «gare» dizem que foi uma enchente de alto lá com ela, tendo também comparecido um piquete de infantaria da Guarda por causa das dúvidas. Apesar disto, os conquistadores sportivos[10] executaram à risca o seu programa de recepção que excedeu todas as expectativas. [...] A verdade é que nesse dia o nosso temperamento ardente de meridionais tinha mobilizado ali para a estação a fina flor da exuberância nacional com todos os seus gestos e os mais adequados para receber raparigas desacompanhadas. Foi em cheio!

Vestindo pobremente, em magote, pelas ruas, as francesas riam, atrasavam-se, desatavam a correr:

[8] No soneto "A independência do bigode", *Mefistófeles em Lisboa* (1907), cit. em *À Sombra de Orfeu (Sonetos)*. 1990. Ed. de Maria Estela Guedes. Lisboa: Guimarães Editores. 49.

[9] A "Cronica Sportiva" quinzenal d'*A Lús* (Porto, 15-VIII-1916) não engana: «Toda a gente, sobretudo moça, tem predilecção por um determinado sport, mas aquele que mais se cultiva é inquestionavelmente o *Foot-Ball*, [...].»

[10] Assim, no original, p. 3; actualiza-se o demais texto – com excepção, ainda, do vocábulo *foot-ball* – também disponível em Almada Negreiros. 1988. *Obras Completas. Volume III – Artigos no Diário de Lisboa*, 1921-1925. Lisboa: INCM. 79-83.

> – O que é aquilo? Perguntou uma senhora nacional com um chapéu à moda de Paris e uma obesidade tremenda desde as bochechas até aos tornozelos errados.
> – São as jogadoras de *foot-ball*.
> – Cavalonas! Mais valia que fossem aprender a coser!

O próprio «Zé Almada» mete conversa com uma jogadora loira, anotando, à frente, diálogo de três senhoras elegantes descendo a Avenida da Liberdade:

> – São as jogadoras de *foot-ball*!
> – Parece impossível! Agora até o *foot-ball*!
> – Daqui a pouco os homens têm que aprender a coser!

Deixando de lado incidentes da história, vamos ao jogo em si: «O jogo foi muito mais cheio de interesse do que tinha imaginado, mas a mais interessante de todas era precisamente a que jogava pior. Isto só pode acontecer no *foot-ball* feminino.»

A recusa em alargar o desporto à parte maioritária da Humanidade – – que deveria limitar-se a aplaudir, se exceptuássemos os jogos de leque e de sedução – vinha de longe, naturalmente. Mais espanta, por isso, um avançado Júlio Dantas cronicando sobre "As revolucionárias do 'golf"'[11].

Face aos exemplos entrevistos, e se espaço houvesse, deveríamos distinguir entre jogo, torneio, espectáculo, concurso, desporto e outros conceitos, que os séculos transformam. Mas, deixando isso para entendidos e outros lugares de conversa, passemos a sucinta discriminação, conjugando referências literárias, das principais modalidades que vêm acompanhando a nossa História.

2. **Pátria e touradas**

A tourada conjuga em si esse desafio de conceitos, enquanto (a par do vaivém político) continua a dividir intelectuais. Alexandre Herculano

[11] S. d. [1934]. *As Inimigas do Homem*. Lisboa: Portugal-Brasil. 193-200.

e António Feliciano de Castilho lideraram frente contra esse «espectáculo de eras bárbaras que a civilização, desenvolvendo-se gradualmente por alguns séculos, ainda não pôde desterrar da Península, e que nos conserva na fronte o estigma de bárbaros»[12]. Almeida Garrett e António Pedro Lopes de Mendonça (este participava em garraiadas e, emérito forcado, atirava-se para os cornos do bicho) alimentavam a chama sobreviva desde, como descreve Herculano, a véspera daquele 24 de Junho de 1128 em que o jovem Afonso Henriques bateu o exército da mãe em S. Mamede. Da crónica ao poema herói-cómico em quatro cantos *Os Toiros* (1796), de António Joaquim de Carvalho, de D. Duarte a Rebelo da Silva, Luís Augusto Palmeirim, Eça, António Osório e as *Eurotauromaquias*[13], de Álvaro Guerra, a tourada é variedade real («um *pratinho* sem rival» até 1926, disse aquele Aquilino) e questão nada pacífica no corpo nacional.

A sabedoria, destreza e força que pontificam nos espectáculos de hoje, desportivos ou não, maior razão tinham de ser nos que envolviam homens em armas – caso das montarias e da caça em geral, com larga imprensa[14] –, ou que estas deviam simular. Era o caso, igualmente, daquele «famoso jogo sem o qual quase não se podia conceber [em 1128] regozijo público, o jogo do tavolado, conhecido além dos Pirenéus pela denominação de tabula rotunda, que, remontando pela origem às tradições de Carlos Magno e do rei Artur, transportado para a Península se alterara profundamente»[15]. Dois grupos montados, armados de espadas e lanças, ainda que botas, oferecem simulacro de combate, entre o pó do terreiro e corações de donzelas que batem não menos violentamente.

[12] A. Herculano. 1992. *O Bobo*. Ed. de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Ulisseia. 196.

[13] 2001. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

[14] Releve-se "Discurso Terceiro do exercício da caça", nos *Discursos Vários Políticos* (1624), de Manuel Severim de Faria, precedido em *Arte da Caça de Altaneria*, 1614, de Duarte Fernandes Ferreira. De ordem diferente, entre História e metáfora, é, "De Dioguo velho da chãçelaria, da caça que se caça em Portugual, feita no ano de Crysto de mil quinhentos. XVI.", longa composição no *Cancioneiro Geral* (1516). Sucinto historial em Águedo de Oliveira. 1992. *D. Carlos, Atirador de Caça*. Bragança: Fundação "Os Nossos Livros" / Escola Superior Agrária.

[15] *O Bobo*, p. 197.

3. ***Magriços***

Essas técnicas aprenderam os *magriços* portugueses que foram a Inglaterra limpar a honra de damas ofendidas: mereceram, por isso, ser cantados n'*Os Lusíadas*, inspirando a campanha da selecção nacional de futebol no Mundial de 1966. Um torneio medieval da tradição cultural acudia à memória de jogos – verdadeiros espectáculos, tais os seus executantes – dos tempos modernos. Na verdade, *magriço* era só o cognome de Álvaro Gonçalves Coutinho, referido por Camões: «Os Doze de Inglaterra e o seu Magriço» (Canto I, est. 12, v. 6). A qualidade fez-se plural: daí, Magriços.

Esta é uma forma de preparação para outros lances que se avizinham, mais perigosa do que jogos de canas ainda rastreáveis no século XVII sob os Filipes[16], em que, do lado de lá da fronteira, participa o próprio rei, necessariamente vencedor, como diz Tomé Pinheiro da Veiga em *Fastigínia* (1605), ao narrar passos e libré de Filipe III de Espanha, na praça de Valladolid, por ocasião do nascimento do filho, futuro Filipe IV (III de Portugal). Se Gonçalves Crespo[17] ilustrara tempo de D. Afonso VI, já "As canas" é capítulo de apurada descrição no romance histórico *Um Conflito na Corte*, de Alberto Pimentel, em tempo de D. Manuel I (como Garcia de Resende as referira na *Crónica de D. João II*). No cap. XV do 1.º volume[18], descreve os preparativos dos torneios de «origem moirisca» – o jogo é, no original, *djérid* (p. 173) –, o terreiro, os assentos régios e nobres, os cavalos ajaezados. Concluindo: «[...] todo o primor do *djérid* estava em evitar a cana do adversário alcançando-a com a sua.» (p. 177)

O espírito olímpico da velha Grécia aflorava, entretanto, nalguma tradução de helenista, se bem que quadrigas à desfilada para os lados do Aterro animassem românticos e pacatos domingos de Lisboa. Rama-

[16] Diogo Pereira Sotto Maior. 1984. *Tratado da Cidade de Portalegre* [1619]. Ed. de Leonel Cardoso Martins. Lisboa / Portalegre: INCM / Câmara Municipal. 53: «Tem este arrabalde [de São Francisco] um Rossio que se chama do Espírito Santo, muito espaçoso e alegre, onde os moradores da terra vão espairecer as tardes do Verão. Nele correm cavalos, e jogam canas e fazem outras muitas festas.»

[17] S. d. "No jogo das canas". *Nocturnos*. Porto: Porto Editora. 123-124.

[18] S. d. [1947]. Porto: Livraria Figueirinhas. 172-177.

lho – tomara sempre banhos em água fria e mais semelhava uma torre de xadrez a deslocar-se – insistia na educação integral desde a primária e, de caminho, farpeava os dignos deputados e pares do Reino, as criaturas menos preparadas para tal revolução, embora mestres em jogadas de bastidores, no *whist*, no voltarete[19], no pacau[20] e outros jogos de cartas[21], constitucionais ou não. A estas dedica Almeida Garrett o capítulo sobre 'jogo' n'*O Toucador* (1822), defesa de cartas a sério que também faz Alberto Pimentel, em *O Porto por Fora e por Dentro* (1878), já então com larga presença em muitos lugares, até hoje[22]. Fique um dos exemplos mais completos, em "Soneto mandado a Sílvia com um jogo de cartas", tirado da anónima *Silvia de Lysardo...* (1597), afinal, de Bernardo de Brito:

> Vão as cartas, Senhora, porque encarte
> Algũa o rigor com que ganhais,
> Pois com qualquer baralha que jogais
> Sempre ficais primeira sem discarte.
>
> E se notardes bem a gentil arte
> Com que d'amor as cartas baralhais,
> Nestas vos mostrarei quatro metais
> Em que a vossa baralha se reparte:
>
> Em paus, que indício são de meu tormento,
> Nas copas do veneno rigoroso
> Que deu Amor a minha liberdade,
>
> Nas espadas cruéis do peito isento,
> Ouros desse cabelo tão fermoso
> Que deixa o mesmo Sol sem claridade[23].

[19] Ver *Breve Tratado do Jogo do Whist*, reed. de Lisboa, 1784, e *Tratado do Jogo do Voltarete*, anunciado na *Gazeta de Lisboa*, n.º 108, 8-V-1819.

[20] Filinto Elísio. 1999. "Conto", *Obras Completas de* —. Vol. V. Ed. de Fernando Moreira. Braga: APPACDM. 206.

[21] *Cf.* Ana Maria Amaro. 1995. "Os jogos de cartas na Expansão ibérica". *Mare Liberum* (Lisboa). 10. Dezembro. 493-507.

[22] Um dos mais recentes "Jogos de Cartas" será soneto de Cristino Cortes. 1999. *Poemas de Amor e Melodia*. Lisboa: Universitária Editora. 65.

[23] *Cf.* Isabel Almeida. 1998. *Poesia Maneirista*. Lisboa: Editorial Comunicação.

Alta burguesia e certa aristocracia endinheirada cumprem o que devera ser pensado pelo Estado, a reboque da imaginação alheia.

4. **Esboço de estudos sobre desporto**

O balanço peninsular de jogos em fins de Duzentos está no *Libro de Juegos*, de Afonso X, o Sábio. Na orla externa da rosácea do túmulo de D. Pedro I, este e Inês jogam xadrez, que o *Livro da Montaria* joanino diz jogo nobre. Depois, se Damiano enobrece o xadrez (modalidade na *Fénix Renascida*, V, 1766, p. 230, com D. Tomás de Noronha; em analogias com, desculpe-se, o peido[24]; e vigorosa em boletins, revistas e guias práticos) – também enxadrez nas *Décadas* de Barros, cuja origem remonta à China, que já dera o dominó[25] –, devêramos, desde Quinhentos, rastrear infinita legislação que nos mostrasse, ao menos, quais os jogos defesos. Sabemos pelas *Leis Extravagantes e Repertório das Ordenações* de Duarte Nunes de Leão (1569; fólios 120v-121; aqui, com palavras desdobradas e ortografia actualizada) que D. Manuel ordenara, por alvará de 8 de Julho de 1521, «que qualquer pessoa que ao domingo ou dia de festa que a Igreja manda guardar, antes da missa do dia, jogasse à bola, pagasse quinhentos reais da cadeia [em troca da cadeia?]; e nesta mesma pena incorresse qualquer oficial mecânico, ou homem de trabalho, que na corte ou em Lisboa pela semana, em qualquer dia, que não fosse de guarda, a jogasse. A qual pena fosse para quem os acusasse.» Mas como descrever esse jogo da bola, ou caracterizar o «jogador de bola» ou «bom jogador de bola» citados em, respectivamente, Gil Vicente e D. Francisco Manuel de Melo[26]? Referir-se-ia ao jogo da péla, de êxito legível em Vasco Mousinho Quevedo Castelbranco? No *Discurso sobre a Vida, e Morte, de Santa Isabel Rainha de Portu-*

137.

[24] Ver Francisco Topa. 1998. *Folguedos Escatológicos Inéditos do Século XVIII. Versos de Entrudo em Metáforas Fedorentas, Uma* Peidorrada *e Três* Peidologias. Porto: Edição do Autor. 94, 108, 118.

[25] Leontxio García, "El ajedrez moderno nació en España hace 550 años", *El País*, 13-II-2015, diz ser Isabel, a Católica, inspiração da dama como peça mais forte.

[26] 1526. *Farsa dos Almocreves*, v. 370; 1981. *Cartas Familiares*. Ed. de Maria da Conceição Morais Sarmento. Lisboa: INCM. 467.

gal... (1596: 350), uma bela sextilha deste, "Minha queda me levanta", surpreende a relação vida-jogo:

> A péla, tão usada
> No exercício do nobre cortesão,
> Então pula do chão
> Quando é com mil reveses rechaçada.
> Rebates da ventura
> Levantam mais a ũa alma em Deus segura.

Para esse final de Quinhentos, o Conde de Sabugosa regista «partidas do jogo do *pião*, do *homem*, da *laranjinha*, do *pegochuna*, da *cunca* e sobretudo da *barra*», antes de criticar a tradução de *sport* em *desporto*, significando «antes *folgança* que *jogos atléticos*»[27]. Nos inícios de século XVII, «jogos consentidos em Portugal» eram «a bola, o xadrês, as damas e a pela» – havia distinção, pois, entre bola e péla –, a acreditar em Eduardo de Noronha[28].

A influência francesa de Setecentos não veio acrescentar à popularidade desse jogo *de paume* entre nós (que anuncia o ténis, de *tenetz*, *teneys*, *tennys*). E, todavia, no imaginário do século XVIII, o bilhar tolentinesco será mais conhecido, já muito apreciado no Ramalhete queirosiano e só episodicamente retomado em A. M. Couto Viana[29].

D. Manuel também ordenou «que qualquer homem ou moço, que, dentro do paço ou varandas dele, fosse achado jogando o tintinini, pagasse da cadeia trezentos reais para o meirinho do paço e homens da guarda dele, ou para quaisquer homens de qualquer meirinho, que o prendesse». Houaiss e outros conspícuos não registam este tintinini; José Pedro Machado nada acrescenta com dizer «Espécie de jogo antigo». Devia tratar-se de um jogo da moedinha, que se batia, forte e feio, como gostam os portugueses de fortuna fácil. Ocorrem-nos, a propósito, os passes de mágica que ainda hoje vemos nas feiras, em que

[27] [4]1974. "Antónia Rodrigues. Amazona de Mazagão". *In*: *Neves de Antanho*. Lisboa: Livraria Sam Carlos. 278.

[28] 1938. *O Conde de Villamediana*. Vol. 1. Porto: Civilização. 293.

[29] Em *Café de Subúrbio*. 1991. Reeditado em *O Velho de Novo*. 2004. Porto: Edições Caixotim. 195. A primeira de cinco quadras: «O café, ao fundo, tem bilhares. / Iniciam-se ali, fechada a Escola, / Os moços escolares, / Na ciência subtil da carambola.»

as bolas passam misteriosamente de uns copos (covilhetes) para outros, esses «mil jogos de passa passa», segundo verso de Baltesar Estaço[30].

Pelo mesmo alvará, se algum escravo era apanhado a jogar «na corte ou na cidade de Lisboa qualquer jogo, fosse preso e açoitado ao pé do pelourinho, onde lhe dariam vinte açoites, ou pagasse seu senhor por ele trezentos reais, para quem o prendesse, quando não quisesse que o açoitassem» (fl. 121v).

A transgressão era o pão nosso de cada noite. Na Praça da Palha lisboeta, mandara D. João II, em 1-VI-1490, queimar uma casa de jogo, pelas juras e blasfémias que nela se diziam[31]. Tudo valia, no amoralismo de Tolentino[32]. A par desse levantamento legislativo, conviria olhar aos ambientes descritos, ora "Entrando numa casa de jogo"[33], ora acompanhando a perdição do Maurício de *Memórias de Um Doido* (1849), de A. P. Lopes de Mendonça, num tempo de lances de amor bem enganosos.

Ao lado dos jogos tradicionais populares, com razoável fortuna bibliográfica, começam a ter eco em letra de forma alguns mais poderosos. A teoria e uma cronística crescente assinada por jornalistas e universitários reúnem-se às mais discretas escolas do ensino superior e à gula de profanos. A voragem da actualidade, porém, leva a esquecer (se é que se investigou alguma vez) artigos, memórias e recensões que seria útil coordenar[34]. Sem já falar nos "Ensaios sobre o Desporto" (1937), "Des-

[30] Dos *Sonetos, Canções, Eglogas e Outras Rimas* (1604), com breve antologia em Isabel Almeida, loc. cit., p. 133.

[31] *Anno Historico, / Diario Portuguez*, [. . .], pelo Padre Mestre / Francisco de Santa Maria, tomo segundo, Lisboa, 1744, p. 154.

[32] «Pega no pardo baralho, / E sobre a cama assentado, / Fisga as biscas conhecidas / / Ao parceiro descuidado;». "Aconselhando a um cabeleireiro que debuxava e tocava bandolim, que não continuasse a fazer versos", *A Guerra e o Bilhar*, Lisboa: Diabril Editora, 1976: 38.

[33] António Barbosa Bacelar. *In*: *Fénix Renascida*. II. 1717: 110.

[34] Assim, ver Alberto Bramão, "O futebol e a posteridade", *O Primeiro de Janeiro*, 30-XII-1921; Manuel Teixeira-Gomes, "Carta ao Dr. José Pontes (Evocações plásticas)", *Miscelânea*, 1937 ([2]1959); recensão de Amândio César a *Futebol*, romance de Hugo Rocha, 1957, no *Diário Ilustrado*, 10-IX-1957. Vergílio Ferreira também discorre (1993. *Conta-Corrente*. Nova Série. II. Lisboa: Bertrand. 161).

porto, Jogo e Arte" (1938), "Desporto profissional. Desporto, Trabalho e Profissão" (1939) e "As Ideias do Desporto e o Desporto das Ideias" (1951), afora um artigo no *Diário de Lisboa* de 4-V-1937, "Desporto e automobilismo", de inesperado académico, Sílvio Lima[35], com referências regulares a Ramalho.

A bibliografia futebolesca não pára de crescer: é a história dos confrontos Benfica-Sporting, de que António Augusto Santos tira, inclusive, farsa em 1 acto (1958), e Futebol Clube do Porto-Sporting, para lá do cinematográfico *O Leão da Estrela*; historial dos clubes mais importantes – servindo-se, até, da banda desenhada, a pensar nos miúdos –, mas alguns desses não passam, hoje, de uma recordação, em divisões inferiores; dos grandes treinadores (sobre António Oliveira; Béla Guttmann, traduzido; László Bölöni; Pedroto); de certos jogadores (sobre Cristiano Ronaldo, o muito traduzido *Meu Nome É Eusébio*, 1966, Humberto Coelho, Jardel, Luís Figo, Simão Sabrosa, *Torres, o "gigante" do Benfica*); crónicas[36] ou confissões de adeptos sentados no sofá; vida e obras dos estádios[37].

Mas temos, ainda, títulos sobre a história e/ou regras do andebol, atletismo, badminton, boxe, ciclismo, hóquei em patins, vela... O olimpismo justificaria outro capítulo.

Quanto às publicações periódicas, predominam boletins de clube e colecções de ídolos do desporto, a par de títulos de informação geral e da Imprensa especializada[38]. Seria interessante reunir os circunstanciais inquéritos de jornal às «individualidades marcantes da vida portuguesa» (para citar um dos pioneiros, n'*A Bola* de 9, 16 e 27-II-1945, dirigido a Mirita Casimiro, António Maria Pereira, Maria Archer, Vasco Santana,

[35] Reunidos em 1987. *Obras Completas*. II. Lisboa: FCG.

[36] É sintomático que a citada antologia de Fernando Venâncio traga, sobre o assunto, uma crónica de Aquilino, outra de Baptista-Bastos ("Matateu-Monumento", 1961), de José Martins Garcia ("Orgânica", 1973), de Isabel Stilwell ("O 'sex appeal' dos jogadores de futebol", 1996), além de uma das *Cartas a Um Jovem Desportista Que Se Interessa pela Cultura*, n'*A Bola*, 22-VI-1950, de João Gaspar Simões.

[37] *Estádio* é ainda *stadium* no Vitorino Nemésio de 1932. Ver, agora, 1995. *Obras Completas*. Vol. XIII. *Sob os Signos de Agora.* Lisboa: INCM. 176-178.

[38] *Cf.* Francisco Pinheiro. 2009. *História da Imprensa Periódica Desportiva (1875--2000)* [tese]. Évora: Universidade de Évora, onde analisa 940 publicações.

Hermínia Silva, etc.) às entrevistas a certas figuras sob o título "Os intelectuais e o Desporto", entre outras (com Mestre Aquilino n'*A Bola* de 23-V-1945, com Alves Redol em 14-VIII-1947, por aí fora). A par desta tarefa, a simples recensão de obras literárias ou apresentação de autores na Imprensa desportiva, relacionados ou não com tal matéria, é sinal de uma convivência mais natural do que se pensaria. Assim, *A Bola* tanto recenseava livro de Artur Portela sobre a esgrima, *Os Grandes Duelos em Portugal* (6-VI-1946), como novelas de Assis Esperança em *Dilúvio*, ao lado de umas linhas sobre Bernardo de Passos e Florbela Espanca (7-VI-1948). Cíclicas são também as críticas ao intelectual que não gosta de se misturar com a plebe, quando os primeiros exemplos de 'literatura desportiva', assevera José Olímpio (*A Bola*, 13-II-1947[39]), trazem a assinatura de D. João I e sua montaria e do filho D. Duarte e sua arte de bem cavalgar a toda a sela.

No excurso que segue, voltamos ao futebol, acrescido de ciclismo, algumas provas de atletismo e xadrez. Com excepção deste, aquelas frentes são as mais versadas na lírica.

5. **Ainda futebol: louvor e ilustração, entre receios**

A primeira exibição futebolística entre nós terá sido em Cascais, corria Outubro de 1888; formalmente, foi às 13 horas de 22-I-1889, no terreno onde em breve era construída a praça de touros do Campo Pequeno: uma selecção de lisboetas venceu pela margem mínima equipa de ingleses residentes na capital. Sporting e Benfica abriam hostilidades em 1 de Dezembro de 1907, como relata *O Século* do dia seguinte. A vitória daquele, por «dois *goals* contra um», foi sob chuva e granizo, em Carcavelos: jogo animado, «concorrência regular»[40].

É pedagogicamente instrutivo servir-se Sebastião da Gama de frases futebolescas para obviar a 'pontapés na gramática' com que nos brindam comentadores[41]. Vivência entranhada mais recentemente des-

[39] Estes lembretes d'*A Bola* são devidos a Carlos Laima, ex-aluno na Faculdade de Letras de Lisboa.

[40] Ver, ainda, Mário Fernando de Oliveira e Rebelo da Silva. 1958. *50 Anos de Futebol Benfica-Sporting: 216 Jogos, 809 Golos*. Lisboa.

[41] [4]1970. *Diário* [1958; mas o diário é de 1948-1949]. Lisboa: Edições Ática. 248-

crita está no romance autobiográfico *Alma* (1995), de Manuel Alegre[42] – de quando se jogava com bola de trapos –, ou na mistura de conto, crónica e poema (11 de cada lado) de *Os Guarda-Redes Morrem ao Domingo* (2002), de José do Carmo Francisco. Mas houve o pioneiro Pinto Roussado (1926-1985), cujo pseudónimo Edgar Caygill assinou inúmeras novelas de acção, como *Raptaram o 'Avançado-Centro'!*[43], peça em 1 acto de Romeu Correia, *Desporto-rei* (1955), *Morte no Estádio* (1991), de Francisco José Viegas; embora lateral, *O Suplente* (2000), de Rui Zink; três *Histórias do Fundo da Noite* (2004), de José Jorge Letria, investem em questões destes dias: grossa discussão familiar «por causa de uma transferência futebolística» (p. 11); a ascensão de um pato-bravo à presidência de um clube de futebol (p. 20); um «conflito exemplar» por uma «insignificância», naturalmente, entre a mulher, que «queria ver um capítulo crucial da telenovela», e o marido, que «queria assistir à transmissão directa de um jogo de futebol» (p. 59). Caldo entornado…

Sem razão para citar outros entretanto bem antologiados, ou cujos direitos autorais parecem blindados, permita-se navegação ao umbigo. Na lembrança de alguns mora ainda soneto antigo, que daria título a parceria, *J. C. Falhou Um Penalty*[44]; eis a quadra inicial:

> Aurora-lhe um galo a sobreface
> periférica regressa e concicio *Salve!*
> Tema de hoje Jesus Cristo falhou um penalty
> acrescentar esta errata ao Evangelho de S. Lucas

Já na novela "História trágica e notas", temia-se pela deserção dos estádios, espectro presente em debates cíclicos. Fala protagonista fugitivo:

-249.

[42] Cronista de *O Futebol e a Vida – Do Euro 2004 ao Mundial 2006*. 2006. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

[43] Em *O Mundo de Aventuras* (Lisboa), ano 2, n.º 66, 16-XI-1951.

[44] João Rodrigo, Ernesto Rodrigues, Raul Morais, Carlos Pires. 1976. *J. C. Falhou Um Penalty*. Bragança. 36 [revisto].

> Alguém me chamou. Gritaram: «Eh, senhor!» e foi dalém, daquela porta que dá acesso a um estádio, sim, tem todo o ar disso. «É comigo?», indico o fecho do quispo, na expectativa. «Faça favor!», convida, estendendo um papel, leio bilhete, central, trezentos escudos, etc. «Há futebol, é?» Confesso um júbilo que o senhor nota, vasculhando, involuntária e quase intimidadamente, os bolsos. «Não procure.» Entrega-mo, entrego-lho, corta e diz «Sempre em frente». Saído do túnel, dou com os olhos nas bancadas desertas e, no relvado, jogadores em exercícios de aquecimento, em dribles, na conversa. Estou sozinho nas bancadas; antes ainda de problematizar este dado existencial (!), o árbitro apita, os juízes de linha correm e bandeirinham, as duas equipas vêm para o centro do terreno e alinham, fazendo a vénia do costume à assistência que aplaude. Aplaudo. Que escreverão amanhã as gazetas? Na verdade, o público não acorreu como nas grandes tardes de glória; e não é que não estivesse uma bela tarde (ou manhã) para a prática desportiva. As nuvens tinham arredado e o céu apresentava-se como nos dias de gala. Não estava, pois, o estádio a deitar por fora; nem sequer a rebentar por alguma costura. Cabia ali uma agulha, sim senhor, embora, pelas nossas contas, se não estava meia casa, não andasse longe. A superior norte regurgitava; na sul, por amor do sol a bater de chapa (mas era de manhã!), apresentava algumas clareiras; o peão como sempre (anónimos, de pé, atrás da rede) e à central, por ser dia do clube, acorreram clubisticamente os sócios, que, por esta, se sacrificavam ainda, qual forma de dar o benefício da dúvida ao treinador, queimado desde o empate com o lanterna vermelha, naquele mesmo ambiente a fazer gato-sapato do seu anfitrião e dos cartões rasgados, do desespero. Haveria chicotada psicológica?

Recordando, então, as tardes domingueiras à escuta da rádio («Ó meus irmãos, que encheis / Os campos de futebol, / Que andais em guerras…, / Em maratonas olímpicas…,», rezava Cassiano Guimarães[45]), e amaciando esse corrosivo dirigido à Imprensa da especialidade, faz-se o relato do jogo, segundo lugares-comuns (que, reconheçamos, vêm baixando de nível):

[45] 1956. "Lamentação". *In*: *O Mundo… em Mim*. Mogofores. 28-29.

> Aí está uma jogada de belo recorte: o guarda-redes deu com a mão ao central, este lançou pela direita o médio de ataque, passou a um colega do meio-campo que acorrera, este, em profundidade, despachou para a extrema-esquerda, onde o defesa (a fazer as vezes de extremo) centrou à primeira, largo, com remate pronto e bem colocado, no peito do pé, do avançado de centro, a anichar o esférico no ângulo esquerdo da baliza à guarda dos homens da casa. Golo. Uma jogada rápida, incisiva, com mudanças de flanco, um golo sem espinhas. No placard, um-zero para os visitantes, que, pelo jogo jogado, repõe a verdade do que se viu dentro das quatro linhas ao longo dos primeiros quarenta e cinco minutos[46].

O jogo prossegue, com resultado incerto, e, no final, vêm jogadores bater palmas... à assistência. Elegia sobre uma inexistência, qual a que anima título de Manuel de Freitas, *Cretcheu Futebol Clube*?[47]

Aos desafios entre solteiros e casados da meninice sucederam as peladinhas entre naturais e emigrantes, que descrevi em romance que homenageia o palco da acção[48].

Páginas literárias e desportivas trocam, agora, regulares galhardetes. A Universidade segue, praticante[49] ou reflexiva[50]. A política não perde pitada: num bem documentado "Se Croce vedesse Fiorentina-Juventus" (*L'Unità*, 4-IV-1982, quando o Partido Comunista Italiano era forte), Giorgio Triani traz à colação nomes e paixões: Fogazzaro, Jack London, Hemingway, Brecht, Kafka, D'Annunzio, Thomas Mann, Max Scheler, o *Homo Ludens* de Huizinga, naturalmente, Ortega y Gasset, Musil, Pasolini e outros que não citarei, para não retirar o prazer da investigação

[46] Ernesto José Rodrigues. 1983. *A Flor e a Morte*. Lisboa: Bico d'Obra. 225.

[47] 2006. Lisboa: Assírio & Alvim. 26: «O Cretcheu Futebol Clube / nunca existiu: / / não houve uma equipa, sequer / na mais improvável divisão. / Apenas, a acreditar no Jorge, / um prédio em ruínas / que foi oficialmente sede.»

[48] Ernesto Rodrigues. 1994. *Torre de Dona Chama*. Lisboa: Editorial Notícias.

[49] O *Jornal de Notícias* – Suplemento Literário de 6-I-1956, sobre "O futebol e os escritores", traz duas fotos curiosas: numa, pose de A. A. Gonçalves Rodrigues, director da Faculdade de Letras de Lisboa; na outra, Fausto José, Branquinho da Fonseca, Carlos Queiroz, etc.

[50] Ver *Revista de História das Ideias* (Coimbra), 14, 1992: 365-388.

aos estudiosos.

Capítulo à parte merecia a violência, sobretudo nestes estádios. Há uma inscrição impressiva de Torga: «*Coimbra, 15 de Abril de 1989* – 93 mortos por esmagamento num campo inglês de futebol. Cada época tem os seus circos e nem todas as verdadeiras feras estão na plateia.»[51]

Na Grécia antiga, os jogos de Verão suspendiam as guerras de quatro em quatro anos. Outras batalhas se desenrolavam no estádio; Olímpia significava, então, por breves dias, a pacificação da cidade-Estado, que se revia nos seus atletas, alguns deles heróis que a escultura, a literatura e a memória dos séculos preservaram. «Quem entrasse armado no seu território, durante o festival, ficava prisioneiro de guerra.»[52]

No século XX, as Olimpíadas perderam essa qualidade, despertando, pelo contrário, rivalidades de Estados, politizando a sua organização, favorecendo, mesmo, jogos paralelos, enquanto, em Setembro de 1972, comando palestiniano espantava o mundo com o assassínio, na aldeia olímpica de Munique, de atletas israelitas. E não falemos dos ideais de amadorismo que era suposto manter, face à profissionalização dos concorrentes, muitos deles verdadeiras cobaias na experimentação de produtos proibidos ou desaconselhados, com que se pretende tirar o máximo das capacidades individuais.

A perversão da vitória a todo o custo atingiu o absurdo; e o que começou por ser elogio do indivíduo (*alma sã em corpo são*), escola de virtudes e de saudável competição, é, hoje, um campo de batalha e de armadilhas subtis, em que outros actores e figurantes, para lá dos agentes do espectáculo, têm, por vezes, a maior quota-parte de responsabilidade.

[51] Miguel Torga. 1990. *Diário XV*. Coimbra: Coimbra Editora. 169. Refere-se a tragédia de Hillsborough, em que 96 [93, diz Torga] adeptos morreram esmagados ou sufocados por rivais. Já no *Diário VI* [1953], 1-II-1953, comentava: «Futebol. Muito devem gozar os deuses no céu, aos domingos! É impossível que também eles não sejam sócios, embora secretos, de qualquer clube cá da terra, e não assistam das nuvens a cada desafio. Se assim não fosse, como tolerariam eles esta degradação do instinto lúdico do homem, esta combatividade mercantil duns e esta fúria passiva dos outros, que não pára, que alastra e alaga o mundo?» Citado de *Diário (Volumes V a VIII)*. Lisboa: Círculo de Leitores. 2001: 608.

[52] Maria Helena da Rocha Pereira. [9]2003. *Estudos de História da Cultura Clássica. I Volume – Cultura Grega*. Lisboa: FCG. 341.

Os elementos das claques transformam-se em *hooligans*, «revoltados sem causa» cada vez mais estudados[53], para os quais a explosão de violência é inevitável.

6. **Duas rodas**

O ciclismo inaugura meritória antologia[54], onde é dito «metáfora por excelência da poesia». Alexandre O'Neill, com quatro composições, abre a selecção, mas pórtico mais feliz seria Herberto Helder, citado na sequência, cuja "Bicicleta" justificava delongas teóricas sobre «um verão interior».

Memórias e evocações são devidas a Ruy Belo, Fernando Assis Pacheco (jazem no *Record* as suas "Memórias de um craque"), Fernando Grade, José Correia Tavares, Papiniano Carlos, António Aleixo, José Alberto Marques, João Camilo, Luís Veiga Leitão e ao próprio J. do Carmo Francisco. José Maria Nicolau e Joaquim Agostinho, entre outros, soltam o estro de admiradores. Faltou a "Bicicleta de recados" de Manuel Alegre, percorrendo o país, «atravessando a madrugada dos poemas»[55]. Na linha de partida de *A Caminho de Avoriaz*[56], Fernando de Castro Branco tem "Três poemas com bicicletas".

Seria mister começar, todavia, pela *Velocipedista* / Revista Quinzenal Dedicada ao Clube Velocipedista do Porto (Porto, 1893?/15-XII-1895, n.º 68); sprintar por enigmático A. Costa, de quem temos *Aven-*

[53] O termo surge em relatórios policiais saídos no *Daily News* londrino, em 1898. Em 1964, György Konrád assinava "Portrait du parfait 'hooligan"', *Les Lettres Nouvelles* (Paris), Septembre-Octobre 1964 : 268-281. À euforia do futebol húngaro dos anos 50 respondia depressão mal resolvida pelos adeptos.

[54] José do Carmo Francisco, org. 1989. *O Desporto na Poesia Portuguesa*. Lisboa: Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. A citação que segue é da p. 17. Do mesmo, entre inúmeros textos, há síntese em "Futebol e literatura – uma certa maneira de ver as coisas", *Tempo* (Lisboa), 1-IX-1988, e no verbete "Futebol. Na Literatura Portuguesa", do *Dicionário de Literatura*, dirigido por Jacinto do Prado Coelho (*Actualização*. 2.º vol. Porto: Figueirinhas, 2003).

[55] 1975. *A Praça da Canção* [1965]. Coimbra: Centelha. 46-47.

[56] 2011. Maia: Cosmorama Edições.

turas d'Um Cyclista, uma vintena de páginas de 1896[57], ano de *O Velo-Sport / Revista Velocipedica* (Lisboa, 22-XI-1896).

7. **Passo a passo**

No atletismo – ou *carreira*, dizia Ramalho –, Carlos Lopes e Rosa Mota, além de biografados, inundaram estrofes apaixonadas; louvor da especialidade abre o 'Livro Quarto', «Olimpíadas», das *Canções* de António Botto, e revê-se em Carlos Nogueira Fino[58]. Versos "Aos vencedores dos jogos" suscitam soneto monostrófico de António Salvado[59]. "O estádio", panorâmico, é enquadrado por Natália Correia; «Mortal com pirueta» animiza "Jogos" de trutas em António Osório[60]; em "Estádio", João Rui de Sousa – que saudará, ainda, os 1 500 metros e um salto em altura de Leonor camoniana – constrói-se intimamente no lançamento do dardo a que assiste; Carlos de Oliveira singulariza "O saltador em altura"[61]. No meu caso, um poema, lento, ainda de 1973, celebra o lançamento do peso[62].

8. **Peça a peça**

Inscrevem-se na antologia de José do Carmo Francisco nove apaixonados de xadrez, incluindo Fernando Pessoa-Ricardo Reis. A história deve remontar, pelo menos, ao reinado de D. Sancho II (1209-1248), a cuja mulher, a leonesa D. Mécia Lopes de Haro (c. 1210-1270 ou 1271), se atribui beleza de corpo e arte no jogo. Outro estrangeiro vem cá morrer, que inspirou Dagoberto L. Markl, *Xeque-Mate no Estoril. A Morte*

[57] Biblioteca Nacional, cod. 12096.

[58] 1999. *Maratona & Outros Poemas*. Funchal: Colecção Livros de Cordel.

[59] 1999. *Obra III*. Coimbra: A Mar Arte. 43.

[60] 1978. *A Ignorância da Morte*. Lisboa. 14.

[61] S. d. *Trabalho Poético*. Segundo volume. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 148.

[62] Ernesto José Rodrigues. 1976. "Tecnicidade – III". *Poemas Porventura*. Lisboa. 11. Reproduzido, sem título, em 1981. *Para Ortense: Variantes*. Lisboa: Bico d'Obra. 70.

de Alekhine[63]. Pedro Alvim arriscou volume de poemas intitulado *Os Jogadores de Xadrez*[64].

Pedro Damião, ou Damiano de Odemira (c. 1475), boticário europeizado com as traduções italiana (1515) e inglesa (1567) das suas teorias escaquísticas de 1512[65], é uma referência, já antes, por certo, na corte de D. João II, que gostava de xadrezar em viagem. A educação do príncipe quinhentista passava por aqui[66].

Na Imprensa lusa, julgo ter sido *O Museu Portuense* a demonstrar primeiro e maior interesse por este jogo-arte, que ilustra[67]. Desenrola-se uma partida no drama em quatro actos *Os Dois Irmãos* (1861), de Rodrigo Paganino, estreado no Teatro de D. Maria II, em 20-XI-1856. "O jogo do xadrez" é folhetim de Francisco de Guilherme de Sousa n'*A Opinião Popular* (Lisboa, n.º 31, 6-IX-1868). O «semanário crítico-humorístico» *A Vespa* (Porto, 7-V-1893) comporta problema, reproduzindo situação no tabuleiro: «Jogam as brancas e dão mate em quatro lances.» Também tabuleiro e peças nos recebem na *Sala Hipóstila*, de José Alberto Marques[68].

Tornado facto literário, num frente-a-frente que define personagens[69], o xadrez comparece regularmente na ficção que assino. Havia

[63] 2001. Porto: Campo das Letras. Ver, de D. Markl, "Breve contribuição para o estudo dos tratados do jogo de xadrez da Biblioteca Nacional". *In*: *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, s. 3, n.º 2, Outubro de 1997 / Abril de 1998: 99-104.

[64] 1986. Lisboa: Livros Horizonte.

[65] Há ed. fac-similada de 1967, por Max Euwe. Ver Pereira-Caldas. 1877. "Damião Portuguez / Famigerado Escriptor Xadrezista / Noticia Bibliographica". *In*: *Archivo Bibliographico* (Coimbra), n.^{os} 91-92, 221-228.

[66] Para a importância do xadrez nessa educação, segundo *Ropicapnefma* (1532) e *Década II* (1553), de João de Barros, *cf.* Ana Isabel Buescu. 1996. *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-49)*. Lisboa: Edições Cosmos. 127-128. Um D. João II amante do xadrez di-lo Manuel de Faria e Sousa. 1650. *El Gran Ivsticia de Aragon Don Martin Batista de Lanuza*. Madrid. 81v-82, 113.

[67] Ver os números 2, 15-VIII-1838 ("O jogo do xadrez"), e 3, 1-IX-1838 ("Satanaz jogando o xadrez").

[68] 1973. Lisboa: Assírio & Alvim. 115.

[69] Leia-se o empolgante ensaio "Uma Morte de Reis", *in* Robert Boyers, org. 2010. *George Steiner em The New Yorker*. Lisboa: Gradiva. 379-292.

já uns lances transcritos em *A Serpente de Bronze* (1989); sucedem referências e outra partida em *A Flor e a Morte*[70].

9. **Moral da história**

Antes de competir, vencemo-nos. Cada luta é uma luta, simbolicamente, em relação à vida[71]. Torneio, espectáculo, desporto também no sentido originário de diversão, ócio ou distracção (fazer algo *por desporto*, do francês antigo *desport* [déport], traduzindo o latim *deportare*), antolha-se, sempre, um desafio, uma prova; tantas vezes, uma provação – alargando, assim, o conceito huizinguiano de 'jogo'[72] –, continuada pelas segundas-feiras de vitórias e derrotas, que A. M. Couto Viana deu como ninguém[73]. Fica de remissa quem é joguete – dos deuses, de outros ou da vida.

[70] Ob. cit.: 19-20; 213.

[71] Para aprofundar estas questões, se bem que não respeite directamente aos aqui designados jogos de ar livre: Roger Caillois. 1990. *Os Jogos e os Homens. A Máscara e a Vertigem* [1958, 1967]. Lisboa: Edições Cotovia.

Bom ponto de partido é *Homo Ludicus. Antologia de Textos Desportivos da Cultura Portuguesa*. 2 vols. Org. de Manuel Sérgio e Noronha Feio. Lisboa: Compendium, 1979. Para fontes medievais, em particular, iconográficas, ver Mário Martins. 1969. "Desporto, diversões e Livros de Horas". *In*: *Estudos de Cultura Medieval*. Lisboa: Editorial Verbo. 181-188. De dois em dois anos, seja pelo Campeonato do Mundo de Futebol, seja pelo Europeu, deflagram artigos e dossiês sobre este (*El País* – Babelia, 31-V-2008, etc.). Geral, Georges Vigarello. 2000. *Passion Sport. Histoire d'Une Culture*. Paris: Textuelle; na variedade, até aos jogos no ciberespaço, AA. VV. 2014. *Literatura & Jogo*. Lisboa: Esfera do Caos Editores.

[72] Johan Huiziga. 2007. *Homo Ludens* [1938]. Madrid: Alianza Editorial. 45-46: «[…] el juego es una acción u ocupación libre, que se desarrolla dentro de unos límites temporales y espaciales determinados, según reglas absolutamente obligatorias, aunque libremente aceptadas, acción que tiene su fin en sí misma y va acompañada de un sentimiento de tensión y alegría y de la conciencia de "ser de otro modo" que en la vida corriente. Definido de esta suerte, el concepto parece adecuado para comprender todo lo que denominamos juego en los animales, en los niños y en los adultos: juegos de fuerza y habilidad, juegos de cálculo y de azar, exhibiciones y representaciones. Esta categoría, juego, parece que puede ser considerada como uno de los elementos espirituales más fundamentales de la vida.»

[73] «Discute futebol (é manhã de segunda), / Queimado dos Estádios, descreve, com calor, / A vitória dos seus, que exalta e aprofunda, / Há concordâncias e protestos em redor. // O jornal desportivo agita-se na mesa: / Historia, com douta exactidão, / A avan-

O exclusivo masculino terminou; infelizmente, ao contrário do que acontecia na Grécia olímpica, não há tréguas na guerra e nas diligências judiciais; pelo contrário, emergem outras guerras.

Diálogo com uma interioridade, ou com o invisível, somos, enquanto agentes ou destinatários, espaços de transferência de uma energia anímica e física, que alguns ritualizam. O desenvolvimento pessoal e colectivo está no horizonte.

çada feliz que anulou a defesa, / Dando ao seu time o tento que o tornou campeão. // // Circulam por aqui uma força viril, / Cores juvenis de camisolas e bandeiras, / Músculos em acção, uma paixão febril / De aclamar, de abraçar, de espedaçar fronteiras! // // Mas a hora soou, sombria, do emprego. / E sai. Leva o jornal dobrado sob o braço. / / – Tudo arrefece, mudo e cego, / Num súbito cansaço!» Loc. cit.: 198.

A Virgem e o Menino

À memória de Belarmino Afonso

Fé, Humildade, Prudência, Pobreza: estas as quatro donzelas que, no *Auto de Mofina Mendes*, acompanham Nossa Senhora, a quem anunciam a vinda do Filho. A Prudência começa por citar uma sibila, o que significa vitória do divino cristão em ecumenismo de almas:

> diz que Deos será humanado
> de ũa virgem sem pecado,
> que é profunda matéria
> pera meu fraco cuidado.

Entre a Pobreza e a Fé, que usam fontes extra-bíblicas, serve-se a Humildade do profeta Isaías, segundo o qual

> ex a virgem conceberá
> e parirá o messias
> e frol virgem ficará.

Informa Gil Vicente que esta obra «foi representada ao excelente príncipe e muito poderoso rei dom João terceiro, endereçada às matinas do Natal, na era do Senhor 1534». Mas pode ter havido uma antestreia em 1515. Entretanto, o *Auto dos Quatro Tempos* fora «representado ao mui nobre e próspero rei dom Manoel na cidade de Lisboa, [...] nas matinas do Natal» de ano incerto, entre 1511 e 1520. O que há de extraordinário é os deuses pagãos, através de Júpiter – sintomaticamente, em castelhano –, prestarem obediência ao Recém-Nascido. Diz o rei dos deuses pagãos:

Alto niño en excelencia
yo vengo de las alturas
a te adorar
y traerte obediencia
de todas las criaturas
sin faltar.

Assim, cristãos ou não, juntamo-nos, nos Dezembros frios, à volta da pedra de ara, que nem sempre é o altar frio, mas a mesa da amizade em vapores da ternura. Ocorrem as quentes lareiras do meu Nordeste, que, naturalmente, descrevi, loquazes e cheirosas, no romance *Torre de Dona Chama* (1994): «A lareira domina a casa do Natal.» (p. 105) Com a Missa do Galo (lá onde a tradição não morreu), reaviva-se a efusão dos seres.

Verão, Estio, Inverno, Outono: estas as quatro figuras – os quatro tempos assim considerados – que Gil Vicente pôs em cena. Como se, desde os alvores de uma literatura que passará, doravante, a tratar o tema do Natal (sem esquecermos a tradição oral), o nosso filigranista do palco dissesse: todo o tempo é tempo de Menino. Escultura e artes plásticas versaram, até à exaustão, a Virgem e o Menino; dou amostra destas em conto breve, a que subjaz tese pouco católica: Maria teve, de facto, uma filha, como bem sabia o carpinteiro José... Uma das minhas brevíssimas *Histórias para Acordar*[1] faz o contraponto e dá a lição canónica:

> Era uma vez – lembras-te, mamã? – certa criança da Galileia, sempre, sempre a mudar de terra.
> Se brincava, não fazia castelos, nem altos muros: nada nos defende, quando a pátria não é esta, dizia.
> Por onde andará? Anteontem, no museu, disfarçou-se várias vezes, um pouco levantado do chão, no colo de algumas mulheres.

Num rápido escorço, citarei, agora, o contemporâneo Sá de Miranda, que, com uma canção "A Nossa Senhora", inaugura a tradição mariânica no fórum poético:

[1] 1996. Lisboa: Editorial Notícias. 12.

Virgem fermosa, que achastes a graça
Perdida antes por Eva, onde não chega
O fraco entendimento, chegue a fé.

Por então, Maria, «Virgem e madre juntamente»[2], reabilita a humanidade e, de algum modo, as mulheres, culpadas, por Jorge Aguiar, num célebre libelo do *Cancioneiro Geral* (1516), de estarem na origem das maiores tragédias.

Sucede Baltasar Dias com *Auto do Nascimento de Nosso Señor Jesu Cristo*, em que entram três pastores e reis magos, o imperador Augusto César, um seu embaixador, Herodes, judeus, velhos, anjos, a Sagrada Família. Embora assunto devocional, não falta o baixo falar, seja o *hideputa* de pastor, ou esta quintilha do judeu Samuel:

Eu tenho inchada a bexia [*sic*]
e estou cagado de medo
porque ontem ua formiga
foi me morder este dedo
que me fez dor de barriga[3].

Nesta narrativa versicular, José provê às condições da mulher, que dá à luz na sua ausência laboriosa. Nasce o Menino a chorar – rara indicação, como raramente se encontrará, depois, nas representações sempre demasiado sérias da criança.

O quarto autor quinhentista a citar, e mais mariânico, entre nós, é Frei Agostinho da Cruz, que nos reconduz "À Noite de Natal" em soneto-chave de qualquer antologia:

Era noite de inverno longa e fria,
Cobria-se de neve o verde prado;
O rio se detinha congelado,
Mudava a folha cor, que ter soía.

[2] Verso 66; 1989. *Poesias* [1885]. Ed. de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Lisboa: INCM. 87, 89.

[3] 1985. *Autos, Romances e Trovas*. Ed. de Alberto Figueira Gomes. Lisboa: INCM. 56.

Quando nas palhas duma estrebaria,
Entre dois animais bruto lançado,
Sem ter outro lugar no povoado,
O Menino Jesus pobre jazia.

– Meu filho, meu amor, porque quereis
(Dizia Sua Mãe) nesta aspereza
Acrescentar-me as dores que passais?

Aqui nestes meus braços estareis;
Que, se Vos força amor sofrer crueza,
O meu não pode agora sofrer mais.

Pudéramos acrescentar Pero de Andrade Caminha ou Fernão Álvares do Oriente, nos quais o louvor é dirigido à Virgem Santíssima. Já focando mais a noite de Natal e o presépio, temos, respectivamente, prosas dos padres Vasco Pires (1546-1590) e Alexandre de Gusmão (1629--1734); a oratória sacra sobre a Natividade, até hoje, é pouco excitante.

Os séculos XIX e XX vieram aumentar essa, mais do que bibliografia, biobibliografia, porque da vida de Jesus se trata. César de Frias coligiu *Cem das Melhores Poesias Religiosas da Língua Portuguesa* (1932), integrando J. Simões Dias, "A Noite de Natal"; Eugénio de Castro (1869 [e não 1859]-1944), "Natus est Jesus. . . "; João Saraiva, "Natal"; D. João de Castro, "Noite de Natal"; Maria Lamas, "Natal". Afonso Duarte ensaiou *O Ciclo de Natal na Literatura Oral Portuguesa* (1936) e Vitorino Nemésio antologiou *O Natal Português* (1944). Síntese a recomendar deve-se a Jacinto do Prado Coelho no verbete "Natal" do seu *Dicionário de Literatura* (2.º vol., ^{2}1971). Mário Martins retomou, aí, o assunto, no verbete "Nossa Senhora. Na Literatura Portuguesa", cuja bibliografia acrescentei no volume 2 de *Actualização* (2003).

A Virgem e o Natal gozam, pois, de uma segura contiguidade, localizável, já, nas *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, avô de D. Dinis. Novos florilégios, que o consumo de hoje propicia[4], reforçam o quadro do nascimento, mas esquecem a lírica do século XV, ora eivada de latim,

[4] *O Natal na Poesia*. S. d. [1976]. Pref. de Manuel Sérgio. Lisboa: Cadernos F. A. O. J.; Luís Forjaz Trigueiros. 1987. *O Natal na Poesia Portuguesa*. Lisboa: Dinalivro.

ora, no caso do *Cancioneiro Geral*, capaz de assimilar, já, a Virgem Maria à maternidade de simples mulheres. Um certo Afonso Valente (tomo 5, 1917: 389) bendiz, por isso,

> as fadas que vos fadaram,
> as tetas que vos cryaram.

Bastará, assim, consultar essas referências e temos os principais autores, desde um Almeida Garrett exilado em 1823 ("Que Natal este!", começa "O Natal em Londres") aos natais emigrantes de José Rodrigues Miguéis, em *Gente da Terceira Classe* (1962). Mas de Garrett importa outro, e menos conhecido, poema, inaugurando tradição de, por esta altura, todas as publicações se repetirem um pouco no pretexto natalício. Assim, há mais de 170 anos, na *Revista Universal Lisbonense*[5], temos "O Natal de Christo", contra uma época não menos ímpia que a de hoje.

No séc. XIX, com aceno no "São Cristóvão" eciano, salientemos as evocações do lar portuense em Ramalho Ortigão e um natal minhoto logo no tomo I (1887) d'*As Farpas*, já evocado na estreia de *Em Paris* (1868); numa perspectiva de crítica social, Alberto Pimentel, "O Natal em Lisboa", tirado de *Fotografias de Lisboa* (1874), e o abandono enregelado do «pequenito, vendedor de jornais», em "Noite de Natal"[6], por António Feijó:

> Bairro elegante, – e que miséria!
> Roto e faminto, à luz sidérea.
> O pequenito adormeceu...
>
> Morto de frio e de cansaço,
> As mãos no seio, erguido o braço
> Sobre os jornais, que não vendeu.
>
> A noite é fria; a geada cresta;
> Em cada lar, sinais de festa!
> E o pobrezinho não tem lar...

[5] Série III, vol. IV, 24-XII-1844: 272-273.

[6] 1897. *Ilha dos Amores*; 2004. *Poesias Completas*. Porto: Caixotim. 246.

[...]

Sonha talvez, pobre inocente!
Ao frio, à neve, ao luar mordente,
Com o presépio de Belém...

Do céu azul, às horas mortas,
Nossa Senhora abriu-lhe as portas
E aos órfãozinhos sem ninguém...

[...]

e o pequenito extasiado,
naquele sonho iluminado
de tantas coisas imortais,

– No céu azul, pobre criança!
Pensa talvez, cheio de esp'rança,
Vender melhor os seus jornais...

Júlio Brandão, poeta, é ignorado, mas interessa ao ambiente de consoada: em particular, "Natal", *O Jardim da Morte*, 1898; ficcionista, é o tema recorrente em três *Contos Escolhidos* (1980): "Lenda do Natal", "Recordando", "Natal"; com Raul Brandão, fez representar, no Teatro de D. Maria (13-I-1899), *A Noite de Natal*, um, afinal, drama (em três actos) de costumes e adultério feminino, só editado em 1981.

No séc. XX, reúnem-se, em prosa e verso, L. Mano, "A noite de Natal"[7], D. João da Câmara (*Contos de Natal*), Carlos Malheiro Dias ("A Consoada"), Jaime Cortesão ("Oração do Deus-Menino"), Cabral do Nascimento ("Natal Africano"), Fernanda de Castro ("Natal"), Fernando Sylvan ("Menino Jesus da Minha Cor"), Glória de Sant'Anna ("Poema de Natal")[8], Manuel Sérgio[9]. Não vá sem lembrar o antes incréu G. Junqueiro, "Natal", em *Poesias Dispersas*. "O Natal" de Augus-

[7] Crónica bem-humorada no *Diário de Notícias* (Lisboa), 25-XII-1903. Reed. em Manuel Emygdio da Silva (L. Mano). 1958. *Cousas & Lousas. Crónicas (1903-1910)*. Vol. I. Lisboa. 415-421.

[8] 1988. *Amaranto. Poesia 1951-1983*. Lisboa: INCM. 218.

[9] 1996. *Alguns Poemas de Natal e... Outros*. Lisboa: Instituto Piaget.

to Gil (em *Alba Plena. Vida de Nossa Senhora*, 1916) tem a particularidade de descrever o presépio nacional:

> Êste natal de Jesus
> Há dois séculos que o fez,
> Com barro mole, um oleiro.
> Verdade não a traduz;
> Mas, por ser tão português,
> – É para nós verdadeiro…

No século XXI, dilui-se a experiência, que não acaba. Assim António Manuel Couto Viana, em "Sentir Natal"[10].

Está por fazer o balanço de quanto jaz nas páginas de Imprensa, que, nesta quadra, oferece aos leitores os versos e ambientes natalícios possíveis. Decerto nesse espírito, o *Notícias Ilustrado*, n.º 29, de 30-XII-1928, ganhou um F. Pessoa[11], simples e pungente, que dá os dois lados da quadra e de um ser dividido, que percebemos melhor se lermos poema na revista *Contemporânea*, seis anos antes[12]. Primeiro, este, com o título "Natal", título que falta ao seguinte:

> Nasce um Deus. Outros morrem. A verdade
> Nem veio nem se foi: o Erro mudou.
> Temos agora uma outra Eternidade,
> E era sempre melhor o que passou.
>
> Cega, a Ciência a inútil gleba lavra.
> Louca, a Fé vive o sonho do seu culto.
> Um novo Deus é só uma palavra.
> Não procures nem creias: tudo é oculto.

Agora, o segundo, talvez mais conhecido:

> Natal… Na província neva.
> Nos lares aconchegados,

[10] 2006. *Restos de Quase Nada e Outras Poesias*. Lisboa: Averno. 44.
[11] [9]1973. *Poesias de Fernando Pessoa*. Lisboa: Ática. 117.
[12] N.º 6, Dezembro de 1922; 1973: 218.

Um sentimento conserva
Os sentimentos passados.

Coração oposto ao mundo,
Como a família é verdade!
Meu pensamento é profundo,
'Stou só e sonho saudade.

E como é branca de graça
A paisagem que não sei,
Vista de trás da vidraça
Do lar que nunca terei!

Não menos conhecida, e no registo de conto infantil, é aquela "História Antiga" de Miguel Torga, no *Diário – I*, com data de 12-X-1937[13]. Aceita uma leitura política, quando alguns ditadores se perfilavam, mas fiquemos pela leitura mais inocente:

Era uma vez, lá na Judeia, um rei.
Feio bicho, de resto:
Uma cara de burro sem cabresto
E duas grandes tranças.
A gente olhava, reparava, e via
Que naquela figura não havia
Olhos de quem gosta de crianças.

E, na verdade, assim acontecia.
Porque um dia,
O malvado,
Só por ter o poder de quem é rei
Por não ter coração,
Sem mais nem menos,
Mandou matar quantos eram pequenos
Nas cidades e aldeias da Nação.

Mas,
Por acaso ou milagre, aconteceu
Que, num burrinho pela aldeia fora,

[13] 2002. *Poesia Completa I*. 94. Poesia onde há muitos natais...

Fugiu
Daquelas mãos de sangue um pequenito
Que o vivo sol da vida acarinhou;
E bastou
Esse palmo de sonho
Para encher este mundo de alegria;
Para crescer, ser Deus;
E meter no inferno o tal das tranças,
Só porque ele não gostava de crianças.

Os articulistas esquecem textos fundamentais nesta matéria: um deles, de 1944, apanha o Menino com sete anos nas *Antigas Andanças do Demónio* (1960), de Jorge de Sena, que se inspirou no poema VIII de "O Guardador de Rebanhos", de Alberto Caeiro, para nos dar a "Razão de o Pai Natal ter barbas brancas". Há, por ali, umas subversões simpáticas: «Assim, quando o menino Jesus nasceu, já todos os meninos punham o sapato na chaminé.»

Outra diferença é que «também ele punha o sapatinho, que, por acaso, era uma sandália»[14]. Mais: «Ele bem sabia quem punha os brinquedos na sandália (era a Mãe)», e até «vira S. José estar a fazer uma carrocinha, às escondidas» (p. 18). Mas é importante saber que, sendo o Natal «uma coisa muito velha [...], no princípio ele não era pai; nem era velho, e não tinha, portanto, barbas brancas» (p. 17). O que vai, pois, acontecer? No mesmo volume, recomende-se "A noite que fora de Natal", de 1961, antes, nas *Novas Andanças do Demónio* (1966).

Também novidade é a pouco conhecida poetisa e ilustre ensaísta Maria de Lourdes Belchior. Amiga de Sena e de Jacinto do Prado Coelho, que se detestavam, para sempre lembrada em David Mourão-Ferreira, um nome incontornável nesta quadra (por exemplo, "Natal, e não Dezembro"), ela escreveu a primeira dissertação sobre Agostinho da Cruz, sucedendo-lhe, por seu lado, no fervor mariânico, patente em *Cancioneiro para Nossa Senhora. Poemas para Uma Via-Sacra* (1988), donde retiro "Senhora do Presépio" (p. 14):

[14] 1978. *Antigas e Novas Andanças do Demónio*. Lisboa: Edições 70. 17.

Tudo tão simples e tão natural:
(um nascimento igual ao dos filhos dos homens?)
a mãe serena, aliviada após o parto,
contempla o filho recém-nascido,
carne da sua carne, recém-parido.

Tudo tão simples e sobrenatural:
mistério de uma virgem dando à luz
um menino filho de Deus, gerado
por obra e graça do Espírito Santo.

Tudo tão simples e sobrenatural:
em Belém uma virgem dava à luz o Salvador.
Filho de Deus e de Maria
nascia para o mundo o Redentor.

Podemos concluir, assim, na lição da Bíblia, que estes versos de mulher de fé resumem. "Encontro" com o Outro, «Menino de olhar doce», ou «Menino-Deus a mendigar o pão», que é encontro consigo mesmo («A tarde de invernia fez-se Verão / Aconteceu Natal na minha vida»), está em Cândido José de Campos[15]. Com um sorriso em Jorge de Sena, que me lembra (posso citar um brasileiro, na sua estreia com *Alguma Poesia*, 1930?) Carlos Drummond de Andrade e seu «papai noel às avessas», que entrava para roubar os brinquedos das crianças. A verdade é que, na madrugada em que escrevo estas notas – e sonho com "Natais distantes", «que eram vagarosos e tingiam / da cor e do sabor de frutos estivais / os rios dias de então.», reza A. M. Pires Cabral[16] –, ou releio "Natal de 2003", "25 de Dezembro de 2004", de João Miguel Fernandes Jorge[17], quem me ocorre é, ainda, um terceiro Fernando Pessoa ortónimo, no poema que inicia: «Chove. É dia de Natal.»

[15] 1995. *Cumpra-se*. Lisboa: Amadis. 41.

[16] 2008. *As Têmporas de Cinza*. Lisboa: Cotovia. 24.

[17] 2006. *Termo de Óbidos*. Lisboa: Relógio d'Água. 41, 74.

Outras leituras: Fausto José, "Natal" [1930], "Natal" [1966]. 1999. *Obras do Poeta Fausto José*, vol. I, Armamar: Câmara Municipal de Armamar. 115-117, 299-301; Emanuel Félix, "Poema de Natal" [1975]. [2]1993 [1984]. *A Viagem Possível. Poesia (1965 / 1992)*. Lisboa: Vega. 163. Teresa Balté, "Natal" [1983]. 2005. *Poesia Quase Toda*. Porto: Edições Asa. 220.

Lídia, Célia

Às minhas Filhas

Há nomes literariamente felizes. Lídia, na emergência clássica, é um deles.

Projectei, desde 1987, com ele tecer uma guirlanda de autores, o que, em parte, resolveu estudo de António Manuel Ferreira[1]. Partindo de quatro *Odes* de Horácio – I. 8 «Lydia, dic, per omnis»)[2], I. 13 («Cum tu, Lydia, Telephi»), I. 25 («Parcius iunctas quatiunt fenestras»), III. 9 («Donec gratus eram tibi») –, nomeia a linhagem, que ordeno cronologicamente: Filinto Elísio, "A Horácio"[3]; A. Garrett, "A Lídia"; Ricardo Reis; Alexandre O'Neill (em *Litoral*, 6, 1945, p. 186-189); Sophia de Mello, "Em Hydra, evocando Fernando Pessoa" (em *Dual*: não vejo porquê); J. Saramago, *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (mas também n'*O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, 13.ª ed., 1993, p. 130; 314, mera citação em árvore genealógica; 340-343, pequena, ao colo de Jesus; 347); Natália Correia, "Sete motivos do corpo" [II], *O Armistício*, 1985[4]; José Tolentino de Mendonça ("Do Amor", *Longe não Sabia*, 1997: 22).

[1] "As *Vozes* de Lídia". *In*: *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 3. Aveiro: Universidade de Aveiro. 2001: 247-268. Retomado em António Manuel Ferreira. 2006. *Do Canto ao Conto. Estudos de Literatura Portuguesa*. S. l.: Ludomedia. 27-45. Antes, Fernando José Patrício de Lemos. 1987. "A projecção de Horácio nos retratos de Lídia, Neera e Cloe, feitos por Ricardo Reis". *In*: *Colóquio sobre o Ensino do Latim – Actas*. Lisboa: ICALP. 327-337.

[2] Refira-se tradução de André Falcão de Resende. 2009. *Obras de* —. Edição crítica de Barbara Spaggiari. Lisboa: Edições Colibri. 500.

[3] *Obras Completas de Filinto Elísio*. 1998. Ed. de Fernando Moreira. Vol. I. Braga: APPACDM. 143-144.

[4] 1993. *O Sol na Noites e o Luar nos Dias II*. Lisboa: Projornal. 244-245.

António Ferreira devera ser a primeira lembrança, que invocou «o meu Horacio, a quem obedeço»[5]. A futura oscilação Lília-Lídia já vem nas églogas; comparece esta em "Floris. Egloga VIII", bela toada lamentosa: «Lá onde o claro Téjo a praya lava / Rica das brancas conchas d'Oriente / Já seus cabellos n'agoa o Sol molhava: // Quando seguindo Amor, fugindo a gente, / D'hum alto, que o mar longe descobria / Té onde o Téjo perde sua corrente, // Lidia cos olhos, triste, em vão seguia, / Quanto a vista alcançava, a Náo ligeira, / Que co seu Floris desaparecia. // Como se fosse aquella a derradeira / Vista de Floris, Lidia assi chorosa / O chamava em voz alta na ribeira. // Floris cruel, e dás-te á furiosa / Força do mar, e vento, e a mim, que te amo, / deixas assi morrer de ti saudosa? [...]»[6].

É, em contrapartida, com saudades de Lídia um canto heróico na *Fénix Renascida* (I, 1716: 32), por Bacelar, logo em nome próprio, e mesmo título: "Saudades de Lydia, e Armido" (p. 77-90). Segue, por anónimo, "Epitáfio na sepultura de Lydia" (p. 91). No tomo III (que leio na ed. de 1746: 33-55), também se anonimiza "Saudades de Lydia, e Armido"[7].

Nesse ínterim, a tradição peninsular firmava o nome. Citarei, tão-só, recolha de Pedro Espinosa, *Primera Parte de las Flores de Poetas Ilustres de España* (1605)[8], onde El Marqves del Aula soneteia complicadamente à volta de «mi Lidia hermosa» (fol. 56v), o licenciado Bartolomé Martinez retoma Horácio, I. 8 (fol. 87v-88), e o licenciado Lvys Martin se vinga, em dois sonetos (fol. 158-158v), da «Lidia ingrata», cuja «auarienta hermosura» (fol. 158r) terá de prestar contas ao tempo, assim curando o tormento do poeta. A «hermosa Lidia» retorna em Bartolomé Leonardo de Argensola[9], e na *Galatea* cervantesca. É,

[5] 1829. "Carta XII". *In*: *Poemas Lusitanos do Doutor Antonio Ferreira*. Terceira impressão, t. II. Lisboa. 141.

[6] Cito do mesmo, t. I: 229.

[7] Lydia e Armido regressam em 23 oitavas, infelizmente truncadas, sem autoria, na BNP, Pombalina 68, fol. 122v-127v.

[8] Há 'edición facsímil' da Real Academia Española, em Madrid, 1991.

[9] 1951. *Rimas*. Ed. Blecua. Zaragoza. 489, v. 709.

pois, diversa a coloração subjectiva da Lídia literária[10], também pressentida no Garcilaso da "Canción a la flor de Gnido", segundo Horácio, I. 8. Já de III. 9 tira Meléndez Valdés "Diálogo de la reconciliación".

Pedro A. Correia Garção afirma a tópica da designação no soneto XII, "Á Senhora D. Elena Filippa Xavier Navarro", das *Obras Poéticas* (Lisboa, 1778: 12). Por pouco conhecido, transcreve-se: «Comtigo, Lydia, moráo os Amores, / Moráo as Graças, Lydia na verdade, / Que no reino de Amor a liberdade / sempre viveo sujeita a mil temores. // De teus formosos olhos vencedores, / Amor as armas tem na claridade; / / Como há-de voar livre huma vontade / Por entre aljavas, arcos, passadores? // Ninguem solto te vê, se chega a ver-te; / Por mais livre que traga o pensamento, / Há-de amar-te, servir-te, e obedecer-te. // Negar o captiveiro não intento; / Pois inda que quizera não querer-te, / Nunca livre me vira, nunca izento.» A «amavel Lydia» regressa na ode III: 66.

É desta atmosfera que nascem Tomás António dos Santos Silva, *Écloga de Balbino e Lídia [. . .]*, 1783, e uma indigesta tragédia do Padre Henrique José de Castro (1764-1829), *Laura e Lídia*, ausente do *Dicionário. . .* de Inocêncio (tomo III, p. 185).

O Filinto horaciano (veja-se o longo "Discurso acerca de Horácio, e suas obras", de 1809, dedicado a António Ribeiro dos Santos, tradutor das *Odes*, nas *Obras Completas*, IX) passa, naturalmente, na garrettiana *Lyrica de João Minimo* (1829)[11]: no poema IV, "A sesta", de

[10] Essa diversidade nota-se em casos de fora, desde o século XV. Achegas bibliográficas: Janus Pannonius. 1985. "Gratulator de duplici victoria Matthiae". *In*: *Epigrammata* (p. ex., *Epigrammata – The Epigrams*. Ed. de Anthony A. Barrett. Budapest: Corvia Kiadó. 1985: 90: «Qualem Phlegra Iovi cecinit, vel Lydia Baccho,»); *Lydia* (1755), romance inglês, anónimo; Henryk Sienkievicz, *Quo Vadis?*, em que Ursus enfrenta o touro, na defesa de Lídia; Propaganda Catholica / *Lydia* / Romance / por Aurora Lista / Volume I / Ano XIV / N.º 233 / Março, 1910 / Silvares, Fafe: «a bellissima» Lydia, esbofeteada pelo general seu pai; Eliéser Fournier, *Lydia* (1931), longo poema narrativo em quatro partes, em francês, representando ela «l'anonyme fille du peuple» (do "Avant-Propos" de Victor Marguerite); Katherine Paterson, *Lyddie* (1991), ou *Lídia*. Trad. port. de Isabel Ramalhete. Porto: Âmbar. 1999 (romance de aprendizagem e sacrifícios na América de 1843). Reduzida a Lidi em "Németh Andor", poema de József Attila.

[11] Almeida Garrett. 1971. *Lírica Completa*. Lisboa: Arcádia.

5-V-1815, «Lidia, a mais bella das gentes pastoras», que «Socegada dormia», transforma-se em «Lilia, a ingrata / Que há muito me fugia: [...]» (p. 45-46). É também de Maio, e dos Açores, 1821, já no 'Livro Segundo', o poema XIII, "A Lidia", epigrafado com Horácio, III. 10[12], o qual abre: «Basta de crueldade, Lydia bella,». Se, no Latino – ou em latim de Argenson, traduzido por Bocage[13] –, nos podemos perguntar se é sempre a mesma Lídia, ou um *topos*, já nas alusões de Garrett se vislumbra aceno autobiográfico.

A demência de Marta, *a brasileira de Prazins* (título da penúltima ficção camiliana, 1883), requer um P. S. final, em que se entrevê o confronto (e clara inspiração) com a Lídia de um conto de Charles Nodier, seis anos louca, e colhendo flores para o marido, que a visitava todas as noites, após ter perecido heroicamente num incêndio. Deve inspirar-se aí a 'alucinada' Lídia de Teixeira de Queiroz, em *Amores, Amores... (Psychose do Amor)*, 1897.

Nas 'Versões e imitações' de *Campo de Flores* (1893), João de Deus traduz livremente, em "Lídia", 15 dos 20 versos de Horácio, I. 25, reduzindo a variedade das quadras sáficas a sequência de redondilhas maiores: «Os moços cada vez menos / Te vão batendo à janela; / Já dormes sonos serenos, / Que raras vezes te vêm / Esses sonos perturbar.» Encerra o volume com a comédia em um acto "Horácio e Lídia"[14]. Desesperada "Canção" de João Penha[15] faz de Lydia deusa inatingível.

A interlocução de Lídia desde o *Livro Primeiro das Odes de Ricardo Reis*, no n.º 1 da *Athena – Revista de Arte* (Lisboa, Outubro de 1924: 19-24), relança a opção pelo nome, em 18 das 24 odes. Datada de 11 de Julho de 1914, a ode II fará fortuna, inclusive sintáctica, e anuncia outras afins: «As rosas amo dos jardins de Adonis, / Essas volucres amo, Lydia, rosas, / Que em o dia em que nascem, / Em esse dia morrem. /

[12] Versos 9, 11, 12, mal transcritos. Falta o v. 10. Sigo 1990. *Odas y Epodos*. Edición bilingüe de Manuel Fernández-Galiano y Vicente Cristóbal. Madrid: Ediciones Cátedra.

[13] 1972. "Ode anacreôntica". *In*: *Opera Omnia*. Volume quarto. Lisboa: Livraria Bertrand. 51.

[14] 1981. *Campo de Flores*. Porto: Lello & Irmão – Editores. 571-609.

[15] 1923. *O Canto do Cysne*. Paris – Lisboa: Livrarias Aïllaud e Bertrand. 14-15.

/ A luz para ellas é eterna, porque / Nascem nascido já o sol, e acabam / / Antes que Apollo deixe / O seu curso visivel. / Assim façamos nossa vida *um dia*, / Inscientes, Lydia, voluntariamente / Que há noite antes e após / Do pouco que durâmos.»[16] O melhor discipulato está em Sophia, na parte III daquele livro de 1972, cuja "Homenagem a Ricardo Reis" se inaugura assim: «Não creias, Lídia, que nenhum estio / Por nós perdido possa regressar / Oferecendo a flor / Que adiámos colher. // // Cada dia te é dado uma só vez / E no redondo círculo da noite / Não existe piedade / Para aquele que hesita. // Mais tarde será tarde e já é tarde. / O tempo apaga tudo menos esse / Longo indelével rasto / Que o não-vivido deixa. // Não creias na demora em que te medes. / Jamais se detém Kronos cujo passo / Vai sempre mais à frente / Do que o teu próprio passo.»[17] Mima este limiar Pedro Ludgero: «Pois enlacemos Lídia nossas mãos / Enquanto o rio passa lentamente.»[18]

Filha «bellissima» de general, ao serviço de *Propaganda Catholica*[19], perde bastante a sua figuração noutros autores, e não só em prosa – ora um nome, sem mais[20], já recuperada no teatro de Fernando

[16] 1994. *Edição Crítica de Fernando Pessoa*. Volume III. *Poemas de Ricardo Reis*. Edição de Luís Fagundes Duarte. Lisboa: INCM. 65.

[17] Sophia de Mello Breyner Andresen. 1992. *Obra Poética II*. Lisboa: Círculo de Leitores. 119. Retoma-se Lídia no poema seguinte. José Manuel Capêlo, em "Ode submersa" [*In*: *Odes Submersas*. Lisboa: Átrio, 1995: 27], interroga Ricardo Reis: «será que Lídia, involuntariamente, te deixou?»

[18] 2001. *Se o Poema Tem Areia*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi. 59. Nesta editora saiu, em 2003: 103, Daniel Faria, *Poesia*, cuja "Explicação de Ricardo Reis" começa: «Os rios, lídia, lentos».

[19] Em cujos anos de 1909-1910 se encontra o romance *Lydia*, de Aurora Lista, grafia, também, n'*O Aprendiz de Feiticeiro* e em "Manual de Jogos" (ver *Obras de Carlos de Oliveira*. 1992. Lisboa: Editorial Caminho).

[20] Caso de Luís T. Rodrigues. 1989. *Os Dias Felizes*. Lisboa: Editorial Caminho. 30-31. Outros: Ruy Belo, "O último inimigo", *O Problema da Habitação – Alguns Aspectos* (1962; leio em 1981. *Obra Poética de Ruy Belo*. Volume I. Lisboa: Editorial Presença. 91); Vitorino Nemésio, "Júpiter. 1901", *Limite de Idade* (1972; sigo 1988. *Antologia Poética*. Lisboa: Círculo de Leitores. 203); Alice Vieira. 1979. *Rosa, Minha Irmã Rosa*. Lisboa: Editorial Caminho; Ruy Zink. 1988, ^{2}1998. *A Realidade Agora a Cores*. Lisboa: Publicações Europa-América; Mário Cláudio. 1992. *Tocata para Dois Clarins*. Lisboa: Publicações Dom Quixote; Guilherme de Melo. 1999. *O Homem Que Odiava a Chuva e Outras Estórias Perversas*. Lisboa: Editorial Notícias; Edgar

Amado[21], na ficção de Miguel Torga[22], Teolinda Gersão[23], António Cabral[24], António Lobo Antunes[25], Mário Cláudio[26], Pedro Ludgero[27], José Laurindo Leal de Góis[28], A. M. Pires Cabral[29], Eurico Figueiredo[30], ou «um perfume que nos entra pela janela virada ao jardim de Outono»[31], pertinente na estrutura da obra. É o único nome próprio maiúsculo entre criaturas suburbanas e marginais de António Ferra, num lexicalmente inovador *O Vermelho e o Negro* (2002, 2004).

Célia – a primogénita.

Os quinhentistas apreciavam este nome, em parte, devido a Marcial[32], que inspirou necessariamente Girolamo Angeriano (c. 1480-

Carneiro. 2003. "Olha, Lídia". *In*: *Depois de Amanhã*. Porto: Campo das Letras. 55; Lina Soares. 2010. *Sob o Olhar da Deusa*. S. l. [Barreiro].

[21] Em *O Retrato de César*, dos anos 30, com edição no jornal *Aléo* (1945-1946), Lídia é logo a segunda personagem, noiva do pintor-protagonista Cláudio. Agora, em 2000. *Peças de Teatro*. Org. de Teresa Amado e Vítor Silva Tavares. Lisboa: INCM. 281-361.

[22] Protagonista do conto "Desencanto", de *Pedras Lavradas*, 1951, depois de entrevista em "A Promessa", de *Contos da Montanha*, 1941.

[23] Amante jovem de afamado cirurgião em *O Silêncio*, 1981 ([2]2007. Lisboa: Sextante Editora).

[24] De facto, narrativa lírica, "Os olhos de Penélope", *Entre o Azul e a Circunstância* [1983], em *Antologia dos Poemas Durienses*, Chaves: Edições Tartaruga, 1999: 85-87.

[25] 1985. *Auto dos Danados*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

[26] 1992. *Tocata para Dois Clarins*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

[27] Ob. cit., p. 51.

[28] 2003. *O Fogo e a Lágrima*. Porto: Campo das Letras. 85.

[29] 2004. *A Loba e o Rouxinol*. Lisboa: Edições Âncora.

[30] 2008. "Pequena Lídia". *In*: *Guerrilheiro Sentimental. Estórias de Exílio*. Porto: Campo das Letras.

[31] Nuno de Figueiredo. 1998. *Arquipélago*. Tomar: Câmara Municipal. 12-13. Outros casos: Maria Velho da Costa. 1977. *Casas Pardas*. Lisboa: Moraes; Mário Avelar. 1991. *Cidades de Refúgio*. Lisboa: Black Son Editores; Maria Orrico. 1994. *Terra de Lídia*. Lisboa: Salamandra; Odete Ferreira. 2000. "Na Praça". *In*: *Rente aos Pássaros*. Freixo de Espada à Cinta: Câmara Municipal.

[32] Traduziu-o Jorge de Sena. [3]2001. *Poesia de 26 Séculos*: *De Arquíloco a Nietzsche* [1971-1972]. Porto: Edições Asa. Presença nos *Epigramas*: Livro 4: 61; Livro 6: 67; Livro 7: 30; Livro 11: 75. Lídia comparece no Livro 11: 21, 69, 102.

-1535), que nela releva beleza e honestidade. O seu latim foi traduzido por Manuel Salinas, servindo de exemplo ao Gracián de *Agudeza y Arte de Ingenio* (1648, Discurso XXXV). A esses devo, e – porque nascida em Budapeste – ao primeiro grande poeta húngaro em vulgar, Balassi Bálint (1554-1594)[33], tal escolha do nome. Não só.

Despede-se Gil Vicente da representação, e da vida, com *Floresta de Enganos* (1536), na qual Copido [Cupido] invoca a princesa Grata Celia, «alma mia, / Flor del mas florido huerto!». A Ventura di-la «De las princesas mayor,», unindo-a a príncipe, com que se acaba a comédia.

Por estes anos, entre 1535 e 1538, escreveu Sá de Miranda a égloga *Celia*, cuja ausência na morte tão sentido se faz no diálogo e cantos dos pastores Aurélio, Maurício, Amaro. Não poucos, como para o Húngaro, tentaram identificar a inspiradora[34]. As subtilezas da relação neoplatónica revêem-se na de Celia-Feliz (que se revelará Felismena), e morte daquela, em *Los Siete Libros de La Diana* (1570), de Jorge de Montemor (ou Montemayor). Pode ter animado vários: Juan Ruiz de Alarcón (1580-1639), *Las Paredes Oyen*, vv. 1494 ss e 1536 ss; o licenciado Ivan de Valdes y Melendez no citado Espinosa («Celia, a ti ninguna / No te pudo auentajar,», 1605, fol. 78r); a *Arcadia* de Lope de Vega – que retomará Célia en *El Anzuelo de Fenisa* e *Dorothea* –, ansiando, no mesmo Espinosa, por sua «Celia bella» (fol. 103r), «mi bien» (p. 104), «mas hermosa / Que jazmin blanco, y la encarnada rosa» (fol. 104v). Estas excelências vêm resumidas na *Lusitânia Transformada* (1607), onde, na síntese de António Cirurgião, «Célia, associada ao céu, simboliza a pas-

[33] Ver Ernesto Rodrigues. 2002. *Antologia da Poesia Húngara*. Lisboa: Âncora Editora. Pudera ter antologiado "Bálint Esztergomból Céliahoz", de Illyés Gyula. 1982. *Versek, Műfordítások*. Budapest: Szépirodalmi Könyvkiadó. 544; ou, aproveitando deixa, "Lidia" [1905], de Kosztolányi Dezső.

[34] Patrocínio Ribeiro. 1915. "A verdadeira 'Célia' de Sá de Miranda" [1912]. *In*: *Trabalhos da Academia de Sciencias de Portugal*. Primeira série, Tomo II – Segunda parte. Coimbra. 203-222; Theresa Leitão de Barros, 2001. *Vidas Que Foram Versos. Inspiradoras de Poetas Portugueses* [1930]. Lisboa: Câmara Municipal. 18: «Sá de Miranda, cantando, burguês e toscamente, o seu efémero entusiasmo por Isabel Freire ou pela poetisa D. Leonor Mascarenhas – que talvez possa identificar-se com a pastora Célia, cuja morte chora numa écloga em castelhano – comentou poèticamente o sorriso da casta provençal [Laura de Petrarca].»

tora que troca as agruras do mundo pelas delícias do paraíso»[35], mas cuja morte Pradélio tanto chora. Assume outra autonomia, de «excelente pintora», em décima do Conde de Villamediana[36].

Morrera António Ferreira na antevéspera. No soneto XXVIII do Livro I, lá comparecem as formosas ninfas Lília e Célia, «doces nomes, que cortáram / Aonio, e Vincio em immortal memoria,»[37]. Regressam os quatro na égloga V, "Tevio" (p. 211-214), discorrendo cada um sobre as amadas, Vincio, em particular, sobre Célia: «Para cantar de Celia o dia he pequeno, / Minha voz baixa; baixo Apollo, e Lino. / E em vão cantarey, pois em vão peno. / Que voz, que som, ó Celia, ao teu divino / / Nome se igualará? tu Lilia canta. / De Celia nomear ninguem he digno.» (p. 211) As ninfas vêm re-citadas na égloga X, "Segadores" (p. 239-247), por Falcino (sobre Célia) e Sylvano[38]. Também «diuinos», e «adiuinos», são os olhos da Célia cantada em Jacinto Alonso Maluenda[39], já «divina» na profusão de Manuel de Faria e Sousa, *Fuente de Aganipe* (4.ª Parte, 1644, 38v; ainda, 43v, 44r-v; a qual, na 1.ª Parte, 1646, protagoniza o soneto 55 da primeira centúria).

É D. Cecília de Portugal a destinatária Célia dos póstumos *Divinos e Humanos Versos* (1652) do primo, e marido, D. Francisco de Portugal. Numa "Canção" (p. 20-23), honra e amor disputam-se em Célia, qual representação da nossa alma. Pede-lhe soneto «contra a volubilidade» na *Arte de Galanteria* (1670).

Exemplo de lealdade, «Celia amada» é uma criada em Matos Fra-

[35] Fernão Álvares do Oriente. 1985. *Lusitânia Transformada*. Ed. de António Cirurgião. Lisboa: INCM. XXXVI.

[36] 1990. *Poesía Impresa Completa*. Ed. de José Francisco Ruiz Casanova. Madrid: Ediciones Cátedra. 115: "A una dama Hermosa / Excelente pintora": «Celia Hermosa, la destreza / de tu pincel inmortal / me dice que es tu official / la misma Naturaleza. / / Pero si tú con tu belleza / quieres, Celia, ejercitarte / en lo divino del arte, / temo un celoso tormento, / pues si pintas hombres siento / que han de vivir para amarte.»

[37] Ed. cit., t. I: 89.

[38] Rita Marnoto. 1997. *O Petrarquismo Português do Renascimento e do Barroco*. Coimbra: BGUC. 459. Assinala, aqui, influência de epigrama de Girolamo Angeriano, "De Caelia et amore", em livro de 1520. Num parêntesis fugidio da Egloga IIII de *O Lyma* (1596), Diogo Bernardes lembra «a nossa Cellia».

[39] 1631. *Bvreo de las Mvsas del Turia y Tropezón de la Risa*. 49-50.

goso e Calderon[40]. Num trânsito entre séculos, Ben Jonson (1572-1637) redige uma bela "Canção: para Celia", já traduzida[41]. O soneto filosófico moral 148 de soror Juana Inés de la Cruz (c. 1650-1694) coloca Célia em diálogo com uma rosa bela, desenvolvendo a lição do título, "Escoge antes el morir que exponerse a los ultrajes de la vejez".[42] Não fecha o século sem duas presenças na *Fénix Renascida* (embora editada no séc. XVIII: "Romance" no t. I: 420-422; já em castelhano, ainda anónimo, "Romance" no t. V: 412-413), além de um "Romance" de Sebastião da Fonseca e Paiva[43].

Na segunda metade de Setecentos, João de Sucarelo Claramonte soneteia para Aónio, «doce vítima» do «amor tirano» de Célia, a qual é mais «farelo» do que «serafim» ou «anjo humano» e não merece, por isso, tanto cuidado; «traidora» di-la soneto de Cruz e Silva[44].

Identifica-se à Roma corrupta, e vingativa, no poema "As Ceas de Nero", Livro Primeiro das *Tempestades Sonoras*, de Teófilo Braga[45]. «Saturnal do Império», Célia é "a dama romana mais lasciva" (p. 10). Em contrapartida, no Livro Terceiro, vemos «Thais e Lydia, ambas divinas, / E perdição dos consules austeros,» (p. 153).

Essa degradação sinaliza o peso de um imaginário, progressivamente esbatendo-se, se não é uma presença ainda regular – também para Lídia – na ficção estrangeira, mais do que na portuguesa[46].

[40] S. d. Comedia Famosa. / *El Genizaro / de Ungria*, / de Don Juan de Matos Fragoso; s. d. Comedia Famosa. / *La Niña de Gomes Arias*. / De D. Pedro Calderon de la Barca. Também «Celia amada» num soneto de Jacinto Alonso Maluenda*, Bvreo de las Mvsas del Turia y Tropezón de la Risa*. [110-] 111.

[41] Trad. de António Simões, em Inês Ramos, org. 2009. *Os Dias do Amor*. Parede: Ministério dos Livros Editores. 88.

[42] 2003. *Poesía Lírica del Siglo de Oro.* Ed. de Elías L. Rivers. Madrid: Cátedra. 387-388.

[43] 1668. *Academia dos Singulares de Lisboa*, t. II. 323-324.

[44] … Que começa: "Amor, famoso artífice de enganos,", *Obras Completas de António Dinis da Cruz e Silva*. 2000. Vol. I. Ed. de Maria Luísa Malaquias Urbano. Lisboa: Edições Colibri. 120.

[45] 1864. *Tempestades Sonoras*. / Segunda Serie / da / *Visão dos Tempos*, Porto. Argumento descrito por Camilo Castelo Branco. [5]1969. *Esboços de Apreciações Literárias* [1865]. Lisboa: Parceria A. M. Pereira. 128 ss.

[46] No cinema, teatro (José Régio, *A Salvação do Mundo*, 1954), jornal (Eugénio Viei-

ra, "Celia", *Diário de Lisboa*, 4-V-1939), televisão, donde sai aquela Célia brasileira citada em António Modesto Navarro. 2002. *O Deputado*. Alpiarça: Garrido Editores. 9; em *Célia e Celina*, de Maria Isabel Barreno. 1985. Lisboa: Rolim; Fernando Assis Pacheco. 1993. *Trabalhos e Paixões de Benito Prada*. Porto: Asa. 57: fugidia namorada do herói; a sardenta Célia protagoniza "Efélides", de Jorge Vaz de Carvalho. s. d. [2006]. *In*: *Onde a Terra Acaba. Colectânea de Contos Portugueses* [bilingue português-inglês]. Lisboa: 101 Noites. 84-87; um dos vários irmãos de Rosalina, em Julieta Monginho. 2008. *A Terceira Mãe*. Porto: Campo das Letras. Importa, além de Jane Austen, *Orgulho e Preconceito*, a Célia Coplestone de T. S. Eliot, *Cocktail Party* [1950]; ou contos de Frank Ronan, "Equilíbrio instável" [trad. de Maria Emília Ferros Moura], *Egoísta* (Estoril), 9, Dezembro de 2001: 24-29, e Cláudia Clemente, "Célia", *O Escritor* (Lisboa), 21, Junho de 2006: 143-147. Nunca pude ler *El Color Verde, a la Divina Celia* (Madrid, 1637), de Manuel Fernández Vila Real.

Fontes dos textos

Este volume teve 1.ª edição digital, com 21 ensaios, em Lisboa, Theya Editores, 2016. A 2.ª edição refunde estes e vem acrescentada. *Visão dos Tempos. Os Óculos na Cultura Portuguesa* (2000), com tiragem autónoma, e profusamente ilustrada, em três edições, perfez três mil exemplares.

O Estado da Cultura. [Abril-Maio de 2013]

Personalidade Cultural Portuguesa. ["*Existe uma Cultura Portuguesa?"*] *Revista da Faculdade de Letras* (Lisboa), 5.ª série, n.º 26, 2002: 41-45; *s. v.* Lourenço DE FARIA, Eduardo. *Dicionário de Literatura. Actualização*. Vol. 2. Porto: Figueirinhas. 2003: 487-488; *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias* (Lisboa), 20-XII-2017: 7-8; António Manuel P. Saraiva, José António Saraiva, Pedro António P. Saraiva, *António José Saraiva: Fotobiografia de Um Intelectual Estóico*. Lisboa: Gradiva. 2021: 9-15.

Mitologia Nacional. *Tempo* (Lisboa), 7-IV, 17-XI-1988; *Boletim Informativo da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro* (Lisboa), 42, Maio de 1988.

O Casamento de Pedro e Inês. *Mensageiro de Bragança* (Bragança), 20, 27-VI, 26-XII-2013.

Geografia Particular: Trás-os-Montes e Alto Douro. *Jornal Nordeste* (Bragança), 25-VII-2017; António Jorge Nunes, *Reflexões e Contributos para o Desenvolvimento Regional do Interior*. Coimbra: Almedina. 2020: 57-62; *Portugal Segundo Trás-os-Montes e Alto Douro*. Lisboa: Theya Editores, 2021. *Ebook*.

Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. João Manuel Neto Jacob, org., *Actas do Colóquio 'O Abade de Baçal'*. Bragança, 1999: 129-133; *Expresso* – Actual (Lisboa), 28-VI-2003; 24-III-2007; *Brigantia* – – Revista de Cultura (Bragança), vol. XXXIV-XXXV, 2016-2017. 251-255.

"A Estalajadeira". [8-VI-1980; discutido com Maurício Melim Teixeira e Maria Eufémia Gomes] = "«Havia uma estalajadeira muito bonita.» Proposta

de análise de um conto de fadas". *Brigantia*, X, 1/2, Janeiro-Junho de 1990. 223-245.

Impressões de Eternidade. *Românica*. Revista de Literatura. Departamento de Literaturas Românicas – Faculdade de Letras de Lisboa, 13, 2004: 9-22; *Estudos de História do Livro*. *Colóquio / Letras* (Lisboa), n.º 155/156, Janeiro-Junho de 2000: 444-445.

Branco. *Estudos Italianos em Portugal* (Lisboa), nova série, n.º 4, 2009: 245-257; Annabela Rita & Fernando Cristóvão, coord., *Fabricar a Inovação*. Lisboa: Gradiva, 2016: 167-176.

Dedicatória: Relação e Discurso. *Românica.* Revista de Literatura, 18, 2009: 59-75.

Louvor e Ilustração da Língua Portuguesa. [25-IV-1978; primeira recolha de fontes, agora refundida, com António José Moreira Pereira da Rosa] *Eldorado*, Lisboa: Quatro Elementos Editores, 1982: 45-49 [= *Notícias da Madeira* – Cultura (Funchal), 18-IX-1993; parcial]; *Aprender Juntos.* Revista da Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa (Maputo). Ano VI [na capa, VII], 10-11, Janeiro de 2008: 91-103.

O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX [. . .]. *Europeu* (Lisboa), 21-I-1989; *Expresso* – Cartaz, 30-XI-2002. Refundidos em *Aprender Juntos*. Revista da Escola Portuguesa de Moçambique – – Centro de Ensino e Língua Portuguesa, Ano III, 4-5, Janeiro, 2005: 136-144; "A segunda vingança de Castilho". *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 21--XII-1993; *A Aventura das Línguas do Ocidente*. *História* (Lisboa), ano XIX (nova série), 33, Julho de 1997: 66-67.

Polémica: Um 'Prato' Nacional. *Diário de Notícias* (Lisboa), 3-IX-2001; *Rassegna Iberistica* (Venezia), n.º 95, aprile 2012: 49-59.

O Discurso Político em 1976. Carlos Guilherme Riley *et alii*, coords., *A Liberdade por Princípio. Estudos e Testemunhos em Homenagem a Mário Mesquita*. Lisboa: Tinta-da-China, 2021: 275-288.

Sob o Olhar de Hermes: Da Viagem à Vertigem. *Aprender Juntos*. Revista da Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa, Ano V, 8-9, Janeiro de 2007: 119-125.

Serra da Lua. *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 2-XI-1993.

Notas de Viagem a Itália. *Estudos Italianos em Portugal*, nova série, n.º 10, 2015: 13-25.

Dante na Imprensa Periódica Oitocentista. [Janeiro de 2020]

A Literatura como Matriz do Património Artístico da Europa. Conferência no ciclo A Europa dos Escritores (Câmara Municipal da Guarda / Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço), em 13 de Fevereiro de 2020.

João Vieira: Arte de Traduzir. *João Vieira* [catálogo de exposição]. Lisboa, Maio de 1994. [Reprod. em *Letras & Letras* (Porto), n.º 110, Julho de 1994: 55]

João Vieira, *Percursos. 1960-2001*. Lisboa, ACD – Edições, 2001: 48-49.

A luz através do texto divino. João Vieira, *Vitrais da Igreja de São Domingos, Sé de Vila Real* [catálogo]. Vila Real / Lisboa, Abril de 2003: 37-59.

[Refundição geral em] João Vieira: arte de traduzir. AA. VV., *João Vieira: Década*. Lisboa: Galeria Valbom, 2012: 3-13.

Convite ao Mistério. José António Nobre, *Máçcaras / A Transfiguração. Escultura*. Vila Nova de Gaia, 2008, inum. [= 3 p.]

Visão dos Tempos. Os Óculos na Cultura Portuguesa. Lisboa: Optivisão, 2000. [Síntese: "Atrás dos óculos". *Hipócrates. A Saúde em Revista* (Lisboa), 5, Março de 2002: 56-57]

Almanaque: Composição de Um Rosto. *Convergência Lusíada* (Rio de Janeiro), *32* (46), 2021: 217-229.

Fonógrafos e Gramofones. *Jornal Nordeste*, 11-X-2016; Cremilde Esteves, *O Colecionador de Sonhos. Biografia de Luiz Cangueiro*, s. l.: Quinta do Rei – Lazer e Cultura, 2022: 328-331.

Coração Quente, Generosas Mãos. *Bombeiros Portugueses* (Algés), 1, Janeiro de 1998: 105-113.

Jogos de Letras. O Desporto na Cultura Portuguesa. *Desportos & Letras: Exposição Bibliográfica*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004: 11-27. [Refunde

Domus – Revista Cultural (Bragança), 2, Dezembro de 1998: 161-168; parcialmente, em *O Distrito de Portalegre* – Fanal (Portalegre), 28-VI-2002]

A Virgem e o Menino. *Tempo*, 18-XII-1980; *Brigantia*, vol. XXVI, n.º 1/2/3/4, 2006: 487-494.

Lídia, Célia. [6 de Dezembro de 2002]

Ernesto Rodrigues

Obras

I. Criação literária

1. Poesia
2. Ficção: Contos, Novelas, Romances
3. Ficção: Romances
4. Teatro
5. Crónica
6. Diário, Memórias

Biobibliografia

II. Ensaio, Crítica, Edição, Tradução

1. Ensaios de Cultura
2. Estudos de Literatura Portuguesa
3. Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigínia*
4. Cultura Literária Oitocentista
5. *A Queda Dum Anjo* e Novas Páginas Camilianas
6. Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal
   Crónica Jornalística. Século XIX
7. Da Corte Luso-Brasileira à República
8. Verso e Prosa de Novecentos
9. Literatura Europeia e das Américas
10. *Hungarica*

Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projecto «UIDB/00077/2020»